

Narrativas Midiáticas Contemporâneas

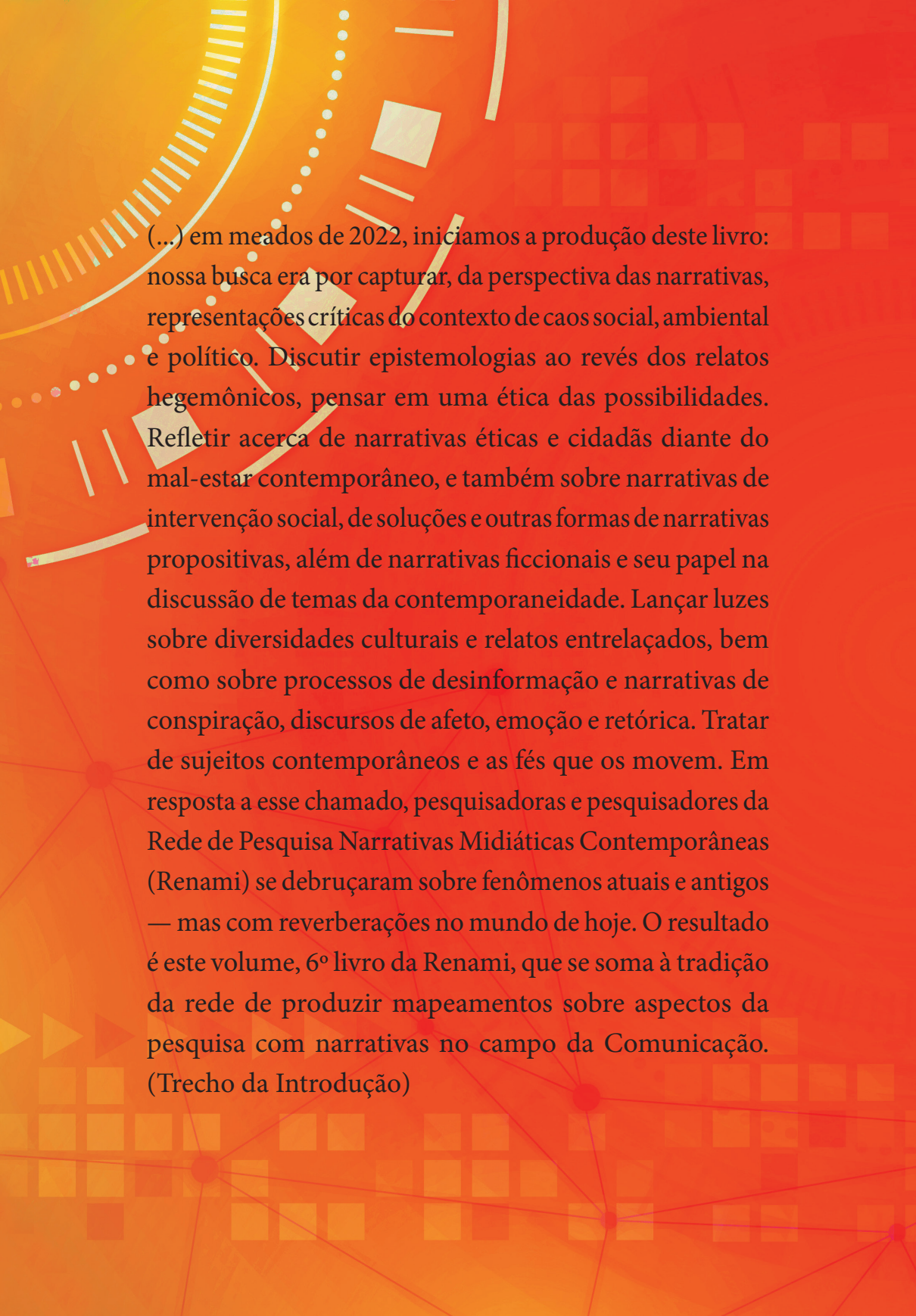
Inquietações Diante do Caos

Demétrio de Azeredo Soster
Karina Gomes Barbosa
Mateus Yuri Passos
(Organizadores)



EDITORA  INSULAR





(...) em meados de 2022, iniciamos a produção deste livro: nossa busca era por capturar, da perspectiva das narrativas, representações críticas do contexto de caos social, ambiental e político. Discutir epistemologias ao revés dos relatos hegemônicos, pensar em uma ética das possibilidades. Refletir acerca de narrativas éticas e cidadãs diante do mal-estar contemporâneo, e também sobre narrativas de intervenção social, de soluções e outras formas de narrativas propositivas, além de narrativas ficcionais e seu papel na discussão de temas da contemporaneidade. Lançar luzes sobre diversidades culturais e relatos entrelaçados, bem como sobre processos de desinformação e narrativas de conspiração, discursos de afeto, emoção e retórica. Tratar de sujeitos contemporâneos e as fés que os movem. Em resposta a esse chamado, pesquisadoras e pesquisadores da Rede de Pesquisa Narrativas Midiáticas Contemporâneas (Renami) se debruçaram sobre fenômenos atuais e antigos — mas com reverberações no mundo de hoje. O resultado é este volume, 6º livro da Renami, que se soma à tradição da rede de produzir mapeamentos sobre aspectos da pesquisa com narrativas no campo da Comunicação. (Trecho da Introdução)

Autores e autoras

Adriana Pierre Coca
Agnes de Sousa Arruda
Alda Cristina Costa
Ana Cláudia Peres
Arthur Breccio Marchetto
Cláudia Thomé
Demétrio de Azeredo Soster
Denise Tavares
Érica R. Gonçalves
Fábio Alves Silveira
Gabriel Aírto Domingos
Igor Oliveira Neves
Jamile Santana
José Carlos Fernandes
Karina Gomes Barbosa
Leo Cunha
Luiz Henrique Zart
Maira Gioia de Brito

Mara Rovida
Marco Aurélio Reis
Mateus Yuri Passos
Maurício Guilherme Silva Jr.
Mauro de Souza Ventura
Myrian Regina Del Vecchio-Lima
Paulo Henrique Soares de Almeida
Pedro H. M. Mendonça
Renata de Paula dos Santos
Renato Essenfelder
Romer Mottinha Santos
Sebastião Clovis Brito do Nascimento Júnior
Tássia Aguiar de Souza
Thiago Perez Bernardes de Moraes
Thífani Postali
Vanessa Krunfli Haddad
Vânia Maria Torres Costa
Vinícius Pedreira Barbosa da Silva

Narrativas Midiáticas Contemporâneas

Inquietações Diante do Caos

Demétrio de Azeredo Soster

Karina Gomes Barbosa

Mateus Yuri Passos

(Organizadores)



Florianópolis

EDITORA  INSULAR

2023



NARRATIVAS MIDIÁTICAS CONTEMPORÂNEAS

Inquietações Diante do Caos

© 2023, Demétrio de Azeredo Soster, Karina Gomes Barbosa e Mateus Yuri Passos (Orgs.)

DIRETORA EDITORIAL DA SBPJOR
Alciane Baccin

CONSELHO EDITORIAL DA EDITORA SBPJOR – LUIZ GONZAGA MOTTA:
Alciane Baccin (Presidente), Claudia Nonato, Frederico Tavares
Marta Maia, Rafael Paes e Raquel Longhi

EDITOR
Nelson Rolim de Moura

CAPA e DIREÇÃO DE ARTE
Estúdio Insular

CONSELHO EDITORIAL DA EDITORA INSULAR
Dilvo Ristoff, Eduardo Meditsch, Jali Meirinho, Jéferson Silveira Dantas, Nilson Cesar
Fraga, Pablo Ornelas Rosa, Sergio Ferreira Mota e Waldir José Rampinelli.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anízio Gomes - CRB-8 8846

S716n	Soster , Demétrio de Azeredo; Barbosa , Karina Gomes; Passos , Mateus Yuri [org.]. Narrativas Midiáticas Contemporâneas: inquietações diante do caos / Organizadores: Demétrio de Azeredo Soster, Karina Gomes Barbosa e Mateus Yuri Passos. -- 1. ed. -- Brasília, DF : Editora SBPjor; Florianópolis, SC : Editora Insular, 2023. 456 p.; figs.; tabs.; gráfs.; fotografias. E-book: 11 Mb; PDF. ISBN 978-85-524-0400-2 (Editora Insular). ISBN 978-65-88995-04-4 (Editora SBPjor). 1. Comunicação. 2. Discursos. 3. Epistemologias. 4. Ética das Possibilidades. 5. Narrativas de Conspiração. 6. Narrativas Midiáticas. 7. Processos de Desinformação. 8. Rede de Pesquisa Narrativas Midiáticas Contemporâneas (Renami). I. Título. II. Assunto. III. Organizadores. CDD 070.4 CDU 170
22-30246322	

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Jornalismo.
2. Jornalismo (imprensa).

NARRATIVAS MIDIÁTICAS CONTEMPORÂNEAS: INQUIETAÇÕES DIANTE DO CAOS

SOSTER, Demétrio de Azeredo; **BARBOSA**, Karina Gomes; **PASSOS**, Mateus Yuri [org.]. **Narrativas Midiáticas Contemporâneas: inquietações diante do caos**. 1. ed. Brasília, DF : Editora SBPjor; Florianópolis, SC: Editora Insular, 2023. E-book (PDF; 11 Mb). ISBN 978-85-524-0400-2. ISBN 978-65-88995-04-4.

Editora Insular

{48} 3334-2729
editora@insular.com.br
twitter.com/EditoralInsular
www.insular.com.br
facebook.com/EditoralInsular

Insular Livros

Rua Antônio Carlos Ferreira, 537
Bairro Agronômica
Florianópolis/SC – CEP 88025-210
{48} 3334-2729
insularlivros@gmail.com

Sumário

Introdução

<i>Demétrio de Azeredo Soster, Karina Gomes Barbosa e Mateus Yuri Passos.....</i>	9

I

Política, Desinformação e Resistências

<i>Fake news em tempos de Covid: a desinformação durante a CPI da Pandemia Fábio Alves Silveira</i>	16

<i>Da desinformação ao caos: a representação do brasileiro no caso dos sommeliers de vacina Paulo Henrique Soares de Almeida</i>	37

<i>O negacionismo do governo Bolsonaro diante da pandemia e a narrativa paródica do site Sensacionalista Renata de Paula dos Santos e Mauro de Souza Ventura.....</i>	57

<i>Da invasão de hospitais à intimidação da imprensa: Análise dialógica de charges sobre discurso do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, durante a pandemia de Covid-19 Vanessa Krunfli Haddad</i>	80

<i>A República em Vultos: uma análise sobre personagens do Governo Bolsonaro em reportagens de perfil da revista piauí Sebastião Clovis Brito do Nascimento Junior e Luiz Henrique Zart</i>	107

Memória e esquecimento na formação de narrativas autoritárias em 1984 <i>Érica R. Gonçalves</i>	129
Narrativas jornalísticas e alteridades: disputas de sentido no encontro com o Outro na questão Palestina-Israel <i>Vinícius Pedreira Barbosa da Silva</i>	143
Os 100 primeiros dias. Guerra Ucrânia-Rússia e o temor da Terceira Guerra Mundial na web <i>Thiago Perez Bernardes de Moraes e Romer Mottinha Santos</i>	162
Cosmovisões em crise: prenúncios do colapso climático em <i>Vozes de Tchernóbil</i> , de Svetlana Aleksievitch <i>Arthur Breccio Marchetto e Igor Oliveira Neves</i>	181
Narrativas jornalísticas e a crise socioambiental brasileira: entre os “portadores de inquietações” e os “herdeiros do caos” <i>Myrian Regina del Vecchio-Lima, José Carlos Fernandes,</i> <i>Maíra Gioia de Brito e Gabriel Airto Domingos</i>	201
Narrativas audiovisuais de retorno à vida rural: a série “Juntos” no contexto do “Bem Viver” <i>Denise Tavares</i>	223
Reconfigurações das narrativas midiáticas no contexto da Sociedade 5.0 <i>Marco Aurelio Reis e Cláudia Thomé</i>	244
Narrativas jornalísticas de soluções: análise da reportagem “Favela vs Covid-19” <i>Leo Cunha e Maurício Guilherme Silva Jr.</i>	265

II

Sujeitos, Corpos e Existências

Ninguém é comum: o testemunho do ordinário na coluna Trombadas <i>Ana Cláudia Peres</i>	283
A matemática de Gog: da narrativa <i>folkcomunicação</i> ao jornalismo das periferias <i>Mara Rovida e Thífani Postali</i>	302
“Listen”: o cinema na encruzilhada da comunicação intercultural <i>Adriana Pierre Coca e Renato Essenfelder</i>	324
<i>What a week, huh?</i> A exaustão viral dos millennials em tempos de <i>home office</i> <i>Tássia Aguiar de Souza</i>	342
Narrativas de si: a resistência dos povos indígenas do Brasil e a violência da pandemia <i>Vânia Maria Torres Costa e Alda Cristina Costa</i>	358
As faces da gordofobia: o jornalismo como difusor do preconceito <i>Agnes de Sousa Arruda e Jamile Santana</i>	380
O caso Beto Freitas e a cobertura descontextualizada do UOL <i>Pedro H. M. Mendonça</i>	401
Apelo por Ghislaine Lefèvre: anarquizar o primeiro crime passionai nas tramas históricas do jornalismo <i>Karina Gomes Barbosa</i>	423
Sobre os autores e autoras	449

Introdução

Demétrio de Azeredo Soster

Karina Gomes Barbosa

Mateus Yuri Passos

Onde você estava em 28 de outubro de 2018? É possível que você, como nós, seja uma das milhões de pessoas que se lembre do momento em que soube da eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil naquele dia. Para uma parcela considerável da população, seguiram anos de horror, derrotas, violência e medo. O país assistiu à implantação de um projeto político ultraconservador, que visava a destruição das instituições democráticas; a erosão dos direitos de grupos minoritários e subalternizados; e a guinada à extrema-direita, calcado nos fundamentos mais selvagens do capitalismo neoliberal patriarcal racista e executado, entre outras estratégias, a partir de um ambiente de desinformação.

É bem verdade que o caos brasileiro não se inicia com a eleição de Bolsonaro. Na verdade, a chegada da extrema-direita ao cargo máximo da República pode ser compreendida mais como o ápice de um momento histórico que vinha se desenvolvendo desde, pelo menos, 2013, ano marcado pelas Jornadas de Junho que completam dez anos neste 2023 ainda sob disputas de sentidos e interpretações. Também não se trata de um fenômeno exclusivamente brasileiro: as operações para a erosão democrática e implantação de autocracias ocorrem em países do Sul e do Norte Global, com resultados mais ou menos duradouros, mas com risco permanente.

Foi neste contexto que, em meados de 2022, iniciamos a produção deste livro: nossa busca era por capturar, da perspectiva das narrativas, representações críticas do contexto de caos social, ambiental e político. Discutir epistemologias ao revés dos relatos hegemônicos, pensar em uma ética das possibilidades. Refletir acerca de narrativas éticas e

cidadãs diante do mal-estar contemporâneo, e também sobre narrativas de intervenção social, de soluções e outras formas de narrativas propositivas, além de narrativas ficcionais e seu papel na discussão de temas da contemporaneidade. Lançar luzes sobre diversidades culturais e relatos entrelaçados, bem como sobre processos de desinformação e narrativas de conspiração, discursos de afeto, emoção e retórica. Tratar de sujeitos contemporâneos e as fés que os movem.

Em resposta a esse chamado, pesquisadoras e pesquisadores da Rede de Pesquisa Narrativas Midiáticas Contemporâneas (Renami) se debruçaram sobre fenômenos atuais e antigos — mas com reverberações no mundo de hoje. O resultado é este volume, 6º livro da Renami, que se soma à tradição da rede de produzir mapeamentos sobre aspectos da pesquisa com narrativas no campo da Comunicação. A obra se organiza em torno de dois grandes eixos: o primeiro deles lança os olhos para o contexto político mundial e brasileiro. O outro se volta para os sujeitos nesse mundo. Em ambos, narrativas acerca de aspectos como a emergência climática, o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, a gordofobia, os refugiados, entre outros, são esmiuçadas. A miríade de métodos e olhares empregados revela a pluralidade e riqueza de possibilidades para investigar as narrativas midiáticas.

Obviamente, esses dois feixes organizativos se entrelaçam constantemente, tendo em vista que estar no mundo implica uma posição política diante dele e, do mesmo modo, o mundo afeta o estar no mundo de cada um e cada uma de nós. O primeiro bloco, Política, Desinformação e Resistências, abre com o capítulo *Fake news em tempos de Covid: a desinformação durante a CPI da Pandemia*, no qual Fábio Alves Silveira se debruça sobre processos de desinformação que circularam durante a CPI da Covid, em 2021. Além de destrinchar os temas mais recorrentes nas notícias falsas, o pesquisador aborda o fenômeno relacionando-o com valores-notícia acionados nas *fake news*. Os processos de desinformação continuam em foco em *Da desinformação ao caos: a representação do brasileiro no caso dos sommeliers de vacina*. Nele, Paulo Henrique Soares de Almeida analisa duas reportagens sobre pessoas que iam a postos de saúde em busca de

imunizantes específicos, em meio a um cenário de infodemia. O texto mostra como a desordem informacional por refletir no comportamento dos cidadãos e fazer emergir estereótipos sobre os brasileiros.

A pandemia também é o tema explorado por Renata de Paula dos Santos e Mauro de Souza Ventura. Em *O negacionismo do governo Bolsonaro diante da pandemia e a narrativa paródica do site Sensacionalista*, os autores analisam como o humor do site paródico tematizou a resistência do ex-presidente Bolsonaro em ser imunizado contra a Covid-19 e concluem que as estratégias subverteram a autoridade do então chefe do Executivo. Já Vanessa Krunfli Haddad investiga duas charges publicadas a respeito do comportamento do ex-presidente durante a pandemia no capítulo *Da invasão de hospitais à intimidação da imprensa: análise dialógica de charges sobre discurso do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, durante a pandemia de Covid-19*.

Narrativas do governo Bolsonaro na imprensa também são o foco de *A República em Vultos: uma análise sobre personagens do Governo Bolsonaro em reportagens de perfil da revista piauí*. Nele, Sebastião Clovis Brito do Nascimento Júnior e Luiz Henrique Zart se debruçam sobre perfis de Paulo Guedes, Hamilton Mourão, Eduardo Bolsonaro, entre outros personagens do entorno bolsonarista, publicados pela revista. Os autores apontam como o perfil permite à imprensa contextualizar melhor uma realidade caleidoscópica e caótica como a do governo anterior.

Érica R. Gonçalves se volta à memória e ao esquecimento ao analisar a ficção distópica *1984*, de George Orwell. O capítulo *Memória e esquecimento na formação de narrativas autoritárias em 1984* soa incomodamente atual ao se debruçar sobre um aspecto do livro: a atividade de refazer narrativas de acordo com as necessidades do Grande Irmão — e que poderia ser a autoridade de ocasião, em nosso presente.

Acontecimentos internacionais também recebem atenção no volume. *Narrativas jornalísticas e alteridades: disputas de sentido no encontro com o Outro na questão Palestina-Israel*, de Vinícius Pedreira Barbosa da Silva, aborda a produção de sentidos sobre o conflito de longa duração no jornalismo e discorre sobre as dificuldades do jornalismo

internacional em representar a alteridade na cobertura de temas dessa natureza. Outro conflito internacional, a invasão da Ucrânia pela Rússia, é explorado por Thiago Perez Bernardes de Moraes e Romer Mottinha Santos. No texto *Os 100 primeiros dias. Guerra Ucrânia-Rússia e o temor da Terceira Guerra Mundial na web*, os autores investigam os sentidos produzidos sobre o conflito na internet, a partir da perspectiva de “terceira guerra mundial” suscitada pelo acontecimento.

Em *Cosmovisões em crise: prenúncios do colapso climático em ‘Vozes de Tchernóbil’, de Svetlana Aleksievitch*, Arthur Breccio Marchetto e Igor Oliveira Neves perscrutam a obra da escritora bielorrussa para demonstrar como a forma narrativa empregada por Aleksievitch consegue abrigar narrativas de uma catástrofe que antecipa a emergência climática atual. A questão ambiental também está em evidência no capítulo *Narrativas jornalísticas e a crise socioambiental brasileira: entre os “portadores de inquietações” e os “herdeiros do caos”*. Nele, Myrian Regina Del Vecchio-Lima, José Carlos Fernandes, Maíra Gioia de Brito e Gabriel Aírto Domingos investigam como emergem narrativamente as inquietações dos jornalistas André Trigueiro e Eliane Brum relativas às questões socioambientais, ao analisar reportagens e entrevistas de ambos e como estas reverberam (ou não) entre aqueles a quem chamam de “herdeiros do caos”.

A encruzilhada em que se encontra a relação entre os seres humanos, o mundo natural e a tecnologia, que tem levado a uma redescoberta do campo como território viável para revivibilizar a vida, é a premissa de Denise Tavares. Em *Narrativas audiovisuais de retorno à vida rural: a série “Juntos” no contexto do “Bem Viver”*, a autora analisa a série *Juntos* para compreender como o audiovisual expressa estética e narrativamente essas questões. Para Tavares, a série documental sintoniza-se com o presente e também apresenta experiências estabelecidas a contrapelo da história, em busca do “bem viver”.

Marco Aurélio Reis e Cláudia Thomé buscam identificar possíveis pontos de congruência e as características de uma reconfiguração da narrativa jornalística contemporânea que estariam afinadas com os pilares da chamada Sociedade 5.0, com foco no humano. No capítulo

Reconfigurações das narrativas midiáticas no contexto da Sociedade 5.0, analisam narrativas jornalísticas televisivas e concluem que narrativas midiáticas emergentes apontam para narrativas éticas, cidadãs e inclusivas, tanto na web quanto na TV. Modos narrativos do jornalismo também estão em foco no capítulo de Leo Cunha e Maurício Guilherme Silva Jr. Em *Narrativas jornalísticas de soluções: análise da reportagem “Favela vs Covid-19”*, buscam compreender o jornalismo de soluções — no formato de quadrinhos, no caso em estudo — e sua capacidade de contribuir para o enfrentamento de problemas sociais complexos, a partir de uma abordagem distinta dos acontecimentos em foco.

O segundo eixo da obra, *Sujeitos, Corpos e Existências*, se inicia com uma discussão sobre narrativas do ordinário. O capítulo *Ninguém é comum: o testemunho do ordinário na coluna Trombadas*, de Ana Cláudia Peres, trata da possibilidade do gesto testemunhal do cotidiano de sujeitos comuns criar vínculos e se opor a narrativas hegemônicas totalizantes. Em *A matemática de Gog: da narrativa folkcomunicação ao jornalismo das periferias*, Mara Rovida e Thífani Postali aproximam fazeres jornalísticos das bordas urbanas à produção artística do rapper Gog, a partir da folkcomunicação. As autoras demonstram como o rapper consegue ler o cotidiano e dialoga com o jornalismo das periferias.

Adriana Pierre Coca e Renato Essenfelder partem do contexto dos refugiados na ficção audiovisual, no filme *Listen*, para compreender como se estabelece a comunicação entre diferentes culturas. No capítulo *“Listen”: o cinema na encruzilhada da comunicação intercultural*, demonstram como a xenofobia pode se manifestar de modo sutil (e também doloroso), arraigada a processos estruturais. Outro aspecto da configuração social contemporânea sob o capitalismo está em foco em *What a week, huh? A exaustão viral dos millennials em tempos de home office*, de Tássia Aguiar de Souza. No capítulo, a autora analisa o meme de alcance global como forma de crítica social aos modelos exaustivos de trabalho demandados do sujeito contemporâneo.

No capítulo *Narrativas de si: a resistência dos povos indígenas do Brasil e a violência da pandemia*, Vânia Maria Torres Costa e Alda

Cristina Costa observam resistências e ações dos indígenas em suas experiências comunicativas contra a possibilidade de genocídio dos povos no Brasil durante a pandemia de Covid-19. Para tal, as autoras se debruçam sobre o site Emergência Indígena.

A gordofobia no jornalismo é o tema de Agnes de Sousa Arruda e Jamile Santana, no capítulo *As faces da gordofobia: o jornalismo como difusor do preconceito*, em que analisam veículos selecionados pelo Programa Diversidade nas Redações. As autoras analisam publicações relacionadas ao tema nos veículos sob a hipótese de que não há problematização da gordofobia, mas não só: perpetuam-se preconceitos. O racismo é o marcador utilizado por Pedro H. M. Mendonça para observar a cobertura jornalística do assassinato de Beto Freitas por agentes policiais por parte do UOL. No capítulo *O caso Beto Freitas e a cobertura descontextualizada do UOL*, o autor mostra as intensas disputas narrativas em torno do caso.

Questões de gênero também estão em pauta no capítulo *Apelo por Ghislaine Lefèvre: anarquivar o primeiro crime passionnal nas tramas históricas do jornalismo*. Nele, Karina Gomes Barbosa recupera a primeira cobertura jornalística de um feminicídio enquadrado judicialmente como crime passionnal, no século XVIII, para demonstrar como as raízes das opressões e violências contra mulheres são antigas.

Boa leitura!

I

Política, Desinformação e Resistências

Fake news em tempos de Covid: a desinformação durante a CPI da Pandemia

Fábio Alves Silveira

Introdução

Se é verdade que o fenômeno conhecido pelo anglicismo *fake news* é um dos grandes desafios do nosso tempo, essa batalha ganhou em relevância e dramaticidade durante a pandemia do novo coronavírus. A divulgação das notícias falsas tem se mostrado um veneno capaz de minar o debate público e corroer as instituições democráticas, mas num cenário pandêmico os danos podem ir além, tendo em vista que a diferença entre uma informação verdadeira e uma falsificação pode ser a diferença entre a vida e a morte. Desde que os primeiros casos foram confirmados na cidade de Wuhan, na China, para depois se espalhar por todos os continentes, junto com a pandemia se espalhou o que a Organização Mundial de Saúde chama de infodemia, uma “epidemia global de desinformação”.

Neste texto apresentamos uma pesquisa sobre as *fake news* veiculadas durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) aberta pelo Senado em 2021 para investigar erros e omissões do governo brasileiro na condução das políticas de enfrentamento à pandemia. Em julho de 2022, quando redigimos este texto, o número de mortos pelo coronavírus no Brasil já passa de 670 mil. Durante o período em que a CPI da Pandemia realizou reuniões públicas para a tomada de depoimentos, entre maio e outubro de 2021, o tema ganhou repercussão na imprensa e nas redes sociais. Foi nesse ambiente que as *fake news* apareceram com força, a ponto de terem ganhado um capítulo com 214 páginas no relatório final da CPI.

Para analisar o uso de *fake news* durante as investigações do Senado,

acompanhamos o trabalho de duas agências de checagens de fatos no período de funcionamento da Comissão: a agência Lupa, ligada à revista Piauí, e a Fato ao Fake, do site G1, das Organizações Globo. No período investigado as duas agências fizeram a checagem de 142 notícias falsas relacionadas à pandemia.

A respeito das *fake news*, é preciso que se diga que elas mimetizam o jornalismo, embora se beneficiem de um discurso que busca minar a credibilidade do próprio jornalismo. Se fazem passar por jornalismo usando conceitos fundamentais ao trabalho da imprensa, como o valor-notícia, sobre o qual nos debruçamos neste texto. Analisar a produção de notícias falsas à luz do conceito de valor-notícia nos permite inferir sobre os objetivos perseguidos pelos produtores a partir da veiculação desses conteúdos.

Como o tema se popularizou e a expressão tem sido usada para designar mentiras de forma geral, é preciso uma definição para diferenciar o que há de novo no fenômeno em questão com relação a outras formas de falsificação deliberada veiculadas inclusive pela mídia tradicional. Adotamos aqui a delimitação proposta por Eugênio Bucci, que defende que uma das principais características das *fake news* é a tentativa de disfarçar a autoria.

Se estamos tratando de mentiras, é importante delimitar o que é a verdade. Para tanto, recorreremos ao conceito de verdade factual, proposto por Hannah Arendt. A pesquisa sobre as *fake news* no contexto da CPI permite uma reflexão sobre o uso da desinformação como estratégia para a disputa política no Brasil durante a pandemia.

Fake news

Por se tratar de uma questão recente, o debate sobre *fake news* ainda está em construção e, por vezes, essa prática é confundida com outro fenômeno que ganhou notoriedade na segunda metade da década de 10, o de pós-verdade. Embora façam parte do mesmo cenário, *fake news* e pós-verdade não são a mesma coisa. Dunker (2017) entende

a pós-verdade como “uma suspensão completa de referência a fatos e verificações objetivas, substituídas por opiniões tornadas verossímeis apenas à base de repetições, sem confirmação de fontes (posição 369)”. Segundo o autor, o fenômeno “envolve uma combinação calculada de observações corretas, interpretações plausíveis e fontes confiáveis em uma mistura que é, no conjunto, absolutamente falsa e interesseira” (*Ibid*). Para concluir, ele afirma que a pós-verdade

transfere a autoridade da ciência ou do jornalismo sério para a produção e as opiniões, criando certos efeitos. A dificuldade em abordar o problema da ciência em toda a sua complexidade exige a cobertura de uma área muito extensa com preceitos simples e abrangentes (Dunker, 2017, posição 387-391).

Hezrom e Moreira (2018, posição 48) recorrem à descrição do dicionário britânico Oxford, segundo o qual a pós-verdade se relaciona a uma circunstância na qual fatos e evidências têm menos influência do que os apelos à emoção e a crenças pessoais. Por outras palavras, reforçam os autores, os fatos e as evidências são substituídos pela emoção e a intuição. Podemos dizer que a pós-verdade, como um discurso que tenta esvaziar a ciência e relativizar a verdade factual, é o solo sobre o qual florescem as *fake news*.

Ao falar em notícias falsas, entramos no terreno do jornalismo. A preocupação de que a imprensa publique informações verdadeiras é tão antiga quanto a própria imprensa. A necessidade de que as histórias publicadas pelos jornais sejam verdadeiras aparece na primeira tese acadêmica sobre jornalismo, defendida por Tobias Peucer (2000) em 1690, na Universidade de Leipzig. Discussões sobre erros intencionais e mentiras veiculadas pela imprensa percorrem um longo trajeto, de Wilian Randolph Hearst, o magnata da imprensa estadunidense do fim do século XIX, a Jayson Blair, o talentoso e até então premiado repórter do New York Times que foi demitido em 2003, sob a acusação de plagiar e inventar reportagens.

No Brasil não faltam exemplos de “erros” intencionais ou deliberados da imprensa. Em 2009, quando a então ministra Dilma Rousseff

começava a despontar como presidenciável, a Folha de S. Paulo, maior diário impresso do país, publicou uma polêmica ficha da ex-presidente, que teria sido elaborada por órgãos de repressão da ditadura militar, que atribuía a ela ações armadas. A ficha que circulava em sites de extrema-direita nunca foi comprovada. Mesmo admitindo que não seria possível comprovar a veracidade da ficha, o jornal a estampou em manchete. Outro episódio importante aconteceu na eleição presidencial de 2010, na disputa entre Dilma e o ex-governador e senador paulista José Serra (PSDB). Em campanha na Baixada Fluminense, o tucano encontrou militantes petistas. Foi atingido na cabeça por um objeto que, ao fim e ao cabo, foi identificado como uma bolinha de papel. O episódio gerou uma batalha de narrativas, na qual parte da imprensa adotou a tese de que teria sido um objeto mais duro e pesado.

Diante disso há que se perguntar: o que há de novo no fenômeno das *fake news* que o diferencia de todo o debate anterior sobre a verdade e a mentira no jornalismo? Antes de mais nada, é preciso dizer que esse fenômeno de disseminação de notícias falsas só é possível num mundo em que a internet permite e facilita a divulgação de informações por qualquer pessoa, com ou sem formação acadêmica em jornalismo e outras áreas, desde que ela tenha acesso à internet. Isso tira dos veículos de comunicação tradicionais a exclusividade da emissão de informações.

Eugênio Bucci traz uma contribuição importante para a delimitação do fenômeno: ele defende que notícias não são *fake* e que *fake news* não são notícias (Bucci, 2020, p. 30). O autor argumenta que as *fake news* são falsificações deliberadas, o que por si só não é suficiente para delimitar o problema. Conforme exposto acima, há vasta bibliografia tratando de falsificações deliberadas cometidas pela imprensa tradicional ou estabelecida. A diferença é que no caso das *fake news* há uma tentativa de disfarçar a autoria, difundindo massivamente falsificações com a intenção de que seus autores não sejam identificados e responsabilizados por elas. Ao contrário dos veículos tradicionais, que podem ser identificados e responsabilizados por erros, sejam eles intencionais ou não, os produtores de notícias falsas se escondem e tentam se passar por anônimos.

As notícias falsas se fazem passar por jornalismo a partir do texto, das chamadas e das imagens para fazer uso da credibilidade amealhada pelo jornalismo, ainda que eventualmente a credibilidade da imprensa tradicional seja posta em xeque. Bucci enumera características que marcam e diferenciam *fake news* de erros jornalísticos. Além da tentativa de se fazer passar por enunciados jornalísticos, elas têm origem desconhecida, o que torna difícil a identificação da sua autoria; além de desconhecida a autoria pode ser forjada. Os textos lançam mão de informações reais para dar credibilidade e descontextualizam as informações para gerar o efeito desejado, que é desinformar; têm o claro intuito de enganar, ludibriar o público; dependem dos meios digitais – e dos algoritmos – para a sua difusão; o volume e a velocidade com que são produzidas não encontram precedentes; e, por fim, o autor cita o fator econômico: “as notícias fraudulentas dão lucro (além de político, lucro econômico)” e por isso “se converteram num negócio obscuro” (*Ibid*, p. 33-34).

Verdade factual

O debate sobre o papel do jornalismo e seu enfrentamento com o fenômeno das *fake news*, nos leva a uma reflexão sobre verdade, mentira e política. Mas de qual verdade estamos falando? A informação trabalhada prioritariamente pela imprensa não busca a verdade racional, como na ciência ou na filosofia – embora esse debate também seja feito pelo jornalismo. A informação lida com informações importantes para que os cidadãos se orientem no seu dia. Falamos aqui da verdade factual, que, segundo Hannah Arendt, se refere a “fatos e eventos”, que são “o resultado invariável de homens que vivem e agem conjuntamente” (Arendt, 2016, p. 287). Estamos lidando aqui com afirmações e circunstâncias que envolvem muitas pessoas, são estabelecidas por testemunhas e dependem de comprovação. Segundo a autora, se “o contrário de uma asserção racionalmente verdadeira é ou erro e ignorância como nas Ciências ou ilusão e opinião, como na Filosofia.

A falsidade deliberada, a mentira cabal, somente entra em cena no domínio das afirmações fatuais” (*Ibid*, p.288).

Outra questão importante sobre a verdade factual é que ela é fundamental para o campo político, mas também tem poucas possibilidades de sobreviver ao “assédio do poder”, tendo em vista que “fatos e eventos são entidades infinitamente mais frágeis que axiomas, descobertas e teorias – ainda que os mais desvairadamente especulativos – produzidos pelo cérebro humano” (*Ibid*, p. 287-288). Os fatos e eventos que incomodam o poder político e aos quais Arendt se refere não são segredos de Estado ou informações sensíveis sobre as quais o Estado procura reduzir a sua exposição, mas fatos conhecidos publicamente (*Ibidem* p. 293).

O valor-notícia

A atividade jornalística convive com um paradoxo que ronda as redações diariamente: por um lado há uma matéria-prima ilimitada, que são os fatos e eventos sobre os quais os produtos jornalísticos se debruçam. Por outro, os recursos das organizações jornalísticas para dar conta dessa matéria-prima abundante são limitados. Quando falamos em recursos limitados nos referimos a questões práticas que vão desde a quantidade de equipes para cobrir esses fatos ao espaço disponível para apresentar o noticiário ao público, passando por outros pontos como o tempo de trabalho que essas equipes têm para cumprir suas tarefas e o prazo de fechamento de cada edição. Esse descompasso faz com que a tomada de decisões rápidas seja fundamental para que o noticiário seja elaborado pelos veículos de comunicação. As redações são obrigadas a fazer escolhas. Escolher alguns fatos para fazer a cobertura jornalística em detrimento de outros. Definir o destaque que será dado a cada um desses eventos e até mesmo as pessoas, as fontes que serão ouvidas para falar daquele assunto.

O conceito de valor-notícia tem um papel fundamental nesse processo de tomada de decisões. Para Gislene Silva, os valores-notícia

estão na instância da origem dos fatos e estão relacionados diretamente aos atributos inerentes ao fato em si. Aqui se pensa se há novidade, se o fato é de interesse público, se ele impacta sobre a vida dos leitores, se há algo no fato que quebre a normalidade (Silva; da Silva; Fernandes, 2014, p. 51-53). No primeiro contato com os fatos, esses atributos são usados para embasar a tomada de decisões sobre o que merece e o que não merece ser noticiado. Eles são um instrumento operacional que garante decisões rápidas dentro do processo de seleção de notícias – sem os quais seria impossível fechar e entregar edições de jornais e noticiários ao público –, ainda nesse primeiro contato com os fatos, em sua origem. Pode-se dizer que aqui são tomadas as primeiras decisões, é o momento em que repórteres, pauteiros ou produtores, editores e a chefia da redação definem o que merece ser apurado e o que já está descartado.

Entre os diversos valores-notícia apresentados pelos pesquisadores, existem pelo menos dois conceitos que, ao lado da atualidade, são duradouros e estão entre os mais importantes para o jornalismo: desvio e significância social. Marcos Paulo da Silva divide o conceito de desvio em três instâncias teóricas: o desvio estatístico, que enquadra eventos que não são comuns, ou que chamam atenção por se tratar de realizações ou acidentes acima ou abaixo da média; o desvio normativo trata da violação ou elaboração e leis e regras; e, por fim, o desvio de mudança social, que são os elementos que podem romper com a estabilidade de um sistema social (Silva; da Silva; Fernandes, 2014, p. 115). Silva recorre a Pamela Shoemaker para justificar o interesse humano por notícias desviantes com a “capacidade instintiva de focar atenção em eventos capazes de mudar/romper determinada ordem consolidada” (*Ibid*, p. 119). Nesse caso, a vigilância aos aspectos desviantes é considerada um traço natural das pessoas. Já a significância social é dividida em quatro subdimensões: política, econômica, cultural e pública.

Por mais que essas categorias tenham características operacionais e pragmáticas, viabilizando as decisões tomadas dentro das redações, Silva lembra que esses critérios são carregados de padrões culturais. Ou seja: as categorias de desvio e de significância social, ao dizerem

o que foge da normalidade ou o que é relevante, estão dizendo o que é a normalidade e o que é importante (ou não) para a sociedade. Ao dizer o que é desvio, o jornalismo está dizendo o que é o “normal”. Ao dizer o que é significativo, está dizendo o que não tem importância. Ou seja, os valores-notícia que definem as notícias contêm também os valores hegemônicos na sociedade. Por isso os fatos que rompem com a ideia do que seja a normalidade têm um forte apelo como valor-notícia. Esses fatos mobilizam as redações, chamam atenção dos jornalistas – presume-se que da audiência também – e ocupam um espaço privilegiado nos noticiários. O jornalismo se ocupa dos rompimentos da regularidade do cotidiano.

Com base na leitura de Gislene Silva, Marcos Paulo da Silva, Pamela Shoemaker, Nelson Traquina e Mauro Wolf, organizamos uma lista de valores-notícia que permite analisar os fatos escolhidos pelas organizações jornalísticas (Silveira, 2020). Defendemos que os valores-notícia refletem a tensão rua/redação, existente em todos os órgãos de imprensa, ou seja, o trabalho dos repórteres, sua tensão com a pauta e a edição (pautas que, reclamam os repórteres, parecem inexequíveis, por exemplo).

Pensamos os valores-notícia em duas instâncias: a rua, que corresponde e orienta a seleção primária, da apuração dos fatos, à coleta de depoimentos, informações e imagens – e que se enquadra no que autores como Nelson Traquina tratam como valores de seleção. Podemos dizer que essa primeira instância guia também o trabalho da pauta, que, dependendo da situação, pode ser o primeiro filtro por onde passa a informação; a segunda instância é a redação, que corresponde ao processo de edição e à tomada de decisão sobre os fatos que serão apurados, nos quais também são levados em conta o formato do produto jornalístico e a variedade de temas necessários para fazer um noticiário diversificado. Não ignoramos também que os valores-notícia que serão apresentados em nossa lista agem em conjunto nos dois processos e que a relação rua/redação, embora tenha conflitos, também é marcada pela harmonia – mesmo nos casos em que ela é imposta pela hierarquia –, sem o que seria impossível produzir

jornalismo diariamente (Silveira, 2022). Para a análise que fazemos neste trabalho, priorizamos os valores-notícia da rua.

Os valores-notícia da rua

Elencamos seis grupos de valores-notícia usados ou priorizados pela rua, na apuração e seleção primária dos fatos. O tempo, a relevância, o conflito, a quebra da normalidade, o interesse humano e a proximidade. Dentro de cada valor aqui apontado listamos os aspectos que consideramos aplicáveis.

Tempo – No valor-notícia tempo colocamos novidade, atualidade e periodicidade. Nessa categoria colocamos todos os aspectos relativos ao tempo, com o objetivo de responder se há algum fato novo. Seja no sentido de oferecer um “gancho” para retomar algum tema já noticiado, seja no sentido de ineditismo, tratando de um fato que ainda não foi noticiado pela imprensa. Cabem aqui o fato contemporâneo para lidar com um fato do passado (como a declaração do deputado e filho do ex-presidente e do ex-ministro da Economia a favor do AI-5) ou uma efeméride, até o resultado de uma reunião, uma decisão da Justiça ou do parlamento.

Relevância – Procuramos enquadrar aqui aspectos que têm impacto na vida das pessoas, a quantidade que pode ser afetada pelo acontecimento – uma greve nos transportes, por exemplo, afeta muita gente e tem um grande apelo –, a importância das pessoas envolvidas e o impacto que aquele fato provoca na vida das pessoas. O valor-notícia relevância equivale à categoria de significância social trabalhada por alguns autores.

Conflito – Aspectos que tratam de interesses em disputa, sejam econômicos, políticos, sociais. Podemos citar como exemplos uma decisão que pode aumentar gastos públicos; um corte de verbas que pode reduzir serviços públicos; uma decisão governamental que pode opor interesses de moradores de um bairro aos de construtores que pretendem instalar um shopping ou um supermercado no local.

Quebra da normalidade – Fatos que rompem com a rotina, com o esperado. A corrupção, os desvios comportamentais, o descumprimento de leis, escândalos, o inesperado. Fatos que afetam a dimensão simbólica, como a quebra da placa com o nome da vereadora assassinada, o pastor protestante que chuta a imagem da santa católica. Este valor-notícia equivale à categoria de desvio trabalhada por alguns autores.

Proximidade – A proximidade pode ser tanto geográfica quanto cultural.

Interesse humano – Histórias de interesse humano, que podem se referir a personagens que superaram dificuldades ou que podem ter sido prejudicadas de alguma forma, ou que foram vítimas de tragédias. Também se enquadram aqui histórias de “celebridades”, artistas e pessoas que ganharam notoriedade. Nesse caso, as pessoas notórias chamam atenção tanto por situações positivas quanto negativas.

Recorte

É difícil mensurar o volume de notícias falsas veiculadas durante o período de trabalho da CPI da Pandemia, até porque algumas se repetem ainda que sofrendo pequenas alterações. No dia 30 de setembro de 2021, a Fato ou Fake fez duas checagens sobre notícias falsas que lidavam com o mesmo tipo de falsificação, embora o argumento principal fosse o mesmo: jovens estariam morrendo depois de tomar a vacina contra a Covid-19. Uma das *fake news* checadas falava de mortes ocorridas em São Paulo, Santa Catarina e na Bahia. A outra checagem tratava de uma morte ocorrida no Rio Grande do Sul. As mortes ocorreram, mas não tinham relação com a vacina. São casos diferentes, mas a falsificação é uma só: as vacinas são perigosas e podem levar à morte. Diante desse emaranhado de notícias falsas, optamos por fazer uma análise documental das *fake news* a partir do trabalho das agências de checagem Lupa, ligada à revista piauí, e Fato ou Fake, do portal G1, das Organizações Globo.

Juntas as duas agências checaram 195 notícias falsas durante o período de funcionamento da CPI da Pandemia, sendo 111 checadas

pela Fato ou Fake e 84 pela agência Lupa. Retiramos as checagens feitas em duplicidade e de verificações, como as feitas pela Fato ou Fake sobre as falas de alguns depoentes da CPI, identificando em tempo real o que era verdade e o que era mentira. Essas últimas não foram consideradas verificação de notícias falsas por se tratarem de declarações feitas à CPI e transmitidas ao vivo, não configurando o que entendemos aqui como *fake news*, o que pressupõe conteúdos divulgados como se fossem matérias jornalísticas. Com essa classificação chegamos a 142 notícias falsas checadas pelas duas agências ao longo dos seis meses de funcionamento da CPI da Pandemia e que tratavam de temas investigados pela Comissão.

A decisão metodológica de analisar as *fake news* a partir do trabalho das agências de checagem nos coloca diante de uma questão posta por Afonso de Albuquerque. Albuquerque problematiza a questão de como as agências de checagem de fatos têm o poder de definir “a verdade” e tal trabalho é executado em alinhamento com o pensamento hegemônico. Como diz o autor, “as *fake news* não são definidas apenas pelo seu conteúdo, mas por quem as promove e o circuito por meio do qual isso ocorre”, o que pode fazer com que o debate se restrinja a uma discussão sobre “estabelecidos versus outsiders” (Albuquerque, 2021, p. 366).

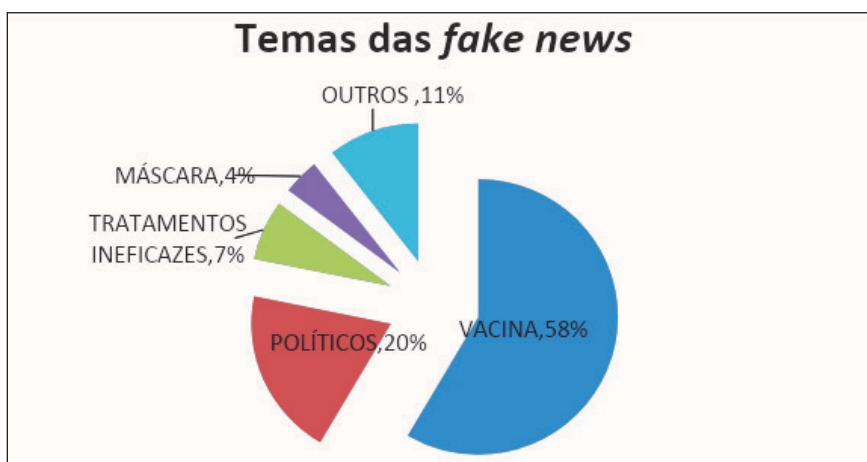
Embora não trabalhem diretamente com a apuração e veiculação de notícias, as agências de checagem se pautam pelos princípios do jornalismo e podemos encontrar no seu trabalho as marcas do conceito de valor-notícia. Como informam nos textos de suas checagens, as agências são acionadas a partir dos pedidos dos leitores, o que demonstra que há uma busca por verificar informações que tenham relevância. Como já demonstramos neste artigo, valores-notícia como os de desvio (quebra da normalidade) e significância social (relevância) trazem nas entrelinhas a visão de mundo de jornalistas e organizações jornalísticas.

Feita a ressalva, é importante que se diga que as agências de checagem têm um papel relevante no combate às *fake news*, pois oferecem caminhos para o combate à desinformação.

As *fake news* na CPI da Pandemia

A temática das *fake news* veiculadas durante a CPI da Pandemia é uma questão importante para compreendermos o fenômeno. Como mostra o quadro abaixo, a vacina e a vacinação foram o tema predominante nesse período, com 58% dos textos postados, seguido de longe pelos ataques aos políticos, com 20%, e pelos tratamentos ineficazes (7%) contra a Covid-19, um dos temas em torno do qual o governo mais polemizou ao longo do primeiro ano da pandemia e, portanto, antes da abertura da CPI.

GRÁFICO 1 – A temática das *fake news*



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

O foco das *fake news* sobre as vacinas busca desqualificar, questionar a eficácia e atribuir aos imunizantes riscos de prejuízos à saúde de quem as tomasse. Uma notícia falsa que sintetiza essa intencionalidade foi checada pela agência Lupa em 9 de setembro. O objeto da checagem foi um vídeo divulgado no Instagram, no qual uma mulher afirma que as pessoas que fossem vacinadas teriam uma sobrevida de 10 anos e atribui a informação a cientistas que estariam sendo “censurados”.

O conteúdo dessa desinformação permite inferir que o suposto risco (jamais confirmado) oferecido pelas vacinas à saúde justificaria as omissões do governo brasileiro na compra de imunizantes. A demora do governo para negociar com laboratórios que estavam mais avançados na produção das vacinas contra a Covid-19 e a tentativa de comprar imunizantes que nem estavam sendo analisados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foram temas que tiveram grande repercussão na imprensa e na opinião pública. Esses problemas ocuparam 152 das 1.179 páginas do relatório final da CPI.

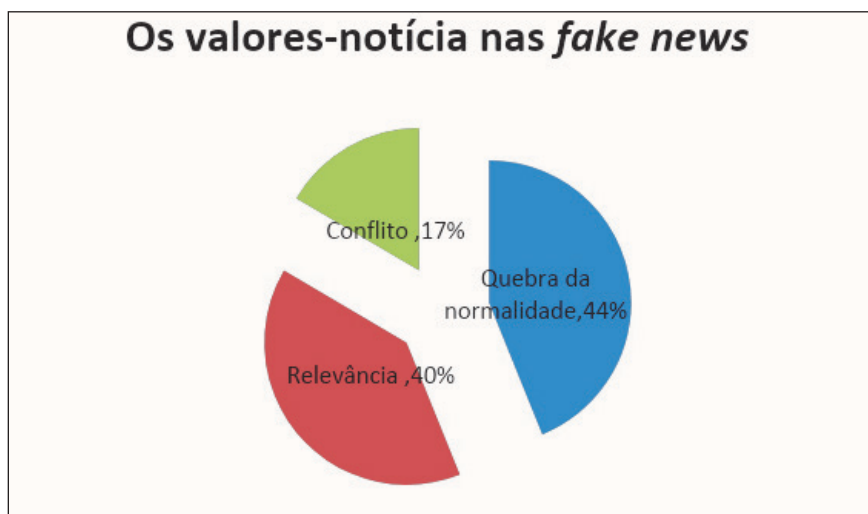
Fake news e valor-notícia

A análise das *fake news* sob a ótica do valor-notícia nos permite inferir sobre os objetivos que os produtores das notícias falsas pretendiam alcançar com os conteúdos veiculados. Antes da análise cabe uma ressalva: valores-notícia dizem respeito aos atributos dos fatos com os quais as organizações jornalísticas lidam no seu cotidiano e que permitem a tomada de decisões editoriais que vão desde a escolha dos fatos que serão levados ao público até a hierarquização desses fatos. Ao lidar com *fake news* não estamos lidando com fatos – como vimos em Arendt, o contrário da verdade factual é “a falsidade deliberada, a mentira cabal” (Arendt, 2016). Quando aplicarmos o conceito de valor-notícia para compreender as *fake news* temos consciência de que estamos lidando com conteúdos que sabemos ser mentiras – e por isso não são fatos. Mas a partir dessa aplicação podemos inferir sobre a intenção por trás do conteúdo e compreender a lógica sob a qual agem os produtores das notícias falsas. Além disso, levamos em conta que as *fake news* tentam mimetizar a imprensa e seus enunciados se organizam a partir das categorias usadas pelos jornalistas no seu trabalho diário.

O gráfico abaixo mostra que as *fake news* analisadas neste trabalho se concentram em três das seis categorias de valor-notícia: Quebra da normalidade (44% dos conteúdos), Relevância (40%) e Conflito

(16%). O predomínio desses valores-notícia indica que seus produtores priorizam temas que sugerem a ruptura com os padrões de normalidade, afetam a vida das pessoas e que retratam as disputas existentes na sociedade, tipos de conteúdo que se adequam à lógica dos algoritmos das redes sociais, que são movidos a polêmicas.

GRÁFICO 2 – Os valores-notícia nas *fake news*



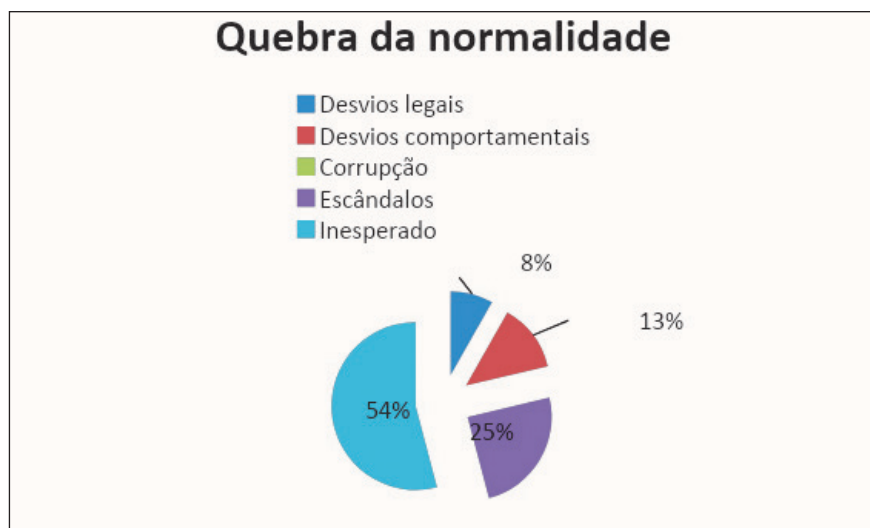
Fonte: Elaborado do autor (2022)

Aprofundando a análise, verificamos que das 61 *fake news* em que prevalece a Quebra da normalidade, 33 estão na categoria Inesperado, ou seja, tratam de situações que surpreendem.

No dia 7 de julho, a Fato ou Fake checkou uma notícia falsa veiculada pelas redes sociais afirmando que as vacinas alteram as células sanguíneas. Na postagem aparecem quatro imagens para ilustrar um texto que afirma que as células do sangue teriam mudado “drasticamente” no dia seguinte à vacinação e que aparecem “inúmeras nanopartículas estranhas no sangue”. Na checagem a Fato ou Fake ouviu Martha Mariana Arruda, doutora em hematologia pela Escola Paulista de Medicina e médica do Hospital Sírio Libanês, que diz que as imagens

não têm “absolutamente nada a ver com a vacina” e que as “alterações” que aparecem nelas “podem ser facilmente produzidas, bastando para isso provocar ou deixar ocorrer falhas na forma de preparação” das lâminas. Essa notícia falsa se encaixa na categoria Inesperado, por se tratar de um suposto efeito da vacina sobre o qual não havia previsão. Esse tipo de falsificação tenta mostrar que os imunizantes são fruto de improviso e seus efeitos colaterais podem ser ainda mais prejudiciais do que a contaminação pelo coronavírus, o que, se fosse verdade, serviria legitimar a tese defendida pelo governo brasileiro desde o primeiro momento, de que a “imunidade de rebanho”, adquirida depois que uma grande proporção de pessoas fosse contaminada, seria a melhor forma de conter a pandemia.

GRÁFICO 3 – Quebra da normalidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Também na categoria Inesperado aparecem notícias falsas como a que foi checada pela agência Lupa em 25 de agosto, afirmando que a carga viral de vacinados seria 251 vezes maior do que a de não vacinados.

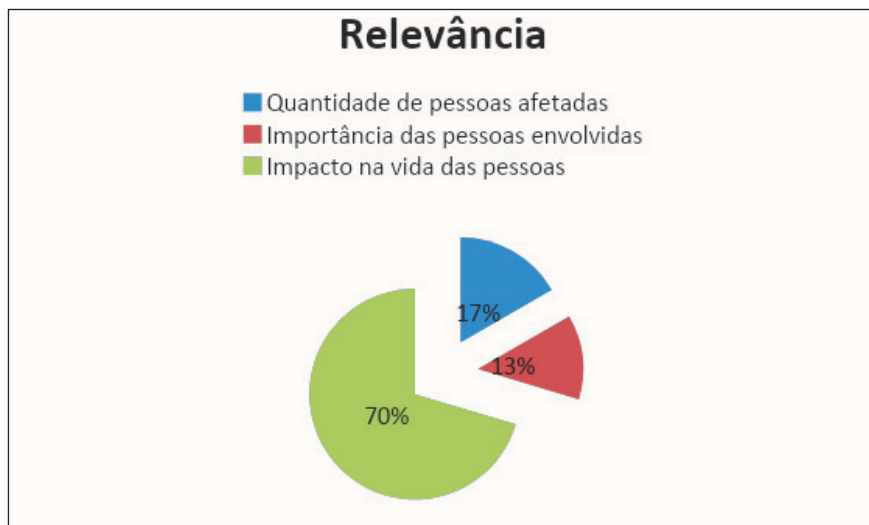
Outra categoria que aparece com destaque nas *fake news* dentro do valor-notícia Quebra da normalidade é o Escândalo. Em 2 de junho a agência Lupa checa uma informação falsa compartilhada no Facebook e visualizada por 31 mil pessoas até aquele momento, que afirma que e-mails “vazados do “doutor Fauci (Anthony Fauci), da Casa Branca”, mostrariam que “o vírus chinês aparenta ser fruto de engenharia genética”. O “vazamento” seria um escândalo por revelar algo que autoridades, como o diretor dos Institutos Nacionais de Alergia e Doenças Infecciosas dos Estados Unidos, estariam tentando esconder. A checagem da Lupa informa que os e-mails existem, mas não foram vazados: vieram a público por meio da Freedom of Information, uma legislação estadunidense de acesso à informação. Em um e-mail trocado com o biólogo Kristian Andersen, Fauci recomenda a leitura de um texto jornalístico – e não científico – que não afirma ou sugere que o vírus tenha sido criado em laboratório, apenas diz que cientistas estavam tentando buscar a sua origem. Um discurso usado pelo então presidente dos EUA, Donald Trump – e repetido no Brasil pelo grupo do ex-presidente Jair Bolsonaro – durante a pandemia foi de que o vírus teria sido criado em laboratório e vazado por chineses. Uma fala que está voltada para a geopolítica, sem nenhum embasamento científico.

Outro exemplo do uso da categoria Escândalo foi checado pela Fato ou Fake em 8 de agosto: Bill Gates teria sido preso por militares dos EUA por causa das vacinas contra a Covid-19 – o que não aconteceu.

No valor-notícia Relevância, a categoria mais usada pelos produtores de *fake news* é o Impacto na vida das pessoas, uma categoria muito importante que, quando aplicada a fatos, busca alertar sobre situações que podem afetar o cotidiano da sociedade.

Em 15 de setembro a Fato ou Fake desmentiu um texto que circulou nas redes sociais afirmando que o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não recomendavam a vacinação de menores de 18 anos contra a Covid-19. A agência informou que o Ministério da Saúde chegou a recomendar que a vacina não fosse aplicada em menores que não tivessem comorbidade, mas depois recuou. A Anvisa nunca fez esse apontamento.

GRÁFICO 4 – Relevância

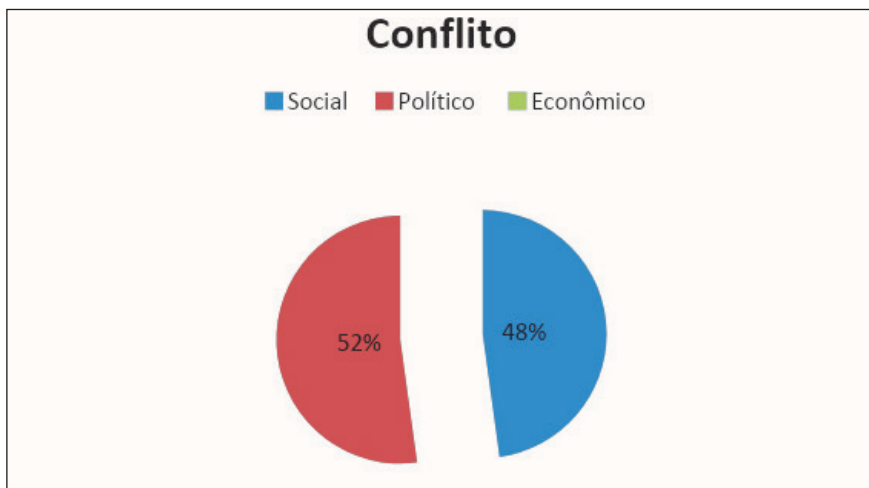


Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Outro exemplo do uso da categoria Impacto na vida das pessoas aparece numa checagem feita pela agência Lupa às vésperas da apresentação do relatório final da CPI da Pandemia, no dia 15 de setembro. O texto que circulava no Facebook afirmava que a União Europeia decidiu substituir a vacinação pelo uso da ivermectina, um dos medicamentos defendidos pelo governo brasileiro e diretamente pelo presidente Bolsonaro como “indicados” para o combate à Covid-19 e cuja eficácia foi descartada pela comunidade científica internacional. A “notícia”, que teria um grande impacto no cotidiano, impactaria também na política, caso fosse verdade: seria redentor para o governo, a poucos dias da apresentação de um relatório que falaria das omissões na compra de imunizantes, uma notícia de que a União Europeia estaria descartando a vacinação e adotando um medicamento em questão.

Por fim, o terceiro valor-notícia mais usado pelos produtores de *fake news* foi o Conflito, com 23 conteúdos verificados pelas agências de checagem de fatos. Nesse caso há um equilíbrio entre as categorias Social e Político. Consideramos que nessa categoria aparecem ataques a adversários políticos, aos quais são atribuídas atitudes desabonadoras, a fim de desqualificar a atuação desses agentes.

GRÁFICO 5 - Conflito



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Logo no dia da realização da primeira sessão da CPI da Pandemia para a tomada de depoimentos, em 4 de maio, a agência Lupa desmentiu um vídeo, até então com 17 mil compartilhamentos, em que, segundo o enunciado feito no Facebook, filhos do senador Renan Calheiros (MDB/AL) estariam “embarcando em avião da FAB (Força Aérea Brasileira) para curtir uma praia”. Calheiros, relator da CPI, é adversário do governo e uma “notícia” de que seus filhos usavam um equipamento do Estado brasileiro com objetivos privados seria uma forma de desqualificar o adversário que estaria contrariando o governo para manter seus privilégios.

Na categoria Social do valor-notícia Conflito, um exemplo eloquente aparece na checagem feita em 6 de agosto de 2021 pela Fato ou Fake. A falsificação em questão afirma que a Prefeitura de Campinas pretendia bloquear junto à Receita Federal o CPF de quem se recusasse a se vacinar. A notícia falsa foi montada em cima de um texto divulgado no site da própria Prefeitura de Campinas que informava que as pessoas que se cadastrassem para a vacinação e não comparecessem seriam impedidas temporariamente de fazer um novo agendamento no site da Prefeitura. Em outras palavras, quem faltasse na data e horário

agendados voltaria para o fim da fila. Mas para os produtores de *fake news* e seu público seria uma retaliação, uma forma de a prefeitura em questão obrigar as pessoas a aderirem à vacina, mesmo que elas não desejassem usar o imunizante.

Considerações finais

O estudo das *fake news* durante o período da CPI da Pandemia permite que cheguemos a algumas conclusões. A primeira é de que existe uma estrutura em funcionamento a produzir as falsificações para atender os interesses e necessidades de um grupo político específico, o grupo que ocupou o poder no governo federal no quadriênio 2019-2022. Por isso podemos falar em produtores de notícias falsas que atuam de forma coordenada, o que a jornalista Patrícia Campos Mello (2020) qualificou como “máquina do ódio”. A máquina funciona conforme as necessidades do grupo, tentando reafirmar posicionamentos e municiar militantes com argumentos para a defesa do grupo, ainda que esses argumentos não tenham base na verdade factual.

A produção de *fake news* é mais um elemento do conflito entre verdade factual e poder político identificado por Arendt. As *fake news* se somam às diversas formas de pressão já exercidas pelo poder político sobre as instituições nas quais Arendt defende que estão abrigados aqueles que têm o potencial de “contar a verdade”, de trazer a verdade factual para o debate público, como a universidade, o judiciário e a imprensa – não por acaso, as três instituições mais atacadas pela extrema-direita em nossos dias. Entendemos que a produção massiva de notícias falsas contribui com a argumentação usada na tentativa de minar a credibilidade e a legitimidade dessas instituições, um passo importante para implementar um projeto de poder autoritário e que se aproxima dos movimentos totalitários do século XX.

A análise feita a partir dos valores-notícia nos permite inferir que a produção de *fake news* de forma organizada busca dar respostas

imediatas às necessidades do grupo político que montou e se beneficia da desinformação. Se as omissões e a demora na compra de vacinas podem derrubar a popularidade do presidente, a estrutura de falsificação trabalhou para combater a credibilidade das vacinas e legitimar os posicionamentos do governo. Foi assim que se moveu a máquina de *fake news*, sempre sintonizada com a agenda da CPI da Pandemia e sua repercussão na sociedade.

Defendemos que apesar de todos os problemas e limitações das organizações jornalísticas tradicionais – que no Brasil têm uma parcela importante de responsabilidade pela ascensão da extrema-direita e de sua política baseada em mentiras e teorias conspiratórias –, o jornalismo tem um papel fundamental no combate à desinformação e ao mundo distópico que pode surgir caso os grupos políticos por trás das máquinas de ódio prevaleçam.

Referências

- ALBUQUERQUE, Afonso de. Quem vigia os vigias? O combate às fake news na pós-democracia brasileira. In COSTA, M. A. (Org) *Qual o caminho do Brasil?* Instituições, cultura e política no Século XXI. Curitiba, Abris, 2021. E-book.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Perspectiva, 2016.
- BUCCI, Eugênio. News não são fake – e fake não são news. In BARBOSA, Mariana. (Org) *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro, Cobogó, 2020. Recurso digital.
- DELMAZO, Caroline.; VALENTE, Jonas Chagas Lucio. *Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques*. Revista Media e Jornalismo, Nº 32 Volume 18, Nº 1, p. 155-169, Universidade de Coimbra (Portugal), 2018.
- DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. IN: DUNKER, Christian. TEZZA, Cristóvão. FUKS, JJulián. TIBURI, Márcia. SAFATLE, Vladimir. *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre, Dublinense, 2017. E-book.

- HEZROM, Edomm. MOREIRA, Isabela. *Pós-verdade e fake news – os desafios do jornalismo na era da informação*. Goiânia, Pronto Editora Gráfica, 2018. E-book
- MELLO, Patrícia Campos. *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.
- PEUCER, Tobias. *Os relatos jornalísticos*. Tradução de Paulo da Rocha Dias. Revista Comunicação & Sociedade. Universidade Metodista de São Paulo, n. 33, 2000.
- ROVAI, Renato. *Um novo ecossistema midiático – A história do jornalismo digital no Brasil*. Buenos Aires, Clacso, 2018.
- SANTAELLA, Lucia. *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* (E-book) – Barueri (SP), Estação das Letras e das Cores, 2018
- SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz. *Crítérios de Noticiabilidade – Problemas, conceituais e aplicações*. Florianópolis, Insular, 2014
- SILVEIRA, Fábio Alves. *Os limites do jornalismo: a última batalha do Jornal de Londrina*. Tese de doutorado, Bauru, Unesp, 2020.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo Volume I – Porque as notícias são como são*. Florianópolis, Insular, 2004.
- _____. *Teorias do jornalismo Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa sensacional*. 2ª Edição. Florianópolis, Insular, 2008.
- WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. Tradução: Karina Jannini. 2ª Edição. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

Da desinformação ao caos: a representação do brasileiro no caso dos sommeliers de vacina

Paulo Henrique Soares de Almeida

Introdução

Em um cenário digital no qual a cultura participativa e a convergência ganham cada vez mais espaço nas redes sociais, promovendo uma comunicação descentralizada e horizontal, muitas vezes, as informações no ciberespaço também nos chegam desconstruídas, contraditórias, absurdas e fantasiosas para caluniar, disseminar preconceitos, confundir pessoas, pensamentos e inferir julgamentos. Diante do caos midiático, estamos em uma desordem informacional, popularmente conhecida pela propagação das *fake news* ou notícias falsas, termo que evitamos usar. Isso porque notícias significam informações verificáveis de interesse público, e as informações que não atendem a esses padrões não merecem o rótulo de notícias. Além do mais, essa nomenclatura não atende todo o problema.

A desordem informacional diz respeito tanto às conspirações, rumores, mídia manipulada, quanto as informações superficiais, descontextualizadas, enganosas e errôneas, conforme nos orientam Fenton e Freedman (2018). Na perspectiva desses autores, este cenário, entre outras circunstâncias negativas, geram uma sensação de incerteza e ansiedade sobre a veracidade do que é noticiado, diante das falsidades capazes de minar processos democráticos e exercer controle sobre a vida das pessoas. E neste contexto, a pandemia da Covid-19 nos mostrou o quão grave é esta situação, pois evidenciou a crise de confiança vivida por instituições como o Estado, a imprensa e a ciência.

Em números, no Brasil, quatro em cada 10 pessoas afirmam receber notícias falsas todos os dias. Os dados divulgados em 2022 fazem parte de um levantamento feito pela *Poynter Institute*, escola

de jornalismo e organização de pesquisas americana, com apoio do *Google* (Guimarães; Rodrigues, 2022). Entre os que compartilharam acidentalmente informações erradas em algum momento, 43% dos brasileiros afirmaram já ter enviado um post, vídeo, imagem ou notícia e só mais tarde terem percebido que se tratava de *fake news*. Segundo a pesquisa, os jovens são os mais propensos a assumir o envio, em especial a Geração Z – aqueles que têm entre 18 e 25 anos. Logo, como o jornalismo pode contribuir com reportagens que estimulam o pensamento crítico do seu público?

Apesar da discussão ter crescido nos últimos anos, principalmente pela polarização política, essa desordem informacional sempre fez parte da sociedade, seja como meio de afastar verdades incômodas ou ainda atacar a honra de alguém. Porém, com a internet, este caos ganhou um poder devastador muito maior, pois seu alcance, impulsionado ainda pelos algoritmos em rede, pode ser inimaginável. Por vezes, são notícias compartilhadas em páginas de aplicativos como *WhatsApp*, *Facebook* ou *Twitter*, pois as pessoas tendem a acreditar naquilo em que querem e filtram a informação a fim de adaptá-la a suas avaliações preconcebidas. Relutam muito mais em aceitar fatos que desafiam as suas crenças do que aqueles que coincidem com suas convicções. E como o número de usuários das redes sociais é gigantesco, mais de 150 milhões apenas no Brasil, segundo Relatório Digital 2021 (We Are Social; Hootsuite, 2021), fica claro a dificuldade em filtrar a veracidade na rede.

Observamos ainda, o quanto a comunicação se enquadra como um fenômeno de representação social, no sentido de entendermos as possíveis influências dessa desordem informacional nas condutas, nos comportamentos, nas atitudes, nas tomadas de posições e interpretação da realidade. É neste contexto, que este artigo tem como objetivo analisar em que aspectos a cobertura midiática da pandemia da Covid-19 reflete negativamente na cultura e representação do brasileiro em meio à crise sanitária do coronavírus. Utilizando como metodologia a Análise Crítica da Narrativa, o nosso objetivo é analisar a maneira como o brasileiro foi representado em duas reportagens sobre o caso dos *sommeliers de vacina*, pessoas que durante a vacinação contra

a Covid-19 foram aos postos de saúde em busca de um imunizante específico. Quais representações da cultura brasileira são reveladas nessas notícias? Quais críticas políticas e sociais esses textos registram?

Para respondermos essas perguntas, o primeiro movimento de análise é compreendermos o contexto em que a notícia emerge. A crise da Covid-19 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como pandemia em 11 de março de 2020. A doença trata-se de uma infecção respiratória aguda potencialmente grave e de distribuição global, que possui elevada transmissibilidade entre as pessoas por meio de gotículas respiratórias ou contato com objetos e superfícies contaminadas. Segundo a OMS, cerca de 80% das pessoas com Covid-19 se recuperam da doença sem precisar de tratamento hospitalar. Entretanto, uma em cada seis pessoas infectadas pelo SARS-CoV-2 desenvolvem formas graves da doença. Pessoas idosas e/ou com morbidades, a exemplo daqueles com problemas cardíacos, pulmonares, diabetes ou câncer, têm maior risco de evoluírem para formas graves. Entre as medidas de prevenção indicadas pela OMS, estão: o distanciamento social, higienização das mãos, uso de máscaras, limpeza e desinfecção de ambientes, isolamento de casos suspeitos e confirmados e quarentena dos contatos dos casos de Covid-19, conforme orientações médicas.

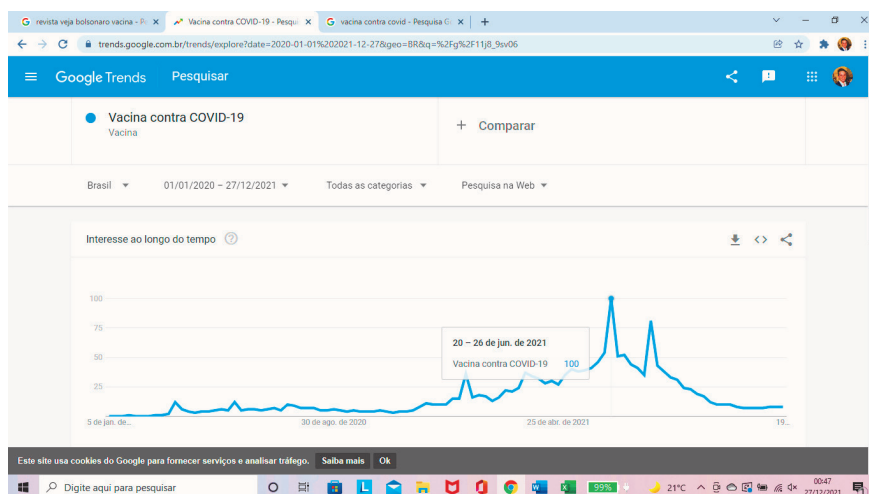
No Brasil, o primeiro caso de Covid-19 confirmado foi em 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo. No mesmo mês, começaram as primeiras ações governamentais ligadas à pandemia, como a repatriação dos brasileiros que viviam em Wuhan, cidade chinesa, epicentro da infecção. Desde então, a pandemia e as ações governamentais foram variadas, com reduções e aumentos no número de casos, medidas como *lockdown* e o início da vacinação em 18 de janeiro de 2021, envolvendo as três esferas gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS), contando com recursos da União, das Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e das Secretarias Municipais de Saúde (SMS). País com mais de 200 milhões de habitantes, um ano depois, em 3 de janeiro de 2022, 331 milhões de doses já tinham sido aplicadas no Brasil e 143 milhões de pessoas estavam totalmente vacinadas, o que já representava 67,5%

da população, ultrapassando países populosos, como os Estados Unidos (62%).

Ao todo, o governo federal gastou, até 16 de dezembro de 2021, R\$ 633,4 bilhões no combate à pandemia desde 2020, conforme o monitoramento de gastos da União com o combate à Covid-19 (Monitoramento, 2021). As medidas de enfrentamento da crise econômica, como o pagamento do auxílio emergencial, foram o principal destino dos recursos.

O fato é que, além do olhar para o cuidado com a saúde e risco de morte, a crise da Covid-19 expõe relações políticas, sociais e culturais no Brasil, muitas vezes representadas pela mídia. Enquanto, no ponto alto da pandemia, a imprensa mostrava milhares de pessoas à espera de leitos em UTIs em todos os estados, também ganhava destaque uma parcela da população na qual a percepção de estar fora de perigo era constante. Sentiam-se no direito de relaxar regras de isolamento, promover encontros com amigos e até escolher a vacina que iriam tomar. É este o objeto de estudo desta pesquisa.

FIGURA 1: dados do Google Trends mostram que entre 1º de janeiro de 2020 a 27 de dezembro de 2021, a frase “Vacina contra Covid-19” foi destaque entre 20 e 26 de junho de 2021, alcançando 100 pontos no dia 26/6/21.



Fonte: Google Trends.

A escolha do tema não foi arbitrária. Para chegarmos ao recorte do assunto, colocamos a frase “Vacina contra Covid-19” no *Google Trends*, ferramenta disponibilizada pela plataforma *Google* que permite acompanhar a evolução do número de buscas por uma determinada palavra-chave. A pesquisa do banco de dados revelou que, entre 1º de janeiro de 2020 a 27 de dezembro de 2021, a frase foi destaque entre 20 e 26 de junho de 2021, alcançando 100 pontos (Figura 1). Mas o que pode ter desencadeado este aumento repentino?

No contexto, neste período em análise, a imprensa noticiava que o número de óbitos por conta da doença no país já alcançava 500 mil pessoas, atrás apenas dos Estados Unidos, com 600 mil mortes. Era destaque ainda que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 investigava uma suspeita de corrupção na compra da vacina indiana *Covaxin*, ao mesmo tempo que também aprovava a convocação de representantes das plataformas *Google*, *Facebook* e *Twitter* para prestarem esclarecimentos sobre a veiculação e exclusão de conteúdos falsos ou desinformativos que circulavam por suas redes sobre o coronavírus e a vacinação. Por trás da iniciativa, que partiu do vice-presidente da CPI, o senador Randolfe Rodrigues, estava a tentativa de enquadrar o ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, com informações contrárias a evidências científicas no combate à Covid-19.

O relatório final da CPI da Covid, apresentado em 20 de outubro de 2021 no Senado Federal, afirmou que Jair Bolsonaro e seus três filhos, Flávio Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro e Carlos Bolsonaro, comandaram uma organização de propagação de informações falsas sobre a pandemia. De autoria do senador Renan Calheiros, o texto diz que o grupo teria como objetivo “influenciar a opinião da população” por meio de informações falsas. O relatório lista uma série de declarações do ex-presidente, dos filhos e de outros aliados com falsidades ou distorções sobre temas como vacinas, uso de máscaras, uso de medicamentos e a responsabilidade do governo federal no controle da pandemia (Teixeira, 2021).

Falcão e Souza (2021) mostram como o cenário, impulsionado pelas redes sociais, colaborou para uma infodemia:

De acordo com material produzido pelo Departamento de Evidência e Inteligência para Ação em Saúde, da OPAS, em parceria com a OMS, o termo infodemia se refere a um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual. Nessa situação, surgem rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa. Na era da informação, esse fenômeno é amplificado pelas redes sociais e se alastra mais rapidamente, como um vírus (Falcão; Souza, 2021, p. 64).

Conforme as autoras, entre as consequências, a epidemia da desinformação pode fazer com que as pessoas se sintam ansiosas, deprimidas, sobrecarregadas, emocionalmente exaustas e incapazes de atender a demandas importantes. “Também pode afetar os processos de tomada de decisões, quando se esperam respostas imediatas e não se dedica tempo suficiente para analisar com cuidado as evidências. Afinal, não há controle de qualidade do que é publicado” (Falcão; Souza, 2021, p. 64).

Ao trabalhar o tema, Falcão e Souza usam ainda como referência a pesquisa de Posetti e Bontcheva (2020), que relacionaram as *fake news* sobre a Covid-19 nas seguintes categorias: a) origem e propagação do vírus; b) estatísticas falsas e enganosas; c) impactos econômicos (e sanitários) da pandemia; d) descrédito dos jornalistas e dos meios de comunicação; e) ciência médica: sintomas, diagnóstico e tratamento; f) impactos na sociedade e no meio ambiente; g) politização com ponto de vista; h) conteúdos promovidos para lucro fraudulento, a partir dos dados pessoais; e i) sobre celebridades que foram supostamente contaminadas. “As *fake news* com receitas caseiras e indicação de produtos naturais para imunização contra a doença estão entre as mais comuns no *WhatsApp*. Tem sido muito difundida ainda a categoria ‘ciência médica: sintomas, diagnóstico e tratamento’ que, supostamente, previne ou cura a Covid-19” (Falcão; Souza, 2021, p. 64).

Essas observações refletem nos dados do *Google Trends*, onde a alta busca pela frase “Vacina contra a Covid-19”, no período 20 e 26 de junho de 2021, também sugere ser motivada pelo interesse do brasileiro em saber a eficácia do tratamento, os efeitos e os tipos de vacinas disponíveis no Brasil. As dúvidas ocorrem, muitas vezes, por causa das decisões contraditórias de governos, da OMS e da cobertura midiática, ao trazer em alguns casos, informações imprecisas ao cair na armadilha do sensacionalismo.

Em matéria publicada no jornal Estado de S. Paulo em 27 de janeiro de 2020, por exemplo, a OMS admitia o erro ao minimizar o risco global de coronavírus. “Organização Mundial alega que houve equívoco de formulação em boletim da semana passada e reconhece maior gravidade do surto: avanço do vírus faz Mongólia fechar fronteira e outros países restringirem acesso de viajantes chineses” (Felix; Vargas, 2020). Dúvidas que ganharam repercussão na imprensa e acabaram reverberando em novos acontecimentos, como o caso dos *sommeliers de vacina*, pessoas que se recusavam ou queriam escolher tomar a vacina contra a Covid-19 em função da marca do imunizante. Em vista disso, escolhemos este episódio como objeto do nosso estudo.

Metodologia e análise dos dados

Stuart Hall, um dos principais nomes dos Estudos Culturais, defende que “*culture is about ‘shared meanings’*” (Hall, 2009, p. 2), isto é, processo de significar e compartilhar valores de um determinado grupo ou sociedade por meio da linguagem, operada pelo sistema de representação. Este sistema, segundo o autor, significa usar a linguagem para dizer alguma coisa com sentido sobre algo ou alguém, a partir de símbolos, seja por palavras, músicas, imagens, fotos, entre outros. Em resumo, a representação conecta significado e linguagem com a cultura. “Dizer que duas pessoas pertencem à mesma cultura é dizer

que elas interpretam o mundo e se expressam, aproximadamente, da mesma maneira” (Hall, 2009, p. 2).

Tais quadros de referência, de acordo com Hall (2009), funcionam como moldura ou enquadramento dos fatos. São como mapas culturais, que constroem significados e direcionam a forma como os códigos serão interpretados. “Nós damos às coisas significados pelo modo como as representamos, as palavras que usamos, histórias que contamos, emoções que a elas associamos e imagens que produzimos” (Hall, 2009, p. 3). Neste sentido, o registro de costumes, práticas e representações na imprensa nos orienta sobre o que sabemos de uma nação ou como interpretarmos um momento histórico, como este vivenciado com a pandemia da Covid-19.

Compreendemos as notícias como narrativas midiáticas complexas que, ao interpretar uma realidade ou acontecimento específico, incorporam discursos sociais e políticos que ajudam a constituir a visão de mundo, pensamentos e ações do indivíduo. Elas registram a história, o mito, as práticas culturais e representações que perpetuam e se cristalizam na memória coletiva. Mergulhar no conteúdo desses textos nos leva a compreender a representação da sociedade à nossa volta, a cultura e os hábitos onde elas são criadas, veiculadas e recebidas. Desse modo, suas análises devem ser observadas dentro de uma leitura crítica, capaz de articular relações com o contexto social em que a narrativa jornalística foi produzida.

Como este estudo requer conhecimentos que envolvem contexto social, fatos históricos, relações de poder, política e linguagem, adotamos como caminho metodológico a Análise Crítica da Narrativa, proposta pelo professor Luiz Gonzaga Motta (2013). Nosso objetivo é ir além do estruturalismo e observar, não apenas a mensagem produzida, mas também como o episódio dos *sommeliers de vacina* se articula com a cultura, as representações dos personagens, o conflito e a memória.

Portanto, neste estudo, a Análise Crítica da Narrativa sugerida por Motta (2013) segue três caminhos interligados.

a. plano de expressão: discurso e linguagem, onde a narrativa se aflora e captura o olhar do espectador. Aqui, observamos as figuras de linguagem, como ironia e hipérbole, e os sentidos construídos para causar o efeito de real da notícia;

b. plano da história: é o plano da significação e do conteúdo, no qual estudamos o enredo, o drama, as críticas que aparecem e as personagens;

c. plano da metanarrativa: onde veremos como essas representações remetem à memória e à identidade brasileira. É o plano que mergulha nos significados e sentidos cristalizados pela tradição histórica, social e política do espaço em que a narrativa foi construída.

Para respondermos às perguntas deste artigo, vamos analisar duas narrativas jornalísticas sobre o tema proposto. Uma publicada no site da BBC News Brasil e outra no portal Veja. Além de as reportagens trazerem conteúdos e elementos culturais importantes para a análise, a escolha dos canais se deve pela presença na primeira página do Google sobre o assunto e relevância desses veículos de comunicação no cenário nacional e internacional.

a. BBC News Brasil

TABELA 1: dados da reportagem da BBC News Brasil.

Título	Líder de vacinas da Pfizer Brasil: 'Quando chegar sua vez, tome a que estiver disponível'.
Autor	André Biernath
Data de publicação	25 junho 2021
Personagens	Os brasileiros; a pediatra infectologista Júlia Spinardi, líder médica de vacinas da Pfizer Brasil; o ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro; o humorista e roteirista Esse Menino; e o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus.

Conteúdos desta ques da história	A “escolha” seletiva do consumidor pode trazer mais prejuízos do que benefícios; Segundo relatos publicados nas redes sociais, a vacina Comirnaty, desenvolvida por Pfizer/BioNTech, virou a “queridinha” de muita gente que se recusa a tomar a CoronaVac (Sinovac/Instituto Butantan) ou a AZD1222 (AstraZeneca/Universidade de Oxford), as outras opções disponíveis na campanha de imunização brasileira até o meio de junho; O fenômeno dos “sommeliers de vacinas” está gerando reações nos próprios postos de imunização; O desembarque das primeiras doses no país foi um momento de muita esperança; Mas é claro que essa esperança fica muito próxima de outros sentimentos, como o estado de alerta constante com os boatos e as notícias falsas; E essas teorias da conspiração vêm de todos os lados: o exemplo mais notório foi o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro que, em dezembro de 2020, se envolveu numa polêmica ao comentar sobre as negociações com a Pfizer; Sem citar nenhum exemplo específico, Spinardi atesta que a melhor maneira de lidar com as notícias falsas é apostar na informação. “As pessoas têm o direito de fazer perguntas e precisam encontrar respostas. Há muito medo, por exemplo, com os efeitos colaterais. Então é necessário que todos saibam o que podem sentir após tomar a vacina”, aposta. “Precisamos entender que as vacinas disponíveis se mostraram seguras e eficazes e o uso de todas elas, em conjunto, é o que vai nos permitir controlar a covid-19”, diz Spinardi; “Quando chegar a sua vez, vacine-se com o imunizante que estiver disponível. E incentive as demais pessoas da sua família, da sua rua e da sua comunidade a fazerem o mesmo”, completa; Ainda no universo dos fenômenos recentes, não dá para ignorar como as vacinas contra o coronavírus viraram assunto popular e hoje aparecem em abundância nos memes; “Mas é importante entender que os memes podem até chamar a atenção para o assunto, mas eles não devem ser a única fonte de informação: as pessoas precisam buscar materiais mais completos e contextualizados”, pondera; Passados os seis primeiros meses de vacinação contra a covid-19 em várias partes do mundo, a discussão sobre o fim da pandemia começa a tomar forma — ainda que esteja bastante longe de nossa realidade; Mas, para que isso venha a acontecer de fato no futuro, alguns pontos-chave precisam ser resolvidos com urgência. O primeiro deles é a desigualdade na distribuição das doses: os imunizantes de Pfizer, AstraZeneca, Janssen e outras farmacêuticas chegaram muito mais rápido e em maior quantidade aos países mais ricos, enquanto alguns dos lugares menos desenvolvidos do planeta sequer iniciaram suas campanhas.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Análise da narrativa:

O texto do jornalista André Biernath é dividido em três partes. Na primeira, ele traz a notícia sobre os *sommeliers de vacinas* e logo no início explica o conceito do termo referindo-o como um “*fenômeno*”. Destaca que a “*escolha’ seletiva do consumidor pode trazer mais prejuízos do que benefícios*”, colocando a palavra escolha entre aspas, sugerindo a atitude como negativa. Em seguida, reforça ao classificar a ação como “*perigosa, ainda mais quando estamos no meio de uma pandemia*”. Logo, o jornalista completa a explicação ao noticiar que muitos brasileiros estão deixando de ir aos postos de saúde quando as doses disponíveis naquele local são de determinado fabricante ou de outro. De acordo com o texto, a vacina preferida dos brasileiros é a desenvolvida pela Pfizer/BioNTech.

Na sequência da narrativa, entra em cena a pediatra infectologista Júlia Spinardi, líder médica de vacinas da Pfizer Brasil. É ela a responsável por unir todo o enredo da história e explicar, de forma científica, porque a atitude dos brasileiros não faz sentido: “‘Precisamos entender que as vacinas disponíveis se mostraram seguras e eficazes e o uso de todas elas, em conjunto, é o que vai nos permitir controlar a covid-19’, diz. ‘Quando chegar a sua vez, vacine-se com o imunizante que estiver disponível’, resume a especialista” (Biernath, 2021).

Nota-se que as duas palavras *seguras* e *eficazes* são usadas na explicação da médica, representada como autoridade máxima no assunto. A palavra própria, no trecho “*Quem diz isso é a própria líder médica de vacinas da Pfizer Brasil*”, tem efeito de reforçar a credibilidade da fonte e mostrar que uma pessoa que poderia estar defendendo a sua marca está dizendo que as outras também são eficazes, não deixando dúvidas quanto a importância das outras vacinas. Este efeito de veracidade é ainda reforçado com o currículo da personagem:

Spinardi, que trabalha há cinco anos na farmacêutica e tem mestrado em Ciências da Saúde pela Santa Casa de São Paulo, concedeu uma entrevista exclusiva para a BBC News Brasil, na qual avaliou o desenvolvimento das

vacinas, o andamento das campanhas de imunização e as perspectivas futuras de enfrentamento da pandemia (Biernath, 2021).

Na segunda parte da narrativa, o jornalista afirma que todas as vacinas são “*uma façanha global*” e destaca o sentido de inovação que elas representam. Como estratégia de argumentos, o autor traz para o texto informações sobre investimentos em pesquisas e estudos para reforçar a importância e a eficácia de cada imunizante. Sentido também de esperança, como reforça no trecho: “o desembarque das primeiras doses no país foi um momento de muita esperança. A gente passou efetivamente a entender que podíamos fazer parte da solução para o problema que estamos vivendo” (Biernath, 2021).

Na terceira parte da narrativa, o jornalista André Biernath faz uma crítica à desigualdade na distribuição das doses de vacinas entre países ricos e pobres, apontando que parte do processo que leva os brasileiros a serem *sommeliers de vacinas* são os problemas relacionados à desinformação. E conforme o autor, “*às teorias da conspiração vêm de todos os lados*”, inclusive do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, que entre as suas falas na imprensa disse que quem tomasse a vacina para prevenir a Covid-19 estava correndo o risco de virar um jacaré. O jornalista traz uma fala do ex-presidente em seu texto:

“Lá no contrato da Pfizer, está bem claro: nós não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral. Se você virar um jacaré, é problema seu”, discursou. Embora essa relação entre a vacina e “virar jacaré” possa parecer piada e até tenha gerado muitos memes, a verdade é que não se sabe o quanto uma fala dessas pode abalar a confiança da população, que precisa estar engajada e convencida da importância de ir até o posto de saúde para se proteger (Biernath, 2021).

Ao resgatar para a reportagem o episódio do comentário do ex-presidente sobre as vacinas, o autor representa o Bolsonaro como vilão e sugere que desinformações, como as ditas por ele, são fatores que contribuem para que muitas pessoas passem a ter medo dos efeitos colaterais e, assim, escolher entre uma vacina e outra, mesmo diante de uma pandemia.

Analisando a metanarrativa, nota-se que a desinformação relacionada à vacina e a sua relação em virar animal faz parte da história da saúde pública brasileira, como o ocorrido durante Revolta da Vacina, um conflito de caráter popular e político que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1904. A motivação do estopim foi a insatisfação da população com a campanha de vacinação obrigatória contra a varíola, implantada na cidade por meio de Oswaldo Cruz. Na época, em meio ao caos, entre os diferentes motivos nos quais as camadas populares rejeitavam a vacina, estava ainda o fato de elas serem feitas de um líquido de pústulas de vacas. Para a população, além de ser esquisita a ideia de ser inoculado com esse líquido, corria o boato de que quem se vacinava ficava com feições bovinas. O portal da Fundação Oswaldo Cruz relembra o acontecimento:

Após um saldo total de 945 prisões, 461 deportados, 110 feridos e 30 mortos em menos de duas semanas de conflitos, Rodrigues Alves se viu obrigado a desistir da vacinação obrigatória. Todos saíram perdendo. Os revoltosos foram castigados pelo governo e pela varíola. A vacinação vinha crescendo e despencou, depois da tentativa de torná-la obrigatória. A ação do governo foi desastrosa e desastrosa, porque interrompeu um movimento ascendente de adesão à vacina (Fiocruz, 2015).

Embora a alta adesão à vacina contra a Covid-19 por parte dos brasileiros não permite comparar este ponto com a Revolta da Vacina do início do século XX, nos dois momentos é possível observar a utilização de notícias falsas para desestabilizar ainda mais a crise sanitária, em meio a um antagonismo entre duas correntes de pensamento: uma sustentada pelo conhecimento científico, outra ancorada no senso comum, que, impregnada por ideologias derivadas de um negacionismo das descobertas das ciências e difundida por meio de boatos e desinformações, dificulta a atuação dos profissionais de saúde e pesquisadores no país.

Ao criticar a postura de Jair Bolsonaro, o texto da BBC News também constrói a representação do brasileiro de levar assuntos sérios para o lado do humor e entretenimento. Por meio dos memes nas redes sociais, gerados com a fala do ex-presidente ao dizer que quem toma vacina vira jacaré, percebe-se o “riso carnavalesco” proposto por

Bakhtin (1981), onde a excentricidade e a profanação, assim como no carnaval, permitem que se expressem os aspectos mais ocultos e mascarados da natureza humana. É importante destacar que a concepção de carnaval de Bakhtin não é a mesma do nosso tempo, uma festa de clubes e desfiles, mas uma forma complexa, ancorada na sua essência e origem, marcada pela excentricidade e a profanação. Zombar e ridicularizar uma autoridade, como o presidente do Brasil, seria o mesmo como acontece nos carnavais, durante os rituais de coroação e, posteriormente, o destronamento do rei. Logo, o humor que surge em momentos como este não é do riso audível e sim um efeito moderador. Um rindo de nervoso e crítica, diante da triste situação em que se encontra e que não é possível mudar tão facilmente.

b. Portal Veja

TABELA 2: dados da reportagem da Veja.

Título:	O vírus do 'sommelier de vacina' se alastra e prejudica o país.
Subtítulo	Preferência por imunizante não tem base científica e atrapalha o avanço da imunização, afirmam especialistas.
Autora	Camila Nascimento
Data de publicação	22 junho 2021
Personagens	Os brasileiros; o epidemiologista Pedro Hallal, da Universidade Federal de Pelotas; o diretor de Vigilância em Saúde de Porto Alegre, Fernando Ritter; o secretário municipal de Saúde de São Paulo, Edson Aparecido.
Conteúdos destaques da história	Mesmo com o fato de todos os imunizantes contra a Covid-19 serem seguros e aprovados pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), ainda há pessoas que vão aos postos de saúde em busca de uma vacina específica. Mas a atitude, além de não ter embasamento científico nenhum, tem contribuído para atrasar o andamento do Plano Nacional de Imunização (PNI); A preferência das pessoas que acham natural escolher vacina tem recaído por ora sobre a Pfizer — os outros dois imunizantes em uso no Brasil são os da CoronaVac e da AstraZeneca. Entre os motivos que levam brasileiros a rejeitar uma ou outra marca estão principalmente a crença nas fake news sobre efeitos colaterais e teses equivocadas sobre as taxas de eficácia dos imunizantes — todos eles têm índices de imunização considerados adequados para a doença e foram aprovados pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária);

	Segundo o epidemiologista Pedro Hallal, da UFPel (Universidade Federal de Pelotas), preferir um imunizante a outro é um “absurdo”. “Não tem nenhuma evidência para essa escolha. Pelo contrário, todas as vacinas têm mostrado basicamente o mesmo efeito. Além de ser um pouco egoísta, essa postura também não faz sentido do ponto de vista científico. Não tem nenhuma evidência de que a pessoa será beneficiada tomando uma vacina ou outra”, explica; Em Porto Alegre, o diretor de Vigilância em Saúde da cidade, que coordena a vacinação, Fernando Ritter, diz que a procura por imunizantes específicos é uma atitude bastante recorrente; Ritter alerta para o risco de a pessoa ficar sem se vacinar enquanto espera um determinado imunizante. “Não vai ter Pfizer para todo mundo. Até a semana passada, 20 mil pessoas com mais de 54 anos de idade tinham a possibilidade de se vacinar e não foram”, conta. “Além de ser um pouco egoísta, essa postura também não faz sentido do ponto de vista científico. Não tem nenhuma evidência de que a pessoa será beneficiada tomando uma vacina ou outra” Pedro Hallal, epidemiologista; Ritter afirma que a postura de ficar escolhendo vacina atrapalha o progresso do plano de imunização; Na cidade de São Paulo, a preferência por um imunizante começou depois que o primeiro lote de vacinas da Pfizer chegou, segundo o secretário municipal de Saúde, Edson Aparecido. Agora, segundo ele, essa atitude só ocorre em alguns pontos da cidade e é pouco comum na periferia. “Não é momento de ninguém ficar escolhendo vacina. Vacina boa é aquela aplicada. Em um ou dois dias de espera, você já pode pegar o vírus e transmitir para a sua família”, alerta o secretário; Além de egoísta, como lembra Hallal, a prática de adiar a imunização para escolher a vacina que irá tomar, no momento em que a pandemia já contabiliza mais de meio milhão de mortos, evoca uma das piores características atribuídas aos brasileiros: a da esperteza, a de querer “levar vantagem em tudo”, como dizia o bordão de uma campanha publicitária de cigarro estrelada nos anos 1970 pelo craque de futebol Gerson e que ficou imortalizada como a “Lei de Gerson”; Atrasar a vacinação em alguns dias só porque quer escolher o imunizante que irá tomar coloca em risco o restante da população e não contribui para a estratégia coletiva de conter o vírus, que afinal é o que importa; É sempre bom lembrar também o ditado popular de que “esperteza demais engole o dono”: em março deste ano, em meio a uma outra praga da pandemia — a dos fura-filas de vacinas –, um grupo de empresários de Minas Gerais que queria se imunizar antes dos outros acabou caindo no golpe de uma enfermeira, que vendeu e aplicou soro aos espertos.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Análise da narrativa:

No portal da Veja, a jornalista Camila Nascimento faz uma crítica política mais severa utilizando a cultura do brasileiro. Logo no título, compara a atitude a um vírus e, assim como na matéria da BBC News Brasil, constrói uma narrativa destacando bases científicas para afirmar que a preferência por imunizante atrapalha o avanço da imunização.

O texto também aponta a vacina da Pfizer como a preferida dos brasileiros e destaca as notícias falsas sobre os efeitos colaterais e teses equivocadas sobre as taxas de eficácia dos imunizantes como um dos motivos que levam a população a rejeitar uma ou outra marca. A frase “não tem nenhuma evidência” aparece três vezes no texto, reforçando a mensagem.

Como fonte científica a reportagem usa o epidemiologista Pedro Hallal, da Universidade Federal de Pelotas; o diretor de Vigilância em Saúde de Porto Alegre, Fernando Ritter; e o secretário municipal de Saúde de São Paulo, Edson Aparecido. Todos são contrários à atitude dos brasileiros, representadas no texto como “absurdo”, “egoísta” e “algo que não tem cabimento”.

Enquanto em Porto Alegre, o diretor de Vigilância em Saúde da cidade, Fernando Ritter, diz que a procura por imunizantes específicos é uma atitude bastante recorrente, o secretário municipal de Saúde de São Paulo, Edson Aparecido, explica que a atitude só ocorre em alguns pontos da cidade e é “pouco comum na periferia”, sugerindo ser uma prática da elite brasileira. O trecho “um grupo de empresários de Minas Gerais que queria se imunizar antes dos outros acabou caindo no golpe de uma enfermeira, que vendeu e aplicou soro aos espertos” reforça a construção do sentido de malandragem e como se julgar superior aos demais pode trazer consequências.

Na metanarrativa, o texto atribui a atitude dos *sommeliers de vacinas* como uma das características dos brasileiros: a da esperteza; a de querer levar vantagem em tudo; e resgata na história a Lei de Gérson, um princípio em que determinada pessoa obtém vantagens de forma indiscriminada, sem levar em conta as questões éticas ou morais. A Lei surgiu na década de 1970 quando Gérson, um famoso jogador de futebol, serviu como garoto propaganda da marca de cigarros Vila Rica e disse a emblemática frase: “eu gosto de levar vantagem em tudo, certo? Leve você também!”. A matéria da jornalista Camila Nascimento na Veja relembra o episódio e representa a atitude do brasileiro como algo intrínseco na cultura:

Além de egoísta, como lembra Hallal, a prática de adiar a imunização para escolher a vacina que irá tomar, no momento em que a pandemia já contabiliza mais de meio milhão de mortos, evoca uma das piores características atribuídas aos brasileiros: a da esperteza, a de querer “levar vantagem em tudo”, como dizia o bordão de uma campanha publicitária de cigarro estrelada nos anos 1970 pelo craque de futebol Gerson e que ficou imortalizada como a “Lei de Gérson” (Nascimento, 2021).

Vale reforçar que as características do brasileiro como malandro, esperto e do jeitinho vêm desde o Brasil colônia e muitos livros destacam essas representações da identidade. Entre eles, em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda (1995) desenvolve um dos conceitos mais importantes da sua obra: o homem cordial. No entanto, a ideia de cordialidade apresentada por Holanda (1995) não significa propriamente boas maneiras ou bondade, mas, o desejo de estabelecer intimidade e o horror a qualquer formalismo social. Ela está ligada à emoção e faz com que as relações familiares continuem a ser o modelo obrigatório de qualquer composição social. Por isso, em geral, os indivíduos não conseguem compreender a distinção fundamental entre as instâncias públicas e privadas, principalmente entre o Estado e a família, como ocorre no caso dos *sommeliers de vacinas*, onde a prática é representada na imprensa como um exemplo do brasileiro em querer se dar bem custe o que custar, deixando o coletivo de lado.

Considerações finais

As reportagens analisadas contribuem para alertar a população sobre os riscos da desordem informacional e mostram como esse caos midiático pode refletir diretamente no comportamento do público e até trazer à tona antigas representações. Enquanto a reportagem da BBC News Brasil expõe a cultura do humor no Brasil como forma de lidar com os obstáculos e responsabiliza o ex-presidente Jair Bolsonaro pela desinformação em relação às vacinas contra a Covid-19, a matéria da Veja é ainda mais incisiva ao destacar que a atitude dos *sommeliers*

de vacina é algo histórico e enraizado na cultura brasileira. Vem da malandragem, do jeitinho, do “você não sabe com quem está falando” e do hábito de um povo acostumado a ultrapassar o limite entre o pessoal e o coletivo, colocando o individual em primeiro lugar.

Entre as consequências para o campo da Comunicação, representações desses estereótipos acabam ganhando mais espaço na imprensa e impedindo retratos positivos de grupos ou coletividades que lutam por mudanças. Como exemplo, nos textos analisados, ao representar uma cultura brasileira apenas ancorada no passado, outros acontecimentos importantes, como a adesão da maioria da população às vacinas e demais avanços do país no enfrentamento da pandemia foram esquecidos.

As duas reportagens não citam o trabalho do Sistema Único de Saúde (SUS), a grande referência do combate ao vírus, e não apresentam a quantidade de pessoas que os textos apontam como *sommeliers de vacina*, o que, na verdade, é uma exceção. Segundo a 4ª edição da pesquisa *Os brasileiros, a pandemia de Covid-19 e o consumo*, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com o Instituto FSB, 90% da população queriam se vacinar mesmo que seu imunizante de preferência não estivesse disponível. O levantamento mostrou que apenas 4% disseram ter preferência por um fabricante, por isso, deixariam de se vacinar caso o imunizante disponível não fosse o desejado (Instituto FSB Pesquisa, 2021). Ou seja, no contexto da Covid-19, enquanto poucos ainda tentam tirar proveito da realidade e burlam as leis, muitos são os que seguem as regras, as medidas de proteção sanitárias e cumprem as normas da vacinação.

Em nossas considerações, o caso *sommeliers de vacina* mostra o quanto a desinformação durante a pandemia impactou a tomada de decisão dos brasileiros em relação aos imunizantes. Por outro lado, a imprensa também deve estar atenta às notícias de qualidade e objetivas, sem generalizar interpretações sociais e culturais para não cair na armadilha do sensacionalismo e busca de cliques, deixando de lado avanços sociais e culturais importantes.

Referências

- BIERNATH, André. Líder de vacinas da Pfizer Brasil: Quando chegar sua vez, tome a que estiver disponível. *BBC News Brasil*, São Paulo, 25 junho 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57605681>. Acesso em 20.12.21.
- BRASIL. *Monitoramento dos gastos da União com combate à Covid-19*. Tesouro Nacional Transparente. 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>. Acesso em: 16 de dezembro de 2021.
- CAPONI, Sandra. *Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal*. ESTUDOS AVANÇADOS, vol. 34, n. 99, São Paulo, Maio/Ago 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tz4b6kWP4sHZD7ynw9LdYYJ/?lang=pt>. Acesso em: 30 dezembro de 2021.
- FELIX, Paula; MATEUS, Vargas. OMS admite erro e eleva risco global de coronavírus: mortes chegam a 106. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 27 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,oms-diz-que-cometeu-erro-e-classifica-como-elevado-risco-internacional-do-coronavirus,70003174716>. Acesso em: 4 julho de 2022.
- FENTON, Natalie; FREEDMAN, Des. *Democracia fake, más notícias*. Comunicação & educação. n. 1, 2018. p. 107-126. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325666102_Democracia_fake_mas_noticias. Acesso em: 5 julho de 2022.
- FIOCRUZ. A Revolta da vacina. *Portal Fiocruz*. Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Direção: Eduardo Vilela Thielen. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/video/revolta-da-vacina>
- FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. *O acontecimento como notícia: do conceito à prática profissional*. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (orgs.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010.
- GUIMARÃES Pedro; RODRIGUES, Cleber. 4 em cada 10 brasileiros afirmam receber fake news diariamente. *CNN*, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/4-em-cada-10-brasileiros-afirmam-receber-fake-news-diariamente/> Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

- INSTITUTO FSB PESQUISA. Os brasileiros, a pandemia de covid-19 e o consumo. *Confederação Nacional da Indústria*, 2021. Disponível em: [https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/ad/cc/adcc4206-92a0-4dab-9fb9-c7acfd3e92a5/pesquisa - os brasileiros a pandemia de covid-19 e o consumo - 4a edicao.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/ad/cc/adcc4206-92a0-4dab-9fb9-c7acfd3e92a5/pesquisa_-_os_brasileiros_a_pandemia_de_covid-19_e_o_consumo_-_4a_edicao.pdf). Acesso em: 30 de dezembro de 2021.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.
- ____ (Org.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage Open University, 2009.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.
- NASCIMENTO, Camila. O vírus do ‘sommelier de vacina’ se alastra e prejudica o país. *Revista Veja*, 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/o-virus-do-sommelier-de-vacina-se-alastra-e-prejudica-o-pais/>. Acesso em: 22 de dezembro de 2021.
- RODRIGUES, Adriano D. *O Acontecimento*. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Editora Veja, 1993.

O negacionismo do governo Bolsonaro diante da pandemia e a narrativa paródica do site *Sensacionalista*

Renata de Paula dos Santos

Mauro de Souza Ventura

Introdução

O Brasil é um país reconhecido internacionalmente pela capacidade de vacinar a sua população. No entanto, mesmo com registro, à época, de ao menos 194.949 mortes em decorrência da Covid-19 em 2020, o imunizante começou a ser distribuído com atraso no país. A primeira dose da vacina contra o novo coronavírus foi aplicada em São Paulo, em 17 de janeiro de 2021; nesta data, pelo menos 50 países já haviam iniciado a imunização. Em agosto, um estudo divulgado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) apontou que o número de mortes no primeiro ano da pandemia no Brasil foi 18,2% superior ao que havia sido divulgado anteriormente. O estudo destaca que o número de óbitos chegou a 230.452. O coordenador da pesquisa, Cristiano Boccolini, ressaltou que a diferença entre os dados foi motivada por dois fatores: demora no registro de óbitos e também em virtude da reclassificação das causas de morte de alguns pacientes.

Não é exagero inferir que a política de vacinação inicialmente lenta e desorganizada por parte do Governo Federal esteja entre as causas para a permanência dos indicadores negativos da Covid-19 também em 2021, quando foram registradas 412.880 mortes em virtude da síndrome respiratória. Especialistas destacam que apenas no segundo semestre daquele ano foi possível perceber os efeitos das vacinas nos indicadores epidemiológicos, quando mais brasileiros foram imunizados. Seguindo esta argumentação, vale

destacar uma pesquisa desenvolvida em Londrina, uma cidade com população estimada em 580 mil habitantes localizada na região norte do Paraná, que apontou que 75% dos óbitos por Covid-19 entre janeiro e outubro de 2021 foram registrados em pacientes não imunizados. O artigo *The impact of COVID-19 vaccination on case fatality rates in a city in Southern Brazil* foi publicado no *American Journal of Infection Control* em fevereiro de 2022. O estudo também demonstrou que a vacinação foi eficaz em todas as faixas etárias, inclusive em idosos com mais de 80 anos. A pesquisa ainda indicou que entre os indivíduos com menos de 60 anos sem vacinação, o número de mortes em decorrência de Covid-19 foi 83 vezes maior em comparação aos vacinados.

A condução do Ministério da Saúde, após trocas no comando, e a conduta pessoal do então presidente Jair Bolsonaro (PL) estavam em desacordo às orientações apresentadas pelos cientistas e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Além de dificultar a assinatura de contratos com farmacêuticas para a compra dos medicamentos, como foi apontado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) realizada no Senado, o ex-presidente fez várias declarações públicas com a finalidade de desqualificar o imunizante. Desde o início da pandemia, Bolsonaro auxiliou na propagação de conteúdo desinformativo. Entre as ações negacionistas praticadas pelo político, pode-se listar: veiculação de notícias falsas quanto à eficácia das vacinas; tentativas de interferir nas decisões da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); afirmações públicas frequentes de que não seria vacinado; descumprimento às medidas de enfrentamento ao coronavírus e presença frequentes em aglomerações.

Desta forma, o objetivo deste capítulo é analisar os efeitos de sentido produzidos pelo site *Sensacionalista* em manchetes que abordam o negacionismo de Bolsonaro diante da pandemia da Covid-19. A proposta será desenvolvida a partir de uma metodologia de caráter exploratório e descritivo, complementada por estudo de caso. Foram selecionadas cinco publicações, veiculadas entre setembro de 2021 e janeiro de 2022, que serão analisadas a partir do conceito

de carnavalização, de Mikhail Bakhtin (2010). As postagens destacam a posição pública de Jair Bolsonaro de não ser vacinado contra o coronavírus. O humor será considerado nesta análise como uma prática social (Bergson, 2018; Possenti, 2001) e cultural. O conteúdo produzido pelo *Sensacionalista* mimetiza as manchetes jornalísticas, destacando-se como um formato crítico à gestão federal da crise de saúde pública.

O humor carnavalizante

A partir dos escritos de Mikhail Bakhtin, José Luiz Fiorin (2020) destaca que o carnaval, descrito pelo autor russo no contexto da Idade Média e do Renascimento, é distinto da festa popular a qual estamos acostumados. O carnaval era um período para ser vivenciado, já que era definido como “o triunfo de uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus” (Bakhtin, 2010, p. 08).

O carnaval bakhtiniano deve ser interpretado como um processo de ruptura com a ordem estabelecida, culminando em um enfraquecimento dos discursos oficiais e uma quebra da hierarquia social. Neste pressuposto, a festa era uma manifestação pública, mas com implicações políticas, com a possibilidade de tensionar a realidade. É importante ressaltar que a celebração popular se estruturava em um movimento que “dessacraliza e relativiza os discursos de poder, mostrando-os como um entre muitos e, assim, demole o unilinguismo fechado e impermeável dos discursos que erigem como valores a seriedade e a imutabilidade, os discursos oficiais, da ordem e da hierarquia” (Fiorin, 2020, p. 97).

Para Bakhtin (2010, p. 06), o carnaval não poderia ser percebido como um espetáculo teatral ou lido como uma encenação. Esta manifestação, embora provisória, consistia na vida concreta. “Enquanto

dura o carnaval, não se reconhece outra vida senão a do carnaval”, a partir da superação de todas as regras e distinções hierárquicas presentes em uma sociedade marcada por um caráter estamental. O carnaval, compreendido como uma celebração festiva, subverte a desigualdade social em “uma forma especial de contato livre e familiar entre indivíduos normalmente separados na vida cotidiana pelas barreiras intransponíveis da sua condição, sua fortuna, seu emprego, idade e situação familiar” (Bakhtin, 2010, p. 09).

Neste pressuposto, o riso, como resposta à prática carnavalesca, materializa a superação de qualquer dogma que pudesse organizar a vida feudal coletiva, caracterizando uma esfera de liberdade utópica. O carnaval representava uma celebração dos excessos, conduzida por uma linguagem estruturada no sarcasmo, resultando em um movimento dialógico que apontava para uma nova cosmovisão, alicerçada em práticas tidas como excêntricas, como a valorização do profano a partir de paródias de cerimônias oficiais, satirizando ora a Igreja, ora a organização feudal.

Quanto ao dialogismo presente nesta manifestação, o carnaval celebrava a existência de duas realidades totalmente distintas: a vida oficial, marcada pela rigidez e pela hierarquia, e a vida carnavalesca, representada por aquilo que era vivido na praça pública. Fiorin destaca que o carnaval propiciava uma vivência “livre, repleta de riso ambivalente, de sacrilégios, de profanações, de aviltamentos, de inconveniências, de contatos familiares com tudo e com todos” (Fiorin, 2022, p. 102).

A transposição deste caráter contestador para a arte resulta no que Bakhtin definiu como carnavalização. Ao explicar este conceito, o autor supracitado aponta que para ser carnavalesca, uma obra deve “ser marcada pelo riso, que dessacraliza e relativiza as coisas sérias, as verdades estabelecidas, e que é dirigido aos poderosos, ao que é considerado superior” (Fiorin, 2020, p.104-105). Não nos parece exagero afirmar que o riso resultante das postagens do *Sensacionalista* se aproxima do que é descrito pelo teórico russo como riso carnavalesco. No caso específico do *corpus* selecionado para este

capítulo, ao ironizar a conduta do ex-presidente Jair Bolsonaro e sua insistência em não ser imunizado contra o coronavírus – ao menos no que declarou publicamente, por repetidas vezes – a página contesta o discurso oficial do governo quanto à condução da pandemia. Embora as ações federais tenham recebido críticas em diversas frentes, o humorístico tensiona, constantemente, a capacidade de Bolsonaro para conduzir o país.

Até o fechamento desta publicação, não havia um posicionamento definitivo quanto ao fato de o presidente ter ou não recebido o imunizante contra o coronavírus. Mesmo após deixar o cargo, Bolsonaro reafirmou que não havia sido vacinado. No entanto, em 17 de fevereiro de 2023, o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius de Carvalho, afirmou que constava no cartão de vacinação do político, o registro da aplicação do imunizante Janssen, administrado em dose única. A vacina teria sido aplicada em 19 de julho de 2021. Vale ressaltar que durante o seu mandato, Bolsonaro impôs sigilo de cem anos quanto à divulgação de seu cartão de vacinação. A atual gestão afirmou que vai reverter a medida.

Ainda de acordo com o Governo Federal, pelo menos até fevereiro de 2023, a veracidade do registro seguia em investigação. Ainda em 2022, nos últimos dias da gestão Bolsonaro, a CGU anunciou que hackers teriam tentado adulterar o cartão de vacinação do então presidente. Após a declaração de Carvalho quanto à possibilidade de o ex-presidente ter sido vacinado, o capitão da reserva seguiu com o posicionamento negacionista, ressaltou que não foi imunizado e indicou que pode processar o atual ministro. O médico Marcelo Queiroga, último ministro da Saúde do Governo Bolsonaro, reafirmou que o ex-presidente não foi vacinado.

O humor é uma prática social

Elias Thomé Saliba (2017, p. 09) define que o humor não se resume às ambiguidades das piadas ou aos trocadilhos dos textos jocosos aos

quais estamos acostumados. Para o historiador, o humor deve ser compreendido como “um mecanismo de enfrentamento psicológico”. Tal afirmação nos parece apropriada considerando a nossa história política recente. Ainda de acordo com Saliba,

O humor, ainda que assuma muitas formas diferentes, não pode ser reduzido a uma única regra ou fórmula. Em vez disso, devemos vê-lo como um processo de resolução de conflitos. Neste sentido, o humor é um processo, não uma visão ou um comportamento. É o resultado de uma batalha em nosso cérebro entre os sentimentos e os pensamentos, uma batalha que só pode ser compreendida ao se reconhecer o que causou o conflito. Noutros termos, o humor às vezes é a única forma de lidar com o turbilhão da vida. (Saliba, 2017, p. 09)

Mais do que um simples “rir é o melhor remédio”, o humor deve ser concebido enquanto uma prática social, dialógica, que nos permite opinar sobre a realidade. Assim como Bakhtin ao definir o carnaval, Eco (1989) percebe no humor um movimento de ruptura contra a ordem imposta. O humor é transgressivo porque se volta contra o supremo, porque rompe com as normas. Quando o *Sensacionalista* publica uma manchete satirizando a conduta de Jair Bolsonaro, colocando em xeque o discurso anticorrupção, por exemplo, em nenhum momento o humorístico nega que ele tenha sido presidente da República. A transgressão não está em omitir ou fragmentar a realidade, mas em subvertê-la. Diante de um cenário marcado por uma série de contradições, “o humor não nos promete liberação: ao contrário, nos adverte a impossibilidade de uma liberação global, recordando-nos a presença de uma lei que já não há razão para obedecer” (Eco, 1989, p. 19, tradução nossa).

É possível indicar que ao ressaltar as incoerências da administração federal, o humorístico “mina a lei. Faz-nos sentir a incoerência de viver sob uma lei, qualquer lei” (Eco, 1989, p. 19, tradução nossa). Por mais que o conteúdo produzido pelo *Sensacionalista* se apresente como uma piada, ele não deixa de ser uma denúncia do assunto que aborda. Apenas no que diz respeito à gestão federal da pandemia

de Covid-19, passando pelo negacionismo de Jair Bolsonaro, o *Sensacionalista* realizou 112 postagens em 2020. No ano seguinte, com o agravamento da crise de saúde pública, principalmente nos primeiros meses de 2021, o tema tornou-se ainda mais presente no humorístico. Foram 195 postagens. Estes números demonstram um acompanhamento do assunto por parte da página, o que indica a relevância desta pauta para o formato. Assim como o jornalismo, as publicações do *Sensacionalista* são pautadas pela relevância e atualidade dos temas.

Ainda quanto ao humor, Henri Bergson (2018) diz que o cômico é um fenômeno essencialmente humano. O autor é enfático ao determinar que para “compreender o riso é preciso recolocá-lo em seu ambiente natural, que é a sociedade; é preciso, sobretudo, determinar sua função útil, que é uma função social” (Bergson, 2018, p. 40). O autor ainda ressalta que para alcançar significação, o humor precisa de eco, exige reverberação, já que o riso é sempre uma ação coletiva. O cômico pode até parecer espontâneo, mas exige conhecimento prévio. Não é possível rir daquilo que não se entende. É justamente a exigência deste repertório que configura o riso como uma prática coletiva e com significado social.

Sírio Possenti (2001) afirma que as piadas fornecem retratos confiáveis dos valores e dos problemas de uma sociedade. As piadas, costumeiramente, são construídas a partir de assuntos contraditórios e que despertam uma ampla manifestação social. Além disso, o riso deve ser compreendido como um processo, como o resultado de uma série de motivações. Não é possível separar a postagem do contexto em que ela é lançada ao público. Ou seja, em um cenário marcado pela intensa polaridade política, não há como desconsiderar a repercussão que piadas relacionadas ao ex-presidente Bolsonaro alcançaram, seja como apoio ou como crítica. É preciso considerar, sempre, a época, os valores sociais e os aspectos culturais do momento em que o conteúdo foi lançado. Quando era um deputado federal, integrante do baixo clero, satirizar Bolsonaro assumiria outras características, provavelmente com menor repercussão.

O *Sensacionalista* e o humor do cotidiano

O *Sensacionalista* é um portal humorístico com dois pontos de partida bem claros: a realidade brasileira e o jornalismo. Com a intensificação do cenário de polaridade, ainda em 2014, na disputa eleitoral entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), a política passou a ser o tema prioritário das postagens. O humorístico, que foi criado em 2009, constrói a sua produção narrativa por meio de uma paródia do jornalismo impresso: a exemplo da imprensa tradicional, a página acompanha os principais fatos do dia, mas com o viés do humor. Assim como no jornalismo, é possível considerar que o *Sensacionalista* é pautado pelos critérios de noticiabilidade e valor-notícia (Wolf 2005). Seguindo uma leitura parecida, Nilson Lage (2001) destaca que o conceito de notícia é norteado pela ideia de relevância. Cabe ao profissional selecionar o fato mais importante e explicá-lo ao público, a partir do seu aspecto mais importante, mas, no caso da página, o objetivo final é o humor e não a informação.

Pela estrutura semelhante às notícias, publicações como as realizadas no *Sensacionalista* têm sido definidas de formas distintas. Em língua inglesa, este conteúdo é classificado como *satirical news*. Assunção Cristovão (2020) fala em *paródia jornalística*, tomando as noções de paródia e de carnavalização, de Mikhail Bakhtin, como ponto de partida para a análise. Para a pesquisadora, as publicações realizadas pela equipe do *Sensacionalista* desestabilizam os sentidos encontrados no jornalismo, a partir de uma ação dialógica.

Nessa relação que ora fazemos entre o carnaval e a paródia encontrada no site *Sensacionalista*, vemos que se quebram valores de seriedade relacionados à moral e à religião, e principalmente aqueles relacionados à política. Para Bakhtin, a paródia é um fenômeno bivocal e bilíngue, com duplo sentido. Nela há o cruzamento de duas linguagens, aquela que é parodiada e a que pa odia, num evidente processo dialógico. O autor que parodia usa a linguagem parodiada, mas num sentido oposto, diferente e hostil ao significado original. Na análise do site *Sensacionalista*, essa característica aparece desde o slogan do jornal: “*Sensacionalista* – um jornal isento de verdade” (Cristóvão, 2020, p. 100)

Filipo Pires Figueira (2019) define este conteúdo como desnotícias. O formato, descrito como um texto humorístico, mantém uma relação de intertextualidade com a notícia e também com o jornalismo. “A relação entre ambas se estabelece, no entanto, porque a desnotícia empresta da notícia algumas características, como a remissão a acontecimentos e a personagens públicas, além de sua construção formal de texto” (Figueira, 2019, p.18-19). Por mais que produza uma argumentação ficcional, o humorístico parte de personagens e de situações reais, o que permite o reconhecimento do público. Este também é o ponto de partida para a construção crítica. Seja a partir do paradoxo ou da hipérbole, o *Sensacionalista* disserta sobre a realidade. Deborah Cattani Gerson (2014, p. 15), analisa a sátira praticada pelo humorístico a partir do conceito de pseudonotícias, que “são compostas de alguns elementos provenientes do jornalismo; no entanto, não poderiam ser classificadas como jornalismo, porque este tem como princípio a verdade” (Sodré, 2009). Por mais que as informações apresentadas pelo *Sensacionalista* não avaliem fatos absolutamente concretos, assim como faz o jornalismo, elas partem de elementos reais. Frequentemente, a hipérbole é uma chave do humorístico para opinar sobre a realidade. O humor, como pontua Bergson (2018), pode parecer espontâneo, mas exige conhecimento prévio. Não é possível rir daquilo que não se entende. É justamente a exigência deste repertório que configura o riso como uma prática coletiva e com significado social. O desconhecimento do fato que motiva a sátira pode dificultar a compreensão da narrativa ali construída. O humor é uma prática dialógica, permitindo o contato entre diferentes leituras de um mesmo fato.

Em nossa visão, as abordagens humorísticas do *Sensacionalista* podem ser construídas de duas formas: a partir de um caráter fictício, quando a piada é construída tomando personagens e aspectos reais de um acontecimento, ou sob um prisma satírico, quando o fato é apresentado a partir de características próprias do humor, mas sem a produção de um acontecimento por parte dos humoristas. Ou seja, ao ironizar os principais acontecimentos do dia, também divulgados pelos veículos de comunicação, não significa que o conteúdo produzido pelo

site seja apenas fictício, ele pode ser satírico. O fato concreto pode estar presente integralmente na piada, sem acréscimos, mas ser descrito pela ótica do exagero, em um tom hiperbólico, ou em uma linguagem que não corresponde ao jornalismo tradicional, por exemplo. Quando o humorístico aponta que é isento de verdade, indica que está desobrigado a retratar o que realmente aconteceu, mas isso não significa que os fatos do dia a dia não possam configurar como uma alternativa discursiva para a construção da sátira. De qualquer forma, a criação proposta pelo *Sensacionalista* em nada se aproxima aos esquemas de dispersão de conteúdos falsos ou à indústria da desinformação.

Sob este aspecto, a principal diferença entre uma notícia e a sátira está na finalidade de cada uma. “Enquanto a notícia informa, tratando do fato e, de certa forma, da verdade (objetiva), a desnotícia busca o riso, ao construir piadas a partir dos fatos” (Figueira, 2019, p.18). O próprio nome escolhido para o projeto, *Sensacionalista*, aliado ao slogan, *O jornal isento de verdade*, pode ser avaliado como uma sátira à imprensa tradicional. Enquanto os veículos de comunicação pensam em marcas que reforcem a própria credibilidade, o humorístico brinca com essa condição.

Em linhas gerais, Muniz Sodré (2009) argumenta que a junção entre o imaginário e o real é uma característica presente nos textos jornalísticos, inclusive naqueles meios de comunicação que apresentam ao público um projeto editorial supostamente marcado pela isenção. Costumeiramente, o termo sensacionalismo tem sido utilizado para descrever práticas jornalísticas tendenciosas e alicerçadas em aspectos emocionais, com o objetivo de aumentar a audiência ou a adesão do público. No entanto, ao demarcar “que a categoria ‘sensacionalismo’ carece de maior valia conceitual”, o autor aponta que este termo, rotineiramente utilizado e carregado de uma percepção pejorativa, “não explica um fenômeno de todo estranho a um jornalismo presumidamente ‘não-sensacionalista’” (Sodré, 2009, p.22) Como não tem a pretensão de produzir conteúdo informativo, o *Sensacionalista*, ao brincar com a estrutura noticiosa, a partir de paródias, também pode ser interpretado como uma crítica aos veículos de comunicação nacionais.

Para Sodré (2009), a presença de um tom mais dramático na narrativa jornalística remonta ao princípio da imprensa moderna, a partir dos *faits-divers*, genericamente compreendidos como fatos diversos, aqueles que não poderiam ser classificados nas editoriais existentes. Estes textos, reconhecidos pelo uso de uma linguagem que se assemelhava ao romance policial, são marcados por uma amplitude temática que aborda do cômico ao dramático, passando por casos insólitos. A partir destes aspectos Marlyse Meyer (1996) destaca um estreitamento nas fronteiras entre a imprensa marrom e aquela que é tida como séria. Recorrendo à classificação do francês Michel Gillet, a autora cita a folhetinização da informação.

É perceptível o destaque que o jornalismo brasileiro dá à violência. Grande parte das emissoras de televisão contam com formatos específicos de jornalismo policial, os populares programas *pinga-sangue*, estruturados na dramatização e no excesso. Em uma reflexão rápida é possível lembrar o protagonismo que casos marcados pela violência ganharam nos meios de comunicação brasileiros, inclusive, como uma linguagem, por vezes, condicionada a inflamar uma adesão popular. Entre eles, sem a pretensão de elencar todos, estão a cobertura dos casos Escola Base (1994), Suzane von Richthofen (2008), Isabella Nardoni (2008), Eloá Pimentel (2008) e Elize Matsunaga (2012), por exemplo. O primeiro sendo marcado, inclusive, por uma série de erros de apuração e também na condução das suspeitas, que levaram a abordagem para uma narrativa bem diferente do que foi comprovado a partir de investigações, sendo considerado um erro jornalístico emblemático, com prejuízos incalculáveis aos envolvidos.

Como características da folhetinização da informação, estão a fragmentação e a dramatização da narrativa. Estes dois aspectos têm o objetivo de manter o receptor ansioso pela próxima parte: tal como em um folhetim! No entanto, em aspectos históricos, a fragmentação, para alguns autores pode ser entendida como um recurso manipulativo, já que dificulta o processo de contextualização. Com o filtro do humor e com uma abordagem ácida, é possível considerar que o *Sensacionalista* ironiza o mundo político, ao passo que também aponta fragilidades da nossa realidade comunicativa.

A pandemia no Brasil

Em janeiro de 2021, após o primeiro ano da pandemia de Covid-19, o centro de estudos australiano *Lowy Institute* classificou o Brasil como o pior país no enfrentamento da crise de saúde pública. As críticas também foram direcionadas a Jair Bolsonaro. Esta não foi a primeira avaliação negativa recebida pelo país desde a confirmação dos primeiros casos do novo coronavírus. Em abril de 2020, o jornal norte-americano *The Washington Post* apontou o brasileiro como o pior líder mundial na gestão da pandemia.

O mau desempenho de Bolsonaro também pode ser percebido entre os países vizinhos. Segundo uma pesquisa realizada pelo *Instituto Ipsos*, em julho de 2021, com 380 formadores de opinião de 14 nações latino-americanas, o ex-presidente ocupava a penúltima posição quanto à eficiência no combate ao novo coronavírus, superando apenas o venezuelano Nicolás Maduro. A reprovação de Bolsonaro ficou em 85% contra 90% de Maduro. Ao opinarem sobre a situação no Brasil, os analistas levaram em consideração aspectos que estavam em destaque naquele momento, como problemas quanto à compra e aplicação de vacinas e outros que permanecem, entre eles, a disseminação de informação falsa relacionada à pandemia.

Sandra Caponi (2020) relembra que o discurso negacionista é uma marca de Bolsonaro e já estava presente na campanha eleitoral de 2018. Em um cenário marcado pela disseminação do novo coronavírus, a postura do ex-presidente não seguia as recomendações de médicos, cientistas e órgãos da área da saúde. Neste aspecto, a autora ressalta o incentivo público ao uso de medicações sem eficácia para o combate à Covid-19. Diante desta contestação, vale alguns demonstrativos: o repórter André Shalders, da *BBC Brasil*, em 21 de janeiro de 2021, informou que os gastos do Governo Federal com a compra de medicamentos ineficazes para o tratamento da Covid-19 (tais como a cloroquina, a hidroxicloroquina, o Tamiflu, a ivermectina, a azitromicina e a nitazoxanida), se aproximavam dos R\$ 90 milhões.

Especialistas consideram que a postura de Bolsonaro teve influência sobre a conduta de uma parcela da população. Dados do Conselho Federal de Farmácia (CEF) indicam que a ivermectina, ineficaz para o tratamento contra a Covid-19, registrou alta de 557% nas unidades vendidas entre 2019 e 2020. A comercialização da hidroxicloroquina registrou alta de 113% no mesmo período. Já a revista científica *Science* publicou, em abril de 2021, um estudo que indicava que o governo brasileiro cometeu graves erros na gestão da pandemia. Entre os pontos classificados como equivocados, foram listados a falta de coordenação nacional no enfrentamento à doença, bem como a promoção da cloroquina como uma possibilidade de tratamento.

Seguindo nesta argumentação, de acordo com um estudo realizado por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Fiocruz publicado, em março de 2021, na revista internacional *Lancet para as Américas*, os municípios nos quais a maioria dos eleitores optaram por Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 registraram mais óbitos por Covid-19 em 2021. Nestas localidades, o risco de morte pela síndrome respiratória foi 44% superior ao das cidades em que Bolsonaro foi derrotado.

A partir de uma postura negacionista de Jair Bolsonaro, medidas como o uso de máscaras e o distanciamento social, bem como a eficácia das vacinas tornaram-se alvo de politização. Em várias ocasiões, o ex-presidente questionou o uso de máscaras. Bolsonaro chegou a tirar a proteção de crianças em eventos públicos, mesmo diante da recomendação do uso para a faixa etária em questão. A partir de um levantamento realizado a partir de imagens oficiais do Palácio do Planalto disponibilizadas na plataforma *Flickr*, o jornal *O Estado de S. Paulo* destacou que Bolsonaro não usou máscara em 7 de cada 10 eventos oficiais aos quais compareceu. O levantamento considerou 459 situações públicas às quais o presidente esteve presente, entre 10 de março de 2020 e 31 de maio de 2021. Além disso, neste mesmo intervalo, Bolsonaro provocou 99 aglomerações em 76 cidades.

A crise de saúde pública sob a ótica do *Sensacionalista*

Retomando os princípios bakhtinianos, o riso carnavalesco se lança como uma força corrosiva voltada contra o poder estabelecido. O processo de contestação se apresenta como um duplo-movimento: ao propor a superação da hierarquia, a manifestação popular retoma a existência de uma lei repleta de falhas. O nosso desafio é avaliar se as manchetes do *Sensacionalista*, que tematizam a resistência de Bolsonaro a ser imunizado com as vacinas contra a Covid-19, assumem estas características. Esta análise será construída a partir de cinco manchetes publicadas entre setembro de 2021 e janeiro de 2022. Todas as piadas selecionadas fazem referência direta ao ex-presidente brasileiro (Figura 1).

FIGURA 1 - Manchetes do *Sensacionalista* relacionadas à vacinação contra Covid-19



Fonte: Site Sensacionalista (2020 /21)

A escolha por postagens que tematizam a resistência de Bolsonaro em ser imunizado, ou ao menos em declarar publicamente que recebeu a vacina, reforça a conduta equivocada do então presidente, mesmo após o expressivo número de mortos pela Covid-19. Segundo informações da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen Brasil), até o final de 2022, último ano do mandato de Bolsonaro, 679.351 pessoas haviam morrido em decorrência de complicações da Covid-19 no país. Foram 202.209 em 2020; 411.028 em 2021 e 66.114 em 2022. Pesquisadores nacionais e internacionais já declararam que a vacina, tão esperada pela população mundial, é a forma mais segura de evitar a morte e o agravamento da doença. Mas, ainda assim, a posição do ex-presidente brasileiro segue inalterada, consumando a sua lógica negacionista.

Nesta reflexão, as publicações selecionadas serão descritas como manchetes fictícias ou satíricas. A nossa proposta é comentar o conteúdo com base em cinco categorias, fundamentadas no conceito de carnavalização de Bakhtin. Seriam elas: a) *presença constante do elemento cômico*; b) *entronização e destronamento do rei do carnaval* (o que vamos abordar como movimentos de elevação e queda; reafirmação e contestação da autoridade do político ou agente público em questão); c) *sarcasmos, dessacralização e relativização dos discursos de poder* e d) *opções pelos problemas sociopolíticos contemporâneos*.

Em 20 de setembro de 2021, o *Sensacionalista* repercutiu a viagem de Jair Bolsonaro e de uma comitiva aos Estados Unidos, em virtude da 76ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O brasileiro era o único líder do G20 (grupo composto pelas 19 principais economias mundiais e a União Europeia) que declarou que não iria se imunizar contra o novo coronavírus. A postura de Bolsonaro também ganhou as páginas de jornais internacionais. Desde 1947, os representantes do Brasil são os responsáveis pelo discurso de abertura do encontro. Na ocasião, Bolsonaro se apresentava como o chefe de Estado do segundo país mais atingido pela pandemia, atrás apenas dos EUA. Naquele momento, o Brasil se aproximava das 600 mil mortes pela doença. No discurso de 21 de setembro, ao fazer referência à situação nacional, o ex-presidente, erroneamente, apresentou o avanço

da Covid-19 e as medidas de isolamento social como principais justificativas para a crise econômica nacional. É importante salientar que o desempenho da economia já acumulava baixas antes mesmo das primeiras confirmações de casos de Covid-19 por aqui. Mais uma vez, o ex-militar defendeu o uso de medicamentos sem eficácia no combate ao novo coronavírus.

A cerimônia foi realizada em Nova York, sede da ONU. Além de ter recebido críticas nominais do prefeito da cidade norte-americana, o brasileiro tornou-se destaque no noticiário ao comer pizza em uma calçada. Como não apresentaram o passaporte vacinal, os membros da comitiva brasileira tiveram a sua circulação restrita. Este foi o fato que motivou a manchete fictícia do *Sensacionalista*: *Sem vacina, Bolsonaro terá que dormir em banco de praça em frente à ONU*. Diante da negativa em receber o imunizante contra a Covid-19, Bolsonaro e a sua comitiva conseguiram participar da Assembleia da ONU em uma condição de exceção. Não é exagero intuir que a presença deles no país foi autorizada por se tratar de um compromisso oficial.

Inicialmente, é possível afirmar que esta postagem reúne as cinco categorias estabelecidas como critério de análise neste capítulo. Ao levantar a possibilidade de que o ex-presidente ficaria desalojado, o humorístico quebra a sua autoridade, já que esta não é a forma como políticos influentes e respeitáveis são tratados em cerimônias oficiais. Há uma inversão de conduta na postagem, Bolsonaro é lançado à indignância. Imaginar um presidente, já que esta era a condição dele quando a postagem foi realizada e, justamente por isso, ela pode ser lida como transgressiva, alguém que está em um posto marcado por uma série de prerrogativas do cargo dormindo na rua caracteriza a recorrência a elementos cômicos (a).

A presença de Bolsonaro em uma cerimônia oficial em Nova York, naquele momento, reforça o protagonismo que o ocupante do Executivo do Brasil exerce. Mas ao sugerir que, pela ausência da vacina, não havia lugar para ele em uma das cidades mais importantes do mundo, o humorístico caracteriza um processo de destronamento (b). Mesmo presidente naquele momento, entre 2019 e 2022, Bolsonaro não era

protagonista. A própria construção da manchete relativiza a relevância do ex-presidente brasileiro no cenário internacional (c), indicando como se ele tivesse pouco a acrescentar em um debate de tamanha relevância.

Por fim, a manchete relembra o negacionismo de Bolsonaro (d): ele afirmou ter optado por não se vacinar. Como alguém em uma posição de poder, este discurso reverbera e impacta a tomada de decisão de uma parcela representativa dos brasileiros. Ao explicitar no texto o termo “sem vacina”, o *Sensacionalista* tece uma crítica a Bolsonaro, já que se trata de uma decisão pessoal. A maior parte dos chefes de Estado tornou a própria vacinação um ato público para incentivar a população a seguir o mesmo exemplo. Apenas os brasileiros se vacinaram à revelia de seu ex-presidente. Esta demarcação, mais do que uma crítica política construída pelo *Sensacionalista*, é expressa em um nível pessoal, considerando a atitude individual de Bolsonaro e como ela influenciou as políticas de Governo no combate à pandemia.

As demais postagens selecionadas para esta análise são desdobramentos de um mesmo fato: a decisão do então presidente em não se vacinar. A recorrência a este tema ao longo dos meses, mais do que lembrar o leitor quanto aos fatos, já que o *Sensacionalista* é uma paródia do jornalismo, destaca-se também, e principalmente, como uma demarcação crítica do humorístico à conduta do ex-presidente. Ou seja, o objetivo é o de lembrar, frequentemente, que Bolsonaro nega a gravidade da pandemia. Uma reportagem publicada pela *CNN Brasil* destaca que, em 13 de outubro de 2021, o ex-presidente Jair Bolsonaro oficializou a decisão de que não seria imunizado contra a Covid-19. De acordo com o próprio veículo de comunicação, em oito declarações públicas anteriores, Bolsonaro garantiu que seria vacinado.

Nesta mesma data, o *Sensacionalista* publicou: *Coronavírus comemora decisão de Bolsonaro de não se vacinar*. A manchete fictícia apresenta-se, inicialmente, como uma crítica ao capitão da reserva, considerando a gravidade da pandemia no país e o número expressivo de pessoas que perderam a vida (d). A forma como a piada é construída, a partir de uma prosopopeia - a atribuição de características humanas ao coronavírus - demarca a presença do elemento cômico (a) e a relativização da figura

do político, já que ele estaria mais exposto ao vírus e de eventuais complicações da doença (c). Aqui, o vírus é o sujeito da frase. É ele quem age! A inversão proposta pelo humorístico humaniza o vírus e fragiliza o ex-presidente (b) e pode ser percebida como um movimento de alternância de poder. Em um contexto de exceção, como uma pandemia, a expectativa é que o processo de tomada de decisão parta dos líderes políticos. Mas a partir desta manchete, podemos fazer a seguinte leitura: Bolsonaro optou por não agir, deixando o vírus no controle.

Ainda em outubro, no dia 25, o *Sensacionalista* publicou *Estudo britânico diz que não tomar vacina provoca escrotidão*. A manchete fictícia é uma referência à decisão do *Facebook* e do *Instagram* que retiraram do ar uma *live* na qual Bolsonaro indicou a existência de uma relação entre a vacina contra a Covid-19 e a AIDS. O conteúdo não foi removido do *Twitter*, mas indicado como enganoso pelo microblog. Em 21 de outubro, o então presidente divulgou esta *fake news* que sugeria que um relatório oficial do Reino Unido - por isso o gancho usado pelo humorístico - teria indicado que pessoas que completaram o esquema vacinal, estariam desenvolvendo a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS).

A manchete é fictícia porque não existe nenhum estudo inglês que aproxime a falta de vacina a um comportamento digno de reprovação. Por outro lado, é a ligação proposta pelo humorístico entre a ausência de vacina, o termo 'escrotidão' e uma fotografia de Bolsonaro que remete ao elemento cômico (a), à dessacralização e à relativização de discursos do político (c). A piada não afirma que Bolsonaro é mau caráter e desonesto, mas esta analogia é possível, enquanto sugestão, pelo fato dele não ter tomado vacina e, principalmente, pelo uso de uma fotografia extraída da própria transmissão simultânea. A linguagem empregada é o agente principal para o destronamento do ex-presidente e a contestação de sua autoridade. É importante ressaltar que esta manchete fictícia faz referência a dois problemas graves e recentes (d): a pandemia e a disseminação de notícias falsas.

As duas últimas manchetes fictícias selecionadas dizem respeito ao exercício da Presidência e a imunização contra a Covid-19. Por conta disso, vamos desenvolver esta análise conjuntamente: a manchete de 12

de dezembro de 2021 é: *Solução para o Brasil é exigir passaporte vacinal para ocupar o Planalto, diz infectologista*. Já, em 16 de janeiro de 2022, o humorístico publicou: *Vacinação já está disponível para crianças de 5 a 11 anos e de 66 anos na Presidência*. As duas propostas subvertem a autoridade de Jair Bolsonaro (*b* e *d*). Não há uma negação do fato de que, à época, ele era presidente da República, mas a paródia contestava a sua capacidade de permanecer em tal cargo. Ao, hipoteticamente, aprovar a exigência de passaporte vacinal para ocupar o Palácio do Planalto, local de trabalho do ex-presidente da República, o humorístico criava um cenário no qual o político não teria condições para seguir no cargo. Foi justamente esta possibilidade que assumiu um efeito transgressivo: a proposta de uma exigência que o militar da reserva não era capaz de cumprir naquele momento. Na segunda proposta, ao destacar a autorização das vacinas para crianças e unir Bolsonaro a este grupo, a conduta do ex-presidente foi infantilizada, o que pode ser interpretado como despreparo.

As narrativas são sarcásticas e, por isso, alcançam a comicidade (*c* e *a*): ao mencionar que a exigência do passaporte vacinal foi sugerida por um especialista, o humorístico recorre a um argumento de autoridade, um recurso frequentemente usado no jornalismo. Ou seja, alguém com amplo conhecimento no tema em questão foi consultado. Vale ressaltar que as crianças foram o último grupo a entrar no cronograma vacinal, já que não foram submetidas a testes enquanto os medicamentos estavam em desenvolvimento. Além disso, a vacinação foi organizada a partir dos grupos mais sujeitos às formas graves da doença. Ao mencionar que o ex-presidente, mesmo aos 66 anos, ainda não se vacinou, o humorístico retoma o negacionismo do político.

Considerações finais

O humor é uma prática dialógica, permitindo o contato entre diferentes leituras de um mesmo fato. As postagens do *Sensacionalista*

constroem críticas a Bolsonaro, abordando características morais, políticas e de capacidade profissional. As manchetes fictícias também tensionam o momento atual do país. Vale ressaltar que ao longo de sua trajetória política, Bolsonaro construiu uma mensagem de político machista, racista, homofóbico e misógino. Estes aspectos também são lembrados nas postagens realizadas pelo humorístico. Mais do que informativo, o humor é opinativo.

A seleção das manchetes fictícias analisadas aponta para um processo de destronamento de Jair Bolsonaro no cenário nacional, bem como no internacional. A partir do conceito de carnavalização de Bakhtin foi possível perceber que o *Sensacionalista* subverte a autoridade do ex-presidente. O discurso satírico analisado apontou o político como representante do país, mas desnudou os erros que foram cometidos no processo. A postagem *Sem vacina, Bolsonaro terá que dormir em banco de praça em frente à ONU*, por exemplo, remete a perda de protagonismo do Brasil em um encontro com líderes das principais nações. Como se o então presidente, mesmo eleito para o cargo, fosse um *outsider*.

Esta análise é apenas um recorte de uma pesquisa que almeja compreender como a gestão da pandemia e, principalmente a condução de Jair Bolsonaro, foi abordada a partir do humor. A escolha por um formato que mimetiza a estrutura noticiosa reforça a percepção da sátira enquanto um recurso opinativo, mas também informativo. Além disso, a produção de várias postagens relacionadas à decisão de Bolsonaro em não se vacinar pode ser interpretada como uma demarcação política dos humoristas, retomando o negacionismo do político.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 7.ed. São Paulo/Brasília: Editora da Universidade de Brasília / HUCITEC, 2010.

- BOLSONARO QUEBRA PROMESSA E DIZ QUE NÃO VAI TOMAR VACINA. CNN. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-quebra-promessa-e-diz-que-nao-vai-tomar-vacina/>. Acesso em 15 de junho de 2022.
- BRASIL É PIOR PAÍS DO MUNDO NA GESTÃO DA EPIDEMIA DE COVID-19, APONTA ESTUDO AUSTRALIANO. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/28/brasil-e-pior-pais-do-mundo-na-gestao-da-epidemia-de-covid-19-aponta-estudo-australiano.ghtml>. Acesso em 15 de junho de 2022.
- BRASIL., Presidente. (2019-2022: Jair Messias Bolsonaro). *Discurso de abertura da 76ª Sessão da Assembleia-Geral da ONU*. Nova York, 20 set. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qEd8Y0pi5_4. Acesso em junho de 2022.
- BRUM, Eliane. *Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>. Acesso em 30 de maio de 2021.
- CAPONI, Sandra. *Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal*. Scielo Brasil, Estud. av. 34 (99), May-Aug 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tz4b6kWP4sHZZD7ynw9LdYYJ/?lang=pt#>. Acesso em 01 de junho de 2021.
- COHEN, Sandra. *Bolsonaro só perde para Maduro na gestão da pandemia, diz pesquisa*. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2021/07/28/bolsonaro-so-perde-para-maduro-na-gestao-da-pandemia-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em 10 de junho de 2022.
- CORONAVÍRUS comemora decisão de Bolsonaro de não se vacinar. Site Sensacionalista, 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CU-bQ0jrcMY/>. Acesso: 10 de novembro de 2022.
- COSTA, Sylvio. *Bolsonaro é apontado como o pior gestor da pandemia no mundo*. Saiba por quê. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/midia/bolsonaro-e-apontado-como-o-pior-gestor-da-pandemia-no-mundo-saiba-por-que/>. Acesso em 20 de junho de 2022.
- CRISTOVÃO, Assunção. Paródia em Jornalismo: o caso do site Sensacionalista. In: *Jangada*, n. 16, p. 94-106, jun/dez, 2020.

ESTUDO britânico diz que não tomar vacina provoca escrotidão. Site Sensacionalista, 2021. Disponível: <<https://www.instagram.com/p/CVc3N5SLAwM/>>. Acesso: 10 de novembro de 2022.

ESTUDO APONTA ERROS GRAVES DO GOVERNO BRASILEIRO NO COMBATE À PANDEMIA DE COVID-19. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/15/estudo-aponta-erros-graves-do-governo-brasileiro-no-combate-a-pandemia-de-covid-19.ghtml>. Acesso em 30 de maio de 2021.

FALHAS NA RESPOSTA À COVID-19 LEVAM BRASIL A CATÁSTROFE HUMANITÁRIA. Médicos Sem Fronteiras. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/falhas-na-resposta-covid-19-levam-brasil-catastrofe-humanitaria>. Acesso em 10 de julho de 2021.

FIGUEIRA, Filipo Pires. *Três faces das desnotícias*: paródia, jornalismo e política nas publicações do The Piauí Herald. Campinas, SP: Unicamp, 2019. Orientador: Sírrio Possenti. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2019.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Contexto, 2020.

GERSON, Deborah Cattani. *Afinal, o que é pseudonotícia?* Um estudo sobre o The i-Piauí Herald, o Sensacionalista e o Laranjas News. Porto Alegre, RS: PUC, 2014. Orientador: Beatriz Dornelles. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

LEVY, Bel. *Estudo analisa registro de óbitos por Covid-19 em 2020*. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-analisa-registro-de-obitos-por-covid-19-em-2020>. Acesso de 15 de junho de 2022.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NÃO VACINADOS REPRESENTAM 75% DAS MORTES POR COVID-19, DIZ ESTUDO BRASILEIRO. Instituto Butantan. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/nao-vacinados-representam-75-das-mortes-por-covid-19-diz-estudo-brasileiro>. Acesso em 10 de junho de 2022.

POSSENTI, Sírrio. *Piadas são relevantes em estudos do funcionamento da linguagem*. Ciência Hoje, São Paulo, Vol. 30, n.176, outubro 2001.

- ROCHA, Arthur de Oliveira. *Paródia satírica e crítica midiática nas notícias fictícias do site Sensacionalista*. Natal, RN: UFRN, 2017. Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Furtado Veloso. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- SALIBA, E. T. *História Cultural do Humor: balanço provisório e perspectivas de pesquisas*. Revista de História, [S. l.], n. 176, p. 01-39, 2017. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2017.127332. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/127332>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Bellé Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SEM vacina, Bolsonaro terá que dormir em banco de praça em frente à ONU. Site Sensacionalista, 2021. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CUC4loorfSC/>>. Acesso: 10 de novembro de 2022.
- SODRÉ, Muniz. *Narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2012.
- SOLUÇÃO para o Brasil é exigir passaporte vacinal para ocupar o Planalto, diz infectologista. Site Sensacionalista, 2021. Disponível: <https://www.instagram.com/p/CXYo-3er0b_>. Acesso: 10 de novembro de 2022.
- STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática, 1992.
- CSensacionalista, 2022. Disponível: <<https://www.instagram.com/p/CYysH1OLKMx/>>. Acesso: 10 de novembro de 2022.
- VENDA DE REMÉDIOS SEM EFICÁCIA COMPROVADA CONTRA A COVID DISPARA. CFF. Disponível em: <https://www.cff.org.br/noticia.php?id=6197&titulo=Venda%2Bde%2Brem%C3%A9dios%2Bsem%2Befic%C3%A1cia%2Bco>. Acesso em 30 de maio de 2022.
- WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação – mass media: contextos e paradigmas. Novas tendências. Efeitos a longo prazo, O newsmaking*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

Da invasão de hospitais à intimidação da imprensa: Análise dialógica de charges sobre discurso do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, durante a pandemia de Covid-19

Vanessa Krunfli Haddad

Introdução

A língua deixa de ser teoria, ganha vida e se manifesta como linguagem nas interações discursivas do mundo real, “dos mais simples enunciados da fala cotidiana aos grandes gêneros literários” (Bakhtin, 2017, p. 53). Em cada bate-papo face a face, troca de mensagens digitais, leitura de livro etc., a linguagem possibilita o “complexo acontecimento do encontro e da interação com a palavra do outro” (Bakhtin, 2017, p. 39). A esse fenômeno - o constante diálogo entre os enunciados do autor do discurso e os de seu destinatário, Mikhail Bakhtin (2017) deu o nome de dialogismo.

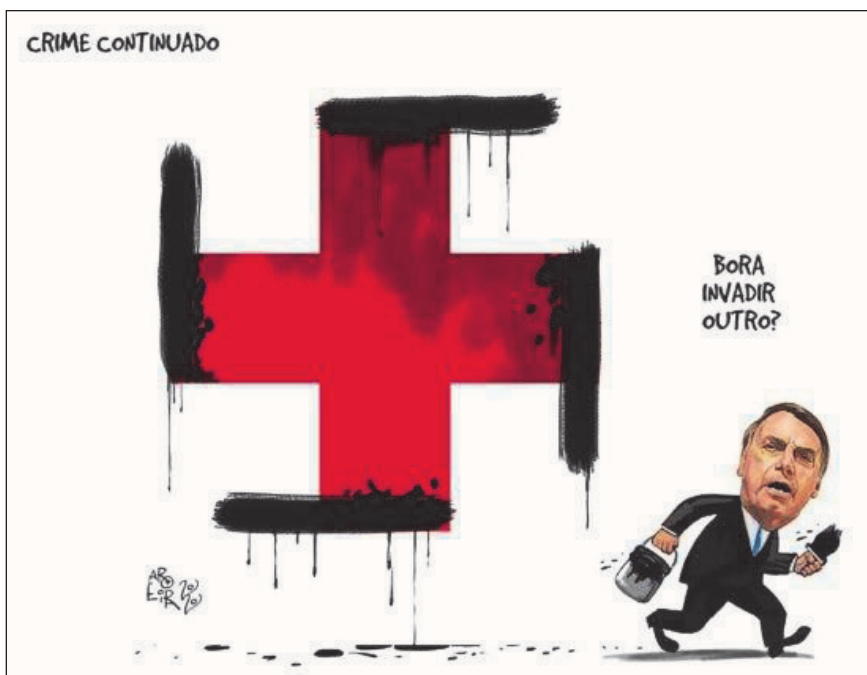
Essa dinâmica não acontece sem tensões pelo caminho, uma vez que todo ato de comunicação e compreensão envolve elementos valorativos embebidos em “diferentes materiais ideológicos, configurados discursivamente” (Brait, 2015, p. 96). Essa “tensa luta dialógica” (Bakhtin, 2017, p. 38) ocorre entre as diversas vozes independentes e discordantes (Bakhtin, 2010) que habitam nos enunciados.

Este estudo baseia-se nas teorias bakhtinianas de dialogismo, polifonia e grande tempo para analisar os choques, as convergências e os processos de significação advindos das relações dialógicas de duas charges criadas a partir de um discurso do presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, feito no dia 11 de junho de 2020, no qual ele incentiva a população a entrar e filmar o interior de hospitais

públicos a fim de verificar se os leitos de pacientes com Covid-19 estavam ocupados ou não (Bolsonaro, 2020).

A primeira charge (Figura 1), publicada no site de notícias *Brasil 247* em 14 de junho de 2020, associa o presidente Bolsonaro à suástica nazista e, por isso, seu autor, Renato Aroeira, foi alvo de inquérito da Polícia Federal e da Procuradoria Geral da República.

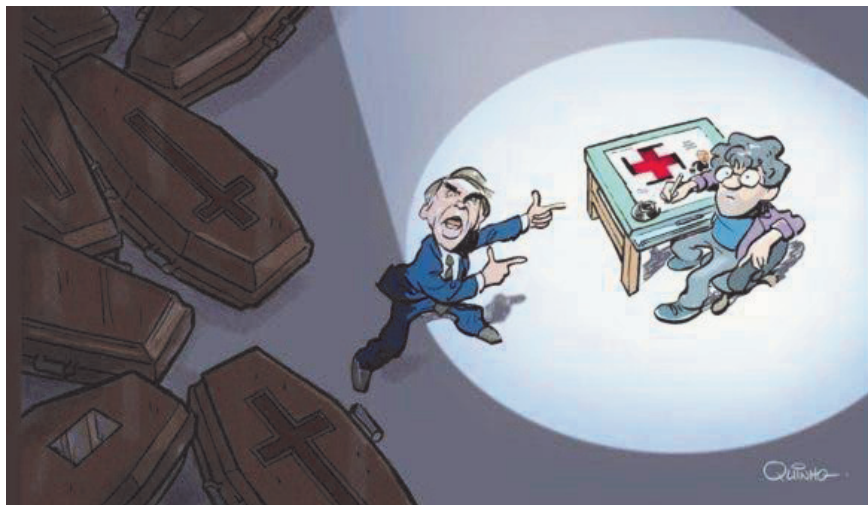
FIGURA 1 - Charge de Renato Aroeira



Fonte: Site Brasil 247 (2020).

A segunda charge (Figura 2), do cartunista Quinho Ravelli, foi postada, no dia 16 de junho de 2020, no perfil criado no *Instagram* em apoio a Aroeira, com o nome *Somos todos Aroeira*.

FIGURA 2 - Charge de Quinho Ravelli



Fonte: Perfil Somos Todos Aroeira/ Instagram (2020).

O nosso objetivo foi entender de que maneira os dois textos chárgicos usaram os recursos próprios do gênero para compor dialogicamente discursos críticos: um sobre a fala do presidente (Figura 1) e outro que se posiciona a respeito das circunstâncias que envolveram a interpelação judicial de Aroeira (Figura 2). A decisão de pesquisar esses fatos foi motivada por sua relevância social e política, tanto pelo teor do discurso do presidente (o qual também analisamos neste artigo), quanto pela reação intimidadora do Ministério da Justiça à charge de Renato Aroeira e a rápida e organizada resposta de chargistas do país e do exterior.

Os discursos presentes nessa sequência de acontecimentos revelam diferentes juízos e emoções sobre o caos sanitário, político e social enfrentado pelo Brasil em 2020. Em 11 de junho, dia em que o presidente da República sugeriu a invasão de hospitais e quase três meses após a primeira morte por Covid-19 no país, o Brasil registrava 41.058 óbitos pela doença e ocupava o terceiro lugar entre os países com maior número absoluto de mortos, atrás dos Estados Unidos e Reino Unido (Folha de S. Paulo, 2020). Antes mesmo dessa data, profissionais de saúde de

diferentes estados lutavam contra a exaustão e frustração para salvar vidas em meio à insuficiência de recursos humanos (Goulart, 2020), Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) lotadas e falta de equipamentos de proteção individual (Betim, 2020). Tensões e embates políticos entre o presidente, governadores e prefeitos impediam uma articulação intergovernamental “[...] para o desenvolvimento de medidas mais efetivas de mitigação dos danos sociais, econômicos e sanitários decorrentes da Covid-19” (Lima; Pereira; Machado, 2020, p. 1). Os prejuízos causados pelo cenário pandêmico brasileiro somavam-se a um quadro histórico de desigualdades que nega à população periférica e de baixa renda condições sanitárias adequadas, com nenhum ou precário acesso ao abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto (Instituto Trata Brasil, 2020), e aumenta as chances de óbito por Covid-19 das pessoas que precisam percorrer grandes distâncias para chegar a unidades do sistema público de saúde a fim de obter diagnóstico e tratamento (Gelli, 2021).

A escolha da charge como objeto de investigação fundamenta-se pelo seu papel de crítica política e social que, como tal, costuma se contrapor às manifestações hegemônicas consideradas prejudiciais ao bem comum. Romualdo (2000, p. 62) assinala que, “pela paródia das ações políticas, pela caricatura, pelo ridículo e pelo próprio riso, o texto chágico destrona os poderosos e apresenta outras perspectivas para a leitura de suas ações.”

Observamos também que, do início da pandemia até o avanço da vacinação no Brasil e a consequente diminuição expressiva dos óbitos (Valverde, 2021) os chargistas foram os sujeitos de denúncias praticamente diárias sobre o número crescente de mortes no país devido à Covid-19. Escrevemos este artigo durante a pandemia, em um momento em que especialistas em ciências da saúde discutem a influência do relaxamento das medidas de controle (uso de máscaras, atividades online, restrição à realização de eventos etc.) no surgimento da quarta onda da doença (Pol, 2022). Diante dessas circunstâncias, os chargistas permanecem como atores sociais da resistência ao negacionismo científico e outros males provenientes dos discursos

de Estado. Os trabalhos desses profissionais são catalisadores do mal-estar e, mais que isso, da angústia que surge quando pensamos com empatia nas pessoas afetadas pela “gestão necropolítica da pandemia” brasileira (Lemos; Freitas; Galindo, 2021, p. 132).

A linguagem que destrona os poderosos

Bakhtin ampliou a concepção de texto, de determinada composição em um idioma verbal escrito, para toda comunicação organizada em um “conjunto coerente de signos” (Bakhtin, 1997, p. 329). Nessa perspectiva, os textos também podem ser constituídos por signos sonoros, visuais, gestuais, corporais etc., codificados em diferentes linguagens.

Posteriormente, o semioticista Iuri Lotman (1996) reiterou e desenvolveu o conceito de texto sob a ótica da cultura, com destaque para o texto artístico, formado por sistemas de signos estruturalmente diversos, cujas complexas e contraditórias conexões são essenciais para a constituição da mensagem. Assim também é com a charge, que apresenta várias e intrincadas possibilidades de interação entre os signos e linguagens que a compõem. Tais relações são fundamentais para o processo de significação do texto chárigo, uma vez que “[...] um elemento faz o outro significar e recebe do outro o seu significado [...]” (Romualdo, 2000, p. 35). Esses encontros entre sentidos são dialógicos, e acontecem também entre o sistema semiótico da charge e o contexto no qual ela está inserida.

Assim como os textos artísticos, charges são densas em termos de conteúdo: comportam múltiplas informações (Romualdo, 2000) em poucos quadros – geralmente, em apenas um. Desse modo, possibilitam a leitura rápida (Grudzinski, 2009) de dada opinião sobre diversos acontecimentos e pontos de vista conflitantes, entrelaçados no texto chárigo.

A charge usa signos imagéticos e, por vezes, verbais, que podem ser configurados em diferentes textos situados nos planos da informação e da expressão. Por vezes, apesar de reproduzir fielmente um enunciado

hegemônico (informação), o chargista vale-se de recursos expressivos para produzir efeitos de sentido que acabam por ressignificar o que foi dito pelo enunciador (Harkot-de-La-Taille, 2018). A expressividade da linguagem chágica está, por exemplo, no emprego do humor, ícones, símbolos, caricaturas, ambiguidade e das figuras de linguagem (metáfora, analogia, paródia, comparação, onomatopeia, paradoxo, hipérbole, ironia, metonímia etc.).

A ambiguidade da charge a aproxima da cosmovisão carnavalesca descrita por Bakhtin (1987), a qual combina incompatíveis modos de vida, os das camadas populares e das autoridades oficiais, em festejos cômicos nos quais o riso é “ambivalente: alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente” (Bakhtin, 1987, p.10). Miranda explica que a ambiguidade chágica exige:

[...] uma dupla movimentação de leitura, englobando a percepção concomitante de duas máscaras: a primeira da seriedade / autoridade e a segunda da ridicularização. No caso da segunda, esta traz o bojo da simultaneidade desses movimentos opostos, mas justapostos, que se sedimentam como efeito de sentido da charge (Miranda, 2010, p. 37)

A charge e a infinita cadeia de sentidos dialógicos

O evento dialógico não se revela, necessariamente, na conversa entre falante e ouvinte durante uma comunicação em tempo real. Volóchinov (2018, p. 219) dá o exemplo do livro impresso, que, como discurso verbal, “é debatido em um diálogo direto e vivo, e, além disso, é orientado para uma percepção ativa: uma análise minuciosa e uma réplica interior, bem como uma reação organizada, também impressa, sob formas diversas”.

A “percepção ativa” citada por Volóchinov (2018) equivale ao que Bakhtin (2017, p. 62) chama de “compreensão ativo-dialógica”, a qual busca um entendimento que vá além do significado do texto e de seus sentidos já descobertos. O sujeito da compreensão ativa avalia

e interpreta o discurso com base em seus valores, sem, no entanto, sustentar posições inflexíveis ou dogmáticas.

A réplica à qual Volóchinov se refere é parte indissociável do dialogismo, logo, do processo de compreensão ativa. Ela pode se expressar apenas no pensamento do leitor, ou então ser exteriorizada, oralmente ou em qualquer mídia e linguagem, por exemplo, uma crítica literária em um jornal. E não precisa ser uma resposta propriamente dita, mas uma responsividade em relação aos enunciados do discurso: “ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta” (Bakhtin, 2016, p. 57). A compreensão como ato vivo possibilita o “encontro com o novo, o desconhecido” (Bakhtin, 2017, p. 37), isto é, com um caráter enunciativo que “pertence ao próprio texto, mas só se manifesta na situação e na cadeia dos textos” (Bakhtin, 1997, p. 332).

A elaboração da charge exige de seu autor uma compreensão ativa dos fatos e discursos políticos, bem como da sociedade na qual estão inseridos. O texto chágico é produto do encontro dialógico entre três “naturezas” de enunciados: os que fazem parte das “representações mentais” (Hall, 2016) do chargista, ou seja, seus conhecimentos, vivências, ideologias etc.; os que são proferidos pelos diversos atores da vida pública; e aqueles que manifestam os posicionamentos de diferentes grupos sociais sobre questões relacionadas ao tema da charge.

O chargista confronta as ideias dessas três esferas e elabora o que Volóchinov (2018) chama de “reação organizada”: enunciados originais ordenados no discurso chágico. Seu propósito é apresentar algo novo ao leitor - os sentidos encobertos dos fatos, ou inexplorados pelo jornalismo do cotidiano. E, por vezes, isso é feito em nuances, “na tonalidade do estilo, nos matizes mais sutis da composição” (Bakhtin, 2016, p. 59). Entre essas sutilezas está a ambiguidade – o “movimento entre o que é dito e não-dito” (Batista; Nery, 2017, p.7), o jogo irônico entre enunciados explícitos e implícitos.

A interlocução do leitor com o texto chágico dará origem a mais enunciados carregados de sentidos singulares, provenientes do contato

entre o conteúdo da charge e o seu repertório pessoal, advindo de suas relações com enunciados anteriores. Temos, assim, uma cadeia infinita de enunciados vinculados semanticamente. “Não pode haver enunciado isolado. Ele sempre pressupõe enunciados que o antecedem e o sucedem. Nenhum enunciado pode ser o primeiro ou o último. Ele é apenas o elo na cadeia e fora dessa cadeia não pode ser estudado.” (Bakhtin, 2017, p. 26).

O tom do autor do enunciado é um elemento essencial para a compreensão ativa dos textos. Ele é um determinante semântico: a forma como uma palavra é dita ou escrita diz mais que a própria palavra e pode, inclusive, mudar seu significado (Bakhtin, 2017).

O tom pode ser identificado na charge por meio dos recursos que a escrita e a imagem oferecem, como pontuações, ironias, formatos das letras e expressões das caricaturas. A comunicação visual pode ser suficiente para indicar o(s) tom(s) do discurso chágico, tanto que muitas charges não usam a linguagem verbal. A posição dos corpos dos “personagens”, suas ações, a forma como se comportam em relação às outras pessoas ou elementos da cena etc. revelam suas intenções, amarradas pelo tom dissidente do próprio autor.

Conforme Jacques Wainberg (2017, ID23589), a comunicação dissidente “expressa publicamente o desconforto e a oposição que um ator cultiva a um ou a vários aspectos de certo sistema social, político, cultural, moral, religioso, organizacional e/ou civilizacional”. Ele defende a ideia do “ato que fala”, uma narrativa dissidente formada por encenações dramáticas que funciona como discurso persuasivo independente de palavras. “O relevante a destacar é o fato de que o silêncio do gesto dissidente implica n’algo, o de que o impronunciável será assim mesmo comunicado. Sua mudez é retórica e por isso mesmo ruidosa.” (Wainberg, 2017, ID23589). O autor usa a metáfora teatral para explicar a representação, crítica e de conotação política, de fatos através de imagens. Essa também é uma forma de definir a charge. Então, o ato que fala, considerado um “artifício linguístico” por Wainberg (2017, ID23589), é um também um recurso do texto chágico.

Os elos semânticos da charge no Grande Tempo

De acordo com Bakhtin (2017), os textos ultrapassam o tempo de vida do autor e a unidade cultural de sua época (pequeno tempo) e passam a existir no grande tempo, no qual se desenvolve o “processo único (embora não linear) de formação da cultura da humanidade” (Bakhtin, 2017, p. 17). Tal processo é possível porque as unidades culturais não são fechadas, ou seja, permitem que um texto nelas concebido, ao encontrar textos de outra época, aprofunde sentidos e revele outros nele jacentes, porém ocultos até mesmo ao seu autor, dadas as limitações dos contextos culturais de sua própria atualidade.

Diante disso, o estudo de um texto deve ser feito sob duas perspectivas: a do seu autor, a fim de compreender o significado da obra; e a do próprio leitor, desde que ele se posicione no grande tempo (levando em conta sua contemporaneidade e, também, as épocas passadas) para que possa ampliar sentidos e desvelar outros.

Se o leitor fizer a interpretação de um texto apenas sob o ponto de vista de sua própria época, irá desconsiderar tanto o pequeno tempo do autor quanto o grande tempo do universo cultural. Como resultado, a compreensão do texto será restringida “terrivelmente por meio de seleção e modernização do material selecionado. Empobrecemos o passado e não nos enriquecemos” (Bakhtin, 2017, p. 33). Em vista disso, é igualmente importante que o chargista faça a articulação entre os discursos do presente e os do passado, considerando o pequeno e o grande tempo e suas “circunstâncias históricas e ideológicas” (Miranda, 2010, p. 39).

A charge nos cenários das tensões ideológicas

São as vozes dos sujeitos, explícitas ou implícitas nos enunciados, que dão vida aos textos no grande tempo. “Se transformarmos o diálogo em um texto contínuo, isto é, se apagarmos as divisões das vozes [...] o sentido profundo (infinito) desaparecerá (bateremos contra o fundo,

poremos um ponto morto)” (Bakhtin, 2017, p. 67). À presença, nos enunciados, dessas vozes independentes e discordantes, Bakhtin (2010) dá o nome de polifonia.

A essência da polifonia consiste justamente no fato de que as vozes, aqui, permanecem independentes e, como tais, combinam-se numa unidade de ordem superior à da homofonia. E se falarmos de vontade individual, então é precisamente na polifonia que ocorre a combinação de várias vontades individuais, realiza-se a saída de princípio para além dos limites de uma vontade (Bakhtin, 2010, p. 23)

As vozes das pessoas que interpretam, julgam e se posicionam de maneira diferente configuram-se nos enunciados da cadeia dialógica. Essas vozes contraditórias encontram fértil terreno no discurso chágico: como afirma Romualdo (2000, p. 62), a força das charges “está justamente na ambivalência, na pluralidade de visões que apresentam para o leitor.”

Por comportar tantas vontades conflituosas, o diálogo de um enunciado com outros resulta, historicamente, em “confrontos sêmicos, deslizamentos de sentido, apagamentos de significados, interincompreensões etc.” (Fiorin, 2018, p. 191). Portanto, o dialogismo é um ambiente de tensões verbo-ideológicas, explicadas por Bakhtin (2002) através dos conceitos de forças centrípetas e centrífugas da língua.

As sociedades são caracterizadas pelo plurilinguismo: cada grupo social possui uma linguagem própria. Assim, temos diferentes ‘línguas sócio-ideológicas: sócio-grupais, “profissionais”, “de gêneros”, de gerações, etc.’ (Bakhtin, 2002, p. 82).

Os grupos sociopolíticos que detêm maior poder agem contra o plurilinguismo. Eles influenciam as línguas a fim de provocar unificações artificiais. Desse modo, controlam a produção artística e o acesso à cultura, exercendo forças centrípetas para a centralização da vida ideológica em torno de si. Ao mesmo tempo, as forças centrífugas do plurilinguismo descentalizam a linguagem, que se manifesta de maneira natural e diversa nas diferentes esferas sociodiscursivas. É um jogo de poder constante:

Cada enunciação que participa de uma “língua única” (das forças centrípetas e das tendências) pertence também, ao mesmo tempo, ao plurilingüismo social e histórico (às forças centrífugas e estratificadoras). [...] É possível dar uma análise concreta e detalhada de qualquer enunciação, entendendo-a como unidade contraditória e tensa de duas tendências opostas da vida verbal (Bakhtin, 2002, p. 82)

Fiorin (2018) ressalta que as ditaduras são caracterizadas pelo uso das forças centrípetas, enquanto as democracias usam as forças centrífugas. Ele destaca que “as ditaduras, em seu afã centrípeto, apresentam um forte componente narcísico, tentando negar a alteridade, impondo sua identidade e exigindo que os outros a ecoem” (Fiorin, 2018, p. 173).

Vamos aos fatos: o contexto extratextual

Durante uma das transmissões ao vivo semanais em sua página no *Facebook*, o presidente da República Jair Bolsonaro incentivou seus apoiadores a entrarem sem autorização em hospitais públicos e de campanha para filmá-los com o intuito de provar a suposta inautenticidade das notícias sobre as elevadas taxas de ocupação dos leitos e falta de respiradores devido ao aumento de casos de Covid-19.

O mandatário justificou sua desconfiança com a afirmação, sem provas, de que inimigos políticos estariam por trás dessas falsas informações. Bolsonaro questionou os registros dos atestados de óbito, alegando que as pessoas morriam por outros motivos que não a Covid-19 (Uribe, 2020). Segue o trecho do discurso no qual baseamos nossas análises:

As informações que nós temos, pode ser que eu esteja equivocado, mas... na totalidade ou em grande parte, né, ninguém perdeu a vida por falta de respirador ou leito de UTI [...] Pode ser que tenha acontecido um caso ou outro, mas... inclusive as informações que chegam pra nós, seria bom você fazer na ponta da linha...[se] tem hospital de campanha perto de você, hospital público, arranja uma maneira de entrar e filmar. Muita gente está fazendo isso e mais gente tem que fazer para mostrar se os leitos estão

ocupados ou não. Se os gastos são compatíveis ou não. Isso nos ajuda. Tudo o que chega pra mim nas redes sociais, a gente faz um filtro e eu encaminho para a Polícia Federal e para a Abin [Agência Brasileira de Inteligência] e lá eles veem o que fazem com esses dados (Bolsonaro, 2020)

Intitulada *Crime continuado*, a charge de Renato Aroeira retrata o presidente com uma lata de tinta preta em uma das mãos e um pincel na outra, logo após transformar em suástica uma cruz vermelha. Em movimento e com o olhar na direção do leitor, Bolsonaro diz: “Bora invadir outro?” O jornalista Ricardo Noblat postou a charge em seu perfil no *Twitter* (Noblat, 2020).

No dia seguinte à veiculação da charge de Aroeira e ao tuíte de Noblat, 15 de junho, o então ministro da Justiça, André Mendonça (2020), postou no *Twitter* que solicitou, tanto à Polícia Federal quanto à Procuradoria Geral da República, investigação sobre a publicação da charge na conta do *Twitter Blog do Noblat*. O pedido do ministro foi feito com base no artigo 26 da Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/1983), “recurso muito usado nos tempos da Ditadura Militar” (Alves, 2020), que prevê ‘pena de reclusão de um a quatro anos para quem caluniar ou difamar o presidente da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do STF, “imputando-lhes fato definido como crime ou fato ofensivo à reputação” (Vital, 2021).

A decisão do ministro gerou manifestações de artistas do Brasil e do exterior em apoio a Aroeira e Noblat. Os chargistas Duke e Brum, cada um com seu próprio estilo, reproduziram a charge de Aroeira e a intitularam *Charge Continuada*. A iniciativa deu origem ao movimento *Charge Continuada #SomosTodosAroeira*, organizado pela *Revista Pirralha*, que reuniu, na conta @somostodosaroeira do *Instagram*, 474 posts com manifestações artísticas, a maioria charges que fazem releituras da obra de Aroeira.

Participaram artistas profissionais e amadores, e até crianças, com charges estáticas e animadas, desenhos, fotos de intervenções urbanas, dobradura, escultura e poesia concreta. Em 17 de outubro de 2020, o movimento foi um dos vencedores do 42º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, nas categorias arte e menção

honrosa. Intitulado *Destaque Vladimir Herzog Continuado*, o prêmio foi concedido à charge de Aroeira e a outras 109 charges continuadas inscritas (Aroeira *et al*, 2020).

Escolha do *corpus* e metodologia

Consideramos a charge de Aroeira objeto obrigatório de nossas averiguações, na medida em que foi ela que desencadeou o pedido de abertura de inquéritos pelo governo federal. A segunda charge foi escolhida entre as postadas no perfil no *Instagram* citado anteriormente. Estabelecemos, como critério para essa seleção, que a charge a ser analisada não deveria se restringir a reproduzir a de Aroeira, somente com alterações no estilo do desenho. Além disso, fizemos uma triagem em busca de abordagens diferenciadas em relação às demais.

Após o exame de todas as charges do perfil, separamos cinco, por interpretarem as acusações do ministro da Justiça contra Aroeira como tentativas de ofuscar o debate de pautas de interesse público. Dentre essas, decidimos pela de Quinho Ravelli, cartunista do jornal Estado de Minas, por ser o único artista a reunir as representações de Bolsonaro, Aroeira e de sua charge (em um caso de intertextualidade). Esse ponto de vista panorâmico nos possibilitou observar, num único quadro, como o chargista retratou as reações e posicionamentos do presidente da República e de Aroeira diante das mudanças que aconteciam ao redor de cada um. Quinho também se destacou por juntar na narrativa fatos que ocorreram em datas diferentes (discurso de Jair Bolsonaro, publicação da charge de Aroeira e ataque do governo à imprensa) e um evento que se mantinha constante há meses (as mortes por Covid-19), em um entrelaçamento de causas e efeitos que não é, necessariamente, lido de maneira linear, exigindo ainda mais o exercício da compreensão ativa. Além disso, a charge é exclusivamente visual, o que nos permitiu o seu estudo sob o ponto de vista dos “atos que falam”, consoante a proposição de Wainberg (2017).

A investigação começou pela análise do discurso do presidente Jair Bolsonaro. Para isso, dividimos o trecho selecionado em sequências discursivas, avaliadas de acordo com as suas ligações com o contexto político e sanitário da época. Em seguida, interpretamos as charges. Consideramos cada grupo de imagens e/ou palavras como sequências discursivas; procuramos compreender as relações dialógicas intra e extratextuais e delas depreender sentidos. Para a leitura das sequências discursivas verbais e/ou imagéticas, recorreremos à organização visual perceptiva dada pela teoria psicológica da *Gestalt* (Dondis, 2003), de acordo com a qual o olhar humano varre um campo visual na seguinte ordem: 1º. o centro da imagem, com base em um eixo vertical com referente horizontal; 2º. a zona inferior esquerda; 3º. a zona inferior direita; 4º. o restante da área esquerda; e 5º. o restante da área direita.

O discurso do presidente

Embora suas transmissões ao vivo sejam acompanhadas por grupos diversos (jornalistas, políticos, opositores etc.), Bolsonaro costuma dirigir-se aos seus apoiadores. Ele tem o hábito, como o fez na transmissão de 11 de junho de 2020, de desvincular-se discursivamente do papel de presidente da República para aproximar-se do seu público-alvo. Ao desconsiderar, propositalmente, a própria posição na hierarquia do poder Executivo durante a comunicação, o mandatário adota, como autor do discurso, a máscara de amigo (Bakhtin, 2017). Com isso, cria a narrativa de que é um igual, uma pessoa que precisa de apoio e de cumplicidade. E utiliza o tom e o estilo de discurso adequados para cada situação na qual se insere.

Na sequência discursiva “As informações que nós temos, pode ser que eu esteja equivocado, mas... na totalidade ou em grande parte, né?, ninguém perdeu a vida por falta de respirador ou leito de UTI [...] Pode ser que tenha acontecido um caso ou outro, mas...” (Bolsonaro, 2020), observamos que o volume, timbre e entonação

de sua voz, assim como sua gesticulação, são de quem participa de uma conversa com amigos.

O presidente fala que “tem informações”, mas em seguida diz que “pode estar equivocado”. Não há dados, nem certezas, apenas desconfianças compartilhadas como um desabafo. Ao mesmo tempo em que nega as evidências e diversas vozes da sociedade que relatam as mortes por Covid-19 (imprensa, profissionais da saúde, cientistas, governadores, pacientes, familiares etc.), o chefe do Executivo procura não se comprometer com afirmações peremptórias.

Na próxima sequência, Bolsonaro mantém o tom, gesticula mais e acrescenta um pedido de ajuda: “seria bom você fazer na ponta da linha...[se] tem hospital de campanha perto de você, hospital público, arranja uma maneira de entrar e filmar.” (Bolsonaro, 2020). Ao final da enunciação, a fala é mais apressada e há um leve aumento no volume da voz - o tom ainda é de amigos, mas parece entrar em outra esfera social, a “militar”, na qual sobe na hierarquia e assume a máscara de um capitão perante sua tropa. Quando diz “arranja uma maneira”, ele demonstra saber que não existe nenhuma forma oficial, prevista nos protocolos hospitalares, para uma pessoa ou coletividade entrar e filmar Unidades de Terapia Intensiva, ainda mais em uma pandemia. Tampouco o mandatário apresenta uma solução pacífica para o problema que criou. A enunciação transmite que a ideia não é negociar e que o “fator surpresa” é importante, uma vez que o discurso analisado, como um todo, subentende uma conspiração.

“Muita gente está fazendo isso e mais gente tem que fazer para mostrar se os leitos estão ocupados ou não. Se os gastos são compatíveis ou não. Isso nos ajuda.” (Bolsonaro, 2020). O tom é o mesmo e são reafirmadas a ordem (“mais gente tem que fazer”) e a cumplicidade (“isso nos ajuda”). Nessa sequência, o presidente convoca seus eleitores para “fiscalizarem” o uso do dinheiro público, posto por ele sob suspeita - o que oferece uma razão “justa” para entrar sem permissão nos hospitais: não se negocia com quem rouba e engana o país. Trata-se de um discurso coerente com a identidade que Bolsonaro construiu para ser eleito: o político que não se vende e que vai acabar com a corrupção no Brasil.

Por fim, temos a enunciação “Tudo o que chega pra mim nas redes sociais, a gente faz um filtro e eu encaminho para a Polícia Federal e para a Abin” (Bolsonaro, 2020). O presidente mantém o tom de conversa, mas suas palavras são de ameaça aos governadores mais ativos no combate à pandemia, bem como de autoritarismo, pois busca impor sua vontade a qualquer custo.

A charge que incomodou o governo federal

Analisaremos as sequências discursivas da charge de Aroeira na seguinte ordem: 1º cruz vermelha transformada em suástica; 2º representação imagética e fala do presidente Bolsonaro; 3º expressão “crime continuado”.

Na charge, o presidente brasileiro transforma um símbolo (cruz vermelha) em outro (suástica). A cruz vermelha é reconhecida internacionalmente como símbolo de assistência humanitária imparcial e proteção aos doentes, feridos e a quem lhes assiste em zonas de guerra: mostra “aos combatentes que não devem atacar qualquer pessoa ou objeto identificado” com o emblema (Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1998; 2017). A figura também é adotada fora das regiões de conflito armado como índice de hospital, farmácia, ambulância, clínica etc., com os sentidos de pronto-socorro, emergência, tratamento, proteção e respeito aos doentes e profissionais de saúde.

A suástica (do sânscrito *swastika*, que significa “bem-estar”), também chamada de cruz gamada, é encontrada “em quase todas as culturas antigas e primitivas, desde o período neolítico [...], nas catacumbas cristãs, entre os hindus, os celtas, os gregos e germânicos” (Habowski *et al*, 2017, p. 96). O seu grafismo indica o movimento de rotação, cuja direção, determinada pelos braços das extremidades, interfere no significado:

[...] que se trate do sentido direto astronômico, cósmico e, portanto, ligado ao transcendente — é a suástica de Carlos Magno; ou do sentido inverso, dos ponteiros de um relógio, querendo colocar a infinitude e o sagrado no temporal e no profano — é a suástica hitleriana (Chevalier; Gheerbrant, 2015, p. 852)

Em 1920, Adolf Hitler adotou a suástica como emblema do que viria a ser o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP). Ele a concebeu no centro da bandeira do partido, e nela viu “a missão da luta pela vitória do homem ariano, simultaneamente com a vitória da nossa missão renovadora que foi e será eternamente anti-semítica” (Hitler, 2001, p. 371). E foi assim que a suástica perdeu, no ocidente, sua ligação com o universo e o bem-estar e tornou-se uma representação do mal - “o ódio, a hegemonia de um só povo, a indiferença, a soberba, a morte” (Habowski *et al*, 2017, p. 100).

A imediata relação da suástica com o nazismo reduz seu passado cultural de milênios a um único significado. Ela não é avaliada no grande tempo e ficam desconhecidas as profundas idades de sentidos (Bakhtin, 2017) que encerra. A suástica só é compreendida “no espaço estreito do pequeno tempo, isto é, da atualidade do passado imediato e do futuro representável — desejado ou assustador” (Bakhtin, 2017, p. 74). Nós a associamos ao regime nazista assim que a vemos. Trata-se de uma “memória socialmente partilhada” (Mozdzinski, 2013, p. 197) tão poderosa que, em muitos países, inclusive no Brasil, é proibida a utilização do símbolo com fins ideológicos.

O presidente é retratado, na charge, como se tivesse acabado de transformar em suástica uma cruz vermelha que identificaria um dos hospitais “invadidos” de acordo com a sua própria sugestão. A primeira sequência discursiva é o resultado do encontro dialógico entre os enunciados “cruz vermelha do hospital” e “pinceladas de cor preta” (este atribuímos a Bolsonaro e interpretamos como intimidação e oposição). Ao modificar a cruz vermelha, o presidente busca o mesmo que Hitler fez em relação à suástica: “apagar” seus sentidos de cuidado, proteção e esperança em favor dos de morte, destruição e indiferença.

Além de ser alterada para parecer uma suástica hitleriana, a cruz da charge tem as hastes de cima e da direita escurecidas, como se houvessem absorvido parte da tinta preta. Embora um pouco mais da metade da cruz permaneça com a cor original intacta, a parte escurecida traz a sensação de penetração gradativa de algo sombrio. O dialogismo entre os sentidos das duas cores revela um embate polifônico - de um lado, o plurilinguismo das vozes de distintas esferas sociodiscursivas (cientistas, profissionais de saúde, economistas, imprensa etc.) que defendem ideias condizentes com a proteção à vida preconizada pelo símbolo da cruz vermelha: medidas preventivas contra a Covid-19, medicina baseada em evidências, auxílio financeiro para as populações mais afetadas economicamente pela pandemia, a transparência do governo em relação aos dados sobre a doença etc.; de outro, as vozes do presidente Jair Bolsonaro e de seus seguidores, os quais concordam com afirmações contrárias ao isolamento social, à prevenção e à vacinação.

Cabe destacar o tamanho e a posição da cruz vermelha em relação à imagem de Jair Bolsonaro. Dondis (2003, p. 37, 39, 40) explica que o olho humano é atraído, em primeiro lugar, para a área axial de qualquer campo visual. Assim, em uma composição dividida em três partes, a central tem a prioridade do olhar. E, se compararmos as regiões esquerda e direita, a preferência é da primeira. Portanto, a cruz, além de ocupar dois terços da charge, localiza-se em zonas estratégicas da composição. O favorecimento desta em relação ao desenho de Bolsonaro é uma resposta de Aroeira ao discurso intimidador do presidente: a rede de prevenção, cuidados e tratamentos – o Sistema Único de Saúde (SUS) – e seus profissionais (representados pela cruz vermelha) – são maiores que o poder que lhes ameaça.

A ambiguidade está na representação e na fala atribuída a Bolsonaro (segunda sequência discursiva): roupas, caricatura e expressões faciais o mostram na posição de presidente do Brasil. No entanto, a atitude (“pichar” um patrimônio público) e a linguagem informal são características de um adolescente.

O tom impositivo da enunciação “Bora invadir outro?” fica evidente em seu semblante. Então, quem nos chama para a ação? O presidente com

olhar imperativo ou o adolescente irresponsável que corre com uma lata de tinta e pincel nas mãos? Nos são apresentadas, concomitantemente, “duas máscaras: a primeira da seriedade / autoridade e a segunda da ridicularização” (Miranda, 2010, p. 37). Por não permitir a separação das personalidades, a sobreposição cria um duplo e sarcástico sentido, o qual envolve a questão: Bolsonaro é um presidente que se porta como adolescente? Ou é um adolescente que usa roupas de presidente? Nessa enunciação, podem ser distinguidas três vozes: do adolescente, do presidente e do autor da charge (lembramos que Bolsonaro não usou em seu discurso a palavra “invadir”. Ela resultou de uma dedução crítica de Aroeira).

O título “Crime continuado” (terceira sequência discursiva) explicita e dialoga com os sentidos dos demais enunciados do intratexto: o crime continuado é: (1) a invasão ilegal dos hospitais; (2) a inconsequência do adolescente que, ao invés de respeitar, vandaliza o patrimônio público e desvaloriza o SUS; (3) o semblante impositivo da caricatura de Bolsonaro e a cruz vermelha transfigurada em suástica – o anseio pela realização da própria vontade em detrimento da saúde da comunidade, o que causou a morte de muitos. Com tantos crimes, por que a expressão “crime continuado” está no singular? Na flexão gramatical, está o não-dito da charge: todas as transgressões resultam em um crime mais grave: a constante cumplicidade com a morte.

O porquê do rebuliço do governo

De acordo com o método delineado, pensaremos a charge de Quinho como três sequências discursivas – as representações de: 1º presidente Jair Bolsonaro; 2º a população morta pela Covid-19 (caixões); 3º Aroeira e sua charge.

O leitor ganha importância nessa charge devido à perspectiva do desenho, que o posiciona como quem observa de cima a situação retratada. O presidente da República não conversa mais olho no

olho, como na charge de Aroeira, na qual incita ao crime a parcela da população que o apoia. No texto de Quinho, Bolsonaro precisa olhar para cima para se comunicar com o leitor, na posição de quem deve satisfação pelos seus atos como chefe do Executivo brasileiro.

O discurso chágico é criado a partir dos questionamentos de Quinho sobre as motivações do governo federal com a abertura de dois processos contra Aroeira. De acordo com Bakhtin, “todo ato de compreensão implica uma resposta” (Bakhtin, 1997, p. 339). Nesse caso, a resposta, ou seja, o sentido encontrado pelo chargista, coloca Bolsonaro no centro da narrativa e, portanto, no meio da composição imagética da charge.

O presidente aponta para Aroeira. Mas não usa o dedo indicador da mão direita, e sim as duas mãos em forma de “arminha”, gesto que se tornou característica de sua persona e governo. Ele quer que o leitor/eleitor preste atenção no trabalho do chargista ao invés de refletir sobre os feitos da administração federal, ao mesmo tempo em que “atira” na liberdade de expressão que Aroeira representa. Há um ganho duplo para o presidente.

Mais uma vez, a representação de Jair Bolsonaro traz em seu bojo a ambiguidade: o ato de apontar para alguém para se eximir de culpa é característica das crianças. A perspectiva do desenho reforça o ridículo da situação. A ideia da criança que fez arte não combina com a posição hierárquica e a responsabilidade de um presidente. Além disso, a atitude infantil retratada destoa das expressões faciais, duras e impositivas, de Bolsonaro. Ele não sugere, ordena uma direção para o olhar do leitor. Bakhtin trata da questão da seriedade:

Os elementos de expressão externa da seriedade: o cenho carregado, os olhos apavorantes, as rugas e pregas juntas pela tensão, etc. são elementos de pavor ou intimidação, de preparativo para o ataque ou para a defesa [...] A seriedade retém, estabiliza, está voltada para o pronto, para o concluído em sua obstinação e autopreservação. Não é uma força tranquila e segura de si (esta sorri), mas uma força ameaçada e por isso ameaçadora, ou uma fraqueza suplicante (Bakhtin, 2017, p. 61)

O olhar ameaçador do presidente esconde o medo e a necessidade de autopreservação. Ele direciona os holofotes ao chargista, numa tentativa de manipulação da imprensa, que tem o poder de operar, metaforicamente, o equipamento de iluminação. Essa é sua maneira de se defender do que o ameaça: a realidade das mortes por Covid-19 e a irresponsabilidade e imperícia do governo por trás de parte delas. Bolsonaro busca o equilíbrio do corpo ao manter as pernas bem abertas – uma delas fica na sombra, junto aos caixões. Essa é uma metáfora para o esforço do presidente em desprender sua imagem política das trevas das mortes por Covid-19, mas sem total sucesso: ele apenas se equilibra entre os fatos e o factóide.

Apesar de estarem na sombra, os caixões ocupam, na composição da charge, a área inferior esquerda, segunda região que mais atrai o olhar do ser humano em um campo de visão (Dondis, 2003). A presença dos caixões sob a sombra é resultado da enunciação de Bolsonaro na charge: o foco foi deslocado. Os caixões estão arranjados de modo semelhante ao de um grupo de pessoas que fecha o cerco ao redor de alguém – as “vozes” dos mortos (e daqueles que perderam entes queridos para a Covid-19) dizem que não será possível ao presidente brasileiro desviar a atenção de suas ações por muito tempo.

Ao inserir a charge de Aroeira na sua, Quinho usa o recurso da intertextualidade para atualizar os sentidos o trabalho do colega: “a interpretação criadora continua a criação.” (Bakhtin, 2017, p. 36). Aroeira, surpreendido no ato da elaboração da charge, mostra confusão com a atenção dispensada ao seu trabalho cotidiano. Porém, mantém-se à vontade em sua cadeira, em seu papel de crítico político. Essa mistura de calma e surpresa acentua a ridicularização da postura feroz de Bolsonaro. Há ainda a reafirmação da importância da charge de Aroeira, tanto por atrair a fúria do presidente, quanto por seu conteúdo, o crime de conluio com a morte explicitado por Quinho por meio dos caixões. Ademais, enquanto o foco de luz está em Aroeira, também ilumina a crítica de sua charge, o que configura uma importante falha da estratégia presidencial para manipulação da opinião pública.

Considerações finais

Quando analisamos as charges sob a perspectiva do dialogismo e da polifonia, pensamos as imagens em termos de quantos enunciados comportavam e como eles conversavam uns com os outros no intratexto para produzir sentidos. Também fizemos o exercício de identificar as vozes em cada um desses enunciados. Nessa direção, as formulações teóricas de Bakhtin sobre a linguagem nos deram as ferramentas para refletir a charge como gênero discursivo, e não apenas jornalístico de opinião ou como texto artístico.

O que constatamos foi a riqueza de tons, valores, ideologias e simultaneidades que a charge permite. Ao traduzir o discurso do presidente Bolsonaro para o texto chágico, Renato Aroeira construiu enunciados complexos e repletos de sentidos com apenas duas imagens. Em uma delas, criou um paradoxo: uma cruz ao mesmo tempo salvadora e destruidora: ambivalência que expressou as tensões ideológicas, os deslizamentos de sentido e as forças de unificação do poder dominante (centradas no discurso de subestimação da pandemia) versus as de descentralização da pluralidade (as diversas acepções com sentidos favoráveis à vida).

Essa sequência discursiva também deixou clara a importância da leitura da charge voltada para o grande tempo do universo cultural, o que nos permitiu entender com mais profundidade as relações da suástica com a situação retratada pelo chargista.

Na outra imagem, a charge de Aroeira revelou o presidente-adolescente; assim como Quinho expôs o presidente-criança. Nesses casos, ambos trabalharam a ambiguidade, o sarcasmo e o jogo de coroação e destronamento da cosmovisão carnavalesca de Bakhtin.

A charge de Quinho foi um exemplo de “ato que fala” (Wainberg, 2017): as imagens foram organizadas em uma encenação metafórica da realidade, na qual a falta de palavras conferiu dramaticidade e impacto ao discurso do autor.

Ao longo deste trabalho, constatamos a relevância do exame acadêmico da linguagem chágica nos âmbitos do discurso, das

representações de diferentes narrativas e dos sentidos gerados pelas suas interações e tensionamentos. Bakhtin, como pensador da função social da língua, tem muito o que oferecer para futuras pesquisas sobre as possibilidades da charge enquanto gênero discursivo, especialmente no que diz respeito aos embates ideológicos e às forças que atuam nas enunciações: tanto as centrífugas quanto as centrípetas.

Referências

- ALVES, Chico. Aroeira, sobre charge de Bolsonaro e suástica: “Deram mais visibilidade”. *UOL*, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2020/06/16/aroeira-sobre-charge-de-bolsonaro-e-suastica-deram-mais-visibilidade.htm>. Acesso em: 5 jul. 2022.
- AROEIRA, Renato *et al.* Charge Continuada #SomosTodosAroeira. In: PRÊMIO JORNALÍSTICO VLADIMIR HERZOG DE ANISTIA E DIREITOS HUMANOS, 42., 2020, [S.l.]. *Prêmio Destaque Vladimir Herzog Continuada...* [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <https://premiolvladimirherzog.org/premio-destaque-vladimir-herzog-continuado>. Acesso em: 5 jul. 2022.
- AROEIRA, Renato. *Crime continuado*, 2020. Charge. Disponível em: <https://www.brasil247.com/charges/crime-continuado>. Acesso em: 5 jul. 2022.
- BAKHTIN, Mikhail. *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. *Estética da Criação Verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *Os Gêneros do Discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- _____. *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*. São Paulo: Editora 34, 2017.
- _____. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. *Questões de literatura e de estética. A teoria do romance*. 5. ed. São Paulo: Hucitec; 2002.

- BATISTA, Alcione Remígio; NERY, Luciana Fernandes. Intericonicidade e interdiscursividade nas charges: um olhar sobre os discursos implícitos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LINGUAGENS E GÊNEROS TEXTUAIS, IV, 2017, Campina Grande. *Anais eletrônicos...* Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/27400>. Acesso em: 5 jul. 2022.
- BETIM, Felipe. Lotado, hospital da periferia de São Paulo retrata o imprevisto na luta contra a Covid-19: “Ore pelo meu pai”. *El País*, 23 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-24/lotado-hospital-da-periferia-de-sao-paulo-retrata-o-imprevisto-na-luta-contr-a-covid-19-ore-pelo-meu-pai.html>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- BOLSONARO, Jair Messias. *Bolsonaro incentiva população a filmar hospitais de campanha para saber se leitos estão ocupados*. Brasília: [s.n.], 11 jun. 2020. 1 vídeo (46 seg.). Publicado pelo canal UOL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1QNZHIRUXaQ>. Acesso em: 5 jul. 2022.
- BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: _____. *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. 2.ed. São Paulo: Unicamp, 2015. p. 91-101.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 27 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.
- COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. *A proteção dos emblemas da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho*. 31 jan. 1998. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/misc/5tndf2.htm>. Acesso em: 5 jul. 2022.
- COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. *Cruz vermelha, crescente vermelho e cristal vermelho*. O que significam? Numa palavra: proteção. 25 abr. 2017. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/cruz-vermelha-crescente-vermelho-e-cristal-vermelho-o-que-significam-numa-palavra-protecao>. Acesso em: 5 jul. 2022.
- COVID-19 mata mais em 3 meses do que trânsito em todo 2019 no Brasil. *Folha de S. Paulo*, 11 jun. 2020. Seção: Saúde. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/covid-19-mata-mais-em-3-meses-do-que-transito-em-todo-2019-no-brasil.shtml>. Acesso em: 5 jul. 2022.

- DONDIS, Donis A. *Sintaxe da linguagem visual*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FIORIN, José Luiz. Interdiscursividade e Intertextualidade. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- GELLI, João Gabriel Mayrinck. *O impacto das condições de acesso ao sistema de saúde na mortalidade hospitalar em uma pandemia: o caso da Covid-19 no Brasil*. 2021. 80 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Departamento de Engenharia Industrial, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2021.
- GOULART, Josette. Manaus testemunha a ‘hora da morte’ por Covid-19. “As pessoas morrem sozinhas. Sozinhas, sozinhas, sozinhas.” *El País*, 1 maio 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-05-01/manaus-testemunha-a-hora-da-morte-por-covid-19-as-pessoas-morrem-sozinhas-sozinhas-sozinhas-sozinhas.html>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- GRUDZINSKI, Silvia Cristina. Critérios jornalísticos de noticiabilidade presentes na rotina produtiva charge. In: *Universidade Estadual de Ponta Grossa*. Ponta Grossa: Biblioteca on-line de ciências da comunicação, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-kika-criterios.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2022.
- HABOWSKI, Adilson Cristiano *et al.* Cruz suástica e o potencial da propaganda nazista: conjuntura e resquícios históricos. *Tabulae – Revista de Filosofia*, v. 10, n. 20, p. 93-116, jan./jun. 2017.
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth. Enunciação e plano da expressão: as três Graças, de Rubens a Nepomuceno. In: LOPES, Ivã Carlos; SOUZA, Paula Martins (org.). *Estudos semióticos no plano da expressão*. São Paulo: FFLCH/USP, 2018.
- HITLER, Adolf. *Minha luta*. São Paulo: Centauro Editora, 2001.
- INSTITUTO TRATA BRASIL. *Ranking do saneamento: relatório técnico*. São Paulo, 2020. (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento 2018). Disponível em: https://tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking_2020/Relatorio_Ranking_Trata_Brasil_2020_Julho_.pdf. Acesso em: 5 jul. 2022.

- LEMOS, Flávia Cristina Silveira; FREITAS, Felipe Sampaio de; GALINDO, Dolores. Biopolítica, necropolítica e a pandemia do coronavírus. Notas analíticas sobre o enxame viral. In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; HILLESHEIM, Betina; EICHHERR, Leticia Maísa (org.). *Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar*. Porto Alegre: ABRAPSO Editora, 2021.
- LIMA, Luciana Dias de; PEREIRA, Adelyne Maria Mendes; MACHADO, Cristiani Vieira. Crise, condicionantes e desafios de coordenação do Estado federativo brasileiro no contexto da Covid-19. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 36, n. 7, e00185220, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00185220>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- LOTMAN, Iuri. *La semiosfera I: semiótica de la cultura y del texto*. Madrid: Catedra Ediciones, 1996.
- MENDONÇA, André. *Solicitei à @policiafederal e à @MPF_PGR abertura de inquérito para investigar publicação reproduzida no Twitter Blog do Noblat, com alusão da suástica nazista ao presidente Jair Bolsonaro (...). O pedido de investigação leva em conta a lei que trata dos crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, em especial seu art. 26*. 15 jun. 2020. 14:16. Twitter: @AmendoncaAGU. Disponível em: <https://twitter.com/AmendoncaAGU/status/1272578667705704448>. Acesso em: 5 jul. 2022.
- MIRANDA, Hellen Suzanna da Cruz. *Entre a crítica e o humor: a influência dialógica, polifônica e carnavalizada das charges jornalísticas de Angeli na Folha de São Paulo*. 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2010.
- MOZDZENSKI, Leonardo. Intertextualidade verbo-visual: como os textos multissemióticos dialogam?. *Bakhtiniana*. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 177-201, jul./dez. 2013.
- NOBLAT, Ricardo. *Caiu na Rede!* 14 jun. 2020. 11:20. Twitter: @BlogdoNoblat. Disponível em: <https://twitter.com/BlogdoNoblat/status/1272353246137458691>. Acesso em: 5 jul. 2022.
- OLIVEIRA, Marina. Ministério da Saúde corrige data da primeira morte por Covid-19 no Brasil. *Congresso em Foco*, 27 jun. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/saude/ministerio->

da-saude-corrige-data-da-primeira-morte-por-covid-no-brasil.
Acesso em: 5 jul. 2022.

POL, Ana Maria. Covid-19: quarta onda chama atenção para políticas públicas em vigor. *Correio Braziliense*, 16 jun. 2022. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/cidades-df/2022/06/5015817-covid-19-quarta-onda-chama-atencao-para-politicas-publicas-em-vigor.html>. Acesso em: 5 jul. 2022.

RAVELLI, Quinho. [Sem título], 2020. Charge. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CBgWV2xDCDO/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 5 jul. 2022.

ROMUALDO, Edson Carlos. *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de S. Paulo*. Maringá: Eduem, 2000.

SOMOS TODOS AROEIRA. Instagram: @somostodosaroeira. Disponível em: <https://www.instagram.com/somostodosaroeira>. Acesso em: 5 jul. 2022.

URIBE, Gustavo. Bolsonaro estimula população a invadir hospitais para filmar oferta de leite. *Folha de S. Paulo*, 11 jun. 2020. Seção: Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/bolsonaro-estimula-populacao-a-invadir-hospitais-para-filmar-oferta-de-leitos.shtml>. Acesso em: 5 jul. 2022.

VALVERDE, Ricardo. Números comprovam os efeitos amplamente positivos da vacinação. *Agência Fiocruz de Notícias*, 26 nov. 2021. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/numeros-comprovam-os-efeitos-amplamente-positivos-da-vacinacao>. Acesso em: 5 jul. 2022.

VITAL, Danilo. Charge satirizando Bolsonaro não atrai incidência da LSN, diz juíza do DF. *Consultor Jurídico*, 26 maio 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-mai-26/juiza-arquiva-inquerito-noblat-charge-bolsonaro2>. Acesso em: 5 jul. 2022.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2017.

WAINBERG, Jacques Alkalai. A comunicação dissidente e os atos que falam. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, v. 24, n. 1, ID23589, 2 jan. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2017.1.23589>. Acesso em: 4 jul. 2022.

A República em Vultos: uma análise sobre personagens do Governo Bolsonaro em reportagens de perfil da revista *piauí*

Sebastião Clovis Brito do Nascimento Junior

Luiz Henrique Zart

Introdução

Narrativas fazem parte de nossa composição social, porque a partir delas organizamos o caos e damos sentido ao tempo. Narramos e armazenamos histórias de múltiplas formas. Neste sentido, em sociedades passadas, o compartilhamento de informação era importante para o desenvolvimento do sujeito. É nesse panorama – no qual sentimos a necessidade de contar e conhecer histórias – que surge o relato biográfico, configurado como o relato do eu.

Marta Maia (2020) argumenta que os primeiros indícios desse tipo de narrativa surgem no século IV a.C. na Grécia antiga, com Isócrates e Xenofonte, enquanto no século XIV, no Renascimento, a narrativa mitológica ressurge, consolidando uma visão humanística da história. Martinez (2008) credita também a Aristóteles os primeiros registros da narrativa mítica, com a obra *Poética*, dividida em 26 capítulos, e publicada há mais de dois mil anos. Histórias que atualmente influenciam a maneira que narramos no ocidente.

Embora popular e com público cativo, o relato de uma vida é complexo e com resultados variados. Bruck e Antunes (2017, p. 240) apontam que “entre os riscos da biografia está certamente o da tendência à busca, *a priori*, de que as vidas se arranjam em relatos coerentes e lineares [...]”, o que dificulta na construção de narrativas de vida, até porque essa proposta não utiliza de recortes totalizantes

(Martinez, 2008). No entanto, a compreensão da vida de determinados personagens se dá em diversos campos da produção humana, não apenas no espaço das mídias de massa. O relato biográfico se configura não como uma história de vida, mas também como uma narrativa de um tempo, em que o personagem representa determinada época, além de certos acontecimentos e costumes.

A construção deste tipo de narrativa, como recorte da vida de alguém, sustenta o perfil tratado por Maia (2020, p. 52-53) como “um formato que mantém relativa distinção em relação às reportagens biográficas. Essas últimas também falam sobre histórias de vidas, mas trabalham com temas mais gerais”.

Este capítulo busca compreender como se configuram os discursos construídos nos perfis publicados na seção *Vultos da República* da revista *piauí*, sobre personagens com relevância política dentro do Governo Bolsonaro (2019-2022).

A construção do perfil

O gênero perfil torna-se famoso por conta de periódicos estadunidenses como as revistas *The New Yorker* e *Esquire*, que reproduzem desde os anos 1930 esse modelo. Abreu, Araújo e Silva (2016, p. 56-57) refletem acerca da importância da entrevista nesse formato, pois “o texto do perfil é um tipo especial de narrativa, que se constrói sobre o relato de atos e ideias da personagem em questão”. Os pesquisadores apontam ainda que o perfil sofre influências de campos variados, como a sociologia e a antropologia, pois é “o tipo de texto que mais aposta no sujeito enquanto objeto da reportagem” (*ibidem*, loc. cit.). Sendo assim:

Se o acontecimento jornalístico expressa aquilo que rompe a normalidade, aquilo que afeta os sujeitos e pode indicar novas possibilidades, no caso específico de perfis, temos uma liberdade temática que extrapola o próprio acontecimento jornalístico na medida em que estamos falando sobre sujeitos

que podem ter realizado alguma ação de grande repercussão, mas estamos, igualmente, falando sobre sujeitos que seguem com suas vidas cotidianas, mas nem por isso menos significativas do que outras (Maia, 2020, p. 43).

É possível, então, ver o perfil como um subgênero do jornalismo literário, trazendo um dos tópicos da estrela de sete pontas proposta por Pena (2019, p. 15) – mais especificamente a sexta –, que fala sobre a “fuga dos definidores primários”, essas figuras que, segundo o autor, produzem o discurso visto como oficial em nossa sociedade. Com a humanização da reportagem, é possível construir perfis a partir do local em que esses indivíduos se encontram no tecido social. Acerca desta compreensão, Bruck e Antunes (2017, p. 237) afirmam que

[...] um perfil biográfico pode ter o potencial de transcender a dimensão imediatamente visível do acontecimento, de contrapor as circunstâncias e causalidades que o engendraram e fazer emergirem as sobreposições, articulações, nexos e conexões que ele retroalimenta (Bruck; Antunes, 2017, p. 237).

É importante também que se reforce a intersecção entre a construção de perfis nas páginas de revistas, além das duas mencionadas anteriormente. Têm-se, também nos Estados Unidos, a *Harper's* e a *Vanity Fair*, e no Brasil *Piauí* (2006-atualmente), *Realidade* (1966-1976) e *O Cruzeiro* (1928-1985). As revistas funcionam como um produto capaz de auxiliar o leitor na compreensão de seu tempo. Se a revista sempre representou, de certa maneira, um retrato desse tempo, em suas páginas o perfil se traduz como um exemplo prático disso. Essa construção, segundo Maia (2020), reforça a divisão acerca do que seria interesse público e interesse privado, principalmente quando compreendemos o sujeito contemporâneo como cindido em um sem-número de instituições que tem como ambição, representá-lo. Justamente por este motivo o desafio torna-se

[...] fazer ver estes botões e andrajos como signos próprios. No lugar de descobrir uma resposta para a questão “Como irei escrever uma vida?”, formula-se outra pergunta, que toma o lugar desta: “Que vida é possível ver a partir daquilo que é possível escrever?” (Abreu; Araújo; Silva, 2016, p. 69).

Os perfis são constituídos de relatos a respeito de figuras cotidianas – muitas vezes simples, em outros momentos com certa influência na vida pública. Através do recorte da vida de um personagem, busca-se retratar fatos atuais de interesse público, principalmente pelo o que o perfilado representa de maneira prática. Como também uma marca do Jornalismo Literário, a experiência do jornalista como enunciador dará o tom da reportagem, por meio da percepção que se capte de cenas, gestuais e hábitos de cada perfilado. Como afirmam Bruck e Antunes (2017, p. 237), “os perfis se realizam ao elegerem e sondarem atores sociais que acabam por gerar algum tipo de interesse em função dos papéis que exercem [...]”, mas não se restringindo a esta busca pela influência no cenário político social, pois

[...] a figura humana é sempre potente de ser narrativa em função de suas singularidades e peculiaridades. De toda sorte, são relatos de natureza essencialmente memorialística, pois não apenas se substanciam do acionamento das lembranças e do memorável do perfilado, mas acabam eles próprios, os perfis, por se estabelecerem como narrativas a alimentar o repertório do memorável (*ibidem, loc. cit.*).

Segundo Martinez (2008, p. 48), “contar, narrar passam a ser formas de ordenar a desordem, de dominar o desconhecido, de repensar o caos”. Nessa intenção, narrar compreende significar o mundo, uma atividade tipicamente humana. É usual os autores utilizarem do que conhecemos como Jornada do Herói (JH). Diferentemente de abordagens antigas de narrativa sobre o sujeito – marcadamente iluministas, materialistas, reducionistas, mecanicistas e positivistas –, a abordagem da Jornada do Herói parte da organização narrativa de situações comuns à vida de todo ser humano. Como ressalta Martinez (2008, p. 53), esse modelo

ilustra o caminho que leva a pessoa a empreender vivências que a fazem mudar padrões de comportamento conscientes e inconscientes. De forma sintética, o percurso da aventura mitológica do herói reproduz os rituais de passagem, comuns nas sociedades primitivas, nas quais ocorre o padrão separação-iniciação-retorno.

Mas na contemporaneidade observa-se um ambiente de crise representativa, que ocorre devido ao aumento dos definidores de personalidade que cada um toma para si. Hoje instituições como família, religião e escola não respondem satisfatoriamente a esta demanda, perderam protagonismo. Portanto, é nesse vácuo que surge a necessidade interpretativo-narrativa de nosso espaço. Assim:

[...] Os processos de visibilidade que acionam o caráter público de certas histórias ou situações mantêm uma relação com o poder de afetação e reverberação desses cenários na sociedade. Quando há uma reserva de sentidos, digamos assim, é porque o privado conseguiu se manter restrito a um número singular ou pequeno de pessoas (Maia, 2020, p. 36).

Então essas histórias buscam “posicionar o sujeito na trama social” (Maia, 2020, p. 34), partindo da máxima que não existe uma forma totalizante de definição, pois “urge uma abordagem mais integrada do real, que integre os conhecimentos tradicionais aos modernos aparatos tecnológicos” (Martinez, 2008, p. 30). A fonte é testemunha não apenas para atestar veracidade ao fato, mas também para dar-lhe vida. E aí se organiza uma narrativa complexa, pois “a rigidez da linguagem imposta historicamente pelos dominantes é confrontada, diariamente, pela resistência acionada por grupos e pessoas” (Maia, 2020, p. 36-37), portanto “nessa visada transgressiva [...] a escrita de um perfil pode romper com estereótipos [...] ao inscrever a pluralidade identitária em sua produção” (*ibidem*, p. 37) e se distanciar de abordagens sem profundidade e simplificadoras.

São necessárias alternativas ao engessamento do jornalismo diário tradicional, baseado no *lead*, e ter em mente que essa fuga do fazer jornalístico não busca uma fabulação, nem o desapego ao rigor de apuração que demanda uma notícia, pelo contrário, acrescentam-se a eles “contribuições das artes, da religião e da filosofia. Ela agrega à razão atributos subjetivos, como as sensações, os sentimentos e as intuições para a produção de relatos mais integrais” (Martinez, 2008, p. 38).

Partindo disso, segundo Maia (2020), são possíveis seis modelos de reportagens neste formato: perfil sucesso; perfil exaltação; perfil

utilitário; perfil ironia; perfil cronológico; e perfil complexo. Às vezes todos esses exemplos se encontram em um mesmo texto, principalmente no perfil complexo, o mais presente na *piauí*.

Autores destacam que a observação apurada de detalhes definidores – seja do espaço físico, como também os hábitos do próprio perfilado –, tornam a composição textual rica em informações e capaz de traduzir de forma fidedigna a experiência do jornalista-enunciador. “O perfil torna estas passagens a própria tônica do texto. [...] vale-se, mais do que qualquer outro texto jornalístico, do poder de observação do repórter e sua capacidade de transformar estes elementos não-verbais em texto [...]” (Abreu; Araújo; Silva, 2016, p. 61-62).

Em retrospecto, estes perfis auxiliam na compreensão de uma época, e esse armazenamento de histórias permite recordar (em panorama) momentos importantes de nossa trajetória como sociedade (Maia, 2020). Nessas abordagens apresentadas, preza-se pelo detalhamento e pela descrição; e a preferência pelo simbólico auxilia na compreensão de *status* sociais, para além dos padrões normativos de costume (Abreu; Araújo; Silva, 2016). É importante se ter em mente que “neste mundo globalizado, coexistem numa mesma pessoa desde superstições que remontam aos homens das cavernas” que também são minimamente condicionadas devido à influência “biológica, emocional, intelectual e espiritual” (Martinez, 2008, p. 46). Portanto, o perfil funciona como um recorte temporal em que é apresentada a atuação no espaço público de personagens que respondam ao interesse noticioso. Esse gênero de reportagem resulta de um trabalho de apuração meticulosa:

Isso porque o que o perfilista tem pela frente são, mesmo que obtidos por meio de entrevistas diretamente com o perfilado, apenas fragmentos, estilhaços de um conjunto temporal multilinear que constituem a vida do retratado. (Bruck; Antunes, 2017, p. 239).

Nesta perspectiva, é possível posicionar o jornalista-enunciador como o responsável por organizar um caleidoscópio de informações, a fim de elucidar questões complexas que o imediatismo das mídias sociais não traduz satisfatoriamente. Os perfis podem – com relatos

jornalísticos em composição – auxiliar na compreensão de fenômenos sociais ainda em andamento, como o *modus operandi* de governos e forças políticas. E é sobre isso que falaremos a seguir.

A República em vultos: uma análise sobre personagens do governo Bolsonaro em reportagens de perfil da revista *piauí*

Chega-se então à análise que orienta este capítulo, que terá como enfoque a revista *piauí*, para compreender as possibilidades propostas, nutrindo características pouco usuais na imprensa tradicional. Depois, será apresentada a metodologia de pesquisa utilizada, a tradição da Análise de Discurso (AD) da perspectiva franco-brasileira. Após essas reflexões, entra-se na análise dos textos que compõem o *corpus*.

Revista *piauí*

A *piauí* é uma revista de jornalismo narrativo lançada em 2006 na Feira Literária de Paraty (Flip). Idealizada pelo empresário e documentarista João Moreira Salles, a publicação resulta de uma sociedade com Luis Schwarcz, proprietário da editora *Companhia das Letras*. A revista tem um perfil editorialmente anárquico, pouco preocupada com sua divisão editorial, e mais com a profundidade das matérias.

É uma revista em que tudo cabe, não é uma revista que se leva muito a sério. Não é irritada, que grita ou berra, ela prefere o deboche, a ironia, a sátira. A imprensa brasileira é vociferante demais e a *piauí* é quase inglesa, no sentido de ser mais divertida, irônica (Salles, 2007 *apud* Duvanel, 2009, p. 43).

Esse espírito satírico presente na revista faz com que o repórter tenha mais tempo – investindo em uma apuração rigorosa –, além de

possibilitar uma abordagem reflexiva das matérias. Sem editoria fixa, os textos saem, segundo o próprio Salles, com “o tamanho que eles precisam ter” (Duvanel, 2009, p. 47). Textos variados como ensaios de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, reportagens em profundidade, assim como os perfis, estão entre os interesses da *piauí*.

O nome, como o documentarista argumenta, não tem razão alguma, além de sua predileção por palavras com vogais. Mas em seu perfil escrito por Marta Maia, e publicado no livro *Perfis no jornalismo: narrativas em composição*, a pesquisadora observa que Salles “já falou, em entrevistas, que ‘piauí é uma palavra sonora e é um lugar não mapeado - como as pautas que precisam ser feitas e ninguém tá cobrindo’” (Maia, 2020, p. 168-169). São matérias que não tratam de situações abstratas, mas buscam personagens singulares e histórias concretas (Duvanel, 2009).

Essa possibilidade do repórter se preocupar mais com a apuração e o aspecto narrativo – sem apego ao *lead* e à estrutura da pirâmide invertida –, posiciona a revista na contramão da imprensa tradicional, preocupada em se amparar em conceitos consolidados como os da imparcialidade e da objetividade. Com isso, a publicação reforça seu teor vanguardista na utilização de nomenclaturas vistas como “extremas” para referir-se a fenômenos políticos contemporâneos, enquanto outros veículos, muitas vezes, evitam tais termos em busca de uma neutralidade utópica.

O governo Jair Messias Bolsonaro

Jair Messias Bolsonaro, ex-presidente do Brasil, apesar de eleito com forte apelo militar, passou mais tempo como político do chamado baixo-clero da Câmara dos Deputados do que como militar da ativa. No primeiro, exerceu a função entre os anos de 1991 e 2018. Já como militar, teve um período curto de 15 anos, entre 1973 e 1988.

Desde sua primeira eleição como vereador – em 1988 na cidade do Rio de Janeiro –, se notabilizou como uma espécie de representação

sindical dos militares. Embora tenha tido apenas dois projetos aprovados como deputado, ficou popular por aparições em programas como o *Pânico na TV* e *Superpop*, de Luciana Gimenez – ambos da Rede TV! –, além do CQC, da rede Bandeirantes.

Em mais de uma ocasião, o ainda deputado, assim como seus filhos, defendeu em plenário grupos de extermínio do Rio de Janeiro (milícias), e se posicionou abertamente contra causas progressistas da política legislativa, abusando também de afirmações racistas e misóginas no período pré e pós-eleições presidenciais de 2018.

O governo Bolsonaro pôs em prática uma tradução mimetizada de uma espécie de manual da extrema-direita, proposto por Steve Bannon, empresário, ideólogo e ex-estrategista da campanha do ex-presidente estadunidense Donald Trump. Bannon é conhecido mundialmente por ser um dos articuladores da nova direita populista, a *alt-right*. Movimento que tem como expoentes levados ao poder Matteo Salvini, da Itália; Boris Johnson, do Reino Unido; Viktor Orbán, ultrarreacionário primeiro-ministro húngaro, líder do maior partido político no país, entre outros. Bannon financiou *think tanks*, mobilizou blogueiros e *trolls*, além de dominar a dinâmica da internet, das redes sociais, e da sociedade do *big data* direcionado à política, pautando as discussões no ambiente virtual (Da Empoli, 2019).

Como articulador dessa nova onda de extrema-direita no mundo, Bannon tem influência entre componentes importantes do Bolsonarismo. O jornalista Giuliano Da Empoli (2019) elucida tais questões ao lembrar que, à época da posse de Bolsonaro na presidência, em janeiro de 2019, houve celebração de aliados na Europa e no Oriente Médio, como Orbán e Netanyahu, que marcaram presença na cerimônia, além de Trump que mesmo ausente mandou congratulações.

Nesse novo processo, o governo Bolsonaro atuou de forma reiterada e cotidiana com ataques às instituições, dedicado a distorcer fatos e construir uma realidade paralela. O presidente, seus ideólogos e apoiadores, atuavam pelo conflito, como se estivessem em campanha permanente, seguindo o manual de Steve Bannon: propondo uma guerra cultural interminável (Barros, 2020; Nobre, 2020). Apesar de

relativamente recente, o fenômeno Bolsonaro pode ser observado por meio da própria atuação, tanto quanto a de apoiadores e ex-aliados. Tendo a revista *piauí* como objeto empírico, tentaremos aprofundar alguns aspectos partindo dos discursos tecidos sobre o período de quatro anos de governo bolsonarista.

De que forma a revista *piauí* retrata o governo Bolsonaro

A revista *piauí* se diferencia no jornalismo brasileiro por priorizar uma abordagem narrativa e, justamente por isso, mais reflexiva. Além de possibilitar um tom mais autoral na elaboração das matérias, os repórteres têm chance de utilizar termos que a grande mídia – com caráter mais empresarial e fundamentada em visões ainda mais positivistas do jornalismo –, evita utilizar.

Um exemplo se dá pela adoção já na edição 120 da revista, de setembro de 2016, do termo “ultraconservadorismo” para definir o à época pré-candidato Jair Bolsonaro, em perfil escrito pela repórter Consuelo Dieguez. A jornalista qualifica – apoiada em uma reflexão do cientista político André Singer – o então deputado como representante da extrema-direita, principalmente ao associá-lo diretamente como herdeiro político de Enéas Carneiro:

A última (e talvez única) vez que uma candidatura presidencial de extrema direita teve certa expressão na política brasileira desde o fim do regime militar foi em 1994. Naquele ano, o cardiologista Enéas Carneiro, um ultranacionalista folclórico, concorreu pelo nanico Prona e chegou em terceiro lugar, atrás apenas de Fernando Henrique Cardoso, eleito no primeiro turno, e de Lula. Com mais de 4,6 milhões de eleitores (7% dos votos), o médico – que transformou a frase “Meu nome é Enéas” em bordão para driblar o pouco tempo de que dispunha na tevê – chegou à frente de lideranças tradicionais como Leonel Brizola e Orestes Quércia. Curiosamente, a eleição se deu dois anos depois do impeachment de Fernando Collor (Dieguez, 2016, on-line).

É a partir da percepção de que a revista busca utilizar uma abordagem mais reflexiva, que surge a intenção de se interpretar os perfis publicizados na sessão *Vultos da República*. Veremos a seguir como a *piauí* elucidada – com a publicação deste tipo de reportagem – o fenômeno Bolsonaro: suas implicações, formas de pensar, agir e se defender daqueles que elege como inimigos.

FIGURA 1 – Capas das edições analisadas



Fonte: Produção dos autores (2022) / Revista *piauí*.

Método de análise

A tradição da Análise de Discurso foi escolhida como metodologia por se adequar aos propósitos da pesquisa original, mantida aqui por ser “um processo que começa pelo próprio estabelecimento do corpus e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza” (Orlandi, 2000, p. 64).

A proposta se pautou pela primeira observação dos perfis publicados na seção *Vultos*, famosa por perfilar figuras importantes da política

nacional. Quando se fez um contato inicial com a coluna, das 36 edições analisadas foi percebida a incidência de 13 perfis, com a edição 144 (setembro/2018) trazendo dois, do então pretense Ministro da Economia Paulo Guedes e do então candidato à Presidência da República Ciro Gomes.

Dos 13 *Vultos da República*, fez-se uma seleção por conveniência, a partir da qual oito foram identificados como diretamente relacionados ao Governo de Jair Bolsonaro. São os perfis de Paulo Guedes (edição 144); Hamilton Mourão (edição 147); Ernesto Araújo (edição 151); Carlos Bolsonaro (edição 154); Tereza Cristina (edição 156); Joice Hasselmann (edição 157); Eduardo Bolsonaro (edição 162); e Evaristo Miranda (edição 174). Após a definição do *corpus* que é “constituído por um conjunto mais ou menos vasto de textos ou de trechos de textos” (Maingueneau, 2015, p. 39), buscou-se identificar incidências de enunciados que esclarecessem a atuação do governo eleito.

Orlandi (2000, p. 64) aponta que “a análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do corpus e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza”. Pretende-se então, partindo do *corpus* previamente apresentado, buscar os sentidos produzidos no discurso da revista *piauí*, por meio dos personagens perfilados na seção *Vultos da República*.

Na presente pesquisa, entende-se o jornalismo como discurso produtor de sentidos, e contribuinte ativo para a construção social da realidade. A Análise do Discurso se dá, então, pela identificação destes sentidos. Partindo da reunião do *corpus*, iniciou-se a identificação de marcas discursivas que indicassem sentidos sobre o *modus operandi* do governo. As marcas observadas foram nomeadas como Sequências Discursivas (SDs) e permitiram a identificação de Formações Discursivas (FDs), a reunião de pequenos significados que formam um sentido nuclear.

Além disso, buscou-se, segundo Machado e Jacks (2001), elementos externos (fora dos textos analisados) que explicassem o discurso ali representado. Ainda sobre estes elementos, Benetti (*idem*) diz que “o discurso é o resultado de tudo que lhe parece externo”, e é isso o que constitui a Análise do Discurso (AD). É importante saber que “ao

considerar que a exterioridade é constitutiva, ela parte do texto, da historicidade *inscrita* nele, para atingir o modo de sua relação com a exterioridade” (Orlandi, 1987, p. 12 grifos da autora).

Desta forma, remetendo à pesquisa original, é importante compreender que uma construção discursiva funciona como uma estrutura que organiza o texto para além da frase, sendo transfrástica, ultrapassando o sentido pleno do texto; também como uma ação sobre o outro, para além de uma representação do mundo e de construções verbais; funciona como algo interativo, entre interlocutores ou co-enunciadores, não sendo estático em sua concepção, é participativo; o discurso é também uma contextualização, indexado em uma situação de troca, e pode chegar a um sentido completo do texto; é algo assumido por um sujeito, um eu que o constitui, e esse eu atua como fonte de referências pessoais, espaciais e temporais; esse discurso é uma situação regida por normas que são particulares, e tornam necessário o engajamento de sujeitos nessa construção; ele é interdiscursivo, que é o que lhe dá sentido, a partir dos discursos que o compõem que o enunciado se sustenta; por último, o discurso constrói seu sentido socialmente, tanto pela forma oral, como também pelos demais gêneros discursivos possíveis de serem interpretados (Nascimento Junior, 2021).

Os aspectos apresentados, aliados aos objetivos do trabalho, tornaram possível delimitar a metodologia utilizada da seguinte forma: 1) leitura crítica do *corpus*, identificando as informações que exemplificam características do Governo; 2) releitura e levantamento das marcas discursivas, nomeadas aqui como Sequências Discursivas (SDs), que constituam sentidos acerca do *modus operandi* do Governo; 3) catalogação dos sentidos nucleares nas SDs encontradas, organização das mesmas em formações discursivas (FDs), e a relação destas formações com discursos exteriores que também as constituem; 4) reflexão acerca da forma como a revista *piauí* constrói discursivamente o Governo Bolsonaro.

Para isso, foram consideradas apenas marcas discursivas diretamente ligadas ao Governo, a partir das quais o mapeamento chegou a 299 SDs, distribuídas em seis Formações Discursivas presentes em oito

edições da revista *piauí*, veiculadas entre junho de 2018 (edição 141) e junho de 2021 (edição 177). Ficando organizadas como: (FD1) de establishment que se vende como novidade (49 incidências [12,25%]); (FD2) agressivo e autoritário, com ideologia populista de direita (122 incidências [30,5%]); (FD3) anticiência (44 incidências [11%]); (FD4) com problemas de comando e articulação (111 incidências [27,75%]); (FD5) vitimista (11 incidências [2,75%]); e (FD6) com ampla atuação em plataformas digitais (63 incidências [15,75%]).

Em casos específicos, como nas edições de setembro e dezembro de 2018, os perfis publicados são em caráter precedente à posse, em 1º de janeiro de 2019. O número de incidências (400) é maior em relação à quantidade de sequências discursivas encontradas (299) porque em algumas SDs mais de um sentido nuclear foi identificado, o que qualifica a presença do interdiscurso. Discutem-se, a seguir, as Formações Discursivas encontradas de forma mais detalhada.

Governo do *establishment* que se vende como novidade

Um dos termos mais utilizados por Jair Bolsonaro e seus correligionários, principalmente durante a campanha, foi “nova política”. Apoiado em um desgaste não apenas institucional, mas também social – principalmente no que diz respeito à população que já não se via mais representada pelas forças políticas tradicionais, especialmente após a Operação Lava-Jato – gera um movimento que fica evidente a partir das manifestações de junho de 2013, devido às tarifas de transporte coletivo em São Paulo, e que tiveram capilaridade por todo o país. Seguindo essa onda, outros políticos – além do próprio Bolsonaro – ainda buscam se posicionar como algo novo no xadrez da política nacional.

A *piauí* traz, nos perfis analisados, estes exemplos de abordagem. Acontece que nenhum quadro do governo – à época do desenvolvimento da pesquisa – é realmente novo na política. O próprio presidente é um exemplo disso, mas não apenas ele, como pode-se observar já nas SDs 2 e 88, apresentadas a seguir.

Com 69 anos de idade e quarenta de carreira, o carioca Paulo Roberto Nunes Guedes **não é um principiante nos debates econômicos nacionais** (SD2, edição setembro/2018, trecho da reportagem);

Durante os governos petistas, Araújo serviu em Ottawa, no Canadá, e em Washington. **Nessa época, Lula, Dilma e o PT não eram alvos da fúria do diplomata.** Ao contrário. Em 2008, **a tese que defendeu no Curso de Altos Estudos do Itamaraty para se qualificar a embaixador – “Mercosul: negociações extrarregionais” – estava alinhada à política externa do governo** na preferência que este tinha pelas relações com os países mais pobres (SD 88, edição abril/2019, trecho da reportagem).

Percebe-se como esse conceito de nova política na prática se traduziu, desde a pré-campanha, com a articulação com nomes bem conhecidos do debate público nacional, além de personagens que figuraram em quadros vistos pelos eleitores do presidente como a “banda podre” da república, mas como nesse ambiente os conceitos são imensamente subjetivos, a parte comprometida do espaço público não se resume apenas aos partidos e quem os compõe.

Governo agressivo e autoritário com ideologia populista de extrema-direita

Como um ator político que sempre se posicionou a favor da classe militar, Bolsonaro nunca escondeu seu corporativismo. Ainda na ativa, expressou de muitas formas sua defesa do setor, inclusive com ações mais enfáticas – para não se dizer radicais –, como o plano de plantar explosivos em quartéis, revelado à época pela revista *Veja*, que levou à sua prisão pelo Exército. Sua atuação política nunca escondeu o alinhamento com ideias extremistas de uma ideologia populista de direita. No entanto, como um político do chamado baixo-clero, suas destemperes nunca foram levadas muito a sério ao ponto de ter seu mandato de 28 anos no parlamento ameaçado.

No que diz respeito às SDs levantadas pela pesquisa, essa FD foi a de maior incidência, contando com 30,5% de aparições nas reportagens

analisadas. É algo que salta aos olhos: a política do ataque orquestrada pelo governo. Fica patente também o orgulho em se aproximar de determinados personagens desse novo populismo global. Temos exemplos como a SD 239 a seguir:

Os laços de Bannon com racistas e supremacistas brancos nos Estados Unidos nunca incomodaram o deputado: “É igual a Jair Bolsonaro, racista, machista, xenófobo, misógino. Todo mundo que é de direita e pisa fora do politicamente correto recebe esses rótulos. **Quando fiquei sabendo desse tipo de acusação contra ele, na minha cabeça foi um ponto positivo a favor do Steve Bannon**” (SD 239, edição março/2020, trecho da reportagem).

Outra questão recorrente em governos extremistas nos dias atuais, tal como na história, é o negacionismo quanto à produção científica. Todo governo autoritário tem por método desacreditar estudiosos com produções amplamente reconhecidas e comprovadas que vão contra suas crenças. A seguir abordaremos este caso em outra FD.

Governo anticiência

Todo governo autoritário se opõe a conhecimentos científicos e ditos iluministas. Trechos como os das SDs 286 e 299 atestam essa noção anticientífica (FD3):

Com suas estatísticas, instrumentaliza o discurso do agronegócio e **empresta um verniz cientificista a teses que não encontram abrigo na literatura técnica** (SD 286, edição março/2021, trecho da reportagem);

Ao estimular o confronto entre produtores e ambientalistas, Miranda deixa o país mais longe de uma solução (SD 299, edição março/2021, trecho da reportagem).

A última SD exemplifica a ocorrência transdiscursiva, na qual se evidenciam o viés autoritário, anticientífico e – como demonstraremos a seguir – os problemas de comando e articulação (FD4) por parte da organização política do governo. É fundamental ressaltar que essa

perspectiva fez-se mais que evidente durante o desenrolar da pandemia da covid-19, em que o Governo repetidamente atuou como um agente deslegitimador da ciência e da confiança da população nas medidas anticontágio e na eficácia da vacinação.

Governo com problemas de comando e articulação

Os governos autoritários operam pela ideia de guerra e caos permanente. O presidente e sua equipe demonstram falta de coordenação política para organizar o Estado, o que alguns nomeiam como caquistocracia. Como uma das FDs mais presentes no *corpus* do estudo, as SDs em que se notavam características expondo a falta de comando e articulação do governo chegaram a 27,57% de incidências. Número que chama a atenção, diante da frequente autoafirmação utilizada por Bolsonaro e seus correligionários de serem capazes de “consertar” o Brasil. Isso fica evidente devido aos conflitos constantes que envolveram o astrólogo Olavo de Carvalho e lideranças militares, como identificado na SD 150.

[...] **Carvalho atacou todos os militares**, a quem chamou de “um bando de cagões” com mentalidade golpista. “Se nada mudar, o governo acaba em seis meses”, vaticinou (SD 150, edição Julho/2019, trecho da reportagem).

O Governo cria tensão atuando pelo conflito, e é normal a ocorrência de choques ideológicos entre alas com interesses distintos de seu núcleo de apoio. As cizânias entre o setor de meio ambiente e agroindústria são exemplos. Mas também a maneira como Bolsonaro desautorizava seus aliados, caso da cena a seguir, ainda durante a campanha, em 2018:

Só quem desconhecia o histórico do general se surpreendeu com sua língua solta. **Bolsonaro o repreendeu e o desautorizou algumas vezes**, mas, segundo Mourão, nunca foi ríspido (SD 42, edição dezembro/2018, trecho da reportagem).

Fica evidente no processo de análise a frequência com que o governo precisava gerir crises que ele mesmo criava, e as tensões mais

recorrentes são, sem dúvida, causadas por personagens da área ambiental e do olavismo, como nas incidências a seguir:

No começo de dezembro, antes mesmo de assumir o comando da chancelaria, **Araújo comprou briga com o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes** [...] (SD 68, edição abril/2019, trecho da reportagem);

Os embates entre governo e ruralistas, de um lado, e ambientalistas de outro, são antigos. Mas **se ampliaram muito no governo Bolsonaro, sobretudo por causa das atitudes do presidente e de Ricardo Salles**. (SD 175, edição setembro/2019, trecho da reportagem).

Quando questionado a respeito de seu desinteresse sobre os assuntos ambientais, Bolsonaro e seus apoiadores costumam tergiversar e dizer que o setor agrônomo é perseguido pelos fiscais de entidades como o Ibama e o ICMBio. Essa espécie de autodefesa através da terceirização da culpa e a fuga das responsabilidades pelos próprios atos constitui a FD5, que identifica as vitimizações do governo.

Governo vitimista

Apesar da baixa incidência – apenas 2,75% –, essa FD se formou por conta da percepção de um método de autodefesa contra crises. Utilizando da vitimização, principalmente quando se via a divulgação de algum problema interno por parte da imprensa. Optou-se, então, pela catalogação deste marcador discursivo como representativo:

[...] não foram poucas as vezes que Guedes **se inflamou ao criticar a esquerda, a imprensa ou os economistas de candidaturas rivais**. Ao mesmo tempo que parece apreciar seu novo papel, **o guru de Bolsonaro se diz discriminado** (SD 36, edição setembro/2019, trecho da reportagem).

Compreendidos alguns métodos de sua atuação, parte-se para a necessidade de conhecer o campo de batalha do Bolsonarismo. No caso, as mídias sociais. A última Frequência Discursiva a ser analisada aqui.

Governo com ampla atuação nas mídias sociais

Muitas das crises, destemperos e conflitos que circundam o Governo Bolsonaro aconteceram no ambiente on-line. A FD6 conta com 15,75% de incidências, e é trazida aqui por ser constante em governos da nova ultradireita, com fortes indicativos de utilização de teorias da conspiração e da desinformação em massa. Essa reflexão aponta para o que Castro (*apud* BARROS, 2020, on-line) chama de Guerra Cultural: “uma visão revanchista e revisionista da história brasileira moldou Bolsonaro e os bolsonaristas; é essa narrativa que justifica a criação e eliminação de inimigos em série enquanto, ao mesmo tempo, torna impossível governar” (BARROS, 2020, on-line). É perceptível como, para além da lógica de confronto, existe uma exposição das atividades desempenhadas por seus correligionários. É através da atuação nas plataformas digitais que os líderes desses movimentos se articulam com seus seguidores para organizar ataques:

Existe [...] uma coordenação no ataque aos chineses feita por Steve Bannon e Olavo de Carvalho. Quando, em janeiro, uma delegação de parlamentares do PSL voou para a China para apreciar a tecnologia do país, **Carvalho liderou uma cruzada nas redes sociais contra os parlamentares, acusando-os de serem comunistas infiltrados no partido do governo** (SD 94, edição abril/2019, trecho da reportagem).

Buscou-se, então, nesta análise, compreender as ações do Governo Federal presentes na cobertura da *piauí*. Em que métodos o representante eleito vê em suas práticas uma forma de consertar o Brasil, de levar este discurso sobre o país adiante. As reportagens de perfil refletem sobre o que ocorre nos bastidores de atuação do governo de Jair Messias Bolsonaro.

Considerações finais

Períodos como este reforçam a necessidade de atuação independente de jornalistas, para traduzir textualmente a realidade. Para organizar

narrativamente os acontecimentos da atualidade, se posiciona então como enunciador, que interpreta e contextualiza a informação sobre a qual tem propriedade. E, como enunciador, o jornalista é integrante de uma construção discursiva mutável, atua como mensageiro.

Como os perfis se ocuparam, em uma boa quantidade de páginas, com a narração das crises frequentes que acometeram o governo, desde antes de sua posse efetiva, exemplificam a metodologia caótica da gestão, além de sua pouca receptividade a críticas de caráter externo e interno, optando pelo confronto e exposição pública dos aliados que destoam do discurso vigente, pelo ex-presidente e seus três filhos políticos. Pretendeu-se aqui elucidar, ainda que brevemente, por conta do espaço disponível como as reportagens de perfil demonstram situações de bastidores e articulação que possam fugir ao jornalismo tradicional diário, devido à imensa urgência que seu formato exige. Sobretudo, com a velocidade com que Jair Bolsonaro atua, é necessário que a imprensa apresente os acontecimentos de forma mais calma, perene e contextualizada, pois a realidade é caleidoscópica, e não exata.

Foi possível perceber, assim, as potencialidades trazidas pelo perfil na atuação do profissional, além do questionamento de conceitos tratados em muitas ocasiões como inegociáveis e repetidos à exaustão no Jornalismo. Com isso, notou-se também, a forma de atuação de Jair Bolsonaro e seus correligionários: por meio do caos e pelo artifício do medo.

Referências

- ABREU, L. F. S.; ARAÚJO, A. C. S.; SILVA, A. R. Do perfil jornalístico à escrita biográfica: vida em detalhes. *Contemporanea: comunicação e cultura*, v.14, n. 1, jan-abr 2016, p. 55-71 (ISSN: 18099386).
- BARROS, C. “Quanto maior o colapso do governo, maior a virulência da guerra cultural”, diz pesquisador da Uerj. *Agência Pública*, 28 mai. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/quanto-maior-o-colapso-do-governo-maior-a-virulencia-da-guerra-cultural-diz-pesquisador-da-uerj/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

- BRUCK, M. S.; ANTUNES, R. Jornadas e heróis nos perfis da revista Piauí: um estudo sobre gestos biográficos no jornalismo. *Contracampo*, Niterói, v. 36, n. 03, dez. 2017/ mar. 2018, p. 235-255. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/download/17622/Jornadas%20e%20Her%C3%B3is%20nos%20Perfis%20Da%20Revista%20Piau%C3%AD%3A%20Um%20Estudo%20Sobre%20Gestos%20Biogr%C3%A1ficos%20no%20Jornalismo/65546>. Acesso em: 17 jan. 2023.
- DA EMPOLI, G. *Os engenheiros do caos*: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. São Paulo: Vestígio, 2019.
- DIEGUEZ, C. Direita, volver: pré-candidato à presidência, Jair Bolsonaro coloca o ultraconservadorismo no jogo eleitoral. *Revista piauí*, ed. 120, São Paulo, set. 2016. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/direita-volver/>. Acesso em: 06 nov. 2021.
- DUVANEL, T. *O texto com um parafuso a mais*: o jornalismo narrativo na Revista Piauí. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/2268>. Acesso em: 06 nov. 2021.
- MACHADO, M. B.; JACKS, N. O discurso jornalístico. In: *Anais... X Compós*: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília, 2001.
- MAIA, M. *Perfis no jornalismo*: narrativas em composição. Florianópolis: Insular, 2020.
- MAINGUENEAU, M. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MARTINEZ, M. *Jornada do Herói*: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo. São Paulo: Annablume, 2008.
- NASCIMENTO JUNIOR, S. C. B. *A república em vultos*: uma análise sobre personagens do governo Bolsonaro em reportagens de perfil da revista *piauí*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo). Universidade do Planalto Catarinense: Lages, 2021.
- NOBRE, M. *Ponto-final*: a guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020.

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2ª Ed. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. *Análises de discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Fontes, 2000.

PENA, F. *Jornalismo Literário*. São Paulo: Contexto, 2019.

Memória e esquecimento na formação de narrativas autoritárias em 1984

Érica R. Gonçalves

Introdução

Uma das características mais marcantes das distopias ficcionais é sua tentativa de antecipação de um futuro não tão distante. O chamado sinal de alerta (Moisés, 2016) retrata uma possível realidade, na qual um poder autoritário se instala, tirando a liberdade inclusive de pensamento dos cidadãos de um local. Não raramente verificamos traços dessas ficções se desenrolando nas páginas dos jornais, quase como a realização de uma profecia.

Entre as mais reconhecidas ficções distópicas modernas, podemos localizar a obra de George Orwell, 1984. Lançado em 1949, o livro é protagonizado por Winston Smith, um trabalhador do Ministério da Verdade, que começa a desvendar alguns acontecimentos em Oceânia, cidade fictícia onde se passa a ação. Fica evidente ao leitor que a obra é uma crítica ao autoritarismo que se instalava na Europa à época, especialmente o Estalinismo soviético, no pós 2ª Guerra Mundial.

Da obra de Orwell vertem referências populares, como o conceito do *Grande Irmão*, ou *Big Brother*, que se tornou nos anos 2000 o mais popular reality show das TVs de massa em todo o mundo; mas também ações estatais dignas de Nostradamus, como por exemplo a vigilância incessante das atividades cotidianas, hoje exercida por algoritmos e plataformas digitais, como também técnicas de reescritura da história e apagamento de figuras ou fatos de acordo com a conveniência de quem ocupa o poder.

Esse artigo tem como corpus de pesquisa um trecho recortado da obra 1984, no qual fica explícito o trabalho do chamado Departamento de Documentação, localizado no Ministério da Verdade, e que tem

como principal função refazer narrativas de acordo com as necessidades do Grande Irmão, governante soberano de Oceânea.

Para análise desses fatos usaremos como base teórica os estudos de memória, mais especificamente as teorias de Michael Pollak para traçar um caminho de discussão sobre a memória em disputa e preservação do que o teórico chama de memórias subterrâneas, entendendo estas vertentes como uma forma de resistência aos atos totalitários.

Também usaremos os conceitos de Paul Ricoeur sobre a relação entre o tempo e a narrativa, bem como o papel da memória e do testemunho na construção da história. Desse teórico também será utilizado o conceito de esquecimento e seu uso no evitamento, evasão e fuga que se pretende fazer de um fato. Além de discutir as características da memória enquanto matriz, ao mesmo tempo que objeto, da história, buscando um caminho de análise para a estratégia de manipulação desta, como uma ferramenta autoritária.

A construção do poder por meio do discurso também será objeto de investigação. Para isso traremos para a discussão os conceitos de Michel Foucault, que localizam o poder nas tramas do discurso e se manifestando de forma circular e não verticalizada.

Alerta de futuros sinistros na ficção

Na perspectiva de um alerta de perigo trazido pelas obras de ficção distópicas, é interessante verificar como a busca por esse gênero se intensifica em concordância com momentos históricos autoritários. Desde 2016, ano em que os EUA elegem Donald Trump como presidente, o aumento das vendas de distopias se reflete inclusive nas listas do Brasil.

Em 2017, impulsionado também pelo lançamento da série homônima, o livro de Margareth Atwood *O conto da aia* entra para o ranking de mais vendido no Brasil em 16^a lugar. Nos anos seguintes, além dessa obra figurar cada vez mais acima nos números de venda,

outras ficções distópicas começam a apontar nesse horizonte. Em 2020 foi a vez de 1984, obra lançada por George Orwell mais de sete décadas atrás, foi o quarto livro mais comprado por leitores brasileiros.

E não é por acaso que esse movimento do consumidor acontece. Como já exposto em trabalhos anteriores (Gonçalves, 2021), as ficções distópicas provocam a audiência com perguntas inquietantes, cujas respostas cabem ao próprio leitor, não sendo dadas pela narrativa.

Trazemos também o conceito de aviso de incêndio tomado inicialmente por Walter Benjamin, e explorado aqui por Hilário (2013), ao propor que a semelhança e a familiaridade entre narrativas distópicas e a realidade vivida pelo leitor seria um fator de construção desse alerta. “Em suma, a narrativa distópica busca chamar nossa atenção para as relações heterônomas entre subjetividade, sociedade, cultura e poder” (Hilário, 2013).

Ao classificar a distopia como um aviso de incêndio, o teórico busca explicar que as narrativas ficcionais tentam chamar a atenção da audiência para as perigosas consequências que podem se desenhar a partir de ações cometidas no presente.

Sob a luz da semiótica da cultura, mais especificamente das teorias sobre a semiosfera de Iuri Lotman (1996), podemos entender essa relação entre o momento histórico e o tipo de narrativa que se consome como uma intercessão de temas que se faz dentro das semiosferas e que geram sentido ao que é lido. Dessa forma, ao fruir um texto distópico, que narra um futuro sinistro, porém usando para essa construção fictícia situações que se encontram também na realidade cotidiana do momento em curso, é possível interpretar a realidade com base nos conceitos da ficção.

Lotman (1996) conceitua semiosfera como um campo abstrato de caráter delimitado, mas em constante diálogo com outras semiosferas que por meio de suas fronteiras proporcionam intercâmbio de recursos e também a tradução de textos de uma linguagem para outra: “[...] a fronteira semiótica é a soma dos tradutores, dos filtros bilíngues através dos quais um texto se traduz à outra linguagem (ou linguagens), que se conhece fora da semiosfera dada” (Lotman, 1996 p. 24). São as fronteiras

que proporcionam a interpelação entre os gêneros (entendidos aqui como semiosferas próprias) quando a semiose acontece.

O intercâmbio de elementos, bem como sua decodificação são fundamentais para a elaboração de novos textos, que se valem dos sentidos já adquiridos, mas em uma nova semiosfera.

O teórico também destaca a memória como uma das funções do texto, já que este não é apenas um gerador de novos significados, mas também um condensador de memória cultural, na medida em que adquire interpretações que a ele se incorporam, gerando um espaço de significado criado pelo texto em torno de si mesmo, relacionando-se com a memória cultural e adquirindo vida semiótica.

Pode-se esperar que um texto, ao longo dos séculos, se torne desbotado e perca as informações nele contidas. Já os textos que preservam sua atividade cultural revelam uma capacidade de acumular informações, ou seja, uma capacidade de memória. [tradução nossa] (Lotman, 1990 p. 18)

Neste sentido, ao reconhecer elementos identificados também no seu cotidiano, o leitor encontra nas distopias ficcionais um correspondente, ao qual interpreta de acordo com o momento histórico em curso.

Memória, esquecimento e poder

Muitas são as vias teóricas que abordam a memória e seus diversos conceitos. Para fins desse estudo trabalharemos com algumas vertentes desses estudos, com o objetivo de construir uma argumentação acerca do uso da memória, ou do esquecimento, como uma ferramenta de poder.

Entre os primeiros estudiosos que se debruçam sobre o assunto, Halbwachs traz para a pauta o conceito de memória social, posicionada como um fenômeno eminentemente coletivo. Para ele, a memória enquanto imagem compartilhada teria como principal função promover identificação, cristalizando valores predominantes em um determinado grupo. “Memória coletiva é o *locus* de ancoragem da identidade do

grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e no espaço”, (Peralta, 2007 p. 6).

Ainda em Halbwachs observamos a construção do conceito no qual a identidade precede a memória, de forma que a primeira constrói a segunda, que se configura como algo estático e imutável. Esse entendimento é em certa medida refutado pela abordagem “presentista”, (Peralta, 2007), que vem em seguida e conceitua a memória como algo construído no presente e, portanto, suscetível às instrumentalizações políticas de sua época.

Seria muito devido à inauguração de uma linha de investigação que ficou conhecida como abordagem “presentista” da memória social – por enfatizar o facto da memória ser uma construção do presente – que este conceito ganha grande popularidade junto dos mais variados ramos disciplinares, suscitando vários estudos que se concentram na instrumentalização da memória por parte de diferentes regimes políticos através dos meios de comunicação social, do sistema de ensino, dos monumentos e dos museus e de celebrações e rituais públicos. (Peralta, 2007 p. 8)

Por fim, a ideia de construção de memória a partir de um lugar em particular, lugar este que pode ser tomado pelos poderes instituídos, e por isso as versões dominantes do passado estarem diretamente ligados às esferas de poder, nos parece mais adequada a este trabalho.

Pollak traz um conceito de memória que leva em consideração Halbwachs, mas coloca a memória individual, ou regional, em primeiro lugar, antes da memória social ou nacional. Para ele, um acontecimento vivido por um indivíduo ou grupo pode gerar o que vem a chamar de memória herdada. A memória também pode tornar-se uma projeção, por vezes inscrita na história oficial, por meio de datas, eventos e personagens, neste caso uma transferência sancionada legalmente.

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, um fenómeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (Pollak, 1992 p. 201)

Outro conceito importante trazido por Pollak diz respeito à construção da identidade por meio da memória e em relação ao outro. Também trabalharemos com o enquadramento da memória, conceito que enfatiza o trabalho de organização da memória e as tensões encontradas no campo político a respeito do que é enfatizado ou esquecido, sendo visto como um investimento. “(...) cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização.” (Pollak, 1992 p. 206).

E se a memória opera um papel primordial na construção da identidade individual e coletiva, é na organização dessa memória em narrativas que se configura o tempo e a condição humana. Para Ricoeur, a solução do paradoxo do tempo, a saber, a tensão entre a inexistência física do passado e do futuro por um lado e a expansão da alma, segundo Agostinho, está na solução poética, ou seja, na narrativa. “O caráter seletivo da memória, auxiliado nesse aspecto pelas narrativas, implica que os mesmos acontecimentos não sejam memorizados da mesma forma em períodos diferentes.” (Ricoeur, 2008, pos 4).

Levando-se em consideração a narrativa como organizador da memória, voltamos a Pollak e sua perspectiva sobre a história oral, na qual esta carrega uma memória dos excluídos, ou o que ele vai chamar de memória subterrânea, carregada de eventos perpetuados de geração em geração como uma narrativa de resistência e que tendem a eclodir em momentos de crise, quando as disputas de memória se tornam mais enfatizadas. Ao se tornarem públicas, essas memórias subterrâneas passam a reivindicar mudanças na memória nacional (Pollak, 1989).

Podemos então trazer para a discussão o conceito foucaultiano de poder. Segundo o filósofo francês, o poder não é algo que se possua, mas que se exerça e é através do discurso que essa imposição do poder se dá.

Outro conceito importante na teoria de Foucault é a do poder como algo circular, em detrimento do verticalismo, uma vez que diversos grupos e indivíduos o exercem simultaneamente. Além disso, o poder não se aplicaria ao indivíduo, mas sim passa por ele e o constrói “o

indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos” (Foucault, 2021 p. 285).

Esse entendimento nos ajuda a analisar a participação de agentes diferentes na construção de narrativas diversas que evocam uma memória nacional em disputa, inclusive a condição profissional de Winston, a quem o trabalho de verificar as supostas notícias.

No caso trazido neste estudo, podemos observar como uma liderança autoritária despende recursos na criação de uma contra narrativa, que descredibilize a memória nacional instaurada, criando uma tensão entre versões divergentes de memórias, muitas vezes construídas em detrimento dos registros oficiais, onde a vencedora é sempre aquela capaz de ajudar na manutenção do poder autoritário, na medida que é colocada não apenas como verdade, mas também como a qual não pode ser questionada, sob pena de sanções.

Contra narrativas na construção de Oceânea

Para melhor entendimento dos argumentos propostos neste trabalho, recortamos um trecho da obra *1984*, nos quais narram-se situações de produção de uma narrativa que esteja de acordo com os propósitos do Estado.

Sabia que na estação de trabalho vizinha à sua a mocinha de cabelo ruivo se esfalfava dia após dia tentando simplesmente localizar e eliminar dos jornais e revistas o nome das pessoas que haviam sido vaporizadas e que, portanto, não podiam ter existido. (...) E, algumas estações de trabalho mais à frente, um sujeito afável, ineficiente e sonhador, de nome Ampleforth, com orelhas extremamente peludas e um surpreendente talento para manipular rimas e metros, vivia às voltas com a produção de versões adulteradas — denominadas textos definitivos — de poemas que haviam se tornado ideologicamente ofensivos, mas que, por uma ou outra razão, não podiam ser expurgados das antologias.

(...) Havia os exércitos de escriturários cujo trabalho consistia simplesmente na confecção de listas de livros e periódicos a serem recolhidos. Havia os vastos

depósitos onde eram armazenados os documentos corrigidos, e as fornalhas ocultas em que os originais eram destruídos. (Orwell, 2009, p. 56 – 57)

Nesse pequeno extrato do livro verificamos duas ocorrências cotidianas na atuação do chamado Ministério da Verdade. A primeira a adulteração de notícias publicadas em periódicos, de forma a contar as histórias adequadas ao Grande Irmão e seu governo autocrático; a segunda a censura aos livros e periódicos, bem como sua destruição e apagamento permanentes, por meio da queima e destruição.

Fica claro no trecho acima os esforços de manipular, por meio do discurso e do registro midiático, a memória dos cidadãos, porém para uma análise mais efetiva dos motivos que levam o Estado autoritário a este nível de manipulação, é preciso entender a construção da verdade além da mudança de conteúdo ou de formas teóricas, dentro do discurso, mas sim investigar o que rege esses enunciados.

O que está em questão é o que *rege* os enunciados e a forma como eles se *regem* entre si para construir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, suscetíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimentos científicos. Em suma, problema de regime, de política do enunciado científico. Nesse nível não se trata de saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é seu regime interior de poder; como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global. (Foucault, 2021 p. 39)

Podemos aplicar esse conceito de forma análoga à informação, uma vez que essa, na obra ficcional aqui analisada, esta torna-se uma ferramenta de memória e de reforço da história de Oceânia.

Refletindo os fatos expostos no corpus deste trabalho sob a luz de Ricoeur, podemos inferir a ênfase dada para a memória como algo socialmente construída, por meio da narrativa que organiza o tempo humano e o faz inteligível, uma vez que a história pode ser seguida (Ricoeur, 2012).

Da mesma forma, o esquecimento de eventos, datas e personagens que não sejam adequadas a narrativa hegemônica, operam parte dessa

construção. Tomando aqui o conceito circular de memória podemos entender que ela é tanto matriz, como canal de reprodução da história.

Se a tratarmos de um modo não linear mas circular, a memória pode aparecer duas vezes ao longo da nossa análise: antes de mais, como matriz da história, se nos colocarmos no ponto de vista da escrita da história, depois como canal da reapropriação do passado histórico tal como nos é narrado pelos relatos históricos. (Ricoeur, 2008, pos. 2)

Pois se a memória é fruto de algo vivido, ao mesmo tempo que construída no presente, ou seja muito depois do ocorrido, ela pode ser manipulada mesmo que de forma não intencional. No caso da atividade do Ministério da Verdade de 1984 isso é feito de forma deliberada, assim como pode-se observar em atos cotidianos de governos ditatoriais, ou aqueles com forte viés autoritário fora das páginas dos livros.

A memória política, inclusive, é constantemente motivo de disputa entre grupos, sendo a memória nacional o ponto de tensionamento e conflitos a respeito dos acontecimentos que a constituem. “Memória é um fenômeno construído”. (Pollak, 1992, p. 204).

(...) a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (Pollak, 1992 p. 204).

A construção de identidade, individual ou coletiva, também é parte importante da função da memória, sendo ela construída a partir do outro. O objeto de estudo proposto nesse artigo reflete essa construção da narrativa autoritária, exemplificando como esse movimento de negação do outro opera. Não é uma nova história sendo construída, mas uma contra narrativa, carregada de outros pontos de vista sendo expressa.

Ao olhar para a construção de uma nova linha de fatos supostamente ocorrido, seja apagando pessoas dos registros passados, seja reescrevendo o que se tinha de memória sobre alguém ou algo, o Estado totalitário

de Oceânea opera justamente nessa construção de identidade, tanto pessoal quanto coletiva, no sentido de retirar de seus cidadãos suas certezas e plantando dúvidas até mesmo sobre o que foi vivido por eles. E até mesmo o ato de pensar em alguma coisa não dada oficialmente pelo Grande Irmão se constitui em um crime.

Duplipensamento significa a capacidade de abrigar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias e acreditar em ambas. O intelectual do Partido sabe em que direção suas memórias precisam ser alteradas; em consequência, sabe que está manipulando a realidade; mas, graças ao exército do *duplicensamento*, ele também se convence de que a realidade não está sendo violada. (Orwell, 2009 p. 252)

Nesse trecho retirado de 1984 fica claro o esforço realizado para disciplinar o cidadão até mesmo em seu modo de pensar. Caso sua memória seja divergente daquela oficial, ele deve ser punido.

Introduz-se aqui o trabalho de enquadramento da memória.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (Pollak, 1989 p. 9-10)

Dessa forma, tanto o enquadramento da memória, quanto o controle das mesmas, por meio de fontes chanceladas como fidedignas e acesso aos arquivos oficiais, se configuram como elementos que trabalham para assegurar duas funções básicas da memória comum: manutenção da coesão interna e defesa das fronteiras, ou seja, memórias coletivas impostas por um determinado enquadramento servem para manter o tecido social e as estruturas institucionais (Ricoeur, 2008).

Nesse sentido, podemos verificar que o uso do enquadramento da memória e a organização da narrativa política é realizada como uma forma de manutenção do poder, por meio da negação daquilo que não é conveniente para aquele grupo então no governo, e da construção de uma trama que ressalte a sua versão da história.

Foucault defende que a verdade não existe fora do poder (Foucault, 1979), isso pois o sujeito só se constitui na trama histórica, ou seja, no discurso hegemônico sobre os fatos históricos.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (Foucault, 1979, p. 12)

A produção de discursos de saberes específicos regula o conhecimento da época e normatizam o mundo, ou pelo menos aquela localidade. Dessa forma, a sombra do saber passa a ser uma forma avançada de controle, uma vez que é a partir do discurso entendido como verdadeiro ou oficial que o indivíduo consegue reconhecer e produzir sentido no que ele vê.

Os discursos produzem efeitos de verdade em seu interior, que não são nem verdadeiros e nem falsos, mas contém uma visão sobre um fato ou acontecimento.

(...) o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso revela a cientificidade e da verdade e o que revelaria de outras coisas; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros, nem falsos. (Foucault, 2021 p. 44)

Considerações Finais

Vivemos tempos estranhos e não é incomum encontrar nas notícias diárias narrativas mais impressionantes do que a própria ficção. Encontramos tantas e tantas contra narrativas que buscam a reconfiguração e manipulação das memórias não apenas individuais e sociais, mas também àquelas que constroem a identidade da nação. no

Brasil, pelo menos por enquanto, ainda é possível contestar tais narrativas. Em alguns países, mesmo em 2022 e toda sua globalização, não.

Antônio Candido (2006) traz como reflexão que a função social de uma obra depende de sua estrutura literária e está condicionada às representações mentais da sociedade na qual foi escrita. “A literatura é essencialmente uma reorganização do mundo em termos de arte” (Candido, 2006, p. 87). Hilário também pontua que o campo literário deve ser considerado como o meio a partir do qual é possível analisar criticamente as forças que se articulam no mundo real, sendo uma forma de vivenciar o ambiente social retratado.

No mesmo sentido, Bakhtin (2019) reflete sobre a intrínseca relação da literatura com a cultura não apenas de sua época de produção, como também sua relevância no grande tempo. Segundo ele, uma obra só poderá existir nos séculos futuros, se contiver nela o passado.

As obras dissolvem fronteiras da sua época, vivem nos séculos, isto é, no *grande tempo*, e além disso levam frequentemente (as grandes obras, sempre) uma vida mais intensa e plena do que em sua atualidade. (Bakhtin, 2019 p. 14)

Um alerta de perigo, olhar ficcional para a situação social ou especulação sobre possíveis futuros da humanidade. Seja qual for a definição sobre a literatura distópica, ela sempre remeterá a um incômodo, a algo que precisa ser olhado com atenção e transformado em detrimento dos possíveis danos futuros. Num olhar mais aprofundado, verificamos que a distopia é gerada a partir de um sonho ou da promessa por uma sociedade mais justa.

Não é sem sentido, que obras de ficção distópicas tenham um reconhecido crescimento em sua popularidade nos últimos anos, coincidindo com o retorno da extrema direita ao mapa da política global. Às vezes como uma ameaça, outras como uma realidade.

Ao constatar os paralelos entre a recriação de narrativas, a partir de memórias substitutas ou mesmo forjadas, tanto na ficção, quanto na vida real, percebemos a tênue linha que separa um universo do outro e, principalmente, como um reflete o outro.

Diversos outros pontos de confluência podem ser observados entre os habitantes de Oceânia, na ficção de Orwell. Da vigilância e exposição ao cidadão e proteção de dados dos poderosos, à pregação do ódio irracional a personagens criados pelos que estão no poder para incitar a massa de apoiadores, diversos casos poderiam ser citados, mas a manipulação da memória nacional talvez seja uma das ferramentas mais eficientes para um governo autoritário.

Como verificamos sob a luz de Pollak, o trabalho de enquadramento da memória para a consolidação de uma narrativa da nação, ou pelo menos a tentativa de fazê-lo, é um investimento que vale a pena ser realizado. Ao reunir memórias individuais de um grupo que ganha mais com a contra narrativa do que com a aceitação da história nacional, governos autoritários ganham status de fontes fidedignas, não sem antes destruir, ou apagar como vemos em 1984, as memórias que não os favorecem.

Por ora, o que conseguimos analisar nesse artigo é que a utilização da memória individual e coletiva para manipular a história é uma ferramenta reconhecível como eficaz, seja na ficção, seja na realidade.

Referências

- BAKHTIN, M. *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora 34, 2019.
- _____. *Teoria do Romance III: o romance como gênero literário*. São Paulo: Editora 34 2019.
- CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- GONÇALVE, Erica R. *Polaridade e convergências entre os grupos de mulheres em Guilead: o alerta de perigo em O conto da aia*. In: 44º

Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Anais. Modalidade Virtual, 2021. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt4-fs/erica-r-goncalves.pdf>. Acesso em: 9 jul. de 2022.

HILÁRIO, L. C. *Teoria Crítica e Literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade*. Anuário de Literatura, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 201-215, 2013. DOI: 10.5007/2175-7917.2013v18n2p201. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2013v18n2p201>. Acesso em: 13 dez. 2020.

LOTMAN, Iuri. *La semiosfera I. Semiótica de la cultura y del texto*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996.

_____. *The universe of the mind: a semiotic theory of culture*. London/New York: Tauris, 1990.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Teoria da comunicação: ideias, conceitos e métodos*. Petrópolis: Vozes, 2017. E-book.

MOISÉS, Leyla Perrone. *Mutações da literatura no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. *Arquivos da memória. Antropologia, Escala e Memória*, n. 2, p. 4-23, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15. Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf

_____. Memória e identidade social. In: *Revista estudos históricos*, v.5, n. 10, p. 200 – 215, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/276>. Acesso em 19 jun. 2021.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2008.

_____. Entre tempo e narrativa: concordância/discordância. *Kriterion*, n. 125, p. 299-310, jun. 2012.

Narrativas jornalísticas e alteridades: disputas de sentido no encontro com o Outro na questão Palestina-Israel

Vinícius Pedreira Barbosa da Silva

Introdução

Este artigo propõe pensar o jornalismo internacional (Bomfim, 2022; Natali, 2004) e a percepção em como se dá parte da produção de sentidos acerca de um conflito de longa-duração (Harb & Matar, 2013; Rogoff, 2000), com suas disputas e estratégias narrativas na apresentação dos acontecimentos. Para esse trabalho, serão analisados materiais do jornal *The Guardian* e da *Folha de S. Paulo*, em especial o estopim de fatos e acontecimentos originados no bairro de Sheikh Jarrah, em 2021. Por meio de uma teoria-metodologia narratológica, será utilizada a proposta da Análise Crítica da Narrativa (Motta, 2013).

Os dois jornais foram escolhidos por representarem, a princípio, uma tendência liberal com viés centro-esquerda ou progressista quando os assuntos são eventos internacionais e serem jornais de referência (Zamin, 2014), em seus respectivos países, tendo influência em como os leitores vão se informar sobre Palestina-Israel.

É importante reforçar não existir correlação simples entre o consumo do leitor e a linha política editorial do jornal. O comprador pode apenas preferir a cobertura de esportes naquele veículo, a palavra-cruzada disponível em comparação com o concorrente ou ter interesse em alguma cobertura especial temática da semana. Portanto, não necessariamente há relação direta da leitura do jornal com a própria visão política dos leitores. Fator que é complexificado com o surgimentos de outros modos de narrar com mídias sociais e novas tecnologias.

Em específico no caso do *The Guardian*, o jornal possui relações, ao longo dos anos, com o sionismo¹ israelense – entre aproximações e afastamentos. No caso do jornal impresso, editores como CP Scott tiveram relacionamento com importantes nomes sionistas como Chaim Weizmann e chegaram a apoiar a declaração de Balfour², em 1917. O editor William Percival Crozier (ou apenas WP Crozier), por exemplo, até mesmo utilizou o jornal como ferramenta propagandística para o sionismo entre os anos 1930 e 1940. Nos anos entre 1956 e 1975, o jornalista Alastair Hetherington fortaleceu um apoio editorial a Israel, encontrando períodos claudicantes de suporte aberto ou críticas fortes por causa de guerras nesse tempo; entre outros momentos (Baram, 2008). Tal histórico, assim, foi sendo transformado e disputado narrativamente com os consequentes acontecimentos históricos.

A linguagem em seu aspecto mais amplo, assim como seu caráter narrativo, está no centro da questão Palestina-Israel e influencia como nós interpretamos e percebemos a realidade à nossa volta e dos outros. Como exemplo, podemos citar as diversas pesquisas que apontam essas disputas de sentido na (re)significação e (re)construção de narrativas em busca de maior ou menor legitimação política e ética, inclusive na renomeação de cidades e vilas palestinas (Cook, 2008; Swendenburg, 2003; Sirhan, 2021; Masalha, 2012, entre outros).

É política do Estado de Israel, por exemplo, a tentativa de apagar determinados vestígios da presença histórica palestina na região, no que é chamado de memoricídio desses espaços e certo controle linguístico na preservação de suas memórias. Dessa forma, nomes bíblicos são impostos e os nomes árabes alterados³ em determinados graus, com

1 Grosso modo é um movimento político de raízes europeias com ideologia colonialista, capitaneado por parcelas de judeus (religiosos ou seculares). O sionismo começou a ser desenvolvido em meados no século XIX.

2 Oficializava o apoio britânico à criação de um estado nacional judaico na Palestina, em termos de uma lei internacional – assim como o sionismo já queria anos atrás.

3 O fato da língua árabe e do hebreu serem ambas de origem semita significa que nomes árabe-palestinos podem ser hebraicizados por uma simples troca de uma letra ou duas.

fonética em hebraico, o que dificulta sua relação com a etimologia do termo em árabe.

Portanto, ao permitir o encontro com o *outro*, ou seja, alteridades, o jornalismo ajuda na construção do conhecimento sobre similitudes e diferenças entre seres humanos, assim como apresenta sua diversidade social e cultural, não desumanizando-os com preconceitos e essencializações culturais. Nesse sentido, discursos e narrativas jornalísticas produzem e permitem o acesso a vozes (nem sempre tão plurais como poderiam ser) que buscam comunicar e recriar suas visões sobre o mundo, no intuito de trazer uma polifonia⁴ que engloba a alteridade.

Assim, parece interessante tentar entender como o jornalismo trabalha as relações de nos (des)encontros do *eu* e o *outro*, principalmente em narrativas de conflitos no jornalismo internacional e se há a pluralidade de vozes dos atores envolvidos. Afinal, as aberturas e possibilidades de encontro com as alteridades não são construídas de forma harmônica, mas sim em um jogo constante de lutas de poder.

Esse aspecto está longe de significar um pleno entendimento ou reconhecimento da alteridade, pois o *outro* possui parcela que sempre será considerada um enigma. Afinal,

[O] Outro não é de modo algum um outro eu, participando comigo numa existência comum. A relação com o Outro não é uma relação idílica e harmoniosa de comunhão ou uma simpatia pela qual nos colocamos no lugar do Outro; reconhecemos o Outro como parecido

Renomear esses espaços e territórios é uma busca da narrativa sionista israelense em tentar legitimar o mito falacioso do ‘retorno bíblico’ dos judeus à Palestina. Apesar desse viés de uma geografia da exclusão, curioso notar que os povos com origem no norte da Península Arábica e as três grandes religiões monoteístas (islamismo, cristianismo e judaísmo) têm as mesmas raízes semitas – abrangendo árabes, judeus malteses, etíopes e outras etnicidades da região do Oriente Próximo.

4 Conceito desenvolvido por Mikhail Bakhtin (1997) sobre a prosa romanesca diz respeito, de forma simplificada, a uma multiplicidade de vozes e consciências dos personagens independentes e imiscíveis em determinado universo literário das obras analisadas (expandindo aqui, pela linguagem, às narrativas jornalísticas).

nosso, mas como exterior a nós; a relação com o Outro é uma relação com um Mistério (Lévinas, 2004, p. 50).

O desafio real não é apenas a representação do *outro* — sempre deslizando em seus sentidos — mas em promover encontros com ele, com a intenção legítima de tentar compreender formas particulares de existências que não a nossa. Isso não nos leva a uma relatividade cultural absoluta e plena, mas sim abre brechas para a busca de possíveis diálogos e projetos interculturais com esse *outro* — e, como foco no caso palestino-israelense, possibilidades coexistências pacíficas e acolhimento da alteridades⁵ em vez de exclusões.

Dessa forma, no caso do conflito palestino-israelense, pensar em termos narratológicos é imprescindível — isso porque imagem e território sobre e da Palestina-Israel engendram visões e experiências de um conflito que acontece, também, no coração da linguagem (Resende, 2021)⁶. Quaisquer que sejam os lugares narrativos — se do lado palestino ou do israelense — existem divergências dentro das próprias comunidades sobre a situação que vivenciam. Assim, as narrativas não são somente baseadas na concepção entre *um* contra *o outro*, mas trazem multiplicidade de identificações, saberes e modos de narrar.

Estudos sobre alteridade e jornalismo têm uma ampla gama de ideias acerca dos campos jornalísticos e comunicacionais. No jornalismo, em específico, há a necessidade de representar elementos da realidade de determinados acontecimentos ao apresentar o cotidiano de populações e outras culturas para o público, de forma a suprir parte do interesse deste sobre narrativas e discursos acerca de diferentes grupos, identidades e culturas. Essa característica também produz reflexões sobre problemas e possibilidades de solução de situações em regiões conflituosas.

5 De forma simplificada para campos do saber como a filosofia e antropologia, identificações de alteridades são constituídas dentro de um processo contínuo do contato entre duas ou mais coisas e pessoas postas em relação.

6 Elaboração argumentativa que leva em conta o trabalho de Jean Genet, *The prisoner of love* (2003).

O jornalismo, portanto, tem papel fundamental na construção do conhecimento acerca do *outro*, também como seus imaginários, visibilidades e possibilidades de reconhecimento de direitos e modos de existência legitimados na sociedade e nas buscas por seus espaços. Contudo, um dos maiores riscos do fazer jornalístico é deturpar sentidos e estereotipar comunidades sociais.

Desafios do jornalismo internacional

No caso da cobertura sobre questões do Oriente Médio, os principais enfoques geralmente são notícias de conflitos, como bem lembram as pesquisadoras Zahera Harb e Dina Matar (2013), ao discorrerem acerca da Palestina e Líbano. Segundo elas, por viverem conflitos de longa duração, esses dois espaços geográficos formam locais nos quais “a competição sobre imaginação, construção e narração do conflito, assim como seus sentidos e centralidade no cotidiano das pessoas” (Harb & Matar, 2013, p. 201) são bastante influentes também na elaboração de discursos, imagens, identidades e narrativas dos próprios conflitos e sujeitos.

Esta característica da longa duração é negociada dentro daquilo que Irit Rogoff (2000) conceitua como geografia exaurida, ou seja, territórios que vivenciam conflitos do tipo precisam de novos recursos epistemológicos e analíticos para serem repensados, impondo outros modos de apreensão de sentidos e narrativas. É nesse escopo que as coberturas midiáticas jornalísticas sobre Palestina-Israel devem ser compreendidas e analisadas.

É importante lembrar que o contexto em questão entra naquilo que Edward Said (2007; 1997) aponta acerca das representações do mundo árabe, islamismo e Oriente. De acordo com o autor, podemos dizer que a imprensa ocidental geralmente produz discursos e narrativas orientalistas sobre o Oriente Médio, ou seja, elas são construídas culturalmente a partir de suas diferenças identitárias, de alteridade em relação ao Ocidente, este apresentando estratégias para tentar

“dominar o Oriente e, finalmente, de representá-lo ou de falar do seu lugar” (Said, 2007, p.32), sem necessariamente fazer algum tipo de esforço para compreender as singularidades culturais, mas sim homogeneizando as diferenças.

Portanto, com a diferenciação de alteridade, do *outro* em relação a um *nós*, do Ocidente, e suas apreensões, buscamos compreender em que sentido são construídas possíveis estratégias para fugir da (re) apresentação de estereótipos negativos e práticas discursivas hegemônicas características de um discurso histórico sobre o Oriente Médio.

Principalmente após o 11 de setembro de 2001, com a chamada “Guerra contra o Terror” norte-americana e os interesses de sempre nos recursos econômicos e geopolíticos na região, árabes, muçulmanos e Islã são cada vez mais representados de forma deturpada, gerando o que pode ser chamado de “árabefobia” (Clark *apud* Harb, 2017, p.3), sentimentos islamofóbicos e discursos de ódio.

Um interessante exemplo sobre a importância do papel das notícias jornalísticas na construção problemática deste imaginário é o fato de que, apesar da existência de mais de um bilhão de muçulmanos pelo mundo e mais de 350 milhões de árabes espalhados por cerca de, pelo menos, vinte e dois países, é comum a referência ao grupo extremista Daesh como Estado Islâmico.

Ao se escolher estas palavras para identificar este agrupamento, em vez de utilizar o nome Daesh ou até mesmo ISIS, dá-se uma significação de legitimidade religiosa – buscada por seus membros – aos atos hediondos cometidos, de forma a induzir medo às audiências acerca do Islã e dos muçulmanos em geral (Harb, 2017), sem explicações contextualizadas. Transferindo para o contexto palestino, algo similar acontece quando se fala acerca do Hamas⁷, embora com suas próprias singularidades.

7 O Hamas foi criado em 1987. Seu nome é originado da abreviação de *Harakat al Muqawama al Islamia*, isto é, Movimento de Resistência Islâmica. O termo tem significado similar a ‘esforço’. Para Israel, ele é classificado como ‘terrorista’ e não movimento de libertação colonial sob o direito internacional – com todas suas complexidades.

Conforme ponderação de Gislene Silva, então, é preciso considerar o relato jornalístico (qualquer gênero que seja) como “lugar de expressão (clara ou obscura, latente ou facilmente visível) do imaginário social compartilhado por todos os sujeitos envolvidos no universo das notícias” (Silva, 2012, p. 137). Tais sujeitos, por sua vez, são desde repórteres, leitores/receptores, fontes, até publicitários, proprietários dos veículos noticiosos, editores e anunciantes.

Por isso a importância de estudos de jornalismo como o que propomos aqui, os quais tentam desnaturalizar preconceitos, complexificar representações e abordar questões de direitos humanos. Isso porque, pelo fato dos textos da imprensa apresentarem-se fragmentados e dispersos, muitas vezes as narrativas produzidas são desprovidas de contextualizações, em discursos noticiosos que se vendem como apresentações do mundo que se pretendem verdadeiras, objetivas e imparciais.

Todavia, é preciso problematizar tais questões, entendendo o jornalismo como uma “instância de enunciação na qual se deflagram lutas e relações de poder” (Resende, 2017, p.107), dentro de mudanças no espaço/tempo em que são produzidas. A crítica que o pesquisador Fernando Resende faz diz respeito à imprensa, de modo geral, e às coberturas muitas vezes reducionistas e simplistas. Assim, concordamos com ele ao partirmos de uma dimensão discursiva ampliada, “já que a narrativa, inevitavelmente, acolhe princípios que extrapolam as ordens dos discursos” (Resende, 2011) e, então, podemos pensar o jornalismo e suas enunciações.

Mesmo com tal fragmentação narrativa, é preciso organizar as produções jornalísticas para construir um fio narrativo coerente e significativo, marcado por elementos discursivos, memórias e narratividades, ou seja, enquanto significação no seu sentido cultural e histórico (Motta, 2013). Para a pesquisadora Célia Ladeira Mota, é na articulação discursiva dos eventos que os significados vão surgindo, de forma que é “o encadeamento dos diversos relatos, produzidos diariamente, que vai constituir uma visão coerente e organizada do nosso mundo” (Ladeira Mota, 2012, p.209).

Acontecimentos jornalísticos

Para Raquel Paiva e Muniz Sodré (2005), acontecimentos e fatos são sinônimos na prática e no senso comum, porém, para fins analíticos é necessária uma distinção. Os autores baseiam-se na concepção de Maurice Mouillaud, na qual o autor elabora o acontecimento como sendo “a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema de informação, o conceito de fato” (2012, p. 97). Para ele, portanto, ambos não têm o mesmo *status*, embora interajam diretamente. Os acontecimentos, neste ponto de vista, seriam os fatos selecionados pelo jornalista, a partir de valores-notícia e critérios como singularidade, acidentalidade, improbabilidade, unicidade, desvio, proeminência, etc (Sodré, 2012).

Mouillaud, então, aponta que o fato é parte de um “paradigma universal que permite descrever os acontecimentos, uma regra da descrição dos mesmos (a codificação de toda experiência, seja qual for sua natureza e origem)” (2012, p. 85). Por outro lado, o acontecimento necessitaria da representação⁸. A partir desta última característica é possível dizer que os acontecimentos chegam até nós por meio de representações, muitas vezes podendo ser de formas conflitantes. Portanto, a narrativa jornalística, como instância de enunciação e prática social-discursiva (RESENDE, 2017a), é um dos sistemas de representação que pode ajudar a desvelar os desdobramentos e contradições daquilo que é representado.

Os sentidos trazidos por Mouillaud dizem respeito, segundo Paiva e Sodré, à distinção que o autor faz entre acontecimento e informação (ou notícia), ao classificar o primeiro como transparência (oposta a uma suposta opacidade) da informação.

8 Por meio da linguagem, os conceitos compartilhados dentro de uma cultura são traduzidos pela escrita, sons ou imagens visuais, construindo determinada organização e inteligibilidade do real através de sistema de valores. Em um mapa conceitual compartilhado, é possível nos referirmos a mundos referenciais e/ou imaginários (Hall, 2013).

Aquilo que, então, aparece como figura é seu objecto: os acontecimentos aos quais se refere a informação formam o mundo que se supõe real. Eis porque falamos de um *status* ‘realista’ do acontecimento. [...] Por outras palavras, o acontecimento é uma modalidade de tratamento do real do facto, portanto, é uma construção ou uma produção de realidade. Informação e acontecimento são instâncias interdependentes (Paiva; Sodré, 2005, p. 97).

Perspectiva similar é abordada por Vera França e Luciana de Oliveira (2012), para quem é preciso articular a distinção entre fato e acontecimento a partir da teoria do jornalismo. Dessa forma, o

[...] acontecimento se aproxima do conceito de notícia e diz respeito àqueles fatos que se destacam e merecem ser noticiados. Acontecimentos surgem como um tipo especial de fato, da mesma maneira como ganham especificidade as noções de acontecimento político e histórico [...] (2012, p.8).

Com isso, segundo as pesquisadoras, os acontecimentos também podem ser constituídos como fenômenos midiáticos que merecem atenção pública. De qualquer forma, vivemos um retorno do acontecimento (Dosse, 2013), cuja compreensão se dá de duas maneiras: como resultado e como começo. Tal duplicidade não permite que o acontecimento desapareça, mas sim deixe múltiplos indícios e vestígios, que podem ser reacendidos com uma nova irrupção, de forma a gerar outros efeitos acerca do que já havia ocorrido.

As relações entre passado, presente e futuro, portanto, se interpenetram, mas não necessariamente há uma linha contínua entre eles, uma evolução de características causais. Como argumenta Louis Quéré (2012), o aparecimento de novos acontecimentos possibilita a reconstrução tanto do passado quanto do futuro.

Embora esta nomenclatura possa nos induzir a pensar sob a perspectiva braudeliana, ela tem uma concepção bem diferente. Enquanto Braudel trata a temporalidade como uma “estruturação dos eventos no interior de conjunturas sociais e geológicas” (Pontes & Silva, 2010, p. 46), nossa visão é de que o conflito de longa-duração analisado nesse artigo, por si só, pode ser chamado de grande acontecimento

contemporâneo⁹, como se fosse um guarda-chuva no qual outros acontecimentos e fatos, em suas singularidades contextuais, emergissem, mas sem apresentar nenhuma capacidade estruturante ou ciclos limitadores que os expliquem.

Dessa forma, concordamos quando Louis Quéré, utilizando preceitos de George Herb Mead sobre o tempo, afirma a existência de uma dualidade do acontecimento, isto é, ele não é totalmente relacionado ao que o provocou, assim como sempre pode trazer novidades, algo de inédito. Com isso,

[...] o acontecimento introduz uma desconcontinuidade, só perceptível num fundo de continuidade. Embora a ocorrência de um acontecimento permita mudar qualquer coisa em seu estado anterior do mundo, nem tudo o que acontece é descontínuo. Certos acontecimentos são esperados ou previstos, e quando se produzem são o resultado daquilo que os precedeu. A sua ocorrência faz, apesar disso, emergir algo de novo (2005, p.61).

Tal paradoxo é desenvolvido por Quéré (2012), no qual o pesquisador aborda que o surgimento de novos acontecimentos no presente produz dimensões novas em acontecimentos passados, assim como percepções e brechas para o futuro – dessa forma, quais possibilidades de paz entre palestinos e israelenses, por exemplo, ou quais outras possíveis consequências? –, ou seja, por isso passado e futuro também são relativos a um presente dos acontecimentos.

Conforme testemunhas diziam para o repórter-quadrinista Joe Sacco (2010) acerca das suas experiências de vida em Gaza, “os eventos são contínuos”, no sentido de que “passado e o presente não podem ser desassociados com tanta facilidade; eles são parte da mesma sucessão implacável de eventos, uma distorção histórica” (Sacco, 2010, p. IX, grifo no original).

Em outras palavras, todas estas características dos acontecimentos jornalísticos ajudam a organizar o aleatório a fim de produzir certa

⁹ Isso porque, em especial, suas origens perpassam o final do século XIX, início do XX e os eventos ainda têm continuidade durante o século XXI.

racionalidade na conjunção dos fragmentos dispersos do presente, ou melhor, da história do tempo presente, quando abordados pela imprensa. Segundo Luiz Gonzaga Motta, a narrativa jornalística coloca “os acontecimentos em perspectiva, une pontos, ordena antecedentes e consequentes, relaciona coisas, cria o passado, o presente e o futuro, encaixa significados parciais em sucessões temporais, explicações e significações estáveis” (2013, p. 73).

Isso fica evidente também quando os acontecimentos jornalísticos e históricos dizem respeito a conflitos de longa-duração, como o palestino, que necessitam de melhores contextualizações para serem mais compreendidos em suas nuances a cada novo evento que irrompe a superfície da história.

Sheik Jarrah como acontecimento jornalístico

Na Análise Crítica da Narrativa (Motta, 2013) da cobertura realizada pela *Folha de S. Paulo* e *The Guardian* acerca do acirramento dos ânimos entre palestinos e israelenses em maio de 2021, traçaremos elementos narrativos desenvolvidos nos planos da expressão (linguagem), da estória (conteúdo) e da metanarrativa (tema de fundo).

A irrupção de um novo acontecimento em um *continuum* de uma temporalidade de longa duração não é por acaso, embora as narrativas jornalísticas tenham o desafio de fazer ligações no intuito de melhor informar, com sua fragmentação rotineira a cada coleta de novos fatos que surjam, com o maior grau de ordem possível os acontecimentos dentro de um tempo da história do presente *em processo* (Resende, 2020).

No plano da estória, os confrontos entre palestinos e israelenses eclodem por volta de 07 de maio de 2021 a partir da situação do bairro de Sheikh Jarrah. Este não faz parte de uma questão ‘imobiliária’, como a narrativa oficial israelense busca fazer crer, mas sim de busca por legitimação de direitos à terra e do retorno de refugiados à Palestina/Israel. É muito mais uma situação política de limpeza

étnica e apartheid, como pesquisadores e ONGs de direitos humanos¹⁰ vem apontando.

A escalada de tensão ocorre justamente no mês do Ramadã¹¹, com provocações de extremistas judeus em bairros árabes-palestinos e forças policiais israelenses sob a justificativa de ‘pacificar’ os ânimos – fato esse lembrado em momentos pontuais pelas reportagens, antes do enfoque ser dado quase que exclusivamente aos confrontos, em detrimento do contexto inicial.

Inclusive, há a invasão das forças de ocupação militar israelense¹² à mesquita de Al-Aqsa¹³, com o uso de bombas de efeito moral e balas de borracha contra os fiéis que rezavam durante o período sagrado. Somado à contextualização da controversa expulsão de famílias de Sheikh Jarrah, os ânimos claramente se acirrariam.

Em matéria do *The Guardian* do dia 08 de maio de 2021, por exemplo, a ONG B’Tselem reporta diversos ataques conduzidos por colonos contra

10 A prestigiada organização de Direitos Humanos Anistia Internacional, em um relatório publicado em fevereiro de 2022 acusa Israel de crime de apartheid e pede sanções contra todas as autoridades israelenses envolvidas. A exemplo de várias ONGs locais e a própria Human Rights Watch, a Anistia Internacional reforça a lista de entidades que reconhece o estado de opressão e exclusão de direitos sofridos por palestinos.

11 É o nono mês do calendário islâmico, no qual a maioria dos muçulmanos pratica o ritual de jejum como forma de purificação do corpo e da sua espiritualidade. Baseado nos ciclos lunares, é um período sagrado.

12 Dentro da narrativa palestina e de ONGs de direitos humanos, como a israelense B’Tselem (The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories), essa nomenclatura deixa mais inteligível não a equiparidade de forças militares, mas sim a discrepância. Um dos mitos de que Israel apenas se defende, nesse sentido, seria desmistificado ao substituir a nomenclatura oficial das Forças de Defesa Israelense (FDI) por essa outra terminologia.

13 Considerada por muçulmanos como o terceiro local/templo mais sagrado para o Islã. Importante reforçar que a alteridade e identidade palestina não se reduz ao islamismo. Há palestinos-cristãos, palestinos ateus, palestinos com cidadania israelense e assim por diante. A imagem de que todos os palestinos são muçulmanos faz parte de uma falácia argumentativa e narrativa distorcida que confunde os leitores não tão atentos às complexidades da região. Há uma multifacetação de alteridades. Não há uma homogeneização, como se buscou construir pela narrativa sionista.

palestinos, incluindo atear fogo em campos palestinos próximos a vila de Burin, ao sul da cidade de Nablus¹⁴. Diferentemente de outros momentos de cobertura do ‘conflito’, portanto, vemos uma clara complexificação no nível de apresentação das alteridades – para muito além do ‘nós’ contra ‘eles’. Há nítidas implicações políticas e culturais, retratando operações de apartheid e opressão contra os palestinos, sem demonizá-los ou retratá-los negativamente nesse início das narrativas jornalísticas analisadas.

Localizada em Jerusalém Oriental, Sheikh Jarrah é alvo de reivindicações tanto de palestinos como de israelenses para moradia, tendo sido fruto de disputas judiciais desde a criação do Estado de Israel em 1948 e da *Nakba*¹⁵ palestina. É nesse período que dezenas de famílias palestinas são deslocadas forçadamente para a região. Portanto, a presença dessas pessoas é de décadas no bairro.

Pela lei israelense, por sua vez, famílias de judeus que possam provar terem vivido na região antes de 1948, podem pedir a restituição dos seus direitos de propriedade. Pelo lado palestino isso não é possível, sendo um direito negado pela justiça israelense mesmo que os palestinos tenham como provar sua residência na região por gerações.

No âmbito das metanarrativas, após a Guerra dos Seis Dias¹⁶, Sheikh Jarrah já era alvo de associações de colonos israelenses. No espectro

14 Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2021/may/08/israel-more-than-205-palestinians-wounded-in-jerusalem-al-aqsa-clashes>> Acesso em 08 de julho de 2022.

15 Em árabe, a grande catástrofe –, ou seja, perda da sua terra natal para muitos dos palestinos. Diz respeito à expulsão étnica de palestinos e desenraizamento de milhares deles que se tornaram refugiados, exilados ou imigrantes forçados com o surgimento de Israel. A *Nakba* é muitas vezes expressa como ‘contínua *nakba*’. Em árabe: *al-Nakba al-istimrariyya* (Schicocchet, 2015, p. 48).

16 Na disputa de linguagem e narrativa, esta é a nomenclatura dada por sionistas-israelenses, com a intenção de deixar explícita a vitória acachapante e ampliação da ocupação no território. Para os palestinos, o acontecimento é chamado como *al-Naksa* – o Revés –, isto é, mais um capítulo do aprofundamento da sua diáspora e desenraizamento palestino de sua terra natal. Geralmente a narrativa palestina ou árabe chama os confrontos de Guerra de 1967.

simbólico, portanto, o bairro também tem sua importância na disputa por Jerusalém Oriental – para que Jerusalém se unifique como capital de Israel ou como potencial capital palestina. Além disso, em termos culturais, Sheikh Jarrah abriga o local de enterro do médico Sheikh Jarrah, no século XIII. A região formou o centro da elite islâmica de Jerusalém (de maioria palestina) ainda no século XIX. Do lado israelense e sua metanarrativa, encontra-se a tumba de Shimon HaTzadik, líder judaico durante o período de Jesus Cristo.

Na narrativa palestina e de grupos de Direitos Humanos como a ONG Human Rights Watch, portanto, os fatos apontam para crimes de apartheid e perseguição contra árabes e palestinos em relação à construção de assentamentos ilegais de colonos em Sheik Jarrah (de maioria palestina) desde a ocupação do território na guerra de 1967. Para o Direito Internacional e o Alto Comissariado da ONU, por sua vez, a expulsão dos moradores palestinos representam violações.

Em matéria da *Folha* do dia 08 de maio de 2021, ‘Confronto em Jerusalém deixa ao menos 184 feridos’ é apontado que o governo israelense (sem dar nome ao porta-voz, mas trazendo como informação oficial) diz que “os palestinos estão tratando de uma disputa imobiliária entre partes privadas como uma causa nacionalista, para incitar a violência”.

Na manchete, contudo, a narrativa silencia um fato importante que será abordado na matéria: dos 184 feridos, 178 são civis palestinos, enquanto 06 são agentes israelenses. Há, portanto, uma tendência interpretativa de quem lê a frase em fazer uma falsa simetria de forças entre os dois lados.

Os palestinos, na visão oficial do Estado de Israel, portanto, são os causadores dos confrontos e não as vítimas de expulsão forçada de suas casas por colonos e pela Suprema Corte de Israel. A alteridade aqui é apresentada com viés negativo dos palestinos e justificativa falaciosa da repressão e invasão de espaços sagrados em ‘defesa da ordem’. Ou seja, a alteridade construída dos israelenses é de mantenedores da ordem frente a uma população que, supostamente, não teria motivos para manifestarem-se contra decisão judicial desfavorável a sua coletividade. Pelo contrário, há uma tentativa de racionalidade e legitimidade nos atos israelenses – e irracionalidade para os palestinos.

Ignora-se, assim, os xingamentos e violência de colonos israelenses. Embora sua presença inicial no conflito seja contextualizada, ela se dissipa ao longo do tempo. Nesse início, fica claro o exemplo de vídeo viralizado no qual colono israelense tenta argumentar com senhora palestina na tentativa de justificar seus atos de invadir a casa dela frente à frase que ela repete: “Você está roubando a minha casa”. O argumento do homem é: “e se eu não roubá-la, alguma outra pessoa vai fazer isso”¹⁷. A tréplica palestina vem em seguida: “Não! Ninguém pode roubar a minha casa!”.

Aqui percebermos parte das disputas de sentido na construção da alteridade na narrativa dos acontecimentos. No plano da expressão termos como ‘despejo’ (‘eviction’, em inglês), por sua vez, significam a corroboração da narrativa oficial israelense. Já ‘expulsão forçada’ diz respeito à narrativa palestina e de grupos de direitos humanos. Afinal, não se proporcionam as mesmas condições aos palestinos em seu direito à moradia e de retorno dos seus refugiados como se considera para os judeus israelenses. Portanto, existem famílias que moram há anos em Sheik Jarrah correndo risco de saírem de suas casas para a continuidade da ocupação ilegal, em termos internacionais, de colonos de Israel.

Essa versão dos fatos ganha outras camadas de sentido quando o grupo militante Hamas entra em cena, na diegese (universo de significação) das narrativas sobre e dos confrontos a seguirem. Em matéria do *The Guardian* de 10 de maio de 2021, por exemplo, a ala militar do grupo assume responsabilidade pelo disparo de foguetes em direção a Israel, como ‘resposta’ aos “crimes e agressão na Cidade Santa, assim como ameaças ao povo palestino nos casos em Sheikh Jarrah e Al-Aqsa”¹⁸. É uma tentativa de reverter a narrativa israelense

17 Tradução livre do original: “And if I don’t steal it, someone else is going to steal it”. Disponível na página do YouTube do Middle East Eye: <https://www.youtube.com/watch?v=t9q9PDBsDe8>. Acesso em 09 de julho de 2022.

18 Disponível em < <https://www.theguardian.com/world/2021/may/10/dozens-injured-in-clashes-over-israeli-settlements-ahead-of-jerusalem-day-march> > Acesso em 08 de julho de 2022.

de ‘defesa’ para assumir a narrativa palestina de, também, ‘resposta a agressões’.

A partir desse momento, a cobertura jornalística assume outros aspectos e caminhos. A diversidade da alteridade palestina começa a ter a tendência de ser simplificada em uma relação direta entre Hamas corresponder a toda uma coletividade palestina. Logo, qualquer palestino vira suspeito e é visto com ressalvas. As narrativas assumem questões mais dicotômicas nos embates.

No plano da expressão, vítimas iniciais se tornam agressores. Há uma inversão dos fatos na construção dos acontecimentos até aqui. E os agressores tornam-se vítimas do Hamas – muito embora a disparidade do número de mortos do lado palestino demonstra a falsa equiparação de forças. Além disso, no plano da estória as vozes escutadas pelo lado israelense são predominantemente oficiais. Judeus (não necessariamente israelenses) críticos aos atos de Israel não tem presença cativa. Portanto, a alteridade israelense torna-se limitada ao caracterizar o Estado de Israel como portador da voz de todos os judeus.

Essa situação é bem explicada pelo antropólogo Leonardo Schiocchet (2015), ao desenvolver que é reducionismo dizer que o conflito é definido apenas em termos de judeus e israelenses contra palestinos, muçulmanos e árabes, visto que “[...] sionismo é uma ideologia política que é irredutível a etnicidade e religião” (Schiocchet, 2015, p. 30). Portanto, é concebível afirmar que o Estado israelense “não possui o monopólio da voz dos judeus” (*idem*) e o mesmo pode ser dito do lado palestino, no qual diferentes narrativas políticas existem, ou seja, na diferença entre Hamas e Fatah, assim como na experiência de ser palestino(a).

Ao considerarmos uma abordagem narratológica, queremos dizer que a alteridade perpassa as seguintes características: eu-jornalista-mídia x outro-fonte-sujeito. Em outras palavras, a percepção da alteridade pela linguagem – seja com viés orientalista ou não (Said, 2007; Sadar, 1999) – se dá em como palestinos, israelenses, judeus, árabes, jornalistas e mídias constroem narrativamente as disputas de sentidos, como narradores ou partes representadas; isto é, em uma

tentativa em ver de qual forma o conflito é percebido no cotidiano dessas diferentes experiências vividas.

Considerações finais

Um dos grandes desafios do jornalismo internacional está em seu ato de narrar e na forma como pode contribuir no conhecimento acerca do *outro* e seus significados. Colocam-se as possibilidades para uma mais justa representação na mídia, com seus imaginários, visibilidades e formas de reconhecimento de direitos e modos de existência, dando ou não visibilidade a vozes contra-hegemônicas para além de estereótipos e simplificações dicotômicas em situações de violência e conflito, nas suas mais variadas naturezas – sejam físicas, políticas ou simbólicas.

É preciso levar em conta, assim, duas questões de alteridade para serem discutidas: a apresentação de minorias como ‘outros’ dentro das nações; e o papel da mídia em explicar relações, conflitos e culturas internacionais. Por isso a importância de trabalhar o conceito de alteridade no intuito de buscar desnaturalizar preconceitos, complexificar representações e abordar questões de direitos humanos pela linguagem também – fluida em seus sentidos e enquadramentos, como observado.

Isso porque, pelo fato das narrativas da imprensa apresentarem-se fragmentadas e dispersas, muitas vezes elas são (re)produzidas desprovidas de contextualizações, em discursos noticiosos que se vendem como apresentações do mundo que se pretendem verdadeiras, objetivas e imparciais.

No caso de Sheikh Jarrah, os contextos iniciais do acirramento dos ânimos ficou relegado apenas aos primeiros dias de eclosão das hostilidades, sendo depois dado enfoque maior em questões militares e políticas – deixando mais difícil a visualização da diversidade de representações de alteridades em um conflito de longa duração. Esse é um grande desafio para modos narrar e de fazer jornalismo internacional na mídia convencional.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARAM, Daphna. *Disenchantment: The Guardian and Israel*. London: Guardian Books, 2004.
- BOMFIM, Ivan. *Processos de contextualização no jornalismo internacional*. In: GI-1 Comunicação/Comunicación Internacional — XVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC), Argentina, 2022.
- COOK, Jonathan. *Disappearing Palestine: Israels Experiments in Human Despair*. London: Zed Books, 2008.
- DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre a Esfinge e a Fênix*. São Paulo: Unesp, 2013.
- HARB, Zahera; MATAR, Dina. (Ed.). *Narrating conflict in Middle East: Discourse, Image and Communications Practices in Lebanon and Palestine*. London: I.B. Taurus, 2013.
- HARB, Z. (Org.). *Reporting the Middle East: The practice of news in the twenty-first cenetury*. London: I. B. Tauris, 2017.
- LADEIRA MOTA, C. *Jornalismo: discurso, narrativa e cultura*. In: PEREIRA, F; MOURA, D; ADGHIRNI, Z (Org.). *Jornalismo e Sociedade – teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012.
- LÉVINAS, E. *Entre nós: ensaios sobre alteridade*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MASALHA, Nur. *The Palestine Nakba: Decolonising History, Narrating the Subaltern, Reclaiming Memory*. London: Zed Books, 2012.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: UnB, 2013.
- MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S.D. (Orgs.). *O jornal: da forma ao sentido*. 3ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2014, p. 67-101.
- NATALI, J. B. *Jornalismo internacional*. São Paulo: Contexto, 2004.
- PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. *Sobre o facto e o acontecimento*. In: Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n. 06, 2005, p. 95-101.
- QUÉRÉ, Louis. *A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista*. In: FRANÇA, V.V.; OLIVEIRA, L. de (Orgs.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 21-39.

- RESENDE, Fernando. *O jornalismo e o tempo em processo (Prefácio)*. In: Barbosa da Silva, V.P.; LADEIRA MOTA, C. (Orgs.). *Jornalismo em quadrinhos: contextos, pesquisas e práticas*. Florianópolis, SC: Insular, 2020, p. 15-19.
- _____. *Imprensa e conflito: Narrativas de uma geografia violentada*. In: PEIXINHO, A. T.; ARAÚJO, B. (Org.). *Narrativa e media: gêneros, figuras e contextos*. Portugal: Coimbra, 2017.
- _____. *Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa*. In: Silva, G. et al (Eds.). *Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas*. Salvador, Brasil: EDUFBA; Brasília, Brasil: Compós. 2011, p. 119-138.
- _____. *A guerra no coração da linguagem*. In: BAMBIRRA, A. et al (Org.). Catálogo da 2ª Mostra de cinema árabe feminino [livro eletrônico]. Belo Horizonte, MG: Partisane Filmes, 2021, p. 174-181.
- ROGOFF, Irit. *Terra Infirma: geography's visual culture*. New York: Routledge, 2000.
- SACCO, Joe. *Notas sobre Gaza*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Covering Islam: how the media and the experts determine how we see the rest of the world*. New York: Vintage Books, 1997.
- SCHIOCCHET, Leonardo. *Por uma Antropologia Assimétrica da Palestinidade*. In: SCHIOCCHET, Leonardo. (Org.). *Entre o Velho e o Novo Mundo: a Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio à América Latina*. São Paulo: Chiado Editora, 2015, p. 7-53.
- SILVA, Gislene. *O imaginário, o sensível e o jornalismo*. In: *Mídia e Imaginário*. São Paulo: Annablume, 2012, p. 127-145.
- SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. 2.Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- SIRHAN, Nadia. *Reporting Palestine-Israel in British Newspapers: an analysis of British Newspapers*. London: Palgrave Macmillan, 2021.
- SWEDENBURG, Ted. *Memories of revolt: the 1936-1939 Rebellion and the Palestinian National Past*. London: University of Minnesota Press, 2002.
- ZAMIN, Angela. *Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão*. In: FAMECOS, v. 21, n. 3, 2014, p. 918-942.

Os 100 primeiros dias. Guerra Ucrânia-Rússia e o temor da Terceira Guerra Mundial na web

Thiago Perez Bernardes de Moraes

Romer Mottinha Santos

Introdução

Guerras são eventos históricos que provocam mudanças significativas na humanidade. Além dos impactos econômicos, políticos e sociais, atualmente a sociedade hiperconectada recebe um excesso de informações que pode gerar tendências na esfera pública, podendo, por exemplo, intensificar a desinformação e causar medo. Ou seja, uma batalha cibernética paralela ao combate bélico ocorre de forma bastante prejudicial e perigosa para toda a comunidade internacional.

Em 24 de fevereiro de 2022, Vladimir Putin (presidente da Rússia) determina a invasão da Ucrânia de Volodymyr Zelensky. Com isso, o impacto na web sobre o tema III Guerra Mundial teve uma tendência de aumento nas buscas do Google, ocorrida pela própria natureza do combate, pela narrativa dos líderes dos governos, pela cobertura da mídia e pelo fluxo de comunicação online.

Com a luta armada deflagrada entre as nações Rússia e Ucrânia fica mais explícito o poder da informação e como ela é utilizada para influenciar indivíduos e opiniões, além da possibilidade de ser um fator primordial para resolução do litígio. Um dos maiores motivos pelos quais a Ucrânia está a prevalecer na Europa e nas Américas deve-se ao apoio dos governos ocidentais. *Big Techs* como a *Google*, *Meta*, *Amazon*, *Microsoft* e *Apple* têm canais de comunicação para milhões de pessoas diariamente. Nos últimos anos a Rússia desenvolveu uma elaborada máquina de propaganda por meio do digital, dos canais

de televisão estatais, vários blogs e sites, alinhados e sincronizados, que em conjunto criaram uma realidade paralela (Duarte, 2022).

A motivação para elaboração desta pesquisa está na importância que a internet tem como fonte de informações para conhecimento da esfera da comunicação e da política nos últimos anos, em especial para o cenário de confrontação bélica. Observar, em cenários de ampla complexidade e incertezas, analisar o fluxo de informações online, pode ser cada vez mais relevante para a sociedade para identificar tendências, demandas e conseqüentemente, decifrar problemas (Mellon, 2014).

As faces da guerra e da relação Ucrânia-Rússia

Desde o nascimento da Ucrânia (séculos IX e X) até sua independência (século XX), o país tem tido elevada importância (geopolítica) para Rússia. No século XX a Ucrânia foi a “pedra angular” da União Soviética. Depois da Rússia, a Ucrânia era a mais poderosa e populosa dentre as quinze repúblicas soviéticas em decorrência da produção agrícola, da indústria de defesa e da força militar (contemplando-se aqui tanto a frota do Mar Negro, como parte do arsenal nuclear) (Choudhary *et al.*, 2022). A Ucrânia se sobressaiu como um híbrido entre o colonialismo amplamente disseminado ao padrão das relações Ásia russo-soviética, e o Cáucaso, com um domínio neocolonial “leve” sobre a Europa Central e Oriental (Mälksoo, 2022).

A Crimeia (mais precisamente a região de Sebastopol) tornou-se posição fundamental para a Rússia abrigando a frota russa do mar Negro. O papel da região é reforçado por conta do gasoduto *Nord Stream* que liga a Rússia à Alemanha, tendo sido concluído em 2021. O gasoduto está disposto pelo Mar Báltico, indo até além da Alemanha, basicamente transportando gás natural (Choudhary *et al.*, 2022).

“Inesperadamente” no dia 24 de fevereiro de 2022, a força militar Russa invadiu a Ucrânia, gerando repercussões políticas,

econômicas e sociais. O conflito tem mostrado desde o início um grande potencial para destruição de infraestruturas e vidas humanas. O confronto atingiu negativamente a Ucrânia e países vizinhos, como a Hungria, Eslováquia, Moldávia, Romênia, Polônia e a própria Rússia e a Bielorrússia (Cénat *et al.*, 2022). O Secretário de Estado estadunidense Antony Blinken afirmou que a Guerra Ucrânia-Rússia representa o maior combate entre os dois países nas últimas décadas, o que transcende o universo da Rússia ou da OTAN, tendo consequências globais, que pedem ações igualmente globais. Joe Biden, na mesma linha, afirmou no início de março de 2022 que a agressão promovida pela Rússia impõe custos para todos (Mbah; Wasum, 2022; Bader *et al.*, 2022).

Assim sendo, a Guerra Ucrânia-Rússia causou grande impacto midiático pelo simples fato de que a guerra em um país europeu surpreende a maior parte da comunidade internacional. Foram frequentes, por exemplo, narrativas eurocentristas nos meios de comunicação que denotavam, por meio da imprensa tradicional, que “dessa vez, as hostilidades não se dão na África ou no Oriente Médio”, mas sim, entre os “civilizados” (Cénat *et al.*, 2022; Pavilik, 2022).

Desde os primeiros dias da constituição do teatro da Guerra Ucrânia-Rússia, John V. Pavlik (2022) ressalta que, o evento acabou açambarcando enormemente a atenção pública trazendo hercúleos desafios para jornalistas e veículos de comunicação para estabelecer eixos de observação direta dentro da zona de conflito. A observação desde o começo somou-se com entrevistas de civis (dentro e fora da Ucrânia, como em países vizinhos como a Polônia) e combatentes. Outra dificuldade para o jornalismo nesse evento foi “competir” com o frutífero universo de notícias falsas, que passaram a se proliferar *pari passu* com a amplitude da guerra. Na Rússia, os jornalistas foram obrigados a abandonar o país ou se “adaptarem” a censura deliberada (Pavlik, 2022; Papanikos, 2022).

Anthony Aladekomo (2022) cita motivações que levaram a Rússia a decidir entrar em guerra com a Ucrânia a partir dos discursos oficiais promulgados pelas autoridades russas: (a) aproximação da Ucrânia

da OTAN e da União Europeia (com apoio dos Estados Unidos); (b) “necessidade” de lidar com a “propagação de ideais LGBTQIA+” do ocidente para a Rússia; (c) necessidade de realizar operações exibicionistas com o poderio militar russo; (d) acesso a recursos econômicos ucranianos; e (e) promoção de expansionismo territorial que se soma às ambições imperialistas das lideranças russas.

Para Maria Mälksoo (2022) e Petar Jandrić (2022), a Guerra Ucrânia-Rússia é a soma de diferentes situações: (a) “guerras de agressão”; (b) hostilidades históricas entre Kiev e Moscou; (c) tentativas da Rússia de ampliar os domínios territoriais (como na anexação da Crimeia em 2014); (d) continuidade de 8 anos de luta no *Donbass* (regiões separatistas de *Donetsk* e *Luhansk*); (e) desfile de um estado que é ontologicamente ansioso em ter papel da liderança, tendo obsessão tornar-se uma superpotência através da manipulação informativa e da violência; e (f) negação aberta da Rússia no ao reconhecimento da soberania política da Ucrânia.

Em um flanco, existe um “consenso” hegemônico de que as sanções econômicas desencadeadas contra a Rússia vão paralisar a economia russa forçando o país a abandonar a batalha com a Ucrânia, contudo, em outro (apesar da logicidade do argumento), é explícito que as sanções hipertrofiaram os impactos de uma crise que já era crítica em âmbito global. As sanções contra a Rússia foram justamente postas quando o planeta já sofria os efeitos de uma inflação galopante, que ceifa as vias de desenvolvimento, elevando sobremaneira os preços relacionados aos combustíveis, como gás natural, petróleo, além dos preços dos alimentos (Mbah; Wasum, 2022).

Em um extremo a OTAN busca proteger propriedades e vidas dos membros da organização (seguindo a *Teoria do Contrato Social*), e em outra conformação, as estratégias de enfrentamento da OTAN comprometem interesses terceiros (indo no diapasão da *Teoria dos Grupos de Interesse*) (Mbah; Wasum, 2022). A forma como a Ucrânia resistiu à agressão russa desvela que a refrega não deve ser encarada como mero jogo de tabuleiro abstrato. A guerra é na realidade uma experiência existencial, extrema e visceral, em especial aos que são

arrastados a este cenário (Mälksoo, 2022). Os meios de comunicação de massa neste contexto exercem papel-chave, e, como sintoma disso, corrobora-se que, nas primeiras semanas de guerra, os portais digitais de grandes jornais como *BBC News*, *The Guardian*; *Washington Post*, *The New York Times* e o *The Sun* relataram recortes históricos (sem precedentes) de acesso e de envolvimento do público (Pavilik, 2022; Papanikos, 2022). Para Papanikos (2022), os grandes jornais, portais de notícia, redes sociais e aplicativos de mensagem representam a janela pela qual os indivíduos adquirem fragmentos esquemáticos a compor seu repertório de esquemas cognitivos acerca de diferentes assuntos, dentre eles, a Guerra Ucrânia-Rússia.

A Guerra Ucrânia-Rússia traz a possibilidade de expansão do cenário de guerra para os países vizinhos, o que anda de mãos dadas com diversos danos para a região, para o sistema monetário e para as cadeias de suprimentos (Charaia; Lashkhi; Lashkhi, 2022). Neste cenário exótico, a internet e as redes sociais representaram um tipo de faca de dois gumes, pois, ao mesmo passo em que aproximaram as pessoas de notícias de qualidade e informações verossímeis, também levam as pessoas a um oceano de notícias falsas e inverídicas (PAVLIK, 2022).

Guerra Ucrânia-Rússia e a narrativa sobre a Terceira Guerra Mundial

A Guerra Ucrânia-Rússia é o maior confronto militar (convencional) na Europa desde o final da Segunda Guerra Mundial, o que eleva a percepção coletiva de que essa situação pode levar a uma Terceira Guerra Mundial (Bader *et al.*, 2022). Apesar da nuance específica do atual cenário de Guerra Ucrânia-Rússia, ao longo do século XX até o presente, mais de 30 guerras significativas foram travadas, levando a um saldo superior a 187 milhões de mortes. Do ponto de vista discursivo, a guerra é ação simbólica consensuada

contra os “inimigos”, sendo um termo empregado em diferentes contextos, como por exemplo: (a) “guerra ao terror”; (b) “guerra contra a Covid-19”; (c) “guerra contra pobreza”; (d) “guerra contra as drogas”; (f) dentre outras “guerras” diversas contra inimigos abstratos e simbólicos (Curchoe *et al.*, 2022). Em comum, todas essas “guerras”, que servem como lastro da construção de *slogans*, acabam por fornecer base para ações políticas e atraem por sua vez a atenção pública.

Michele Poletti, Antonio Preti e Andrea Raballo (2022) lecionam que a expectativa sombria de possibilidade de Terceira Guerra Mundial no presente arqueia-se em antecedentes. Primeiro, o desencanto vivido pela crise econômica de 2008 enterrou a certeza até então tácita da “robustez” da economia global. Chama-se atenção também para as mudanças climáticas, que cada vez mais são percebidas como um risco iminente. Esses dois cenários somam-se à pandemia de Covid-19, que trouxe uma *mise-en-scène* atípica para as sociedades contemporâneas. Nesta acepção, a Guerra Ucrânia-Rússia induziu a um tipo de *fibrilação geopolítica global*, produzindo choques maciços entre países orientais e ocidentais, em uma escalada crescente dos combates. De forma patente, até antes do início da guerra Ucrânia-Rússia, predominava uma percepção de que o “centro do mundo ocidental” estava “imune” a guerras havendo “natural” inclinação para resolução de contendas entre nações por vias diplomáticas.

Apesar de os Estados Unidos tatear com cuidado a questão da guerra Ucrânia-Rússia, em verdade, o discurso de uma “Terceira Guerra Mundial” foi parcialmente lastreado por Joe Biden que em março de 2022 afirmou que, caso o conflito viesse a se alastrar para fora das fronteiras ucranianas, adquirindo tons nucleares, os Estados Unidos não hesitaram em entrar em uma guerra mundial, com aportes dos países-membros da OTAN. Biden deixou, todavia, claro que os Estados Unidos estão dispostos a proteger “cada centímetro do território da OTAN”, porém, a OTAN está inclinada a evitar o duelo direto Rússia e OTAN (considerando o risco de uma Guerra Mundial) (Abramson, 2022).

A Guerra da Ucrânia, para Petar Jandrić (2022), é parte de uma ruptura completa na política e nas mídias globais, cabendo aqui alguns questionamentos: “a guerra da Ucrânia é mais importante que as outras por conta de sua localização?”, ou ainda, o que faz essa guerra ser notável é o “risco do uso de armas nucleares”, ou ainda, “a possibilidade de choque entre superpotências?”. Petar Jandrić (2022) considera que quem responderá com exatidão a essas e outras questões é o “julgamento da história”, contudo, é notável a velocidade em que os “tambores da guerra” conseguiram, em menos de uma semana, reverberar por todo o planeta, criando assim um clima narrativo e discursivo de Terceira Guerra Mundial. Essa narrativa de conflagração global ganhou força decorrente do ritmo viral da disseminação de imagens e mensagens nas mídias sociais e nos veículos de comunicação convencionais sobre a Guerra Ucrânia-Rússia. Essa proliferação de informações assemelha-se notoriamente ao padrão observado de disseminação de informações e notícias no início da pandemia de Covid-19 (a partir de 11 de março de 2020).

China e Rússia no presente parecem muito próximas, nesse intento, em razão da forma da economia chinesa e da tecnologia disponível para a Rússia, a nova Guerra Fria não será entre blocos marcadamente desiguais como a que se viu na década de 1950. Reforça-se que o mesmo Ocidente que demoniza a violação da soberania ucraniana é aquele que violou a soberania de uma série de nações, como por exemplo, Cuba, Vietnã, Laos, Camboja, Líbia, Síria, Iraque, Sérvia e Iugoslávia (Nagarjuna, 2022).

Metodologia da investigação e as tendências de pesquisas na Web

Para dimensionar ao espectro relativo à atenção pública e o interesse em relação ao tema “Terceira Guerra Mundial”, empregou-se o *Google Trends*, considerando o tema registrado nas buscas da web com o padrão

Beta. A fim de aferir a evolução da narrativa em torno de uma possível Terceira Guerra Mundial e a possível relação com os episódios relativos aos 100 primeiros dias do embate Ucrânia-Rússia, considerou-se em um primeiro momento uma frequência de interesse contemplando em perspectiva temporal o período de janeiro de 2004 (ano em que se inicia a coleta de dados do *Google Trends*) até 03 de junho de 2022 (dia em que a Guerra Ucrânia-Rússia completa 100 dias de duração).

Em todo o período analisa-se o teor dos tópicos correlatos de pesquisa. Os tópicos correlatos abrangem as pesquisas que mais coincidem no tempo e mais se configuram entre as buscas também vinculadas ao campo principal. Para traçar sua métrica de dados de busca reversa, o *Google Trends* contabiliza, de acordo com a intensidade média de pesquisa entre países (comparando-se com todas as demais pesquisas executadas), plasmando assim um “termômetro” que vai de 0 (zero pontos) – baixa intensidade de pesquisa, até 100 (cem pontos) – elevada intensidade de buscas.

Apesar de a internet apresentar sua imagem global uniforme, há diferenças em cada lugar; ao contrário do que se acredita, a internet e as questões digitais não são fenômenos sobretudos globais, pois estão enraizados em territórios. Por surpreendente que isso possa parecer, a internet não anula os limites geográficos tradicionais, não dissolve as identidades culturais e não ameniza as diferenças linguísticas. Essa dimensão territorializada da internet deve inclusive se enrijecer nos próximos anos, consequência da generalização do acesso à web e aos *smartphones* (Mellon; 2014; Martel, 2015, p. 11-12).

A internet permite a comunicação entre muitas pessoas em tempo escolhido e em escala global. Embora a internet tenha vasta propagação, a sua lógica, linguagem e limites não são totalmente compreendidos para além dos aspectos tecnológicos (Castells, 2007, p. 16-17). Devido às condições da internet, é muito mais difícil controlar o fluxo de conteúdo dentro dela e, dessa forma, muito mais difícil para aqueles que estão no poder se assegurar de que as imagens disponíveis aos indivíduos são as que eles gostariam de ver circulando (Thompson, 2008, p. 23-24). A internet é uma rede que

proporciona aos indivíduos a sensação de irrestrita liberdade de uso, de possibilidades de criação, de múltipla existência no ciberespaço, de navegação anônima, de impossibilidade de observação e acompanhamento dos corpos virtualizados (Silveira, 2014, p. 15-16). Todavia, um exemplo da possibilidade de acompanhamento parcial do fluxo na internet é a ferramenta do Google utilizada nesta pesquisa.

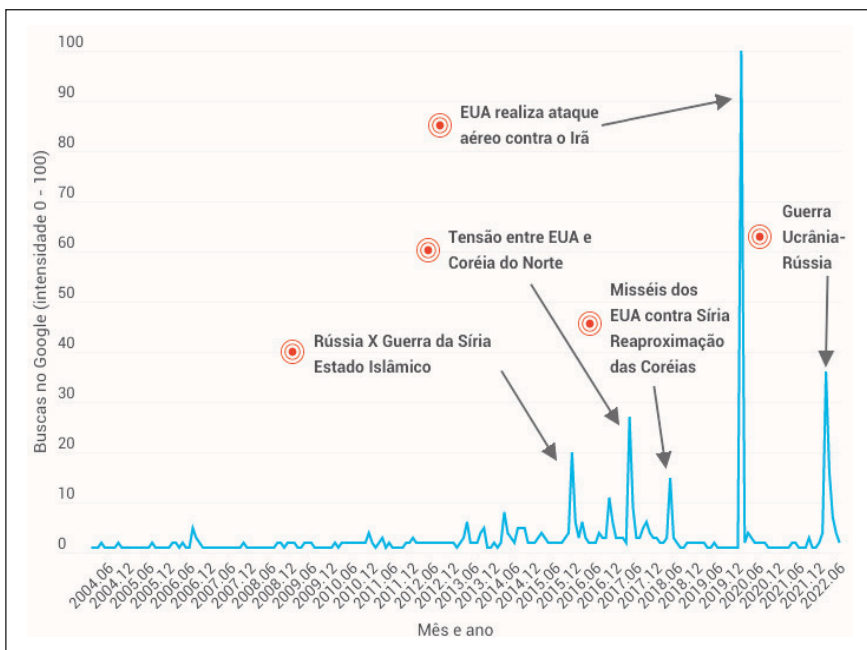
O Google monitora todo e qualquer sinal que consiga obter sobre nós. Mesmo que não estejamos conectados em nossos perfis de usuários, o Google personaliza os resultados de nossas pesquisas e isso revela muito sobre quem somos e no que estamos interessados (PARISER, 2012, P. 36; MELLON, 2014). Por isso, uma pesquisa aplicada com a escolha de termos adequados no *Google Trends* pode proporcionar resultados minuciosos sobre tendências na web, sua distribuição territorial específica e quais os valores simbólicos inseridos.

As tendências em dados de consulta de pesquisa na web foram úteis para fornecer modelos de fenômenos do mundo real. Todavia, muitos desses resultados dependem da escolha cuidadosa das consultas que o conhecimento prévio sugere deve corresponder com o fenômeno (MOHEBBI *et al*, 2011).

Resultados das tendências de buscas na web pelo tema III Guerra Mundial

A primeira faixa de interesse que buscamos observar é referente ao campo da Terceira Guerra Mundial. Considerando a classificação Beta, o *Google Trends* segmenta o campo Terceira Guerra Mundial como buscas de diferentes grafias (e idiomas) que se relacionam ao tema Terceira Guerra Mundial. No gráfico a seguir expõe-se a distribuição de interesse registrado nas buscas do Google em todo o planeta desde 01 de janeiro de 2004 até 03 de junho de 2022 (data em que a Guerra Ucrânia-Rússia completa 100 dias).

GRÁFICO 1 - Distribuição de assuntos relacionados à Terceira Guerra Mundial



Fonte: elaboração dos autores (2022).

A partir da análise da distribuição temporal de buscas pela tema Terceira Guerra Mundial em todo o mundo, podemos aferir alguns padrões significativos, dentre eles:

- Existe de 2004 a 2022 uma tendência significativa de elevação do interesse pelo tema Terceira Guerra Mundial, algo que começa a se ampliar de forma mais significativa a partir de 2015. Para cada ano de 2004 a junho de 2022, o tema Terceira Guerra Mundial em todo o mundo se elevou aproximadamente 0,286 (por ano).
- Ao observar a distribuição temporal de buscas pelo tema Terceira Guerra Mundial, observam-se cinco exceções significativas, sendo eles: respectivamente: (a) novembro de 2015 (20 pontos); (b) abril de 2017 (27 pontos); (c) abril de 2018 (15 pontos); (d) janeiro de 2020 (100 pontos); e (e) fevereiro de 2022 (36 pontos).
- O primeiro pico significativo é verificado em novembro de 2015

e se refere a um posicionamento mais agressivo da Rússia dentro da Guerra da Síria. Vale destacar que nesse mesmo ano o Estado Islâmico promoveu uma série de ataques na França, dentre eles: (a) o atentado contra os jornalistas do Charlie Hebdo (b) o Massacre da Boate Bataclan; e (c) o ataque na cidade de Nice (Moraes; Santos, 2016; Quadros; Maia, 2018).

- O segundo pico ocorreu em abril de 2017 e se refere a tensões entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos, em razão do programa nuclear norte-coreano.
- O terceiro pico é aferido em abril de 2018 e guarda relação tanto com as demonstrações de aproximação entre Coreia do Norte e Coreia do Sul, como também relativas ao bombardeio com mísseis dos Estados Unidos contra a Síria.
- O quarto pico foi o mais significativo, atingindo uma frequência de 100 pontos em janeiro de 2020, quando os Estados Unidos realizam ataques aéreos contra o Irã que levaram à morte de Qassem Soleimani, chefe de uma das unidades especiais da Guarda Revolucionária do Irã, o que levou o presidente iraniano Hassan Rouhani a dizer que o país, mais do que nunca, estava determinado a empreender resistência contra os Estados Unidos, tendo em vista o objetivo de se vingar. Rouhani pontuou nessa agnição que o martírio pela morte de Soleimani seria o principal combustível para inflar a resistência frente ao expansionismo norte-americano, tendo-se aqui como foto preservar valores islâmicos.
- Por fim, o quinto pico relativo ao interesse global pela Terceira Guerra Mundial se dá em fevereiro de 2022, sendo em perspectiva histórica o segundo pico mais significativo, ficando atrás apenas do interesse registrado pelo tema em janeiro de 2020, depois dos ataques dos EUA ao Irã. Nesse discernimento, o que motivou o quinto pico claramente foi a invasão da Ucrânia por parte da Rússia, o que se deu no dia 21 de fevereiro, considerando-se aqui a data final de nossa coleta o dia 03 de junho de 2022, quando a batalha entre os dois países alcançou a marca de 100 dias de duração.

Na tabela a seguir delineiam-se os assuntos que mostraram maior associação dentro das pesquisas no Google para com o tema Terceira Guerra Mundial

TABELA 1 - Assuntos correlatos ao interesse global por Terceira Guerra Mundial (2004-2022)

Assuntos	Frequência
Guerra mundial	100
Guerra	94
Mundo	19
Rússia	8
Segunda Guerra Mundial	7
Língua russa	6
Primeira Guerra Mundial	5
Russos	4
Ucrânia	4
Irã	3
Coreia do Norte	3
Previsão	3
Donald Trump	3
Síria	2
Bomba nuclear	2
Nostradamus	2
Profecia	2
Vladimir Putin	2
Língua Ucraniana	2
Estado Islâmico	1
Conscrição	1
Baba Vanga	1
Guerra Russo-Ucraniana	1
Sírios	1

Fonte: elaboração dos autores (2022).

Ao verificar os assuntos que de 2004 a junho de 2022 mais se relacionaram ao tema Terceira Guerra Mundial, se notam alguns padrões significativos:

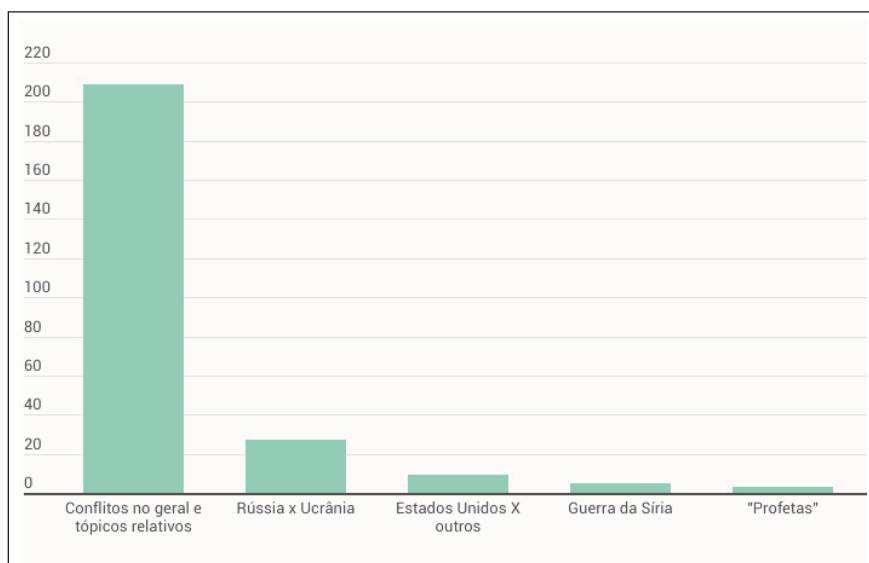
- Os temas que mais se relacionam com a Terceira Guerra Mundial são temas que denotam conflagrações de maneira geral, destacando-se aqui: (a) Guerra Mundial (100 pontos); (b) Guerra (94 pontos); (c) Segunda Guerra Mundial (7 pontos) ; (d) Primeira Guerra Mundial (5 pontos); (e) Bomba Nuclear (2 pontos); e (f) Conscrição (1 ponto).
- É interessante destacar que o segundo grupo de interesse que se destaca é diretamente relativo à Rússia e à Ucrânia: (a) Rússia (8 pontos); (b) Língua Russa (6 pontos); (c) Russos (4 pontos); (d) Ucrânia (4 pontos); (e) Vladimir Putin (2 pontos); (f) Língua Ucraniana (2 pontos); e (g) Guerra Russo-Ucraniana (1 ponto).
- Em terceiro lugar agrupam-se as frequências de assuntos que direta e indiretamente parecem se referir às ações dos Estados Unidos: (a) Donald Trump (3 pontos); (b) Irã (3 pontos); e (c) Coreia do Norte (3 pontos).
- Uma quarta categoria de destaque vai se referir diretamente à Guerra da Síria: (3 pontos); (b) Estado Islâmico (1 ponto); e (c) Sírios (1 ponto).
- Curiosamente, é possível aqui constituir um quinto agrupamento relacionado a “profetas”, tendo-se aqui a figura de Nostradamus (1503-1566) com 2 pontos e Baba Vanga (1911-1996) com 1 ponto.

Após 100 dias a Guerra Ucrânia-Rússia permanece sem previsão de uma solução diplomática. E como esta guerra já faz parte do cotidiano global, suas tendências de buscas já reduziram do ápice de interesse, mas permanece um volume elevado por temáticas derivadas.

As pesquisas dispararam nos primeiros dias nas buscas pelas temáticas do conflito e nas semanas seguintes pela questão “como ajudar a Ucrânia”. A cobertura jornalística permanece diária nas editorias internacionais dos veículos de comunicação, mas o interesse dos internautas já é direcionado para outros assuntos que surgem na esfera

pública ou acontecimentos que se tornaram “virais”, que demonstram uma volatilidade cada vez mais presente na internet.

GRÁFICO 2 - Distribuição de assuntos relacionados a Terceira Guerra Mundial organizados em “tópicos”



Fonte: elaboração dos autores (2022).

Em pesquisa publicada por Rivas-de-Roca e García-Gordillo (2023), argumenta-se que os períodos de crise internacional supõem momentos de forte carga simbólica. Por isso os meios de comunicação detêm um papel importante na articulação da informação que chega ao cidadão. Neste contexto, os estudiosos analisam como os meios contribuem para criar figuras de herói e vilão na disputa antagônica entre Zelenski e Putin. Ou seja, as implicações da guerra da Ucrânia na formação da opinião pública podem apresentar outras dimensões para investigação, debate e reflexão.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho buscou-se explorar as facetas relacionadas à Guerra Ucrânia-Rússia, e mais precisamente, sobre a forma como esse embate contribuiu para a narrativa / discurso relativo a uma possível Terceira Guerra Nuclear. De forma geral, os dados apontam que outros eventos anteriores alimentaram em todo o mundo em perspectiva temporal efeito significativo para ilustrar o imaginário coletivo relativo a uma possível Terceira Guerra Mundial, sendo eles: (a) novembro de 2015 (ações militares da Rússia na Guerra da Síria); (b) abril de 2017 (Tensões entre Estados Unidos e Coreia do Norte); (c) abril de 2018 (ataques dos Estados Unidos na Guerra da Síria e atos simbólicos de aproximação entre as Coreias); e (d) janeiro de 2020 (ataques dos Estados Unidos contra o Irã).

Destaca-se que a frequência de interesse relativo à Terceira Guerra Mundial em fevereiro de 2022 é a segunda maior, ficando atrás apenas do interesse na Terceira Guerra Mundial em janeiro de 2020, quando os Estados Unidos realizaram ataques aéreos contra o Irã. Ao se observar os assuntos correlacionados ao interesse por Terceira Guerra Mundial, como era de se esperar, o interesse genérico, relativo a armas ou a outros conflitos, foi o dominante, contudo, a segunda frequência que obteve maior destaque foi relativa ao confronto Ucrânia-Rússia, reforçando o papel que este duelo teve de manter em ascensão, em perspectiva histórica, o interesse em todo o mundo pelo tema Terceira Guerra Mundial.

Vale dizer que, no momento em que se instaura a Guerra Ucrânia-Rússia, o mundo já vivia um momento especialmente difícil, em razão do terceiro ano da pandemia de Covid-19, que até aquele momento já havia matado mais de 6 milhões de pessoas em todo o planeta. A Guerra Ucrânia-Rússia se configura em um momento em que ainda não há terapias definitivas para o tratamento de Covid-19, o que tem forçado a maior parte dos países a adotarem diferentes estratégias, dentre elas, a vacinação em massa com doses de reforço, distanciamento social, uso de máscaras, dentre outras medidas (Choudhary *et al.*, 2022).

Esse estudo é de cunho exploratório e não conclusivo. Nessa ponderação, como sugestão para futuras pesquisas, pontua-se a necessidade de aferir de que forma o interesse por Terceira Guerra Mundial afeta as atitudes dos indivíduos, o que pode se aferir por meio, por exemplo, da comparação dos dados do *Google Trends* com dados advindos de pesquisas de opinião.

Por fim, lamenta-se que durante a escrita e finalização deste texto (fevereiro de 2023) o confronto entre Rússia e Ucrânia, escalou para uma guerra, ativa até o presente com muitas vidas perdidas. Contudo, apesar temores da comunidade internacional, a guerra entre estes dois países (mesmo que com a participação indireta de outros países, como “fornecedores” de recursos) não se estendeu para uma III Guerra Mundial, porém, isso ainda reside no escopo de possibilidade, de forma mais palpável talvez que nos primeiros 100 dias de conflito.

Referências

- ABRAMSON, Jeff. Cluster Munitions Use in Ukraine Spurs US Debate. *Arms Control Today*, 2022, 52.4: 33-34.
- ALADEKOMO, Anthony. Russian Aggression against Ukraine, Sovereignty and International Law. *Sovereignty and International Law*. (March 22, 2022), 2022.
- AZAD, Shirzad. Sanctions Reverberate: Stoking up Political Allegiance. In: *East Asia and Iran Sanctions*. Palgrave Macmillan, Cham, 2022. p. 21-41.
- BADER, Benjamin, *et al.* Guest editorial: Global mobility in times of global calamity: COVID-19 reactions, responses, and ramifications for the future of work. *Journal of Global Mobility: The Home of Expatriate Management Research*, 2022, 10.2: 165-171.
- CASTELLS, Manuel. *A Galáxia Internet: reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- CASTILLO, Carlos. Macrodatos, despersonalización y política. *Diálogo Político: Big Data y Política*, Konrad-Adenauer-Stiftung, n. 2,

- dezembro, 2018. Disponível em: <<https://dialogopolitico.org/revista-imprensa/big-data-y-politica>>. Acesso em 20 jun. 2022.
- CÉNAT, Jude Mary, *et al.* War in Ukraine and racism: the physical and mental health of refugees of color matters. *International journal of public health*, 2022, 65.
- CHARAIA, Vakhtang; LASHKHI, Mariam; LASHKHI, Mariam. Foreign direct investments during the coronomic crisis and armed conflict in the neighbourhood, case of Georgia. *Globalization & Business*, 2022.
- CHOUDHARY, Om Prakash, *et al.* Russo-Ukrainian war: An unexpected event during the COVID-19 pandemic. *Travel Medicine and Infectious Disease*, 2022, 48: 102346.
- CURCHOE, Carol Lynn, *et al.* Protecting life in a time of war. *Journal of Assisted Reproduction and Genetics*, 2022, 39.3: 555-557.
- DUARTE, Mariana. Ucrânia vs Rússia: Guerra de Informação. The Trends Hub, Porto, n. 2, 2022. DOI: 10.34630/tth.vi2.4723. Disponível em: <https://parc.ipp.pt/index.php/trendshub/article/view/4723>. Acesso em: 10 fev. 2023.
- JANDRIĆ, Petar. Postdigital Warfare: A Plea for Dialogue. *Postdigital Science and Education*, 2022, 4.2: 201-206.
- KOVALCHUK, Vitaliy, *et al.* Transformation challenges for the international humanitarian law system: Migration crisis as the latest tool for hybrid warfare.(A vision from Ukraine). *UNISCI Journal*, 2022, 59: 129-144.
- LIM, Weng Marc, *et al.* What is at stake in a war? A prospective evaluation of the Ukraine and Rússia conflict for business and society. *Global Business and Organizational Excellence*, 2022.
- MÄLKSOO, Maria. The Postcolonial Moment in Rússia's War Against Ukraine. *Journal of Genocide Research*, 2022, 1-11.
- MARTEL, Frédéric. *Smart: o que você não sabe sobre a internet*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- MBAH, Ruth Endam; WASUM, Divine Forcha. Rússia-Ukraine 2022 War: A review of the economic impact of the Rússia-Ukraine crisis on the USA, UK, Canada, and Europe. *Adv. Soc. Sci. Res. J*, 2022, 9: 144-153.
- MELLON, Jonathan. Internet search data and issue salience: The properties of Google Trends as a measure of issue salience. *Journal of Elections, Public Opinion & Parties*, 2014, 24.1: 45-72.

- MOHEBBI, Matt; VANDERKAM, Dan; KODYSH, Julia; SCHONBERGER, Ron; CHOI, Hyunyoung; KUMAR, Sanjiv. *Google Correlate Whitepaper*, 2011. Disponível em: <<https://static.googleusercontent.com/media/research.google.com/pt-BR//pubs/archive/41695.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2022.
- MORAES, Thiago Perez Bernardes de; SANTOS, Romer Mottinha. Charlie Hebdo: Polêmica, religião e o interesse dos usuários de Internet franceses. *Comunicação Pública*, 2016, 11.20.
- MORAES, Thiago Perez Bernardes de; SANTOS, Romer Mottinha. Eleições norte-americanas 2020, Covid-19 e Internet-A decadência de Donald Trump. *Revista de Psicologia da Unesp*, 2021, 20.1: 145-174.
- MORAES, Thiago Perez Bernardes de; SANTOS, Romer Mottinha. Os protestos de 2013 e 2015 e o impacto na eleição de 2018. *Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, 2019, 24.2: 327-350.
- NAGARJUNA, B. Rússia's invasion of Ukraine: impact on Indian economy-strategies to mitigate and sustain. *Epra International Journal of Multidisciplinary Research (IJMR)*, 2022, 8.3: 204-209.
- PAPANIKOS, Gregory T. The Greek newspaper coverage of the Ukrainian war: the pre-invasion phase and the day of the invasion. *Athens Journal of Mass Media and Communications*, 2022, 8.1: 1-20.
- PARISER, Eli. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- PAVLIK, J. The Russian War in Ukraine and the Implications for the News Media. *Athens Journal of Mass Media and Communications*, 2022, 8: 1-17.
- POLETTI, Michele; PRETI, Antonio; RABALLO, Andrea. From the economic crisis and climate change through COVID-19 pandemic to Ukraine war: a cumulative hit-wave on adolescent future thinking and mental well-being. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 2022, 1-2.
- QUADROS, Doacir Gonçalves; MAIA, Wellington Alves. Atacando o coração da Europa: o terrorismo e o Estado Islâmico na internet. *Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança*, 2018, 1.1.
- G1. Quem é Vladimir Putin, presidente da Rússia que invadiu a Ucrânia. **G1**, Rio de Janeiro, 24 de fev. de 2022. Disponível em: <<https://>

g1.globo.com/mundo/noticia/2022/02/24/quem-e-vladimir-putin-presidente-da-russia.ghtml>. Acesso em: 09 de fev. de 2023.

RIVAS-DE-ROCA, Rubén; GARCÍA-GORDILLO, Mar. Creación periodística de héroes y anti-héroes en Twitter: Zelenski y Putin en la guerra de Ucrania. *Revista de Comunicación*, 22 (1), 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.26441/RC22.1-2023-2939>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Para analisar o poder tecnológico como poder político (2011). In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu; BRAGA, Sérgio; PENTEADO, Cláudio (Org.). *Cultura, política e ativismo nas redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014, v. 1, p. 15-29.

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. *Matrizes*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. V. 1, n. 2, São Paulo: ECA / USP: 2008. p. 15-38. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38190/40930>>. Acesso em 20 jun. 2022.

Cosmovisões em crise: prenúncios do colapso climático em *Vozes de Tchernóbil*, de Svetlana Aleksíévitch

Arthur Breccio Marchetto

Igor Oliveira Neves

Introdução

Em *Ficando com o problema* (tradução literal de *Staying with the trouble*), Donna Haraway (2016) apresenta a proposta de um fazer-científico aliado a uma forma de enxergar o mundo menos preocupada em resolver problemas e mais interessada em compreender o mundo por meio das conexões e convivências possíveis. Se pensarmos na oposição entre *ordem* e *caos*, é uma tentativa que procura abraçar o que há de caótico na realidade, afastando-se da forte tendência de ordenação científica.

Os estudos de Haraway (2016) se voltam para as catástrofes climáticas do período em que vivemos, chamado por ela de *Chthuloceno*, e as possibilidades de mundo a partir desse cenário. O termo surge a partir das palavras gregas *khthôn* e *kainos*, *terra* e *agora*, para apresentar a necessidade de viver o aqui-agora, se responsabilizando pelos danos ambientais e aprendendo a lidar com essas situações, ao invés de focar no progresso e mirar as perspectivas para o futuro e o desenvolvimento.

Nesse caminho, criar parentescos — intersubjetivos, interespécies — se torna necessário e a narrativa é um meio onde esse encontro se torna possível. Uma das inspirações de Haraway (2016) para visualizar possibilidades narrativas que caminhem nesse sentido é a Teoria da Cesta enquanto ficção, proposta por Ursula K. Le Guin (2021).

Le Guin (2021) apresenta um incômodo com as narrativas lineares, principalmente pelo fator militar-conflitivo que elas carregam e a forma

com que construíram uma base bélica para a compreensão da cultura humana. Por isso, em detrimento da “estória assassina”, Ursula K. Le Guin (2021, p.21) procura “a natureza, o sujeito, as palavras da outra estória, a estória que não foi contada, a estória da vida”. A inspiração que encontra é da *cesta*.

Le Guin (2021) parte do pensamento de Elizabeth Fisher que propõe o recipiente, e não a lança, como primeira ferramenta da humanidade. Daí, Le Guin (2021, p.19) procura estabelecer uma nova possibilidade de escrita de histórias que não contam com “os paus e lanças e espadas”, mas as que falam sobre “a coisa em que se põem coisas dentro, sobre o recipiente para a coisa recebida”.

A narrativa se torna um espaço de armazenamento. A pesquisadora afirma que, mesmo se parecer difícil ou estranho visualizar, é uma forma vista há tempos nos “mitos da criação e da transformação, estórias de *tricksters*, contos populares, piadas, romances...” (Le Guin, p.21-2), com destaque para o romance:

Eu iria mais longe e diria que a forma natural, apropriada e adequada do romance pode ser aquela de uma sacola, de uma bolsa. Um livro guarda palavras. Palavras guardam coisas. Carregam sentidos. Um romance é um patuá guardando coisas numa relação particular conosco.

(...)

No final, é claro que o Herói não fica bem nessa bolsa. Ele precisa de um palco ou de um pedestal ou de um pináculo. Você o coloca num saco e ele parece um coelho, ou uma batata.

É por isso que gosto de romances: em vez de heróis, eles têm pessoas. (Le Guin, 2021, p.22).

É possível visualizar a mesma busca pela supracitada *história vital*, ou a *estória da vida*, nos trabalhos da escritora e jornalista bielorrussa Svetlana Aleksíévitch. Narradora daquilo que considera ser essencial à alma e aos sentimentos, Svetlana escreveu sobre os diversos colapsos do mundo soviético ao longo das cinco obras que compõem *Vozes da Utopia* — período que abarca desde os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial pela voz de mulheres

e crianças, até algumas décadas após a transição complexa do comunismo ao capitalismo.

Nos livros, Svetlana conta com a edição e transcrição de centenas de depoimentos para montar uma narrativa fragmentada, como uma colcha de retalhos. É o conjunto desses depoimentos, trabalhados de forma singular e intrincada, que cria sentidos no leitor. Ao invés de seguir o esquema de Apresentação do Problema > Resolução do Problema > Conclusão ou Apresentação do Mundo e dos Personagens > Conflito > Resolução do Conflito > Conclusão, os capítulos são autocontidos. Os depoimentos funcionam por si só. Fragmentos cujo sentido é construído não por uma linearidade lógica e progressiva, mas por compartilharem o mesmo espaço na cesta-romance — uma ordenação dos acontecimentos em narrativa que não elimina o que há de caótico no acontecimento, mas tenta espelhá-lo.

Por isso, a escritora busca criar um novo tipo de romance, abarcando as possibilidades de reunião de perspectivas, um “*romance de vozes*”.

Eu quero, eu tento escrever um romance de vozes. Cada pessoa possui seus segredos, algo que ela mesma descobriu, algo de artístico, e quando se coloca todas essas vozes juntas forma-se um quadro em que o autor está sozinho. Porque hoje a vida é tão diferente e possui tantas possibilidades que é muito difícil que uma pessoa sozinha consiga reunir todas essas verdades, esses segredos sobre as pessoas e o mundo, é de fato muito difícil e me parece que hoje na literatura devemos buscar novos gêneros. Não precisamos seguir o cânone tradicional, é possível encontrar novos caminhos e o mais importante é que hoje as pessoas acreditam mais do que tudo na testemunha (Nobel..., 2016).

O que queremos analisar nesse artigo é como ela reúne essas vozes na cesta que é o romance *Vozes de Tchernóbil*. Ao analisar a narrativa da catástrofe da Usina de Tchernóbil, que aconteceu no dia 26 de abril de 1986 e foi sentida por todo o planeta, abarcamos o caos na narrativa em duas principais frentes: o caos conforme exemplo supracitado, na perspectiva de Haraway (2016) *de lidar com o problema estabelecendo conexões intersubjetivas e até interespecies, e sem um propósito funcionalista*, mas também a percepção de um acontecimento

novo, que escapa às percepções cognitivas e aos moldes narrativos convencionais e que se mantém até os dias de hoje, já que o desastre soviético pode ser sentido até hoje, nos momentos de colapso climático.

Por fim, ao caminharmos pelo artigo, é interessante manter uma imagem em mente: a do narrador de Walter Benjamin. Ao pensar uma nova maneira de escrever a história, Benjamin (2012) nos apresenta o historiador trapeiro, catador de sucatas, que olha para as ruínas da história, para os silenciados, aqueles que perderam e sofrem.

A ruína é uma imagem importante contra essa narrativa linear-progressiva-bélica-ordenadora. Em *O cogumelo no fim do mundo*, Anna Tsing (2022) aponta a ruína como a imagem esquecida na narrativa capitalista, pois é o espaço do fracasso, do projeto incapaz de se entregar à produtividade. Tsing (2022) ressignifica esse espaço e propõe um reflexo sobre as ruínas para visualizar narrativas que vão *além das histórias de progresso*. Ela quer mostrar que há vida acontecendo nos espaços abandonados. É esse olhar que Svetlana procura manter nos relatos que transcreve:

Eu me dedico ao que chamaria de história omitida, aos rastros imperceptíveis da nossa passagem pela Terra e pelo tempo. Escrevo os relatos da cotidianidade dos sentimentos, dos pensamentos e das palavras. Tento captar a vida cotidiana da alma. A vida ordinária das pessoas comuns. (...) Tchernóbil para elas não é uma metáfora ou um símbolo, mas a sua casa. Quantas vezes a arte ensaiou o Apocalipse, experimentou diversas versões tecnológicas do fim do mundo, mas agora sabemos com certeza que a vida é mais fantástica ainda (Aleksiévitch, 2016, p.40).

Narrativa do colapso

O acontecimento se assemelhava a um monstro. Em todos nós se instalou, explicitamente ou não, o sentimento de que havíamos alcançado o nunca visto (Aleksiévitch, 2016, p.41).

Svetlana constrói a narrativa de Tchernóbil a partir de personagens que não são grandes heróis ou pessoas em posição de autoridade, mas daqueles que passariam despercebidas pelas narrativas oficiais.

As histórias são apresentadas de forma horizontalizadas, ou seja, não existem relatos mais importantes ou mais verdadeiros — ainda que alguns tenham mais espaços e sejam tidos *pilares* dos livros, como afirma Aleksievitch (Nobel..., 2016). Preocupada em narrar as tragédias que levam ao colapso soviético, a completude do mosaico composto por Svetlana apresenta não só o degrado, mas também as mudanças bruscas na percepção sobre o sentido da vida, a percepção do tempo e as relações interpessoais — até interespecies.

Após o desastre nuclear, tudo se mostra incerto e confuso. Os personagens do livro sentem a vida virada ao avesso, refletem sobre estruturas destruídas. O desastre nuclear altera de forma definitiva a experiência.

Além disso, juntos, os relatos estruturam a percepção coletiva do trauma, pois, como aponta Baracat *et al* (2020, p. 852), “cada qual viveu o momento de forma singular, cada um testemunhou fragmentos do desastre. Contudo, essas vozes dissonantes formam um coro unívoco que aponta para os horrores incompreensíveis da vida”.

Logo no começo do livro, o relato da autora descreve a percepção da confusão que todos sentiam:

Diante do acidente de Tchernóbil, todo mundo se punha a filosofar. Todos se tornavam filósofos. As igrejas ficaram repletas de crentes e de pessoas ainda havia pouco ateias, as quais buscavam respostas que não podiam obter da física e da matemática. O mundo tridimensional se abriu, e eu já não encontrava aqueles valentões que haviam jurado sobre a Bíblia do materialismo. Incendiou-se a chama da eternidade. Calaram-se os filósofos e os escritores, expulsos dos seus canais habituais da cultura e da tradição. Naqueles primeiros dias, era mais interessante conversar não com cientistas, funcionários ou militares com muitas medalhas, e sim com os velhos camponeses. Gente que vivia sem Tolstói e Dostoiévski, sem internet, mas cuja consciência de algum modo continha uma nova imagem de mundo. E ela não se destruiu. (Aleksievitch, 2016, p.42).

A própria escritora afirma sentir-se dessa forma, tanto que adia a escrita do livro para anos após o desastre. Diversos relatos que foram transcritos no livro apresentam o mesmo sentimento. Um deles mostra o desnorteamiento que um psicólogo sente ao visualizar o local da tragédia:

Fui à zona de Tchernóbil. Já estive lá muitas vezes. E lá eu entendi que era impotente. Que não compreendo. E esse sentimento de impotência está me destruindo. Porque não reconheço este mundo. Tudo nele mudou. Até o mal é outro. O passado já não me protege. Não me tranquiliza. Não dá respostas. Antes sempre dava, agora não mais. O futuro me arruína, não o passado. (*Pensativo.*) (Aleksiévitch, 2016, p. 57).

De acordo com Nascimento (2020, p. 616), tal trauma causa um rompimento na percepção do mundo. “Tchernóbil marca, para muitas de suas testemunhas, a passagem de um mundo para outro, a divisão entre dois tempos distintos. A falta de categorias passadas para compreender a catástrofe e um futuro para o qual não se sabe por onde ir são sensações que se repetem em diversos relatos.”

Aleksiévitch (2016, p.49) chega a escrever sobre o caos na tentativa de interpretação dos acontecimentos.

Até hoje usamos os termos antigos: ‘longe-perto’, ‘próprio-alheio’... Mas o que significa longe e perto depois de Tchernóbil, quando já no quarto dia as suas nuvens sobrevoavam a África e a China? A Terra parece tão pequena, não é mais aquela Terra do tempo de Colombo. Infinita. Hoje possuímos outra sensação de espaço. Vivemos num espaço arruinado. E ainda... Nos últimos cem anos, o homem passou a viver mais, mas o seu tempo de vida continua a ser minúsculo e insignificante se comparado à vida dos radionuclídeos instalados na nossa terra. Muitos deles viverão mil anos. Impossível atingirmos tamanha dimensão! Diante disso, experimenta-se uma nova sensação de tempo. E tudo é Tchernóbil. As suas marcas. O mesmo ocorre nas nossas relações com o passado, com a ficção científica, com o conhecimento... O passado se faz impotente; a única coisa que se salva no nosso conhecimento é saber que nada sabemos.

Outros relatos apontam para a mesma impossibilidade de encaixar o desastre nas antigas categorias, como quando uma professora afirma que

depois de Tchernóbil, tudo mudou. E isso também. O mundo mudou, já não parece mais eterno, como até pouco tempo atrás. A terra se tornou pequena. Nós fomos privados da imortalidade, foi isso que aconteceu conosco. Perdemos o sentido de eternidade. Pela televisão, eu vejo como as pessoas matam, todos os dias. Atiram. Hoje são pessoas sem imortalidade que matam. Um homem matando outro. Depois de Tchernóbil. (Aleksiévitch, 2016, p. 301).

Uma das mulheres critica a maneira com que escrevem sobre o desastre:

Falam de Tchernóbil, escrevem sobre Tchernóbil. Mas ninguém sabe o que é. Aqui, agora, tudo é diferente: nascemos e morremos de outro modo. Não mais como os outros. Você me perguntará como morrem depois de Tchernóbil. Um homem que eu amava, que queria de uma maneira que não poderia ser maior se eu mesma o houvesse parido, esse homem se converteu diante dos meus olhos num... num monstro. (Aleksiévitch, 2016, p. 355).

Tchernóbil gerou incertezas no cidadão soviético em diversas frentes: na incapacidade do regime soviético frente à catástrofe; na imprevisibilidade do acontecimento fatal; na invisibilidade da radioatividade, tratada como um inimigo não-humano; na impossibilidade da resolução do problema pela via militar, procedimento padrão na sociedade.

Muitas testemunhas apontam o desmoronamento da visão de segurança que o regime soviético conferia aos cidadãos. É uma temática constante dentro dos relatos o despreparo para lidar com o inimigo eleito. O regime reagiu de forma militar e conspiratória, com soldados e tanques, para atacar um alvo invisível: a radiação.

Tal postura bélica é apresentada como um dos pilares do estilo de vida na União Soviética, um filtro dos filtros possíveis utilizados no processo de dar sentido à existência na transformação em narrativa. Serve de exemplo o relato em que uma testemunha diz: “A minha mãe justificava: ‘Se tivesse começado uma guerra, saberíamos o que fazer. Para a guerra, dispúnhamos de instruções. Mas isso?’”. (Aleksiévitch, 2016, p. 330). A quebra dessa expectativa é uma das consequências causadas pelo trauma de Tchernóbil:

Teria sido mais fácil nos acostumar à situação de uma guerra atômica como a de Hiroshima, pois sempre nos preparamos para ela. Mas a catástrofe aconteceu num centro atômico não militar, e nós éramos pessoas do nosso tempo e acreditávamos, tal como nos haviam ensinado, que as centrais nucleares soviéticas eram as mais seguras do mundo, que poderiam ser construídas até mesmo na Praça Vermelha. O átomo militar era o de

Hiroshima e Nagasaki, o átomo da paz era o da lâmpada elétrica de cada casa. Ninguém imaginava que ambos os átomos, o de uso militar e o de uso pacífico, fossem gêmeos. Que houvesse correspondência. (Aleksiévitch, 2016, p. 42-43).

Se existe uma certa honra em participar de uma guerra, de lutar por um ideal, pelo seu país e seu povo, ela desaparece completamente no mundo do acidente nuclear. Como lutar contra o átomo? Qual a honra em participar de um evento histórico em que não há como revidar, não é possível expulsar o inimigo? Se a II Guerra Mundial é motivo de orgulho, Tchernóbil é motivo de medo:

Falam da guerra. Da geração da guerra. Comparam... A geração da guerra? Mas ela é feliz! Tiveram a Vitória. Eles venceram! Isso lhes deu uma grande energia vital, ou, como se diz agora, uma poderosa carga de vivência. Eles não temiam nada. Queriam viver, estudar, ter filhos. E nós? Nós temos medo de tudo. Tememos pelos nossos filhos, pelos netos que ainda não temos. Ainda não existem e já tememos por eles. As pessoas sorriem menos, não cantam mais como antes cantavam nas festas. Não apenas a paisagem mudou, pois onde antes se estendiam campos, cresceram novamente bosques e arbustos, mas também o caráter nacional mudou. Todos estão depressivos. O sentimento é o de estarem irremediavelmente condenados. Para uns, Tchernóbil é uma metáfora, um símbolo. Para nós, é a nossa vida. Simplesmente a vida. (Aleksiévitch, 2016, p. 291).

É inegável, então, que essa falta de preparação, a impossibilidade de combater a ameaça que afeta a nação, não só aumentou o caos dentro da União Soviética, como também quebrou uma parte da confiança no ideal comunista.

Assim, novas preocupações começam a surgir dentro do regime. O que antes era tratada como união dos povos, depois de Tchernóbil, começa a ser questionada. É possível se reconstruir enquanto povo soviético? Se, como a própria autora coloca, e como observa Nascimento (2020), um novo mundo se cria após o desastre, como voltar para uma vida que não faz mais sentido?

Para mim o mundo se alargou. Na zona (área interdita por perigo de conter altos índices de radiação), eu não me sentia nem bielorrussa, nem

rusa, nem ucraniana: eu me sentia representante de um sistema biológico que podia ser aniquilado. Duas catástrofes coincidiram: a social – a Atlântida socialista desapareceu sob as águas e a cósmica – Tchernóbil. A queda do império perturbou todo mundo. As pessoas passaram a se preocupar com a vida cotidiana, o que comprar e como sobreviver. Em que acreditar sob qual bandeira novamente se erguer. Ou seria necessário aprender a viver sem uma grande ideia? (Aleksiévitch, 2016, p. 381).

Essa quebra também é observada na análise de Borges e Lage (2020, p. 56): “No caso de Vozes de Tchernóbil, a pretensa formação de uma comunidade soviética, nos moldes de uma identidade compartilhada, tem como rompimento simbólico o desastre nuclear”. Nesse sentido, os autores destacam o depoimento de uma inspetora do Serviço para Proteção da Natureza:

Tchernóbil fez surgir o sentimento novo e incomum de que cada um de nós tem a sua própria vida; até então isso parecia desnecessário. E as pessoas passaram a se preocupar com o que comiam, como alimentavam os filhos, o que seria ou não perigoso para a saúde, se mudavam ou não para outro lugar. Cada um tinha de tomar as suas próprias decisões. Antes, como se vivia? Com toda a aldeia, com toda a comunidade. Com o coletivo da fábrica ou do colcoz. Nós éramos soviéticos. Eu mesma era soviética. E muito! Estudava no instituto e passava o verão com a minha unidade comunista. Existia um movimento juvenil assim: as unidades das juventudes comunistas. Trabalhávamos nelas, e o dinheiro que ganhávamos, enviávamos a algum partido comunista latino-americano. No caso da minha unidade, mandávamos ao Uruguai. (Aleksiévitch, 2016, p. 258-259)

O depoimento de um ex-engenheiro-chefe de um instituto de energia nuclear é exemplo da lenta e dolorosa ruptura do regime com a catástrofe:

Não podíamos dar os resultados de forma aberta. Cassavam o seu título universitário e até a carteira do Partido (*Começa a ficar nervoso.*) Mas não era o medo... O medo não era a razão, embora influísse, claro. É que... nós éramos homens do nosso tempo, do nosso país soviético. Acreditávamos nele; toda a questão está na fé. Na nossa fé. (*Acende um cigarro, nervoso.*) Acredite, não era por medo. Não era só por medo. Digo isso honestamente. Por respeito a mim mesmo, estou sendo honesto nesse momento. Quero

que seja assim... (...) Pela televisão, Gorbachóv acalmava a todos: “Foram tomadas as medidas urgentes”. Eu acreditei... (...) Estávamos habituados a acreditar. Eu sou da geração pós-guerra, que cresceu nessa fé. De onde veio essa fé? Nós vencemos uma guerra tão terrível! O mundo todo nos reverenciou. Isso de fato ocorreu. (...) O que faço agora com essa fé? (Aleksiévitch, 2016, p. 254-256)

Além do colapso provocado na abordagem militar e na confiança no regime, outro filtro de interpretação da realidade que abalado foi o da comunicação científica. Ver os resultados do mal uso da ciência, das orientações de segurança e de saúde gerou desconforto na mentalidade soviética. O que era avanço se tornou a catástrofe. Como se relacionar de novo com aquilo que os “homens iluminados” criaram? Como ser devoto de algo que pode causar tanta destruição?

Em um dos relatos, a testemunha afirma que “Tchernóbil está muito além de Kolimá e de Auschwitz. Do Holocausto. Estou me expressando com clareza? O homem armado de machado e arco ou com lança-granadas e câmara de gás não pode matar todo mundo. Mas o homem com o átomo... Nesse caso, toda a terra está em perigo” (Aleksiévitch, 2016, p. 280).

Mas o que tais descompassos apontam não é só uma ruptura social ou política, mas o próprio esfacelamento na cosmovisão e a mudança de compreensão da própria vida. Não há um vocabulário para exprimir a alteração causada por Tchernóbil, todas tentativas de racionalização se mostram falhas. Não há apego ao passado, à ciência ou à própria União Soviética que consiga organizar a abrupta mudança causada pelo inimaginável. Narrar a destruição de um mundo é uma tarefa difícil. Na percepção da autora,

na noite de 26 de abril de 1986... Em apenas uma noite nos deslocamos para outro lugar da história. Damos um salto para uma nova realidade, uma realidade que está acima do nosso saber e acima da nossa imaginação. Rompeu-se o fio do tempo... O passado de súbito surgiu impotente, não havia nada nele em que pudéssemos nos apoiar. (...) Mais de uma vez ouvi naqueles dias: ‘Não encontro palavras para expressar o que eu vi e vivi’; ‘Ninguém antes me contou nada parecido’; ‘Nunca li nada semelhante

em livro algum, nem vi algo assim em filme algum.’ Entre o momento em que aconteceu a catástrofe e o momento em que começaram a falar dela, houve uma pausa. Um momento de mudez. E todos se lembram dele... (Aleksiévitch, 2016, p.41).

Um dos fatores que são afetados nas primeiras interpretações da catástrofe é a percepção do tempo, como pode ser visto em um dos relatos:

Recordo uma conversa com um cientista. ‘Isso é para mil anos’, ele me explicava, ‘o urânio se desintegra em 238 semidesintegrações. Se traduzirmos em tempo, significa 1 bilhão de anos; e no caso do tório, trata-se de 14 bilhões de anos.’ Cinquenta. Cem. Duzentos anos. E depois? Depois é puro estupor. Mais do que isso, a minha mente não dá conta de imaginar. Deixa de compreender o que é o tempo (Aleksiévitch, 2016, p. 173).

Outro relato apresenta a impossibilidade de conter esse recorte absurdo de tempo dentro da percepção cotidiana dos afazeres:

Havia frutas no bosque, havia cogumelos... E agora essa vida, tudo está destruído. E a gente pensava que tudo aquilo era indestrutível, que seria assim para sempre. Que tudo que se cozinhava na panela era eterno (Aleksiévitch, 2016, p.85).

Manna e Lage (2019, p. 39) argumentam que Tchernóbil causa uma alteração na relação do homem com o tempo que não necessariamente resulta no fim absoluto do tempo. O que entra em questão é a crença moderna sobre o tempo, a crise atinge a ideia de progresso temporal, que fica abalada após o acidente: “Trata-se, portanto, mais do que da perda da capacidade de ordenamento da experiência temporal, mas do sentimento de impotência diante de uma realidade historicamente aterradora”.

Nascimento (2020) sugere que, ao experimentar Tchernóbil, as vítimas passam a não conseguir se comunicar da mesma forma que os demais. Essa desconexão, ao destruir a fixidez de um mundo racional, também pode ajudar a criar uma nova comunidade entre aqueles que passaram pelo mesmo trauma (Borges e Lage, 2020). Narrar passa a ser uma forma de organizar o espaço e o tempo em novas lógicas — ou

sem lógica. “Essa dimensão temporal da narrativa do trauma está relacionada ao esforço de conexão entre uma memória individual e uma possível resignificação de uma dimensão coletiva que possa vir a ser construída ou transformada nessa comunicação” (Nascimento, 2020, p. 616).

Aleksiévitch (2016, p.42) resume essa sensação de deslocamento em um trecho da entrevista que realiza consigo mesma: “não se encontravam palavras para novos sentimentos, e não se encontravam sentimentos para novas palavras, as pessoas não ousavam ainda se expressar, mas aos poucos emergia da atmosfera uma nova maneira de pensar; é assim que hoje podemos definir aquele nosso estado. Os fatos já não bastavam, devia-se olhar além dos fatos”.

Perspectivas no caos

Por outro lado, além de provocar rupturas, o caos também apresenta novos elementos. Se pensarmos no trabalho de Svetlana pelos filtros das discussões atuais, podemos pontuar que *Vozes de Tchernóbil* também é um prenúncio das discussões de colapso climático que vemos nos dias de hoje.

Uma das maneiras de enxergar essa conexão é a apresentada por Lopes e Rodrigues (2019), que dissecam a discussão sobre a lógica das matrizes energéticas apresentadas pelo livro. Segundo Lopes e Rodrigues (2019, p.47-8), a Crise Ambiental

é compreendida como decorrente das estratégias de interação e apropriação do mundo natural oriundas do modelo produtivo estabelecido pela Revolução Industrial, que atualmente afeta todo o globo. Esse processo contínuo de degradação ambiental não produz consequências da mesma forma por todo o planeta, contudo, a globalidade do sistema produtivo e de consumo faz com que a crise seja planetária. Nos últimos duzentos anos, a capacidade humana de apropriação dos assim denominados recursos naturais cresceu exponencialmente e, por isso, as dinâmicas biogeofísicas do planeta também foram alteradas (Lopes e Rodrigues, 2019, p. 48).

Sendo assim, a temática de exploração de energia para o aproveitamento humano em escala industrial se torna evidente em um livro que trata das consequências do desastre em uma Usina Nuclear. Ao analisarmos as questões científicas, citadas acima, vemos que há uma percepção iminente de destruição ecológica diretamente ligada aos avanços científicos pelas próprias testemunhas.

Como afirmam Lopes e Rodrigues (2019, p.61), “o questionamento da centralidade da ciência na contemporaneidade é constante nas narrativas dos sobreviventes. As incertezas sobre os riscos da radiação e a incapacidade de tratar os sobreviventes são trazidas a todo o momento nas narrativas”. Soma-se ao questionamento uma valorização das vozes silenciadas dos animais e da natureza por parte das testemunhas.

Essa valorização do relacionamento interespecífico é valorizado em narrativas que discutem o colapso ambiental e que preferem *ficar com o problema*, como a citada Haraway (2016). Em *Vozes de Tchernóbil*, o discurso de diversas testemunhas apresenta preocupações com os animais, vítimas da situação tanto quanto eles.

Na terra de Tchernóbil, sente-se pena do homem. Mas o bicho dá mais pena ainda... Não estou denegrindo, vou explicar. O que restou na zona morta depois que as pessoas foram embora? As velhas tumbas e as fossas biológicas, como chamam os cemitérios de animais. O homem só salvou a sua pele, todo o resto ele atraçou. Depois que as populações partiram das aldeias, pelotões de soldados e caçadores foram lá e abateram os animais. E os cachorros acorriam à voz humana, e também os gatos... E os cavalos não podiam entender nada. E eles não tinham culpa, nem as feras nem os pássaros, e morriam em silêncio, isso é ainda mais terrível (Aleksiévitch, 2016, p. 47).

Além disso, as formas de vida são respeitadas em suas diferenças e há um entendimento de que ocupam outros espaços — ainda que dividam compartilhem e se socializem. Uma das vítimas conta que “agora só resta o medo... Contam que as rãs e as moscas vão ficar, mas as pessoas não. A vida vai ficar, mas sem as pessoas. Contam muita coisa. Quem gosta disso é porque é tolo. Mas todo conto tem a sua verdade...” (Aleksiévitch, 2016, p.83). São frequentes as histórias

de cidadãos que voltam para as zonas infectadas para acolher suas vacas, gatos, cachorros... Todos são inseridos em uma comunidade interespecífica.

Mas os animais não são tratados apenas como vítimas ou objetos influenciados pela superioridade do homem. Há também uma valorização dessa sabedoria instintiva. Alguns relatos apresentam em quais áreas os animais são mais adaptados que os humanos, com sistemas próprios de conhecimento, que permitem uma percepção fora de nosso alcance:

O que eu vou contar é verdade. O meu avô tinha abelhas, cinco colmeias. Ficaram lá dentro das colmeias. Esperando. O avô anda para lá e para cá no pátio: “Que peste deu nelas? É a cólera? Aconteceu alguma coisa na natureza”. Mas foi um vizinho que nos explicou, mais tarde, depois de um tempo, que o sistema delas é melhor que o nosso, veja só, elas ouviram logo. O rádio e os jornais ainda não diziam nada, mas as abelhas já sabiam de tudo. Só no quarto dia elas saíram para voar.

E as vespas... Havia vespas, um vespeiro sob o telhado, ninguém mexia ali, e naquele dia de manhã elas desapareceram. Ninguém as viu, nem vivas nem mortas, nem sombra. Voltaram depois de seis anos (Aleksiévitch, 2016, p.84).

A partir da experiência do trauma do desastre nuclear, outras formas de relacionamento com o mundo natural foram relatadas. Tchernóbil, ao mesmo tempo em que destruiu uma visão de progresso e humanidade, instaurou, para alguns, uma nova visão sobre os animais e a natureza.

E digo mais: os pássaros, as árvores, e as formigas ficaram mais próximos de mim. Antes eu não conhecia esse sentimento. E nem podia imaginar. Li também de alguém: “Um universo acima de nós e um universo abaixo de nós”. Eu penso nos dois. O homem é terrível... E imprevisível... Mas aqui ninguém tem vontade de matar. Eu pesco, tenho um anzol. Assim é... Mas não atiro nos animais. E também não ponho armadilhas (Aleksiévitch, 2016, p.99).

Uma mudança de visão que podemos perceber, é que um mundo pós-Tchernóbil abre possibilidades para uma vida sem a guerra, sem a

violência. Se a guerra era uma temática importante na antiga cosmovisão soviética, ela se mostra impossível em alguns dos futuros imagináveis. A guerra é morte; aqui busca-se a vida e o amor, como apresentado no texto que abre o livro. O bélico é insuficiente nessa questão.

Podemos fazer uma ligação entre esse mundo em construção — ou um mundo que pode vir a ser — com as formas de enxergar o mundo das culturas e filosofias indígenas. Em *A queda do céu*, o xamã Yanomami Davi Kopenawa, em depoimento ao antropólogo Bruce Albert (2015), faz uma crítica constante da ganância do homem branco. Ao tecer uma narrativa que navega pela criação do mundo yanomami mesclado com a sua autobiografia e apelos para defender a floresta e todos os que vivem nela, Davi Kopenawa critica duramente a ideologia do progresso que destrói tudo o que vê pela frente:

Mas os brancos são gente diferente de nós. Devem se achar muito espertos porque sabem fabricar multidões de coisas sem parar. Cansaram de andar e, para ir mais depressa, inventaram a bicicleta. Depois acharam que ainda era lento demais. Então inventaram as motos e depois os carros. Aí acharam que ainda não estava rápido o bastante e inventaram o avião. Agora eles têm muitas e muitas máquinas e fábricas. Mas nem isso é o bastante para eles. Seu pensamento está concentrado em seus objetos o tempo todo. Não param de fabricar e sempre querem coisas novas. E assim, não devem ser tão inteligentes quanto pensam que são. Temo que sua excitação pela mercadoria não tenha fim e eles acabem enredados nela até o caos. Já começaram há tempos a matar uns aos outros por dinheiro, em suas cidades, e a brigar por minérios ou petróleo que arrancam do chão. Também não parecem preocupados por nos matar a todos com as fumaças de epidemia que saem de tudo isso. Não pensam que assim estão estragando a terra e o céu e que nunca vão poder recriar outros (Kopenawa e Albert, 2015, p. 418-9).

A sabedoria animal e a convivência pacífica com a natureza são contrastados com a violência vinda dos brancos. Davi Kopenawa conta como o surgimento dos garimpeiros na floresta amazônica desencadeou ondas de doenças mortais, assim como a fúria dos animais. Assim, ele impõe uma cosmovisão onde outras formas de vida que não a humana também possui agência e se rebela diante do caos.

Os motores e as espingardas dos garimpeiros espantarão toda a caça e acabarão também por nos deixar esfomeados. Antigamente, eram muitos os queixadas na floresta. Depois da chegada dos garimpeiros, seus bandos desapareceram. Logo os caçadores passaram a não encontrar nenhum em parte alguma, mesmo indo muito longe de suas casas. A floresta tinha ficado ruim e se enchera de fumaças de epidemia xawara. Os antigos xamãs que sabiam fazer dançar a imagem dos espíritos queixada foram mortos pelas doenças. Então, os espelhos desses xapiri foram quebrados e seus caminhos foram cortados. Os queixadas são ancestrais humanos. Viraram caça ao cair no mundo subterrâneo, quando o céu desabou, no primeiro tempo. Por isso eles têm muita sabedoria. Serem obrigados a viver emagrecidos e doentes, numa floresta devastada, deixou-os enfurecidos. Voltaram para dentro da terra, por onde passa o caminho do sol, e os xapiri fecharam de novo o buraco no qual sumiram (Kopenawa e Albert, 2015, p. 418-9).

Já Ailton Krenak (2020, p.44-5) aponta o esgotamento do modelo de produção atual da humanidade, assim como critica o pensamento moderno que impõe essa visão e que, assim como renunciado em *Vozes de Tchernóbil*, não cabe em um futuro ideal para o equilíbrio entre a natureza e os humanos:

Isso que as ciências política e econômica chamam de capitalismo teve metástase, ocupou o planeta inteiro e se infiltrou na vida de maneira incontrolável. Se quisermos (...) reconfigurar o mundo com essa mesma matriz, é claro que o que estamos vivendo é uma crise, no sentido de erro. Mas, se enxergarmos que estamos passando por uma transformação, precisaremos admitir que nosso sonho coletivo de mundo e a inserção da humanidade na biosfera terão que se dar de outra maneira. Nós podemos habitar este planeta, mas deverá ser de outro jeito. Senão, seria como se alguém quisesse ir ao pico do Himalaia, mas pretendesse levar junto sua casa, a geladeira, o cachorro, o papagaio, a bicicleta. Com uma bagagem dessas ele nunca vai chegar. Vamos ter que nos reconfigurar radicalmente para estarmos aqui. E nós ansiamos por essa novidade, ela é capaz de nos surpreender. De repente, vai ficar claro que precisamos trocar de equipamentos. E — surpresa! — o equipamento que precisamos para estar na biosfera é exatamente o nosso corpo.

O pensador indígena ainda deixa uma mensagem de que devemos abraçar o caos, aproveitar o momento de mudança e confusão para

pensar novos e melhores mundos, que não prescindam no esgotamento da terra.

O desconforto que a ciência moderna, as tecnologias, as movimentações que resultaram naquilo que chamamos de “revoluções de massa”, tudo isso não ficou localizado numa região, mas cindiu o planeta a ponto de, no século XX, termos situações como a Guerra Fria, em que você tinha, de um lado do muro, uma parte da humanidade, e a outra, do lado de lá, na maior tensão, pronta para puxar o gatilho para cima dos outros. Não tem fim do mundo mais iminente do que quando você tem um mundo do lado de lá do muro e um do lado de cá, ambos tentando adivinhar o que o outro está fazendo. Isso é um abismo, isso é uma queda. Então a pergunta a fazer seria: “Por que tanto medo assim de uma queda se a gente não fez nada nas outras eras senão cair?”.

Já caímos em diferentes escalas e em diferentes lugares do mundo. Mas temos muito medo do que vai acontecer quando a gente cair. Sentimos insegurança, uma paranoia da queda porque as outras possibilidades que se abrem exigem implodir essa casa que herdamos, que confortavelmente carregamos em grande estilo, mas passamos o tempo inteiro morrendo de medo. Então, talvez o que a gente tenha de fazer é descobrir um paraquedas. Não eliminar a queda, mas inventar e fabricar milhares de paraquedas coloridos, divertidos, inclusive prazerosos. Já que aquilo de que realmente gostamos é gozar, viver no prazer aqui na Terra. Então, que a gente pare de despistar essa nossa vocação e, em vez de ficar inventando outras parábolas, que a gente se renda a essa principal e não se deixe iludir com o aparato da técnica. Na verdade, a ciência inteira vive subjugada por essa coisa que é a técnica (Krenak, 2020, p.62-3).

Ao ordenar os relatos, Svetlana aposta na circularidade e na força que as histórias sobre vida e amor pode gerar. O relato que abre e o que conclui o livro são próximos. São histórias de amor de esposas que fizeram grandes esforços e sacrifícios para lutar pelas grandes paixões. Assim como a percepção do tempo descrita no livro, o romance também morde a própria cauda.

Mas a narrativa caótica e incerta que Svetlana abraça é, talvez, fruto de uma perspectiva menos otimista que a de Ailton Krenak. Em seu relato, ela reflete sobre as incertezas que guiaram a produção do livro:

Passaram-se vinte anos desde a catástrofe, mas até hoje me persegue a pergunta: eu sou testemunha do quê, do passado ou do futuro? É tão fácil deslizar para a banalidade. Para a banalidade do horror (Aleksiévitch, 2016, p.39).

Antes de tudo, em Tchernóbil, se recorda a vida “depois de tudo”: objetos sem o homem, paisagem sem o homem. Estradas para lugar nenhum, cabos para parte alguma. Você se pergunta o que é isso: passado ou futuro?

Algumas vezes, parece que estou escrevendo o futuro... (Aleksiévitch, 2016, p.51).

Considerações finais

O que queríamos apresentar com o artigo é a valorização de uma narrativa em que a composição dialógica, horizontal e autocentrada da realidade é contraposta à ideia da ordem narrativa linear e bélica e como essa postura pode auxiliar na valorização das vozes de sujeitos silenciados: cidadãos comuns, animais, natureza e ruínas.

Em *Vozes de Tchernóbil*, Svetlana traz o relato de cidadãos que sofreram com a catástrofe e sentiram diversas rupturas. A experiência da catástrofe demorou a encontrar uma forma que pudesse abarcar a dimensão do trauma. As narrativas bélicas não atendiam aos propósitos, tampouco as narrativas do progresso científico ou a imaginação oficial do regime soviético.

O que apareceu como possibilidade foi uma narrativa que abraçou a desordem e a complexidade da existência concreta: o *romance de vozes* proposto pela autora bielorrussa Svetlana Aleksiévitch. Em *Vozes de Tchernóbil*, a jornalista bielorrussa apresenta a ruptura na percepção do espaço e do tempo junto do esfacelamento dos filtros anteriormente utilizados para dar significado à vida no cotidiano soviético.

Essa fragmentação tem origem não só pelos impactos políticos, sociais e econômicos gerados pela catástrofe, mas se relacionam diretamente com a ideia de colapso climático e crises ambientais que surgem ali, mas são sentidas até os dias de hoje.

É possível notar que o sujeito soviético apresenta angústias e ansiedades em relação ao futuro e da conservação da natureza da forma que vamos hoje, refletida pelas previsões drásticas de degradação ecológica. Aqui, essa apreensão dá lugar à valorização das sabedorias que surgem dos relacionamentos interespecies, da forma narrativa da *ficção como uma cesta*, cujo sentido surge da reunião de narrativas diversas, e também da percepção circular do tempo ao invés do ciclo temporal do progresso.

Referências

- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- BARACAT, Juliana; ABRÃO, Jorge Luis Ferreira; MARTÍNEZ, Viviana Carola Velasco. Trauma e testemunho em Ferenczi: uma análise de Vozes de Tchernóbil de Svetlana Aleksievith. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 23, n. 4, p. 841–856, dez. 2020.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- BORGES, Felipe; LAGE, Igor. Relatos sobre a vida cotidiana da alma: testemunho e formação de comunidades em Vozes de Tchernóbil. *Antares: letras e humanidades*, v. 12, n. 27, p. 43–60, 5 set. 2020.
- HARAWAY, Donna. *Staying with the Trouble: Making kin in the Cthulucene*. Duke University Press, Durham e Londres, 2016.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LE GUIN, Ursula K. *A teoria da bolsa da ficção*. São Paulo: N-1 Edições, 2021.
- LOPES, Alfredo Ricardo Silva; RODRIGUES, Rauer Ribeiro. Industrialização e crise ambiental: a representação do desastre nuclear em Vozes de Tchernóbil, de Svetlana Aleksievitch. *Revista Tempo e Argumento*, v. 11, n. 26, p. 44–66, 15 abr. 2019.

- MANNA, Nuno; LAGE, Igor. Uma “catástrofe do tempo”: narrativa e historicidade pelas Vozes de Tchernóbil. *Galáxia (São Paulo)*, n. Especial 1-Comunicação e Historicidades, p. 34–46, 2019.
- NASCIMENTO, Barbara Mangueira do. Imagens do tempo em Vozes de Tchernóbil de Svetlana Aleksievitch. *Contraponto*, v. 9, n. 2, p. 611–624, 2020.
- NOBEL de Literatura, jornalista Svetlana Aleksievitch se encontra com leitores em São Paulo. 2016. Publicado no canal Companhia das Letras do YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BIrQA9qqmW0>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- TSING, Anna Lowenhaupt. *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. São Paulo: N-1 Edições, 2022.

Narrativas jornalísticas e a crise socioambiental brasileira: entre os “portadores de inquietações” e os “herdeiros do caos”

Myrian Regina del Vecchio-Lima

José Carlos Fernandes

Maíra Gioia de Brito

Gabriel Airto Domingos

Introdução

As narrativas midiáticas têm registrado, no âmbito de uma crise ambiental em constante agravamento, um ponto absolutamente “fora da curva”: o caos socioambiental brasileiro, observado, em especial nos últimos anos, em grande parte devido ao desmonte federal da legislação e das instâncias de decisão, execução e fiscalização dos órgãos ambientais do país desde 2019. Tal desmonte resulta em desmatamento, agravamento das mudanças climáticas, fragilizações da diversidade natural e de povos da floresta, poluições e questões de saúde pública de diversos níveis etc.

De forma simultânea, há um discurso indignado constante, embora muito restrito a poucos profissionais jornalistas, com relação a este caos. Um exemplo foi o discurso irritado do jornalista André Trigueiro, em reportagem para telejornais da Rede Globo, na cobertura da tragédia causada por evento climático extremo em Petrópolis, no estado do Rio, no dia 15 de fevereiro de 2022. A irritação de Trigueiro era aparente diante de tudo o que fora veiculado na mídia jornalística e em outras instâncias especializadas sobre a recorrência dos desastres na área; do imobilismo e lentidão de governos e da sociedade; além da desfaçatez do mercado imobiliário, que estabelece nas cidades a chamada “urbanização corporativa” (Santos, 2005).

Além de Trigueiro, no rol de jornalistas emblemáticos ao abordar temas socioambientais, Eliane Brum se destaca não apenas por reportagens, mas por chegar a se mudar para Altamira, no Pará, em 2017, para retratar as transformações da Floresta Amazônica. Aqui ficamos tão somente com estes dois jornalistas, sem deixar de reconhecer as manifestações narrativas de jornalistas ambientais que trabalham fora do espaço da chamada “grande mídia” jornalística.

Estas duas vozes selecionadas ecoam em meio ao silêncio ou simplismo da maioria das narrativas jornalísticas sobre a problemática ambiental, e podem ser percebidas como “narrativas do eu”, sinalizando as “verdades” que os indivíduos defendem – tais “verdades” são tomadas aqui como informações fidedignas sobre as quais eles têm controle profissional, com opiniões argumentativas embasadas por contextos, estudos e vivências. Ao interpretar o mundo das relações conflituosas entre ambiente e sociedade, esses jornalistas realizam o que Ricoeur (2012) chama de atos do discurso, ou seja, um “discurso da ação”, ao entender que todo discurso se efetua como acontecimento e é nele que a ação simbólica se realiza. A interpretação dos jornalistas sobre os acontecimentos permite se orientarem no mundo e levarem esta orientação na qual acreditam aos seus receptores e interagentes, o que parece caracterizar um discurso dissidente no âmbito midiático tradicional.

Este capítulo se sustenta no pressuposto de que este jornalismo com ênfase em um discurso socioambiental, em constante “estado de alerta”, se contrapõe a uma certa letargia dos seus receptores, aqui representados inicialmente por uma enquête realizada em 2019, com 202 estudantes do ensino superior, entre 17 e 25 anos, de 12 áreas diferentes da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Os resultados sugerem um paradoxo comportamental: para 90% dos respondentes, a degradação ambiental é um problema de primeira grandeza. A balança oscila entre “preocupante” (48%) e uma “calamidade” (39,6%). Na contramão de tamanha sensibilidade, 87% afirmaram não participar de qualquer ação política em prol do meio ambiente, responsabilidade que 78,2% creditam ao governo federal.

Por fim, os dados indicam que entre os jovens a reação à destruição se dá com ênfase no plano micro – na reciclagem doméstica; e tímida no plano macro. É patente o sentimento de impotência ante a grandiloquência dos fatos narrados pelo noticiário, respondido com uma crença desmesurada na realização de pequenos atos quase simbólicos da vida cotidiana, ações necessárias, mas sem poder de transformação política em termos ambientais (Iqani, 2020). Este estudo é aqui atualizado com uma amostra de 30 estudantes de cursos de Comunicação (Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas) atualmente matriculados em universidade pública federal.

A pesquisa que embasa este capítulo se justifica pela constante inquietação e mal-estar da sociedade diante das questões socioambientais e sobre o papel da mídia jornalística neste processo. Ao ter como um dos objetivos verificar como aparecem as inquietações de dois jornalistas e suas “verdades” socioambientais, apresenta-se como metodologia qualitativa a análise interpretativa (Hissa, 2013) de alguns trechos de suas reportagens, além de falas selecionadas de entrevistas com os profissionais. Como segundo objetivo, busca-se estabelecer uma interpretação entre essas vozes que despertam inquietações sobre o caos socioambiental e a perceptível impotência de jovens, chamados aqui de “herdeiros do caos”, aqueles que não saberão “onde aterrar”, como afirma Latour (2020). Para tanto, foi aplicado um questionário junto à amostra já referida de jovens universitários. Pretendeu-se, portanto, entender as “narrativas do eu” realizadas por jornalistas portadores de inquietude e que ecoam, profissionalmente, uma narrativa pró-ambiental (Bueno, 2007) e como um segmento do público reage a estas narrativas e apresenta uma possível negação com relação a embates políticos/ativistas mais contundentes.

As conclusões deste trabalho revelam que duas das maiores vozes jornalísticas do país, amplificadas por mídias nacionais, constituem discursos contundentes e suas inquietações ressoam por meio de explicitações textuais cheias de “indignação”, “irritação” e “alertas”. Mas, estas narrativas dissidentes ainda produzem muito pouco efeito

diante de jovens que se sentem impotentes frente à crise ambiental, mesmo que representem uma elite cultural no país. E sentindo-se impotentes, conforme revelam as duas pesquisas aqui presentes, são, portanto, pouco interessados/desinformados sobre a inquietude das narrativas socioambientais, o que faz com que não reajam politicamente ao fato de serem herdeiros de um futuro comum de mazelas ambientais.

Tal cenário se impõe, apesar da admiração declarada pelos universitários por Greta Thunberg, a jovem ativista sueca que literalmente “grita” com as gerações que a precederam e as responsabiliza sobre as emergências climáticas.

O jornalismo e as inquietudes socioambientais: irritação, indignação, alertas

A crise socioambiental apresenta uma fase de intensificação no âmbito de uma modernidade tardia (Giddens, 2002), que radicaliza os valores dessa modernidade; mas, como anuncia Beck (2018), esta radicalização faz parte de um mundo em metamorfose que busca novos conceitos para traduzir novas realidades, o que representa uma era de efeitos colaterais. Ressalte-se que para o pensador alemão “a metamorfose não é mudança social, não é transformação, não é evolução, não é revolução, e não é crise” (Beck, p. 35). E se não é crise, como estabelecer uma crise socioambiental – a exemplo do que dizem muitos estudos, entre eles o de Enrique Leff (2010), economista e sociólogo mexicano, ex-coordenador do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) – no momento atual de acirramento dos conflitos no interior do binômio natureza e sociedade?

Ao analisar o que chama de erros históricos baseados em falácias de uma racionalidade econômica dominante, o também epistemólogo afirma:

A teoria econômica constitui-se como um paradigma ideológico-teórico-político – como uma estratégia de poder – que, desde seus pressupostos ideológicos e seus princípios mecanicistas [...] gerou um mundo que transborda sobre suas externalidades: entropização dos processos produtivos, alteração dos equilíbrios ecológicos do planeta, destruição dos ecossistemas, esgotamento de recursos naturais, degradação ambiental, aquecimento global, desigualdade social, pobreza extrema (Leff, 2010, p. 21)

Essa crise socioambiental também é chamada por Leff de uma “crise da civilização”. Nesse contexto, se para Beck (2018) a fase de metamorfose na qual adentramos desafia nosso modo de estar no mundo, por outro lado nos induz a refletir que precisamos repensar o conflito natureza-sociedade como um desafio, de maneira a reverter as formas de fazer política ambiental. Esta área nasce na França e na Alemanha nas décadas finais do século XX com o ecologismo político e é marcada cientificamente por Bruno Latour ao escrever sua obra *Políticas da natureza* (2019). Ali, Latour afirma: “Até aqui, a nosso ver, os filósofos não fizeram pela política da natureza mais do que um prêt-à-porter. Acreditamos que ela merece um modelo sob medida: talvez ela se encontrasse menos incomodada em suas atividades” (p. 18).

Se, como alerta Beck (2018), a metamorfose do mundo por não ser normal ainda seja um “território desconhecido” (p. 37), ela já pode ser representada pela metamorfose da prática e da ação. E aqui lembramos, em particular, que atos de discursos representam novas ações ou neles contêm chamamentos à ação (Ricouer, 2012). Dessa forma, neste capítulo, é como “chamados à ação” que tomamos as narrativas discursivas de dois jornalistas brasileiros, profundamente ligados às questões e preocupações socioambientais, que podem ser, por sua vez, perfeitamente entendidas como narrativas políticas e ecológicas.

Salientamos que uma leitura atenta de suas falas sobre meio ambiente, em diferentes gêneros jornalísticos, e registradas em

diferentes suportes – livros, jornais, vídeos, telejornais, sites etc – são reiteradamente vinculadas à dimensão socioambiental, levando-se em conta que o entendimento do termo socioambiental remete à compreensão de que não existe uma problemática ambiental por ela mesma, mas que toda questão ambiental remete a um conflito entre natureza e sociedade. Todo problema ambiental implica repercussões e interfaces econômicas, políticas culturais, daí ser socioambiental.

Enfatizamos que as falas dos dois jornalistas se expressam claramente como narrativas jornalísticas, pois emergem de seu percurso nas trilhas profissionais e metódicas do jornalismo, e em particular do jornalismo ambiental (Bueno, 2007) ou, melhor dizendo, socioambiental. Mas, se o profissionalismo nunca é deixado de lado nos discursos de Brum e Trigueiro, esse aspecto vem marcado por “verdades” de cada um desses indivíduos, que não se anulam como tal ao performarem como atores sociais em um palco sociopolítico pressionado por um modelo econômico brutal e de baixíssimo respeito em termos de argumentos socioambientais.

Nesse palco, esses atores jornalísticos explicitam suas mais profundas inquietações sobre o país e o planeta, ora com irritação, ora com indignação, ora com alertas, mas sempre dentro dos valores técnicos, éticos e de qualidade textual do jornalismo sobre meio ambiente, que podemos também chamar de “narrativas do eu”.

Discursos jornalísticos para a ação

Uma das primeiras lições das lides jornalísticas é que não se deve usar a primeira pessoa. O emprego do “eu”, em tese, por seu poder de aproximação do observador e do fato, causaria um hiato entre a objetividade e imparcialidade, dois paradigmas sobre os quais o discurso da imprensa se edifica. De matriz positivista, essa espécie de “cláusula pétrea” de distanciamento se aproxima da esquizofrenia,

tamanho seu temor de que as divisas entre ficção e não-ficção sejam ultrapassadas (Marcondes, 2014).

Esse debate, contudo, se escora numa impossibilidade epistemológica: é, de um lado, uma afirmação da racionalidade inquebrantável, como se a razão fosse estática; de outro lado, vigora uma crença quase demiúrgica numa práxis frágil pela própria natureza, como mostram as milhares de páginas já produzidas sobre as liturgias da objetividade. Por fim, as teses, não raro, maquiavam e legitimam como jornalismo puro o que pode ser uma mera transação comercial em que o outro [o leitor e o autor] não está numa relação genuína. É ali apenas um objeto (Levinas, 2014). Trata-se de uma espécie de “dilema crônico”, um teorema ainda discutido de forma apaixonada, sem solução à vista, sobretudo se a questão é tratada de forma primária e antifenomenológica. Os labirintos entre o mundo do autor e o mundo da obra são de altíssima complexidade (Ricoeur, 2012). O impasse, tudo indica, só se resolve pela ética – a ambição de chegar o mais próximo possível da realidade – e pela afirmação da “verdade factual”, questão estruturante da cultura e do método jornalístico (Gandour, 2020). Caso o jornalismo não seja aceito como tal, encerra-se a conversa e tudo o que a negação do fato implica.

André Trigueiro e Eliane Brum – aqui analisados – estão, a seu tempo e modo, em lugares editoriais em que a primeira pessoa recebe um salvo conduto. Falar “por si” não só lhes é permitido como é desejável que o façam. Os dois são exemplares da multiplicidade de papéis permitido pelo jornalismo não hierárquico, que se estabeleceu com o avanço da internet, possibilitando por vias tortas uma “filosofia do sujeito”, no qual convivem, autor-personagem e narrador. Nesse cenário, é possível superar o dilema sartreano do “viver ou contar?” (Doubrovsky, 2014).

O que os jornalistas em análise pronunciam, a viva voz, reafirma o ser humano como animal hermenêutico – a interpretação como atividade fundamental. A fala materializa atos, uma rede indisfarçável (Ricoeur, 2012). Trigueiro é o narrador jornalístico e fonte ao mesmo tempo, dupla função conquistada graças a sua proficiência no circuito

socioambiental. Brum ocupa um lugar único na imprensa brasileira – raramente é editada. Seu texto mistura a água e óleo, o informativo e o opinativo, potência que parecia possível apenas no jornalismo norte-americano, de John Steinbeck a David Foster Wallace. Eliane ocupa a restrita galeria dos jornalistas que, mais do que dizer o que sabem, imprimem o que são.

O aparente “regime de exceção” em que transitam, contudo, não encerra a discussão. Seria simplista. Brum e Trigueiro não são, em definitivo, um produto gourmet do jornalismo literário, gaveta teórica na qual costumam ser atirados os que fazem incursões à primeira pessoa, ao opinativo e, como se explora aqui, à prática da indignação explícita. Os dois são, sobretudo, representantes de um jornalismo antidogmático, deontologicamente maduro, que desobedece a demarcação de divisas sustentadas pelos cardeais dos gêneros textuais; e abraçam a narrativa híbrida que se estabelece pela força do depoimento e do testemunho. A vivência se coloca como condição para o discurso e como marca do sujeito Eliane e do sujeito André (Arfuch, 2010). Em jornalistas como eles, a “voz” declarada, sem passar pela carpintaria da edição radical, deixa de ser um apêndice da reportagem para se tornar, metaforicamente, uma abertura de páginas.

Considere-se que para além de um subgênero ilustrativo, o “discurso do eu” se estabelece no jornalismo contemporâneo como um imperativo ético e estético. No mundo das informações multiplicadas exponencialmente, moldadas ora como expressão da vaidade e da autopromoção, ora criminosamente anônimas, permitir mostrar “quem fala”, de “onde fala” e “a que veio” – quase que um acréscimo das clássicas perguntas do lead – pode ser uma estratégia inesperada para afirmar, sem disfarces, a verdade factual, sem a qual o jornalismo viraria um armazém de secos e molhados, com as devidas licenças a Millôr Fernandes.

Em tempo, a “narrativa do eu” – e suas variações, como a “história de vida” e a “autoficção” – não deve ser vista como um fenômeno restrito do jornalismo (Arfuch, 2010). É, sim, uma possibilidade que sempre rondou a teoria e prática da imprensa, não raro à revelia da pasteurização

promovida pelas técnicas do jornalismo norte-americano, a partir da década de 1940, quando se torna regra na maior parte das redações ocidentais. Ocorreu na literatura e nas artes visuais, na ciência em geral, na educação, como estratégia para não deixar questões umbilicais se sobreponem a questões de interesse comum. O “nós” se tornou uma garantia civilizatória, o “eu” uma concessão ao hedonismo.

Os arreios impostos à autoexpressão não resistiram às fraturas contemporâneas – uma implosão que atingiu pilares como a esfera pública e narrativas soberanas, como a democracia e o cristianismo. É o ponto onde estamos. Diante de uma sociedade cada vez mais difícil de ser explicada, restaria, honestamente, partir do que melhor se conhece – os próprios sentimentos, o próprio corpo. É evidente que a marca excessivamente pessoal da pós-modernidade é passível de crítica, em especial por escamotear as ciladas das subjetividades conservadoras (Guattari, 2012). Para muitos pensadores, como Putnam (2015), essa fase autocentrada deve ser vencida, para que o individualismo que ronda as táticas do “*la garantía soy yo*” não soterrarem outras urgências do planeta, que batem à porta do século XXI, a exemplo da hospitalidade e a ecologia. Roudinesco (2022) sugeriu discutir os limites das pautas identitárias. Ela sugere que a sociedade avançou para um ponto extremo – o “culto do indivíduo”, cujos efeitos são a violência narcísica entre grupos e a entronização de fobias.

Trata-se de um caldeirão. Mas é incontornável reconhecer que todos os “discursos e narrativas do eu” saíram do limbo a que pareciam condenados. Tornou-se uma marca evidentes da literatura e das artes visuais. E tem um de seus marcos na concessão do Nobel de Literatura para a bielo-russa Svetlana Aleksievitch, jornalista que trabalha majoritariamente com depoimentos de anônimos da antiga União Soviética. A primeira pessoa – e as emoções nem sempre contidas que esse lugar oferece – não parecem estar apenas de passagem, como um bônus do tempo. Tudo indica que vieram para ficar, na voz da fonte e na do narrador. E que o jornalismo terá de rever seus manuais draconianos.

Os portadores de inquietações: vozes que ecoam em meio ao silêncio

Neste estudo, usamos como exemplos das “narrativas do eu” os posicionamentos, argumentos, estudos e vivências dos jornalistas brasileiros André Trigueiro e Eliane Brum, que fazem parte de uma mesma geração e se dedicam ao tema socioambiental desde que o assunto ainda era considerado “coisa de ambientalista e cientista”. Para entender tais narrativas, optamos por não fazer um recorte temporal, preservando os apontamentos que possam demonstrar as inquietudes de profissionais formados no eco da Rio 92, a Conferência Mundial da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, que definiu, na década de 1990, que já vivíamos em um modelo ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto.

A Rio 92, aliás, faz parte do vasto currículo de coberturas jornalísticas do profissional multitarefas André Trigueiro. O jornalista ambiental atua na Rede Globo, é comentarista da rádio CBN, mantém redes sociais atualizadas, escreve para um blog no portal G1, tem um site próprio chamado Mundo sustentável, é professor universitário e autor de livros. Uma das características das narrativas de Trigueiro é o discurso indignado constante, a exemplo do desabafo feito em sua participação no canal Globonews em 15 de junho de 2022, momento em que as atenções se voltaram para um possível desfecho e encontro de restos mortais do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista inglês Dom Philips, que desapareceram na Terra Indígena Vale Javari, no Amazonas, a segunda maior terra indígena do país. O caso ganhou repercussão internacional. A suspeita é que as atividades ilegais teriam relação com os assassinatos.

... não havia, como a gente já disse várias e várias vezes, um combate frontal, uma presença mais ostensiva, a interrupção desse fluxo de retirada sistemática de pirarucu, peixes ornamentais, tartarugas e outras bens que não poderiam ser retirados dessa forma por pessoas que não têm autorização e não são indígenas, quer dizer, a soma dos erros. É muito triste e muito

bárbaro... é um crime brutal, é um crime covarde, é um crime cruel e que precisa mudar o paradigma da gestão pública naquela região. Não é possível. Quantas pessoas ainda precisarão perder a vida até que se restabeleça a ordem, o respeito, a lei.

Meses antes, outro desabafo. Desta vez na cobertura da tragédia causada por evento climático extremo em Petrópolis, Rio de Janeiro, no dia 15 de fevereiro de 2022, mostrando que o que é bom para a economia nem sempre é bom para o meio ambiente e que mudar não é só possível, mas absolutamente necessário. Trigueiro destacou, em tom de irritação, a falta de políticas de prevenção para conter os efeitos de temporais e deu um recado aos ouvintes: “Estamos em ano eleitoral, não votem em candidatos que não têm proposta bem calibrada para reduzir a vulnerabilidade das cidades brasileiras”. E ninguém fica de fora da cobrança, nem mesmo os colegas de profissão, os quais, segundo ele, têm o dever de ajudar.

Os exemplos mostram que Trigueiro se pauta por trazer à discussão que só com uma reeducação da sociedade será possível acrescentar maneiras sustentáveis de vida. Maneiras que ele mesmo incorporou na sua rotina, despertando o valor, por exemplo, do consumo consciente, afinal “não há outro planeta. Não há plano B” (Trigueiro, 2012, posição 396). É um observador participante da vida terrestre e pensa que a atitude é uma ação de cidadania. Por isso, já foi cobaia humana para testar o ar de São Paulo (SP). O resultado foi relatado em reportagem, em mais uma “narrativa do eu”, aqui caracterizado como um alerta.

Durante seis horas circulei por São Paulo com um arsenal de equipamentos acoplados ao meu corpo para medir frequência cardíaca, pressão arterial, inalação de poluentes e outros indicadores importantes à saúde. Fui batizado de ‘homem bomba do bem’ pela equipe de cientistas do Instituto Saúde e Meio Ambiente e do Laboratório de Poluição Atmosférica da USP (Trigueiro, 2012, posição 1721).

Traz frequentemente em seus trabalhos histórias sobre o consumo consciente, a questão do lixo e dos resíduos sólidos, habitação e

mobilidade, uso da água, biodiversidade, produção de energia e mudanças climáticas. Aponta o comportamento individual das pessoas como a causa da degradação ambiental e acredita que a mudança não será efetiva sem a contribuição do setor educacional.

[...] Como preparar as novas gerações para um mundo que proteja um futuro difícil, extremamente desafiador em função das mudanças climáticas (...)? Esta educação deveria formar cidadãos conscientes das suas relações com os mercados, que ele seja capaz de refletir sobre sua conduta; negue a compulsividade e seja capaz de consumir aquilo que realmente necessita? (Trigueiro, 2012, posição 360).

Apesar da linguagem simples, Trigueiro costuma ser persuasivo com o público, muitas vezes em tom de desabafo, mas de maneira a jogar nas costas dele problemas e reflexões, como o que ele classificou como “plasticomania” gerada pelo consumo desenfreado de, dentre outros itens, sacolas plásticas. Empenha-se em mesclar números que são capazes de mostrar a magnitude dos problemas socioambientais, sem deixar de apresentar com clareza o entendimento de uma temática tão necessária.

A facilidade com que lida com os temas socioambientais permite que Trigueiro faça críticas à formação dos jornalistas que, segundo ele, deveriam levantar a bandeira das práticas sustentáveis. Os “herdeiros do caos”, como iremos ver mais à frente, estão em meio a uma formação questionável.

O estudante de jornalismo precisa conhecer, já na universidade, as causas e as consequências da crise ambiental em que estamos mergulhados; analisar os diagnósticos baseados em indicadores científicos que emprestam credibilidade aos que defendem a mudança de paradigma e habilitar-se a denunciar o que vai contra os interesses da vida (Trigueiro, 2012, posição 6980).

Também dentre aqueles que ajudam a interpretar as relações de conflito entre meio ambiente e sociedade está a jornalista Eliane Brum. Nascida em Ijuí, Rio Grande do Sul, Brum começou a carreira no jornal Zero Hora, teve passagem pela Revista Época e desde 2010

atua em produções de longo prazo na Floresta Amazônica, para onde começou a viajar como jornalista em 1998. Brum foi colunista no site da Época (2009-2013) e em 2013 assumiu uma coluna no El País em português, até o final do ano de 2021, e em espanhol.

Em sua trajetória mais recente a jornalista explora amplamente o tema da Floresta Amazônica, ecoando em seus atos discursivos indignação, irritação e alerta. Brum, inclusive, deixou São Paulo, um grande centro da economia e do jornalismo, para viver na Amazônia em agosto de 2017. “A Floresta das Parteiras”, “A Guerra do Começo do Mundo”, “O Povo do Meio” e “Coração de Ouro” do livro *O olho da rua* (2017) são alguns exemplos de narrativas registradas pela jornalista em seu trabalho na floresta. *Brasil construtor de ruínas: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro* (2019) e *Banzeiro Òkòtò: uma viagem à Amazônia centro do mundo* (2021) são outras duas obras de Brum com um aprofundamento no tema.

Na reportagem “A não gente que não vive no Tapajós”, de 2014, o Brasil vivia um contexto de disputa acirrada pelas eleições presidenciais, de denúncias de corrupção e questionamentos fortes ao governo que estava no poder. Brum, que demonstrava indignação em suas reportagens com o processo de construção da Usina Belo Monte, àquela altura irreversível, detalha os planos do Estado brasileiro de implementar o Complexo Hidrelétrico da Bacia do Tapajós, fazendo um alerta para a proposta de futuro que o Brasil impunha aos povos originários.

O povo de Montanha e Mangabal enfrenta hoje o momento mais crítico em quase 150 anos de uma trajetória povoada por épicos. Se o Complexo Hidrelétrico da Bacia do Tapajós for implantado, como Dilma Rousseff pretende, ele será passado. No território em que vive a comunidade, assim como outras populações ribeirinhas e indígenas, está sendo gestada a mais acirrada luta socioambiental depois de Belo Monte. É nas margens do Tapajós que será decidido o próximo capítulo do que é o futuro, para o Brasil (Brum, 2014, *online*).

Com esse texto, Brum relembra que o processo de implementação das usinas não respeitou em Belo Monte e não respeitaria

no Tapajós os direitos da população originária e nem os debates em torno do impacto socioambiental; e demonstra um senso de urgência quando afirma que o Brasil estava definindo o seu futuro com essa nova usina, mas que colocava em risco a participação dos povos de Montanha e Mangabal.

Em 2016, o peixe caiu para 36% na composição alimentar dos indígenas, e os alimentos da cidade passaram a representar 52%. É uma mudança drástica num curto espaço de tempo, e os efeitos sobre a saúde recém começam a aparecer. Em 2017, é possível que a presença do peixe nas refeições se reduza ainda mais, já que a pesca está cada vez mais comprometida na Volta Grande do Xingu (Brum, 2017, *online*).

Em abril de 2017, data de publicação da reportagem “No fim do mundo de Alice Juruna tem Peppa Pig”, cujo trecho repercute acima, a usina de Belo Monte estava nos primeiros meses de operação. No texto, o foco da jornalista está nas mudanças drásticas que a hidrelétrica causou no modo de vida dos povos tradicionais. Ela levanta questões como a segurança alimentar, isso porque, os hábitos de alimentação da população indígena eram baseados no consumo de peixe. Porém, a empresa operadora de Belo Monte passou a controlar o rio de modo que a água começou a ser escassa, peixes passaram a morrer e com os indígenas foram obrigados a adotar uma alimentação vinda da cidade.

Brum também apresenta algum nível de irritação quando fala que os povos daquela região tiveram contato com doenças com a morte de peixes e por isso sentiram também mudanças culturais, por exemplo: as crianças que brincavam no rio e passaram a assistir desenhos animados na televisão. O conceito explorado pela jornalista é de que o modo comercial de tratar a floresta interfere abruptamente na vida dos povos originários e causa uma mudança radical na alimentação, na organização social e na cultura.

Em dezembro de 2020, Brum publica, no jornal El País, o texto “Como pode uma empresa controlar a vida e a morte?”. Nesse trabalho, a jornalista deixa evidenciado uma das maiores inquietações de seu

trabalho na Floresta: a imposição dos interesses comerciais sobre o modo de vida histórico/cultural dos povos da floresta.

No livro *Banzeiro Òkótò* (2021), Eliane Brum traz um debate acerca da exploração da Amazônia pelo Estado, pelas empresas e pelo modo comercial das relações humanas. Afirma que a Amazônia é, para um grupo de pessoas que detêm poder político e econômico, um objeto de desejo e de consumo. Para a autora, a Amazônia é mulher.

A Amazônia, como na vida das mulheres, está intimamente conectada à destruição. Não apenas à destruição de uma barreira como o hímen. Mas à destruição que se dá pelo controle e pelo domínio dos corpos. A escolha da palavra “virgem” para se referir à floresta e a outros ecossistemas ainda não totalmente dominados por homens, como representação do fascínio por um corpo “natural” e “selvagem” e “intocado”, ilumina a relação de poder que levam a Amazônia para cada vez mais perto do ponto de não retorno (Brum, 2021, p. 34).

Os assassinatos de Bruno Pereira, indigenista brasileiro e Dom Phillips, jornalista inglês, em 2022, somou-se às indignações, alertas e principalmente irritações de Eliane Brum. Ao *Nexo Jornal*, a jornalista escreveu um artigo em que oferece o seguinte depoimento:

Precisávamos nos mover muito rapidamente porque sabíamos que o governo Bolsonaro nada faria a não ser que houvesse muita pressão. Nosso temor logo se comprovaria legítimo: a demora deliberada em mobilizar recursos humanos e materiais por parte do governo se tornou evidente desde o primeiro dia... [...] Como se sabe, o “acionamento” demorou demasiado a chegar. Como jornalistas que cobrem e vivem na Amazônia, sabemos que tempo é crucial na floresta. Cada segundo conta. E cada segundo contou (Brum, 2021, *online*).

Nota-se, portanto, que ao dar vazão às próprias inquietudes, Trigueiro e Brum muitas vezes nadam contra a maré e são taxados de sustentarem discursos considerados subversivos, quando, o que propõem, é a reflexão. Falam de um mundo no qual, provavelmente, não viverão, mas não se curvam. Perceberam, antes da maior parte da

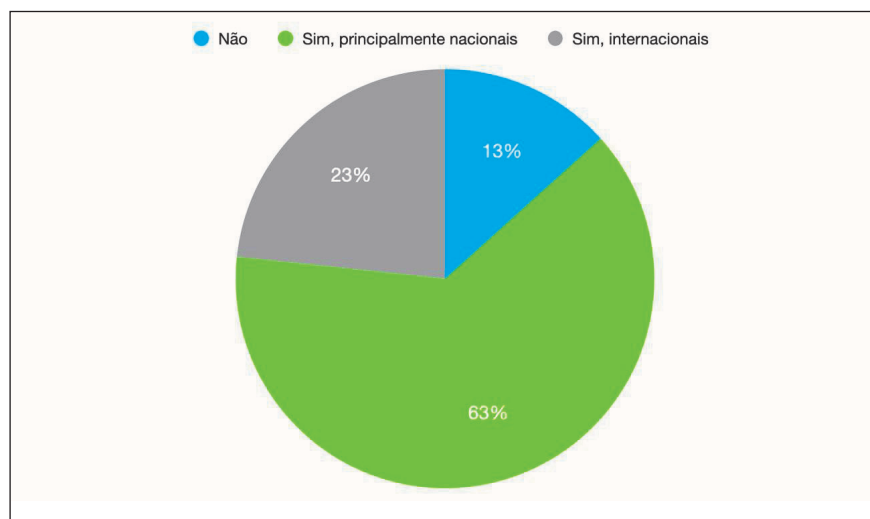
população, que o planeta dá sinais de que não vai suportar ao modo de vida consumista e que “vivemos num planeta que oferece o necessário para todos. Se não conseguimos ser felizes, talvez a culpa seja nossa” (Trigueiro, 2012, posição 490).

Letargia dos herdeiros do futuro

Paralelo ao que neste capítulo chamamos de “portadores de inquietações” colocamos a voz dos “herdeiros do caos”, parcela jovem da população que recebe um planeta no limite. A tarefa foi ouvi-los, numa amostra com 30 jovens universitários da área da Comunicação. Os estudantes responderam um questionário com oito perguntas objetivas e/ou discursivas. A partir da leitura das respostas foi possível levantar índices da percepção do tema.

Ao serem indagados se costumam consumir notícias ligadas às questões socioambientais, 63% responderam que se informam sobre temas nacionais, 23% consomem temas internacionais e 13% afirmaram que não têm interesse no assunto (Figura 1).

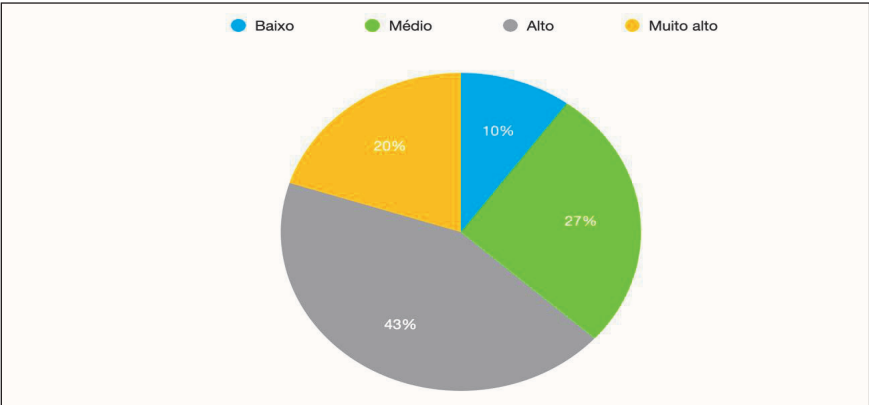
FIGURA 1 – Índices sobre o consumo de notícias relacionadas ao meio ambiente.



Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Mais da metade dos entrevistados classificou a própria preocupação com o meio ambiente como alta ou muito alta (Figura 2).

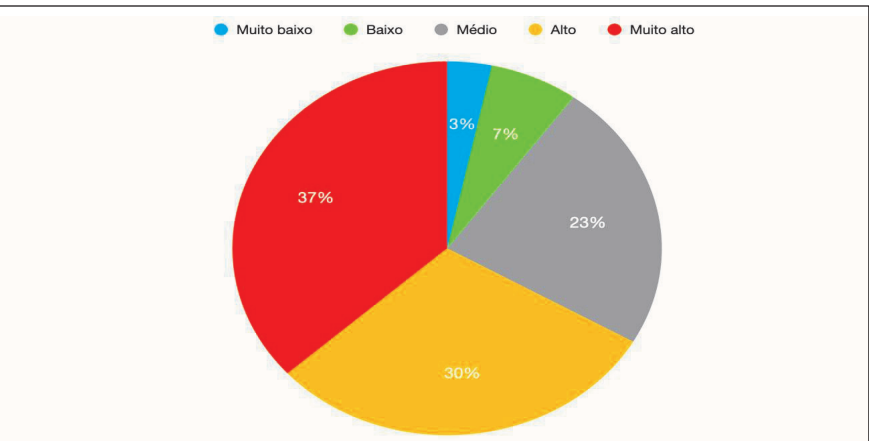
FIGURA 2 – Grau de preocupação com o meio ambiente.



Fonte: elaborado pelos autores (2022)

Apenas 3% dos entrevistados têm um índice muito baixo de confiança em políticas ambientais que norteiam ações coletivas de proteção, sendo que a grande maioria (90%) respondeu ter grau de confiança entre médio, alto e muito alto (Figura 3).

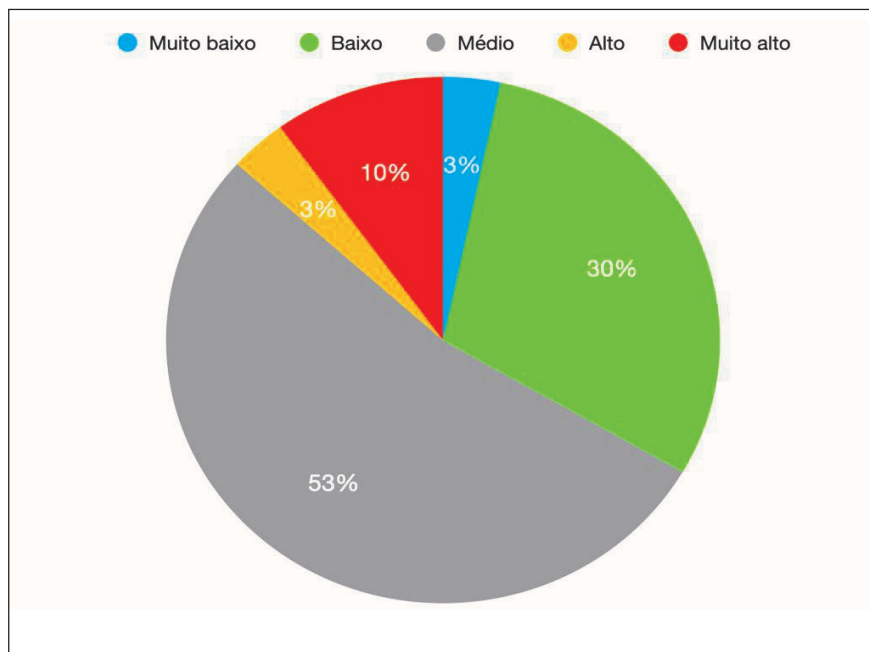
FIGURA 3 – Grau de confiança em ações coletivas de proteção.



Fonte: elaborado pelos autores (2022)

Por outro lado, os entrevistados demonstram ter índice baixo de confiança nas atitudes individuais de proteção (Figura 4).

FIGURA 4 – Grau de confiança em atitudes individuais de proteção.



Fonte: elaborado pelos autores (2022).

A partir das respostas, foi possível verificar, no entendimento dos entrevistados, o que os impede de agir nas soluções dos problemas ambientais. Fica evidente a incerteza com relação à possibilidade de atuação. Aparecem nas respostas as palavras impotência, pressão social, impunidade, falta de interesse, de conhecimento e até de recursos. Destaque-se aqueles que depositam nas ações coletivas a solução dos problemas, abdicando das atitudes individuais, ou justificando a falta delas (Quadro 1).

Outra narrativa frequente quando questionados sobre o que os impedem a ajudar a solucionar os problemas é a frustração (Quadro 2).

QUADRO 1 – Exemplos de respostas que justificam a falta de atitude individual.

“A sensação de que atitude individual não vai gerar impacto algum”
“Percebo que as ações coletivas se sobrepõem às individuais”
“Acredito que as ações individuais são importantes, mas a discussão sobre o impacto estrutural do capitalismo é ainda mais. O que me impede de agir é a falta de ações verdadeiras do governo”
“Não chega a ser um impedimento, mas penso que as atitudes que eu tenho são pequenas demais para solucionar um problema que é grande”

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

QUADRO 2 – Exemplos de respostas que citam a impotência.

“Um sentimento de impotência. Eu sinto que quem tem a capacidade de resolver estas questões são órgãos maiores, como corporações e governos”
“Saber que a indústria e o agronegócio são responsáveis pela maior parte é desanimador”
“Sensação de impotência frente a problemas de larga escala, provocados por grandes instituições privadas ou públicas”
“A voz é um instrumento muito importante para denunciar, mas os constantes movimentos que têm a intenção de as calarem provoca tal sentimento”

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Os “herdeiros do caos” também se escoram no argumento da falta de tempo para justificar a falta de atitude, conforme transcrições no (Quadro 3).

QUADRO 3 – Exemplos de respostas que argumentam falta de tempo.

“A própria rotina intensa, que acaba me levando a caminho mais fácil”
“Falta de tempo”
“A falta de recursos”

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Trinta por cento dos entrevistados não indicaram ter referências na área ambiental quando questionados sobre jornalistas, autores, cineastas, influenciadores digitais e cientistas que possam se destacar na área. Por outro lado, 60% afirmaram que têm de uma a três referências.

Dentre aqueles que citaram os nomes das possíveis personalidades, 40% mencionaram o nome da ativista ambiental sueca Greta Thunberg, deixando-a muito à frente de outros nomes. A jornalista Eliane Brum, objeto deste estudo, foi mencionado por um dos entrevistados e o de André Trigueiro por nenhum deles. Quando questionados sobre a leitura de um livro, ter assistido a um filme ou escutado um áudio sobre problemas ambientais, 73% afirmaram não se recordar. Dentre os que afirmaram lembrar, destaque para os 27% que citaram o documentário *Cowspiracy: o segredo da sustentabilidade*, dirigido por Andersen e Kuhn, que aborda como a agropecuária intensiva impacta os recursos naturais do planeta.

Em síntese, a amostragem aponta alto grau de interesse por questões ambientais, entre os jovens, com o acréscimo de que diminuiu a crença no poder transformador das atitudes individuais – em relação à pesquisa anterior junto a um grupo semelhante em 2019. Chama atenção a falta de confiança em políticas ambientais e, em contrapartida, uma relação morna com os atores cujas vozes se levantam em meio ao caos. Emerge Greta Thunberg – uma figura de fácil citação, por sua exposição nos jornais – e não há destaques entre os demais atores citados. O meio ambiente é preocupação juvenil, mas, ao que tudo indica, não está entre os temas acompanhados no cotidiano.

Considerações finais

“Como conceber a criatividade humana ou como pensar a ética num mundo determinista?”, pergunta o Nobel de Química Ilya Prigogine (2011, p. 14), diante do que considera o impasse soberano do século XXI – conciliar a tradição do saber objetivo e os ideais humanistas. Debaixo do slogan “o fim das certezas”, título de um de seus livros, o pesquisador sintetiza um dilema que pertence também ao jornalismo. Na sua forma moderna, esse saber nasceu sob a égide da objetivação, o que o impulsionou, pouco a pouco, a estratificar as vozes, dando-lhes perspectivas renascentistas. Nesse jogo de cena sobre o qual se constrói

a notícia, o autor-jornalista ocupa o terceiro plano. Mas os tempos são outros e tudo se move sob a dinâmica das urgências – a maior delas é a dos riscos socioambientais. Não há espaço para determinadas etiquetas civilizatórias. O jornalista passa de onipresente discreto para testemunha, depoente, expoente. Ou pelo menos é assim para os jornalistas Eliane Brum e André Trigueiro, dois exemplos de repórteres cuja produção merece a alcunha de “obra”.

O discurso de ambos – no qual a cientificidade se mescla a um humanismo impaciente – contudo, encontra pouco eco entre os “herdeiros do caos”, cuja mentalidade este texto oferece como amostra, merecedora de aprofundamento. Num flagrante impasse aristotélico, o mecanismo de “ato” e “potência” imobiliza as novas gerações. Cientes da gravidade do problema ambiental, mas se sentindo imobilizados diante de toda uma engrenagem internacional, atrasam-se em assumir o protagonismo no mundo que lhes pertence. O chamado “esquecimento da política” – e o mal-estar que as práticas em vigor provocam afastam os jovens desse lugar de redenção. A imprensa, na voz de Brum e Trigueiro, empenha-se em acordá-los.

Referências

- ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2010.
- BECK, Ulrich. *A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- BRUM, Eliane. *Banzeiro Ôkôtô: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- BRUM, Eliane. *Brasil, construtor de ruínas: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.
- BRUM, Eliane. *O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real*. 2.^a ed. ampl. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.
- BUENO, Wilson da Costa. *Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa*. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

- DOUBROVSKY, S. O último eu. IN: NORONHA, J. M. G (org.). *Ensaaios sobre a autoficção*. Belo Horizonte: Ed. YFMG, 2014.
- GANDOUR, R. *Jornalismo em retração, poder em expansão: a segunda morte da opinião pública*, São Paulo: Summus Editorial, 2020.
- GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. 2.^a ed. São Paulo: Ed. 34, 2012.
- HISSA, Cássio E. Viana. *Entrenotas – compreensões de pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- IQUNI, Mehita. *Garbage in popular culture: consumption and the aesthetics of waste*. New York, USA: State University of New York Press, 2020.
- LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza: como associar a ciência à democracia*. São Paulo: Unesp, 2019.
- LATOUR, Bruno. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- LEVINAS, E. *Violência do rosto*. São Paulo: Loyola, 2014.
- LEFF, Enrique. *Discursos sustentáveis*. 1^a ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARCONDES, D. *A verdade*. São Paulo. Ed. WMF, 2014.
- MENDONÇA, Francisco; DEL VECCHIO-LIMA, Myrian. A cidade sob o enfoque socioambiental: Curitiba e Região Metropolitana como locus de uma abordagem interdisciplinar da urbanização em vista da relação sociedade-natureza. In: MENDONÇA, Francisco; DEL VECCHIO-LIMA, Myrian. *A cidade e os problemas socioambientais urbanos – uma perspectiva interdisciplinar*. Curitiba, Ed. da UFPR, 2020, p. 18.
- PRIGOGINE, I. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. 2.^a ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- RICOUER, Paul. *O discurso da ação*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2012.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *O eu soberano: ensaio sobre as derivas identitárias*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.
- TRIGUEIRO, André Mendes. *Mundo sustentável 2 – novos rumos para um planeta em crise*. São Paulo: Globo Livros, 2012. *E-book*.

Narrativas audiovisuais de retorno à vida rural: a série “Juntos” no contexto do “Bem Viver”

Denise Tavares

Introdução

“O planeta Terra vive um período de intensas transformações técnico-científicas, em contrapartida das quais engendram-se fenômenos de desequilíbrios ecológicos que, se não forem remediados, no limite, ameaçam a implantação da vida em sua superfície”, escreveu Felix Guattari, onze anos antes da virada do milênio (1990, p. 7). Visionário e polêmico, o autor, nesse curto ensaio que intitulou “As Três Ecologias”, projeta sua indignação ao que classificou como uma junção de pessimismo e passividade da sua época frente a um já evidente desequilíbrio ecológico, cuja reversão só seria possível, para ele, caso se operasse “uma autêntica revolução política, social e cultural, reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais” (IBID, p. 9), que resultasse na radical mudança na forma dos humanos viverem no planeta. Uma proposta que deveria envolver não apenas o que é visível nas estruturas de relações e poder humanos em todos os níveis, mas também a subjetividade individual e coletiva, nas suas faces não tangíveis, tais como a inteligência e o desejo.

O diagnóstico de Guattari é historicamente engendrado a uma das marcas do século XX, que é a de ter redesenhado a ocupação territorial do planeta. Tal se deu, sabemos, pelos múltiplos caminhos de desenvolvimento tecnológico e maquínico viabilizados pelo homem de forma desigual, que resultaram, entre outras consequências, na desvalorização da vida nas áreas rurais, o que levou a grandes êxodos com consequente explosão populacional das cidades, especialmente das metrópoles. Obviamente, a referência, algo esquemática, envolve todo o desenvolvimento do capitalismo, o que não nos interessa discutir

aqui. Na verdade, a síntese é recuperada para que, com ela, não nos esqueçamos que colados a esse processo acumularam-se argumentos que permeiam o senso comum até hoje, em relação à melhor qualidade de vida na cidade. Ou seja, a cidade foi afirmada como local das oportunidades, da ascensão social, da abundância de trabalho, da possibilidade de um cotidiano de acesso aos bens econômicos, sociais e culturais etc. Enfim, junto aos deslocamentos populacionais, foram fabuladas narrativas que explicitaram as tensões das mudanças em chaves que ora elegiam o passado, isto é, a vida no campo, como um lugar idílico para se viver, ora projetavam a vida na urbe como inevitável e mesmo única, soterrando a existência do viver rural, a despeito da objetiva dependência que dele a cidade sempre teve.

Continuar a discutir esse percurso é chegar ao século XXI assumindo que este é um tempo em que as contradições da relação do homem com o mundo natural (natureza) e com o mundo que criou (tecnologia, máquinas), revelam-se mais do que nunca agudas, em crise profunda, com vislumbres objetivos da não sobrevivência da espécie humana e outros seres vivos. Neste cenário, a proposta deste texto tem como premissa já ser possível afirmar que há um movimento significativo de redescoberta do espaço agrícola – em suas múltiplas versões – como um lugar alternativo e viável para (re)viabilizar a vida. Trata-se de situação que abriga uma variedade de projetos individuais e coletivos, alinhados, quase sempre, à percepção de que a superação da grave crise ambiental que ocorre em praticamente todo o planeta, coloca como imperativo, entre outros pontos, repensar as relações cotidianas que a vida na cidade traz. É sob esse diagnóstico que muitas produções documentárias, de formatos vários, têm se debruçado. São produções que constituem narrativas que se articulam como projetos de resistência e propostas de futuro, que superariam o caos ambiental que atravessa esse tempo. Compreender e discutir tais produtos culturais, tendo como horizonte problematizar as representações que gestam, bem como os diálogos que estabelecem com o imaginário sobre a vida rural e as resistências ao modelo hegemônico de agricultura praticado no

país, são objetivos deste artigo, delimitado como recorte de pesquisa mais ampla financiada pela FAPERJ.

Outra reflexão importante que baliza o texto é o reconhecimento da presença crescente do audiovisual no campo dos estudos sobre narrativas, o que implica em abordagens e discussões sustentadas por quadros conceituais e analíticos distintos e, não raro, interdisciplinares. Aqui, os diálogos serão com autores que focam a materialidade das obras, isto é, problematizam as narrativas a partir de conceitos e categorias de análise presentes no escopo da teoria e crítica do audiovisual, atravessados pelo viés que particularmente nos interessa, que são as discussões que têm se empenhado em revisar os processos da relação humana com e na natureza. A dinâmica modela o texto em três partes. Na primeira, após essa Introdução, a proposta é recuperar, brevemente, algumas faces consideradas relevantes para desenhar o que estamos chamando de revisão das representações e do imaginário em torno da vida fora das cidades, em uma chave que tensiona tanto as formas de sua ocupação, como o sistema hegemônico de produção, observados em cotejo ao que propõe o Bem Viver (Acosta, 2016). Em seguida, debatemos como as produções audiovisuais expressam estética e narrativamente esses embates, recortando a série documental “Juntos” (2019), dirigida e roteirizada por Letícia Marques Gênero, que tem 13 episódios de cerca de 26 minutos cada. A seleção justifica-se pela série apresentar temáticas que registram ações coletivas que envolvem alimentação, preservação dos recursos hídricos e saneamento, arquitetura e educação ambiental à luz dos princípios da permacultura e, ainda, proposta que une práticas ancestrais a novos conhecimentos em prol de uma vida em sintonia com o meio-ambiente em sua totalidade.

O eixo estruturante da série é a valorização de experiências que projetam transformações sociais e culturais, isto é, que compartilhem resistência à destruição da natureza e, ao mesmo tempo, revejam o sentido da vida. Nesse lugar, “Juntos” agrega demandas estéticas e narrativas pautadas pela necessidade latente de manter fecundos territórios de esperança, de utopia e de superação das dificuldades e soterramentos cotidianos. Um *locus* que estabelece diálogo plástico e

narrativo com o imaginário e o cotidiano do universo rural/camponês brasileiro, bem como a valorização das cosmogonias indígenas. Sob esses propósitos, os episódios buscam entrelaçar um conjunto representativo de questões abordadas pelo Bem Viver, que elencam referências capazes de problematizar a hipótese que mobiliza esse texto: a ideia de que formam um conjunto de narrativas que expressam/fomentam a valorização da vida fora das cidades ou, quando nestas, têm o propósito de incorporar nos cotidianos uma postura ativa de maior proximidade do mundo natural. Em termos metodológicos, adota-se uma articulação livre da análise de conteúdo e de argumentação, considerando que a série tem como uma de suas finalidades a produção de comunicação persuasiva e se vale, especialmente, de entrevistas e testemunhos como chaves da estrutura narrativa, além, é claro, dos recursos audiovisuais acionados que são determinantes para o fluxo narrativo.

A crise ambiental e o contexto de o “Bem Viver”

Desde a eleição de lideranças de esquerda que ocorreu no final dos anos 1990 na América Latina (AL), há um evidente reposicionamento dos movimentos ambientais no continente. Estes, a despeito de não romperem os vínculos com propostas oriundas da Europa e América do Norte, assumem as singularidades do processo histórico latino-americano. Em termos breves, conjuga-se na AL a partir dessa inflexão, um arco crítico que vai da condenação objetiva da política extrativista, ao investimento na redescoberta das práticas agrícolas tradicionais. No caso brasileiro, conforme Azevedo (2017), tal deslocamento não elimina uma relação ambígua que os governos progressistas petistas (iniciados com a posse de Lula da Silva como presidente do Brasil em 2003) mantiveram quanto as políticas agrárias que incentivaram. De acordo com o autor, não é possível compreender os projetos de desenvolvimento da era petista sem observá-los em sua dupla face: um investimento no “elemento macro, contextual, vinculado ao processo

de desenvolvimento capitalista a nível global, e no elemento micro vinculado à forma específica de produção dos projetos de características singulares” (*Ibid.*, p. 288).

Em seu estudo sobre Projetos de Grande Escala (PGE), o autor aponta o quanto o ideário desenvolvimentista mantido pelos governos Lula-Dilma, que duraram de 2003 a 2016, contribuiu para o aprofundamento do projeto predatório extrativista multinacional, reordenando-o sob a lógica neoliberal. Por outro lado — e essa é uma posição que difere do autor citado — os mesmos governos, ao investirem no diálogo com as lideranças políticas progressistas da América Latina, ao não perseguirem os movimentos sociais e serem parceiros de diversas iniciativas populares, ampliaram as teias que recuperaram os fios que historicamente uniram arte e cultura às resistências presentes no país, mantendo a abertura à participação de personagens oriundos das classes médias. Além disso, o vínculo com as edições do Fórum Mundial Social de boa parte dos integrantes desses governos brasileiros, colaborou para que as ideias relacionadas ao Bem Viver ganhassem maior visibilidade e, de certo modo, servissem de parâmetro para iniciativas, civis ou governamentais, ligadas à preservação ambiental. Não é circunstancial, portanto, que estudo bibliográfico realizado por Alcantara e Sampaio (2017) levantou, de 2001 a 2015, um total de 66 periódicos científicos que tinham artigos sobre o Bem Viver, abordado de múltiplas formas.

É justamente essa abertura às interpretações conceituais que permitem o Bem Viver se tornar referência, em graus diferenciados, a uma gama significativa de projetos que elegeram a revalorização da vida rural, ou próxima ao campo, como o caminho a ser feito, se a proposta é tanto recuperar a qualidade da vida cotidiana, quanto combater a destruição do planeta. No entanto, se tal amplitude é relevante justamente porque permite a convivência de propostas diversas, também não se pode negar o risco da dispersão, da porosidade teórica e da fragmentação excessiva que margeiam essa proposta cujo ponto de partida são as visões utópicas, e que, segundo Acosta

(...) está presente de diversas maneiras na realidade do ainda vigente sistema capitalista – e se nutre da imperiosa necessidade de impulsionar uma vida harmônica entre os seres humanos e deles com a Natureza: uma vida centrada na autossuficiência e na autogestão dos seres humanos vivendo em comunidade (2016, p. 47).

Ministro da Economia de 2007 a 2008 no governo de Rafael Correa, que foi presidente do Equador entre 2007 e 2017 e com quem acabou rompendo, Acosta é um dos principais defensores do *Buen Vivir* ou Bem Viver (em tradução livre para o português), mantendo-se como fecundo teórico e também ativista junto aos movimentos sociais do continente latino-americano. Sua visão crítica ao modelo de desenvolvimento atual, pautado pela “(...) ideia de progresso enquanto permanente acumulação de bens materiais” (*Ibid.*, p. 48), projeta o Bem Viver como uma filosofia de vida que reconhece o histórico das lutas e resistências locais, sem, com isso, formular uma receita, um padrão a ser seguido: “A inexistência de uma trilha predeterminada não é um problema. Pelo contrário: liberta-nos de visões dogmáticas. Porém, exige maior clareza sobre onde queremos chegar”, afirma Acosta (*Ibid.*, p. 49).

Reconhecer tais lutas é, entre outros caminhos, recuperar o diálogo com as vozes sobreviventes do genocídio indígena que estruturou a realidade latino-americana, como a de Ailton Krenak, para quem “A conclusão ou compreensão de que estamos vivendo uma era que pode ser identificada como Antropoceno deveria soar como um alarme nas nossas cabeças” (Krenak, 2019, p. 46). Conhecido no Brasil desde seu discurso radical, contundente e emocionante, realizado em 4 de setembro de 1987, na Assembleia Constituinte, quando pintou seu rosto com tinta preta extraída de jenipapo para protestar contra os absurdos retrocessos em relação aos direitos dos indígenas, o autor credita a origem do desastre ambiental da nossa era ao Antropoceno. O conceito divide teóricos e ambientalistas pois, se para algumas, como Carolyn Merchand (2020), ele é ponto de partida para que a humanidade consiga criar uma nova consciência em relação aos impactos que o homem causa ao meio ambiente, para outros, como Bonneuil e Fressoz (2013), ele deixa de localizar escolhas políticas,

econômicas e tecnológicas, principalmente europeias e dos EUA, que provocaram destruições ambientais responsáveis, entre outras consequências, pela crise climática.

Vale lembrar que o termo Antropoceno foi usado pela primeira vez nos anos 1980 pelo biólogo estadunidense Eugene F. Stoermer que, mais tarde, junto com o químico e meteorologista Paul Crutzen, retomou o tema para indicar uma data mais precisa desse período em que, para ambos, o nível de interferência humana no planeta é a principal causa da degradação ambiental:

Para designar uma data mais específica para o início do Antropoceno, embora pareça um pouco arbitrário, propomos a parte final do século XVIII, apesar de alertarmos que sugestões alternativas podem ser feitas (algumas pessoas podem até querer incluir todo o Holoceno). No entanto, escolhemos essa data porque, durante os dois últimos séculos, os efeitos globais das atividades humanas se tornaram claramente notáveis. Esse é o período em que, segundo dados acessados a partir de amostras de gelo glacial, iniciou-se o crescimento, na atmosfera, de concentrações de vários gases estufa, em particular CO₂ e CH₄. Essa data também coincide com a invenção, em 1784, por parte de James Watt, do motor a vapor. Por volta daquela época, meios bióticos na maioria dos lagos começaram a mostrar grandes mudanças (Crutzen; Stoermer, 2021, s/p).

Enquanto o debate continua, o fato é que as devastações e crises ambientais acessíveis, hoje, pela adesão midiática ao tema, ampliam os sentidos, os imaginários e as representações que se pautam pela urgência de mudar o rumo do desenvolvimento econômico empreendido desde a modernidade que, entre outras situações, como já colocado, resultou em uma drástica inversão da ocupação da terra habitável do planeta. Neste sentido, mesmo com todas as ambiguidades que marcam a relação da mídia com a natureza no Brasil, por conta, especialmente, dos vínculos que o agronegócio mantém com os grandes conglomerados de comunicação, há, cada vez mais, espaços para divulgação de narrativas que destacam pessoas e projetos vinculados à defesa do meio ambiente, quase sempre sob o impacto da urgência de se reverter a relação do ser humano com a natureza.

É claro que as adesões refletem o contexto mundial, marcado midiaticamente desde o final do século passado pela valorização do discurso ambiental, como apontado por Costa, em estudo que analisou o papel relevante da mídia quanto ao que a autora chamou de “*boom ambiental*” ou “*esverdeamento da mídia*” (2006, p. 41). De acordo com essa pesquisa realizada com os principais veículos impressos no Brasil e com algumas publicações estrangeiras, “(...) o discurso jornalístico do período estudado (1975-2002) foi construído a partir de três *formações discursivas* (grifo de Costa) principais: o discurso político, o discurso científico e o discurso ambiental das ONGs” (*Ibid.*, p. 53), sendo que todos elaborados pelas vozes que detêm os conhecimentos específicos sobre o tema. O mesmo pode ser observado em relação à mídia audiovisual, quando se constata a repercussão popular e de crítica de documentários como “Uma verdade inconveniente” (2006), ou de “Que caminho a percorrer: a vida no fim do império” (2007), que se valem das retóricas de ativistas e de cientistas considerados especialistas sobre o tema, ou daqueles que detêm capital político e/ou midiático.

Portanto, não se pode negar que a mídia, ou parte significativa dela, tem investido em narrativas que corroboram iniciativas de recuperação ambiental, nos mais diversos níveis. E o fato de se reconhecer que as narrativas e ações de movimentos sociais não têm sido capazes de redesenhar as políticas praticadas pelos governantes da quase totalidade do planeta, não pode impedir o olhar dirigido ao que está ocorrendo entre a população. Mesmo que as situações tenham que ser vistas como práticas e projetos minoritários, analisar e discutir essas ocorrências que estão representadas na mídia é também compreender que “Tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Não que se esgote nele...”, como discute Castoriadis (1982, p. 142). Para o autor, além dos atos reais, sejam individuais ou coletivos, também os muitos produtos materiais são impossíveis de existir “...fora de uma rede simbólica” (*Ibid.*, p. 143), sendo que ele aponta a linguagem como o primeiro sistema simbólico humano. Portanto, se aceitamos que

a onipresença das narrativas midiáticas explicita que estas são hoje também estruturantes das forças que animam e dão sentido ao social vivido, cabe lembrar, ainda com Castoriadis, que “Haverá sempre uma distância entre a sociedade instituída e o que é, a cada instante, instituído – e esta distância não é nem um negativo nem um déficit, ela é uma das expressões da criatividade da história...” (*Ibid.*, p. 137). É sob este horizonte que localizamos a série “Juntos”, que elege seus protagonistas em abordagem que os articulam como integrantes de um conjunto, mesmo quando há diferença de projetos, distância territorial e níveis de envolvimento distintos. Ou seja, a série afirma as singularidades e, em paralelo, abre espaço para uma historicidade, situação que amplia a possibilidade de se antever uma tendência sócio-cultural. Ou, pelo menos, desejar que assim seja.

A série “Juntos”: constelação de iniciativas

Os projetos focados nos episódios da série “Juntos” respeitam, como já colocado, os princípios da permacultura, sistema que une práticas ancestrais a novos conhecimentos em prol de uma vida em sintonia com o meio-ambiente em sua totalidade. Criado em 1978 por Bill Mollison e seu aluno David Holmgren, na Austrália, o termo é uma contração das palavras inglesas *permanent* com *agriculture*, ou seja, “agricultura permanente”. Traduzindo: para ambos, sem uma base sólida da agricultura, o mundo seria insustentável (Ipoema, 2016). Em função desse propósito, a permacultura propõe um cotidiano harmônico com os animais, com as plantas e entre as pessoas, entendendo que a construção de relações sociais que promovam o bem-estar e a saúde humana são resultantes de um equilíbrio entre a terra e todos seus habitantes. Com esse arco conceitual, a permacultura se ramificou e no Brasil contemporâneo é vivenciada em diálogo com projetos e ideias que se nutrem de diversas fontes, cujo ponto em comum tem sido a ideia de sustentabilidade. No caso de “Juntos”, a referência à

permacultura não exclui inspirações pautadas por motivações pessoais e/ou de identidade, como ocorre em quase todos os episódios, incluindo o que abre a série, intitulado “Terra Ancestral”. Gravado no “Morro dos Cavalos” — terra guarani localizada em Santa Catarina que foi reconhecida em 2008, após uma longa luta que começou em 1985 e envolveu a Funai — o episódio marca uma matriz cara à narrativa, que é a de parear as diversas fontes de conhecimento e as causas pessoais que justificam as situações focadas, sem que se tensione ou se problematize os testemunhos.

Outro aspecto importante da série é o cuidado em relação à fotografia, pois esta procura adensar as visualidades, com referências plásticas densas, quase sempre em alto contraste, que sugerem situações táteis. “Terra Ancestral”, por exemplo, inicia com uma sequência de enquadramentos fechados que levam a uma percepção sensorial das imagens: rio, cachoeira, flores e folhagens múltiplas deslizam rapidamente pela tela, estabelecendo um jogo de brilhos a partir da alternância do foco. Ao fundo, um som ritmado e sinfônico corrobora a sensação de se estar diante de um local especial, quase mítico. Finalmente, uma voz feminina, extradiegética, marca a cena, entremeando algumas palavras em guarani com uma narrativa que explica ser o beija-flor, pássaro que ocupa toda a tela neste instante, sagrado para seu povo, justamente porque ele foi um dos ajudantes da construção da Terra. O *slow motion* (câmera lenta) que registra o pequeno pássaro sugando a flor, permite perceber o seu bater de asas, algo praticamente impossível de ser visto a olho nu, já que o beija-flor movimenta suas asas muito rapidamente: cerca de 80 vezes por segundo. Como tudo que acontece até o momento se dá por um plano ponto de vista (PPV), é possível depreender uma significativa reverência da equipe ao que vai acontecer na tela, além da assunção que a condução da narrativa será dada pelos movimentos dos personagens. Estes, quando começam a surgir, estão de costas para a câmera, adentrando uma mata fechada, convidando equipe (e espectador) a ver e ouvir o que vão mostrar.

Como coloca Comolli (2008), o que é intrínseco ao gesto cinematográfico é dar a ver múltiplas e diversas *mises en scène* que constituem

a vida social, sendo que as formas e processos que cada obra escolhe para tecer sua narrativa configuram o material possível de ser analisado, interpretado. Para tanto, se nos inspirarmos em Ricoeur, podemos dizer com ele que “Explicar um texto significa, pois, antes de mais nada, considerá-lo a expressão de certas necessidades socioculturais e a resposta a certas perplexidades bem localizadas no espaço e no tempo” (2011, p. 126). No caso do episódio de abertura de “Juntos”, o contexto que identificamos traduz-se no gesto de amear propostas que projetam um movimento que pode ainda não ter se espalhado como tantos desejam, mas que apontam indicadores substantivos para se observar as compreensões, ações e reações que ocorrem nos cotidianos das pessoas comuns. Ora, eleger uma situação que confirma trilhas específicas na lida com a terra é remexer nos imaginários e representações sobre quem são os povos indígenas deste país. Em especial, quando do outro lado há tantas justificações para que as terras não permaneçam com seus verdadeiros donos, como é o caso hoje dos guaranis. Assim, quando José Kuaray Martins, um dos primeiros a falar olhando para a câmera, explica a importância das plantas medicinais, da agrofloresta regenerativa e do conhecimento indígena das ervas, a série não deixa dúvidas quanto ao lado que se dispôs a ouvir.

Em outras palavras, é sempre preciso lembrar que o processo de realização de um documentário é complexo pois, como coloca Rezende “(...) nada preexiste, a não ser uma série de virtualidades desenvolvidas por um campo problemático de questões que alimenta o processo, que o condiciona e que só poderá ser ‘respondido’ pelo próprio processo” (2013, p. 74). Com essa proposta, o autor desloca a compreensão do que seja documentário, definindo-o não por sua relação com a realidade — o que, por exemplo, aciona observações em torno do seu grau de “verdade” na comparação com o mundo histórico — e sim em relação com as virtualidades que o perpassam. No entanto, em termos de senso comum não é tão simples deslocar o conceito. É preciso antes concordar também com o caminho teórico empreendido por Rezende que, valendo-se de Serge Dentin (*apud* Parente, 1993, p. 135), define o virtual como tudo que existe como potência de um

sistema aberto a interpretações. “A produção de um documentário se faz como um processo que vai para além dessa realidade visível, concreta, virtualizando e atualizando questões e problemas que não têm, a princípio, materialidade ou visibilidade” (Rezende, 2013, p. 88). Isto é, o documentarista não representa a realidade, justamente porque esta nunca é dada em condições análogas, ou exatamente idênticas aos referentes, já que é preciso um processo de criação/interpretação para que se concretize a obra audiovisual.

Essa discussão projeta a relevância de não pensar em virtual como oposição ao real. Ainda de acordo com Rezende, deve-se compreender o documentário como um campo de virtualidades “(...) não apenas porque seus objetos são também virtuais, mas porque as condições de criação e de prática que o envolvem estão também permeadas por virtualidades” (*Ibid.*, p. 153), que vão desde o uso de imagens de arquivo, até as escolhas narrativas, técnicas etc e disponibilidades (para as filmagens e gravações) que são determinantes do resultado final. No caso da série “Juntos”, o destaque dado à ancestralidade revela-se por depoimentos das origens direcionando as decisões atuais. Por exemplo, Marli Kaiagang, uma das personagens de “Terra Ancestral”, ao justificar sua decisão de ser parteira, diz: “Meu avô era curandeiro, minha avó parteira. E é isso que eu quero fazer, porque eu não posso mais trabalhar. Então, está na veia”. Já o citado José Kuaray Martins conta que se criou com o avô: “(...) só saí do mato quando eu estava com 15 anos. Então, o mato é minha casa. Meu avô só trabalhava mesmo para comprar o sal. O resto, a gente tem na natureza”, diz, facão na mão, caminhando e mostrando diversas plantas medicinais e outras que são base para a fabricação de cosméticos.

Observar essa fabulação narrativa é, assim, compreender um processo que envolveu autoria, isto é, decisões ancoradas nas potencialidades do real. Não se pode, portanto, localizá-lo como circunstancial ou já dado, tanto que há um discurso que está presente em praticamente todos os episódios: a frustração que a vida na urbe traz provoca um caminho de retorno à terra, nas suas ofertas variadas. Em “Terra Ancestral”, essa fala explícita de volta às origens sai da boca de João

Aquino, engenheiro ambiental que trabalhava em São Paulo, em uma multinacional, que após ter contato com a permacultura, diz: “(...) aconteceu a reconexão e eu me sinto um agricultor acima de tudo”; e de Aline Yumi que, formada em Comunicação Social, retorna ao sítio da família, fazendo dessa volta o que chama de resgate familiar. No entanto, é preciso assinalar que ambos não chegam como partiram, pois agregam novos conhecimentos sobre o manejo da terra: “A gente está há um ano e meio plantando agrofloresta, porque antes eles plantavam com muito agrotóxico e agora não, a gente planta para regenerar a vida”, afirma Yumi.

Também nos outros episódios da série há personagens que fazem discursos similares, sempre elegendo a volta à natureza como um ganho de sentido para a vida, acrescida de perspectivas de transformação não só pessoal, como coletiva. Como diria Guattari, “Parece-me essencial que se organizem assim novas práticas micro-políticas e micro-sociais, novas solidariedades, uma nova suavidade juntamente com novas práticas estéticas e novas práticas analíticas das formações do inconsciente” (1990, p. 35). Uma postura que “Juntos” afirma via caminhos que abarcam desde educação ambiental em escolas situadas em pequenos vilarejos, a redescobertas de locais que ao passarem por processos de revitalização trazem de volta nascentes e plantas originais em espaços urbanos das metrópoles, como fizeram com a Praça das Nascentes, localizada em São Paulo, Andrea Pesek, formada pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, e o músico Vinícius Pereira, ambos integrantes do coletivo “Ocupe e abraçe”. São escolhas de construção narrativa organizada a partir de uma proposta que religa razão e emoção, sendo que esta última é percebida, conforme Didi-Huberman, especialmente a partir da edição pois “(...) as obras não têm uma simples relação de representação com as emoções: a emoção age porque ela mesma já é trabalho de montagem, porque ela sabe nos *cortar* (grifo do autor) em pedaços, nos ‘quebrar’ e nos fazer *dançar* (grifo do autor) ao mesmo tempo” (2021, p. 362).

Talvez esse tenha sido o maior desafio da série: como estabelecer um vínculo com um espectador que está tão distante, ainda, desses cotidianos

atravessados por cheiros, sons, espessuras, formas e cores tão diferentes dos seus? Planificar essas ações e falas, que são distintas da escritura da câmera, significa um investimento na dramaturgia das imagens, ou seja, a forma não de descrever as ações, ou os acontecimentos, e sim o como se organiza seu curso, seu fluxo através de uma escolha de pontos de vista. Para Amiel (2011, p. 66) “Se na planificação narrativa ‘tudo que é notado é notável’ o é em relação à própria narração, à totalidade que ela constitui, enquanto num tipo de montagem mais próximo da colagem, cada fragmento ecoa a sua própria esfera de significação”. Trata-se, portanto, de uma edição que associa suas partes para tecer a narrativa, sem que cada depoimento ou entrevista perca-se no todo. A estratégia aproxima a série do jornalismo, pois ela vai aos fatos, às relações e aos acontecimentos para configurar as narrativas. A diferença do jornalismo, no entanto, como diria Comolli (2008), é que “Juntos” evidencia a reescritura desses acontecimentos e relações que estabelece para dar sentido à narrativa, mantendo, de forma óbvia, um ponto de vista de autor. Essa manipulação é tão desvelada, que diversos personagens transitam por episódios diferentes, seja em novas situações, seja repetindo-se trechos já mostrados.

Assim, os títulos de cada um dos 13 episódios acabam por projetar uma preocupação quanto a revelar a abrangência da permacultura, isto é, as múltiplas possibilidades que ela permite. Neste sentido, o segundo episódio, intitulado “Somando histórias”, acaba por projetar de forma ainda mais clara os objetivos do projeto, através do depoimento de Tiago Ruprecht, que afirma que tudo na natureza está interrelacionado e que “Um bom permacultor é o que cria interrelações”. No entanto, para ele esse processo só é possível se houver transformação pessoal, com você se enxergando parte de um todo, sendo esse todo a própria Terra. O problema é que o planeta que habitamos, de acordo com Geneviève Azam (2020), foi ignorado no desenvolvimento do capitalismo, pois os economistas, simplesmente, não o incluíram como parte das contradições do sistema. O resultado desse processo é a destruição que assombra o futuro. Por outro lado, para quem, como a autora, enxerga na Terra um organismo vivo que já nos dá respostas com a

sua linguagem, ou seja, com o que geralmente chamamos de desastres ambientais, esse caos também pode mobilizar novos projetos como os que estão em “Juntos”:

As canções de ninar da negação não fazem mais dormir nossos filhos, tomados por pesadelos. As gerações futuras, cuja evocação abstrata nas últimas décadas atrasou principalmente as decisões a serem tomadas de imediato, já estão por aqui. Elas questionam. Exigem atitudes. Você (Terra) é celebrada em suas marchas. Florestas, lagos, montanhas, turfeiras, oceano, blocos de gelo, pântanos, animais, insetos, plantas, ar, subsolo e terra marcham com elas. (Azam, 2020, p. 101).

Considerações Finais

De acordo com Comolli, o documentário “(...) é, apesar de tudo, e algumas vezes apesar dele mesmo, o testemunho daquilo que nós não somos. (2008, p. 150). Uma série documental como “Juntos” busca compartilhar experiências individuais e coletivas, localizando-as no espectro de resistências que se dão a ver em espaços que não são, ainda, acessíveis a milhões, em função do próprio sistema midiático, estruturado em profunda harmonia ao modelo hegemônico da atual organização social. De todo modo, trata-se de uma proposta que está, também, na televisão, em modelo narrativo que Comolli chamaria de “habitado pelos espíritos do cinema” (*Ibid.*, p. 163). O autor acredita que o acesso a documentários na TV pode limitar o seu efeito, mas, por outro lado, a televisão não pode renunciar a essa presença “(...) talvez apenas devido ao hábito, talvez porque dentro de um grande programa de variedades ‘tem de tudo’ (*Ibid.*, p. 147). O fato é que “Juntos” ganhou espaço em um canal de TV fechado, o “Curta”, cuja linha editorial é afinada a produções que, em tese, são classificadas como fora do interesse da maior parte das pessoas, isto é, à margem do modelo midiático massivo.

Se assim é, há evidentes contradições que fissuram as certezas vigentes, abrindo espaço para as experiências que se estabelecem à

contrapelo da história. Situação que a arte, quase sempre, sintoniza, pois, “De um modo ainda muito desconhecido por nós, a arte compartilha da criação da natureza, dos processos criativos que existem em todos os níveis da realidade”, escreveu Severino Antônio (2022, p. 139), em seu livro-ensaio autobiográfico. Nele, o autor expõe uma trajetória imbricada às artes plásticas contemporânea, onde incluiu evocações autorreflexivas que reverenciam as artes indígenas, estas que são produzidas pelos povos ancestrais que celebram a natureza em processo de profunda comunhão com o planeta:

Com reverência, pensou nos povos da floresta, nas nações indígenas do Brasil. Sua arte, mais que milenar, reúne sempre cultura e natureza. Arte inscrita nos corpos, inscrita nos instrumentos da vida cotidiana, encarnada nos rituais da comunidade, ritos entrelaçados aos ritmos da Terra e do universo. E que tem sobrevivido, heroicamente, e poeticamente, apesar das violências imensas a que têm sido submetidos esses povos desde o começo da colonização. (Antônio, 2022, p.139).

Sim, violência extrema, como as três comunidades do Morro dos Cavalos sofrem, a despeito das terras demarcadas. São vários ataques promovidos majoritariamente por aqueles que querem construir pousadas para turismo na terra indígena, como conta Elizete Antunes Guarani Mbya, a cacique dos guaranis, que é também professora e orientadora pedagógica da escola do território, em um dos episódios de “Juntos”. Para ela, é uma questão de honra defender o local, e sua estratégia de luta tem sido denunciar a alimentação não só do seu povo, mas da ampla população do país: “(...) porque hoje tem muito agrotóxico na comida. Chamo bastante atenção à questão de o Bem Viver, onde você planta e colhe, sem passar pelo envenenamento. Então a gente ensina as crianças a plantar, a colher e a comer”, ela narra, olhando firme para a câmara. Sua fala remete, de forma objetiva, ao contexto que circula hoje em múltiplas camadas sociais conforme já apontado pelo texto. E se para a cacique o enfrentamento pautado pelo Bem Viver é resistência, para Andrea Pesek, que vive na metrópole paulistana e é uma das protagonistas da série, é revolução. “A revolução

gentil é a nossa resposta. É a resposta das pessoas comuns. Contra toda essa loucura dos venenos, do agrotóxico e da natureza sendo subjugada. A nossa resposta é a permacultura, é a agroecologia, é a biodiversidade, é trabalhar em coletivo”, afirma no décimo episódio, intitulado “Preservando nascentes”.

A presença e liderança feminina nos 13 episódios também pode ser visto como sintoma do tempo presente. No episódio “Agricultura Orgânica”, a protagonista é Dalva Sofia, professora universitária que por seu envolvimento com jardinagem acabou alterando toda a realidade do *campus* e de muitos agricultores locais, graças a projetos de extensão que os envolve, como aconteceu com Odilon Bastos, um pequeno produtor rural que ficou doente em função do uso excessivo de agrotóxicos, e aí abandonou tudo e foi morar na cidade. Nela, frequentando o curso de extensão, descobriu a agricultura orgânica e retomou suas origens. O mesmo ocorreu com Anádia Novack, filha de agricultores que foi morar na cidade porque o pai acreditava que a roça não era capaz de sustentar a família. Mas a ligação afetiva com a terra foi mais forte e retornou. O problema é que também adoeceu com o agrotóxico. Mas fez o curso, apesar de confessar que no início não acreditava na nova forma de tratar a terra: “No começo foi difícil! Para onde eu olhava eu via mato. Eu não sabia nada de orgânico... Se o veneno não mata essa praga, essa água vai?”, conta, tom de prosa, sorriso no rosto, parceira do projeto.

É dessa capacidade de encontrar pessoas que testemunham mudanças profundas no modo de viver que a narrativa de “Justos” se tece. No jogo cênico que construiu, os amplos enquadramentos são destinados às celebrações da natureza, à articulação harmônica da presença do homem no campo ou próximo dele. Neste sentido, abre pouco espaço para memórias que se sustentem para além das reflexões sobre a própria vida. Uma exceção é Cíntia Aldaci da Cruz, protagonista do projeto “A revolução do baldinho”. Ela é praticamente a única que se comove com as lembranças de uma trajetória iniciada em 2012, quando o projeto que liderava participou da “Cúpula dos Povos”, na “Rio + 20”, que aconteceu no Rio de Janeiro. Seu percurso

é o mais engajado politicamente: “A gente faz pela gente, e até por aqueles que não têm consciência ainda. Mas principalmente nosso foco é nas crianças”, diz, enquanto chora, emocionada, evocando, de forma indireta, Krenak, quando este diz que “(...) talvez o que a gente tenha que fazer é descobrir um paraquedas. Não eliminar a queda, mas inventar e fabricar milhares de paraquedas coloridos, divertidos, inclusive prazerosos. Já que aquilo de que realmente gostamos é gozar, viver no prazer aqui na Terra” (2019 p. 63).

Se não com prazer, pelo menos encontrando um sentido para a vida, afirma “Juntos”, destacando que tal sentido está ligado, intrinsecamente, a uma revisão da relação com a natureza, em múltiplas faces. No entanto, uma das dificuldades de adesão ao discurso narrativo da série é sua falta de confrontos, sua não disposição em tensionar os desafios e dificuldades que cada projeto/experiência apresentados carrega. Um dos poucos momentos em que algum impasse ocorre é na sequência com a bióloga Alessandra Lopes Galvão, que se muda da metrópole para o vilarejo “Extrema”, que pertence ao município de Congonha do Norte, Minas Gerais. Ela faz o movimento contrário da mãe, que morava na roça e hoje é uma empresária bem-sucedida na cidade. A situação permitiu que Alessandra tivesse acesso ao ensino superior, e por isso mesmo sua mãe demorou muito a entender o porquê de um retorno cujo objetivo, nas palavras da bióloga, é transformar o vilarejo em um lugar autossustentável, no sentido ecológico e social. Uma proposta que Alessandra reconhece não ser fácil: “O difícil é quebrar alguns costumes, porque eles acham que a terra boa é a terra limpa. Então, junto com eles, vamos fazendo. É na ação que eles vão chegar à conclusão, para não ser um conhecimento imposto”, explica. A crítica denota, é claro, um antigo posicionamento das atuações políticas configuradas pelo campo progressista ou, melhor ainda, pelas esquerdas: um processo educativo que é de compreender o limite do outro, mas que não deixa de se avaliar como alguém que vai ensinar, que vai levar conhecimento. E este será sempre um dos grandes impasses que a escolaridade formal enfrenta. Nesse cenário, vale lembrar o que Acosta aponta como a real contribuição de o Bem Viver:

O que interessa é superar as distâncias que existem entre discurso e prática – e que, além disso, são óbvias. Em uma margem do caminho aparece um conceito, em pleno processo de reconstrução, que se extrai do saber ancestral, olhando muito para o passado. Na outra margem do mesmo caminho, o mesmo conceito, também em reconstrução e, inclusive, em construção, é assumido com as vistas apontadas ao futuro. Talvez o diálogo consista em que os do passado mirem um pouco mais para o futuro (e para o presente), e os do futuro tragam uma visão menos idealizada do passado. (Acosta, 2016, p. 247).

As reflexões do autor dialogam com o arco narrativo de “Juntos”, que cria um círculo cujo ponto de partida é a reverência ao conhecimento ancestral indígena, atravessa as pequenas cidades e depois a metrópole São Paulo, reconhece o papel da educação formal, mas também celebra sua negação e termina o ciclo propondo a “Sintropia na floresta”. Neste episódio, a protagonista é Karin Hanzi, que tem um histórico de trabalho que inclui vínculo com usina nuclear, em empresas multinacionais etc, até que refuta tal trajetória e retoma um sítio da família em Minas Gerais para ali implantar um sistema de agrofloresta. Na sua fala ela prevê o que animais como onças e macacos retornarão ao seu *habitat* natural, graças ao projeto que está implantando. Seu foco não é apenas não degradar a terra, mas sim regenerá-la. Esse episódio final é tão cuidadoso plasticamente quanto o que abre a série, confirmando um esforço de direção na perspectiva de somar aos argumentos da retórica, a sedução estética. Tamanho investimento confirma uma produção audiovisual militante, narrativa majoritária no território do ativismo ambiental. Tal situação, conforme discutimos, aponta para um cenário que pode revelar, mais uma vez na história, que no rastro da cultura e da arte há muito mais que vestígios.

Referências

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver – uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

- ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Ciose. “Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?” *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente* v.40, p.231-251, abr 2017.
- AMIEL, Vincent. *Estética da Montagem*. Lisboa: Edições Texto & Grafia Ltda, 2011.
- ANTÔNIO, Severino. *Arte em noites de vagalumes – entre a devastação e o reencantamento do mundo*. Americana/SP: Tessituras Desenvolvimento Educacional, 2022.
- AZAM, Geneviève. *Carta à Terra – e a Terra responde*. Belo Horizonte: Relicário, 2020.
- AZEVEDO, Ariel Martins Carriconde. “Projetos extrativistas de grande escala frente a diferentes cosmologias populares de resistência”. In *Rebela – Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, v.7, n.2 mai/ago 2017, pp 287-301. Disponível em <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2572/0>. Acesso em 14.09.2021.
- BONNEUIL Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. *L'Événement Anthropocène*. La Terre, l'histoire et nous. Paris: Seuil, 2013.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COMOLLI, Jean-Louis. *Ver e Poder – A inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- COSTA, Luciana Miranda. “O esverdeamento da imprensa”. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Vol. III, n.2, 2º semestre de 2006. Florianópolis: Editora Insular.
- CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. “O antropoceno e a longa batalha pelo amanhã”. *Outras Palavras*, 26.02.2021. Disponível em <https://outraspalavras.net/terraeantropoceno/o-antropoceno-e-a-longa-batalha-pelo-amanha> (Acesso em 27.02.2021).
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Povo em lágrimas, povo em armas*. São Paulo: N-1 Edições, 2021.
- GATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas/SP: Papirus, 1990.
- IPOEMA – Instituto de Permacultura. *Introdução à Permacultura – Seja responsável por sua própria existência*. S/a, 2016. Disponível em <https://ipoema.org.br/> (Acesso em 12 de junho de 2022).

- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- MERCHANT, Carolyn. *The Anthropocene & the Humanities. From Climate Change to a New Age of Sustainability*. New Haven and London: Yale University Press, 2020.
- PARENTE, André (org). *Imagem-máquina – A Era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993).
- REZENDE, Luiz Augusto. *Microfísica do Documentário – Ensaio sobre criação e ontologia do documentário*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013.
- RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação – O Discurso e o Excesso de Significação*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2011.
- TAVARES, Denise. “Agro é pop: os caminhoneiros de ‘Na Estrada’ no contexto do ‘novo rural brasileiro’”. *E-Compós*, Brasília, vol.21, n2, maio/ago de 2018. Disponível em <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1392>

Reconfigurações das narrativas midiáticas no contexto da Sociedade 5.0

Marco Aurelio Reis

Cláudia Thomé

Introdução

A valorização da subjetividade e das experiências pessoais nas narrativas midiáticas vem ocorrendo de forma gradativa desde as últimas décadas do século passado, seguindo a trilha de um “realismo de base testemunhal” (Figueiredo, 2010), em que o envolvimento do narrador torna-se uma prova de sinceridade. Frente ao medo e à incerteza, em um contexto de pandemia, negacionismo científico e desinformação, com frequentes ataques à imprensa, a emoção e a empatia têm sido ingredientes cada vez mais frequentes nas narrativas audiovisuais, inclusive nas jornalísticas, seguindo a receita do chamado “humanismo solidário” (Becker, 2021, p. 2-3).

A busca por vínculos emocionais nas narrativas midiáticas atende a estratégias editoriais de aproximação e empatia, mas pode ser observada também como reflexo de um contexto cultural mais amplo, inserido na sociedade contemporânea na qual o ser humano passa a ser considerado elemento central mesmo estando inserido em um ambiente marcado por constante avanço tecnológico. Afinal, nos últimos cinco anos, pesquisadores estão debatendo em torno de uma reconfiguração social planetária denominada Sociedade 5.0. Proposta inserida no 5º Plano Básico de Ciência e Tecnologia do governo do Japão, tal sociedade foi indicada como sendo a que aquele país oriental deveria aspirar para solucionar questões sociais emergentes não respondidas até então de forma adequada, notadamente as quedas nas taxas de natalidade, o envelhecimento populacional e os deslocamentos humanos despovoando e repovoando espaços territoriais. (Deguchi *et al.*, 2020).

O termo Sociedade 5.0 faz referência a uma cronologia que deriva de sociedades anteriores, sendo nomeadas sociedade 1.0 (da caça e nômade), 2.0 (agrícola e sedentária), 3.0 (sociedade industrial e intenso processo de urbanização) e 4.0 (sociedade da informação, do avanço tecnológico exponencial, do big data). O biênio 2016/2017 é um marco na idealização da Sociedade 5.0, uma vez que foi nesse período, após meses de estudos avançados, que o governo japonês lançou o conjunto de estratégias para encarar o que se apresenta como nova configuração social, um ideário logo discutido por diferentes campos sociais, econômicos e do saber em outros países orientais e ocidentais.

Centrada no humano e na fusão entre o ciberespaço (Lévy, 1999) e o espaço físico, projeta-se que tal sociedade seja capaz de equilibrar o avanço econômico com o enfrentamento de problemas sociais emergentes, tais como o racismo, a xenofobia e os obstáculos para inclusão e para uma vida com qualidade e sustentável, entre outros pontos sensíveis. Nos anos que se seguiram ao estudo do governo japonês, setores econômicos, sobretudo industriais (Narvaez Rojas, Carolina *et al.* 2021), e sociais, em especial educacionais (Fukuda, Kayano, 2020), debruçaram-se nos pilares do que se entende academicamente como Sociedade 5.0 para compreender a configuração societária em andamento, impactada pela Covid-19, pelo necessário isolamento social e pelo abismo que se apresentou entre grupos humanos hiperconectados e aqueles marcados pela exclusão e por equipamentos obsoletos no que diz respeito à sociedade em rede (Castells, 2000).

O que o presente capítulo propõe é cruzar os estudos feitos sobre a Sociedade 5.0 com pesquisa sobre as estratégias narrativas jornalísticas, sobretudo as audiovisuais e telejornalísticas no Brasil, e nesse contexto, ainda imerso no caos social, ambiental e político, para identificar possíveis pontos de congruência e as características de uma reconfiguração da narrativa jornalística contemporânea que estariam afinadas com os pilares dessa sociedade com foco no humano. Tais narrativas midiáticas emergentes apontam para formas de contar histórias com foco na ética, na cidadania e na inclusão, e marcadas pela subjetividade evidenciada pelo afeto, pela emoção, pelo testemunho,

e pela valorização das diversidades culturais. Tais características das narrativas atuais estão em franca dialogia com os pilares da Sociedade 5.0 no que diz respeito aos direitos humanos (Fontanella *et al.* 2020).

A partir da metodologia Estudo de Caso (Yin, 2001), o presente trabalho faz levantamento produtos do jornalismo audiovisual entre 2016 e 2022, tagueados pelo que se entende como sendo termos essenciais de tal sociedade em construção nos últimos sete anos e destaca episódios telejornalísticos da janela temporal aberta acima, notadamente os anos de 2020 e 2021 (os mais críticos e de maior isolamento social em função da pandemia Covid-19) que ganharam notoriedade por se apresentarem como reconfiguração narrativa subjetiva, afetiva e humanizada, bem distante do que preconizam manuais clássicos de telejornalismo no Brasil.

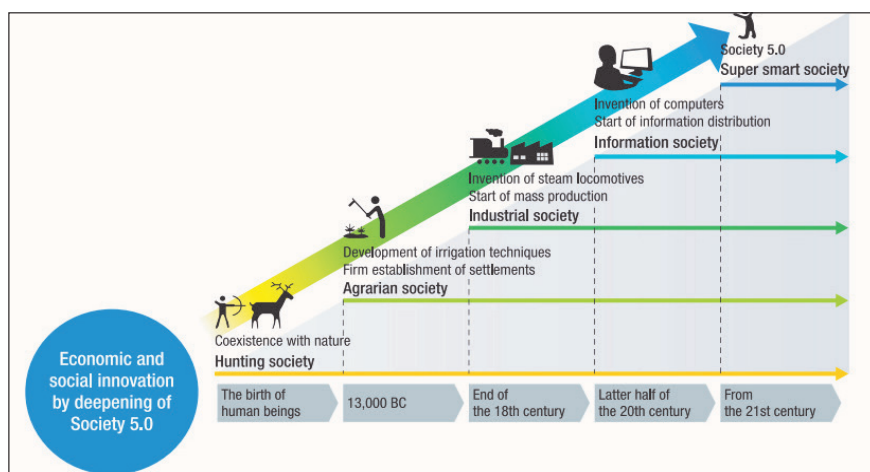
Qualidade de vida humana, inclusão social, longevidade e sustentabilidade

No mesmo dia de julho de 2022 em que a grande parte dos sites brasileiros dava como destaque uma pesquisa indicando que os negros e as negras têm 4,5 mais chances de serem abordados pela polícia nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, uma busca no Google com o termo “indígena” dentro do filtro tagueado “notícias” reunia chamadas em prol dos direitos desses povos e contra a violência vivida por eles. Em entretenimento, o cartunista e empresário Mauricio de Sousa anunciava a retomada do projeto de criar personagens gays na Turma da Mônica, uma iniciativa tentada sem sucesso em 2009 que agora estaria “chegando o momento”. Ao mesmo tempo, em um elaborado *longform*, o grupo Estado de S. Paulo, em parceria inaugurada em março com a fabricante de relógios Rolex, trazia mais uma reportagem, da série semanal, sobre ações de sustentabilidade nos biomas brasileiros.

Os exemplos de julho de 2022 citados acima dão conta de um cenário midiático rotineiro, em que temas como inclusão social, racismo,

questão indígena e sustentabilidade ambiental são pautas recorrentes e motivo de compartilhamento em redes sociais digitais. Esse cenário indica uma assimilação da narrativa midiática de temas relevantes na chamada Sociedade 5.0. Nova economia social, pensada pelo governo japonês no ano de 2016, essa sociedade deriva, como dito acima, das anteriores (Figura 1): coletores-caçadores/1.0, agrícolas/2.0, industrial /3.0 e da informação/4.0.

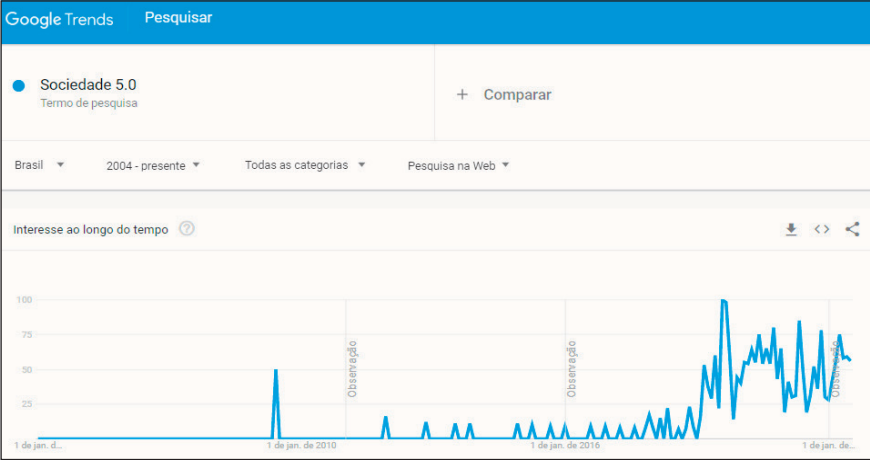
FIGURA 1: Uma sociedade em evolução constante



Fonte: FUKUYAMA, 2018, p. 49

Traçado como política pública daquele governo oriental diante do envelhecimento populacional e em busca de uma nova relação entre tecnologia e sociedade e entre indivíduos e sociedade mediada por tecnologias, o conceito logo se espalharia em artigos acadêmicos de diferentes áreas e figuraria como termo buscado por dezenas de usuários brasileiros da web, sobretudo os residentes em São Paulo, no Paraná e em Minas Gerais. No aumento das buscas (Figura 2), aparece como marco relevante março de 2019, um mês antes de ocorrer, na Bahia, o IT Forum 2019, realizado entre 17 a 21 de abril, tendo como tema a Sociedade 5.0 e como palestrante convidada Yoko Ishikura, professora emérita da Universidade Hitotsubashi (Tóquio).

FIGURA 2: Interesse pelo tema no Brasil (buscas no Google)



Fonte: Google Trends, busca feita na manhã de 22 jun 2022

Quando comparado com o interesse mundial (Figura 3), usando a mesma ferramenta e na mesma data, o marco do aumento de interesse é janeiro de 2019, quando a Sociedade 5.0 foi tema do Fórum Econômico Mundial. Ocorrido em Davos, na Suíça, o evento foi uma oportunidade em que se discutiu, entre outros temas, meio ambiente, a crise política na Venezuela com a prisão de ativistas e a questão dos refugiados africanos.

FIGURA 3: Interesse pelo tema no mundo (buscas no Google)



Fonte: Google Trends, busca feita na manhã de 22 jun 2022

Comum às duas buscas é o aumento crescente do interesse no tema a partir do ano de 2019 pelos usuários da web que usam o buscador Google, em movimento contínuo de alta até os dias atuais. Outro aspecto comum é o fato de o assunto ter sido tema de encontros relevantes no Brasil e no Mundo. No encontro na Bahia sobre Tecnologia da Informação, a professora Yoko Ishikura foi categórica ao falar da necessidade de se colocar o ser humano como centro das atenções, conforme noticiado pela imprensa especializada brasileira.

“Afinal, tecnologia por si só não entrega valor. É por isso que temos de nos certificar de que as pessoas estão no centro”, disse a especialista durante a palestra. Yoko citou alguns exemplos da transformação digital com foco na Sociedade 5.0: o setor da logística pode utilizar robôs, carros autônomos e drones para otimizar a cadeia de suprimentos em prol das pessoas, assim como o setor financeiro pode disponibilizar serviços personalizados aos clientes, acelerando o acesso de pessoas ao sistema financeiro. in SOCIEDADE 5.0 e outros destaques do IT Forum 2019. Próximo Nível Embratel. Disponível em <https://proximonivel.embratel.com.br/sociedade-5-0-e-outros-destaques-do-it-forum-2019>. Acesso em 13.Junho.2022.

Incorporando expertises de outras sociedades, como a sustentabilidade necessária na 1.0, extrativista, e a inclusão, na 2.0, a 5.0 coloca a evolução tecnológica atual a serviço do homem e desses temas já discutidos pela humanidade ao longo de sua história. (Salgues, 2018). Ocorre que, contemporaneamente, tais preocupações ganham contornos trágicos quando se pensa no meio ambiente degradado e na xenofobia, mas imensamente mediados pela tecnologia, com vistas promissoras no campo da medicina regenerativa, neurociência e inteligência artificial. Ao mesmo tempo, indica uma saída para problemas humanos recorrentes, como no caso brasileiro de garantia dos direitos sociais a toda a população, como indicam as professoras brasileiras Cristiani Fontanela e Maria Isabel dos S. A. Silva dos Santos e Jaqueline da Silva Albino.

A adoção do conceito de Sociedade 5.0 pelo Estado Brasileiro auxiliará na garantia dos direitos sociais dos cidadãos. São evidentes os problemas de transporte, saúde, educação e segurança, e a adoção da digitalização proposta pela Sociedade 5.0 demonstra-se viável para a mitigação de tais

desafios. Assim, é necessário, cada vez mais, proatividade do Estado em prol depolíticas e ações públicas capazes de combater e auxiliar nos conflitos que certamente já existem e continuarão existindo. Centralizar ações no ser humano é cada vez mais importante para garantir o cumprimento dos preceitos constitucionais e o bem-estar social. (Fontanella *et al.*, 2020, p. 53)

Em ações midiáticas, a emoção e o sentimento de inclusão, típicos da Sociedade 5.0, podem ser identificados. O clipe da canção afirmativa *Flutua*, do cantor e compositor Johnny Hooker, em parceria com a igualmente cantora e compositora Liniker, trata do amor homoafetivo, mas inclui na narrativa a presença de personagens surdos, conversando em Libras, inserindo um elemento inclusivo adicional ao produto cultural.

Já o hit musical de 2019 *Dance Monkey*, da cantora australiana Tones and I, sobre a relação dela com o público, tem como clipe oficial uma narrativa na qual idosos se divertem pelas ruas e em um campo de golfe, em clara referência às preocupações da Sociedade 5.0 quanto ao aumento da expectativa de vida das pessoas e como esse aspecto social deve incluir qualidade de vida e mobilidade.

Da mesma forma, a canção *Envelhecer*, do cantor e compositor brasileiro Arnaldo Antunes, de 2009 e sucesso em 2012 a partir de especial acústico na MTV, ainda hoje se mantém como combinação de termo buscado por usuários da web segundo o Google Trends. Na letra, o compositor afirma: “A coisa mais moderna que existe nessa vida é envelhecer (...) Não quero morrer pois quero ver como será que deve ser envelhecer / Eu quero é viver pra ver qual é, e dizer venha pra o que vai acontecer”

Não só na canção, mas também na publicidade uma forte tendência de adesão aos princípios da Sociedade 5.0 podem ser identificados. A professora Maria Alice Nogueira, por exemplo, em sua pesquisa de doutorado de 2015 intitulada “Mobilidade em potência e discurso publicitário na sociedade contemporânea globalizada: Brasil, 1982-2014”, já identificava a mobilidade humana como um elemento relevante na publicidade de carros, que dava ênfase, em períodos anteriores, ao veículo e a seus acessórios, e que com a chegada do atual momento já esquecia esse aspecto industrial típico da Sociedade 4.0 para dar

lugar a uma possibilidade de os carros conduzirem humanos onde eles bem desejarem.

FIGURA 4: Clipe Dance Monkey: 14 milhões de curtidas no Youtube



Fonte: encurtador.com.br/dvPY6, acesso em 23 jul 2022

Já o storytelling do encerramento da produção do veículo Kombi, de 2014, tagueado como #emocionante, até hoje é compartilhado. Sucesso no Youtube, um filme publicitário da Coca-Cola de 2015 que aborda homoafetividade entre jovens também é altamente compartilhado por seu caráter inclusivo ao mostrar a amizade entre dois rapazes, um hetero e outro homoafetivo, como uma conquista daquela geração hoje protagonista da Sociedade 5.0.

Tal configuração social impacta também o jornalismo. Levantamento feito em 2021 indica uma série de ações nas redações que se coadunam com a Sociedade 5.0. Em entrevistas com profissionais do Rio e de São Paulo, alguns pioneiros no setor do webjornalismo no Brasil, a pesquisa detectou ações tais como:

1. Jornalismo em plataformas imersivas, focado na forma de contar histórias nas quais os usuários possam se sentir inseridos,

2. Produção para identificação de sentimentos de usuários do site de informação, usando meios tecnológicos para trazer maior aproximação, mais humanidade visual a partir do monitoramento do mouse e do olhar dos usuários.
3. Jornalismo de soluções, uma investigação completa dos problemas da comunidade por meio do jornalismo investigativo e de dados para avançar na busca de soluções.
4. Narração multimídia e personalizada, espécie de conteúdo na forma de áudios e vídeos, veiculado em podcasts, plataformas como Youtube e nas redes sociais, com narrativas pessoais e direcionadas.
5. Ações de *gatewatcher* bumerangue individualizado, jornalismo especializado, que filtra conteúdo na web para enriquecer o site com informações pessoais dos usuários, de celebridades e das fontes de informação, com grande foco interpretativo e humanizado e ao mesmo tempo produz conteúdo compartilhável pelos usuários.

Cabe pontuar ainda que o chamado jornalismo certificador (Reis, 2015; Reis, Thomé, 2017; Thomé, Piccinin, Reis, 2020) de conteúdos usando dados numéricos complexos e nem sempre disponíveis indica uma sociedade inteligente orientada por dados, como aponta a fortuna crítica da Sociedade 5.0 (Deguchi *et al.*, 2020, p. 14). Este foi o caso, por exemplo, do Consórcio dos Veículos de Imprensa, criado em junho de 2020, para divulgar a gravidade da Covid-19 no Brasil, com números de mortes e infectados apurados com secretarias estaduais de saúde, frente às restrições impostas pelo governo federal para acesso aos dados. Já a curadoria e organização de informações que circulam livremente pelas várias plataformas e meios (Cerqueira, Vizeu e Gomes, 2020) dialoga diretamente com uma sociedade intensiva de conhecimento, nos moldes da 5.0, como pode ser visto nos estudos referenciais de pesquisadores brasileiros e no exemplo citado no estado da arte do tema falando de um programa em funcionamento na cidade espanhola de Barcelona.

No âmbito do programa Horizonte 2020 da União Europeia (Comissão Europeia 2019), Barcelona organizou o projeto “cidadão inteligente”, no qual os cidadãos desenvolveram uma placa de sensores que pode ser instalada em varandas para monitorar a poluição atmosférica e sonora. Os dados registrados pelos sensores são publicados como dados de código aberto (Smart Citizens 2019), e os cidadãos podem citar esses dados de código aberto em suas campanhas por melhores políticas ambientais. Neste projeto, os barceloneses são os produtores de dados e, na medida em que obtêm informações significativas dos dados, também são usuários de dados. (Deguchi *et al.*, 2020, p. 13)

A curadoria de conteúdos produzidos, por exemplo, por telespectadores, compartilhados em um telejornal, favorece o conjunto populacional que acompanha aquela mídia. Afinal, ao serem exibidos, esses conteúdos oriundos da colaboração cidadã ajudam a informar outros telespectadores ao mesmo tempo que os estimulam a também colaborar com o telejornal, provocando um aumento da participação da audiência, sendo visto academicamente como um dos sinais da participação ativa do cidadão na narrativa midiática audiovisual. (Cajazeira, 2011).

Em ações de jornalismo imersivo, a cidadania também é estimulada a partir da participação ativa do público, que neste formato é inserido na narrativa. Este é o caso das ações da jornalista estadunidense Nonny de La Peña, fundadora da Emblematic, empresa de jornalismo imersivo, que tem favorecido a formação de opinião em relação, por exemplo, à prisão americana de Guantánamo, no Caribe. Levando leitores para dentro das reportagens, como no pioneiro “Hunger in Los Angeles”, (“Fome em Los Angeles”), no qual um homem diabético tem um ataque causado por falta de glicose no sangue, La Peña humaniza a relação do público com a mídia. Fez isso em questões como a guerra na Síria, a violência doméstica, os preconceitos contra a comunidade LGBTQ+ e a vida nos presídios estadunidenses.

Com a realidade virtual, conseguimos colocar o leitor no meio da cena, possibilitando que ele possa ver a realidade com seus próprios olhos. Não podemos mais separar as coisas. Precisamos do lado humano para criar

a realidade virtual, e ela pode reforçar o engajamento das pessoas com os temas mais importantes. (La Peña, In encurtador.com.br/yDLZ6, acesso em 22 jun 2020)

Bastante encontrados no webjornalismo, como descrito acima, os elementos típicos da Sociedade 5.0 já podem ser identificados no jornalismo audiovisual em suas diferentes telas e formas de fruição.

Subjetivação nas narrativas jornalísticas - testemunho e emoção

Todo o contexto exposto dialoga com uma guinada subjetiva no jornalismo, em que se detecta um deslizamento do foco narrativo em coberturas televisivas, de forma mais intensificada a partir da pandemia, com a inserção de testemunhos e da emoção dos jornalistas no noticiário (Thomé, 2021), em meio às reconfigurações no jornalismo audiovisual (Becker, 2021). Buscando referência nas éticas do documentário (Ramos, 2005), pode-se observar que o telejornalismo passa a admitir uma transposição da “ética do recuo” para uma “ética participativo-reflexiva”.

As narrativas em primeira pessoa e a atração por histórias de vida caracterizam produções midiáticas pelo menos desde as últimas décadas do século passado, ambientadas em consonância com o que Arfuch (2018) conceitua como “giro afetivo”, com a “era de valorização de testemunhos” (Gerk, Barbosa, 2018) e no contexto cultural de um “realismo de base testemunhal”, como pontua Vera Follain de Figueiredo, que valoriza o “envolvimento do narrador com o fato narrado” (Figueiredo, 2010, p. 74). Pesquisa sobre as estratégias de subjetivação no telejornalismo apontou que a presença/mediação do narrador em momentos de ruptura com as estratégias de objetivação do jornalismo incorpora elementos que tradicionalmente vinham em quadros de opinião e de crônica, como a anunciação (o uso da voz) em primeira pessoa e a emoção do enunciador como parte da narrativa, sobretudo em temáticas de mortes e tragédias, e ainda a relação de tais

estratégias de subjetivação com a defesa dos direitos humanos, muitas vezes voltada para ações afirmativas no telejornalismo.

Os relatos de repórteres em primeira pessoa sobre situações do cotidiano privado já vinham fazendo parte dos perfis das redes sociais, reposicionando o jornalista em “um novo tipo de relação com a audiência, em um contato mais humanizado” (Musse, Thomé, 2016, p. 17), abrindo a possibilidade da amizade virtual com quem está do outro lado da tela, contando como foi sua rotina, tanto pessoal quanto profissional, em uma “customização do conteúdo noticioso, isto é, a hibridização do texto noticioso com registros da vida íntima” (Musse, Thomé, 2016, p. 1), o que já anunciava mudanças na produção televisiva rumo a uma relação testemunhal.

A História só poderá reconhecer o que está em contínua mudança e o que é novo se souber qual é a fonte onde as estruturas duradouras se ocultam. Inspirados nos modelos de investigação histórica foucaultianos, devemos pesquisar como o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito, estudar os jogos de verdade na sua relação de si para si, e as práticas que se formam a partir daí, inclusive jornalísticas. Entender, por exemplo, a cultura de valorização de testemunhos e relatos é crucial para estudar as mudanças pelas quais passam o jornalismo hoje, tanto na sua produção, quanto na sua recepção, no sentido de propor novos caminhos. (Gerk, Barbosa, 2018, p. 140-141)

Tal relação de proximidade desliza para o noticiário na tela da TV, em uma guinada subjetiva e de maior informalidade que, a partir da pandemia de Covid-19, torna ainda mais evidentes as características do que podemos chamar de jornalismo 5.0 nas telas, considerando ainda a desenfreada onda de desinformação no país, com as chamadas *fake news*. “Em um contexto de hiperabundância de informação ou de desordem informacional as pessoas tendem a estabelecer vínculos emocionais com as notícias e privilegiam crenças e opiniões pessoais em detrimento de fatos”. (Becker, Góes, 2020, p. 49)

A busca por vínculos emocionais ganha ainda mais força na pandemia, em momentos de vulnerabilidade e incerteza. O Jornal Nacional, da Rede Globo, por exemplo, trouxe para o noticiário estratégias de humanização, diante do número crescente de mortes pela Covid-19:

Na busca por vínculos com a audiência, o JN ofereceu emoção e compartilhamento de mensagens dos repórteres, em um bastidor que não é só mais profissional, mas agora pessoal também, a intimidade como produto que autentica o humano por trás da notícia, humaniza, mas, sobretudo, reposiciona o jornalista em sua função de narrador (Thomé, 2021, p. 12-13).

A pesquisa traz exemplos desde 2016, apontando que a emoção de repórteres e âncoras em meio ao noticiário vem de antes da pandemia, em meio a notícias de morte, assim como pautas afirmativas e de combate ao preconceito, por exemplo, sobre racismo e homofobia. A autenticidade está na experiência do jornalista, em sua vivência, que, no atual contexto, o credencia a fazer a reportagem. A série de reportagens sobre gravidez do SBT Interior, por exemplo, traz a própria repórter dando seu testemunho e revelando cada fase de sua gestação, em meio a informações e relatos de outras grávidas.

Entre os exemplos estão a emoção do apresentador da Rede Globo de Televisão William Bonner, no Jornal Nacional (JN), em abril de 2020, após uma reportagem sobre a rotina durante os primeiros meses da quarentena e a defesa, em junho de 2021, feita pelo mesmo Bonner, na bancada do JN, quando dois repórteres homoafetivos da emissora no Rio ainda sofriam ataques de homofobia, após o repórter Eric Gianelli comemorar o dia dos namorados, um ano antes, em mensagem em reportagem ao vivo para o marido e também repórter Pedro Figueiredo. Há ainda o silêncio de apresentadora Mariana Gross, do RJTV, da mesma Globo, após uma reportagem sobre um drama de uma moradora de rua e o filho doente em julho de 2020 e o choro do apresentador do DFTV, ainda na Globo, Fábio Willian, em agosto de 2020, ao encerrar o telejornal de sábado, véspera do Dia dos Pais.

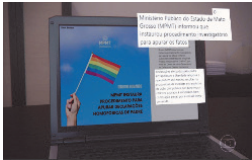
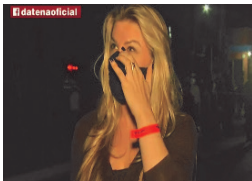
O mesmo pode ser visto em outras redes de televisão brasileiras. É o caso da despedida da apresentadora Carla Cecato, da bancada do telejornal Fala Brasil, da Rede Record em maio de 2021, na qual a desgastante rotina profissional é revelada de forma franca e clara e a emocionante conversa, no ar, entre a apresentadora do Jornal da Band, Joana Treptow, com o próprio pai que escapara do desabamento

de um prédio em Miami em junho de 2021. A tabela 1 apresenta exemplos compilados na pesquisa, evidenciando que a subjetivação ocorre em diferentes situações e emissoras, tendo em comum o reposicionamento do jornalista na narrativa, como quem conta e também vive a experiência.

Tabela 1 - Emoção, vida privada e ação afirmativa na cobertura jornalística televisiva

DATA	EMISSIONA	DESCRIÇÃO	LINK	FRAME
01/12/2016	TV Globo / Jornal Hoje	Repórter Ari Peixoto se emociona ao falar de colega que morreu em acidente da Chapecoense	https://globoplay.globo.com/v/5486401	
03/12/2016	TV Globo / Globo Esporte	“Eric Faria chora com gesto de carinho da mãe do goleiro Danilo”	https://globoplay.globo.com/v/5490450	
07/03/2017	Jornal da Band	Série Especial “Mulher no comando”	encurtador.com.br/tvF02	
02/11/2018	SBT Interior / Quadro Mãe Repórter	Série de reportagens “Melissa Alcântara conta histórias de sua gestação”	https://twitter.com/falabrasil/status/1539585440365383680	
05/06/2020	TV Globo / Globo Repórter	Debate sobre o racismo - Reexibição do painel exibido pelo jornal “Em Pauta”, da GloboNews,	https://globoplay.globo.com/v/8607371/	

30/11/2020	TV Globo/ Bom Dia SP	Repórter Esdras Pereira no velório coletivo das vítimas do acidente de Taguaí, interior de São Paulo.	https://twitter.com/falabrasil/status/1539585440365383680	
05/12/2020	Globo News / Edição da Tarde	A repórter Narayanna Borges se emociona ao reportar a morte de duas meninas no Rio. E apresentadora faz comentário em forma de editorial curto também emocionada	encurtador.com.br/CLQ24	
20/12/2020	Globo News / Edição da Tarde	O repórter Pedro Neville vira notícia ao se emocionar em reportagem sobre a morte da atriz Nicette Bruno em decorrência da Covid-19. Neville lembrou da mãe, morta também pela Covid, e falou da vacinação ainda não começada. A apresentadora se emocionou e o diálogo dos dois foi compartilhado nas redes.	https://globoplay.globo.com/v/9131357/	

26/03/2021	TV Record / Balanço Geral Bahia	Repórter da Record chora ao vivo ao encontrar os pais tomando vacina contra a Covid-19. Ele sabia que o pai ia se vacinar mas não onde e foi às lágrimas ao presenciar a tão esperada imunização.	https://youtu.be/oSSrj4CSdal	
17/06/2021	TV Globo / Jornal Nacional	JN produz VT sobre ataques homofóbicos sofridos pelos repórteres Pedro e Erick	https://globoplay.globo.com/v/9614182/?s=0s	
06 e 07/10/2021	TV Globo/ RN1 e Mais Você	Repórter se emociona no RN1 ao falar do primeiro mês sem mortes por Covid em hospital de Natal, propaga na web e é entrevistado no dia seguinte pela apresentadora Ana Maria Braga	https://globoplay.globo.com/v/9926224/	
6/11/2021	Band/ Brasil Urgente	A repórter Sandra Redivo não segura a emoção e chora durante a cobertura do velório de Marília Mendonça.	https://twitter.com/falabrasil/status/1539585440365383680	

29/10/2021	SBT TV Jornal/ Primeiro Impacto de Pernambuco	Emoção de repórter abraçada por pai de motorista de aplicativo morto em acidente é assunto nas redes sociais e vira pauta de programa da emissora: “Se eu não agisse dessa forma, não seria eu”	encurtador.com.br/ejwLT	
22/06/2022	Record / Fala Brasil	A apresentadora Mariana Godoy se solidariza com a procuradora-geral Gabriela Samadello Monteiro de Barros agredida por um colega de trabalho em Registro, interior de São Paulo.	https://twitter.com/falabrasil/status/1539585440365383680	

Fonte: Tabela produzida pelos autores no mapeamento na web

O mapeamento acima, com exemplos que denotam diferentes situações, mostra nuances de um “jornalismo de subjetividade” (Moraes; Silva, 2019) na cobertura jornalística audiovisual. Além da emoção dos jornalistas, tal subjetivação pode representar ainda uma maior “visibilidade de minorias identitárias” (Martins; Martins, 2021), sobretudo quando está vinculada a temáticas de situações de vulnerabilidade, “direcionadas para questões surpreendentemente não consensuais na atualidade, e que deveriam estar asseguradas por serem garantias aos direitos fundamentais” (Thomé, 2021).

A objetividade prevista nos manuais de telejornalismo vem cedendo lugar a ações subjetivas e emocionadas de telejornalistas na última década, mas de forma mais acentuada nos últimos seis anos como detectado usando a metodologia de estudo de caso (Yin, 2001),

abrindo janelas de observação em telejornais de diferentes emissoras usando como palavras-chaves emoção e repórter/apresentador(a). Em sintonia com o princípio humano da Sociedade 5.0, durante a pandemia Covid-19, os casos, como os citados acima, se multiplicam em uma nova configuração narrativa.

Considerações finais

Conforme indicam os casos destacados no presente trabalho, inúmeras reconfigurações das narrativas midiáticas estão ocorrendo no contexto da Sociedade 5.0., cuja meta é equilibrar o avanço econômico com o enfrentamento de problemas sociais emergentes, tais como o racismo, a xenofobia e os obstáculos para inclusão e para uma vida com qualidade, longa e sustentável. Momento para expansão dos direitos sociais, tal sociedade já pode ser observada no jornalismo, inclusive o audiovisual.

As narrativas do self e a mercantilização da vida privada fazem parte desse contexto, sendo ainda mais intensificadas com as redes sociais, os novos hábitos de consumo e interação, e as possibilidades de circulação de histórias de vida. Na web, os movimentos sociais divulgam suas demandas em uma produção audiovisual que agenda temáticas também para os veículos tradicionais.

Narrativas em primeira pessoa, subjetivas e emocionantes tornaram-se constantes no telejornalismo, nos clipes musicais, na publicidade e em outras frentes midiáticas. Algo que ocorre sob algumas críticas de grupos conservadores, mas cada vez mais aceitas. Uma característica mais recente é a propagação de iniciativas tais como grupos sociais específicos produzirem conteúdos midiáticos sobre as questões vividas por eles, o que garante autenticidade e certificação.

Nesse contexto social, ainda marcado, como dito no trabalho, por caos social, ambiental e político, narrativas midiáticas emergentes apontam para narrativas éticas, cidadãs e inclusivas, tanto na web

quanto nas tela da TV, marcadas pela subjetividade do afeto, da emoção, da valorização das diversidades culturais em franca dialogia com os pilares da Sociedade 5.0 no que diz respeito aos direitos humanos.

Referências

- ARFUCH, Leonor. *La vida narrada. Memoria, subjetividad y política* (Poliedros - Zona de crítica) (Spanish Edition). Poliedros. Edição do Kindle, 2018.
- BECKER, Beatriz. Reconfigurações do Jornalismo Audiovisual: um estudo da cobertura do Fantástico sobre a pandemia da Covid-19. *Lumina*, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 6–22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/35300>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- BECKER, Beatriz; GÓES, Francisco Moratorio de Araújo. *FAKE NEWS: uma definição possível entre a reflexão crítica e a experiência jornalística*. Revista Latino-americana de Jornalismo. Ano 7, Vol 7, N.1, janeiro a junho de 2020, p.34 a 53.
- BRUNS, Axel. *Gatewatching: collaborative online news production*. Nova York: Peter Lang, 2005.
- CAJAZEIRA, Paulo. *O jornalismo colaborativo no telejornal com as novas mídias digitais*. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra; 2000.
- CERQUEIRA, Laerte; VIZEU, Alfredo; GOMES, Elane. Curadoria, mediação e função pedagógica: a centralidade do telejornalismo na pandemia. In: *18o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor)*, 2020, Virtual. Coordenada Rede Telejor: Telejornalismo em Mutação: tecnologia, inovação, linguagem e narrativas, 2020.
- DEGUCHI, Atsushi; HIRAI, Chiaki; MATSUOKA, Hideyuki; NAKANO, Taku; OSHIMA, Kohei, TAI, Mitsuharu, and TANI, Shigeyuki. “What Is Society 5.0?” In *Society 5.0: A People-Centric Super-Smart Society*, 1–24. Bunkyo-ku, Tokyo: Springer Open, 2018

- FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. *Narrativas migrantes. Literatura, roteiro e cinema*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; 7 Letras, 2010.
- FONTANELA, Cristiani ; DOS SANTOS ARAÚJO, SILVA DOS SANTOS, Maria Isabel ; DA SILVA ALBINO, Jaqueline. *A sociedade 5.0 como instrumento de promoção dos direitos sociais no Brasil*. JUSTIÇA DO DIREITO (UPF), v. 34, p. 29-56, 2020.
- FUKUDA, Kayano. *Science, technology and innovation ecosystem transformation toward society 5.0*. International journal of production economics, 220, 107460, 2020.
- GERK, Cristine; BARBOSA, Marialva. *Jornalismo na era dos testemunhos: remediação, reconfiguração ou permanências históricas?*. Interin (UTP) , v. 23, p. 127-145, 2018.
- LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo. Editora 34, 1999.
- MARTINS, Maura Oliveira; MARTINS, Rafael Barbosa Fialho. Telejornalismo de subjetividade como mecanismo de visibilidade de minorias identitárias: relatos pessoais de jornalistas negras (os). In: Cárlica Emerim, Ariane Pereira e Iluska Coutinho. (Org.). *Teorias do telejornalismo como direito humano*. 1 ed. Florianópolis: Insular, 2021, v. 11, p. 57-73
- MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: ANAIS DO 28º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2019, Porto Alegre. *Anais eletrônicos...* Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2019/papers/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero--a-subjetividade-como-estrategia-descolonizadora>>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- MUSSE, Christina; THOMÉ, Cláudia. Telejornalismo e redes sociais: as narrativas do “eu” e a customização da notícia no “GloboNews em Pauta”. In: *Anais do 14º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, Palhoça-SC: SBPJor, 2016. Disponível em <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2016/paper/view/56/62>. Acesso em maio de 2022.
- NARVAEZ ROJAS, Carolina *et al.* Society 5.0: A Japanese concept for a superintelligent society. *Sustainability*, v. 13, n. 12, p. 6567, 2021.

- NOGUEIRA, Maria Alice de Faria. *Mobilidade em potência e discurso publicitário na sociedade contemporânea globalizada: Brasil, 1982-2014*. 2015. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 2015.
- RAMOS, Fernão Pessoa. A cicatriz da tomada: documentário, ética e imagem intensa. In: *Teoria contemporânea do cinema – volume II*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005. pp.159-227.
- REIS, Marco Aurelio; THOMÉ, Claudia de Albuquerque. *Um olhar sobre o papel do Whatsapp nas redações dos principais jornais do Rio*. COMUNICAÇÃO & INFORMAÇÃO, v. 20, p. 95, 2017.
- REIS, Marco Aurélio. *Crise leva o jornalismo impresso do Rio a reinventar seu negócio*. Brasília: Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, Vol. 5, Nº 17, 2015.
- REIS, Marco Aurelio; THOMÉ, Claudia de Albuquerque; PICCININ, Fabiana. Verticalização no jornalismo audiovisual: Possibilidades narrativas para os direitos humanos. In: Cárlica Emerim, Ariane Pereira e Iluska Coutinho. (Org.). *Teorias do telejornalismo como direito humano*. 1 ed. Florianópolis: Insular, 2021, v. 11, p. 165-182.
- SALGUES, Bruno. *Society 5.0: Industry of the Future, Technologies, Methods and Tolls*, Volume 1. London: Iste, 2018.
- THOMÉ, Claudia; PICCININ, Fabiana; REIS, Marco Aurélio. Anatomias narrativas do Telejornalismo contemporâneo e seus elementos certificadores. In: EMERIM, Cárlica; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska. (Orgs.). *Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas*. Florianópolis: Insular, 2020, v. 9, p. 159-196.
- THOMÉ, Cláudia. Emoção e testemunho no Jornal Nacional: estratégias narrativas no mês das 500 mil mortes pela Covid-19. In: *Anais do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Recife-PE: Intercom, 2021. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt1-te/claudia-thome.pdf>. Acesso em: 20 jan 2022
- YIN, Robert. *Pesquisa Estudo de Caso – Desenho e Métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Narrativas jornalísticas de soluções: análise da reportagem “Favela vs Covid-19”

Leo Cunha

Maurício Guilherme Silva Jr.

Introdução

No ver de McIntyre (2017), a mídia contemporânea contribui para a “fadiga da compaixão” – uma apatia pública diante de tragédias humanas – devido, em parte, à sua falha em apresentar soluções para problemas sociais, bastante presentes na cobertura jornalística, que, por sua vez, revela-se excessivamente baseada em conflitos. Em inúmeros países, profissionais da informação têm procurado enfrentar a questão, por meio do método de trabalho denominado “jornalismo de soluções”.

Trata-se de uma forma de jornalismo de nicho que, ao mesmo tempo, não precisa se distanciar da produção *mainstream*. Ao contrário: tal modelo de apuração de informações e produção de noticiário estrutura-se em soluções – as quais inclusive, poderiam ser incorporadas à rotina do jornalismo, digamos, “mais típico e tradicional”.

Vencedora do prêmio Pulitzer e fundadora do Solutions Journalism Network, Tina Rosenberg (2019) argumenta que as pessoas tendem a definir “notícia” como “o que há de errado”. Para cada problema compartilhado, contudo, há inúmeras pessoas e organizações interessadas em desatar os “nós” das mais complexas questões sociais (ou políticas, urbanísticas, econômicas), e seria muito importante conhecer e debater essas iniciativas.

Neste sentido, as narrativas jornalísticas podem se desenvolver a partir de indagações como “O que pessoas/grupos/instituições têm feito para resolver problemas?”; “Existem evidências de sucesso?”; “Quais os limites das soluções propostas?”. Na discussão aqui proposta,

pretende-se, justamente, dissecar conceitos, princípios e práticas de tal jornalismo estruturado a partir de questões capazes de revelar caminhos e possibilidades.

Para tal, propõe-se a análise – com ênfase em elementos de linguagem, estrutura e performance – da reportagem “Favela vs Covid-19”, publicada, em outubro de 2020, no site *Outriders*, e indicada ao Sigma Awards, na categoria “Comic Journalism”. Elaborada sob a perspectiva do jornalismo de soluções, a HQ multimídia buscou abordar, em projeto inovador, iniciativas desenvolvidas em comunidades periféricas de São Paulo, para enfrentamento de problemas causados e potencializados pela pandemia.

Narrativas: problematizações

Desenvolvida no período pré-histórico, entre o Paleolítico (40.000 a.C.) e o Neolítico (10.000 a 6.000 a.C.), a arte rupestre conecta o *Homo sapiens sapiens* contemporâneo a seus irmãos do passado. Sob o ponto de vista simbólico, portanto, pode-se dizer que não há morte possível na Terra: as narrativas artísticas (e/ou estéticas, orais, linguísticas, arquitetônicas etc.) de todas as gerações humanas, afinal, relacionam-se, cotidianamente, de modo a unir tempos, seres, ritos, medos, sonhos, pensamentos e horizontes.

Em outros termos, sob tal ótica, tudo é narrativa: mesmo que o(s) corpo(s) biológico(s) encerre(a) sua jornada na Terra, as corporeidades simbólicas mantêm-se vivas, ativas e influentes, nos mais diversos registros, espaços, telas e simbolismos – das citadas obras rupestres às oralidades ancestrais, das “confissões” arqueológicas às subjetividades “lascadas” nas plataformas digitais, dos saberes livrescos aos acontecimentos, conflitos e soluções a pulsar nas elaborações e convenções jornalísticas.

Daí, pois, a importância de compreensão das narrativas humanas, como forma de elucidar conexões entre tempos e seres, além de

identificar a cristalização dos princípios, práticas e tradições de inúmeras sociedades numa série de “textos”. Tal conceito não diz respeito, ressalte-se, ao “artefato semiótico (verbal, na maioria das vezes)”, mas ao “composto necessariamente heterogêneo de signos, fortemente vinculado a uma dada situação comunicativa”, por meio do qual é possível “apreender os acontecimentos e os fenômenos sociais” ou a “a vida e o agir humanos” (Leal, 2018, p. 18).

A busca científica pelas textualidades, em suma, é capaz de trazer à tona elementos narrativos fundamentais ao resgate não apenas das manifestações históricas da humanidade, mas, principalmente, dos significados estabelecidos – por meio da sobreposição de textos – ao longo da convivência entre indivíduos. Como exemplo, no campo da etimologia e da linguística (terreno fértil à investigação textual), tome-se o *case* dos radicais “reg-” e “teg-”, que, na língua portuguesa, representam parte da dicotomia entre masculino e feminino:

Com as variações do radical ‘reg-’ se constituem termos que denotam a circulação em linha reta e à direita por esse labirinto (os movimentos governados por razões masculinas e falocêntricas): rei, regência, regime, regular, direito, regra, dirigir, corrigir, reitor... Mas antes de poder regular a circulação através da rede, foi preciso construir a rede: com as variações do radical ‘teg’ são construídos termos que denotam a construção desse labirinto (por ‘razão’ mitológica feminina): tegumento, teto, tela ou tecido ou toga, texto (tudo o que protege) (Ibañez, 1994, 103-4).

A partir do breve exemplo discutido por Ibáñez, em *Por una sociología de la vida cotidiana* (1994), percebe-se que a conformação textual se dá, por vezes, em minúsculos “territórios” de narratividade – *locus* de morada, por excelência, do estar humano no tempo. Além disso, por serem incrustados de elementos culturais, políticos, retóricos, estéticos, imagéticos etc., os textos acabam por expandir sua estrutura sígnica, de modo a diluir, ainda mais, as fronteiras entre experiência e representação, gesto e ação, vida e narrativa.

Narrativas jornalísticas

No que tange às manifestações narrativas jornalísticas, há que se destacar a influência de tais produções humanas na alimentação, conformação e ampliação de textos e textualidades. Neste sentido, faz-se importante delimitar o próprio jornalismo a partir de suas estratégias organizadoras do discurso: trata-se, em suma, de ofício responsável pela construção de significados sobre o tempo e a vida, por meio de mecanismos de objetivação e subjetivação, além de calcado na elaboração de contratos cognitivos com “o outro” (leitores, ouvintes, prosumidores etc.), a quem se destina a informação noticiosa.

Sob tal ótica, é possível compreender as narrativas jornalísticas como “modos de dizer o mundo”, e ao mesmo tempo, como “modos de criação de mundos”. Tais complexas responsabilidades fazem com que os profissionais da área sejam classificados não como meros “recolhedores de aspas” (em referência, aqui, ao contato necessário dos jornalistas com suas fontes de informação), mas, sim, como “construtores de narrativas”. Conforme destaca Teixeira (2016), quem constrói

narrativas dificilmente poderá se fazer aceito como imparcial ou objetivo, pois que todo contar de história implica na assunção de uma perspectiva, de um narrador; quem, por outro lado, é visto (e vê a si mesmo) como mero recolhedor e apresentador de fatos diversos, isolados, encontra mais facilidade para cobrir-se com o manto protetor da imparcialidade (Teixeira, 2016, n.p.).

Com base, justamente, na tensão entre objetivação e subjetivação no interior do discurso jornalístico, compreende-se o ofício, aqui, por meio da chamada ótica etnoconstrutivista. A partir de tal escopo teórico, é possível dizer, em outras palavras, que não existe “o fato”, mas, sim, “a construção do fato”. Segundo Tuchman (1999, p. 262), aliás: “Dizer que uma notícia é uma estória não é de modo algum rebaixá-la, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, a notícia, como todos os documentos públicos, é uma realidade construída, possuidora da sua própria validade interna”.

A autora sublinha, ainda, que a transformação de “fenômenos acontecimentais” em informação noticiosa é ofício amplo e criterioso, posto que as narrativas jornalísticas são concebidas pela – e passam a integrar a – imensa rede de fatos, fragmentos e possibilidades do “mundo da vida”: “Nenhum acontecimento se constitui por si só como uma história acabada, apenas oferece elementos a partir dos quais se pode tecer sua trama” (Tuchman, 1999, p. 262).

No que se refere ao critério para definir a qualidade da práxis jornalística, o grau de objetividade dos relatos, por vezes, permanece em segundo plano. O mais relevante, afinal – principalmente, quando da busca de *soluções* para conflitos sociais, históricos etc. –, seriam: 1) a problematização dos desígnios e serventias das narrativas jornalísticas (construídas a partir dos processos de observação, apuração, escrita e edição) e 2) a identificação das tramas a que se fiam e das textualidades com as quais se amalgamam.

Sob outro prisma, há que se destacar que as narrativas jornalísticas não se apresentam, tão somente, como

modelos de acontecimentos e processos passados, mas também afirmações metafóricas que sugerem uma relação de similitude entre esses acontecimentos e processos e os tipos de estória que convencionalmente utilizamos para conferir aos acontecimentos de nossas vidas significados culturalmente sancionados. Vista de um modo puramente formal, uma narrativa é não só uma reprodução dos acontecimentos relatados, mas também um complexo de símbolos que nos fornece direções para encontrar um ícone da estrutura desses acontecimentos em nossa tradição literária [*no caso, também jornalística*]. [...] A narrativa em si não é o ícone; o que ela faz é descrever os acontecimentos contidos no registro histórico de modo a informar ao leitor o que deve ser tomado como ícone dos acontecimentos, a fim de torná-los “familiares” a ele. Assim, a narrativa serve de mediadora entre, de um lado, os acontecimentos nela relatados e, de outro, a estrutura de enredo pré-genérica, convencionalmente usada em nossa cultura para dotar de sentido os acontecimentos e situações não-familiares (White, 1994, p. 105).

Conforme destaca White, as narrativas *mediam* os fenômenos acontecimentais “nela relatados” e a “estrutura de enredo pré-genérica”,

fundamental para que o discurso seja compreendido pelos indivíduos – às vezes, com conhecimentos tácitos diversos. Tal mediação resulta do complexo processo de observação, apuração, decodificação, edição e diagramação dos fatos, que busca “qualificar o ‘acontecimento’, por meio de estruturas técnicas e vetores ideológicos, além de recorrência a angulações sociopolíticas, econômicas, culturais etc.” (Silva Jr., 2018). Chega-se, assim, à resignificação do discurso jornalístico, por meio do desenvolvimento de construções narrativas ligadas à edificação de significados, contratos cognitivos (com “o outro”) e técnicas de natureza objetiva e subjetiva.

Na contemporaneidade, também é possível abordar as narrativas jornalísticas como espaços propícios a performances socioculturais. Neste panorama, a multiplicação de ferramentas e possibilidades técnicas – que se dão, por vezes, por meio da aproximação entre os universos analógico e digital – redefine clássicas convenções das práticas jornalísticas, dos elementos constitutivos do próprio discurso (títulos, bigodes, chamadas, escaladas, retrancas, boxes, passagens, BGs etc.) aos princípios e temáticas.

Ressalta-se, neste sentido, sob o ponto de vista das características estruturais do que venha a ser “a narrativa jornalística”, a complexa “impureza” de composição das discursos contemporâneos. Importante salientar, porém, a distinção aqui desenvolvida entre “puro” ou “impuro”, que nada tem a ver com o valor estético e/ou “conteudístico” das narrativas propostas. A ideia de “contaminação” diz respeito, antes, ao fato de as convenções do ofício – e, também, seus princípios, ferramentas, métodos e possibilidades técnicas – esgarçar e misturam (ou liquidificam) fronteiras.

Com as múltiplas narrativas jornalísticas contemporâneas (a exemplo dos formatos multi, hiper ou transmidiáticos), dá-se, em grande medida, o que ocorre ao longo do tempo, no ver de Souza (2021, p. 216), com as ficções literárias. Segundo a autora, tais obras “impuras” conservam “alto grau de miscigenação entre autores, narrativas e tempos distintos de suas realizações”. A autora cita, então, alguns dos principais parâmetros de entendimento das manifestações artísticas

e culturais de nosso tempo: “sobrevivência, anacronia, montagem, simultaneidade e rompimento de fronteiras temporais e espaciais”.

Tais são os referenciais e elementos também recorrentes à construção de narrativas jornalísticas contemporâneas, cujo procedimento de montagem, à forma das práticas artísticas, “ilustra e incentiva o teor impuro das manifestações” discursivas, “pela liberdade experimentada nas associações, [e] no diálogo entre formas e autores, em que são respeitadas tanto as diferenças quanto as semelhanças entre os objetos” (Souza, 2021, p. 216).

Jornalismo de soluções

O jornalismo contemporâneo passa por uma série de questionamentos e críticas, oriundos tanto do público quanto dos próprios profissionais da notícia. Dentre tais críticas, a percepção de que os veículos jornalísticos se dedicam a mostrar os problemas existentes na sociedade e a apontar os responsáveis por tais problemas, mas pouco se empenham (ou são pouco efetivos) em apontar soluções e contribuir para o enfrentamento das mazelas apontadas.

Conforme comentado na introdução, Tina Rosenberg (2019) destaca a tendência a definir a notícia como “o que há de errado” – ação capaz de gerar mais cliques, indignação etc. Tal postura, contudo, nos leva, muitas vezes, a desprezar o fato de que, para cada problema noticiado, há uma variedade de pessoas, grupos, associações e/ou instituições empenhadas em resolvê-lo. Cofundadora do Solutions Journalism Network (que se autodefine como uma organização apartidária sem fins lucrativos), Rosenberg argumenta que uma forma de atacar tal dificuldade é a adoção da abordagem conhecida em português como “jornalismo de soluções”. Segundo a autora, cabe ao jornalista investigar e reportar as respostas aos problemas, apontando as origens, propostas para resolvê-lo, evidências e exemplos de iniciativas bem sucedidas, bem como as limitações das soluções apresentadas.

Como exemplo, Rosenberg cita o caso do envenenamento – por tinta com chumbo – ocorrido em Cleveland (EUA). Durante anos, os veículos locais publicaram reportagens sobre o problema, mas nenhuma delas levou as autoridades responsáveis à ação. Predominavam as respostas costumeiras, que se limitavam a lamentar o problema e afirmar que estariam fazendo o melhor possível para combatê-lo.

Até que, finalmente, uma reportagem do jornal *Plain Dealer* desencadeou a ação das autoridades. O texto relatava iniciativas bem sucedidas em cidades vizinhas, como Rochester, Grand Rapids, Akron, e mesmo em outros estados e países. Ao serem confrontados com as soluções implementadas em outros locais, o poder público de Cleveland foi levado a promover mudanças, o que culminou com uma nova legislação acerca do envenenamento por chumbo, aprovada em julho de 2019, inspirada nas melhores práticas das cidades vizinhas, apresentadas pelo jornal.

Rosenberg esclarece que a abordagem realizada pelo Jornalismo de Soluções não se dedica a celebrar ou propagandear determinadas iniciativas, muito menos advogar por elas. Trata-se, essencialmente, de encontrá-las, investigá-las e reportá-las.

Embora seja uma tendência crescente e com maior destaque a partir da década de 2010, vale ressaltar que os conceitos e procedimentos do Jornalismo de Soluções já vinham sendo discutidos pelo menos desde a década de 1990. Susan Benesch escreveu, em 1998, artigo no qual aponta o crescimento dessa vertente jornalística. Segundo a autora, o jornalismo tradicional ocupa-se, sobretudo em apontar o que há de errado, na esperança de que alguém corrija os problemas, ao passo que o Jornalismo de Soluções aponta as ações e iniciativas corretas, na expectativa de que outros possam tomá-las como exemplo e inspiração e, em seguida, possam implementá-las, adaptadas, evidentemente, a cada contexto geográfico e socioeconômico.

Em artigo mais recente, Karen McIntyre vai além, afirmando que o modo como a imprensa lida, de forma geral, com os problemas da sociedade contribui para uma certa “fadiga da compaixão”, ou seja, uma apatia pública perante a grande quantidade e variedade de tragédias. Isso ocorre, em grande parte, porque a mídia se dedica excessivamente

a apresentar conflitos, e não tem o hábito de apresentar soluções para os problemas sociais.

Segundo McIntyre, o Jornalismo de Soluções pode ser visto como uma forma de jornalismo de nicho – na medida que desenvolve uma metodologia específica, incomum no jornalismo *mainstream* – porém, ao mesmo tempo, ele não precisa ser separado do jornalismo padrão. Pelo contrário: formas de apurar informações e produzir noticiário focadas em soluções podem ser incorporadas no jornalismo mais típico, e nas mais diversas “especializações”, tanto em termos de mídia – impressa, televisiva, radiofônica, online e mesmo em HQ, como será analisado na parte final deste capítulo – quanto em termos temáticos.

Na verdade, segundo levantamento do Solutions Journalism Network – que levou em conta mais de 13 mil reportagens, produzidas por 6 mil jornalistas e publicadas em 1.600 veículos diferentes, de 187 países – a abordagem do Jornalismo de Soluções foi encontrada em publicações de campos tão diversos como:

- Agricultura, pesca e atividades florestais
- Arte e cultura
- Comunidade e desenvolvimento econômico
- Educação
- Meio ambiente
- Saúde
- Direitos humanos
- Prestação de serviços
- Informação e comunicação
- Relações internacionais
- Filantropia
- Poder público
- Segurança pública
- Religião
- Ciência
- Ciências sociais
- Esporte e lazer

E como funciona a metodologia de trabalho do Jornalismo de Soluções? De forma resumida, pode-se afirmar que ela:

- busca apresentar soluções e ideias que os membros da sociedade (desde indivíduos isolados a, principalmente, grupos, associações e instituições) possam compreender, avaliar, adaptar e implementar;
- foca a eficiência das soluções, e não apenas as boas intenções de seus empreendedores; ou seja, busca evidências de bons resultados para os problemas, sem basear-se apenas em especulações e estimativas;
- sempre que possível, quantifica e detalha os dados relativos à iniciativa ou proposta de solução apresentada;
- busca investigar e apresentar o modo como um determinado problema está sendo abordado (e solucionado) em outros locais e outros contextos;
- não deixa de discutir os limites e eventuais falhas e lacunas de cada resposta ou solução apresentada;
- pode construir-se em torno de personagens, desde que se aprofunde, com rigor investigativo, nas respostas dadas aos problema e como tais respostas funcionam; ou seja, não corrobora narrativas que promovam heróis individuais nem “salvadores da pátria”.

Um aspecto interessante a ser destacado, no mapeamento de reportagens realizado pelo Solutions Journalism Network, refere-se aos “fatores de sucesso” das soluções investigadas e noticiadas. Dentre todas as iniciativas, percebeu-se que os grandes méritos ou diferenciais do projeto/iniciativa, e que foram apontados pelas reportagens como elementos essenciais para a solução ser bem sucedida, destacam-se fatores como:

- Uso de financiamento criativo;
- Enfrentamento das causas estruturais do problema;
- Aposta em iniciativas colaborativas e no “poder das relações”;
- Foco no elemento humano e empoderamento das pessoas envolvidas;
- Expansão do acesso.

Análise

A reportagem “Favela vs Covid-19”

Publicada no portal Outriders, a reportagem multimídia “**Favela vs Covid-19**” – com textos de Priscila Pacheco e arte de Alexandre de Maio, Cecília Marins, Maskra e Alessandra de Maio – busca narrar as soluções desenvolvidas pela população, nas comunidades de Paraisópolis, Heliópolis e Brasilândia, todas no estado de São Paulo, com vistas a enfrentar uma série de desafios (sanitários e sociais) ocasionados pela pandemia do vírus Sars-Cov-2. No bigode, é possível compreender os pontos centrais da proposta:

A COVID-19 chegou ao Brasil pelas classes mais abastadas, mas avançou para as periferias. O primeiro caso no país foi registrado em São Paulo, no dia 26 de fevereiro. A metrópole mais rica e populosa da América Latina tem grande desigualdade social. Esta é a história das redes formadas por moradores de favelas de São Paulo para lidar com os problemas causados ou ampliados pela pandemia.

Diagramada em formato HQ, com “Introdução” e três partes histórias principais – “Paraisópolis e seus ‘Presidentes de Rua’”; “Carros com megafones e programa de rádio em Heliópolis”; “Música contra Covid-19 em Brasilândia” –, a narrativa se destaca, ao mesmo tempo, pela serialização e pela não linearidade, posto que os prosumidores escolhem a ordem das histórias e os caminhos de consumo da informação, além de depoimentos em áudio.

Metodologia

Para investigar a reportagem multimídia **“Favela vs Covid-19”**, com base nos elementos específicos do jornalismo de soluções, optou-se por dividir a problematização em quatro tópicos, já problematizados anteriormente. Trata-se das seguintes características de tal modalidade narrativa: 1) apresentação de soluções e ideias de membros da sociedade; 2) foco na eficiência e no detalhamento de dados relativos à solução, investigação do modo como o problema é abordado (e solucionado) em outros locais e contextos e discussão de limites, falhas e lacunas de cada solução; 3) experimentação e inovação da narratividade.

Apresentação de soluções

A apresentação dos propósitos da reportagem multimídia já podem ser observados no título e no bigode, posto que não há metaforização narrativa. De antemão, os prosumidores descobrem que se trata de investigação jornalística sobre o embate entre moradores locais e a disseminação do vírus (**“Favela vs Covid-19”**), conforme também explicitado no subtítulo: “O que as periferias podem ensinar sobre estratégias de combate à pandemia”.

Percebe-se, ainda, como a ideia de “solução” se apresenta na própria chamada, com base na ideia de que pessoas de regiões diversas podem aprender bastante a partir das iniciativas empreendidas pela população das comunidades analisadas pela reportagem: Paraisópolis, Heliópolis e Brasilândia.

Fica claro, já nos primeiros “movimentos” da narrativa, que a reportagem destacará as iniciativas populares da periferia, em função, principalmente, da inépcia e da morosidade de ações do governo federal – que, desde o início da pandemia, parece atrelado ao negacionismo. Dentre as providências da comunidade, estão orientações para prevenção da doença, geração de renda para desempregados e doações de cestas básicas e produtos de higiene.

A apresentação geral da proposta da reportagem “se encerra” com a revelação dos caminhos de leitura possíveis. Trata-se da tríade de abordagens do tema, divididos, como já dito, nas retransmissões “Paraisópolis e

seus ‘Presidentes de Rua’” (grupos de moradores voluntários monitoram a própria vizinhança); “Carros com megafones e programa de rádio em Heliópolis” (grupos divulgam informações importantes por áudio, para combater a pandemia); e “Música contra Covid-19 em Brasilândia” (rede de artistas busca ajudar e orientar a população).

Ressalte-se que, desde o início, a performance jornalística se estabelece por meio de diagramação experimental, toda baseada na serialidade e na potência visual das HQs, e da não-linearidade, própria do universo multimídia.

Abordagens da solução: dados, eficiências e lacunas

A retranca “Paraisópolis e seus ‘Presidentes de Rua’” se inicia com dados característicos da comunidade (número de moradores, densidade demográfica etc.). Em seguida, a narrativa detalha o funcionamento – e, também, certas comprovações de eficiência – da iniciativa: mobilizaram-se 600 presidentes de rua, sendo a maioria de mulheres, que lideraram uma série de atividades, como a contratação de ambulâncias, a formação de brigadistas, a distribuição de equipamentos em pontos estratégicos, a preparação de duas escolas públicas para recepção e isolamento de infectados, além de campanhas como “Adote uma diarista”.

O texto destaca, ainda, que cada presidente de rua ficava responsável por verificar as necessidades das famílias em sua área de atuação. Para destacar tais ações, a retranca apresenta, então, áudio automático de Givanildo Pereira Basto, coordenador do projeto, que detalha os itens recebidos pelas pessoas. A partir daí, busca-se situar o prosumidor quanto a diversas nuances da iniciativa: bastidores das decisões de liderança e da produção material de soluções, desafios práticos e reações (positivas e negativas) da população.

No que se refere às dificuldades encontradas e às lacunas apresentadas pela solução, a retranca mostra, por exemplo, o modo como a instância governamental pouco contribuiu, pois até mesmo a autorização para uso das duas escolas estaduais, como centro de isolamento, foi “tarefa árdua”.

Por fim, no que diz respeito à eficiência da solução, o texto da retranca informa que, em maio de 2020, a mortalidade por Covid-19 era de 21,7 por 100 mil habitantes, enquanto a média da cidade de São Paulo era de 56,2 – o que sugere a efetividade da iniciativa para diminuição da disseminação do vírus em Paraisópolis. Outra questão importante, no que tange aos frutos da iniciativa, é o fato de que líderes comunitários de outras regiões carentes procuraram os “presidentes de rua” para pedir dicas sobre como montar estratégias de combate à pandemia.

A retranca **“Carros com megafones e programa de rádio em Heliópolis”** também começa com dados sobre a comunidade investigada jornalisticamente, além de revelar a história por trás da atuante União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis (UNAS). Trata-se da entidade que, em parceria com o poder público e a iniciativa privada, mantém projetos diversos (educação, cultura, empreendedorismo etc.) e foi responsável por liderar as ações de combate à pandemia na região.

A narrativa destaca, então, que, diante da constatação de que seria importante orientar os membros da comunidade quanto às formas de prevenção do vírus, a UNAS passou a usar um carro de som, que, em três dias da semana, corria as ruas da região para transmitir informações relevantes sobre a doença. Alguns dos quadrinhos da HQ jornalística reconstroem – tanto em balões quanto em áudios (com reproduções reais do que foi ouvido pelos moradores) – cenas comuns durante o período de combate à doença: “Salve, quebrada! Passando a visão sobre o coronavírus. Não compartilhem copos, drinques, cervejas”; “Atenção, moradores de Heliópolis e região. A UNAS tem um recado importantíssimo para você combater o coronavírus”.

Quanto às limitações do projeto, o texto da retranca destaca a existência de vielas onde o carro de som não conseguia entrar. Desse modo, parte da população não conseguiria as informações de saúde. Como solução paliativa ao problema, segundo a reportagem, os integrantes da UNAS passavam a pé, gritando algumas das orientações de prevenção ao vírus. Em relação às “efetividades”, o texto sublinha o fato de que a iniciativa mobilizou 180 pessoas para realização das ações nos vários espaços da comunidade.

Por último, a retranca **“Música contra Covid-19 em Brasilândia”**, inicialmente, apresenta informações sobre a comunidade e a Rede Brasilândia Solidária, formada por moradores, integrantes de organizações sociais e trabalhadores da região. Ao modo das outras duas partes da reportagem, tal narrativa buscou refazer as origens e a natureza prática da proposta, ao revelar que um carro de som potencializou a disseminação de informações sobre saúde e pandemia.

Neste sentido, eficiências e obstáculos caminharam lado a lado, visto que a prefeitura não apoiou o projeto, mas os integrantes da Rede recorreram à arte para efetivar seus objetivos: o *rapper* Pretowuoloko, por exemplo, participou de ações no carro de som, como forma de atrair a atenção dos públicos. Na composição discursiva da retranca, tais iniciativas aparecem de três modos: por meio de histórias refeitas no formato HQ, da simulação de grafites presentes nas ruas e de vídeos com depoimentos de artistas – como o grafiteiro Digão O Comprimido – que participaram do projeto.

Narratividade

Ao longo da reportagem **“Favela vs Covid-19”**, tudo é revelado sem uso de quaisquer tipos de fotografias ou filmagens jornalísticas (com exceção de vídeo com o depoimento do grafiteiro Digão O Comprimido). A narrativa é toda ilustrada por meio de desenhos no estilo HQ. Dentre outros efeitos inusitados, tal decisão editorial permite que, por meio de representação visual “ficcional” (mas com base na realidade, nas fisionomias e nas edificações das comunidades etc.), sejam revelados, até mesmo, pensamentos, sonhos, conflitos e oralidades.

A estratégia narrativa adotada pelos autores (jornalistas e artistas visuais) permite que uma reportagem pouco extensa como esta – sob o ponto de vista verbal – amplie suas discursividades, ao aproximar os prosumidores da realidade cotidiana (e social e arquitetônica e política e econômica etc.) das comunidades abordadas.

Outra questão seminal à experiência jornalística proposta na reportagem diz respeito à não-linearidade, que permite, aos prosumidores, “passeios” livres pelas comunidades e, claro, por uma série de etapas das soluções abordadas, dos bastidores às “eficiências”, dos obstáculos aos “casos de vida”. Não há sequência obrigatória a ser percorrida, pois cada “trecho” da narrativa se revela, em si, carregado de autonomia e integralidade. Contudo, ao mesmo tempo, o diálogo entre as três partes formam um conjunto amplo e coeso.

Considerações finais

Por meio da inovação narrativa, do “diálogo” pop – fruto da confluência de HQ, grafite, rap etc. – e do estímulo às experimentações gráficas, o jornalismo de soluções realizado na reportagem **“Favela vs Covid-19”** cumpre seu intuito de discutir projetos sociais de efetiva intervenção em (graves) problemas enfrentados pelas comunidades, com ênfase, no caso, às múltiplas consequências da pandemia do coronavírus.

A reportagem, possivelmente, se revelará bastante atraente ao público jovem, pois aposta em discurso capaz de construir realidades, e, ao mesmo tempo, repleto de tensões sócio-históricas e elementos de grande atração retórica. Em outras palavras, a narrativa – “possuidora da sua própria validade interna” (Tuchman, 1999) – se mostra, simultaneamente, informativa e saborosa.

Por fim, importante ressaltar que a reportagem se confirma, sob diversos aspectos, como exemplo do jornalismo de soluções defendido por Rosenberg (2019). Trata-se de narrativa que, dentre outros objetivos, compreende que os grandes problemas da sociedade podem encontrar saídas, por meio da ação de vários grupos, pessoas, associações e/ou instituições. Além disso, **“Favela vs Covid-19”** se mostra empenhada em desvendar respostas a complexos problemas sociais, por meio do apontamento de origens, propostas de solução, evidências e exemplos de iniciativas bem sucedidas.

Referências

- BENESCH, Susan. “The rise of solutions journalism”. In: *Columbia Journalism Review*, vol. 36, n. 6, Mar-Abr 1998, p. 36-39.
- IBÁÑEZ, Jesús. *Por una sociología de la vida cotidiana*. Siglo XXI de España Editores, S.A.: Madrid, 1994.
- McINTYRE, Karen. *Solutions Journalism – The effects of including solution information in news stories about social problems*. 2019. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17512786.2017.1409647>>. Acesso em 13. jun. 2022.
- ROSENBERG, Tina. “One question”. In: *The Progressive Magazine*. Dez 2019. Disponível em: <<https://progressive.org/magazine/one-question-should-journalism-look-for-solutions/>>. Acesso em 13. jun. 2022.
- SILVA JR., Maurício Guilherme. “Metodologia para identificação de processos transcriadores em narrativas jornalísticas”. In: MAIA, Marta; MARTINEZ, Monica. (Orgs.) *Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas metodológicas*. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2018.
- SOUZA, Eneida Maria de. *Narrativas impuras*. Recife: Cepe, 2021.
- TEIXEIRA, Antonio Claudio Engelke Menezes. “Modos narrativos de fazer mundos: jornalismo, ficção e verdade”. *Revista Famecos*. Porto Alegre, volume 23, número 3, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2016. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/23047/14599>>. Acesso em 14. jun. 2022.
- TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo, Questões e “Estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.
- TUCHMAN, Gaye. “Contando ‘Estórias’”. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo, Questões e “Estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.

II

Sujeitos, Corpos e Existências

Ninguém é comum: o testemunho do ordinário na coluna Trombadas

Ana Cláudia Peres

Introdução

Este é um texto-convite ao diálogo, a partir de uma provocação.

Categoria ligada ao trauma, às catástrofes, às grandes tragédias naturais e humanas, o testemunho neste capítulo trafega na contramão dos eventos monumentais, avançando por um terreno mais cotidiano, das pequenas rupturas, da dor e do sofrimento, mas também das alegrias e gozos mais corriqueiros, que disso também é feita a vida. A intenção é justamente sair dos acontecimentos mais grandiosos que normalmente pontuam as análises do testemunho na mídia, e por extensão no jornalismo, para voltar o olhar para o comum das vidas e traçar uma espécie de inventário de existências propiciado exatamente por um jornalismo que vai ao encontro dessas vidas onde elas falam por si, em algumas raras palavras que dizem sobre elas ou que elas própria pronunciam nos rastros que deixam, como desejava Foucault (2003).

Ao elaborar um verdadeiro tratado sobre o saber cotidiano em “A vida dos homens infames”, o pensador francês lembra que, por muito tempo, na sociedade ocidental, o dia a dia só pode ser acessado pelo fabuloso, pela façanha, por algum crime abominável. Para que se tornasse “dizível”, era preciso que a vida fosse marcada com um toque de impossível. Mais do que nunca, fazia-se necessário “um afloramento do cotidiano no código do político” (Foucault, 2003, p. 220).

De acordo com Beatriz Sarlo (2007), nas sociedades modernas, acentuou-se o interesse nos sujeitos normais com destaque pelos pormenores da vida cotidiana desses que, em outra época, teriam sido ignorados. Em contrapartida, a valorização das micronarrativas passa a exigir também outros modos de narrar. No terreno da História, o

privilégio do trivial e dos relatos pequenos passa a funcionar como estratégia de resistência e disputa onde grupos marginais buscam reafirmar suas identidades e pleitear a sua versão da história contra os discursos oficiais e hegemônicos. Para reatar os fios partidos das narrativas identitárias, “as micronarrativas passam a ser consideradas também um recurso utilizado pelo indivíduo, em sua solidão existencial, para se conectar com o Outro” (Follain, 2009, p. 134).

Tomamos as notas desses autores sobre o código do comum como referência porque, neste artigo, são as pessoas comuns, a partir do testemunho que dão de suas vidas, que nos conduzem para uma discussão sobre o jornalismo. Como já sugeriu Eliane Brum (2006), jornalista cuja práxis é atravessada por um olhar sobre o ordinário das vidas, os “desacontecimentos”, as pequenas coisas aparentemente “desimportantes”, interessam aqui narrativas que contam “os dramas anônimos como os épicos que são, como se cada Zé fosse um Ulisses, não por favor ou exercício de escrita, mas porque cada Zé é um Ulisses e cada pequena vida uma ‘Odisseia’” (Brum, 2006, p. 187).

Isso faz lembrar dos encontros de Christian Carvalho Cruz com Severino, Fiinho, Ronaldinho, Josiane, Lúcia, Diana, Maria Goreti, Reginaldo, Arnaldo, Bruno e Ana, tantos outros, tantas outras, relatados na coluna Trombadas. Publicados na plataforma Uol Tab, os textos não se oferecem como estudos de caso ou sob medida para uma análise pragmática. Não é proposta deste ensaio fazer um estudo sobre as estratégias discursivas do interior da linguagem nem mesmo sobre as “estratégias sensíveis” (Sodré, 2006) que emergem dessa outra posição interpretativa para o campo da comunicação que transcende os aspectos técnicos.

Nas próximas seções, as narrativas de Trombadas são convocadas para seguir conversando com você, leitor, sobre uma hipótese já tangenciada em outros trabalhos (Peres, 2019; Peres e Resende, 2016) que discute a ideia de que, no jornalismo, aquilo que nos aproxima dos dilemas e inquietações dos personagens e nos coloca em relação é menos a dimensão espetacular da experiência e mais o fato miúdo, as pequenas trivialidades de uma rotina interdita que acontece em meio ao caos e apesar de tudo – apesar, inclusive, das narrativas tradicionais do jornalismo.

Para tanto, além de apresentar Trombadas como um produto de mídia (primeira seção), trafegamos pelos conceitos de texto testemunhal, experiência, narrativa e acontecimento, a partir de Paul Frosh, Walter Benjamin, Paul Ricoeur e Louis Quéré, e em diálogo com novas questões trazidas por autores contemporâneos.

Trombadas, testemunho, diálogo

“Histórias célebres de gente anônima: este é o espírito do projeto Trombadas. Nasceu sem destino, intenções, interesses ou desejos, nada além de conhecer e ouvir as pessoas que encontro nas ruas. Então eu saio, vou lá, paro – é fundamental parar – e escuto. Depois conto. No fim, é um mergulho. E um reencontro”. Essa informação aparece grafada em itálico, no rodapé de cada coluna Trombadas, publicada quinzenalmente pela plataforma Uol Tab, desde fevereiro de 2021. De autoria do jornalista Christian Carvalho Cruz, a nota explicativa informa para o leitor que ele está diante de algo insólito, no mínimo pouco usual no jornalismo hegemônico.

Dos encontros do jornalista com as fontes ou personagens, saltam textos de elevado teor testemunhal. Na estreia de Trombadas, o jornalista investido do papel de narrador nos convoca a testemunhar uma vida no que ela tem de mais singular. Em “A ‘minhamãe’ mãe de Severino” – esse, o título do relato –, o leitor conhece Severino pelo que ele diz de si e que o jornalista, em uma estratégia narrativa, faz contar em primeira pessoa. Não para falar pelo Outro, mas com o Outro. Por meio do relato, é possível conhecer Severino Ferreira da Silva, 54 anos. Homem simples, criado em orfanato, que saiu do Nordeste para uma rotina de trabalho em São Paulo, o personagem é testemunha direta de sua vida e dos percalços da existência. De outra parte, ao emprestar o ouvido, o jornalista também testemunha suas dores, o choro, os planos, as ausências da mãe. Tempos depois, por meio da narrativa, é o leitor a testemunha.

Vejamos alguns trechos:

Minha mãe. Quero falar de minhamãe. É minhamãe a dona do meu pensamento nessa uma hora e quatro de viagem todo dia. Ela me pôs no orfanato quando eu tinha dois anos de idade. Eu, mais uma irmã de quatro, mais um irmão de sete. Meu pai não conheci. Mãe solteira, não sei se você sabe, não tinha valor no Recife antigamente. Pra trabalhar em casa de família, a patroa não queria. Então não foi abandono. Minhamãe deixou a gente no orfanato causa do sistema, nesses termos, vamos assim dizer.

Muita solidão, viu? Ah... Você desculpa? É que, um homem de 54 anos e chorando por causa da mãe, viu? Só um minuto, que eu já prossigo lhe contando? Olhe, viu? Era uma tristeza tamanha que os pais e mães das outras crianças percebiam e me levavam pra perto deles. Conversavam, abraçavam, pegavam no colo. Só que não era o cheiro de minhamãe. Aí eu pensava, “e se ela não puder vir no mês que vem também?”

Daí que carregou essa ideia de voltar pra perto de minhamãe e ajudar as pessoas que precisam, principalmente as casas onde têm criança pequena, pra que mãe e filho não se separem nunca. É como se fosse um aperto no peito que agora eu estou perto de soltar. Estou contando os dias pra voltar à minhamãe. É assim, viu?... (Christian Carvalho Cruz, Trombadas, Uol Tab, 25/02/2021).

FOTOGRAFIA 1 – “A ‘minhamãe’ de Severino”: testemunho de uma vida no que ela tem de mais singular



Fonte: Christian Carvalho Cruz/Trombadas (Uol Tab, 25/02/2021)

O texto segue numa conversa cadenciada. O jornalista é a um só tempo narrador e personagem – também testemunha – sem que soe como se estivesse ludibriando o leitor. Ao contrário. Trata-se de uma aposta em um tipo de relato que reproduz os chistes, vícios de linguagem, lapsos de memória, os cheios e vazios da fala da personagem – “Minhamãe”, grafado assim desde o título num oportuno neologismo; o exercício da fala oral reproduzida com todos os apostos e interjeições; as indagações como que exigindo que o leitor também participe do diálogo.

Por meios de estratégias narrativas diversas e sem abrir mão dos dispositivos da práxis jornalística, mas bagunçando as fronteiras entre os gêneros do discurso, o jornalista nos convoca ao testemunho. São 34 colunas desde a estreia até 26 de junho de 2021 (período cartografado por este artigo). Há ainda o recurso das fotografias em preto & branco também assinadas pelo jornalista, que também funcionam como um testemunho dos encontros entre repórter e fonte-personagem.

Em “As palavras bonitas de Fiinho” (22/04/2021), desta vez em forma de entrevista pingue-pongue com o caseiro Wesley Sebastião Rodrigues Taveira, o Fiinho do título, o texto nos convida a uma pausa. Em “A carta de Ronaldinho” (21/10/2021), é por meio de uma missiva escrita por um sócia e xará do atleta fenômeno endereçada ao seu homônimo famoso, que conhecemos o moço do Largo do Arouche que já quis ser jogador de futebol, mas agora ama o ofício de chaveiro que exerce cotidianamente. Em “As ausências de Josiane” (06/05/2021), somos chamados a dar testemunho das agruras Josiane Melo dos Santos, 32, que conta ao repórter sobre esperança e abandono, enquanto lhe serve o café: “O seu café é curto ou normal?”:

Eu achava que não podia perder a esperança porque sou de Esperantina. É longe, moço. Longe. Piauí. Quando vou, desço do avião em Teresina e são mais três horas de ônibus. Não sei por que diacho deram esse nome pra cidade. Mas penso Esperantina, penso esperança. Esperança de quê? Bom, quando eu era pequena minha esperança era ser aeromoça, mas passou. Caminhoneira também não deu. Hoje tenho esperança de conseguir pagar as dívidas e de não ser pra minha filha uma mãe igual a minha foi pra mim. Estranho falar mãe. Eu chamo ela de ela, só (Christian Carvalho Cruz, Trombadas, Uol Tab, 06/05/2021).

“No jornalismo, a presença do Outro requer habilidade”, apontam Schwaab e Zamin (2015, p. 211), algo de que o autor de *Trombadas* tira partido a cada relato. Nos textos da coluna, as vidas vividas dos personagens, seus dias de alegria e tormenta, as intrigas e reviravoltas da existência, são o mote para dar testemunho da experiência de estar no mundo com suas dores e delícias por meio de um “texto testemunhal”, como pretendem Frosh & Pinchevski (2009). Ou seja, aquele que elabora a presença do jornalista no evento levando o espectador/leitor a um só tempo a experimentar o acontecimento e crer no que lhe foi dito. Para Frosh, um “texto testemunhal” é

aquele cuja estrutura interage com o público para criar não apenas uma experiência imaginativa sobre o assunto de que ele trata (como é ser apanhado por um tsunami, por exemplo), mas também a suposição de que este texto é um testemunho, que o evento descrito realmente aconteceu e que o texto foi projetado para relatá-lo (para um propósito religioso ou moral) (Frosh, 2009, p. 61, tradução livre).

Por essa perspectiva e concordando com Frosh (2009), podemos dizer que os casos em que o jornalista não esteve presente no evento podem passar como textos produzidos por pessoas que estavam no evento porque “a ênfase não está na ‘origem’ do discurso, mas na experiência de mundo que imaginamos através do texto” (Frosh, 2009, p. 61). No caso da coluna em análise, é a existência de um “texto testemunhal”, portanto, que indica aos leitores que os eventos devem ser considerados reais não exatamente porque o repórter esteve no local ou experimentou, mas porque reconstituiu os acontecimentos pelo testemunho de terceiros e/ou a partir dos seus rastros. E sendo assim, sugerimos, o que o testemunho perde em autenticidade, ganha em seu potencial dialógico.

Experiência é narrativa

Se falaremos de experiência, é importante pensar com Walter Benjamin. Em um texto célebre escrito três anos antes de “O Narrador”

– conhecido ensaio em que o filósofo afirma que a informação mata a narrativa –, Benjamin já observava a pobreza de experiência (*Erfahrung*) que caracterizava o mundo moderno. Isso era de tal maneira assustador que ficava difícil justificar por que, mesmo que a humanidade houvesse experimentado algo tão terrível quanto uma guerra, os homens voltavam do campo de batalha mudos, sem ter o que falar. “Os livros de guerra que inundaram o mercado literário 10 anos depois continham tudo menos experiências transmissíveis de boca em boca” (Benjamin, 2012, p. 123-24).

Diante dos valores capitalistas e da explosão tecnológica em que mergulhavam as sociedades do século XIX, só restava admitir o declínio da autoridade, logo, da experiência e da narrativa com enunciação comunitária (SODRÉ, 2009). O narrador no sentido clássico saía então enfraquecido e, em seu lugar, surgia uma generalização das vivências e dos relatos.

Em Benjamin, a crise se dá entre a possibilidade de organização integral da experiência numa forma narrativa (em que os acontecimentos se expressam essencialmente centrados na sábia autoridade) e um discurso possivelmente “pós-narrativo”, caracterizado por textos descentrados, a exemplo dos que constituem a informação enquanto forma cultural. (Sodré, 2009, p. 185).

Para Benjamin (2012, p. 221), portanto, a narrativa “não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada” e é “ela própria, em certo sentido, uma forma artesanal de comunicação”, um modo tradicional de transmitir conhecimento seja na forma de uma moral, uma advertência ou um conselho. Benjamin nos indicava que, na modernidade, narrar só seria possível pelos rastros. Antes de seguir por esse caminho que nos oferece uma pista para averiguar a coluna Trombadas à luz do testemunho, nos demoremos um pouco em relação ao conceito clássico de “narrativa” que, no contemporâneo, assume inúmeras dimensões.

Gerard Genette (1995) considerava narrativa como a sucessão de acontecimentos reais ou fictícios ou como o enunciado de um acontecimento ou ainda como o ato de narrar em si mesmo. Para

Todorov é aquilo que se constitui na tensão entre duas forças: sendo a primeira delas o fluxo contínuo da mudança, “o inexorável curso dos acontecimentos, a interminável narrativa da vida (a história)”, um certo caos instaurado; enquanto a segunda dessas forças de atuação seria aquela que tenta organizar esse caos, que “procura dar-lhe um sentido, introduzir uma ordem” (Todorov, 2004, p.21-22).

No jornalismo, que cada vez mais tem se voltado para os estudos da narrativa como um lugar que se propõe a pensar representações e mediações no campo da comunicação, Medina aponta em linha parecida ao conceber narrativa como o resultado da capacidade do homem de organizar a desordem, “de produzir sentidos, ao narrar o mundo” (Medina, 2006, p. 67). Sendo assim, “o que se diz da realidade constitui uma outra realidade, a simbólica”, e isso estaria no cerne do argumento em favor do jornalismo como uma disciplina que tece histórias do presente.

É o mesmo que faz Motta (2004, 2008, 2012) ao reivindicar para o jornalismo o caráter narrativo chegando a propor um método que denominou de Análise Pragmática da Narrativa Jornalística, uma forma de repor a dimensão narrativa dos enunciados jornalísticos a partir de alguns critérios. Para o autor, as narrativas são “uma prática humana universal, constituidora de nossas experiências mais profundas e transcendentais, assim como nossas experiências mais felizes ou amargas” (Motta, 2012, p. 31-32). Na trilha de Paul Ricoeur (2010), Motta argumenta que contar e recontar narrativas é o que dá sentido à vida e, sendo assim, o jornalismo é um lugar de excelência tanto para produzir narrativas como para estudá-las.

Resende (2009, 2011, 2014), que propõe a narrativa como lugar de relação e de produção de conhecimento, também problematiza a narrativa que, em suas instâncias enunciativas, contribuem para o nosso modo de ver o mundo. Para o autor, atribuir à narrativa um caráter menos tomado pelo senso comum – que a entende apenas como uma história que se conta – é fundamental e também um desafio para o campo do jornalismo.

Com base nesses autores e partindo então de dois pressupostos basilares – 1) o ato de narrar é fruto da necessidade de compreensão do

mundo; e 2) jornalismo é uma prática discursiva que atribui sentido ao mundo –, nos parece pertinente afirmar que há no jornalismo espaço para narrar a experiência. E nesse sentido, a coluna Trombadas, ao assumir o jornalismo como uma construção de linguagem, a despeito de não se encaixar nos cânones da prática hegemônica, é material empírico exemplar.

Vejamos a coluna de 07 de abril de 2022, em que o jornalista nos apresenta “O limoeiro no asfalto de Lúcia”, a senhora que chegou em São Paulo em 1996 onde montou uma barraca para vender pastel e café, brigou com os homens da ordem pública e hoje planta limões e outras mudas no asfalto enquanto aceita que sua situação é indefinida e vive “que nem a lua, flutuando”. Melhor que ela mesma se apresente, como fez ao repórter:

Bom dia, meu bem. Bom dia. Vamos levando. Aqui? Aqui é Vila Germinal. Isso: Germinal. Pra li fica a Vila Galvão, Guarulhos. Pra cá Vila Mazzei. Cheio de vila desses lados. Mas essa aqui é a Vila Germinal, onde germina o bem o mal. Hahahahahaha. Gostou? Ouvi essa um dia do meu amigo Jorge e puxei pra mim. Hahahaha. Haha ai, ai, ai. Ô Jesus, creiemdeuspai! Ai. Ui. Não se preocupa que essa tosse é antiga. Não é covid não. É cigarro... (Christian Carvalho Cruz, Trombadas, Uol Tab, 07/04/2022).

É assim que Christian Carvalho Cruz introduz o leitor no universo de Lúcia (ou seria o contrário, a personagem convocando o repórter e, por conseguinte o leitor?) Diferentemente dos relatos do paradigma informacional, onde o Outro é apenas um terceiro – “Fulano disse”; “Sicrano declarou”; é aquele que apenas “conta”, “diz”, “explica” –, aqui, por exemplo, ao jornalista coube articular o tempo e enredar o leitor em uma trama que já não é mais o real vivido tampouco um texto dado, pronto, finito. Os marcadores da linguagem jornalística estão todos lá, como exigido pelos manuais. Mas as aspas não servem apenas para preencher espaços, tampouco as perguntas são meras estratégias retóricas. Aqui, muitas vezes, apenas intuímos a indagação do repórter e é possível brincar com o quê, o quem, o como, o quando, o onde e o por quê.

Ao ler “O limoeiro no asfalto de Lúcia”, ficamos sabendo que Lúcia Maria da Silva não casou nem teve filho; que a família ficou no norte de minas e que a lembrança mais forte que traz de lá é dos parentes brigando por terra; que é amiga do Jorge e do Amadeu, com quem passa os dias na vila; que ela é uma pessoa calma, “mas se lhe pisarem nos calos, vira Jiraya”; e que ela não disse a idade mas contou que naquele dia estava se sentindo com 200 anos. É nesse vai e vem discursivo, no jogo que se dá entre ação e texto, texto e vida, sem desconsiderar ainda o papel do leitor, que formulamos sentidos para o mundo.

Que mais você quer saber, meu bem? Maior perrengue da minha vida? Bom, é sempre o mesmo de segunda a domingo, não muda: procurar um real na carteira e não achar. Quer perrengue maior que esse? Hoje, pra não mentir pra você, tenho 8 reais. Dá pro ônibus. Ih, amanhã tá longe, até lá deus abençoa e eu levanto mais algum, se preocupe não. Lógico que eu gostaria que sobrasse, cê tá besta? Eu ia comprar um vestido bem elegante e fazer escova no cabelo aos sábados, pra ir bonita à missa no domingo. E ia também voltar a comer um contrafilezinho, né?, que já faz tempo e tô quase esquecendo o gosto. Mas como é que a gente vai reclamar? Pelo menos pro pão com manteiga não falta. E vejo um tanto de gente nessa Vila Germinal sem nem o pãozinho com manteiga. Na pandemia, como eu conheço todo mundo e todo mundo me conhece, o dono da empresa me encarregou de distribuir cesta básica pra vizinhança. Mas era tanta gente que vinha que eu precisava abrir as cestas e repartir as coisas, senão não conseguia atender todo mundo. Feijão pra um, arroz pro outro. Sal pra esse, óleo praquêle. Muito triste. No meu caso, quando aperta eu peço ajuda pro Amadeu: “Ô, meu amigo, me empresta cenção pro mercado? Te devolvo dia 10”. Aí o Amadeu me socorre... (Christian Carvalho Cruz, Trombadas, Uol Tab, 07/04/2022).

Ao se deixarem afetar por uma relação construída durante o tempo em que passaram juntos – e que se estende ainda por meio de entrevistas aos amigos da personagem principal –, Christian e Lúcia nos convidam ao encontro, tornando viável imaginar que outras relações passem a ser possíveis no momento em que a narrativa refaz o passado e chega ao leitor, apesar das diferenças que, por suposto, existem entre os sujeitos do discurso.

Isso não poderia ser classificado de outra maneira senão como uma narrativa, entendida aqui no sentido defendido por Paul Ricoeur (2010), como uma forma de articular o tempo do mundo à experiência e à linguagem. Sob essa perspectiva, o autor nos recorda que narrar é uma forma de estar no mundo e, conseqüentemente, de entendê-lo. Assim, o texto seria um meio apropriado para fazer uma ponte entre o narrado e o vivido (Barbosa, 2007). Para pensar esse tipo de narrativa que interessa a este ensaio, é preciso aceitar que a narrativa recria o mundo, mas isso se dá em um jogo com o leitor a partir do texto, que se projeta para além dele mesmo numa interface com quem o recebe. Ou, como Ricoeur sinaliza, faz-se necessário “reconstruir o conjunto de operações pelas quais uma obra eleva-se do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada por um autor a um leitor que recebe e assim muda o seu agir” (Ricoeur, 2010, p. 86).

Que a aceleração da técnica descaracterizou o ato de narrar a partir da experiência, no início do período moderno, é um fato. Que a imprensa foi em grande parte responsável pela morte da narrativa como se concebia até então, também parece ponto pacífico. Mas hoje, em um contexto em que imperam notícias de violência na imprensa, em uma ou outra medida tomada pelos códigos testemunhais – para o bem e para o mal –, e ao pensar um cenário no qual o próprio avanço tecnológico contribui para o processo de desdobramento das narrativas midiáticas, procuramos reconhecer outros modos de narrar no jornalismo que deem a ver uma nova dimensão para a experiência dentro do campo do jornalismo hegemônico, assim como faz Trombadas. Neste percurso, indagamos: pode o testemunho rascante de uma experiência singular, quando narrada, dar a ver um sensível do acontecimento para além do caráter explicativo do jornalismo?

“Um acontecimento acontece”

Uma vez que a vida é marcada por acontecimentos grandes e pequenos, por aqueles que afetam a história coletiva e pelos que

deixam marcas na vida do indivíduo (Berger, 2011), a própria noção de acontecimento também deve ser problematizada aqui. Podemos dizer que um acontecimento jornalístico se instaura quando algo surpreendente se apresenta. E, apesar da velha máxima que apregoa que se um cachorro morde o homem, não é notícia, mas o seu contrário, sim, é importante que se tenha em mente aqui que o extraordinário não está apenas no espetacular, mas também nas pequenas rupturas cotidianas. Sendo assim, acontecimento deve ser entendido como algo que irrompe em cena e estabelece uma distinção entre aquele instante e o que lhe antecede no tempo (Barbosa, 2007).

Relevante para este artigo é perceber que, pela lógica de Quéré (2005), quando o acontecimento se produziu, qualquer que tenha sido a sua importância, o mundo já não é mais o mesmo: as coisas mudaram. Para o autor, o acontecimento não é “unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou produz, mas também do que acontece a alguém” (Quéré, 2015, p. 14), suscitando reações, provocando respostas.

Foi, sem dúvida, dotado de um certo valor e de uma determinada significação, qualificado como acontecimento insignificante ou marcante, eventualmente revestido de um sentido que não tinha à partida. Terá podido tocar sujeitos, individuais ou colectivos, fazer vítimas e sobreviventes. Provocar, nos indivíduos e nas coletividades, sensações emoções, e reacções, satisfazer ou desiludir, alegrar ou horrorizar, satisfazer ou desesperar, aterrar ou traumatizar, alterar as vivências para o bem ou para o mal, resolver a situação das pessoas ou colocar-lhes novos problemas (Quéré, 2005, p. 13).

Ou, como bem pontuou Vera França (2012), num diálogo direto com Quéré, mas aproximando a discussão do campo da comunicação e do jornalismo,

[...] um acontecimento acontece, e acontece com pessoas, e na organização da vida de uma sociedade ou um grupo. Ele se passa no domínio da experiência e se realiza – a partir de seu poder de afetação na ação dos sujeitos, de sua capacidade de interferência no quadro da normalidade

e das expectativas previstas no desenrolar do cotidiano de um povo (França, 2012, p. 45).

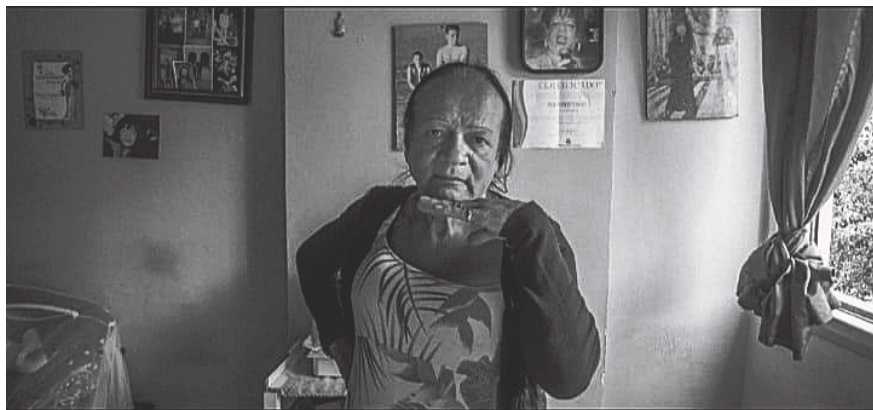
Ora, se a experiência só existe entre seres que se afetam em relação, o acontecimento por si só não existe, ele sempre depende do efeito que irá provocar para além dos fatos. Essa característica relacional que tem o testemunho, acima de tudo, é o que nos instiga. Em trabalho sobre as implicações éticas do testemunho no jornalismo, Leandro Lage afirma que “o dialogismo do testemunho não vem à tona somente em sua pretensão à verdade diante de outrem, mas também no comprometimento que solicita de quem lhe dá ouvidos, daquele que lhe empresta o olhar” (Lage, 2013, p. 83). Ou seja, ao valorizar o testemunho em sua dimensão política, ética e estética e dar ao leitor a possibilidade de se imaginar participante da experiência narrada, é possível que o testemunho, pela via do ordinário, possa contribuir para uma guinada afetiva nesse campo como atribuímos aqui. “Sem a nossa vontade de escutar, sem o desejo de também portar aquele testemunho que se escuta, não existe o testemunho” (Selligman-Silva, 2008, p. 72).

Isso nos leva ao nosso próximo e último ponto que diz respeito ao comum que nos une e que “parece ter cessado para sempre de nos espantar” (Perec, 2010, p. 180).

Conheçam Diana:

Menino! Jura?! Então eu vou querer começar pelo começo. Você vai gravar ou tomar nota? Tá bom. Meu nome é Diana Pequeno. Diana no dia a dia, Pequeno no palco, que eu tô na noite e faço show desde os meus quinze anos de idade. Tenho dois CDs e um DVD. Já dormi na rua, passei fome, puxei cadeia, vivo com HIV, sou analfabeta, costureira, não bebo, fui puta, cafetina, fui no programa do Bolinha, já fui católica, da macumba, hoje sou do senhor Jesus, já fui rica, já fui miserável, até menino eu já fui. Agora sou travesti idosa aposentada. Diana Pequeno, a sobrevivente, ao seu dispor. Se você quiser eu te conto tudinho em detalhes. Quer? (Christian Carvalho Cruz, Trombadas, Uol Tab, 05/05/22).

FOTOGRAFIA 2 – A vida narrada pelo que escapa da tragédia, em “A Volta da Vitória de Diana”



Fonte: Christian Carvalho Cruz/Trombadas (Uol Tab, 05/05/2022)

Ao emprestar o ouvido e escutar sobre o dia a dia de Diana Pequeno, homônima da cantora famosa que ela mesma não conhece, o jornalista nos apresenta a senhora que gosta de Fafá de Belém e faz o jornalista lembrar de canções esquecidas do cancionero popular, enquanto recorda dos tempos em que foi feliz em Milão. Ou seja, apresenta a personagem ao leitor não pelo que sua vida tem de trágico e que se dá a ver no primeiro parágrafo, mas pelo trivial, um cotidiano que se mede por outras relevâncias. E que seguirão com a fonte-personagem quando o repórter-narrador-jornalista-testemunha for embora. É um texto sobre o que escapa da tragédia, o que resta quando o repórter sai de cena e a vida da personagem segue sua rotina.

Faz o mesmo com Maria Goreti Tavares de Souza, 65 anos, ultramaratonista (“Os bravos pezinhos de Goreti”, 19/05/2022) que declara o amor por Toninho com quem vive há 45 anos enquanto relata uma rotina entre a loja de e os treinos para correr a maratona de 1000 quilômetros no Rio de Janeiro em meio a uma recuperação da covid-19 e uma torção no pé. Ou com Reginaldo Pereira Sousa, 40 anos (“As sombras de Reginaldo”, 27/01/2022), que para se livrar de crises de pânico e transtorno de ansiedade mergulhou no hobby do aquarismo. Ou com Bruno Botosso, 37 anos, e Ana Karina Fazza

Botosso, 39 (“A casinha centenária de Bruno e Ana”, 23/06/2022), que compraram uma casa em ruínas na Vila Maria Zélia, a vila operária construída entre 1912 e 1917 pelo industrial Jorge Street. Ou Arnaldo Pereira da Silva Neto, 69 anos, o do coração maroto (“O coração maroto de Arnaldo”, 02/12/2021), que morreu antes de completar os 70 e antes ainda de a coluna sobre ele ser publicada – ficamos sabendo ao final do texto. Arnaldo, o que adorava ficar no lusco-fusco observando a vida passar na janela panorâmica.

E penso: que cazzo aconteceu no coração do Caetano Veloso quando ele cruzou essa porra? Porque no meu, vou te dizer, não acontece mais nada não. Acho que é o hábito. O hábito é uma merda, se acostumar com as coisas, a rotina anestesia a gente, precisa tomar cuidado (Christian Carvalho Cruz, Trombadas, Uol Tab, 02/12/2021).

George Perec (2010) chama de “ruído de fundo” isso que fica à margem e compõe o corriqueiro da vida humana, o banal, ao qual não prestamos atenção. Em ensaio referência de 1973, “Aproximações do quê?”, o autor argumenta contra o excesso de extraordinário, de acontecimentos insólitos, nas páginas de jornal.

Os trens só começam a existir quando descarrilam, e quanto maior é o número de viajantes mortos, mais eles existem; os aviões só ganham existência quando se perdem; os carros têm por único destino chocar-se contra os plátanos: cinquenta e dois finais de semana por ano, cinquenta e duas estatísticas: muitos mortos, e tanto melhor para a informação se os números não param de crescer! É preciso que haja por detrás do acontecimento um escândalo, uma fissura, um perigo, como se a vida só devesse se revelar através do espetacular, como se o eloquente, o significativo fosse sempre anormal: cataclismos naturais ou reviravoltas históricas, conflitos sociais, escândalos políticos... (Perec, 2010, p. 177).

Em vez disso, o autor sugere uma mirada sobre o verdadeiramente essencial, intolerável e inadmissível. Como argumenta Perec, em seguida, “o escândalo não é a explosão, é o trabalho nas minas” (Perec, 2010, p.178). Numa tentativa de responder à pergunta do autor sobre como dar conta do habitual, como interrogar o resto, como

descrevê-lo, nós arriscamos que o testemunho que Trombadas traz à tona pode ser uma justa medida. Aqui, o modo como temos acesso ao testemunho, por meio de uma narrativa que não deprecia a condição de sofrimento dos sujeitos envolvidos e em vez disso dá a ver o resto, “o que acontece a cada dia e que sempre retorna” (Perec, 2010, p.179), sugere possibilidades para modos narrativos que ampliam a nossa compreensão sobre o jornalismo.

Uma conclusão possível

Nesse momento, mais do que definir a que estamos nos referindo quando destacamos um certo tipo de narrativa em detrimento de outra, os trechos extraídos da coluna Trombadas servem a um outro propósito, como um epílogo. Epílogo talvez nem seja a palavra adequada. Antes, um desdobramento, uma extensão da nossa conversa. Ou, se preferirem, um conselho – não estranhem, o próprio Benjamin tomava conselho não como algo que se propõe a intervir na vida de outra pessoa como é comum ser interpretado. “Mas em ‘fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada’, inserção do narrador e do ouvinte dentro de um fluxo narrativo comum e vivo já que a história continua, está aberta a novas propostas e ao fazer junto” (Gagnebin, 2012, p. 11).

Nesses textos de Trombadas, evocamos a possibilidade de criar vínculos a partir do testemunho do cotidiano de homens e mulheres comuns. Afinal, testemunhar é também tomar parte, sentir-se implicado de algum modo e estar ciente de que o seu testemunho pode afetar os outros à medida que se desdobra. Sentimo-nos interpelados porque esse testemunho proporciona uma experiência afetiva, uma forma de nos relacionarmos, a despeito de todos os abismos que existem entre nós e o outro.

Esse movimento nos faz apostar em um gesto de enfrentamento às narrativas totalizantes hegemônicas que se propõem a tudo iluminar e quase cegam com suas luzes incandescentes. Mesmo que, diante de determinados fatores, a experiência seja reduzida, como quis Walter Benjamin (2012), ela sempre deixa restos que não cessam de

se movimentar. Como é possível observar na coluna Trombadas, há uma experiência que se narra, apesar da imprensa, essa grande vilã do axioma benjaminiano sobre a morte da narrativa.

Trata-se de localizar e reconhecer, em meio às contradições do campo midiático, uma abertura para modos de narrar desviantes que subvertem o espaço normativo do jornalismo em alguma medida. Em resposta a um jornalismo de excessos, à velocidade da informação e à abundância de relatos, sugerimos que os testemunhos que nos chegam pela coluna “Trombadas” são como “imagens vaga-lumes” de luzes discretas, instantâneos que nos permitem enxergar “a potência do menor gesto, da menor letra, do menor rosto, do menor lampejo” (Didi-Huberman, 2011, p. 100), aquilo que se passa no entre, no encontro dos sujeitos com seus testemunhos, entre eles, entre nós, capazes de nos proporcionar uma experiência afetiva por meio do jornalismo.

Referências

- BARBOSA, Marialva. *Percursos do Olhar: comunicação, narrativa e memória*. Niterói: Eduff, 2007.
- BENJAMIN, Walter. *Experiência e Pobreza*. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas, 1).
- _____. *O narrador*. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas, 1).
- BERGER, Christa. *Trajetória de vida e acontecimento: Simonal na ditadura*. In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardes Vaz (Org.). *Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos*. Florianópolis: Insular, 2011. v. 2.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FOLLAIN, Vera. *Encenação da realidade: fim ou apogeu da ficção?* Revista Matrizes, ano 3, n. 1, ago./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.>

- matrizes.usp. br/index.php/matrizes/article/viewFile/119/193>. Acesso em: jan. 2022.
- FOUCAULT, Michel. *A vida dos homens infames*. In: _____. *Estratégia, poder-saber: ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FRANÇA, Vera. *Impessoalidade da experiência e agenciamento dos sujeitos*. In: LEAL, Bruno Souza; GUIMARÃES, César; MENDONÇA, Carlos (Org.). *Entre o sensível e o comunicacional*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 39-54.
- _____. *O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística*. In: _____. OLIVEIRA, Luciana. (Org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit. *Introduction: why media witnessing? Why now?* In: _____. _____. (Org.). *Media witnessing*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009a.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin ou a história aberta*: prefácio. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 213-240. (Obras Escolhidas, 1).
- GENETTE, Gerard. *Discurso da narrativa*. Lisboa: Veja, 1995.
- LAGE, Leandro Rodrigues. *O testemunho do sofrimento como problema para as narrativas jornalísticas*. *Contracampo*, Niterói, v. 27, n. 2, p. 71-88, 2013.
- MEDINA, Cremilda. *O signo da relação*. São Paulo: Paulus, 2006.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. *Jornalismo e configuração narrativa da história do presente*. *E-Compós*, n. 1, v. 1, p. 1-26, 2004.
- _____. *A análise pragmática da narrativa jornalística*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. *Narrativas midiáticas*. Florianópolis: Insular, 2012.
- PEREC, Georges. *Aproximações do quê?* *Alea: Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 177-180, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2010000100014>. Acesso em: jan. 2022.
- PERES, Ana Cláudia. *Esses afetos comuns: um exercício operacional-afetivo para um jornalismo de teor testemunhal*. In: PICHIGUELLI, Isabella;

- SILVA, Miriam Cristina Carlos (Orgs.). Afetos em narrativa; Aluminio, SP: Editora Jogo de Palavras/Provocare Editora, v.2, p. 88-110.
- _____.; RESENDE, Fernando. *Nós, as testemunhas*: notas sobre um jornalismo de teor testemunhal. Revista Dispositiva, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 121-137, 2016.
- QUÉRÉ, Louis. *Entre facto e sentido*: a dualidade do acontecimento. Lisboa: Trajectos, 2005.
- RESENDE, Fernando. *O jornalismo e suas narrativas*: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p. 31-43, 2009.
- _____. *Às desordens e aos sentidos*: a narrativa como problema de pesquisa. In: GISLENE, Silva *et al* (Org.). Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas. Salvador: Edufba; Brasília: Livro Compós, 2011.
- _____. *Falar para as massas, falar com o outro*: valores e desafios do jornalismo. In: FRANÇA, Vera; VAZ, Paulo (Org.). Comunicação midiática: instituições, valores, cultura, Belo Horizonte, Autêntica, 2012.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. *La vida: um relato em busca de narrador*. In: Educación y política. Páginas: p. 45-58, Buenos Aires, Docencia, 1989. Disponível em:<<http://perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/ricoeur-la-vida-un-relato-en-busca-de-narrador.pdf>>. Acesso em: maio 2022.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado*: cultura da memória e guinada subjetiva. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SCHWAAB, Reges.; ZAMIN, Angela. *O jornalista e o Outro*: sobre os vestígios da sondagem e da escrita. Brazilian Journalism Research, v. 11, n. 1, p. 204-221, 2015.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Narrar o trauma*: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. Revista de Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.
- SODRÉ, Muniz. *As estratégias sensíveis*: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.
- _____. *A narração do fato*: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TODOROV, Tzvetan. *Em face ao extremo*. São Paulo: Papirus, 1995.

A matemática de Gog: da narrativa folkcomunicação ao jornalismo das periferias

*Mara Rovida
Thífani Postali*

Introdução

Este capítulo parte da pressuposição de que seria possível aproximar os fazeres comunicacionais dos jornalistas que atuam nas bordas urbanas e a produção artística de um rapper, selecionado para a reflexão, entendido como líder-comunicador folk. Para tanto, são acionadas as noções que orientam a teoria da Folkcomunicação, de acordo com a leitura de Luiz Beltrão (1980), bem como observa-se o conhecimento sobre o trabalho dos jornalistas que atuam nas periferias urbanas da Região Metropolitana de São Paulo, apreendido por Mara Rovida (2020).

Além dos aportes teóricos mencionados, são utilizados como embasamento para testar a hipótese norteadora da reflexão as contribuições dos Estudos Culturais acerca da cultura de resistência, na perspectiva de Armand Mattelart (2004), e os conceitos que envolvem os territórios periféricos apresentados por Tiarajú Pablo D'Ándrea (2013; 2020). Em especial, aborda-se a noção de sujeitas e sujeitos periféricos, o que dá suporte para compreender o recorte espacial da pesquisa, uma vez que a noção de território como espaço produzido por sujeitos (Santos, 2002) é acionada no capítulo. Além de produzir o território, esse sujeito (periférico) também é o foco das atenções no debate sobre as práticas socioculturais e a produção de narrativas midiáticas que fortalecem as representações críticas ao caos social em que se encontra o Brasil contemporâneo.

Com base nessa perspectiva, e como forma de testar a pressuposição mencionada, a narrativa escolhida para a análise é a música “Matemática na Prática – parte 2”, do rapper Gog. Para compreender os elementos

narrativos que organizam a letra da música e o videoclipe, é utilizada uma estratégia de inferência (Fonseca Júnior, 2017) que faz parte das ferramentas que compõem o método da análise de conteúdo.

Folkcomunicação e cultura da resistência

Em 1977, Luiz Beltrão já assinalava que a comunicação é um processo complexo e que, portanto, deve ser analisada em suas diferentes circunstâncias. O estudioso chamava especial atenção para a forma como os grupos identificados por ele como marginalizados se comunicam. Para Beltrão (1977), o conceito de comunicação tem estrita relação com o significado de origem da palavra – do latim *communis* – que remete às ideias de comunidade e comunhão. “Quando nos comunicamos estamos tratando de estabelecer uma comunhão, isto é, uma identificação, uma sintonização com alguém” (Beltrão, 1977, p. 57). Ainda de acordo com Beltrão (1980, p. 2), a comunicação é um sistema que abrange um “[...] conjunto específico de procedimentos, informações, experiências, ideias e sentimentos essenciais à convivência e aperfeiçoamento das pessoas e instituições que compõem a sociedade”.

Como resultado de suas pesquisas, Beltrão apresenta a teoria da Folkcomunicação que investiga os processos comunicativos desempenhados pelos grupos populares ou marginalizados. A Folkcomunicação é entendida como um “conjunto de procedimentos de intercâmbio de informações, ideias, opiniões e atitudes dos públicos marginalizados urbanos e rurais, através de agentes e meios direta ou indiretamente ligados ao folclore” (Beltrão, 1980, p. 24). No processo folkcomunicacional, “as mensagens são elaboradas, codificadas e transmitidas em linguagens e canais familiares à audiência, por sua vez, conhecida psicológica e vivencialmente pelo comunicador, ainda que dispersa” (Beltrão, 1980, p. 28).

Beltrão indica que o processo comunicacional pautado pelo clássico e já bastante criticado modelo *autor – mensagem – canal – receptor*

precisaria ser redimensionado, pois a comunicação envolve também formas diferenciadas de interação entre indivíduos pertencentes a grupos específicos. Neste sentido, o autor indica a existência de agentes de comunicação populares que, ao receberem os estímulos midiáticos, re-decodificam as mensagens adequando-as a um canal folk (popular) e destinando-as a um público que decodificará essas mensagens a partir de suas experiências que estão, muitas vezes, alinhadas às experiências dos agentes que fazem parte do mesmo grupo social. Esses agentes são nomeados por Beltrão (1980) de líderes-comunicadores folk.

O interesse de estudo do autor era desvendar as formas como os grupos populares se comunicam, sejam eles urbanos ou rurais. Para tanto, denominou como “comunicação cultural” um modo de comunicar que visa “estabelecer relações e somar experiências” (Beltrão, 1977, p. 58). Assim, pode-se compreender a comunicação como uma forma de comunhão que tem como intenção um resultado que vai além da simples informação, ou seja, busca conectar indivíduos, estabelecer vínculos e, do ponto de vista político, oferecer subsídios para que grupos marginalizados possam resistir frente às opressões decorrentes de uma sociedade que reverbera a cultura colonial somada aos prejuízos do sistema capitalista, como é o caso do Brasil.

Dessa forma, ressalta-se que a perspectiva de Beltrão se aproxima da ideia de resistência – presente nos Estudos Culturais – entendida como manifestação e atitude que visam a mudança social. De acordo com Hebdige (1998, *apud* Mattelart, 2004, p. 75), a resistência pode ser entendida da seguinte forma:

Nem simples afirmação, nem recusa, nem exploração comercial, nem revolta autêntica [...] Trata-se, ao mesmo tempo, de uma declaração de independência, de alteridade, de intenção de mudança, de recusa ao anonimato e a um estatuto subordinado. É uma insubordinação. E se trata, ao mesmo tempo, de uma confirmação do próprio fato de privação de poder, de uma celebração da impotência.

Posto assim, pode-se considerar que as manifestações populares são carregadas de comunicações de resistência que visam transformações de

seus grupos sociais e, assim, da sociedade como um todo. No entanto, essas produções partem de indivíduos que estão dispostos a sair do anonimato e do estado de subordinação para assumir o compromisso social de, por meio da comunicação, transformar seus territórios. É justamente a partir dessa percepção que se observa a possibilidade de diálogo entre a reflexão sobre os líderes-comunicadores folk e a noção de sujeitas e sujeitos periféricos apresentada por Tiarajú Pablo D'Andrea (2020).

Líder-comunicador folk, um sujeito periférico

O líder-comunicador folk é o sujeito que, segundo Beltrão (1980), possui características de liderança somadas à capacidade interpretativa de informações produzidas pelos diferentes meios de comunicação, incluindo aqueles ligados às grandes corporações de mídia. Esse agente comunicacional atua como um mediador que interage com a comunidade da qual faz parte de forma a reorganizar as mensagens produzidas pela mídia hegemônica. Essa reorganização das mensagens inclui adaptações estéticas (a forma) e do meio (o canal) que será escolhido para dialogar com o grupo popular. Beltrão (1980, p. 35. Grifos do autor) ressalta que o comunicador folk possui certa semelhança com personalidades da comunicação social:

1) *Prestígio na comunidade*, independentemente da posição social ou da situação econômica, graças ao nível de conhecimentos que possui sobre determinado(s) tema(s) e à aguda percepção de seus reflexos na vida e costumes de sua gente; 2) *Exposição às mensagens do sistema de comunicação social*, participando da audiência dos meios de massa, mas submetendo o conteúdo ao crivo de ideias, princípios e normas de seu grupo; 3) *Frequente contato com fontes externas autorizadas de informação*, com as quais discute ou complementa as informações recolhidas; 4) *Mobilidade*, pondo-se em contato com diferentes grupos, com os quais intercambia conhecimentos e recolhe precisos subsídios; 5) *Arraigadas convicções filosóficas*, à base de suas crenças e costumes tradicionais, da cultura do grupo a que pertence,

às quais submete idéias e inovações antes de acatá-las e difundi-las, com vistas a alterações que considere benéficas ao procedimento existencial de sua comunidade.

E complementa que, aparentemente, os comunicadores folk nem sempre são autoridades reconhecidas em seus grupos, mas se destacam pelo carisma atraindo audiências que se identificam com seus discursos. Podem ser lideranças religiosas, poetas, cantores, locutores e quaisquer outras figuras que inspirem credibilidade decorrente de sua habilidade de mediação. Neste sentido, enquanto os líderes de opinião que atuam nos meios de comunicação hegemônicos exercem uma liderança vertical por ocuparem espaços de grande visibilidade, os líderes-comunicadores folk exercem uma liderança de opinião horizontal por mediarem, justamente, a produção da mídia corporativa e as demandas do público específico ao qual estão relacionados (Cervi, 2007).

Assim, podem-se compreender os líderes-comunicadores folk em um diálogo com a noção de sujeitas e sujeitos periféricos apresentada por D'Andrea (2020). Em sua tese de doutorado, defendida em 2013, Tiarajú Pablo D'Andrea traz pela primeira vez a sugestão de compreender como sujeitos periféricos aqueles indivíduos que **entendem sua condição de classe social trabalhadora, refletem sobre ela e agem em seus territórios de forma engajada**. Na busca por uma definição de periferia, o autor acaba esbarrando na demanda por compreender quem são esses indivíduos promotores de um processo de ressignificação das periferias. Tomando-se como apoio a ideia de Milton Santos (2002) de que o território é produzido por sujeitos, entende-se que, ao falar sobre periferia, na verdade D'Andrea está refletindo sobre os sujeitos que produzem esse território urbano. Nesse sentido, a tese do autor busca compreender como a periferia deixa de ser um território essencialmente pautado por carências de toda ordem para se transformar em um espaço de potência – como força e também como possibilidade. Para isso, ele acaba por identificar ainda de forma provisória os sujeitos periféricos

como os responsáveis por essa transformação que não é apenas semântica, mas interfere na postura em relação ao território e à sociedade como um todo.

Em 2020, D'Andrea retoma a reflexão conceitual sobre sujeito periférico incluindo outras experiências de pesquisa e de debate coletivo reunidas desde a defesa de sua tese. Ele traz nessa revisão conceitual mais algumas pistas para compreender essa identidade coletiva que vem ganhando tônus nas periferias das cidades brasileiras. Se no início – na década de 1990 – essa identidade era representada sobretudo por artistas, expoentes do rap, especialmente o grupo que forma os Racionais MC's (D'Andrea, 2013), na segunda década deste século, há outros sujeitos periféricos ganhando notoriedade para além dos limites e fronteiras das periferias, como observado por Rovida (2020) sobre os jornalistas das periferias da Região Metropolitana de São Paulo.

Seja para pensar comunicadores jornalistas ou artistas do movimento hip hop, a ideia de sujeitos e sujeitas – D'Andrea explicita a necessidade de pensar a perspectiva feminina dessa identidade coletiva – periféricos é apreendida a partir de cinco pré-condições para sua formação:

1. *Assujeitamento às condições*: toda sorte de situações sociais que sujeitam o indivíduo e existem para além de sua vontade.
2. *Formação de subjetividades*: a partir de relações sociais produzidas em dadas condições geográficas, sociais e históricas, calcadas em experiências basilares de socialização na família, no bairro e na escola, é formadora de um dado habitus (Bourdieu, 2005) territorial que se entrelaça com a experiência racial, de gênero e de classe.
3. *Códigos culturais compartilhados*: [...] linguagem compartilhada. [...]
4. *Consciência de pertencimento*.
5. *Agir político*: ato de apoderar-se da própria história, tornando-se sujeito político (D'Andrea, 2020, p. 30-31).

Além das pré-condições que produzem um contexto de origem, D'Andrea (2020) traz ainda uma lista de 13 características comuns de sujeitas e sujeitos periféricos. São elementos que ajudam a compreender essa identidade coletiva e essa forma de agir que tem marcado diferentes iniciativas vinculadas às bordas urbanas, conforme o Quadro 1.

QUADRO 1. Características de sujeitas e sujeitos periféricos

1. Utilizam a ideia de periferia como classe (em sentido ampliado, mas consonante com a noção de classe trabalhadora).
2. Periferia, periférico(a) e favela são termos usados de forma ressignificada (como potência) para marcar posicionamento político-territorial.
3. Atuam de forma organizada em coletivos.
4. Atuam politicamente por meio da arte e da cultura de maneira ainda mais enfática.
5. O acesso à universidade permitiu que ocupassem também a posição de sujeitos do conhecimento, deixando de ser objeto de pesquisa.
6. O acesso à universidade, a técnicas e tecnologias permitiu que sistematizassem os conhecimentos produzidos.
7. Essa geração também elimina a necessidade de mediadores na arte, no jornalismo, na política, entre outros contextos sociais.
8. Enaltecem o orgulho de pertencimento ao território que passa a significar potência.
9. Enfatizam a relevância e insistem no debate sobre opressões de gênero e raciais.
10. Aderem às discussões por direitos de LGBTQs e em prol da consciência ecológica.
11. Erguem a bandeira da diferença (diversidade) como direito.
12. Fazem intenso uso do ambiente digital.
13. São versados em distintos processos sociais porque tiveram de conviver com variados atores sociais – desde atores religiosos em ascensão como os neopentecostais, até o crime organizado representado pelo PCC, passando por agentes neoliberais e lulistas.

Fonte: Produção das autoras baseada em D'Andrea (2020).

Ainda que o ponto de partida da presente reflexão tenha sido organizado pela Folkcomunicação, a aproximação aqui proposta precisa ser pensada na lógica de que a ideia contemplada na definição de sujeito e sujeita periférico de D'Andrea (2013; 2020) extrapola o âmbito da comunicação. Assim, o líder-comunicador folk pode ser entendido como um sujeito periférico, mas nem sempre o sujeito periférico – que, como visto anteriormente, não é apenas um morador

das periferias, mas um sujeito dotado de um agir comprometido com o território – é um líder-comunicador folk. Por outro lado, a narrativa selecionada para este trabalho faz parte da produção artística de um sujeito periférico que atua como líder-comunicador folk – essa é a pressuposição que mobiliza a presente reflexão.

Gog e a “Matemática na prática – parte 2”

Genival Oliveira Gonçalves, mais conhecido como Gog, é natural de Sobradinho, cidade da região administrativa de Brasília, no Distrito Federal (Letras, Online). Considerado um dos pioneiros do rap de Brasília, Gog conta com três décadas de carreira e 57 anos de vida, completados em 2022 (Fórum, 2020). Desde o início da carreira, o artista se destacou por suas letras e justamente por isso sempre foi considerado um poeta, também por esse motivo se aproximou de escritores expoentes da literatura marginal (Soares, 2008) como Ferréz, Alessandro Buzo e Sérgio Vaz (Letras, Online; Fórum, 2020). Algumas de suas letras articulam inúmeros acontecimentos contemporâneos, resumindo tendências da vida política e social brasileira, sem perder a rima característica de sua poética.

A música escolhida para a presente leitura crítica foi lançada em 2019 por Gog em parceria com outros dois rappers, Fabio Brazza e Renan Inquérito, além da Orquestra de Rua. Trata-se da música “Matemática na prática – parte 2”, conforme letra reproduzida na íntegra no Quadro 2.

O panorama social brasileiro do fim dos anos 2010 é representado por meio de uma rima que parece brincar com os números, subvertendo o esvaziamento muitas vezes provocado pelo distanciamento entre os personagens de narrativas factuais e suas representações estatísticas. Para encontrar as correlações entre os temas trabalhados na letra de “Matemática na prática – parte 2”, expomos no Quadro 3 uma primeira leitura sistematizada com base na estratégia de inferência apresentada por Fonseca Júnior (2017) como ferramenta da análise de conteúdo.

Na análise de conteúdo, a inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada. Assim como o arqueólogo ou o detetive trabalham com vestígios, o analista trabalha com *índices* cuidadosamente postos em evidência, tirando partido do tratamento das mensagens que manipula, para *inferir* (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o autor ou o destinatário da comunicação (Bardin *apud* Fonseca Júnior, 2017, p. 284. Grifos do autor).

O quadro nos ajuda a mapear alguns acontecimentos registrados pelos rappers na música em análise. Como suporte para a inferência anotada, a segunda coluna traz um pequeno resumo do episódio identificado e um registro da imprensa sobre o assunto.

QUADRO 2. Letra Matemática na prática – parte 2

Aumente o volume pra questionar os números primos
É determinante estar em grupo em nosso domínio
O X da questão?
Black união, símbolo de superação
Caderno na mão, sorriso expressão
Sem tensão, sem refém
Nem maior nem menor ninguém

Se chamar no VAR, vai tá lá
A tarja preta pra não identificar
Esquadrão além da razão e da proporção
Raiz da quadrada elevada ao enquadro fora do esquadro

Um Preto de direita continua um zero à esquerda
Um Preto de esquerda não é um zero à direita
Na Globo, Isto é, Cruzeiro ou na Veja
De qualquer ângulo, mano, o resultado é só perda

Pegar de vez a visão, somar na missão
Subtrair confusão, multiplicar cada ação
Dividir caneca e pão, me chame de irmão
Campeão, vida de cão pra nós não

De igual pra igual, diferença é tão natural
Do Litoral ao Interior, por amor, por amor
Independente de cor, trio Griô se firmou
Complô dos rimador, som em alto teor

Resumo da matéria, breque no click cleck
Operação pente fino não alisa cabelo black
Palavra reta, sem curva, faça Sol, faça chuva
Caiu igual luva, noite e dia nós truva

Periferia, coordenadas condenadas, no zoom
Números complexos do Alemão comum
Mesmo tático, mesma tática anos e óbitos depois
Matemática na prática, parte 2

Matemática outra vez
Na parte dois, século XXI
Brazza, GOG, Renan, essa é a regra dos 3
Nesse 4 por 4, achar um denominador comum

Me diz? Pra resolver a questão quantos param no X?
Eu fiz questão de calcular a raiz
500 anos de opressão e a história se repete
É tanto 0 na conta desses 157

Liga 190, não! Desde 1990 eu não idolatro
Os 666 que apoiaram 64
O juros a mais de 10%, a Previdência só com 100
E com menos de 1.000 a massa tem que viver bem

Se virando em 12 meses
Pra pagar em 12 vezes
Vários manos ficam 13 quando o décimo terceiro não vem
Inversão de valores
Deputados recebem 15 vezes mais que professores
Aos 16 ela paga 10 em troca de coca
Aos 17 vende o corpo em troca de nota
Aos 18 quem sonhou ser R9 e R10, tá de R15 trocando com a Rota

Mas não erre não, seis balas no tambor do oitão
Pra mandar mais um pro quinto dos inferno a sete palmos do chão

A menina que já tá de nove, tem apenas 14
E outra de 8, se foi na mira do 12
Mas não basta ter visão numérica
O rap me fez ter visão periférica
Einstein provou que energia é igual MC ao quadrado
Eu descobri isso na 105 de rádio ligado
Fui educado com 509 E, Ao Cubo

Matemática na prática, que na escola não é ensinada
E até hoje não sei nada de raiz quadrada
Mas no Capão Redondo entendi o que era raiz quebrada!

Salve GOG 061, salve Brazza 011
Aqui Renan Inquérito 019, desde 99
(-20 anos luz)
Salve os números racionais
Apoiados por mais de 50 mil manos
Mais de 1 milhão de cópias vendidas, eu fã nº 1

Será que são números naturais?
Milhares de pretos nos tribunais
Homem ganha mais, branco ganha mais
Mulher Preta trampa mais, números reais

10 mandamentos, 7 pecados
12 discípulos, 1 deus errado (Judas)
Virô X-9 por 30 moedas de prata
Assim nasceu a delação premiada

A morte aqui vem de graça 0800
51 cachaça, suicídio lento
O povo se vira nos 30 faz o que pode
Trampa na 25 ou de 99

Pega a calculadora pra contar os corpos
Pavilhão 9, 111 mortos (muito mais)
Oitenta tiro de fuzil no preto, extermínio
Oitenta tiro de nariz na branca, condomínio

50 anos em 5, JK
50 tiros em 5 segundo, HK
A arma que matou Marielle
Tem a impressão digital do PSL

E o seu 17?
7 mandato e 30 anos depois
Só fez uma proposta A do número dois
No fim das contas essa é a treta
Uns vivem pelos números
Eu morro pelas letras

Fonte: Reprodução de Letras.mus.br.

QUADRO 3. Correlações com o factual

Trecho da letra	Referência para a correlação observada
Se chamar no VAR	O Video Assistant Referee (VAR) foi usado pela primeira vez no Brasil em 2017 no campeonato pernambucano, passando a ser usado nos campeonatos nacionais em 2018. VAR estreia em torneios nacionais nesta quarta; veja como o arbitro de vídeo pode ser usado. GE, 2018. Disponível em: https://ge.globo.com/sp/futebol/copa-do-brasil/noticia/var-estreia-no-brasil-nesta-quarta-veja-como-o-arbitro-de-video-pode-ser-usado.ghtml Acesso em: 31 mai 2022.
Operação pente fino	Operação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), permitida pela Lei 13.457 de 2017 que versa sobre auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensionista inválido. PIMENTEL, Mabianne. Operação pente fino - o que significa? Jusbrasil, Online. Disponível em: https://mabianne.jusbrasil.com.br/artigos/637480450/operacao-pente-fino-o-que-significa Acesso em: 31 mai 2022.
Raiz da quadrada elevada ao enquadro fora do esquadro	Jovens negros de 15 a 19 anos aparecem sete vezes mais entre os suspeitos da polícia, do que a população do local onde foram abordados. RAMOS, Beatriz Drague. Enquadros da PM são mais invasivos nas periferias e rendem até folgas a policiais. Ponte. Online. Disponível em: https://ponte.org/enquadros-da-pm-sao-mais-invasivos-nas-periferias-e-rendem-ate-folgas-a-policiais/. Acesso em: 5 de jun 2022.
a Previdência só com 100	A reforma trabalhista, aprovada em 2017, após o golpe que depôs a presidente Dilma Rousseff, modificou a contagem de tempo para a aposentadoria no Brasil. APROVADA em 2017, reforma trabalhista alterou regras para flexibilizar o mercado de trabalho. Senado Notícias, 2019. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/02/aprovada-em-2017-reforma-trabalhista-alterou-regras-para-flexibilizar-o-mercado-de-trabalho Acesso em: 31 mai 2022.
com menos de 1.000 a massa tem que viver bem	O reajuste do salário mínimo no Brasil em 2018 foi o menor em 28 anos, saindo de R \$937,00 para R \$954,00. MARTELLO, Alexandre. Reajuste de salário mínimo em 2018 é o menor em 24 anos. G1, 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/reajuste-do-salario-minimo-em-2018-e-o-menor-em-24-anos.ghtml Acesso em: 31 mai 2022.

Pega a calculadora pra contar os corpos Pavilhão 9, 111 mortos (muito mais)	Referência ao massacre do Carandiru em que, oficialmente, 111 detentos foram mortos pela polícia. Em 2016, a Justiça de São Paulo anulou decisão de cinco jús populares. NOVAES, Marina. Justiça de São Paulo anula julgamentos de PMs pelo massacre do Carandiru. El País Brasil, 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/27/politica/1475004354_366390.html Acesso em: 31 mai 2022.
Oitenta tiro de fuzil no preto, extermínio	Em abril de 2019, soldados do exército dispararam 80 vezes com fuzis contra o carro de uma família no Rio de Janeiro. O motorista era o músico Evaldo dos Santos Rosa. PAULUZE, Thaiza; NOGUEIRA, Italo. Exército dispara 80 tiros em carro de família no Rio e mata músico. Folha de S.Paulo, 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml Acesso em: 31 mai 2022.
A arma que matou Marielle Tem a impressão digital do PSL	A vereadora eleita pelo município do Rio de Janeiro, Marielle Franco, foi assassinada em 2018. Até 2022, os mandantes do crime não haviam sido identificados pela polícia. GONÇALVES, João <i>et al.</i> Vereadora do PSOL, Marielle Franco é morta a tiros na Região Central do Rio. G1, 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml Acesso em: 31 mai 2022.
E o seu 17? 7 mandato e 30 anos depois	Referência ao presidente Jair Bolsonaro, eleito pelo PSL (legenda de número 17), cujo currículo parlamentar perpassa a marca de 27 anos, tendo aprovado apenas duas propostas. EM 27 anos como deputado, Bolsonaro tem dois projetos aprovados. Rede Brasil Atual, Online. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/05/em-27-anos-como-deputado-bolsonaro-tem-dois-projetos-aprovados/ Acesso em: 31 mai 2022.

Fonte: Produção das autoras.

É inegável que o registro dos acontecimentos é pautado por uma perspectiva crítica sobre a forma como a população preta e periférica é tratada pelos agentes do Estado. O extermínio do músico Evaldo dos Santos, os enquadramentos policiais dirigidos aos jovens negros, o assassinato da vereadora Marielle Franco e o massacre do Carandiru

são passagens que ajudam a confirmar essa percepção crítica, inclusive pela estética acionada na apresentação de cada uma das situações. Além disso, a menção à reforma trabalhista, à Operação pente-fino e ao reajuste irrisório do salário mínimo em 2018 complementam essa visão sobre como a população mais empobrecida, principalmente, mas não somente, sofre com decisões e ações dos agentes do Estado. Nessa mesma seara está a crítica direta ao presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro, em sua passagem pela Câmara dos Deputados. Paralelamente, um dispositivo – o VAR – introduzido nos campeonatos de futebol brasileiros é mencionado.

Há nessa forma de atuação uma conexão com a perspectiva de liderança folkcomunicacional. Os artistas incluem na letra da música situações em pauta nos veículos de comunicação hegemônicos no período da produção artística, mas o fazem a partir de uma leitura vinculada aos territórios periféricos – formados em sua maioria por uma população negra e desfavorecida social e economicamente. Esse modelo de narrativa revela um compromisso com o território de tal forma que as pautas são apreendidas a partir da perspectiva da periferia e as narrativas são formuladas subentendendo-se como público almejado os sujeitos que formam esses territórios, abordagem essa que orienta o trabalho dos jornalistas das periferias (Rovida, 2020).

A percepção de que Gog – e seus parceiros na música em análise – organiza sua narrativa a partir da experiência da periferia permite sugerir uma aproximação com o jornalismo das periferias, como indicado. Outra característica que contribui para essa sugestão está na estética do texto que inclui alguns índices dessa relação original, desse compromisso com o território. No caso dos jornalistas, o uso de algumas gírias em títulos de publicações ou mesmo a inclusão de termos que reforçam a relação com a periferia no nome dos veículos – “Nós, mulheres da periferia”; “Periferia em Movimento”; “Agência Mural de Jornalismo das Periferias” – são muito recorrentes, embora a redação das notícias, reportagens, entre outros textos jornalísticos seja mantida dentro dos padrões da cultura profissional (Rovida, 2020). Mas o ponto alto dessa aproximação sugerida é certamente a abordagem

com esse compromisso epistêmico de um olhar que parte do território periférico e, por isso, enfatiza a experiência dos moradores e sujeitos periféricos. Seja para discutir temas relacionados a acontecimentos observados nas periferias ou não – o jornalismo das periferias pauta tudo que acontece na cidade e no país –, jornalistas e rapper enfatizam essa perspectiva das periferias em suas narrativas.

Com a mesma estratégia de leitura para identificar os índices que permitem inferir sobre as referências factuais acionadas pelos autores da música em análise, é possível observar passagens que indicam correlações com o próprio cenário artístico do qual fazem parte os letristas. Ao dizer que foi “*educado pelo 509-E, Ao Cubo*”, Gog faz menção ao grupo formado por Dexter e Afro-X, o 509-E, bem como à banda Ao Cubo. Dessa mesma forma, pode ser lida a passagem “na 105 de rádio ligado” que remete à emissora de rádio 105 FM de Jundiaí que no início nos anos 2000 abriu espaço na programação para o rap. Outra passagem que traz forte referência ao cenário do rap brasileiro é a fala de Renan Inquérito sobre o apoio de “*mais de 50 mil manos*”, intertextualidade (Samoyault, 2008) flagrante com trecho da letra de “Capítulo 4, versículo 3”, dos Racionais MC’s.

Assim, para além de ser considerado uma ferramenta da comunicação dos territórios periféricos, o rap, bem como os demais elementos que formam a cultura hip hop, pode também ser entendido como instrumento da política de identidade que, segundo Woodward (2009, p. 34) “concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política”. De acordo com Hall (2009), trata-se de uma construção, um processo de produção performativo que tem conexões com relações de poder. Para o autor, as identidades “[...] são produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas” (Hall, 2009, p. 109). Para tanto, utilizam recursos da história – menção a precedentes e figuras históricas –, da linguagem e da cultura que refletem as características de um determinado grupo.

A conexão com a perspectiva folkcomunicação se evidencia no uso do rap como canal de comunicação folk que veicula mensagens re-decodificadas e ajustadas a audiência pretendida, tendo como mediador e líder-comunicador folk o rapper, sujeito periférico que faz uso da arte para marcar posicionamento político-territorial. É importante ressaltar que o hip hop se tornou uma potente ferramenta de comunicação social dos territórios periféricos brasileiros, a partir da década de 1990 (Postali, 2011).

De modo geral, é possível observar nas letras de rap, além dos discursos críticos ao *status quo*, referências à antecedentes históricos e figuras memoráveis da luta dos negros. Na letra da música em análise esses elementos são identificados nas menções aos grupos de rap que fizeram história no movimento, nas situações que marcaram a luta e a história dos negros brasileiros, bem como na relação dos cantores com esse cenário social.

Ao se apresentarem para o público, os três artistas brincam com os números de Discagem Direta à Distância (DDD) de suas cidades de origem: 061 – Brasília (Gog); 019 – Campinas (Renan Inquérito); 011 – São Paulo (Fabio Brazza). Paralelamente, o reforço da identidade que os aproxima, apesar das distâncias geográficas, aparece logo no início da música, na primeira estrofe “*É determinante estar em grupo em nosso domínio. O X da questão? Black união, símbolo de superação*”. Além de aproximar os três artistas, a primeira estrofe também funciona como a marcação de uma perspectiva, de um ponto de onde parte a fala apresentada. Nesse sentido, assume-se uma identidade coletiva pelo território periférico, como se vê na passagem “*Periferias, coordenadas condenadas, no zoom*”. A partir desse lugar, a identificação com as experiências dos periféricos perpassa a letra em vários outros momentos como aquele em que a realidade do trabalho é apontada em sua precarização “*O povo se vira nos 30 faz o que pode. Trampa na 25 ou de 99*”. O comércio popular da Rua 25 de Março, no centro da cidade de São Paulo, é referência como espaço de geração de renda informal, bem como os aplicativos que exploram serviços de entregas e de transporte de passageiros, como a 99 Taxi.

Os artistas usam ainda outras referências conhecidas para brincar com os números, trazendo personagens da contemporaneidade para a narrativa sem citar nomes como os jogadores de futebol R9 – Ronaldo Fenômeno – e R10 – Ronaldinho Gaúcho.

Um olhar para o audiovisual – o videoclipe

Além da letra da música, o videoclipe de “Matemática na prática – parte 2”, disponível na plataforma de vídeos YouTube, apresenta elementos significativos para a leitura da narrativa dos artistas. Apesar de não ser o foco deste estudo, é pertinente incluir algumas observações a respeito da produção audiovisual, a partir da descrição de cenas. O vídeo inicia com crianças e jovens em idade escolar – a maioria é negra – levando cadeiras para uma quadra poliesportiva. Ao mesmo tempo, os artistas se dirigem para o local e ocupam a posição de professores. Gog começa a cantar junto com a orquestra. Atrás do rapper, veem-se imagens de grafite com temas como basquete, futebol e ensino. Destaca-se o grafite, recorrentemente enquadrado pela câmera, sobre ensino que apresenta a frase “Encino Mediu Baicho”. Também há a imagem de pilhas de documentos que se assemelham a cartilhas distribuídas pelo poder público.

Os três rappers cantam para a plateia que representa estudantes enquanto a câmera enquadra, na maior parte do tempo, a cena em plano situação, numa linguagem que visa assegurar o espaço de ação para o público. De acordo com Nogueira (2010), o plano situação tem como finalidade contextualizar os acontecimentos sendo de ordem narrativa, uma vez que o foco não está no drama em si, mas na apresentação clara da situação para o espectador. Os planos médio e detalhe são utilizados com menos frequência e objetivam, seguindo a linguagem cinematográfica (Nogueira, 2010), apresentar mais dramaticidade com a aproximação do olhar do espectador que pode, a partir deles, observar expressões faciais dos rappers além das frases instrumentais.

Assim, a composição do videoclipe indica escolhas que complementam a mensagem da letra do rap. Para Nogueira (2010), a composição do plano indica a distribuição e hierarquização de elementos tais como personagens, objetos, espaços, volumes, fundos entre outros, que tem como função dirigir a atenção do público, salientando a importância de cada um.

A aula de “Matemática na prática – parte 2” é realizada num espaço de esporte, ao ar livre, e não dentro de uma sala de aula – o que é frisado no deslocamento das cadeiras escolares para a quadra no início do vídeo. A representação de um jovem negro com destaque para a camiseta do Esperança F.C e das apostilas oficiais empilhadas e afastadas da cena (em segundo plano) podem indicar que o rap vai ensinar o pensamento crítico – pautado na experiência, na prática –, uma referência ao quinto elemento do movimento hip hop, o conhecimento, cuja função é conscientizar a população periférica sobre suas condições sociais (Postali, 2011).

Neste sentido, nos referimos ao pensamento crítico a partir de Bell Hooks (2010) como um exercício que envolve a própria reflexão do indivíduo, desenvolvendo autonomia, automonitoramento e autocorreção. Segundo a autora (2010), os (as) pensadores (as) críticos (as) são capazes de compreender, problematizar e ressignificar as coisas, já que são pessoas capazes de questionar os outros e a si mesmos, criando, assim, novos significados acerca dos assuntos. Hooks ainda ressalta a capacidade comunicativa da pessoa que desenvolve o pensamento crítico, sendo ela capaz de visualizar os fatos com mais clareza e objetividade, manifestando, deste modo, os seus pensamentos também com clareza. As colocações da autora vão ao encontro dos conceitos de Líder folk-comunicador (Beltrão, 1980) e sujeitas e sujeitos periféricos (D’ Andrea, 2020) já expostos.

Portanto, as escolhas de objetos, cenas, ângulos, vão ao encontro da narrativa da música e podem ser entendidas como referências críticas ao atual caos, considerando, ainda, a situação da educação brasileira que enfrenta projetos de lei que ameaçam a educação transformadora, bem como aos ataques realizados pelo governo Bolsonaro ao patrono

da educação brasileira, Paulo Freire, no período do lançamento do videoclipe. Esse cenário crítico que remete ao caos contemporâneo brasileiro é discutido por Bittencourt (2008). O autor recupera a ideia de “educação bancária” de Paulo Freire (2011) para refletir a educação mercantilizada já em curso no Brasil.

Assim, a informação trabalhada em sala de aula não chegaria nunca a constituir um conhecimento operacional, capaz de ser útil para entender o mundo e transformá-lo. Deste modo, a educação escolar cumpriria mais uma função alienante que libertadora; serviria aos interesses das classes dominantes e afastando as classes dominadas de uma relação com o saber que lhes permitisse conquistar direitos e poder (Bittencourt, 2008, p. 66).

A frase escrita com erro de grafia (Encino Mediu Baicho) em composição com um capelo grafitado, do mesmo modo, pode ser assimilada à denúncia sobre a desassistência do Estado, especialmente, nas periferias e favelas no que se refere ao ensino público.

Algumas considerações

A inquietação, a crítica direta, a proposição de ações coletivas e o enaltecimento da identidade periférica sustentam a narrativa da música “Matemática na prática – parte 2”. Se a pressuposição que orientou a reflexão apresentada neste capítulo tinha como base a possibilidade de aproximar o rapper Gog às práticas do Jornalismo das Periferias, no que diz respeito à posição epistêmica diante das pautas do Brasil contemporâneo, pode-se considerar sua confirmação.

Além de trazer para o debate temas políticos e sociais relevantes para o Brasil como um todo, Gog e seus parceiros propõem uma leitura desses acontecimentos a partir do prisma das periferias. Não apenas como leitura crítica de um mal-estar sobre o *status quo*, essa perspectiva revela uma visão de mundo formada a partir do território, o que, por sua vez, enaltece a identidade de sujeito periférico, no sentido de Tiarajú Pablo D’Andrea (2020). Em outros termos, Gog representa um sujeito

periférico que fala, principalmente, mas não somente, para os demais moradores das periferias de uma maneira direta, engajada e marcada por índices que remetem ao território. Essa forma de atuação permite considerar o rapper um líder-comunicador folk, nos termos de Beltrão (1980). Assim, tem-se como resultado desta análise a indicação de que a música – e seu autor – aqui selecionada contribui com o debate público contemporâneo sobre temas que afligem a população e são por isso mesmo urgentes.

Observa-se ainda que a potência narrativa do rap também se mostra pela capacidade de artistas como Gog de ler o cotidiano e apresentá-lo, em poucas palavras, com toda sua complexidade, o que é caracterizado pelo pensamento crítico (Hooks, 2010). Assim, anota-se que compreender as narrativas críticas produzidas pelas bordas urbanas é fundamental para um entendimento mais abrangente sobre como o caos contemporâneo é percebido e comunicado pelos grupos mais afetados socialmente. Nas bordas das discussões *mainstream*, agentes de comunicação – sujeitas e sujeitos periféricos – adotam o papel de lideranças comunicacionais de seus territórios, assumindo o compromisso de traduzir ou comunicar conteúdos pertinentes à sua audiência.

Seja realizada por meio de líderes e canais folk que, de maneira mais livre do que os padrões jornalísticos, buscam chamar a atenção da população sobre problemas que impactam diretamente o cotidiano periférico; seja realizada por sujeitas e sujeitos periféricos jornalistas que promovem narrativas mais técnicas, porém a partir do ponto de vista de suas experiências e localizações sociais, a comunicação das bordas se caracteriza como a “comunicação cultural” (Beltrão, 1977), cujas narrativas pretendem mais que informar, estabelecer a comunhão e conectar indivíduos para que possam resistir frente ao caos comum às periferias.

Assim, a canção “Matemática na Prática – parte 2” é um objeto narrativo que reflete o diálogo entre uma liderança folkcomunicacional e o jornalismo das periferias, uma vez que, independentemente do formato, possui a mesma intenção de transformação social. E no caso da canção selecionada, possui, inclusive, os mesmos temas em pauta na atualidade.

Referências

- BELTRÃO, Luiz. *Teoria geral da comunicação*. Brasília: Thesaurus, 1977.
- BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados*. São Paulo: Cortez, 1980.
- BITTENCOURT, Rodrigo do Prado. “Educação a serviço da alienação: projetos de lei que ameaçam a educação transformadora sonhada por Paulo Freire.” *Educação*, vol. 43, no. 1, 2018, pp.41-54. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117157483005>. Acesso em 05 de jun 2022.
- CERVI, Emerson Urizzi. Líder de opinião. In GADINI, Sérgio Luiz; WOITOWICZ, Karina Janz (Org.). *Noções básicas de folkcomunicação: uma introdução aos principais termos, conceitos e expressões*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.
- D’ANDREA, Tiarajú Pablo. *A formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo*. 295 f. Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2013.
- D’ANDREA, Tiarajú Pablo. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. *Novos Estudos Cebrap*, v. 39, p. 18-36, 2020.
- FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de Conteúdo. DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2017, p. 280-304.
- FÓRUM. *Rapper GOG comemora 30 anos de carreira com vários lançamentos*. 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/cultura/2020/2/24/rapper-gog-completa-30-anos-de-carreira-com-varios-lanamentos-69817.html> Acesso em: 31 mai 2022.
- FREIRE, Paula. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 103-131.
- HOOKS, Bell. *Ensinando o pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante, 2010.
- KOWARICK, Lúcio (Org). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

- LETRAS. *Biografia de Gog*. Online. Disponível em: <https://www.letras.com.br/gog/biografia> Acesso em: 31 mai 2022.
- NOGUEIRA, Luís. *Manuais do cinema III: Planificação e montagem*. Portugal, Covilhã: Livros LabCom, 2010.
- POSTALI, Thifani. *Blues e hip hop: uma perspectiva folkcomunicação*. Jundiaí: Paco Editorial/Eduniso, 2011.
- ROVIDA, Mara. *Jornalismo das periferias – o diálogo social solidário nas bordas urbanas*. Curitiba: CRV, 2020.
- SAMOYAUULT, Tiphaine. *A intertextualidade*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Studio Nobel, 2002.
- SOARES, Mei Hua. *A literatura marginal-periférica na escola*. 156 f. Dissertação. Mestrado em Educação Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2008.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 7-72.

“Listen”: o cinema na encruzilhada da comunicação intercultural

Adriana Pierre Coca

Renato Essenfelder

Introdução

A contemporaneidade atualiza e rompe fronteiras culturais e sociais constantemente, seja pelas promessas do capital, pela violência ou pela mudança climática, provocando sucessivas crises de refugiados – fenômeno considerado, pela Organização das Nações Unidas, um dos maiores desafios humanos deste século. Recentemente, o drama voltou a ganhar destaque mundial por conta da invasão russa à Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, e pelo contexto pós-pandêmico, que expôs ainda mais as desigualdades entre nações e acirrou problemas sociais e econômicos, sobretudo em populações mais vulneráveis.

A partir desse contexto, o principal objetivo deste estudo foi dimensionar o conceito de comunicação intercultural a partir da tensão dos encontros entre diferentes culturas – um confronto que vai além da fronteira geopolítica e se estabelece na fronteira da significação. A inquietação central indaga e busca compreender como se estabelece a comunicação entre distintas culturas. Nessa busca, o aporte teórico basilar foi a semiótica da cultura (SC), especialmente os conceitos de tradução e fronteira semiótica de Lotman (1996; 1998; 2003; 2007; 2013; 2021), que defende que é na semiosfera, espaço abstrato de realização das semioses (processos de significação), que ocorrem os tensionamentos entre os textos culturais.

“Listen”, o filme analisado neste capítulo, é pensado como um texto da cultura, porque, segundo Lotman (2003), a noção de texto é abrangente e acolhe as mais diversas manifestações da cultura. Não se restringindo apenas a um texto verbal, literário, admite inclusive os textos não

verbais, como a dança, a escultura, a pintura, considerando que cada um deles tem a sua estruturalidade, seus códigos específicos, regras que regem sua gramática e funcionamento. O texto cultural é a unidade básica da semiótica da cultura (Lotman, 2003), porque é a sua constante reconfiguração que determina a dinâmica do espaço semiótico. Nesse movimento, a tradução se converte no principal mecanismo de atividade do texto da cultura (Machado, 2016), como será detalhado adiante.

O corpus da pesquisa é um filme luso-britânico, “Listen” (2020), primeiro longa-metragem da portuguesa Ana Rocha de Sousa, que narra uma história inspirada em fatos reais: o drama de uma família lusitana que vive nos arredores de Londres e vê os três filhos serem encaminhados para a adoção, após a suspeita de maus-tratos à filha de 7 anos, que é surda. A opção por analisar essa obra audiovisual foi por entender que o enredo expõe de modo realista as barreiras que podem se estabelecer na comunicação intercultural. O percurso teórico-metodológico (Rosário, 2008) que guiou a investigação parte da observação da narrativa ficcional na íntegra e da seleção de aspectos pontuais entrelaçados à teoria de base, além do levantamento de material adjacente que nos auxiliou a contextualizar a produção.

O capítulo está dividido em quatro momentos. Além desta introdução e das considerações finais, explicitamos os pressupostos da semiótica da cultura e, em seguida, traçamos um breve histórico sobre os caminhos da imigração/refúgio e de narrativas ficcionais que já abordaram o assunto, informações que importam para situar o tema e sinalizar a preocupação crescente que ele vem ganhando no audiovisual. Na sequência, tecemos a análise do objeto empírico entremeada às relações teóricas, apontando os resultados da pesquisa.

Os pressupostos teóricos da semiótica da cultura

A semiótica da cultura é uma perspectiva teórica que surge na Universidade de Tártu, na Estônia, sobretudo a partir dos encontros

de verão dos anos 1960 entre pesquisadores de Tártu e de Moscou, e se constrói da necessidade de compreender como se configuram as relações entre distintas culturas (Machado, 2003). Segundo Machado (2021), o problema semiótico pautado pela SC continua muito atual e nos possibilita refletir sobre interações que vêm se intensificando com as mobilizações dos povos refugiados e imigrantes ao redor do mundo.

Para Lotman (2013), semioticista que é o principal representante dessa corrente teórica, a cultura detém memória coletiva e está em constante mudança, constituindo-se como um vasto sistema de signos que abarca subconjuntos (sistemas culturais), sendo que cada cultura tem o seu traço distintivo, pois “a cultura só se concebe como uma parte, como uma área fechada sobre o fundo da não-cultura” (Lotman; Uspênskii, 1981, p. 37). Lotman e Uspênskii compreendem por não-cultura os textos que são estranhos a determinada religião, determinado saber, comportamento ou tipo de vida. É assim com o imigrante/refugiado em uma terra estrangeira: há os pontos de conexão, como o domínio da língua, por exemplo, e existem os elementos alheios, que formam o fundo da não-cultura. Lotman (1996) explica que cada espaço tem seus habitantes correspondentes e que ao transladarmos para um outro ambiente perdemos nossa identificação. Ao mesmo tempo em que somos nós mesmos nesse novo lugar, transformamos em outro, condição que parece bem retratada pela personagem Bela no filme “Listen”, como veremos a seguir. É preciso “ter em vista que o outro deve ser entendido aqui como uma construção produzida pela própria cultura e pertencente a ela” (Lotman, 2021, p. 91).

Para a semiótica da cultura, é a tradução (os processos de tradutibilidade e intradutibilidade) estabelecida entre os distintos textos culturais que possibilita a comunicação, a troca de mensagens, a expansão, a reconfiguração e a atualização dos sistemas da cultura (Lotman, 2013). Essa dinâmica cultural acontece na semiosfera, dimensão abstrata e espaço da comunicação, das semioses, que são os processos de significação. Lotman (2007) defende que é na semiosfera que ocorre a sincronização do “espaço semiótico que preenche as margens da cultura, sem a qual os sistemas semióticos separados não

podem funcionar ou se formar” (Lotman, 2007, p. 8). Como “espaço” de realização da semiótica, a semiosfera está em constante transmutação, porque, assim como comporta as tensões internas entre os textos da cultura, está “aberta” à informação externa/nova. A semiosfera, segundo o autor (Lotman, 1998) se compõe de um centro, um núcleo duro composto de elementos invariantes e no qual os códigos e regras dos sistemas culturais são mais rígidos, e pelas zonas de fronteira (margens) das semiosferas que se compõem de elementos variantes, que permitem as remodelações dos sistemas. “Do ponto de vista das fronteiras, que se constituem em todo encontro dialógico de culturas, a busca de um código comum é simplesmente irrelevante. Aqui o que se tem como certo é a intraduzibilidade própria da condição estrangeira” (Machado, 2016, p. 164).

Américo (2017) esclarece que as fronteiras semióticas em alguns casos podem ser associadas às fronteiras geográficas, isto é, podemos pensar em uma semiosfera da cultura britânica e em uma semiosfera cultural portuguesa, assim como as semiosferas também podem ser distintas historicamente – por exemplo, podemos descrever a cultura portuguesa contemporânea e a cultura portuguesa do século XIX. A autora explica, ainda, que se trata de um processo bilateral, pois um texto da cultura pode romper seus limites e se direcionar para fora da sua semiosfera, sendo (ou não) assimilado por outra. Ao mesmo tempo é também um processo ambíguo, porque na zona de fronteira os textos culturais estão sujeitos à separação e à união. Essa é a mobilidade da fronteira semiótica da cultura: um texto é considerado próprio de determinado espaço semiótico ou alheio a ele, dependendo do ponto de vista do observador. “Na verdade, há sempre uma multiplicidade de sistemas diferentes diante de nós. Alguns deles estão, de certo modo, relativamente próximos e podem ser mutuamente traduzíveis. Outros sistemas funcionam em oposição uns aos outros precisamente devido à sua intraduzibilidade mútua” (Lotman, 2021, p. 92).

É por isso que, para Lotman (2013), até no caos existe uma determinada ordem, porque o que pode ser considerado caótico para determinada cultura pode não o ser para outra. Kirchof (2010) explica

que para o semiótico (Lotman, 2013) a noção de fronteira delimita “com clareza a diferença entre o mundo semiotizado e o mundo não-semiotizado, por outro lado, no entanto, essa delimitação não possui um caráter absoluto, pois aquilo que é periférico em um determinado contexto pode não sê-lo em outro; o que é sistema para um determinado grupo pode ser o caos para outro” (Kirchof, 2010, p. 70).

Nessa concepção, devemos considerar que os instantes de intradutibilidade não se apresentam como ruídos ao processo de comunicação das mensagens, segundo os pressupostos da SC, pelo contrário, são encontros que desencadeiam a indeterminação dos sentidos, podendo trazer novas informações a serem incorporadas (ou rejeitadas) por um sistema ou texto da cultura.

Conforme já discutimos em outro estudo (Coca, 2018), os textos da cultura podem assumir funções distintas, que se sobrepõem. A função mnemônica, por exemplo, pode ser aclarada com a metáfora das sementes de vegetais, “as quais, como mecanismos que geram informação, podem ser transportadas a uma esfera ecológica alheia, conservando seu potencial de germinação; isto é, reconstruindo a memória da árvore que a criou” (Lotman, 2003, p. 4, tradução nossa).

A função informativa indica que os textos da cultura comunicam algo, são dotados de sentidos (Lotman, 2003). Essa função exige que o contexto seja considerado, pois, se recebermos um texto fora do seu entorno, seja verbal ou não-verbal, é possível que haja necessidade de uma reconstrução dos códigos. É só imaginarmos uma visita a um museu antropológico, por exemplo, na qual nos sentimos imersos em culturas ancestrais. Nesse caso, se não nos munirmos de outras informações para dar conta de “ler” os textos ali expostos, os sentidos traçados nas obras em exposição podem ficar comprometidos, e a comunicação não acontecer.

Já a função criativa permite a entrada de elementos irregulares a um sistema e, desse modo, podem ser instaurados novos sentidos aos textos culturais, engendramento que permite as transformações da cultura e as criações. Isso quer dizer que é a partir da função criativa do texto cultural que as irregularidades, imprevisibilidades e descontinuidades

dos textos se colocam e essa é uma qualidade imprescindível aos diálogos interculturais.

Nesses encontros podem ocorrer tanto os processos previsíveis, já conhecidos, quanto tensionamentos dos sentidos. Segundo o princípio organizativo que rege os sistemas de signos/linguagem, cada sistema/linguagem tem as suas regras e códigos que lhes dão contorno. São os códigos que formam os textos da cultura, que formam as linguagens que constituem os sistemas culturais, como os mitos, a literatura, o jornalismo, o cinema. Nessa via, um sistema cultural é um sistema de comunicação, organizador das linguagens e, também, um sistema modelizador (Kirchof, 2010). Isto é, fornece um “modelo determinado de mundo” (Kirchof, 2010, p. 66). Os sistemas modelizantes ou modelizadores são “sistemas relacionais constituídos por elementos e por regras combinatórias no sentido de criar uma estruturalidade que se define, assim, como uma fonte ou um modelo” (Machado, 2003, p. 167).

Como discorrem Coca e Tavares (2022), no movimento de atualização da cultura, a comunicação tem duas direções possíveis: a via da previsibilidade e a via da imprevisibilidade. Lotman (2013) explica que os órgãos dos sentidos reagem aos estímulos que são percebidos como um movimento contínuo pela consciência, quando o processo de percepção opera sobre o previsível temos a percepção já esperada, que tende à estabilização. A segunda via perceptiva acontece quando os sentidos se deparam com o imprevisível e nos conduzem à desestabilização. O imprevisível é algo que não é regular a determinado sistema da cultura, ou seja, rompe com as regularidades daquele sistema.

Para Lotman (2021), o instante da destruição da expectativa de determinado texto é aquele que detém maior carga informativa, pois, para ele, quanto mais criativo e improvável, mais dotado de informação é um texto. Pois o espaço semiótico é heterogêneo e o que é estrangeiro a um texto ou sistema da cultura não deve pensado como algo a ser neutralizado, porque representa em si uma potência para aprimorarmos nossa percepção e sentidos (Machado, 2016). A tensão gerada nos encontros interculturais é antes de tudo uma disputa por informação

(Lotman, 2021): informação nova, desconhecida, a ser apreendida.

Tecidas as relações teóricas, a seguir expomos um breve contexto sobre a condição de refúgio/imigração no audiovisual.

Os povos refugiados e imigrantes no audiovisual

Em estudo anterior (Coca; Corsi, 2019), repercutirmos a situação de refúgio retratada na telenovela brasileira “Órfãos da Terra” (TV Globo, 2018), ganhadora do Emmy Internacional em 2020. Na ocasião, realizamos um breve resgate histórico que atualizamos nesta discussão.

A ONU esclarece no Estatuto dos Refugiados, criado em 1951, depois da onda migratória que assolou a Europa em consequência da Segunda Guerra Mundial, que o refugiado é aquele que deixa seu país porque se vê sem proteção e/ou perseguido por motivos de raça, religião, grupo social ou opiniões políticas. Hoje, sabemos que essa condição considera também as pessoas obrigadas a deixar sua nação devido a conflitos armados, a violência generalizada ou a violações massivas dos direitos humanos (Coca; Corsi, 2019), como acompanhamos com a guerra na Ucrânia. Já a imigração é o ato de entrar em um país diverso do seu para nele viver (Barbosa; Hora, 2006), legal ou ilegalmente, não necessariamente pelas mesmas razões impostas a um refugiado.

O Brasil, por exemplo, é formado por ondas migratórias. Segundo o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), o país sempre foi visto como pioneiro na recepção de refugiados. Em 1960, foi o primeiro estado do Cone-Sul a ratificar a convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados (Coca; Corsi, 2019). Não à toa que em se tratando da produção de audiovisual, o tema sempre teve destaque, a exemplo das telenovelas brasileiras da TV aberta que contam histórias de imigrantes e refugiados. Citamos algumas: “Meu rico português” (TV Tupi, 1975); “Os Imigrantes” (TV Bandeirantes/1981/1982); “Vida Nova” (TV Globo/ 1988/1989); “Terra Nostra” (TV Globo/1999/2000); “Água na Boca” (TV Bandeirantes/2008)

e a já mencionada e recente “Órfãos da Terra”, que retrata a fuga de uma família síria e sua adaptação no Brasil. Essas tramas abordam os desafios e as conquistas dos imigrantes portugueses, italianos, sírios e japoneses que escolheram viver no país.

Fora do Brasil, o tema da imigração e do refúgio ganhou ressonância na ficção seriada televisual nos últimos anos. Entre as narrativas internacionais de sucesso, a aclamada série britânica “In the long run” (Sky One/CBC), que acompanha a saga de uma família de Serra Leoa para sobreviver em Londres, “Years and Years” (BBC/HBO), em que um dos núcleos da trama tenta imigrar para uma Grã-Bretanha governada pela extrema-direita xenófoba, e, também, a sexta temporada de “Orange is the New Black”, da Netflix, que discute a situação de imigrantes e refugiados encarcerados nos Estados Unidos, entre muitos outros casos.

Na produção de documentários, “Unsettled: Seeking Refuge in America” ganha os holofotes por dar voz aos refugiados LGBTQIAPN+ que chegam da África e do Oriente Médio e solicitam asilo às autoridades americanas. No Brasil, a Globoplay, plataforma de streaming da TV Globo, disponibilizou “Para Sama”, que reproduz o dia-a-dia da cineasta Waad al-Kateab na cidade de Aleppo, na Síria, tomada por rebeldes.

No cinema, o tema traz abordagens mais densas, “Refugiados” (2020) e “Os lobos” (2021), e outras mais suaves, “Samba” (2015) e “Never gonna snow again” (2020), entre outras tantas produções que retratam o assunto. “Listen” nos afetou de modo contundente porque vivemos em Portugal e, como imigrantes brasileiros, fomos tocados pelos conflitos reportados no longa-metragem. Aliás, não só nós como espectadores e pesquisadores de audiovisual, a produção conquistou quatro prêmios no Festival de Veneza, em 2020, entre eles, o prêmio especial do júri da seção “Horizontes” e o “Leão do Futuro”

O filme se torna mais sensível quando lembramos que foi inspirado em uma história real, situação que possivelmente afeta ou já afetou muitas famílias, não só portuguesas. Nesse retrato, importa mencionar que Portugal é um país que se sobressai a outras nações europeias quando o assunto é o acolhimento a imigrantes, pois é considerado um

dos países mais acessíveis do mundo à população estrangeira, segundo dados de 2017 do Alto Comissariado das Migrações português, por conta das políticas públicas de imigração que vem consolidando nos últimos anos. Em contrapartida, muitos portugueses, principalmente os mais jovens, optam por buscar trabalho e uma vida nova em outras regiões da Europa, como representa a família protagonista de “Listen”. Além da fronteira linguística que essas pessoas podem ter de encarar, há outros limites que se atravessam à comunicação intercultural, perpassam as leis locais e a resistência do outro ao que é estrangeiro, como apontamos nas questões levantadas pelos pressupostos teóricos da SC.

Traçado esse breve contexto que acolhe a produção de “Listen”, a seguir, expomos nossas percepções ao analisar o filme.

A comunicação intercultural e o silenciamento do outro na narrativa de “Listen”

Conforme exposto na introdução desta reflexão, a metodologia adotada privilegiou a condução teórico-metodológica (Rosário, 2008), em que aspectos pontuais do filme “Listen” foram selecionados e relacionados à teoria de base, que é a semiótica da cultura, sendo o enredo e algumas cenas descritas para melhor entendimento da narrativa ficcional.

“Listen” em tradução livre da língua inglesa para a língua portuguesa, é “Ouçam”, título que traz em si um apelo, um signo explícito da trama que envolve o casal protagonista, Bela (Lúcia Moniz) e Jota (Ruben Garcia), que implora para que seja ouvido pelas autoridades britânicas e que seus filhos, o adolescente Diego (James Felner), Lu, uma menina surda de 7 anos e a bebê Jessy (Lola Weeks/ Kiki Weeks), sejam entregues de volta à família.

O argumento principal da história se desenvolve a partir de um grande mal entendido, quando Lu é encaminhada para a escola sem o

seu aparelho de audição, que quebrou. A família não tem como pagar por um novo. O aparelho pode ser pago em parcelas, só que para isso a loja exige comprovação de renda e um fiador, algo impossível à família de imigrantes. Bela trabalha como faxineira em casas de família, seu marido Jota é marceneiro, ele fez um trabalho e aguarda receber pelo serviço, que nunca é pago. Lu sofre uma queda na escola e é levada para o hospital, onde percebem manchas roxas nas costas dela, questionada sobre o que teria acontecido, a menina não sabe responder, a Mãe também é questionada e não sabe como a filha se machucou. A situação acaba fazendo com que Lu confesse que está sem o aparelho de audição, algo que a Mãe pediu segredo, pois ela não poderia ser deixada na escola sem o aparelho.

Em casa, Bela se desespera, porque pressente que algo ruim pode acontecer, já que estão à espera de uma visita dos agentes do Serviço Social, agendada para aquele mesmo dia, às quatro e meia da tarde, com a intenção de avaliar as condições de manutenção da família. Bela implora ao marido para que eles fujam dali, mas ele é contra, já que não fizeram nada de errado. O pior acontece, eles são denunciados pela escola por colocarem os filhos em risco e as crianças são levadas de casa pelos agentes. Dias depois, quando as crianças já estão a viver no abrigo/casa de acolhimento, uma das funcionárias do Serviço Social revela a Bela que as manchas roxas de Lu voltaram a aparecer em outras partes do corpo e, depois de examinada, os médicos chegaram à conclusão que trata-se de uma espécie de púrpura, uma reação natural do organismo que pode ser desencadeada por medicamentos, por problemas de articulação ou até por envelhecimento, ou seja, a criança não foi agredida pelos pais como suspeitaram. Essa é a explicação plausível que Bela usa no tribunal e que a ajuda a recuperar a guarda da filha.

A narrativa inicial de “Listen” já demonstra um diálogo intercultural conflitante, que evidencia a condição de outro no país que escolheram para viver. A família portuguesa enfrenta uma situação indigna, em que o Estado, ao invés de oferecer ajuda, interpela-os, impondo exigências para que se mantenham ali. Eles precisam provar que têm

uma casa organizada e recursos para viver naquele lugar, até para fazer a compra de urgência do aparelho auditivo que garante qualidade de vida à filha surda, eles são postos à prova. São os limites do sistema cultural alheio que começam a ser detectados, expondo os códigos pelos quais é formado e que representa “um determinado modelo ou recorte da realidade” (Kirchof, 2010, p. 66), uma realidade que terá que ser traduzida, ainda que seja pelo percurso do tensionamento.

A pequena Lu representa uma semiosfera à parte nesse contexto, as primeiras cenas do filme são silenciosas, como se a realizadora quisesse que sentíssemos o mundo pelo olhar da menina. Quando a vemos em cena, ela quase sempre está com uma máquina fotográfica de brinquedo em mãos, é através daquele dispositivo que ela cria e enxerga o mundo, os códigos da criança são diferentes dos que são compreendidos por outras pessoas, porque ela precisa da família, da linguagem dos sinais e do aparelho no ouvido para interagir com o mundo externo.

Quando Lu chega à escola, entrega sua máquina fotográfica à mãe e entra, como se naquele ambiente (cultura) não fosse permitido adentrar com seu olhar peculiar. Lembramos que “a cultura, sendo o lugar da semiosfera, subdivide-se em diferentes linguagens, criando-se dessa forma, ‘subsemiosferas’, que adquirem uma identidade própria a partir da maneira específica como organizam a informação” (Kirchof, 2010, p. 64). É nesse sentido que entendemos que a personagem constrói sua própria semiosfera.

Na cena do cartaz de divulgação do filme vemos Lu em cima de um muro, vestida com sua capa de chuva cor de rosa a mirar um avião e a imitá-lo com os braços abertos, como se tivesse livre e voasse, mesmo que viva enclausurada no seu mundo silencioso. Essa personagem é crucial para o enredo, não só porque dela se constrói o conflito central, mas também porque ela representa o modo como os pais precisaram se portar diante do embate. Eles foram silenciados, já que o sistema no qual estavam inseridos não foi capaz de ouvi-los.

Embora a cena de divulgação do longa-metragem e o enredo tenham a menina como foco, o protagonismo de fato está na

personagem da mãe, Bela. É nela que as situações mais extremadas se concentram. Bela rouba para alimentar as filhas, Lu e Jessy, e esbraveja, luta fisicamente quando as crianças são levadas de casa pelos agentes do Serviço Social, mas não consegue ser ouvida. Seu comportamento muda ao longo da história, revelando uma transição de atitudes na tentativa de se adequar às regras do lugar (cultura) onde está. A transmutação acontece aos poucos e se inicia depois dela ser orientada por uma advogada local, que alerta que a situação é injusta, só que é quase sempre irreversível. Bela demonstra sua revolta, mas parece compreender que só há uma chance de conseguir a guarda dos filhos de volta e passa, então, a ser mais contida, ponderada em suas palavras e gestos, a ponto de assumir a defesa do seu caso no tribunal. É Bela que conduz uma das cenas mais emblemáticas da narrativa, quando fica diante do juiz que vai decidir se Lu irá voltar para a família, a essa altura Jessy e Diego já tinham sido adotados. Essa sequência é impactante porque denuncia o esforço da personagem em seguir os códigos britânicos, ou seja, “falar a mesma língua” que eles para que possa ter alguma chance de reaver a criança. Não nos referimos a língua inglesa e, sim, aos códigos do sistema cultural britânico, porque como bem reforça Lotman (2007), não basta que ambos os participantes de uma comunicação falem a mesma língua nativa para que haja um entendimento, é necessário, “a memória semiótica da cultura” (Lotman, 2007, p. 16).

O processo de mudança da personagem Bela expõe momentos de intradutibilidade vivenciados nos primeiros dias em que as crianças são levadas para o abrigo do governo até sua “adequação” à cultura em que está inserida, uma “adaptação” que a obriga a se transformar, escondendo sua indignação e alterando até o jeito que se comunica com as crianças. Na impossibilidade de ser ouvida, a personagem busca se comportar conforme o sistema modelizante vigente onde se encontra, de acordo com a orientação da advogada, ou seja, incorpora os códigos estabelecidos da cultura que a tensiona.

A luta dessa família, além de ser jurídica, é, principalmente, centrada nas fronteiras da significação, nas zonas de tensão, onde se concentram

os sentidos passíveis de remodelações (Lotman, 2013; 2021). Duas cenas de “Listen” traduzem a oscilação que transita pelas zonas fronteiriças da cultura. Uma delas é entre o pai e o filho mais velho. Bela sai de casa pela manhã para trabalhar, leva a bebê e deixa Lu na escola. Diego fica em casa doente, acamado com sinais de uma gripe forte. O pai tenta tirá-lo da cama e o menino vai tomar banho, embora relutante. Jota precisa da ajuda do filho para arrumar a casa e, mais tarde, receber o Serviço Social com tudo em ordem. O diálogo entre eles mescla frases em português e em inglês, um reflexo do lugar impreciso em que se encontram, como se ocupassem os limiares das fronteiras semióticas, onde não identificamos bem o que é externo, alheio (não-semiotizado) e o que é interno (semiotizado) (Kirchof, 2010).

A outra cena envolve toda a família, quando Bela conversa com os filhos na sala de visitas do Serviço Social e é impedida de falar em português e de usar a língua dos sinais com Lu. A orientação que ela recebe é que só pode falar em inglês e não pode abraçá-los, porque as manifestações de afeto não são permitidas. Em um primeiro instante, ela retruca e é expulsa da sala. Em visita posterior, se comporta seguindo os protocolos impostos e consegue conversar com as crianças. Nesses encontros, a família portuguesa se vê obrigada a atender os códigos legais e linguísticos da cultura britânica, se quiser estar junto por alguns instantes e se comunicar.

Lu se queixa com a mãe que ninguém conversa com ela no abrigo, só o irmão. O problema é que ninguém do Serviço Social sabia se comunicar na língua dos sinais, o que inviabilizava o diálogo direto com a criança. Mais do que uma barreira linguística, essa situação demonstra que eles foram condicionados aos códigos daquela realidade imprevisível, ou seja, irregular, nunca antes vivenciada pela família. Essa adaptabilidade acontece porque é o núcleo das semiosferas que “tende a reunir os elementos semióticos dominantes, que possuem o poder de determinar a conduta dos indivíduos” (Kirchof, 2010, p. 70), como parece acentuado na cena descrita, caso contrário o indivíduo corre o risco de ser “expulso” de determinado sistema da cultura, como aconteceu com Bela em sua primeira visita aos filhos. Ao passo que,

nas periferias (margens, fronteiras) a comunicação tende a ser mais flexível e dinâmica, passível de oscilações, como demonstra o diálogo entre Pai e filho.

O esforço em se adequar àquele sistema cultural fica evidente quando Bela fala com o marido em português, que a repreende, dizendo que combinaram de só conversarem em inglês, mesmo que estejam sós em casa. Mais do que treinar a língua nativa do país em que estão vivendo, essa situação revela o empenho deles em serem aceitos naquele espaço, já que dominando a língua estarão agindo como as pessoas que vivem ali.

Outra orientação que recebem da advogada é que não aceitem a defesa disponibilizada pelo Serviço Social, porque esse profissional tende a seguir as regras do sistema britânico e que, em hipótese nenhuma, façam postagens nas redes sociais, porque isso pode ser um complicador para o caso. A recomendação sinaliza mais um momento em que o casal é impedido de falar e de ser ouvido. Para que Bela fosse ouvida, ela precisou se comportar como uma “cidadã britânica”, de maneira mais polida, menos agressiva, sendo orientada como agir e o que dizer diante do juiz.

No caminho oposto de Bela, que se retrai, Jota, que no início da trama é mais pacífico, tem um momento de fúria e vai até a marcenaria que deve por seu trabalho e quebra objetos, xinga e acaba por receber o que lhe devem. Bela e Jota seguem trajetórias distintas que sinalizam igualmente a dificuldade de lidar, dialogar e interagir como outro em um sistema cultural diverso.

A situação financeira da família explicita uma contradição social que se evidencia quando Bela faz uma vídeo-chamada e pede dinheiro aos pais para comprar um novo aparelho auditivo para Lu. A mãe dela diz que não pode socorrê-los naquele instante e sugere que eles peçam auxílio exatamente ao Serviço Social, Bela responde que, diferente de Portugal, lá as coisas não funcionam desse jeito, que, se pedirem ajuda, pode ser mais um motivo que leve a pensar que não podem arcar com os custos de viver ali. O Serviço Social, que na visão da mãe de Bela deveria apoiá-los, se torna o algoz do casal.

O pedido deles à advogada é que recuperem a guarda dos filhos e sejam encaminhados de volta a Portugal para serem julgados em seu país, mas não conseguem. Bela convence o juiz a entregar Lu, Diego escapa da família adotiva e segue clandestinamente para Portugal, para mais tarde encontrar com os pais, e Jessy nunca mais é devolvida.

Nessa trajetória, Bela teve a ajuda e a compaixão de uma das funcionárias do Serviço Social, que, curiosamente, era alguém que apresentava um biotipo de descendência indiana. Parece que é como se o apoio tivesse vindo de alguém que representasse, também, o outro naquele ambiente que se tornou hostil. Ainda assim, em uma das últimas cenas do filme, Bela culpa essa moça por não tê-la ajudado a recuperar Jessy, já que ela, como funcionária do Serviço Social, conhecia bem a perversidade do sistema a que estavam sujeitos, como se compreendesse bem que a funcionária como integrante daquela cultura soubesse como tudo funcionava, ao contrário de sua família, que desconhecia a fundo o sistema modelizante do país que escolheram para ter uma vida melhor.

Considerações finais

De modo abrangente, esta investigação alerta para a importância de se pensar e discutir um problema cada vez mais exposto na sociedade atual, que é a convivência entre diferentes culturas, acentuada pela mobilidade de povos refugiados. De maneira mais específica, ao observar o filme “Listen” avançamos na compreensão dos mecanismos de funcionamento da comunicação intercultural, pois o filme transparece como a xenofobia, muitas vezes associada a xingamentos, agressões verbais ou físicas, pode acontecer de modo mais sutil e não menos doloroso, quando está arraigada em um processo estrutural, que vê o outro como um estranho, “alheio à minha cultura”, e que por isso pode ou deve ser ignorado – por vezes, silenciado. Quando falamos em estrutural, nos referimos aos códigos que estão arraigados em determinada cultura e formam o núcleo duro da semiosfera.

A principal inquietação que conduziu esta reflexão foi pensar como se estabelece a comunicação entre distintas culturas. Orientados pelos pressupostos teóricos da semiótica da cultura de Lotman (1996; 1998; 2003; 2007; 2013; 2021) buscamos dimensionar o conceito de comunicação intercultural que perpassa a tradução, num sentido amplo que vai além da transposição de um texto verbal de uma língua à outra. Para Lotman (2013, 2021) o mecanismo de tradução tem relação com a transmissão de mensagens e geração de novos sentidos e se apresenta por duas vias distintas, uma que contempla a tradutibilidade, quando há uma convergência de códigos, e outra que segue o percurso da indeterminação dos sentidos, provocando momentos de intradutibilidades, esses instantes se concentram nas periferias das semiosferas (dimensão abstrata que acolhe diferentes sistemas da cultura). Nessas zonas de fronteiras, os textos da cultura são mais maleáveis, e, portanto, passíveis de serem reconfigurados.

Esses encontros fazem parte da dinamicidade da cultura e são responsáveis pelas atualizações e expansões dos textos culturais, logo, estão longe de representar um enfrentamento que deve ser rechaçado, porque é no tensionamento que novas informações podem ser assimiladas e novos sentidos gerados.

Referências

- AMÉRICO, Ekaterina Vólkova. O conceito de fronteira na semiótica de Iúri Lotman. *A semiótica* (online), São Paulo, n.12, v.1, P. 05-12, Jan./Abril, 2017.
- BARBOSA, Luciano Pestana; HORA, José Roberto Sagrado. *A polícia federal e a proteção internacional dos Refugiados*. Brasília: ACNUR Brasil, 2006.
- COCA, Adriana Pierre. *Cartografias da teledramaturgia brasileira: entre rupturas de sentidos e processos de telerrecriação*. São Paulo: Labrador, 2018.

- COCA, Adriana Pierre; CORSI, José Rafael Pieroni. O olhar documentarizante sobre a crise dos refugiados na telenovela brasileira “Órfãos da Terra”, p. 476-500. In: SWING, A. *et al. Narrativas Imagéticas*. Aveiro: Ria Editorial, 2019.
- COCA, Adriana Pierre; TAVARES, Miriam. “Aruanas”: a agenda 2030 da ONU na pauta da ficção seriada do streaming. *Revista Latinoamericana de Ciências da Comunicação* (online), 40ª edição, 2022.
- KIRCHOF, Edgar Roberto. Yuri Lotman e Semiótica da Cultura. *Revista Práxis*, v. 2, p. 63–72, 2010.
- LOTMAN, Iúri Lotman. *Cultura y Explosión: lo previsible y lo imprevisible en los procesos de cambio social*. 2ª ed. Barcelona: Gedisa Editorial, 2013.
- _____. *La Semiosfera I*. Semiótica de la cultura y del texto. Madrid: Ediciones Frónesis Cátedra Universitat de València, 1996.
- _____. *La Semiosfera II*. Semiótica de la Cultura, del Texto, de la Conducta y del Espacio. Madrid: Ediciones Frónesis Cátedra Universitat de València, 1998.
- _____. *Mecanismos imprevisíveis da cultura*. Trad. Irene Machado. São Paulo: Hucitec Editora, 2021.
- _____. *Por uma teoria semiótica da cultura*. Trad. Fernanda Mourão. Belo Horizonte: Ed. FALE/UFGM, 2007.
- _____. Sobre el concepto contemporáneo de texto. *Entretextos* (online), Trad. Gastón Gainza, n. 3, Granada, 2003.
- LOTMAN, Iúri; USPÊNSKI, Boris, & IVANÓV, V. *Ensaio de semiótica soviética*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.
- MACHADO, Irene. *Escola de semiótica*. A experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura. São Paulo: Ateliê Editorial/FAPESP, 2003.
- _____. Lugar da tradução intersemiótica na comunicação intercultural. *Revista USP* (online), p. 111, 157-168, 2016.
- _____. *Tradução intersemiótica segundo Iúri Lotman: dualidade, alteridade e intraduzibilidade* (Palestra). Associação Brasileira de Linguista (online), realizada em 08 de nov. de 2021, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UqPNFf548EM>

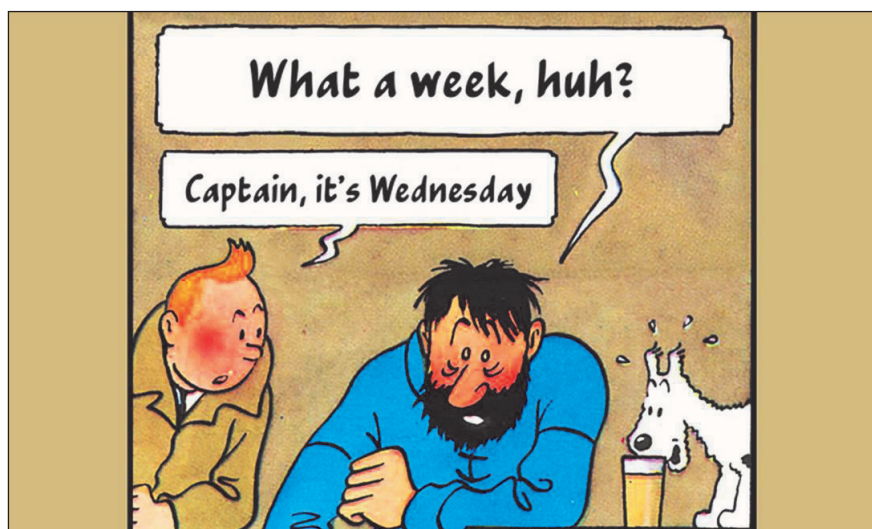
ROSÁRIO, Nísia Martins do. Mitos e cartografias: novos olhares metodológicos na comunicação. In: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do. (orgs.). *Perspectivas metodológicas em Comunicação: desafios na prática investigativa*. João Pessoa: Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba, p. 195-220, 2008.

What a week, huh? A exaustão viral dos *millennials* em tempos de home office

Tássia Aguiar de Souza

Introdução

IMAGEM 1. Meme sobre a exaustão circula toda quarta-feira nas redes sociais



Fonte: perfil @whataweekhuh/Twitter (2021)

— Que semana, hein?

— Capitão, é quarta-feira.

(tradução livre)

Em âmbito global, atravessamos um período de exaustão física e mental causada pelo novo capitalismo e suas estruturas de poder e controle. Um reflexo desse fenômeno é que, se você circula pelas redes sociais com alguma frequência, já se deparou com o meme acima pelo menos uma vez às quartas-feiras. A falsa ideia de liberdade no *home office*, a pressão pela reinvenção de produtos e serviços durante

a pandemia, a assombração do desemprego e os muitos riscos de uma sociedade pautada pelo lucro são alguns dos fatores que têm contribuído com o aumento da demanda nos consultórios de psiquiatria e psicologia mundo a fora.

Em se tratando da era digital, em que nada escapa à tentativa de alívio cômico dos memes, a exaustão viralizou também nas redes sociais e tem levado milhares de usuários a bater seu ponto toda quarta-feira na instituição “eu não aguento mais”. Nosso ponto de partida neste trabalho é, portanto, a matéria publicada em 15 de setembro de 2021, pelo *O Globo* intitulada “‘Capitão, é quarta-feira’: como um meme traduziu a exaustão contemporânea”. A matéria é assinada pelo jornalista Bolívar Torres e levanta a discussão sobre a carga exaustiva de trabalho dos profissionais em home office durante a pandemia, assim como a exaustão mental causada pelas sucessivas “tragédias” naturais, políticas, sociais e econômicas de nosso tempo.

A publicação do portal *O Globo* destaca a atuação do perfil espanhol @whataweekhuh, no Twitter, que se destaca com apenas uma publicação semanal: o meme da exaustão com os personagens Tintin e Haddock, do cartunista belga Hergé. De acordo com o jornal, a origem do meme remonta a uma série dos anos 2000, “30 Rock”, em que Tina Fey e Alec Baldwin travam o mesmo diálogo. Anos depois, as engrenagens invisíveis dos memes se encarregaram de adaptar o conteúdo aos personagens de Hergé.

Epidemia da exaustão

Dado o fenômeno semanal do referido meme, nos propomos a contextualizar a “epidemia de exaustão” que viralizou também nas redes sociais. A jornalista Anne Helen Petersen (2021) discorreu sobre como o *burnout* se tornou a condição que define a geração dos *millennials* – que na concepção da autora, são as pessoas nascidas nas décadas de 1980 e 1990 –, marcada pela desconfiança nas instituições que

falharam com eles, pelas expectativas irrealistas do mundo corporativo moderno e pelo drástico aumento na ansiedade e na falta de esperança exacerbados pela pressão constante de “performar” suas vidas online.

Pesquisas nacionais dão conta da diversidade de entendimento sobre a exata compreensão do período de nascimento de cada geração (*baby boomers*, *millennials*, geração Z). Para Motta (2020), não há um consenso nem na academia, nem fora dela, quanto ao período de nascimento de cada geração, nem base teórica concreta para cada termo.

Nas pesquisas que realizamos a respeito dos termos, é comum encontrarmos definições e datas sem que a fonte teórica seja citada. Além disso, em cada pesquisa encontramos uma data de nascimento dos membros de cada geração, como constatamos em nosso projeto de pesquisa: para Lombardia (2008), a geração Y (ou *millennials*) compreende os nascidos entre 1980 e 2000, enquanto para Engelmann (2009 *apud* Santos, 2011), são as pessoas que nasceram entre 1978 e 1994. (Motta, 2020, p. 19)

A despeito da complexidade de nomenclatura, o recorte de Petersen abrange os *millennials*, ou geração Y, norte-americanos, de classe média, embora sejam marcantes as semelhanças com o panorama brasileiro da mesma geração, com o mesmo padrão social e econômico: empregos precários, altas expectativas profissionais, dívidas com educação superior, bombardeio de informações online e saúde mental abalada. A autora argumenta que a geração dos *millennials* foi criada para acreditar que, com esforço suficiente, é possível ganhar do sistema – do capitalismo e da meritocracia americana e que o fracasso não é uma opção.

Matéria divulgada pelo G1, em janeiro de 2022, apresentou uma pesquisa encomendada pela Microsoft para a série The Work Trend Index, realizada com mais de 30 mil trabalhadores de 31 países, em que os resultados apontam: 54% dos entrevistados sentem que estão trabalhando em excesso; 39% relatam estado de exaustão; e 41% pensam em pedir demissão. No mesmo texto, o portal apresenta um levantamento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com 201 técnicos de enfermagem, que indicou 70% dos entrevistados relatando sintomas de *burnout*.

É crescente o número de pesquisas relacionando, também, a síndrome de *burnout* ao teletrabalho imposto pela pandemia da covid-19. Em pesquisa simples no site de buscas Google pelas palavras teletrabalho e *burnout* resultam, nas primeiras páginas, notícias como: “Home office e trabalho híbrido desencadearam casos de *burnout* entre jovens, aponta estudo”; “Síndrome de *Burnout*, mais comum no *home office*, pode levar a AVC e infarto”; “As adversidades do *home office* e a síndrome de *Burnout*”; “O cansaço do home office e a explosão dos casos de *burnout*”, entre outras.

Em dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Elenise Coelho (2022), identificou agravamento das condições de saúde mental dos professores com a imposição do teletrabalho. O estudo indicou uma percepção negativa dos docentes em relação às características do seu contexto de trabalho e níveis mais altos de *burnout* em professores que já apresentavam algum diagnóstico de transtorno mental.

A síndrome de *burnout* é um quadro de estresse crônico relacionado ao trabalho e foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em janeiro de 2022. A doença foi reconhecida pela primeira vez como diagnóstico pelo psicólogo Herbert Freudenberger, em 1974, e, para Petersen, ele é, cada vez mais, e especialmente entre os *millennials*, a condição contemporânea. A jornalista credits essa condição a um aumento da desigualdade social e à sensação nas pessoas de que a qualquer momento elas podem sair do patamar mínimo de qualidade de vida.

Além de ser uma geração profundamente endividada e trabalhando por mais horas e em mais empregos por um pagamento menor e com menos estabilidade, com dificuldades para alcançar o mesmo padrão de vida dos pais, operando em precariedade psicológica e física, conforme Petersen, os *millennials* ainda estão desbravando um novo formato de trabalho, o home office que, sob a aparência da liberdade e flexibilidade, tem invadido a vida privada desses profissionais e fragilizado a já sensível barreira entre o tempo de trabalho e o tempo de descanso. O celular faz com que os funcionários estejam sempre

acessíveis e prontos para o trabalho, mesmo após o horário estabelecido de expediente, ou seja, de trabalho remunerado. Quando apareceram os primeiros casos de covid no mundo, Petersen estava com o livro praticamente pronto, mas a autora afirmou à BBC, posteriormente, que a pandemia acentuou os efeitos em quem já sofria de *burnout*.

Os *millennials* lidam ainda com a sobrecarga de informação e com a exposição diária da vida privada e profissional de seus contemporâneos nas redes sociais. As fotos e os vídeos compartilhados, sugerem, em regra, um equilíbrio invejável entre a rotina de trabalho e a vida íntima dos usuários e de grande parte dos influenciadores digitais.

Para além das performances de sucesso e felicidade nas redes sociais, enveredamos por uma breve revisão bibliográfica em Sennett (2009) e Boltanski; Chiapello (2009) sobre efeitos do capitalismo no universo corporativo, impactando diretamente a vida da população economicamente ativa em âmbito global. Em *A Corrosão do Caráter*, Sennett desmistifica um “falso” conceito de flexibilidade, próprio do novo capitalismo, que visa nos convencer de virtudes empresariais relacionadas à liberdade do indivíduo em relação ao tempo e ao espaço de trabalho.

O autor trabalha o conceito de flexitempo para situar práticas corporativas contemporâneas que aparentam conferir liberdade ao trabalhador ao flexibilizar seu espaço de trabalho para o ambiente doméstico.

Um trabalhador em flexitempo controla o local do trabalho, mas não adquire maior controle sobre o processo de trabalho em si. A essa altura, vários estudos sugerem que a supervisão do trabalho muitas vezes é na verdade maior para os ausentes do escritório que para os presentes. Os trabalhadores, assim, trocam uma forma de submissão ao poder – cara a cara – por outra, eletrônica. (2009, p.68)

A obra escrita originalmente em 2004, não engloba o contexto pandêmico, mas as análises do sociólogo e historiador norte-americano também contemplam com precisão o novo cenário de *home office* que irrompeu no mundo globalizado desde o início da pandemia do novo

coronavírus, sobretudo, quando se esboça pelo mundo um formato de trabalho híbrido permanente, e não apenas em tempos de catástrofes.

Pesquisa realizada pela consultoria de recursos humanos Randstad – divulgada no Brasil pelo Estadão em 11 de dezembro de 2021 – aponta que os brasileiros estão especialmente interessados nesse novo modelo de trabalho. Durante o período de isolamento social, os trabalhadores passaram a fazer múltiplas tarefas, combinando atividades profissionais e pessoais sem sair de casa e agora temem mudar essa nova rotina, segundo o presidente da Randstad. De acordo com os números da consultoria, 92% dos trabalhadores brasileiros querem formatos de trabalho e carreiras mais flexíveis para acomodar outras atividades ao longo do dia, enquanto a média global é 76%.

Não buscamos com este trabalho, contrapor a pesquisa por meio dos memes em circulação no ciberespaço, mesmo sabendo que estes extrapolam as fronteiras digitais. Mas nos interessa destacar outras vozes em ressonância no mesmo contexto e que também relacionam o flexitempo à exaustão. Aliás, a publicação do Estadão que apresenta a pesquisa da Randstad traz exemplos de profissionais que optaram por uma redução salarial para desfrutar de maior qualidade de vida. Sem contradições, para Sennett, se por um lado o flexitempo permite alguma liberdade para o empregado, também o põe no domínio íntimo da instituição.

A versão iluminista da flexibilidade de Smith imaginava que ela enriqueceria tanto ética quanto materialmente as pessoas; seu indivíduo flexível é capaz de súbitas explosões de simpatia pelos outros. Uma estrutura de caráter bastante diferente surge entre os que exercem o poder dentro desse complicado regime moderno. Eles são livres, mas é uma liberdade amoral. (2009, p. 69)

Também Boltanski e Chiapello denunciam a sobrecarga de trabalho perpetuada pelo capitalismo. Eles remetem a Max Weber e sua proposição de que, com a Reforma, “impôs-se a crença de que o dever é cumprido em primeiro lugar pelo exercício de um ofício no mundo, nas atividades temporais, em oposição à vida religiosa fora do mundo, privilegiada pelo *ethos* católico” (2009, p.40).

Os autores propõem a crítica como instrumento de transformações no sistema apontando como seu primeiro efeito a deslegitimação dos espíritos anteriores do capitalismo e a subtração de sua eficácia; em segundo lugar, apontam seu potencial de coação dos porta-vozes do sistema capitalista a justificar-se em termos do bem comum; e, por fim, a transformação dos modos de realização do lucro, de tal maneira que o mundo se torna momentaneamente desorganizado e ilegível.

A necessidade de dar justificações ao capitalismo e de mostrá-lo com um aspecto atraente não seria tão premente se o capitalismo não estivesse enfrentando, desde as origens, forças críticas de grande amplitude. O anticapitalismo é tão antigo quanto o capitalismo. (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 71)

Contextualizado o cenário de intensa exploração do trabalho contemporâneo e da urgência das iniciativas contra-hegemônicas, chegamos ao objeto deste trabalho, os memes.

A resistência dos *millennials*

Os memes de internet são um fenômeno relativamente novo de adesão extraordinária. Desde as situações mais banais e cotidianas até discussões intensas sobre política institucional são atravessadas por essa curiosa forma de comunicar. Gafes, comportamentos inesperados, declarações polêmicas e, por que não a exaustão?, são alvo do chiste digital. Nascidos na era digital, seus estudos apontam, entretanto, para uma origem um pouco mais remota, considerando a passagem de eras comunicacionais: a sociedade de massas.

Com etimologia na palavra grega *mimeme* (imitação), o termo meme foi cunhado, em 1976, pelo biólogo britânico Richard Dawkins que, certo do processo evolutivo das espécies por meio dos genes, questionou-se sobre a existência de outros “replicadores” na natureza. Bastava observar a transmissão de culturas na humanidade, desde os primeiros hominídeos com a imitação na forma de acender o fogo, de preparar os alimentos, confeccionar roupas e até manifestações

culturais mais complexas, já asseguravam a manutenção ou consumo de uma ideia original capaz de atravessar gerações.

O biólogo evolucionista, em seu livro *O Gene Egoísta*, buscou então uma definição para esse fenômeno de propagação de ideias entre indivíduos, que concluiu ser semelhante à propagação de informações genéticas entre os organismos vivos de acordo com sua capacidade de adaptação ao ambiente. Para Dawkins, da mesma forma como os genes se propagam pulando de corpo para corpo através dos espermatozoides ou dos óvulos, os memes também propagam-se pulando de cérebro para cérebro por meio de um processo que pode ser chamado, no sentido amplo, de imitação.

A concepção do termo possibilitou a estruturação de uma complexa rede de investigações que tem início nas ciências biológicas e ganha campo também nas ciências humanas e sociais: a ciência memética. Somente por volta de 2010, no entanto, a memética começa a despontar no campo da Comunicação e, hoje, atravessa a produção de notícias e a elaboração de campanhas publicitárias, impactando diretamente a agenda pública, conforme Souza (2017).

Em 2014, a israelense Limor Shifman aponta pelo menos dois fatores para o sucesso dos memes de internet que nos interessa destacar: um deles é a facilidade de manipulação no ambiente digital que permite a reprodução ou alteração de qualquer ideia facilmente: qualquer pessoa com conhecimentos rudimentares do uso de tecnologias informacionais se apropria de uma ideia, modifica e compartilha, como aconteceu com a adaptação do diálogo da série “30 Rock” para o cartum; outro fator é a possibilidade de criação de laços e o senso de pertencimento nos grupos que se formam no ambiente digital.

No Brasil, Luís Mauro Sá Martino, que também contribui com as investigações abordando o espaço propício que os memes encontraram nas mídias sociais, corrobora com Shifman. Ele destaca que, no ambiente digital, os memes ultrapassam as relações individuais e alcançam o nível social das relações e por isso se tornam tão importantes nos estudos da contemporaneidade. Para ele, a criação de conteúdo pelos usuários está no coração desse conceito. E sobre isso, ele traz:

Os memes são transmitidos, primordialmente, entre indivíduos. No entanto, por conta da velocidade e alcance de sua disseminação, se tornam fenômenos culturais e sociais que ultrapassam a ligação entre as pessoas. Essa relação entre o nível micro do compartilhamento individual e o nível macro do alcance social tornam os memes particularmente importantes para se entender a cultura contemporânea (Martino, 2015, p.178).

Os memes encontram nessa formação de grupos identitários um canal potente de multiplicação de conteúdos e ideias. A partir daí, vimos em Souza (2017), um movimento de resistência orquestrado pelos produtores de memes, que reconfigura discursos e modelos hegemonicamente impostos.

os usuários apropriam-se de um enunciado oficial/hegemônico proveniente da mídia de massa ou de pronunciamentos oficiais de representantes políticos e reconfiguram-no a partir de um posicionamento de contestação ao que ali se impõe. Trata-se de corromper um discurso posto, que não ficou no passado, mas que tem suas raízes plantadas longinquamente no tempo ao longo da história da luta de classes (Souza, 2017, p. 56)

Cabe pontuar, porém, que os memes também podem servir a manifestações antagônicas às de posicionamentos contra-hegemônicos. No Brasil, observamos, por exemplo, o protagonismo dos memes em publicações da extrema direita, violências políticas e campanhas de desinformação, sobretudo, desde a eleição da presidente Dilma Rousseff em 2014. Mais recentemente, destacou-se o fantasioso “kit gay” viralizado dentro e fora das redes sociais durante a campanha presidencial de 2018 do candidato eleito Jair Bolsonaro, apontando para um caminho em que a democracia parece ironicamente ameaçada pela livre e paritária circulação de pensamentos nessa esfera pública de tanta visibilidade e ainda não mensurada discutibilidade.

Retomando o olhar sobre as práticas contra-hegemônicas, nos aproximamos de Bakhtin (2010), evidenciando que, a todo tempo, “escolhemos” um estilo discursivo em nossas práticas enunciativas sem nos darmos conta dessa escolha. Essa reconfiguração narrativa nos remete a Michel de Certeau (1998) que, em ensaio sobre as ações antidisciplinares do

sujeito, define como “táticas” as ações de um grupo ou indivíduo que subvertem o consumo de um produto sócio-cultural tirando dele maior proveito. A essas táticas, que tão bem podem ser aplicadas à linguagem, ele denomina liricamente, “o fundo noturno da atividade social”.

Nesse sentido, a reconfiguração de narrativas dos memes de internet nos dá uma clara dimensão de táticas subversivas a partir do contraditório e do riso para estabelecer uma ordem social em que pese a propagação de discursos polifônicos na esfera pública. Josgrilberg (2005), em sua tese que trata das obras de Certeau, afirma que as táticas do historiador francês visam controlar e organizar o espaço social, e que a disciplina e a antidisciplina são partes da mesma equação. Não se trata de negar o poder dos procedimentos estratégicos que organizam o espaço – os discursos hegemônicos, como a mídia, igreja, representações políticas etc –, ele aponta. “Antes, Certeau dirige sua atenção ao modo como esses discursos são ‘consumidos’” (2005, p. 55). Trazendo para nosso estudo: o modo como os produtores de memes recebem determinada informação, interpretam-na e compartilham.

Bernardi (2015), em outra abordagem, traz o conceito de carnavalização para tratar da forma como a literatura medieval apresenta o cômico, o grotesco, o contraditório. A autora que analisa Bakhtin e sua compreensão de Rabelais a partir da cultura cômica popular expõe que “a energia carnavalesca é capaz de contaminar tudo e todos, e possibilitar transformações culturais” (2015, p.78). Ela destaca ainda a possibilidade de se “carnavalizar” todos os assuntos: festas religiosas, literatura etc. E, por que não, os memes?

Pela linguagem contaminada pelo riso, e pela paródia, o homem do povo tomava consciência crítica da existência de dois mundos – o mundo oficial, normativo, onde viviam os donos do poder, e o mundo extraoficial, onde viviam os homens oprimidos pelo poder. Em determinados dias do ano, porém, o respeito à cosmovisão carnavalesca permitia a alteração dessa ordem. Os oprimidos ganhavam o direito de, a partir de brincadeiras verbais e de ritos e espetáculos especiais, trazer à tona o avesso da vida. Nesses momentos ria-se do opressor: tanto o poder da Igreja quanto o poder do Estado eram ridicularizados. (2015, p. 78)

Ora, os memes são essa catarse carnavalesca que inverte o lugar de opressor e oprimido – não mais em praça pública, como na Idade Média, mas no ambiente digital de vozes igualmente dissonantes. Em períodos de crise, essa carnavalização ganha destaque porque ganha destaque também a opressão. Zombar das gafes do presidente da República, por exemplo, é uma forma de penetrar nesse carnaval de imagens do corpo e de todo o seu universo semântico: bebida, comida, cópula, nascimento morte etc, que Bakhtin chama de realismo grotesco.

Tomando a produção de memes e sua imensurável capilaridade no ciberespaço como uma reconfiguração dos discursos impostos na sociedade, podemos pensá-lo como um instrumento de carnavalização e resistência frente às configurações políticas e sociais impostas. Uma vez que a circulação dos memes vem ultrapassando as barreiras do ambiente digital e ocupando o dia-a-dia de internautas em escala global, essa tendência vem pautando não só a agenda dos usuários, mas também da mídia tradicional e de lideranças políticas nacionais e internacionais.

Josgrilberg, que examina nas obras de Certeau, conceitos e instrumentos metodológicos caros aos estudos das ciências humanas e sociais, explica ainda que a noção de táticas empreendida pelo historiador francês pode ser pensada a partir dos movimentos de guerrilha e da retórica. Para aquele, as táticas referem-se às questões “quando” e “como” e à possibilidade de se tomar a melhor decisão possível de acordo com qualquer situação.

Em Certeau, de forma geral, as táticas estão relacionadas a operações que fogem e minam um lugar (ex. discursos hegemônicos). Mais que simbólicas, as táticas são dia-bólicas. De certa forma, (...) estão relacionadas a um desafio comum: a possibilidade de se agir dentro de determinadas condições – o campo de batalha, o contingente ou dentro dos limites de discursos hegemônicos (...) tanto a Retórica quanto as táticas referem-se a um assunto comum: usos (de uma linguagem) (2005, p. 30)

Nesse sentido, analisamos as publicações no perfil @whataweekhu de 18 de dezembro de 2019 a 6 de janeiro de 2021, assim como dos

meses de outubro (visto que a publicação do jornal *O Globo* avaliou as publicações até setembro) a novembro de 2021 para mensurar de forma comparativa a interação dos internautas com o meme desde o início das publicações. A coleta dos dados a seguir foi realizada no dia 15 de dezembro de 2021, coincidentemente, ou não, uma quarta-feira.

O perfil possuía 286,5 mil seguidores e seguia apenas 1 usuário. As publicações iniciaram em 18 de dezembro de 2019 com a mesma publicação semanal sempre às quartas-feiras. O primeiro *tweet*, teve um engajamento modesto de 74 compartilhamentos, 10 comentários e 391 curtidas. De lá até o momento da coleta de dados para este trabalho, o crescimento nas interações foi expressivo, apresentando média de 31 mil compartilhamentos, 156 mil comentários e 1.769 curtidas por publicação semanal.

QUADRO 1 _Engajamento por período

Período Analisado			
Período	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos
Dezembro/2019	795	12	128
Outubro/2021	574.400	6.787	120.900
Novembro/2021	677.100	7.367	131.700

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

O mês de novembro de 2021 foi o período com maior engajamento dentro do limite analisado. O maior número de compartilhamentos se deu em 10 de novembro, com 36,8 mil. Esta mesma data registrou os maiores números de curtidas e comentários do período analisado. Por se tratar de um perfil estrangeiro e com acesso de usuários em diversas regiões do mundo, não nos propomos a aprofundar, neste momento, o contexto que teria impulsionado o engajamento.

Encontramos, ainda, nos comentários de todas as publicações de outubro e novembro de 2021, uma adaptação brasileira do meme que diz: “que semana, hein? Capitão, é Brasil”, em tradução livre.

IMAGEM 2. Adaptação brasileira do meme



Fonte: @whataweekhuh / Twitter (2021)

Nesse sentido, nosso objeto de análise se encaixa na dinâmica de crítica aos novos modelos de trabalho impostos pelo capitalismo e também pelo teletrabalho, dado o período de produção e compartilhamento do meme “capitão, é quarta-feira”. Dadas as devidas proporções, e tendo em vista o poder de alcance dos memes, incluindo a mídia hegemônica, as redes sociais configuram-se como um espaço significativo de resistência social e política que vem se desenvolvendo e ganhando eco em estudos interdisciplinares. É preciso enfatizar, porém, que esta pesquisa não visa classificar as redes sociais como instrumentos próprios de resistência política, mas sim como instrumentos possíveis de proliferação de vozes dissonantes.

Considerações Finais

Vivemos um período de crise social, política e sanitária em que a esfera pública trava embates acirrados, destacando-se no ciberespaço com seu modelo participativo. Temos nesses momentos uma rica atualização de conteúdos que vão ganhando novas formas a partir do debate público. O *home office* que surge, no início da pandemia, como um modelo flexível e confortável de trabalho, começa a suscitar divergências que circulam a esmo no ambiente digital.

Como vimos em Boltanski e Chiapello, a construção dessa crítica possui papel relevante no movimento anticapitalista que acompanha o sistema desde seu surgimento. Entendemos que esse espaço de construção narrativa e resistência só pode ser alcançado por um sujeito ativo que, seja pelo alívio cômico, pela criação de laços ou pela necessidade de compartilhar experiências, já não se satisfaz com discursos hegemonicamente postos e com a imposição de modelos opressores de trabalho ou de como expor sua vida privada em espaços públicos digitais.

Um reflexo dessa tentativa de fugir dos modelos estabelecidos de sucesso e felicidade no *feed* é o compartilhamento de memes e relatos reais, nas redes sociais, de casos de exaustão e insatisfação com trabalhos precários, com as jornadas múltiplas de mulheres, mães, esposas e donas de casa, com os noticiários que atualizam sem parar as perdas de direitos trabalhistas e o crescimento da crise econômica que impacta diretamente o atendimento às necessidades básicas da população.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 277-327.
- BERNARDI, Rosse M. Rabelais e a sensação carnavalesca do mundo. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 73 – 95.

- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- Burnout: Veja as diferenças entre a síndrome, o estresse e a depressão. **G1**, jan, 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2022/01/11/burnout-veja-as-diferencas-entre-a-sindrome-o-estresse-e-a-depressao.ghtml>>
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3 ed. Petrópolis: Vozes. 1998.
- COELHO, Elenise Abreu. *Características do teletrabalho e síndrome de burnout em professores da educação básica durante a pandemia da covid-19*. Santa Maria, 2022, 108 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/25172>>
- COM a pandemia, trabalhador brasileiro quer conciliar vida pessoal e profissional. *Estadão*: São Paulo, dez, 2021. Disponível em <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/com-a-pandemia-trabalhador-brasileiro-quer-conciliar-vida-pessoal-e-profissional,70003923410>>
- DAWKINS, R. *O gene egoísta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 553 p.
- JOSGRILBERG, Fábio B. *Cotidiano e invenção: os espaços de Michel de Certeau*. São Paulo: escrituras, 2005.
- MARTINO, Luís Mauro de Sá. *Teoria das Mídias digitais: linguagens, ambientes e redes*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MOTTA, Daniele. *Representações geracionais no jornalismo: as imagens dos millennials construídas pela Folha de S. Paulo e pelo The New York Times*. São Paulo, 2020, 114 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Jornalismo) - FIAM-FAAM Centro Universitário.
- PETERSEN, Anne Helen. *Não aguento mais não aguentar mais: como os millennials se tornaram a geração do burnout*. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2021.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- SHIFMAN, Limor. *Memes in digital culture*. Cambridge: MIT, 2014.
- SOUZA, Tássia Aguiar. Memes e contracultura: a reconfiguração de narrativas hegemônicas na semiosfera. *Revista Temática*, Paraíba,

ano XVIII, n 12, dez 2017. p. 51 – 64. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/37588>>

SUZUKI, Shin. Burnout saiu do mundo do trabalho e invadiu outras esferas da vida, diz escritora de livro sobre millennials. *BBC*: São Paulo, out, 2021. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-58962306>>

TORRES, Bolívar. *Capitão, é quarta-feira*: como um meme traduziu a exaustão contemporânea. *O Globo*: Rio de Janeiro, set, 2021. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/cultura/capitao-quarta-feira-como-um-meme-traduziu-exaustao-contemporanea-25197474>>

Narrativas de si: a resistência dos povos indígenas do Brasil e a violência da pandemia

Vânia Maria Torres Costa
Alda Cristina Costa

Reflexões iniciais: “seus dizeres são diferentes dos nossos”

“Hoje, os brancos acham que deveríamos imitá-los em tudo. Mas não é o que queremos. Eu aprendi a conhecer seus costumes desde a minha infância e falo um pouco sua língua. Mas não quero de modo algum ser um deles. A meu ver, só poderemos nos tornar brancos no dia que eles mesmos se transformarem em Yanomami (Kopenawa, 2015, p.75). É Davi Kopenawa, xamã Yanomami, quem nos ajuda a tecer as narrativas dissidentes dos povos indígenas, que ao longo da história do Brasil, foram construídas entre a invisibilidade, o apagamento e o genocídio.

Estima-se que em 1500 somavam entre dois e cinco milhões de pessoas. Hoje estão reduzidos a pouco menos de 1,7 milhão de indígenas, de acordo com o censo de 2022. “Os brancos se dizem inteligentes. Não o somos menos. Nossos pensamentos se expandem em todas as direções e nossas palavras são muitas e antigas” (Kopenawa, 2015, p. 75). O relato representa um dos argumentos da luta indígena pelo direito às múltiplas formas de existência. Desde 2020, com a pandemia da Covid-19, esses povos vivem um dos momentos históricos mais desafiadores desde a invasão dos colonizadores no século XVI, pois junto com a ameaça do vírus houve o aumento de outras violências e violações de direitos aos povos e territórios.

Nossa pesquisa toma a pandemia como violência, agravada pela omissão do Governo Federal, e observa as resistências e ações dos

indígenas em suas experiências comunicativas contra a possibilidade de mais um genocídio dos povos no Brasil. “Não é apenas um vírus. A pandemia expôs a política do ódio que a APIB (Associação dos Povos Indígenas do Brasil) já vinha denunciando. Acelerou ainda mais a violência política e a perseguição” (APIB, 2020). A crise de saúde e sanitária foi vivida concomitantemente pelos povos originários em meio à violência de grileiros, garimpeiros, madeireiros e outros invasores que intensificaram suas investidas nas terras indígenas, uma vez que a atenção nacional e mundial tinha como foco a pandemia. Até junho de 2022, 1.312 indígenas morreram vítimas do vírus pandêmico, de um total de 72.120 contaminados dentre os 162 povos afetados.

Desde o século XVI, no período colonial, os povos indígenas têm lutado e resistido para sobreviver - primeiro à empreitada colonial portuguesa e, depois, à implantação de um Estado genocida em seu território. A política colonial e a formação do Estado brasileiro levaram ao extermínio de povos inteiros, a sua escravização, à dominação e a sua tutela jurídica. Para responder a essas práticas históricas de violência, os povos indígenas têm se organizado para reivindicar o seu direito de existir e de manter sua cultura ancestral (Dossiê, 2021, p. 12).

Por resistência caminhamos na perspectiva Freiriana, tomando a cidadania como pressuposto da participação e da ingerência nos destinos históricos e sociais (Freire, 2011). As reflexões do autor são fontes “[...] propulsora(s) das lutas anticapitalista, antirracista, anti-heteropatriarcal, anticapacitista, dentre outras”, conforme Amorim e Costa (2021, p. 10), na atualização do pensamento do educador brasileiro. Segundo elas, “trata-se de um imperativo ético-político da existência humana, um projeto coletivo de lutas e solidariedade para a transformação do mundo”.

Assim, na compreensão das ações e resistências, mergulhamos nas produções textuais e imagéticas abrigadas no site ‘Emergência Indígena’ (<https://emergenciaindigena.apiboficial.org/>), criado pela APIB–Associação dos Povos Indígenas do Brasil e organizações de base, em 2020, para publicizar informações sobre os povos indígenas e seus enfrentamentos diante da pandemia. O site se propunha, naquele

momento, como uma ação midiática de visibilização indígena, pedido de socorro e denúncia mundial, assim como espaço de memória e conhecimento sobre os povos. A página inicial toda em vermelho indica a dor e o sangue derramados em consequência da doença, que já atinge mais de 50 por cento dos povos indígenas, e convoca a uma ‘mobilização internacional para salvar vidas’. “Denunciamos as agressões contra os nossos direitos [...], que validam o racismo, desumaniza a nossa existência e pretendem tirar nossa autodeterminação sobre territórios e vida” (APIBa, 2020, p. 6).

Aqui, analisamos as ações diferenciadas de comunicação produzidas pelas sociedades indígenas em alternativa às informações jornalísticas comumente divulgadas sobre eles nos meios de comunicação. Observamos que esses sujeitos reivindicam uma fala própria que os identifica e os qualifica enquanto povos indígenas contra uma narrativa hegemônica que os coloca como homogêneos e iguais, da mesma forma como subalternizados. Lembramos, conforme reflete Moraes (2019, p. 205), que “o jornalismo foi criado, desenvolvido e reproduzido em uma sociedade desigual, marcada por questões como o racismo, o classismo e o machismo. Dessa maneira, historicamente, contribuiu frequentemente para a reprodução desses fenômenos”.

Diante desse cenário, perguntamos: que tipo de comunicação estariam produzindo os povos indígenas contra a violência da pandemia? E como caracterizar esse fazer comunicacional? Nossa intenção foi identificar as práticas narrativas dos indígenas em diálogos diretos com seus ‘parentes’, sem mediações de outros sujeitos, utilizando termos específicos, língua própria, vozes de lideranças e organizações diversas que os representam. Como objetivos estabelecemos: a) analisar as ações de comunicação dos povos indígenas contra a violência da pandemia no Brasil; b) compreender os sentidos produzidos sobre a pandemia no site ‘Emergência Indígena’; c) compreender o sentido de luta como uma postura contra-hegemônica dos indígenas no espaço virtual.

Nosso *corpus* de análise foram 11 vídeos, narrados pelos próprios indígenas e as observações de construção das temáticas no site. No diálogo teórico e metodológico recorremos ao entendimento das

narrativas de ‘si’ e as narrativas de dissidência como mediação entre as experiências comuns dos sujeitos e seus diferentes contextos. Em Ricoeur (2014) partimos da instituição de uma hermenêutica do si mesmo, que busca compreender o sujeito que enfrenta a questão da identidade pessoal e da identidade narrativa, tendo como foco da história narrada o agente da ação, no caso aqui, os indígenas.

A linguagem narrativa possibilita uma mediação interpretativa de nós mesmos. Nos amparamos ainda na análise crítica da narrativa (Motta, 2013; 2017; Costa, 2015). A subjetividade das produções expõe o protagonismo dos povos e seus modos de resistência coletiva, construindo os indígenas ao mesmo tempo como narrador e personagem de sua própria história. Essas reflexões, a partir dos dados empíricos e do embasamento teórico, nos permitem vislumbrar que um ‘outro jornalismo’ faz-se necessário e urgente: um outro texto que dê conta de falar ‘com’ esses povos e não apenas falar ‘sobre’.

‘Emergência Indígena’: comunicação, experiência e resistência

Observamos as práticas comunicativas dos povos indígenas sobre a violência da pandemia, no site ‘Emergência Indígena’, a partir do primeiro semestre de 2020, optando por duas dimensões reflexivas: entendendo-as como narrativas dissidentes e de resistência; e como compreensão ‘responsiva ativa’, qual seja, o ato real de resposta dessa compreensão (Bakhtin, 1999; 2010). A resistência e a dissidência têm foco em Freire (2011), e sua compreensão do diálogo como uma exigência existencial. Nessa perspectiva apontam Amorim e Costa (2021, p. 10), com base no pensamento Freiriano, homens e mulheres podem denunciar as artimanhas e manipulações do sistema de dominação, e anunciar “novos tempos na reconstrução coletiva da própria história”.

Numa situação de comunicação, compreender significa participar de um diálogo como ‘texto’, mas também com o receptor. Essa ‘leitura’

é social e individual. Segundo Bakhtin (2010, p. 373-374), a “[...] princípio eu tomo consciência de mim através dos outros: deles eu recebo as palavras, as formas e a tonalidade para a formação da primeira noção de mim mesmo”. Ao dialogar com a produção de conteúdo indígena, mobilizamos a compreensão não só da nossa subjetividade, mas também de outras compreensões enunciadas sobre os indígenas na sociedade. Lembramos assim, que a comunicação é engendrada tendo como base “um imperativo ético-político por meio do qual os sujeitos interlocutores se constituem na relação com o mundo e com os outros sujeitos e, nessa interação, “ganham” existência como seres histórico-sociais” (Amorim e Costa, 2021, p. 11). Do mesmo modo, o sujeito freiriano, “tem o pleno direito de se pronunciar ao mundo, o que significa dizer que o outro tem o mesmo direito, como ser histórico-social, de expressar a sua palavra ao mundo, de dizer ao mundo tanto quanto eu”.

Avançamos ainda no diálogo entre Bakhtin e Ricoeur, entre a expressão social de um contexto ideológico, constitutivo da identidade do sujeito enquanto autor de um discurso/narrativa, numa perspectiva dialógica em que os sujeitos visam a um processo recíproco de reconhecimento mediante a interposição de falas dotadas de sentidos comuns (Rossetti; Rossetti, 2014); e alguém que fala algo de outro, com o objetivo de estabelecer uma relação de identidade, de identificação e de reconhecimento mútuo. Entre a ‘responsividade ativa’, de Bakhtin, e o sujeito e a ação de Ricoeur, guardadas as diferenças de pensamentos, nossas interpretações caminharam no sentido de entender que é na mediação da realidade pela linguagem, imagética ou textual, que o real apresenta-se semioticamente, isto é, enquanto “[...] organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo” (Bakhtin, 1999, p. 121), em que o “falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativamente responsiva” (Bakhtin, 2010, p. 275).

Em Ricoeur são evocados o sentido de identidade narrativa e os níveis de identificação do sujeito, mediante processos de reconhecimento, a partir da hermenêutica do si. Lembramos, segundo Rodrigues (2016),

que a linguagem é sempre um processo que o nosso entendimento utiliza para a construção de dispositivos para delimitar um domínio da experiência.

Assim, parte-se da compreensão de que a mídia e o jornalismo, diariamente, constroem e difundem interpretações e representações que passam a nortear o sistema de significação dos fatos ocorridos numa determinada sociedade. Por isso não é possível mais continuar “empregando molduras anacrônicas para dar conta de uma sociedade que também se repensa. Há algo de muito errado em uma prática jornalística que não absorve os movimentos a sua volta em nome de uma “isenção”, afirma Moraes (2019, p. 217 grifo da autora).

A mídia se configura como uma ‘instituição’ de experiência, produzindo um conhecimento direcionado a causar certo efeito de sentido. Logo, dentro de um composto do processo comunicacional, a mídia possibilita que essa experiência como fatos divulgados seja dotada de sentidos, como, “[...] igualmente, permite expressar simbolicamente esses mesmos quadros do sentido da experiência” (Mateus, 2014, p. 58), considerando a ambivalência da relação comunicativa: qualquer ato de comunicação inscreve-se, por isso, “para além da relação observável entre os interlocutores, numa relação de natureza ambivalente às regras que os definem como interlocutores dos actos concretos de comunicação, dando assim sentido àquilo que dizem ou fazem e significação às mensagens e às acções trocadas” (Rodrigues, 1997, p. 69).

A experiência, em Rodrigues (2016), tomada como referência neste artigo, é entendida como um todo, não como uma realidade homogênea, mas percebida como a relação tensional que os seres humanos estabelecem entre si em suas diferentes modalidades. Nessa perspectiva, a comunicação passa a ser entendida por ele, como sintomas da experiência. Isto é, “[...] o conjunto dos sintomas das tensões que caracterizam a relação entre as diferentes modalidades da experiência” (Rodrigues, 2016, p. 22). Logo, a comunicação é entendida na perspectiva Bakhtiniana, como processo dialógico ou como a esfera em que se confrontam, se opõem, se contrapõem, se respondem discursos provenientes de uma multiplicidade de enunciadoreis.

Com e para além de Rodrigues, nossas reflexões levam à dimensão comunicativa da experiência dos indígenas com a pandemia, publicadas e acessíveis no ambiente da Internet. A informação construída tem base nas experiências vividas pelos povos, suas culturas e práticas significativas. São eles falando por eles mesmos. Esse fazer se configura numa prática sociocultural que pode fazer emergir possibilidades “contra-hegemônicas, de resistência, de emancipação, de reivindicação, ocultas muitas vezes como resultado das condições subalternas” (Monsalve, 2015, p. 24) em que os povos indígenas foram submetidos ao longo da história.

Percebemos que esses povos recorrem aos recursos midiáticos para construir uma narrativa própria, contra uma narrativa que ao longo da história os apagou ou os denominou com a alcunha de ignorante, preguiçoso e selvagem (Gondim, 1994). Como bem enfatiza Monsalve (2015, p. 99), o uso das tecnologias de informação e comunicação tem configurado para os indígenas reivindicações sociais como parte fundamental do exercício de uma cidadania étnica, contra “[...] as trajetórias políticas, de décadas passadas e atrasadas”. Outrossim, os indígenas buscam informações diferenciadas sobre si e seus povos, que trabalhem os fatos de acordo com a realidade dos indígenas, sem o viés colonial do olhar, do falar e do silenciar.

Observamos que o referido site APIB, em que estão abrigadas as produções das experiências dos indígenas, configura-se como um espaço de dissidência, com narrativas de resistência, fenômenos discursivos e políticos, referências da vida pessoal, coletiva, política e processos de auto identificação que produzem e mantêm a unidade da ação, com suas diferenças e conflitos. Além de informar e orientar os indígenas sobre a pandemia, encontramos dados sobre demarcações de terras indígenas; fragilização das atribuições constitucionais da Funai - Fundação Nacional do Índio -; militarização do comando dos órgãos de controle ambiental; avanço do garimpo ilegal; e ações de milícias rurais que provocam queimadas e invasões ilegais na Amazônia, fatores esses que contribuíram para agravar o enfrentamento à Covid-19 (APIB, 2020).

Plano Emergencial de Enfrentamento

De acordo com os levantamentos da APIB diante da pandemia, os povos indígenas vêm enfrentando uma situação de grande vulnerabilidade com altos índices de contaminação pelo novo coronavírus. O ‘Emergência Indígena’ apresenta um panorama geral da pandemia entre os indígenas, com um *ranking* dos casos confirmados, número de mortos e povos afetados, com o uso de gráficos, mapas e dados estatísticos.

Com objetivo de enfrentar a grave situação, a APIB elaborou um plano emergencial de enfrentamento, convocando a uma ‘mobilização internacional para salvar vidas’, visando ‘chamar atenção sobre a gravidade do momento com o intuito de somar esforços coletivos no enfrentamento à pandemia’. O plano emergencial apresenta a linha de ação do ‘Emergência Indígena’: “diante de um governo omissivo em relação à proteção dos povos, não nos calaremos diante das ameaças que a Covid-19 representa para nossa sobrevivência, como objetivo de denunciar a ação etnocida do Estado brasileiro diante da pandemia da Covid-19 e valorizar a vida e memória dos povos indígenas do Brasil atingidos pelo novo coronavírus”. O plano foi desenvolvido considerando três eixos programáticos: a) ações emergenciais de cuidado integral e diferenciado no controle da Covid-19, tanto é assim, que foram levados em conta a realidade diferenciada dos indígenas por região; b) ações indígenas de incidência política; e c) ações de comunicação e informação em saúde.

Os dados apurados são explicados de forma clara e objetiva a partir do tópico ‘metodologia e rede APIB’. A coleta dos casos, atualizada diariamente, é feita em articulação com diversas organizações indígenas de base que compõem a APIB, entre elas: Organizações indígenas de base da APIB, Frentes de enfrentamento ao Covid-19 organizados no Brasil que colaboram com a APIB, SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e Ministério Público Federal.

A narrativa de ‘si’ na prática e a natureza do jornalismo

Segundo Mateus (2014, p. 62), os princípios da informação jornalística (novidade, brevidade, clareza) contribuem para um distanciamento entre informação e experiência, uma vez que a assimilação da primeira não significa uma integração coma segunda, pois a “informação não penetra nos domínios da tradição, é apenas o reportar de factos imediatos de uma realidade em ebulição”. Para ele, pelo contrário, “a informação é de rápida assimilação opondo-se ao tempo da experiência que se caracteriza por ser lento”. Nesse raciocínio, em diálogo com o pensamento Benjaminiano, Mateus afirma que a informação, porque é esclarecedora, só é válida enquanto atualidade. Ela se esgota no instante dessa atualidade.

Se o jornalismo produz as notícias de forma a ofertar em suas narrativas uma certa homogeneidade sobre os povos indígenas, que não os interessaria, ou melhor, não os atendeem seus anseios de existência individual, coletiva e identitária, o ‘emergencia indígena’ segue na contramão desses discursos narrativos. Isto é, “o jornalismo que não acrescenta valor à informação torna-se irrelevante e indiferenciado. Desnecessário”, afirmam Carvalho, Bronosky e Adam (2019, p. 192).

Por outro lado, lembramos, conforme Túlio Costa (2009, p.16), que “o jornalismo não deve ser interpretado sem um exame mais detalhado de dilemas clássicos capazes de exemplificar como a realidade – e a sua interpretação – sempre é mais complexa”. No site é possível obter informações com visibilidade e destaques diferenciados, com suas singularidades e especificidades enquanto povos tradicionais e originários, se comparados ao das grandes empresas de comunicação.

As narrativas do ‘emergencia indígena’

O que diferenciava as informações produzidas pelo ‘emergencia indígena’ das produzidas pelo jornalismo do dia a dia

sobre a pandemia? Partindo dessa inquietação, buscamos identificar o que de fato esses povos desejavam falar de si e com que finalidade, uma vez que informações diversas estavam disponíveis nos veículos de comunicação das grandes empresas capitalistas, inclusive com programas próprios sobre a pandemia.

O primeiro aspecto identificado foi a informação direcionada, com linguagem própria para os indígenas; em seguida encontramos gráficos identificativos de localização territorial dos povos; e, por último, observamos os textos publicados sobre as dificuldades específicas de cada povo e a forma como queriam ser atendidos nas suas necessidades.

Tomamos as construções dialógicas a partir da hermenêutica do ‘si’ mesmo (Ricoeur, 2014), que busca compreender o sujeito que enfrenta a questão da identidade pessoal e da identidade narrativa. A identidade pessoal só se torna possível pela mediação da narração, ou seja, o “reconhecer-se-em contribui para o reconhecer-se-por” (Ricoeur, 2014, p. 122). O percurso do ‘si’ mesmo está ligado à tomada de responsabilidade, de um engajamento que suporte a travessia da experiência como modo de realização de si. O autor esclarece que o narrar já é um explicar, entre o mesmo e o outro, entre a constituição da ação e a constituição do si.

Para o autor é na configuração da narrativa que se dará a mediação entre concordância e discordância, característica de toda composição narrativa, a partir da noção da síntese do heterogêneo, em que são “as diversas mediações que o enredo opera – entre o diverso dos acontecimentos e a unidade temporal da história contada; entre os componentes díspares da ação, intenções, causas e acasos e o encadeamento da história” (Ricoeur, 2014, p. 147).

A produção de informações do site segue alguns percursos bastante conhecidos do jornalismo, como a apuração, a redação e a publicação, observando que o jornalismo continua ofertando com mais frequência e espaço a chamada prestação de serviço informativo (Martinez; Rovida, 2017), tal qual estão fazendo os povos indígenas. Trata-se de ofertar informações atualizadas necessárias e consideradas urgentes em uma situação emergencial. As informações produzidas têm um caráter particular de significação ou intencionalidade, isto é, falam de si para

si, apesar da evidência de que vão além dessa comunicação dirigida aos povos indígenas, já que estão disponíveis e públicas em ambiente virtual.

As produções imagéticas são uma característica forte do site: o mapa do Brasil, tal qual fazem os telejornais nacionais, é apresentado e dividido de acordo com os casos confirmados da doença entre os indígenas. Encontramos ainda uma cartografia que mostra como o novo coronavírus chegou nos territórios e que acusa o Governo Federal pela disseminação do vírus nas aldeias.

Ao pensar o fazer jornalístico, Zanotti (2010, p. 38) acusa o ‘jornalismo colaborativo’ – a existência de leigos colaborando com jornalistas na produção de notícias – de ainda ser devedor de uma certa criatividade e de “coragem para permitir que ‘leigos’ desvendem o território sagrado do controle da informação”. Os indígenas vêm, não só transgredindo esse controle, como fazendo aquilo que ainda é escasso nos meios de comunicação tradicionais. Eles têm convocado os internautas à participação, justificando a urgência de ações para salvar vidas e fortalecer a memória indígena, como se vê na página principal do site, com predominância da cor vermelha e a palavra emergência em destaque, grafada em várias línguas (Figura 1).

FIGURA 1. Página principal do site ‘emergência indígena’



Fonte: <http://emergenciaindigena.apiboficial.org/>

E logo em seguida, o site convoca os internautas a apoiar a luta por meio da campanha ‘Toque o maracá’, que convoca à participação em ‘campanhas de doação e solidariedade’.

Também foi criado o Memorial da vida indígena para “ajudar a manter viva a vida de nossos parentes”. As homenagens aos indígenas mortos são enviadas e postadas em página da rede social Instagram. Abaixo mostramos um exemplo (Figura 2):

FIGURA 2. Memorial indígena



Fonte: Memorial da Vida Indígena (@memorialindigena) • Fotos e vídeos do Instagram

Trata-se de explicitar a importância das populações indígenas no contexto nacional de resistência contra o avanço da doença e, ao mesmo tempo, demarcam a solidariedade como valor capaz de resgatar a humanidade de todos.

A narrativa audiovisual: identificação e diferenciação

As produções audiovisuais foram observadas enquanto narrativa, com significados e interesses do narrador. A análise não se limitou à obra, mas surgiu a partir dela para ser compreendida enquanto ‘atos de fala argumentativos em contexto’ (Motta, 2013, p. 122), isto é, da narratologia crítica que leva em conta o protagonismo dos sujeitos interlocutores e suas performances, com a identificação de pistas e traços que levem aos destinatários.

A análise se constituiu em três etapas: transcrição do material para efeito operacional do procedimento analítico, enquanto discurso textual, imagético e sonoro separadamente; resumo de cada vídeo, indicando as palavras-chave e listando seus sujeitos protagonistas; e por último, identificamos as narrativas (início, meio e fim) para compreender como se constituem enquanto estratégias argumentativas. Segundo Motta (2013), uma das tarefas fundamentais do analista é revelar as estratégias do narrador para construir os efeitos de real ou de referenciação. Para o autor, “estratégias de referenciação é o uso de diversos recursos de linguagem no texto narrativo para ancorar a significação na realidade referente” (Motta, 2013, p. 200).

Observamos que, devido à situação emergencial e o distanciamento social, boa parte das imagens são, notadamente, de arquivo, embora em apenas alguns vídeos haja essa informação. Os materiais foram elaborados de forma didática, alguns com animações, tornando mais ilustrativos os cuidados e a prevenção contra a doença. E os depoimentos dos líderes parecem ser feitos por telefones celulares de forma caseira.

Partimos, na análise narrativa, dos três planos indicados por Motta (2013), na constituição de uma narrativa: o plano da estória (conteúdo, enredo, intriga); o plano da expressão (discurso, linguagem); e o plano da metanarrativa (tema, modelos de mundo), com destaque para o

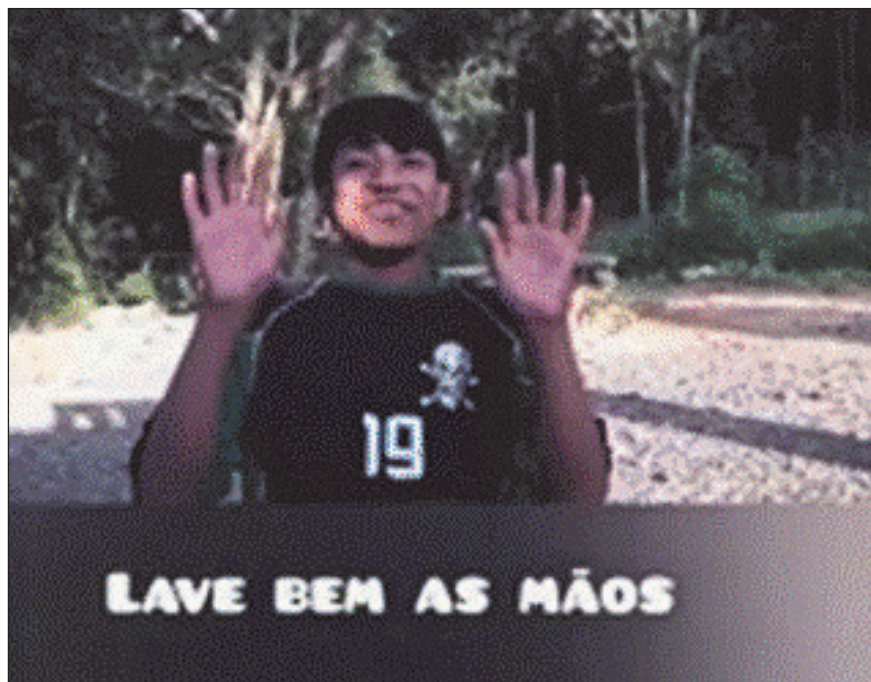
plano da estória: a sequências das ações, encadeamentos, enredo, intriga, conflito, cenários, personagens, seus papéis ou funções, observados nos 11 (onze) vídeos selecionados (o vídeo mais curto tem 50 segundos e o mais longo tem 3 minutos e 58 segundos).

Identificamos um percurso comum que atravessa o conteúdo das narrativas enquanto estratégias de argumentação e convencimento dos indígenas: a preocupação com a pandemia que chegou em 2020; a necessidade de atenção, união e proteção redobrada, cuidados de higiene; e a resistência contra a invisibilidade e a vulnerabilidade dos povos. Os riscos da propagação da doença nos territórios indígenas, o perigo e a necessidade de medidas emergenciais são o ápice do enredo. Os vídeos encerram com pedidos de atenção e a importância de seguir as orientações das lideranças e associações indígenas.

No plano da expressão, identificamos que os vídeos são protagonizados por lideranças indígenas (quatro identificados como líderes e dois apenas com nome e sobrenome). A presença das lideranças nas narrativas é marcante. Elas se alternam enquanto efeitos de real e efeitos de sentido, como a dor, o medo, o perigo da doença, a ameaça e a necessidade de medidas urgentes. Mas diferente do discurso do jornalismo, no qual o narrador é distante, no discurso em questão são os próprios indígenas que orientam e pedem o apoio coletivo de todos os povos para resistir contra o coronavírus. Há uma cumplicidade que atravessa as narrativas: “nós indígenas sabemos que essas doenças se espalham rápido nas aldeias, por isso é importante saber como se combater...” (voz feminina em *off* e sem identificação).

Os próprios indígenas produzem os efeitos de real, fazendo com que os povos acreditem na verdade da pandemia, ou seja, em seus depoimentos convocatórios e demonstrativos de intimidade, ao dialogarem com seus ‘parentes’, usando termos reconhecidos pela coletividade indígena. As lideranças falam em língua indígena com e sem tradução em legenda em quatro vídeos⁹. Em um dos vídeos (Figura 3), além de falar em língua própria, são os próprios indígenas, enquanto personagens, que orientam com relação à prevenção:

FIGURA 3. Prevenção

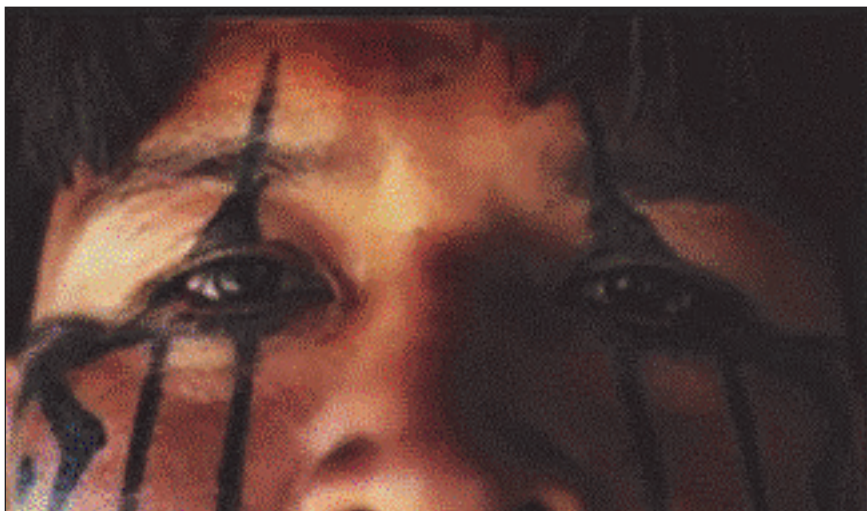


Fonte: https://www.instagram.com/tv/B-KvluDH30d/?utm_source=ig_embed

Os termos ‘nossos’, ‘nossas’, ‘nós’, ‘nossos territórios’ aparecem com bastante frequência nos vídeos, o que nos indica senso de coletividade destas produções: nós falamos para nossos povos. As narrativas são construídas em primeira pessoa do plural, expondo claramente os interlocutores das narrativas. Falam com os povos indígenas: “queridos parentes”. Ora o tom é de pedido: “a gente pede às lideranças, aos animadores, aos catequistas, nossa rede de comunicadores, presidentes de organizações que possam também conscientizar e informar os parentes nas comunidades, e também poder fazer informação e tradução dos parentes que não falam, não dominam o português” (Marivelton Barroso, pres. da FOIRN–Federação das Orgs. Indígenas do Rio Negro). Ora o tom é imperativo: “cancem suas participações em encontros fora do Xingu. Isso é muito sério!” (voz masculinas em identificação).

O telejornal como referente aparece em dois vídeos: imagens de doentes e médicos em hospitais e entrevista do diretor da OMS – Organização Mundial da Saúde - pedindo mais precaução aos jovens. Trata-se de estratégias do narrador para construir efeitos de real, assim como imagens de índios tristes em detalhes (Figura 4), associados a músicas que inspiram medo e terror. Os materiais são editados com o sentido claro de produzir engajamento e reconhecimento de si, tal qual aponta Ricoeur (2014).

FIGURA 4. Sequência de supercloses



Fonte: https://www.instagram.com/tv/B-D3-6ugMVZ/?utm_source=ig_embed

O uso de desenhos e animação é mais um recurso utilizado, como neste vídeo (Figura5), produzido pela COIAB- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

Observa-se o uso da animação para facilitar a compreensão da pandemia, explicando o que é a Covid-19, os principais sintomas e como combater. Todos os personagens ilustrados são identificados com traços e adereços indígenas, como o uso de cocar, cabelos lisos, pinturas corporais. A linguagem é direta e os termos são adaptados

ao cotidiano indígena: “para as pessoas que estejam com sintomas de infecção respiratória, você deve separar cuias, copos, canecas, pratos”.

FIGURA 5. O uso da animação



Fonte: https://www.instagram.com/tv/B-KGEXbHnJG/?utm_source=ig_embed

Chegamos ao plano da metanarrativa (Motta, 2013), no qual identificamos as questões de fundo, o contexto. A diferença é produzida explícita ou implicitamente: nós x brancos. “Estou falando agora sobre hiper doença. Os brancos chamam como coronavírus” (Jair Kuikuro). Não se trata de opostos em conflito, mas ao produzir a diferença, ela se instala e demonstra como esses povos vem constituindo suas identidades em relação aos não indígenas. Há trechos de claro protesto contra a invisibilidade e o não reconhecimento dessas diferenças.

A dor do passado é retomada no presente, como lembrança e resistência que fortalece. “Juntos todos os povos continuarão vivos e fortes para continuar enfrentando as doenças dos brancos como já fazemos há 520 anos” (voz não identificada).

Os povos são nomeados em suas diferenças, como no vídeo da APIB, em que uma voz em *off* nomeia um por um dos povos do Xingu,

após a convocação inicial: “pedimos atenção de todos os Xinguanos sobre o novo Coronavírus”. E ao final, encerra: “esse é meu recado para 16 etnias do Xingu”. Bem diferente do que produzem os telejornais em rede a nomearem, simplesmente, indígenas.

Os vídeos reafirmam as identidades, qualificam as diferenças e estabelecem as especificidades de cada povo. Falam ao coletivo e ao mesmo tempo a cada um dos povos indígenas existentes. Tomam como fontes, primeiro, os indígenas e depois suas entidades representativas; partilham problemas comuns, mas são tratados nas suas peculiaridades; não há generalização e nem homogeneização, mas identificação da representação de cada povo, inclusive as entidades são identificadas no plano por região, pois os problemas e atendimentos são tratados de acordo com a realidade dos indígenas.

Um outro jornalismo possível: algumas considerações

Se a Covid-19 mostrou a importância do jornalismo na cobertura dos fatos, na informação da sociedade, reorientando o valor social desse campo profissional, ao mesmo tempo, fez emergir proposições de mudanças sobre o falar de determinados sujeitos que compõem essa mesma vida social, entre eles, os povos indígenas no Brasil. Lembramos o que nos dizem Berger e Luckmann (2000, p.39), sobre como “a realidade da vida diária, porém, não se esgota nessas presenças imediatas, mas abraça fenômenos que não estão presentes ‘aqui e agora’”. Isto quer dizer que experimento a vida cotidiana em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporal”.

O cotidiano dos mais de 250 povos do Brasil pulsa em cada narrativa, que ao separar, eleger e excluir conteúdos arranca o tempo narrado da indiferença (Ricoeur, 2010). A busca e a defesa da visibilidade que atravessa os vídeos observados são tecidos em cada diálogo que expõe a consciência de si e a importância dos povos indígenas para o Brasil.

No presente das narrativas, o medo e o perigo da doença reacendem as lembranças do passado enquanto dor e perda. O futuro, enquanto expectativa, é acionado como ameaça e tristeza caso as sociedades indígenas não recebam a merecida atenção no presente.

Observamos que nessa construção de si são evocadas produções simbólicas que vão desde a identidade, o sentimento de pertença, o processo de identificação ou de diferenciação, a definição de si mesmo contra as formas de exclusão. O caráter da narrativa está alicerçado na experiência que o sujeito faz de si mesmo, mediante a produção e a interpretação de sua história, apropriando-se do mundo social e definindo seu lugar. É Daniel Munduruku que nos conduz nessas reflexões sobre dissidência quando afirma que é preciso “desentortar pensamentos” (grifos nossos), ao falar sobre como o Brasil tratou e trata os indígenas, invisibilizando sua existência e importância. Do mesmo modo, Daniel reforça que o “Brasil precisa se reconciliar com seu passado”, contando sua história com a presença do indígena. Também postulamos o papel do jornalismo na construção de informações para a sociedade. Não se pode mais falar do mesmo jeito.

Os indígenas, nos vídeos produzidos, deixam uma lição de uso responsável das tecnologias de informação e comunicação ao configurarem em atos de fala suas diferenças e emergências. A subjetividade das produções audiovisuais expõe o protagonismo dos povos e seus modos de resistência coletiva, construindo os indígenas ao mesmo tempo como narrador e personagem de sua própria história. São eles que querem contar, explicar, traduzir no presente da narrativa.

Essas reflexões, a partir dos dados empíricos e do embasamento teórico, nos permitem vislumbrar que um ‘outro jornalismo’ faz-se necessário e urgente. Um outro texto que dê conta de falar ‘com’ esses povos e não apenas falar ‘sobre’. Falta uma escuta mais atenta, menos apressada e desarmada que permita com que a narrativa seja uma consequência da necessidade do diálogo entre aqueles que se consideram ‘parentes’, e não apenas o produto noticioso que contabiliza a superficialidade e prioriza a intriga.

Ficou claro pra nós que não se trata de concluir que o ‘emergenciaindigena’ está fazendo jornalismo. Não é essa a questão principal. A riqueza do que eles estão produzindo nos diz que o jornalismo das grandes redes não os atende e não tem credibilidade, o que os motiva a produzir seus próprios conteúdos ‘traduzidos’ de acordo com as necessidades e utilizando ferramentas do próprio jornalismo, como a apuração e a exatidão dos números. Nesse sentido, seria um ‘outro jornalismo’ protagonizado não por jornalistas, mas por aqueles que historicamente vinham apenas sendo narrados enquanto personagens desbotados. Em suas narrativas, narrador e personagem protagonizam e performatizam uma nova configuração do presente em nome de uma memória comum e de um futuro que os salve.

Referências

- AMORIM, Célia R.T.C; COSTA, Alda C. S da. Paulo Freire e o direito à palavra dos oprimidos e das oprimidas na contemporaneidade. *Extraprensa*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 7 – 29, jul./dez. 2021.
- APIBa. Emergência indígena: plano de enfrentamento da Covid-19 no Brasil. Articulação dos povos indígenas do Brasil. ago. 2020. Disponível em: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/3476-2/>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- APIBb. Nossa luta é pela vida. Disponível em https://emergenciaindigena.apiboficial.org/files/2020/12/APIB_nossalutaepelavida_v7PT.pdf. Acesso em: 2 nov. 2020.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. de Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: WMF M. Fontes, 2010.
- BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Obras Escolhidas: magia, técnica, arte, política*. V 1. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CARVALHO, Guilherme; BRONOSKY, Marcelo; ADAM, Filipe. O jornalismo como instrumento de resistência. *Revista Brasileira De Ensino De Jornalismo*, v.9, n.24, 185-196. 2019. Disponível <http://rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/view/342> Acesso 10 mai. 2022.
- COSTA, Vânia Torres. Quando a imagem fala e o texto grita: reflexões sobre modos de narrar no jornalismo televisivo. *Revista Culturas midiáticas*. Ano VIII, n. 15 - jul-dez/2015.
- COSTA, Caio Túlio. *Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- DOSSIÊ internacional de denúncias dos povos indígenas do Brasil 2021, Brasília: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), 2021.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MARTINEZ, Mônica; ROVIDA, Mara. Diálogos transformadores: aproximações entre as narrativas etnográficas, psicológicas e jornalísticas. In: SOSTER, Demétrio; PICCININ, Fabiana. *Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas*. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017. p. 189-199.
- MATEUS, Samuel. Experiência e comunicação em Walter Benjamin. *Revista Interin*. Curitiba, v. 17, n.1, p. 57- 66, jan. /jun. 2014.
- MONSALVE, James. *Organizações regionais indígenas, cidadania e tecnologias de (des)informação e (in)comunicação na Pan-Amazônia*. Orientadora, Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Tese de Doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA. 262 p. – 2015.
- MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. *Extraprensa*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204 – 219, jan./jun. 2019.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

- _____. Análise pragmática da narrativa: teoria da narrativa como teoria da ação comunicativa. In: PEIXINHO, Ana Teresa; ARAÚJO, Bruno. *Narrativa e media: géneros, figuras e contextos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/43463/1/Narrativa%20e%20Media.pdf#page=46>. Acesso em 25 jul. 2020.
- RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- _____. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. V. 2. RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação**. Lisboa. Editorial Presença, 1997.
- _____. Comunicação e experiência. In: BRUCK, Mozahir Salomão, OLIVEIRA, Max Emiliano (orgs.). *Atividade comunicacional em ambientes mediáticos: reflexões sobre a obra de Adriano Duarte Rodrigues*. São Paulo: Intermeios, 2016.
- ROSSETTI, Regina; ROSSETTI, Ricardo. Sentido, argumentação e identidade narrativa: intersecções entre Bakhtin, Perelman e Ricoeur. *Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação* v. 2, n. 4, p. 80-88, julho-dezembro/2014.
- ZANOTTI, Carlos Alberto. Periodismo colaborativo, gêneros jornalísticos e critérios de noticiabilidade. *Revista Comunicação Midiática*. v.5, n.1, p 28-41. Set./dez. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/vania/Downloads/352-Texto%20do%20artigo-1129-1-10-20181221.pdf>. Acesso em 28 jul. 2020.

As faces da gordofobia: o jornalismo como difusor do preconceito

*Agnes de Sousa Arruda
Jamile Santana*

Uma pesquisa em desenvolvimento

O trabalho que aqui se apresenta teve início em meados dos anos 1990 quando uma das autoras, uma criança dos seus 6, 7 anos, foi comparada por um membro da família a um hipopótamo de desenho animado (Arruda, 2021, p. 100). Certamente que a sistematização do conhecimento de uma vida permeada pela gordofobia só se deu posteriormente, cerca de 30 anos depois, com a tese de doutorado defendida em junho de 2019 junto ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Paulista, cuja empiria se fez presente e foi fundamental para a construção da argumentação científica. Ao identificar e demonstrar a relação do preconceito contra as pessoas gordas com os meios hegemônicos de comunicação, a partir de histórias de vida narradas em primeira pessoa, ficou evidente que um não existe sem o outro, num tensionamento de forças que ora *pesa mais* em sociedade, ora nas representações midiáticas. O resultado, no entanto, é um só: a cristalização e a amplificação da gordofobia, que em linhas gerais pode ser definido como o preconceito contra as pessoas gordas.

À época, o estudo teve como foco produtos de entretenimento, como filmes, seriados e novelas, deixando uma lacuna para pesquisa na área da Comunicação, especificamente relacionada ao jornalismo. Isso porque há uma diferença conceitual entre as abordagens: enquanto as representações ou ausências das pessoas gordas nas produções do primeiro tipo podem ser tomadas por liberdade poética, uma vez que essas produções não anunciam o compromisso com a verdade/realidade (o que não justifica o injustificável, mas é apresentado como

argumento por uma variedade de produtores para suas realizações), a abordagem dada às pautas que se referem às pessoas gordas nos produtos jornalísticos são revestidas por um caráter de fato, já que o conteúdo dessa natureza é assim apresentado à sociedade pelos próprios veículos.

Dessa forma, o que se segue é uma demonstração de como a gordofobia está incrustada no jornalismo, ainda que em matérias e reportagens que, em um primeiro olhar, pareçam isentas ou até mesmo problematizadoras do preconceito. Para isso, um longo trabalho de pesquisa foi percorrido, de maneira exploratória, junto aos conteúdos publicados por veículos que compuseram a primeira turma do Programa Diversidade nas Redações, que realiza o treinamento de repórteres e editores fora do eixo Rio-São Paulo com o intuito de construir ambientes de redação com maior diversidade em termos de raça, classe social, gênero, religião etc. O programa é promovido pelo laboratório de Jornalismo Ênois, organização não governamental que oferece cursos de jornalismo voltados a comunidades periféricas, e selecionou entre 41 veículos e 200 profissionais jornalistas de todo o Brasil, 10 equipes, com apoio do *Google News Initiative*. Durante um ano inteiro (2020-2021), redações selecionadas passaram por formação com o objetivo de “[...] modificar estruturas de redações e de processos de produção e gestão jornalística a partir da inserção de repórteres com perfil diverso do tradicional em redações convencionais” (Arruda; Rovida; Cunha, 2021, p. 9). Além dos repórteres financiados pelo Programa, essas redações, de perfil tradicional, tiveram toda sua estrutura administrativa revista durante a formação, compreendendo que diversidade não é um tema apenas de pauta, mas sim de concepção de uma estrutura plural.

Optou-se por trabalhar com esses veículos justamente por eles representarem um perfil de interesse para esta pesquisa: de formação no jornalismo tradicional, eles vêm buscando se atualizar frente às questões contemporâneas impostas, em que o debate sobre a ampliação da representatividade nas redações e bancadas aparece como um caminho possível para a revisão de tais comportamentos, em especial os racistas (Kikuti; Nicoletti, 2019) e também os machistas dentro da

instituição jornalística (ABRAJI, 2017). Apesar disso, a gordofobia foi um tema que ficou de fora dessa primeira turma do Diversidade, e “[...] apareceu de forma superficial na formação sobre interseccionalidades e linguagem” (Arruda; Rovida; Cunha, 2021, p. 16). Nesse sentido, foi feito um levantamento do que esses veículos publicaram associado ao tema, a partir de palavras-chave definidas previamente e detalhadas no tópico 3 – Estudo de caso – deste trabalho, com o objetivo de analisar como o assunto é tratado nessas redações. A hipótese é a de que não há uma problematização sobre o tema, bem como há uma perpetuação do preconceito, por mero desconhecimento do que vem sendo discutido nesse âmbito em outros ambientes, como movimentos sociais e até mesmo acadêmicos, estando os veículos e suas equipes dispostos a, futuramente, revisar a abordagem dada ao tema em um processo de desconstrução e reconstrução do olhar direcionado às pessoas gordas em sociedade. Para isso serão usadas pesquisas bibliográfica, documental, exploratória e análise de conteúdo.

O peso, a mídia e o preconceito

A patologização do corpo gordo dentro do conceito de obesidade tem sido revista pela própria comunidade médica que já identifica que, por causa do estigma associado às pessoas gordas, estas são expostas à depressão, ansiedade, isolamento social, distúrbios alimentares e consumo de drogas e álcool, podendo levar à morte tanto por overdose de substâncias químicas, quanto pela prática do suicídio (Rubino; Pujl; Dixon, 2020). O que se tem é uma mudança de paradigmas acerca das pessoas gordas e seus corpos, inclusive para os meios de comunicação, uma vez que se constata íntima relação entre esse preconceito e a mídia (Arruda, 2021). A ideia de que o peso – e somente ele – indica a condição de saúde de alguém, de que a magreza é uma meta a ser atingida a qualquer custo e de que o emagrecimento está relacionado exclusivamente a um mérito individual é amplamente disseminada pelos meios de comunicação, associando magreza à saúde e gordura à doença.

Os estereótipos que a mídia hegemônica direciona às pessoas gordas foram identificados em trabalho (Arruda, 2021; Arruda; Miklos, 2020); e embora as produções de entretenimento mereçam atenção de pesquisa e revisão por parte de seus produtores, no que diz respeito ao conteúdo jornalístico a preocupação se torna ainda mais latente. Isso porque, de acordo com o próprio Código de Ética da profissão (Fenaj, 2007), o Jornalismo é uma atividade de natureza social. Assim, questiona-se de que maneira sua produção tem contribuído para (re)produção de padrões e estereótipos acerca das pessoas gordas, compreendendo inclusive que tal conteúdo interfere diretamente na vida em sociedade, que busca esclarecimento e orientações nas informações transmitidas pelos veículos de informação.

Cabe dizer que entre os princípios básicos da atividade jornalística estão o compromisso com a verdade e, minimamente, a apresentação da perspectiva dos dois lados envolvidos na história (Lage, 2006). Apesar disso, a imparcialidade jornalística é problematizada por uma série de autoras e autores, entre eles Pellegrini (2008), que enxergam justamente a impossibilidade de se atingir tal ideal de isenção uma vez que cada construção jornalística é uma narrativa repleta de subjetividades a partir de escolhas individuais e coletivas. Essas escolhas perpassam por critérios coletivos, como a política editorial de cada veículo, a individuais, como a bagagem social, política, cultural e econômica de quem vai para a rua realizar a cobertura. Dessa forma, as redações jornalísticas são um reflexo da estrutura social, que por sua vez se orienta por aquilo que produz e divulga a mídia; o bios midiaticizado, nos termos de Sodré (2002).

Exemplos do que se fala não faltam e os casos a seguir mencionados são ilustrativos para demonstrar o argumento. Eles foram identificados em trabalho anterior (Arruda, 2021b) sobre como essa estrutura refletiu na cobertura da pandemia de covid-19 no Brasil em três momentos: o início da quarentena, as descobertas sobre a doença e a busca por vacinas. Assim, no princípio, a ideia de que o período de quarentena levaria à obesidade, uma vez que um dos estereótipos da pessoa gorda é aquele em que ela fica em casa, deitada vendo televisão e comendo o

dia todo, ganhou força (Balbino, 2020). Nesse contexto, o jornalismo se ocupou em oferecer dicas de emagrecimento focadas em alimentação e rotinas de exercício em casa. Posterior a isso o estereótipo do corpo gordo adoecido se fez presente, apresentando-o entre os que estão no grupo de risco de morte pela covid-19. Enquanto cardiopatias e diabetes representam juntas mais de 50% das comorbidades elencadas pelo Ministério da Saúde em relação à Covid no Brasil, seguidas por pneumopatias, doenças neurológicas e doenças renais (Dantas, 2020; Nunes, 2020; Valente, 2020), bem como a idade avançada se mostra um fator de relevância nessa área, a produção jornalística se ateve à obesidade como gancho para falar sobre o assunto.

Por fim, a visão patologizada do corpo gordo voltou a aparecer em um terceiro momento quando as atenções se voltaram para as possibilidades de uma vacina. Com uma disputa entre os principais laboratórios do mundo para a criação de um método eficaz de imunização, a matéria “Obesidade pode prejudicar eficácia de vacina contra o novo coronavírus”, publicada em 5 de junho de 2020 no VivaBem, ilustrada por uma imagem de arquivo de um homem gordo, de feição triste, sentado na cama em um ambiente escuro, traz, assim como a reportagem do Fantástico, hipóteses de estudos em andamento sobre a vacina que em muitos casos ainda vem sendo testada, acerca de uma resposta imune mais lenta em corpos com IMC acima de 40 (VIVABEM, 2020).

Apreendeu-se no estudo que, a partir da compreensão de uma relação simbiótica entre sociedade e mídia, e na confiança aplicada no jornalismo, na retroação do preconceito midiático social o que se vê é o ideal da magreza perseguido a todo custo, inclusive de morte: apesar das dietas serem a principal causa dos transtornos alimentares e distúrbios como o Transtorno Dismórfico Corporal (Sanches, 2018), estima-se que mais da metade das brasileiras deseja uma silhueta menor (Laus, 2012). São elas as principais vítimas da Anorexia Alcoólica e de algo que na internet se encontra facilmente como “dieta da coca” e “dieta do crack”, em que há o uso deliberado dessas drogas para emagrecer (Arruda, 2021). A dependência química motivada pela

gordofobia vem também de medicamentos receitados, que derivam da anfetamina, cujos efeitos colaterais como sonolência, taquicardia, diarreia e enjoo são comuns, assim como o caso da jovem de 23 anos que em 2016 morreu ao saltar da janela de seu apartamento após um surto alucinógeno causado pelo consumo desses medicamentos (Mestre, 2016).

Uma hipótese que circunda o estudo é a de que o jornalismo declaratório (Oliveria, 2020) se tornou a principal prática das redações, de forma que os jornalistas não levantarem mais dúvidas perante as falas de seus entrevistados e nem de dados divulgados por órgãos oficiais. Isso porque a discriminação das pessoas gordas se fundamenta no conceito médico de obesidade, que patologiza a condição do corpo gordo (WHO, 1995). A partir de determinado Índice de Massa Corpórea, pessoas são consideradas obesas, e a essa condição estão relacionadas uma série de doenças. Mesmo que se trate de uma propensão, não de uma determinante, nesse contexto ainda incide a gordofobia médica, que se dá quando profissionais da Saúde deixam de prestar atendimento a pessoas gordas por já as considerarem desenganadas, bem como na falta de equipamentos para atendimento (Wharton *et al.*, 2020; Rubino; Puhl; Dixon, 2020). Nesse sentido, o jornalismo acaba reproduzindo o discurso médico sem ao menos investigá-lo com um pouco mais de cuidado, contribuindo para a reprodução do preconceito.

Além disso, outra hipótese é de que, sendo a gordofobia um preconceito que afeta de maneira especial as mulheres, por sua formação de maioria masculina – são cerca de 60% de homens e 40% de mulheres nas redações, de acordo com dados do IBGE (2019), bem como os cargos de chefia são em sua maioria ocupados por homens – 78%, de acordo com um estudo promovido pelo *Reuters Institute* (Andi; Selva; Nielse, 2020) – as redações desconsideram a gordofobia como uma questão que deve ser apontada e problematizada. Apesar de os dados diferirem da mais recente Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima, 2022), que aponta a predominância feminina de profissionais jornalistas (58%), esses dados dizem respeito às profissionais da área em qualquer espaço de trabalho, ou seja, não necessariamente em

redações. Quando nesses locais, no entanto, os relatos de violência e abuso são frequentes e apontados como ponto de destaque na pesquisa. Dessa forma, o conteúdo jornalístico produzido sofre diretamente com isso, interferindo nas escolhas editoriais e direcionamentos das pautas a serem produzidas, cobertas e veiculadas, não levando em consideração a possível ideia da perpetuação de um preconceito.

Dessa forma, o conteúdo jornalístico produzido sofre diretamente com isso, interferindo nas escolhas editoriais e direcionamentos das pautas a serem produzidas, cobertas e veiculadas, não levando em consideração a possível ideia da perpetuação de um preconceito.

Gordofobia no Jornalismo, um estudo de caso

Antes, no entanto, de uma pesquisa de campo ou de uma intervenção ativa junto às redações selecionadas, optou-se por um levantamento do conteúdo publicado pelas mesmas no sentido de identificar como as pessoas gordas são tratadas por esses veículos. Assim, fazendo uso da linguagem de programação Python, foi desenvolvido um *script* personalizado para raspar dados de notícias classificando as reportagens por temas de interesse. A linguagem foi aplicada ao programa Clipping Automático, que utiliza os serviços Google News para identificar reportagens em sites específicos, produzidos por jornalistas específicos, definidos por meio de parâmetros de busca. Escolheu-se por trabalhar com este agregador de notícias justamente por estar associado ao maior site de buscas do país, o Google (Bazon, 2020). Assim, ao buscar sobre determinado assunto na internet, a inteligência artificial da plataforma já direciona parte de seus resultados para as notícias, que são selecionadas por meio tanto dos algoritmos, quanto de produção humana de seus editores.

Dessa forma, foram utilizadas as bibliotecas Requests, XML.Etree e Pandas, com as palavras-chave gorda, gordo, obesa, obeso. O foco está justamente em como a pessoa gorda é tratada, sendo necessária a distinção entre o adjetivo gorda/gordo e a sua versão patologizada

obesa/obeso, o que dá continuidade aos termos utilizados na pesquisa original da tese **O peso e a mídia**, defendida em junho de 2019, e que inscreve a gordofobia como um tema/objeto de estudo na área da Comunicação no Brasil, uma vez que até então não haviam sido registradas pesquisa *stricto sensu* sobre o assunto. Assim, o intervalo de busca se dá justamente entre julho de 2019, pós-defesa da tese, e dezembro de 2021, dois meses após a conclusão da formação promovida pelo Ênois. Ponderou-se que, nesse intervalo, as redações já teriam, em alguma medida - inclusive no próprio programa Diversidade -, acessado as discussões que problematizam a relação da gordofobia com a mídia, não apenas no âmbito acadêmico, como também social, e que passaram a ganhar espaço (Jimenez-Jimenez; Arruda, 2021). Cabe ressaltar, no entanto, que as notícias raspadas aparecem a partir do momento em que o veículo se cadastrou na plataforma Google News.

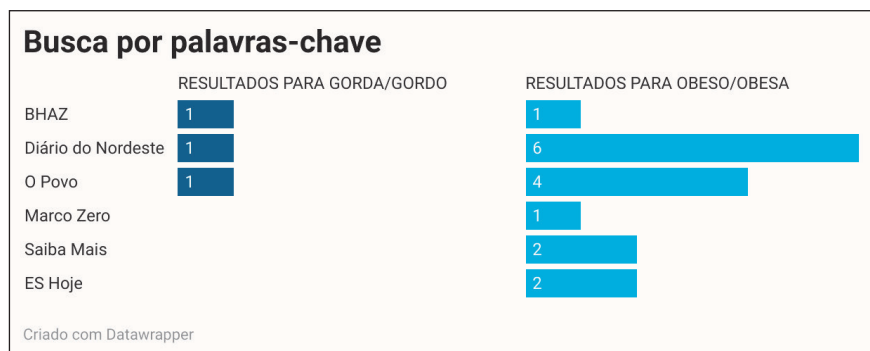
Uma vez que o resultado do *script* retorna título, data de publicação, link para o conteúdo e nome do veículo, foi feito o acesso, a leitura e a análise de cada um dos materiais, separando trechos de relevância para identificar suas ocorrências e recorrências, conforme a análise de conteúdo de Hercovitz (2010), aplicada ao Jornalismo. Caso o conteúdo também contasse com imagem ou outro recurso multimídia, como gráficos e vídeos, esses também foram destacados para a análise, que posteriormente levaram à inferência sobre os dados; o que se descreve a seguir:

Foram pesquisadas as seguintes redações:

- BHAZ
- Congres so em Foco
- Diário do Nordeste
- ES Hoje
- Marco Zero
- Nonada
- O Povo
- Plural
- Saiba Mais
- Sul21

Foram obtidos os seguintes resultados:

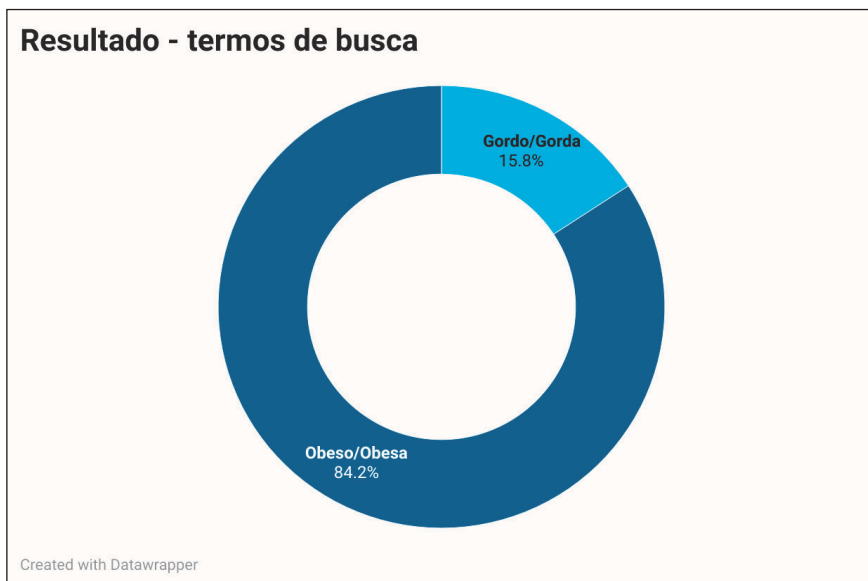
FIGURA 1. Gráfico: Das 10 redações pesquisadas, apenas três apresentaram resultado de busca para as palavras-chave Gorda/Gordo, enquanto seis apresentaram resultado para Obesa/Obeso.



Fonte: autoria própria.

Duas observações são importantes a partir desses primeiros dados: a primeira é a de que não significa que os veículos que não tiveram conteúdo com as palavras-chave selecionadas para a busca não tenham publicado nada com elas. No entanto, se esses veículos não estão cadastrados no Google Notícias, a busca não traz resultado. O mesmo acontece com a data das ocorrências encontradas: apenas um resultado de O Povo para a palavra obeso data de 2020 e todos os outros são de 2021 em diante. Nesse sentido, as pessoas que estavam buscando por esses termos no Google antes de 2021 não encontravam resultado nesses veículos. O segundo ponto é notório: foram apenas três resultados para gorda/gorda contra 16 para obesa/obeso, ficando evidente a escolha pelo tratamento patologizado a essas pessoas, reproduzindo o discurso que associa as pessoas gordas às mais diversas doenças.

FIGURA 2. Gráfico: Do conteúdo encontrado, apenas 15,8% se refere às pessoas gordas fazendo uso da palavra-característica física. Os 84,2% restantes tratam essas pessoas pelo vizez patologizador, utilizando o termo obesa/obeso.



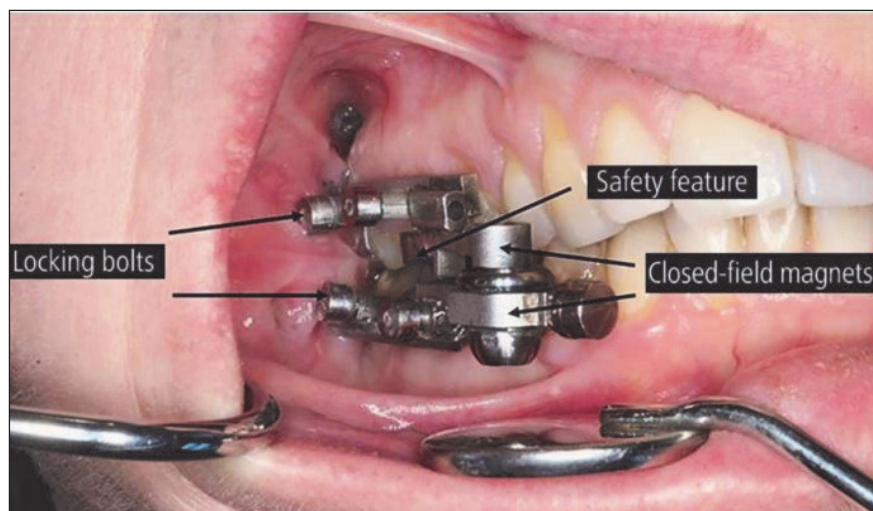
Fonte: autoria própria.

Dentro desse contexto chamam à atenção pelos recursos narrativos jornalísticos empregados, as seguintes matérias:

- Matéria de 30 de janeiro de 2021 do portal de notícias BHAZ sobre uma pesquisa que testa um aparelho dental que limita a abertura da boca para que, assim, as pessoas possam comer menos e, com isso, perder peso.

Aparentemente neutra, apenas reproduzindo a informação, a publicação em nenhum momento problematiza o tamanho da violência física que está sendo proposta às pessoas sob o pretexto de emagrecerem, avaliando ainda ser interessante ilustrar a matéria com o tal aparelho (Figura 3).

FIGURA 3. Imagem: Aparelho que promete diminuir a abertura da boca para que pessoas comam menos e emagreçam é notícia no BHAZ.



Fonte: <https://bit.ly/3yTG5uU>.

A manchete diz: “Pesquisa testa aparelho que limita a abertura da boca para perda de peso”. Chama atenção o trecho “Sete obesos saudáveis participaram da pesquisa”, o que poderia levar ao questionamento do porquê então buscar o emagrecimento, o que não é feito. A matéria ainda reproduz linguajar técnico, reforçando o campo hegemônico do conhecimento que trata pessoas gordas como doentes.

- Matéria do Saiba Mais sobre um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte para emagrecimento coletivo. O texto divulga a ação, que está angariando inscritos para participar do programa. A imagem que ilustra a matéria (Figura 4) traz o recorte do abdome de um homem sendo enrolado por uma fita métrica.

FIGURA 4. Imagem: Traz a associação do emagrecimento com o abdômen da pessoa, reduzindo-a a apenas essa parte do corpo, que precisa ser medida e controlada, inclusive pela Universidade.



Fonte: <https://bit.ly/3yNqFYZ>.

- Entrevista no ES Hoje com uma nutricionista que opina sobre o que foi chamado de cultura da obesidade, trazendo como imagem ilustrativa um menino sem camisa, com seu abdômen, a exemplo do que foi publicado no Saiba Mais, circulado e apertado por uma fita métrica (Figura 5).

FIGURA 5. Imagem: Na conotação, tem-se a ideia de que também as crianças gordas são reduzidas a uma parte de seus corpos, o que precisa ser medido e controlado.



Fonte: <https://bit.ly/3wGw3KD>.

Particularmente problemática, essa entrevista traz a palavra de uma nutricionista sobre um conceito que até mesmo empiricamente é possível ser desconstruído. A profissional fala de “cultura da obesidade” na sociedade brasileira, algo que não condiz em nada com a realidade de um país cujos dados já foram apresentados anteriormente em relação à – essa sim – “cultura da magreza” e sua preocupação com a saúde. Além disso, o texto termina com uma lista de ações que os pais devem tomar para evitar que as crianças engordem, sem qualquer ponderação a respeito das realidades subjetivas desses pais ou cuidadores, e dessas crianças.

- Matéria do O Povo de 21 de outubro de 2020 cuja manchete “IBGE: Obesidade prevalece entre mulheres no Brasil”, mesmo que *apenas* divulgando o resultado de uma pesquisa, reforça a associação da visão patologizada do corpo gordo ao feminino e, mais uma vez, a fita métrica aparece na imagem ilustrativa (Figura 6), agora na mão de um homem magro:

FIGURA 6. Imagem: Um homem magro segura uma fita métrica em uma matéria que fala sobre a prevalência da obesidade em mulheres.



Fonte: <https://bit.ly/39JFuRD>.

A maior parte das outras matérias com as palavras obesa/obeso (6/16) tem como foco central a covid-19 e variam entre apresentar obesidade como fator de risco para a doença ou divulgar o cronograma de vacinação que inclui pessoas com IMC acima de 40 na fila prioritária. Embora de aparentemente abordagem neutra, essas matérias corroboram para a ideia de um corpo gordo patologizado. Todas essas matérias, incluindo as supracitadas, têm como única fonte ou *lado* da notícia (Lage, 2006), a medicina, que como área do conhecimento, também precisa ser vista como um campo em disputa (Ballestrin, 2013). No entanto, como saber dominante (Santos, 2010), ganha da cobertura jornalística o caráter de saber absoluto e inquestionável.

Não se trata de manter uma postura de negação da ciência, mas de uma falta de compreensão de como se dá a construção do conhecimento científico, com linhas contrárias, divergentes e/ou complementares dentro do mesmo campo. Nesse sentido, uma reportagem do ES Hoje trouxe a luta de pessoas gordas justamente para garantir seu direito à vacinação. Isso porque, mesmo sendo visto como parte de um grupo de risco, pessoas gordas enfrentaram dificuldades na hora de se vacinar, conforme ilustra o depoimento a seguir, publicado em 7 de junho de 2021 no perfil @tamanhogrande, do Instagram:

113 Kg e 1,62 m = IMC 43.

Com 36 anos e com o que a medicina considera obesidade mórbida, entrei no Plano Nacional de Vacinação. Ser gorda, no entanto, é questionar se você merece algo que, por direito, já é seu.

Foi preciso superar o conflito de lutar contra a patologização do corpo gordo e me vacinar justamente pela faixa do IMC. Conflito interno e externo, de mim mesma e de gente próxima até, mas que acha que, apesar de ter sido chamada, de alguma forma eu estava errada em ir. Mas daí é só ver os casos de pessoas gordas que morreram com Covid, e não de Covid, simplesmente porque não receberam atendimento, que a compreensão de que meu corpo é preterido pelo sistema, mesmo ele estando saudável, volta à tona. E para lutar é preciso estar viva.

Segundo que, para me considerar desenganada, receitar dieta ou bariátrica, é só no olhar, mas para a vacina é necessário um laudo que conste exatamente o que está na primeira linha deste post: meu peso, minha altura e meu IMC. Uma balança e uma fita métrica resolveriam, mas foi muito mais difícil do que pensei. A cada negativa só lembrava de quantas vezes me disseram que meu peso era uma sentença de morte... E acho que é isso que essas pessoas querem que aconteça com a gente mesmo: que morra, negando a nós o direito à vacinação.

Chorei em público, passei raiva, pensei em desistir, mas fui até o fim. Sem compra de laudo, sem jeitinho, mas com forças que saíram não sei de onde para lutar pelos direitos da quem é gorda. Laudo nas mãos, vacina no braço, uma mistura de sentimentos que mal consigo explicar. [...]. Sei que tem muita gente vivendo o que vivo – e sofrendo com isso. O que posso fazer é o que tenho feito: compartilhar a minha história; na esperança de que, ao contá-la, ela me cure e ajude também a quem precisa de cura. #AtéQueTodasSejamosLivres. (TAMANHO, 2021, online)

A reportagem do ES Hoje, então, traz como as pessoas gordas tiveram que se mobilizar em rede para garantir esse direito, fazendo mutirões para a emissão de laudos e até mesmo criando campanhas que incentivavam as pessoas gordas a se vacinar, pois muitas estavam com vergonha e medo de sofrer gordofobia na própria fila de vacinação e de ter seu direito deslegitimado. Esse é um dos poucos conteúdos que problematiza o assunto dentro do levantamento obesa/obeso. Além dele, há outros dois: uma matéria do Diário do Nordeste de 24 de novembro de 2021 sobre um casal de influenciadores acusado de gordofobia, e outra do ES Hoje sobre o Dia de Combate à Obesidade, que traz uma perspectiva médica em relação ao preconceito praticado contra as pessoas gordas. Cabe ressaltar, no entanto, que a imagem ilustrativa da matéria reproduz a ideia de que corpos gordos devem ser medidos e controlados, ao mostrar uma cenoura enlaçada com uma fita métrica (Figura 7).

FIGURA 7. Imagem: A fita métrica é uma associação comum aos termos obesa/obesa, mesmo quando se problematiza a questão da gordofobia.



Fonte: <https://bit.ly/3G84ePH>.

Por sua vez, as três matérias associadas aos termos gorda/gordo são problematizadoras:

- Pessoas gordas se unem para enfrentar barreiras no mercado de trabalho, de Agência Estado para O Povo 31 de julho de 2021.
- ÁUDIO: Recrutadora de farmácia veta a contratação de ‘veados’, ‘pessoas muito tatuadas’ e ‘gordas’, de Salma Freua para BHAZ em 19 de outubro de 2021.
- Modelos gordas usam imagem para empoderar mulheres: ‘Somos corpos reais, somos beleza e potência’, de Diego Barbosa para Diário do Nordeste em 12 de novembro de 2021.

Assim, nota-se que, no jornalismo, a problematização sobre a gordofobia é desproporcional à abordagem patologizadora do corpo

gordo, que reproduz um discurso médico que, conforme demonstrado, não mais se sustenta. Observa-se, no entanto, que as discussões sobre a terminologia utilizada para se referir sobre as pessoas gordas têm surtido efeito, uma vez que todas elas optam por utilizar gorda/gordo no contexto problematizador. Apesar disso, cabe ressaltar ainda que as matérias de O Povo e do Diário do Nordeste, encaminham para uma outra questão delicada dentro do movimento antigordofóbico: a responsabilização das próprias pessoas gordas para superarem, de maneira individual, os desafios de um preconceito que é estrutural (Arruda; Miklos, 2020). O mesmo também acontece com a reportagem do ES Hoje sobre a luta para se ter acesso às vacinas. Em todos os casos, no entanto, o protagonismo dessas ações é tomado por mulheres, que vítimas do machismo estrutural (Federici, 2017), têm na gordofobia mais uma interseccionalidade (Davis, 2016) da violência diária a que são submetidas.

Reflexões e encaminhamentos

A institucionalização da gordofobia leva à naturalização do preconceito em sociedade – e vice-versa. Nesse sentido, a violência contra as pessoas gordas vai sendo naturalizada, com potencial amplificado pela mídia. Do entretenimento ao Jornalismo, no entanto, observa-se que no material noticioso que se refere às pessoas gordas são revestidas de um caráter de fato, especialmente pelo uso da fonte do tipo *especialista* (Lage, 2006), uma vez que o conteúdo dessa natureza é assim apresentado à sociedade. Dessa forma, este trabalho, que traz resultados preliminares de pesquisa desenvolvida em âmbito de um estágio pós-doutoral, demonstra em alguma medida como a gordofobia está incrustada no jornalismo, ainda que em matérias e reportagens que, em um primeiro olhar, pareçam isentas.

Para isso, foram utilizadas pesquisas bibliográfica e documental, de técnica exploratória e análise de conteúdo a partir de material jornalístico produzido e publicado pelos 10 veículos que participaram do programa Diversidade nas Redações, promovido pelo laboratório de Jornalismo Ênois. O que se encontrou foi uma comprovação das hipóteses levantadas: que o conteúdo jornalístico sobre pessoas gordas privilegia o tratamento patologizado e estereotipado, reducionista e pouco problematizador acerca do preconceito. Mesmo ao problematizar, a responsabilidade sobre lidar com a gordofobia recai sobre as próprias pessoas gordas, em matérias que falam sobre histórias de superação e ações de grupos contra o preconceito, mas sem questionar as raízes do mesmo, nem sua estrutura no seio social. Chama a atenção, no entanto, que essas redações teoricamente estariam preparadas para tratar de assuntos que dizem respeito à diversidade. No entanto, quanto a pauta é gordofobia, não há preparo para tal.

Com esses resultados, é possível dizer que se faz urgente uma intervenção junto às redações jornalísticas, de forma a promover um olhar mais atento para esse ponto, inclusive repensando a práxis da profissão, uma vez que, em muitos dos conteúdos analisados, a jornalista ou o jornalista teoricamente seguiram adequadamente os métodos e técnicas de apuração e redação jornalísticos. No entanto, terceirizam a checagem das informações, ou o *ouvir o outro lado*, a uma área do conhecimento que, como toda outra, também representa um campo de disputa. Nesse sentido, sem colocar em diálogo outras áreas, ou ao menos ouvir os protagonistas das notícias, no caso as pessoas gordas, ao confiar nesses métodos e técnicas, deixaram de lado a estrutura social do preconceito que é facilmente reproduzida quando não há uma preocupação pontual com o tema. Alerta feito, espera-se contribuir para a discussão acerca da gordofobia e a forma como a mídia em geral, e o jornalismo em especial, têm contribuído para a manutenção social desse preconceito e, assim, trabalhar para a sua desconstrução.

Referências

- ABRAJI – ASSOCIAÇÃO Brasileira de Jornalismo Investigativo. *MULHERES no jornalismo brasileiro*. Disponível em: <https://bit.ly/2KdnW3S>. Acesso em 10 dez. 2020.
- ANDI, Simge; SELVA, Meera; NIELSEN, Rasmus Kleis. Women and Leadership in the News Media 2020: Evidence from Ten Markets. *Reuters Institute*. 8 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/343unxv>. Acesso em 10 dez. 2020.
- ARRUDA, Agnes de Sousa. *O peso e a mídia: as faces da gordofobia*. São Paulo: Alameda, 2021.
- ARRUDA, Agnes de Sousa. Peso, mídia e preconceito: gordofobia na cobertura da pandemia de covid-19. *Revista Dispositiva*. v. 10. n. 17. (2021b). Disponível em: <https://bit.ly/3CSTiE4>. Acesso em 18 mar. 2022.
- ARRUDA, Agnes de Sousa; MIKLOS, Jorge. O PESO E A MÍDIA: Este-reótipos da Gordofobia. *Revista Líbero*, v.23, n. 46. Jul./Dez. 2020.
- ARRUDA, Agnes de Sousa; ROVIDA, Mara; CUNHA, Simone. Diversidade e pluralidade nas narrativas jornalísticas: por uma epistemologia do jornalismo das periferias. In: 19º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2021, São Paulo. *Anais*, 2021.
- BALBINO, Jéssica. Prefiro Morrer Do Que Engordar Na Quarentena. *Putá Peita*, 14 de maio de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/32arpXX>. Acesso 3 jun. 2020.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, v.11, Ago 2013. Disponível em: <https://bit.ly/38Lgtp5>. Acesso em 23 mai. 2022.
- BAZON, Felipe. State of search Brasil: estudo sobre o comportamento de pesquisa online dos brasileiros. *Semrush*. 19 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3uCOkOn>. Acesso em 29 mar. 2022.
- DANTAS, Carolina. Cardíacos, homens e acima de 60 anos: conheça grupos que tiveram mais vítimas no 1º mês do Covid-19 no Brasil. *Bem-Estar G1*. 26 mar. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/31VVUPy>. Acesso em 15 ago. 2020

- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas. *Código de ética dos jornalistas brasileiros*. 4 ago. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3wCLswG>. Acesso em 23 ago. 2022.
- HERCOVITZ, Heloíza. Análise de conteúdo em jornalismo. In LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luísa; ARRUDA, Agnes de Sousa. Pesquisa gorda: pandemia e autoetnografia na gordosfera. *Mais que Amélias*. n. 8 (2021). Disponível em: <https://bit.ly/3suPYKw>. Acesso em 18 mar. 2022.
- KIKUTI, Andressa; NICOLETTI, Janara. Falta de diversidade nas redações esconde racismo estrutural do jornalismo e dificulta o debate sobre desigualdade entre negros e brancos. *Objethos – Observatório da Ética Jornalística*. 25 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2PQROCr>. Acesso em 14 ago. 2020.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- LAUS, Maria Fernanda. *Influência do padrão de beleza veiculado pela mídia na satisfação corporal e escolha alimentar de adultos*. 2012. Tese (Doutorado em Psicobiologia) — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.
- LIMA, Samuel Pantoja (coord.) l. *Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, de saúde e do trabalho*. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.
- MESTRE, Natália. A sibutramina, remédio pra emagrecer, matou minha irmã, diz publicitária. *Site Glamour*. 1 mar. 2016. Disponível em: <https://glo.bo/3aQpyYJ>. Acesso em: 22 mar. 2017.
- NUNES, Bethânia. Covid-19: obesidade é pior para mais jovens do que para idosos. In *Metrópoles*. 20 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3at0tVe>. Acesso em 15 ago. 2020.
- OLIVEIRA, Israel Dias de. *Jornalismo declaratório*. São Paulo: Casa Flutuante, 2020.

- PELLEGRINI, Milton. As inverdades, as meias verdades do Jornalismo. *Ghreb*, n. 11. São Paulo, mar. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3nWzsj2>. Acesso em 28 dez. 2020.
- RUBINO, Francesco; PUHL, Rebecca M.; CUMMINGS, Dixon *et al.* Joint international consensus statement for ending stigma of obesity. *Nat Med*, v.26, p.485–497, 2020,. Disponível em: <https://bit.ly/3iCTI6f>. Acesso em 14 ago. 2020.
- SANCHES, Rodrigo Daniel. *Corpus Alienum*: efeitos do discurso das novas dietas, corpo-projeto e mídia. 2018. 204 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho*: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- TAMANHO Grande. 113 Kg e 1,62 m = IMC 43. 7 jun. 2021. Post no *Instagram*. Disponível em: <https://bit.ly/3PumcQV>. Acesso em 22 mai. 2022.
- VALENTE, Jonas. Saiba como está o avanço do coronavírus no Brasil. *Agência Brasil*. Disponível em: <https://bit.ly/2Y45bUE>. Acesso em 15 ago. 2020.
- VIVABEM. Obesidade pode prejudicar eficácia de vacina contra o novo coronavírus. 5 ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3h04Ppf>. Acesso em 15 ago. 2020.
- WHARTON, Sean *et al.* Obesity in adults: a clinical practical guideline. *Canadian Medical Association Journal*, v. 192, p. 875-891, 4 ago. 2020.
- WHO, World Health Organization. *Physical status*: the use and interpretation of anthropometry. (1995 : Geneva, Switzerland). Disponível em: <https://bit.ly/2FahUyf>. Acesso em 12 ag. 2020.

O caso Beto Freitas e a cobertura descontextualizada do UOL¹⁹

Pedro H. M. Mendonça

Introdução

Compreender e analisar de que maneira o circuito narrativo exposto pela prática jornalística na atualidade engendra novos sentidos na esfera social é tarefa das mais importantes, visto que o imaginário social vai se configurando e reconfigurando de acordo com o fluxo de informações que perpassa a sociedade (França, 2012; Lage, 2013). Em que pese a redução da influência do jornalismo nos modos de percepção da realidade a partir de inúmeros outros processos interativos advindos especialmente das redes sociais, ainda podemos notar seu lugar proeminente nos modos de ver e sentir a vida (França, 2012).

Cada acontecimento transformado em notícia é experimentado enquanto configurado no discurso (Queré, 2012) e produz sentidos que contribuem para a nossa localização no mundo. Nesse sentido, a análise da cobertura realizada pelos meios de comunicação contribui para a compreensão sobre o enquadramento que é dado a determinados acontecimentos ou fenômenos. No caso do Brasil, país com fortes traços machistas, racistas e heteronormativos, essa cobertura, em geral, segue uma dinâmica pouca afeita às causas das informações retratadas, como o caso do assassinato de Beto Freitas, em 2020, no hipermercado Carrefour, em Porto Alegre.

¹⁹ Agradeço a professora Marta R. Maia pela orientação da dissertação que deu origem a este texto.

De acordo com diversos indicadores sociais no Brasil²⁰, o assassinato de Beto é mais uma prova de que há um racismo sistêmico no país e que indivíduos negros são constantemente vítimas de constrangimentos, preterimentos, agressões e mortes. João Alberto Silveira Freitas foi assassinado aos 40 anos, no dia 19 de novembro de 2020. O motivo alegado é que ele teria se desentendido com uma funcionária do estabelecimento, entretanto, acabou sendo espancado na sequência por dois seguranças do supermercado, no estacionamento do local, e morto por asfixia após a série de agressões.

O crime rapidamente repercutiu na mídia, que explorou ao máximo a cobertura do assassinato nos dias seguintes ao evento da morte. Um vídeo, gravado por pessoas que estavam no estacionamento e que registrou os últimos minutos de vida de Beto, enquanto ele era dominado e agredido à exaustão, foi um elemento que contribuiu para que incontáveis discursos em tom de revolta surtissem no debate público. O assassinato também foi alçado ao status de crime célebre por ter acontecido na véspera do Dia da Consciência Negra, uma data emblemática, e que naquela ocasião adquiriu ainda mais significado, especialmente em um dia de debates e reflexões sobre a existência negra no Brasil.

Protestos foram realizados em várias cidades do Brasil após o assassinato de Beto. Comoção e revolta foram sentimentos comuns naquele dia 20 de novembro, visto que o crime chocou a população brasileira e desencadeou uma forte mobilização popular. As pessoas já estavam alarmadas e engajadas naquela época por conta do assassinato de George Floyd em Minneapolis, nos Estados Unidos, vítima de um crime cometido por um policial branco cerca de seis meses antes da execução de Beto e que contribuiu para tornar

20 Estudo realizado pelo IBGE revela que a população negra enfrenta os piores índices sociais no país: <https://adusb.org.br/web/page?slug=news&id=10775&pslug=#.YiuvCHrMLIU>

ainda mais conhecido o movimento ativista estadunidense *Black Lives Matter*²¹.

O crime que vitimou Beto foi apenas mais um dentre tantos outros que ocorrem rotineiramente, sob respaldo de um sistema que, estruturalmente, permite que negros e negras estejam na linha de frente das inúmeras injustiças cometidas cotidianamente. Mas, por que aquela morte no Carrefour chocou tanto? A resposta pode estar na cobertura jornalística desenvolvida em torno do caso, que potencializou a repercussão que a morte de Beto teve e guiou, mesmo sem aparente pretensão, a opinião pública.

É por isso que este estudo tem como base compreender de que forma o *UOL*, um dos mais influentes sites noticiosos no Brasil, trabalhou o caso, analisando a cobertura a partir de uma perspectiva interseccional. Para tanto, foram selecionadas 12 notícias, publicadas com destaque pelo *UOL* num intervalo de 12 meses após o assassinato de Beto, para que possamos entender, com base na proposta metodológica que será explicitada no tópico de análise, como o acontecimento jornalístico sobre o referido assassinato foi configurado, tendo como norte a seguinte inquietação: A cobertura jornalística do *UOL*, considerada mídia “de referência”, evidenciou o racismo e a questão de classe como principais motivos para a morte de Beto Freitas? Fazemos esse questionamento tendo em mente a definição de mídia de referência a partir de Angela Zamin (2014), que aponta como suas características: “[...] ter tradição, prestígio e credibilidade; servir de referência a outros jornais no próprio país; voltar-se para a política, a economia e os assuntos internacionais; ter como público um leitor competente do mundo público (as elites econômica e cultural), e possuir índices elevados de tiragem e circulação”. (p. 931) – Antes desse percurso, entretanto, faremos uma rápida discussão sobre o racismo vigente a partir de aspectos referentes à interseccionalidade.

21 Organização criada em 2013, nos EUA, por três ativistas estadunidenses.

Interseccionalidade

O risco de um negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,6 vezes maior do que o de um não negro, aponta o Atlas da Violência 2021²². Somente em 2019, ainda segundo o Atlas, os negros representaram 77% das vítimas de homicídios no Brasil, com uma taxa de homicídios de 29,2 por 100 mil habitantes. Essa é a realidade de um país estruturalmente racista. O assassinato de Beto está inserido na problemática étnico-racial do Brasil, na qual ser negro é ser alvo, significa estar em constante risco de morte.

Assim como Beto, outras inúmeras pessoas negras entram anualmente para as estatísticas da violência no Brasil. E o supermercado se revela como um lugar hostil para quem é negro. É o que se pode notar ao analisar casos recentes de constrangimento, violência e morte de pessoas negras nesse tipo de estabelecimento comercial. O jovem Pedro Henrique Gonzaga, de 19 anos, foi morto em 2019 na rede de supermercados Extra, no Rio de Janeiro, após ser imobilizado por um segurança do estabelecimento, circunstância similar ao assassinato de Beto. Jean Pierre Oliveira foi assassinado também em 2019, dentro do supermercado Koch, em Camboriú, em Santa Catarina, após ser golpeado com faca por um funcionário da loja.

É por isso que, mais do que pensar somente em racismo estrutural ou discriminação étnico-racial, é preciso refletir sobre diferentes fatores que influenciam numa visão marginalizada de um indivíduo negro, em um lugar de entrecruzamentos. Esse lugar, segundo Collins (2015) é o cerne da interseccionalidade, um conceito com múltiplas definições, ocasionadas pelas diferentes relações de poder, examinadas e problematizadas pela autora.

A interseccionalidade, como visto em Collins (2015), é uma teoria que enfrenta desafios de definição, já que a raça é definida como uma

22 O levantamento pode ser lido em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>

relação entre estruturas sociais e representações culturais. No entanto, a interseccionalidade pode ser utilizada para entender diferentes formas de desigualdade, já que é capaz de dar conta de várias formas de opressão simultâneas (Kyrillos, 2020). A compreensão dos processos discriminatórios não deve ser isolada ou vista como adição de discriminações distintas, mas sim, reflexiva da complexidade dos cruzamentos das discriminações e das condições específicas que decorrem desses processos.

Collins e Bilge (2016) interpretam o uso da interseccionalidade como uma importante ferramenta de análise, sendo capaz de assumir diferentes formas, já que os problemas sociais são diversos e a interseccionalidade trabalha com todos eles. É essa a ideia que respalda o caráter analítico da interseccionalidade como instrumento para entender o crescimento da desigualdade global.

Collins e Bilge (2016) argumentam que a noção de desigualdade social não é aplicada de forma igual a todas as pessoas, e que a interseccionalidade é uma estrutura capaz de explicar diversas categorias que se encontram posicionadas de maneiras diferentes na sociedade. Existem seis ideias centrais sobre a interseccionalidade, que incluem a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade. Entretanto, mesmo tendo o entendimento de que a popularização da interseccionalidade é um fato, conforme dito por Kyrillos (2020), o uso da intersecção na abordagem de fenômenos que transitam pelas relações de gênero e raça nem sempre é visto como indispensável.

Camadas de complexidade sobre os entendimentos a respeito da desigualdade social são adicionadas pela interseccionalidade, na visão de Collins e Bilge (2016), quando se reconhece que a desigualdade social raramente é provocada por apenas um fator. É por isso que, pensar em interseccionalidade como ferramenta analítica, requer muito mais do que ver a desigualdade social apenas pela perspectiva de raça ou classe. A desigualdade social, nesse caso, é um reflexo das interações entre diversas categorias de poder.

O capitalismo, o patriarcado e o heterossexismo são apenas algumas das diferentes formações sociais que reproduzem desigualdades,

argumento de Collins (2015), quando a autora discute sobre as aplicações da interseccionalidade. Do mesmo modo, dentro da discussão sobre a teoria da formação racial, a interseccionalidade é um processo analítico propício para examinar o racismo como um sistema de poder; um sistema que move e manipula as formações sociais.

O episódio de espancamento que levou Beto à morte escancara como as relações de poder e desigualdade social existentes na sociedade brasileira são terrivelmente nocivas ao povo negro. Para Collins (2015), essas questões servem para interpretar os muitos elementos que performam na análise da interseccionalidade. Raça, etnia, idade e classe, bem como outros indicadores como sexualidade e nação, são categorias semelhantes no processo analítico. O cruzamento dessas categorias contribui para revelar os sistemas de poder vigentes.

Assim como as relações de poder existentes nas questões relacionadas ao racismo e a violência, de acordo com Collins (2015), outros sistemas de interseção de poder estimulam formações sociais de desigualdades, o que implica em diferentes pontos de vista de indivíduos e grupos inseridos em hierarquias sociais distintas. A interseccionalidade busca contribuir para análises que considerem a complexidade da sociedade, levando em conta as várias categorias identitárias que constituem marcadores sociais de desigualdade, conforme defendido por Kyrillos (2020).

Três preocupações devem servir de norte para a discussão sobre a interseccionalidade (Collins, 2015): o campo de estudo de investigação, a estratégia analítica e a práxis crítica. No campo de estudo de investigação, a inquietação deve ser sobre os temas que caracterizam determinado campo dentro das relações de poder. Já a interseccionalidade como uma estratégia analítica trata-se de ter em mente que existem estruturas intersetoriais que fornecem novos conhecimentos sobre a sociedade, sendo que essas estruturas são usadas para investigar fenômenos sociais, como as discriminações. No caso da interseccionalidade como forma de práxis crítica, o foco é na relação à conexão da intersecção com a justiça social.

Entretanto, de acordo com Collins e Bilge (2016), a interseccionalidade não deve ser confundida com justiça social, já que a investigação

dos projetos interseccionais deve ser feita por meio das conexões que esses projetos possuem com a justiça social. As ideias sobre desigualdade social, relações de poder, contexto social e relacionalidade interagem e contribuem umas com as outras e ajudam a complexificar o entendimento do processo de intersecção. Nessa perspectiva, é importante refletir como as disputas narrativas, no caso, as jornalísticas, ocorrem em um cenário tão desigual e racista como o do Brasil.

A narrativização do acontecimento jornalístico

Consideramos que o conteúdo das narrativas jornalísticas é engendrado pelo modo como o veículo jornalístico veicula os acontecimentos, afinal, como argumenta Leandro Lage, “acontecimentos são mais do que fenômenos que se encontram prontos na natureza, e menos do que as próprias narrativas nas quais são enredados: é aquilo que é significativamente instaurado pela narrativa” (2013, p. 230).

O acontecimento é algo que repercute e se destaca socialmente, como considera Vera França (2012). Porém, como a mídia leva em consideração diversos critérios para a escolha daquilo que deve ser noticiado, seguindo fatores editoriais, financeiros, além de convicções políticas, ideológicas e identitárias, ela cria uma hierarquia para a construção de acontecimentos, definindo o que relevante e o que não é necessário ou menos importante para o conhecimento do público. França (2012) afirma que o fato tende a se tornar real à medida que a informação jornalística é narrada; o acontecimento então adquire vida pelo discurso midiático, pelos recortes e pela divulgação das informações nos meios de comunicação. A vivência humana é afetada à medida que os acontecimentos são inseridos no espaço social, rompendo rotinas e criando novos contextos, como enfatizado por França (2012)

Pensando no contexto do caso Beto, os acontecimentos construídos pela mídia proporcionaram lugares de debate, de revolta e de mobilização popular, gerando uma afetação na sociedade. Houve um clamor social

após a morte de Beto, pelo contexto do assassinato, pela data celebrada naquele dia em que as manifestações tomaram as ruas de diferentes capitais brasileiras, pela repercussão internacional do episódio de racismo e pela ampla cobertura da mídia brasileira. Não foi um fato isolado; uma ocorrência fora do habitual. Mas, de alguma maneira, num país em que negros e negras morrem constantemente de formas violentas, aquela morte sensibilizou parte da sociedade e provocou reflexões.

O assassinato de Beto teve grande repercussão não só por conta do vídeo explícito, mas também pelo trabalho da imprensa, demonstrando o poder do acontecimento jornalístico em impactar a sociedade. E os acontecimentos podem surgir de diversas maneiras, segundo Quéré (2012), visto que eles podem estar no plano existencial, mas também como objeto de reflexões e investigações que se convertem em discursos.

O passado não é absoluto, conforme dito por Quéré (2012), portanto o acontecimento não é imutável e pode, no presente, modificar aquilo que já passou. O acontecimento jornalístico é resultado de um processo que deixa marcas na informação final, tendo potencial para alterar circunstâncias do passado, segundo Quéré (2012), e modificar a realidade. O autor afirma que o passado é um presente existencial daquilo que ocorreu, a partir do qual é possivelmente criada uma nova existência desse passado, com implicações para o futuro desse acontecimento, num contexto em que passado e futuro formam o presente.

Propugnamos aqui a necessária relação entre acontecimento e narrativas a partir do aspecto relacional da experiência humana. De acordo com Paul Ricoeur (2010), as narrativas jornalísticas sobre acontecimentos devem ser pensadas para além das estruturas internas de um texto, levando em conta o perfil empírico e a perspectiva acional do jornalismo. As narrativas têm uma dinâmica que pressupõe uma prefiguração simbólica, seguida de uma composição que reúne os acontecimentos e possibilita a refiguração, atualizando sentidos e marcando a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor.

Como toda narrativa pressupõe um processo de seleção e articulação de ideias, fenômenos e acontecimentos, é preciso investigar de que maneira a mídia, no caso específico, o *UOL*, articulou o caso Beto Freitas. De que

maneira a narrativização do acontecimento é apreendida, reverberada e posta em circulação na sociedade? Tendo em vista o potencial do acontecimento em fazer refletir e mover a sociedade para determinados caminhos, foram selecionadas 12 notícias publicadas pelo *UOL*, entre o dia 20 de novembro de 2020, na manhã seguinte ao crime, quando o caso começou a ser trabalhado pela mídia, ao dia 19 de novembro de 2021, para compreender como o caso Beto foi repercutido pela imprensa e de que maneira esse acontecimento afetou a sociedade. Para isso, recorremos a perspectiva adotada por Collins (2015) quando ela define a interseccionalidade como um projeto de conhecimento abrangente, usado para investigar as marcas sociais que revelam as desigualdades, como no caso da problemática de gênero, raça e classe. A partir dessa ótica, associada à discussão sobre a narrativização do acontecimento jornalístico, usamos como referência metodológica para a análise deste estudo qual o tipo de cobertura prevalente: a *específica* ou a *abrangente*. Compreendemos o primeiro tipo como aquele que busca narrar o caso de maneira particular, descolado das questões apontadas por Collins. Já o segundo tipo, o *abrangente*, consegue articular o ocorrido com as questões de gênero, raça, classe, entre outras.

Ao levarmos em consideração a maneira como a cobertura do acontecimento é constituída, teremos condições de sistematizar as informações veiculadas para então realizarmos a análise do *corpus* definido para essa investigação.

O assassinato de Beto Freitas na cobertura do *UOL*

O assassinato de Beto Freitas escancarou o pesadelo que é o racismo no Brasil. Para a Organização das Nações Unidas (ONU)²³ no Brasil, o

23 A nota oficial da ONU Brasil sobre o assassinato de Beto Freitas pode ser lida em: <https://brasil.un.org/ptbr/101792-nota-publica-da-onu-brasil-sobre-morte-de-joao-alberto-silveira-freitas>

caso mostra as desigualdades que podem ser visualizadas na estrutura social do país. Em uma nota na época do crime, a Organização ressaltou os milhões de negros que são vítimas de racismo, discriminação étnico-racial e intolerância no Brasil e ainda enfatizou, ao citar o crime sofrido por Beto, que a cada 100 homicídios cometidos no país, 75 são de pessoas negras, o que mostra a urgência do debate sobre maneiras de minimizar os impactos do racismo numa sociedade racista. O caso repercutiu mundo afora e a mídia brasileira explorou à exaustão a morte de Beto, principalmente nos dias posteriores à execução do crime.

Reconhecendo a influência do *UOL*, um portal que está entre os cinco mais acessados no Brasil, selecionamos 12 notícias veiculadas pelo site, durante o período de um ano, conforme já citado. Abaixo, a Tabela 1 destaca as manchetes das notícias selecionadas e o tipo de cobertura desenvolvida em cada notícia, o que facilita a identificação do material. Nela podemos observar também a distribuição das notícias ao longo do tempo, com sua concentração no dia 20 de novembro de 2020 e ao longo da semana seguinte, com algumas repercussões pontuais em dezembro e ao longo do ano seguinte.

TABELA 1 - Cobertura do *UOL* sobre o caso Beto Freitas

Notícia	Manchete	Cobertura	Data
1	Homem negro morre após ser espancado em supermercado de Porto Alegre ¹	Específica	20/11/2020
2	Apaixonado por futebol, brincalhão e família: quem era João Freitas ²	Específica	20/11/2020
3	'Me ajuda', gritou à esposa homem antes de ser morto por segurança e PM ³	Específica	20/11/2020
4	Homem agredido no Carrefour: "Imagens horripilantes", diz secretário do RS ⁴	Específica	20/11/2020
5	'Repulsa e indignação': a repercussão da morte de homem negro após agressão ⁵	Abrangente	20/11/2020
6	Quem é quem no caso que terminou com a morte de João Freitas no Carrefour ⁶	Específica	23/11/2020

7	Testemunhas do Carrefour apontam Beto como criador de confusões frequentes ⁷	Específica	27/11/2020
8	Caso João Alberto: polícia não vê crime, mas cita racismo como motivo torpe ⁸	Específica/ abrangente	11/12/2020
9	Carrefour diz que multará fornecedor e romperá contrato em caso de racismo ⁹	Específica/ abrangente	28/04/2021
10	Carrefour aceita pagar R\$ 115 mi para evitar ação por caso João Alberto ¹⁰	Específica/ abrangente	11/06/2021
11	Advogados acionam Justiça para mudar destino de indenização do Caso Beto ¹¹	Abrangente	02/10/2021
12	Morte no Carrefour: após um ano, família de João Alberto tenta recomençar ¹²	Específica	19/11/2021

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Cobertura específica

Na contramão do que esclarece Collins (2015), como elementos essenciais para entender a complexidade das relações sociais, a cobertura *específica* se debruça a narrar friamente o acontecimento, se atendo a eventos centrais do caso, como a dinâmica dos eventos que culminaram no assassinato de Beto, por exemplo. Nessa cobertura, não há preocupação em desenvolver uma problematização de um contexto mais amplo, reflexivo e informativo, com detalhes, sobre uma problemática que vai muito além da morte de Beto. A intersecção de poder, tal qual se refere Collins (2015) mostra como há uma série de camadas que culminam em várias formas de exclusão, por particularidades diversas. Neste caso, um indivíduo masculino, negro e pobre apresenta características que, somadas, aparecem no topo das estatísticas do genocídio negro no Brasil.

É por isso que, em grande parte da abordagem do UOL sobre o assassinato de Beto, a cobertura desenvolvida é meramente específica, sem apresentação de um panorama geral da intersecção de raça, gênero e classe, ou ao menos como essas intersecções se revelam na figura

da vítima em questão, fazendo valer o que discute Collins (2015), ao refletir sobre as exclusões pelas quais passam um indivíduo que enfrenta esses entrecruzamentos.

Na notícia 1, com a manchete “Homem negro morre após ser espancado em supermercado de Porto Alegre”, além de não explicitar o motivo banal que resultou na morte de Beto, o UOL não se preocupa em contextualizar o caso em um cenário de inúmeros outros casos semelhantes. Não há qualquer informação sobre outras ocorrências de racismo e assassinato de indivíduos negros, uma realidade tão comum no Brasil. O que pode ser visto é uma apresentação básica dos eventos que aconteceram na noite do crime. A notícia repercute o caso, resumindo como Beto foi morto e quem eram os acusados pela morte. A cobertura informa sobre a prisão dos seguranças espancadores e assassinos, mas não problematiza minimamente o racismo como um elemento central do assassinato. Há apenas uma breve passagem do texto em que diz que o caso foi comparado por internautas com o crime que vitimou George Floyd, também morto num ataque racista.

O UOL repete a mesma dinâmica em quase toda sua cobertura sobre o caso, com cobertura específica, sem a devida contextualização das relações de poder e desigualdade existentes no Brasil. Na reportagem “Apaixonado por futebol, brincalhão e família: quem era João Freitas”, o UOL ressalta apenas alguns aspectos da trajetória de Beto, sendo a primeira reportagem do *site* a incluir o nome dele na manchete. Entretanto, o UOL destaca que a vítima possuía antecedentes criminais por violência doméstica, lesão corporal e ameaça.

Na terceira reportagem, com a manchete “‘Me ajuda’, gritou à esposa homem antes de ser morto por segurança e PM”, o UOL se preocupa novamente em mostrar que Beto era uma pessoa alegre e que supostamente uma brincadeira da vítima teria gerado o impasse que resultou na morte. “Ao chegar ao caixa, o homem acenou para uma segurança. Para Milena, isto teria desencadeado as agressões” (UOL, 20/11/2020), informa o UOL, seguindo com uma cobertura baseada na apresentação do que havia acontecido na noite do crime.

Na quarta reportagem, com a manchete é “Homem agredido no Carrefour: ‘Imagens horripilantes’, diz secretário do RS”, o UOL evidencia a repercussão dada ao caso Beto por lideranças políticas do Rio Grande do Sul, resumindo o que se sabia sobre o assassinato até a ocasião. O mesmo percurso de síntese do caso foi adotado na reportagem “Quem é quem no caso que terminou com a morte de João Freitas no Carrefour”, sendo que a notícia foi publicada quatro dias após a execução do crime, quando já havia diversas informações públicas sobre o caso, assim como toda a repercussão que a morte gerou para determinados grupos ativistas e demais pessoas engajadas por justiça.

O UOL apresenta uma cobertura apenas específica nas primeiras reportagens, sem aparente preocupação em contextualizar a morte de Beto no panorama da violência, da desigualdade e do racismo estrutural. Notamos que há uma repetição de informações: um homem negro que foi assassinado por dois seguranças do Carrefour, sendo que estes foram presos preventivamente após o crime. Não há uma contextualização; um resgate de outras mortes em contextos similares, ou qualquer tipo de informação que consiga recuperar as relações de poder que perpassam esse acontecimento.

Em “Quem é quem no caso que terminou com a morte de João Freitas no Carrefour”, o UOL apresenta os personagens envolvidos no crime. Na notícia, o site destaca, além de Beto, sua esposa, Milena, que estava com a vítima no supermercado e testemunhou o assassinato. O UOL também enfatiza uma fiscal do Carrefour - que não teve o nome revelado e foi identificada como “fiscal de preto” – e que teria alegado que Beto a encarou de maneira furiosa. Uma semana após o crime, com a notícia “Testemunhas do Carrefour apontam Beto como criador de confusões frequentes”, o UOL trouxe como novo elemento sobre o crime a informação de que, segundo testemunhas, Beto tinha o hábito de ir ao Carrefour em estado de embriaguez, supostamente importunando clientes do estabelecimento. Na notícia, o site revela que, de acordo com advogados dos familiares de Beto, os depoimentos foram usados para fundamentar a morte de Beto, pois essa matéria trouxe “antecedentes” que contribuem, de alguma maneira, para desqualificar a vítima. As

informações sobre os antecedentes criminais e as “confusões” iniciadas por ele mais parecem uma tentativa de culpabilizar a vítima por sua morte, considerando o fato que a imagem do negro está sempre atrelada a tudo que há de marginalizado na sociedade. Notamos que o UOL se revelou capaz de recuperar o passado para criar um juízo de valor e propiciar ao público um novo elemento que poderia afetar a construção de sentidos.

Considerando a discussão de Collins (2015), é possível visualizar que as exclusões pelas quais Beto passou em sua vida, por ser um homem negro e pobre, com uma aparência marginalizada, dentro do que se entende como intersecção de poder, foram exclusões que culminaram na exclusão final, aquela que, de tão banalizada e deslegitimada, cada vez mais é reproduzida. O UOL, em sua cobertura específica, além de não enfatizar a morte como um ato referenciado pelo racismo estrutural, não promove uma ligação entre esse evento e as demais características de Beto que respaldam, no viés de um sistema de dominação, tamanha barbárie.

Durante a cobertura, as discussões vão aparecendo sutilmente, com o surgimento de novos detalhes e desdobramentos. Próximo a completar um mês da morte de Beto, o UOL voltou a repercutir o crime, quando divulgou a notícia com a manchete “Caso João Alberto: polícia não vê crime, mas cita racismo como motivo”. A reportagem informa sobre a não inclusão dos crimes de racismo e injúria racial no indiciamento das seis pessoas envolvidas no assassinato. O UOL divulga que, para a delegada Roberta Bertoldo, o racismo estrutural foi um dos fundamentos para qualificação do assassinato por motivo torpe.

Demorou quase um mês para que o UOL promovesse em seu discurso jornalístico que existem situações discriminatórias no Brasil. Apesar disso, o site não intensifica uma problematização sobre o caso, deixando de considerar o fato de Beto ser pobre, o que, somado à questão racial, o colocava duplamente em uma posição de minoria política. Não há uma citação sobre a situação financeira da vítima e sobre como as condições de classe justificam essa morte. Se Beto fosse rico, para além de ser negro, será que ele teria morrido daquela forma?

Já cerca de cinco meses após o crime, o UOL divulgou a notícia com a manchete “Carrefour diz que multará fornecedor e romperá

contrato em caso de racismo”, na qual, novamente, o racismo aparece como uma discussão no texto noticioso. Na reportagem, o site aborda a informação de que o Carrefour teria uma cláusula antirracista em seus novos contratos com fornecedores, em casos de atitudes consideradas racistas. Em “Carrefour aceita pagar R\$ 115 mi para evitar ação por caso João Alberto”, o enfoque é no repasse de R\$68.000.000,00 (sessenta e oito milhões de reais) do Carrefour para a concessão de bolsas de estudo para estudantes negros dos ensinos médio, técnico, superior e da pós-graduação. Entretanto, mesmo assim ainda não apresenta uma abordagem mais abrangente.

Ao resgatar o caso um ano após o crime, o UOL, em “Morte no Carrefour: após um ano, família de João Alberto tenta recomeçar”, resolveu explorar uma nova narrativa: o impacto do crime na vida de familiares de Beto. Com um texto poético, diferente dos demais aqui analisados, o UOL mostrou que a rotina de Milena, viúva de Beto, foi drasticamente alterada pelo trauma desencadeado após o crime. A mulher não mais consegue sair sozinha de casa e vive em depressão. Mesmo ainda morando próximo ao supermercado que foi palco do crime, Milena prefere se deslocar para outro estabelecimento, já que não consegue mais entrar no Carrefour. Explorando o trauma como narrativa, mesmo sem problematizar o racismo e a interseccionalidade, o site conseguiu imprimir, pelos relatos dos familiares, a dor de ser negro num país racista e o peso da intersecção de raça, classe e gênero para um corpo marginalizado.

A análise da cobertura específica do caso Beto no UOL permite a compreensão de que o site foca em uma abordagem restrita e descritiva do episódio, sem se ater a dados estatísticos que revelam a gravidade do racismo no Brasil, como índices de desemprego, violência e assassinatos de pessoas negras. As matérias tratam o caso como um evento isolado e não como um acontecimento semelhante a tantos outros com motivações análogas. Neste momento da análise, fica evidente que o UOL desconsiderou diversos pontos de reflexão que auxiliariam os leitores a entenderem a dinâmica do assassinato. Ao negligenciar uma discussão abrangente sobre o assassinato, o UOL deixa de fornecer

informações cruciais sobre o caso, considerando que, para Collins (2015), a interseccionalidade desvela vários sistemas de poder.

Cobertura abrangente

Observamos que o *UOL* conseguiu, somente em duas das 12 notícias selecionadas para análise desta pesquisa, explorar a cobertura de maneira exclusivamente *abrangente* (COLLINS, 2015). Essa abordagem ocorreu quando houve a consideração sobre as opressões sofridas pela vítima, bem como os entrecruzamentos que alçam essa morte a um cenário caótico e ininterrupto de dominação.

Em “Repulsa e indignação’: a repercussão da morte de homem negro após agressão”, uma das únicas matérias a trazer um pouco mais de contexto para a cobertura, o *UOL* apresenta a questão do racismo, ao replicar algumas falas de lideranças políticas veiculadas nas redes sociais, como a afirmação de João Dória, governador de São Paulo, que qualificou o episódio como “cenas de racismo”, além de um tweet de Manuela d’Ávila, à época candidata à prefeita de Porto Alegre, enfatizando que “o racismo que estrutura as relações de nossa sociedade precisa ser enfrentado de frente. As mulheres e homens brancos precisam assumir a sua responsabilidade na luta antirracista...”. Uma nota da Anistia Internacional no Brasil também aparece na matéria, lembrando a data celebrada naquela ocasião, bem como categorizando Beto como mais uma vítima do racismo estrutural no Brasil.

Já em outubro de 2021, próximo a completar 11 meses do assassinato de Beto, o *UOL* informa, em “Advogados acionam Justiça para mudar destino de indenização do Caso Beto”, que advogados negros tentavam, por meio de uma intervenção na Justiça do Rio Grande do Sul, mudar a forma como seriam usados os R\$ 115 milhões destinados pelo Carrefour a reparar problemas na esfera étnico-racial no Brasil. Usando as falas de advogados de coletivos negros, o *UOL* mostra que

não houve um interesse do Carrefour em dialogar com as frentes do movimento negro sobre a aplicação da quantia milionária. Essa é uma rara exceção na cobertura do UOL em que o racismo surge como narrativa, por meio das declarações das fontes especializadas. Diferente da última notícia selecionada para análise, com a manchete “Morte no Carrefour: após um ano, família de João Alberto tenta recomeçar”, quando o UOL narrou como estava a vida dos familiares de Beto um ano após o crime. Concordamos com a reflexão de Marta Maia e Dayane Barretos (2022) de que quando o jornalismo consegue, de fato, se aproximar da realidade vivenciada pelas vítimas e seus familiares, contextualizando o problema e complexificando os relatos, consegue “ir além de uma cobertura dicotômica dos fenômenos que se limita a apresentar uma vítima e um algoz em um exercício simplista de descrição das violências somente por meio de dados e estatísticas, e com uma abordagem meramente individual do problema” (p. 51). Portanto, mesmo apostando no drama da viúva Milena, de João Batista, pai de Beto, e de Thaís Freitas, filha de Beto, o UOL não consegue trazer uma dimensão mais contextualizada do acontecimento, tanto que sequer chega a citar a palavra racismo no corpo do texto.

Nas duas notícias, vale ressaltar, por mais que o racismo apareça como uma discussão, principalmente por meio das falas de especialistas, não há a devida abrangência que um caso, como a morte de Beto, poderia alcançar. Considerando que os sistemas de intersecção de poder agem para dominar, conforme afirma Collins (2015), o UOL não especifica claramente que a vítima sofreu diversas exclusões ao longo de sua vida, exatamente por ser quem era: um homem negro e pobre. Essas exclusões se manifestam como opressões cruzadas, dentro de uma estrutura de poder, na qual indivíduos que pertencem a grupos minoritários são atingidos, de formas distintas, a depender da combinação de elementos que levam à intersecção.

O modo como se organiza a sociedade interfere nas formações sociais, segundo Collins e Bilge (2016), quando discutem sobre a interseccionalidade como uma investigação das relações de poder e como influenciadora das relações sociais. Em uma sociedade diversa,

a vida cotidiana é afetada pelas experiências individuais. Então, como cada indivíduo ocupa um lugar diferente dentro dessa estrutura, a interseccionalidade busca entender a complexidade do mundo e dos sujeitos. Como o UOL descarta a apresentação sobre Beto e sobre o assassinato como uma resposta do sistema de poder, as notícias não conseguem caminhar para um ponto em que a experiência humana pode ser refletida, tanto em relação ao assassinato como um acontecimento, como em relação ao modelo de sociedade na qual estamos inseridos.

Considerações finais

Notamos, de modo geral, uma intensa disputa narrativa sobre o ocorrido. O comentário do vice-presidente da República, Hamilton Mourão, que afirmou de maneira inequívoca que “para mim, no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui”²⁴, está ancorado no imaginário de que não há racismo no Brasil. Entretanto, inúmeras outras pessoas públicas condenaram o ocorrido. Ao trabalhar com a repercussão do assassinato de Beto Freitas, o *UOL* dá espaço para posicionamentos de figuras públicas sobre a morte e sobre o racismo como pano de fundo do crime, mesmo sem assumir em seu discurso jornalístico uma necessidade de problematizar o racismo e a desigualdade social, pela ausência de dados que poderiam mostrar o impacto dessa situação na sociedade brasileira.

Há uma lógica evidente na dinâmica da morte de Beto: ser negro, num país racista como o Brasil, é ser perigoso; alguém que potencialmente pode se tornar uma ameaça pública. O *UOL*, ao dar visibilidade para a cobertura do assassinato de Beto, mostra um pequeno esforço de mostrar a impunidade nos casos de pessoas negras assassinadas. Inclusive, embora os dois seguranças assassinos estejam presos preventivamente desde o

24 <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/morte-de-negro-em-supermercado-no-rs-veja-repercussao.ghml>

crime, o julgamento deles e dos demais envolvidos, que se encontram em liberdade, ainda não aconteceu. É importante perceber o esforço do jornalismo *mainstream* para se renovar e atender novas demandas, inclusive por questões de audiência, já que a sociedade tem outros dispositivos comunicacionais interativos à disposição. Ao mesmo tempo, é possível notar o aspecto restritivo da cobertura.

O caso Beto Freitas está inscrito num contexto causal e social (FRANÇA, 2011) que é o racismo, assim como a violência sistêmica no Brasil. Racismo e violência são narrativas em disputa nas mais diversas camadas da sociedade, na morte de Beto e nos assassinatos de tantos outros indivíduos negros e pobres. E isso tem ligação também com as questões de classe, pois, como afirma Almeida (2018), a intersecção entre raça e classe está essencialmente ligada à desigualdade. A morte de Beto Freitas não é um caso isolado. Ela faz parte de uma história de violência e opressão que remonta à escravidão, que nunca foi devidamente reparada. O racismo, enraizado na cultura brasileira, é tão presente que muitas pessoas o consideram normal. Os negros são frequentemente vistos como inferiores, subalternos e criminosos, e a polícia age com violência e truculência em bairros pobres e favelas, que são em sua maioria habitados por negros.

Ao resgatar o caso ao longo dos meses, o *UOL* reativa memórias e mantém a morte de Beto no imaginário social. É por isso também que o acontecimento Beto ainda está em desenvolvimento num país pautado pela intersecção de poder. O caso se assemelha a outros diversos, mantendo relação com as políticas de enfrentamento ao tráfico de drogas, que mais parecem medidas institucionais de extermínio da população negra, respaldadas numa lógica racista de que o perigo está nas favelas, por exemplo. Essas narrativas perpassam todas as mazelas sociais que são atribuídas à questão étnico-racial no Brasil (MENDONÇA, 2021).

Este trabalho permitiu então compreender os recursos narrativos acionados pelo *UOL* no processo de individuação do caso Beto Freitas. Notamos que a cobertura tratou o acontecimento de maneira isolada, descolada do caráter sistêmico que esse tipo de violência segue sendo perpetrado à população negra brasileira. Consideramos que a discussão

sobre o racismo e a pobreza no país não podem ser desconsideradas na análise que envolve o assassinato de uma pessoa negra. Afinal, essa é uma das situações-limite, entre outras formas de preconceito e injustiças, que constantemente ocupam as manchetes dos veículos de comunicação. Quijano (2005) nos alerta sobre a matriz colonial do poder, o que remete a ideia de hierarquização e lugares distintos desde o período da colonização do país. Ele argumenta que pela colonialidade do poder tem-se o controle da economia, da autoridade, do gênero, da sexualidade, da natureza e dos recursos naturais, do conhecimento e, ainda, um controle étnico-racial.

A narrativização do acontecimento Beto Freitas conferiu ao episódio e seus desdobramentos um viés distinto ao caráter racista do acontecimento. Verificamos um avanço na pauta midiática ao reverberar o ocorrido de maneira constante, entretanto, na maioria das matérias analisadas a questão do racismo e da pobreza como fatores determinantes para o assassinato não prevalece. É o que podemos notar a partir do procedimento metodológico adotado. Na análise sobre a cobertura *específica*, por exemplo, foi possível identificar que o UOL optou por explorar o caso de modo factual, sendo as circunstâncias brutais do assassinato o principal foco das notícias analisadas, o que estabeleceu a violência como um dos quadros de sentido do acontecimento Beto, a julgar pelo enquadramento do site nos eventos que se sucederam. Com o uso de fontes institucionais e sem a pretensão de dar voz às lideranças do movimento negro e demais estudiosos das questões étnico-raciais e sociais, o site se mostrou descompromissado em proporcionar um panorama sobre o impacto dos indicativos que as mazelas sociais causam à sociedade.

Toda a mobilização em torno do caso mostra que, considerando a caracterização como um problema público (FRANÇA, 2011), parte da população está cansada de ter que reivindicar direitos básicos e de ter que vivenciar tantas histórias de covardias contra pessoas negras e pobres, uma realidade comum nos noticiários. Ao analisar as matérias do ponto de vista cronológico, podemos concluir que o UOL buscou ampliar um pouco mais a cobertura graças à ampla repercussão do

caso, que, inclusive, colaborou para que medidas fossem tomadas pelo Carrefour para combater o racismo dentro de suas instalações. Apesar disso, para além das medidas adotadas pela empresa após o crime, o Carrefour mantém a desigualdade étnico-racial em seus cargos de chefia²⁵.

Quando os meios buscam narrar o acontecimento de forma factual, sem problematizar ou recuperar elementos históricos que fazem parte da narrativa, acabam trabalhando com um enquadramento específico, no qual tópicos contextuais do caso são ignorados ou negligenciados. Não adotamos aqui uma postura midiacêntrica, que desconsidera o papel de outras instituições na manutenção do *status quo*, mas reconhecemos a importância dos meios de comunicação no imaginário social. Beto poderia não ser mais um nas estatísticas do Mapa da Violência, mas como indivíduo negro e pobre num país racista e desigual como o Brasil, sofreu os efeitos de tal realidade. Beto não teve a sorte de nascer com os privilégios conferidos pela branquitude. Assim, sua morte não foi estampada pelo *UOL* como fruto dessa situação de iniquidade secular.

Referências

- ALMEIDA, Sílvio. L. de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. 1. ed. Cambridge: Polity Press, 2016. v. 1
- COLLINS, Patricia. H. Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, 41. 2015, p 1-20. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073014-112142>.
- FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

25 A notícia pode ser lida em: <https://www.terra.com.br/nos/apos-assassinato-de-homem-negro-carrefour-mantem-desigualdade-racial-em-cargos-de-comando,e a2ab4035af27d2e8e3b5a82afec6ab1v7jgsmxk.html>

- FRANÇA, Vera. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. *Caleidoscópio*, (Lisboa), v. 10, p. 59-72, 2011.
- KYRILLOS, Gabriela. M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 1, 2020.
- LAGE, Leandro. Notas sobre narrativa e acontecimento jornalístico. In.: LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A. de. (Orgs.). *Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas*. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 227-245.
- MAIA, Marta R., BARRETOS, Dayane. do C. A potência mediadora do testemunho na configuração dos relatos jornalísticos sobre a violência contra mulheres na série *Um vírus e duas guerras*. *Sur Le Journalisme*, 2022, p. 76–89. Disponível em: <https://revue.surlejournalisme.com/slj/article/view/491>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- MENDONÇA, Pedro H. M. *O assassinato de Beto Freitas no Carrefour: racismo, genocídio e a construção do acontecimento jornalístico nos sites G1 e UOL*. 2021. 181 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.
- QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, V.; OLIVEIRA, L. de (Orgs.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 39-51.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In. CLACSO (ed). *Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas*, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 02 nov. 2022.
- QUIRINO, Kelly; MOURA, Dione. Enquadramentos Midiáticos, Interseccionalidade e o Genocídio de Jovens Negros Brasileiros: análise comparativa entre notícias e textos de opinião acerca da Chacina de Costa Barros, RJ, na Folha de S. Paulo. *ECO-Pós*, 2019, p. 191-222. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/10. Acesso em 15 dez. 2021
- ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. In: *Revista Famecos*, v. 21, n. 3, p. 918-942, setembro-dezembro 2014.

Apelo por Ghislaine Lefèvre: anarquivar o primeiro crime passional nas tramas históricas do jornalismo

Karina Gomes Barbosa

Introdução

Este texto nasce de uma nota de rodapé, que suscitou um movimento anarquivístico sobre um documento histórico. O gesto anarquivístico tem sido uma estratégia feminista para desestabilizar, remexer, (re)visar, reescrever os arquivos – e dessa forma reinscrevê-los no presente – como gesto de sobrevivência, conforme conclamava Adrienne Rich (2017). Os gestos de anarquia, que não são exclusivos dos feminismos e têm sido efetivados por levantes de sujeitos, sujeitas e sujeitxs subalternizados, compreendem os arquivos não como dispositivos de um passado distante, estabelecido e pacificado. Em vez disso, percebem-nos como campos de disputa de sentidos e temporalidades, tendo algo a dizer sobre o presente a partir do passado e, também, como documentos de passados sempre passíveis de serem relidos, reinterpretados e ressignificados.

É em contexto similar que Márcio Seligmann-Silva (2021, p. 88) conclama pensarmos “uma memória que seria uma outra versão da história: uma verdadeira contra-tradução empoderadora da tradição, uma autêntica escrita a contrapelo, no sentido benjaminiano do termo”. À frente, o autor chama esse método de desoutrização de “interromper, explodir e barrar” (2021, p. 89) a continuidade das narrativas coloniais; um processo de produção de consciência que alicerça movimentos de resistência. Tais gestos partem de experiências, corpos e subjetividades de sujeitos outrizados, e revelam que “todo saber é estruturado a partir

de personagens que vivem em sociedade, atuando nela e sofrendo suas coações” (Seligmann-Silva, 2021, p. 90).

Esse gesto decolonial de explosão, resistência e interrupção se aproxima de movimentos efetivados pelos feminismos há algumas décadas. Os estudos feministas buscam uma leitura a contrapelo da história a partir de tais gestos de anarquivamento, que embaralham/desembaralham temporalidades a partir de novas visadas sobre os arquivos, não apenas para recuperá-los, mas para subvertê-los (Callaham, 2010); para construir novas modalidades narrativas (Gomes Barbosa; Mendonça, 2021), para fabular outros tempos, outras possibilidades; para denunciar o presente; para explodir a história (Benjamin, 2020) para buscar reparações.

Lançar-se sobre a história, sobre o tempo, para estilhaçar o mito do progresso, é tarefa urgente para os feminismos, a fim de lutar por um devir utópico de justiça. Isso porque a experiência de ser mulher, sob o patriarcado, é historicamente constituída pela possibilidade de ser violentada (Despentes, 2016, p. 35): “um risco inevitável, inerente à nossa condição de meninas”. Mais que isso, diz a autora: a mulher está sujeita a violências diversas sobre seu corpo, e não pode se defender delas. “É necessário que permaneça aberta, e com medo, uma mulher” (2016, p. 40). Tal possibilidade é exponencialmente aumentada a partir da emergência do capitalismo (Federici, 2017) como regime econômico, social e político. Sob o patriarcado, um corpo é percebido/concebido como território de posse do masculino (Segato, 2003). Assim, seja como objetos de tráfico entre os homens, primeira máquina capitalista, bruxas, revolucionárias, históricas, dissidentes, destinatários de ódio, entre outros, corpos femininos sempre estiveram, e ainda estão, sob a ameaça da violência do patriarcado. Algumas mulheres – negras, indígenas, racializadas, trans, pobres, lésbicas, com deficiência – sentem essa ameaça ainda mais latente ao tentarem se mover no mundo.

As mudanças trazidas pelos movimentos feministas desde sobretudo o século XX, bem como por reivindicações interseccionais e decoloniais, dentre outras interpelações e tensionamentos, não conseguiram, ainda, transformar tal panorama – apesar de conquistas reais e significativas.

O ser-mulher, portanto, tem sido permanentemente um caos, a partir de uma perspectiva que enxerga a história não como progresso e telos, como a flecha do tempo, mas como barbárie (Löwy, 2005). Uma perspectiva, enfim, que percebe o modo linear de construir a história – e a historicidade – como elementos do patriarcado (Le Guin, 2020) deletérios à experiência das mulheres no mundo e à existência de narrativas diversas. Contra a jornada do herói de início, meio e fim, o gesto anarquivístico desarranja a linearidade narrativa em prol de um acionamento do passado, por meio do arquivo, no tempo presente para embaralhar o tempo e questionar a unicidade da história que nos tem sido ensinada sob pretexto de verdade.

É deste lugar que, neste texto, busco realizar uma leitura feminista anarquivística da defesa do feminicida francês Joseph Gras, do final do século XVIII (Bellart, 1827), e da cobertura jornalística desta. Gras assassinou com 22 facadas sua noiva, a “viúva Lefèvre” (sic), e é citado em uma discreta e sugestiva nota de rodapé de Michel Foucault em *Vigiar e Punir* como o homem que suscitou aquela que “pode ser considerada a primeira defesa por um crime passionnal” (2014, p. 99) após a reforma judicial que institui o Código Penal de 1791, o primeiro da França. A peça jurídica em favor de Gras foi proferida pelo jurista Nicolas-François Bellart, em 1792, durante o segundo julgamento do crime, ocorrido na noite de 20 de setembro de 1791.

O “Plaidoyer pour Joseph Gras, Accusé d’Assassinat” (Apelo por Joseph Gras, acusado de assassinato) é utilizado aqui tal qual surge no Tomo I das *Obras de N.F. Bellart*, publicadas em 1827 em Paris. A fonte de Foucault, conforme anota o autor, foi a versão de 1823 dos anais da ordem dos advogados franceses com a publicação das ditas obras-primas de eloquência judicial na França. Os manuscritos de Michel Foucault disponibilizados pela *Édition de Manuscrits et d’Archives Numériques* (E-Man), no projeto *Foucault Fiches de Lecture: l’archive de Michel Foucault à l’ère du numérique* mostram que ele consultou ainda, a respeito do assunto, a *Gazette des Tribunaux*. É dessa fonte que obtive a idade de Gras – ainda que uma das fontes jornalísticas ofereça outro dado.

Coloco estes documentos em diálogo com a cobertura jornalística realizada por veículos franceses do julgamento e da sentença, entre fevereiro e março de 1792. A cobertura realizada pelos veículos enuncia/inaugura um discurso que, séculos depois, ainda constitui o cerne da narrativa jornalística acerca da sexualidade feminina: de controle, disciplina e julgamento (Foucault, 1999). Centro minha investigação nos modos pelos quais os discursos arquivados – e des/anarquivados pelos feminismos – reverberam entre temporalidades em redes de poder-saber (Foucault, 1999a) como o judiciário e o jornalismo, que constituem violências contra as mulheres e/ou amplificam outras violências.

Um fantasma

Foucault entrou em contato com a defesa de Joseph Gras feita por N.F. Bellart como pesquisa para a escrita de seu segundo livro, *História da loucura na Idade Clássica* (1978), conforme os fichamentos manuscritos do autor (Figura 1). De fato, naquele livro Foucault desenvolve com mais vagar o que, mais tarde, em *Vigiar e Punir* (o antepenúltimo), retoma apenas por pistas. Em *História da Loucura*, Foucault conta que Gras era operário e tinha 52 anos, e havia sido condenado à morte por “ter assassinado sua amante (sic), surpreendida por ele em flagrante delito de infidelidade” (1978, p. 494); “[um] velho de 52 anos, acusado de haver matado, por ciúmes, uma amante (sic) de vida duvidosa” (1978, p. 495). O que Foucault chama de “caso Gras” (que eu denomino de caso Le-fèvre) teria constituído a primeira vez em que uma causa passional chegava a um júri: “remetendo-se um gesto de violência à violência da paixão, isolando sua verdade psicológica em estado puro, situa-se num mundo de cegueira, de ilusão e loucura que se esquia à sua realidade criminal” (1978, p. 496).

FIGURA 1. Notas de Michel Foucault sobre o caso Lefèvre a partir da leitura da Gazette des Tribunaux.

590

L'affaire Gros.

(Gazette des Trib. T^{III} 1319
19)

Gros, ouvrier, 52 a, assassiné de 22
coup de couteau, se défendit qu'il trouva
sur le corps d'un autre.

condamné à mort en 1834;
défendu par Bellart en appel. Cette
est la première fois qu'il fut
publique.

B. c/4 se permit de raconter
qu'il fut soigné par des prêtres,
sans le cacher. (B.F. 1319)

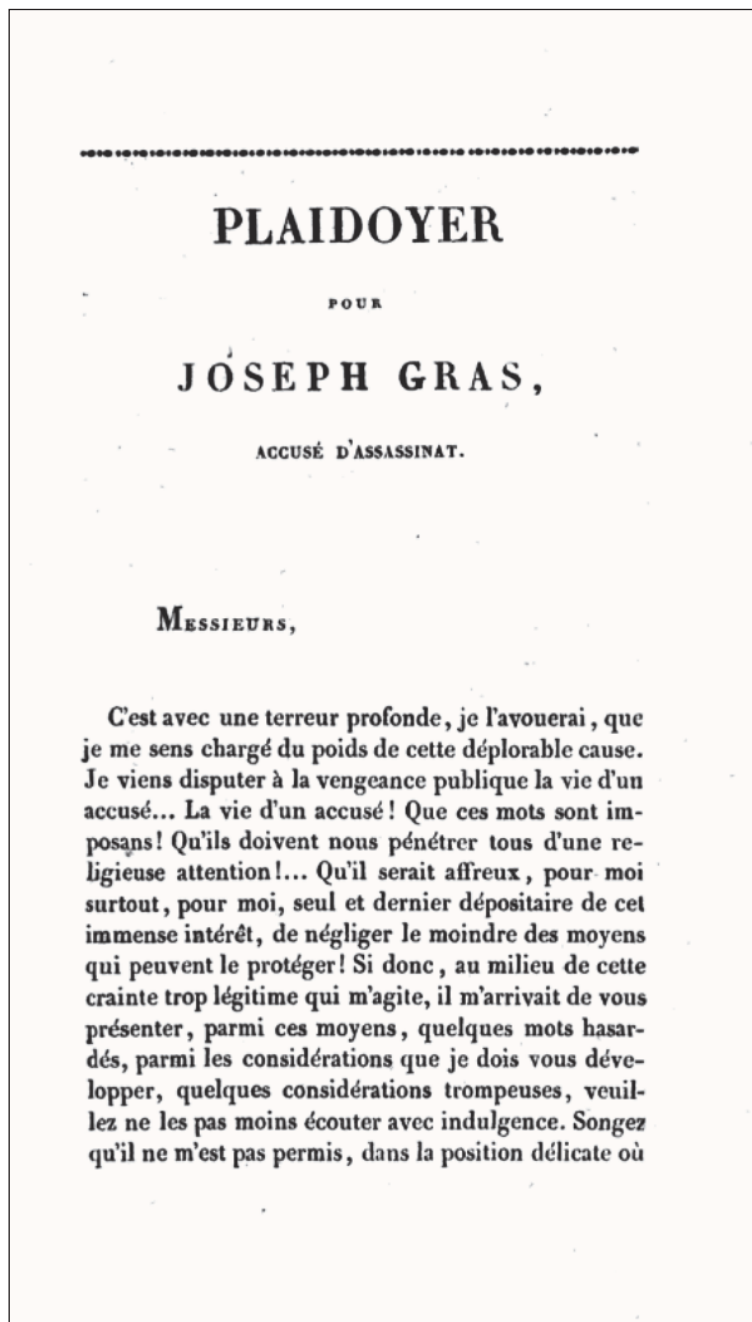
"Mon 1er motif fut que je
sentais le froid. Ce sentiment de
froid était d'instinct, en ce moment
me sentais d'air supérieur et me
ressentir, les larmes aux yeux de dépit
leur pureté. Je résistais fort. L'instinct
m'aurait dit en résistant à toute force.

Fonte: Foucault fichas de lecture.

Ou seja, é a primeira vez que a ideia de crime passional é acionada no âmbito judiciário para defender um homem que matou uma mulher. É assim que o desatino, a loucura, a insanidade, se torna inocência diante de uma violência extrema cometida contra um corpo feminino. Para Foucault (1978, p. 497), a defesa produzida por Bellart (Figura 2) coloca em cena “todo o novo enfoque da questão da pena, do julgamento, do próprio sentido do crime por uma psicologia que coloca secretamente a inocência da loucura no coração de toda verdade que se pode formular a respeito do homem”. O código de 1791, no artigo 9 da seção II, que trata dos crimes contra pessoas, afirma que homicídios resultantes de provocações violentas podem ser desculpáveis, e em vez da morte (punição prevista para assassinatos), estabelecia-se uma pena de 10 anos. Essas provocações violentas estão na base da argumentação de Bellart, que questiona também a premeditação – outro qualificante para a pena capital – do crime a partir do artigo 8 da mesma seção.

Por esta tese, a provocação violenta desalojaria o sujeito de sua racionalidade, o que Bellart chama de “momento de delírio” (1827, p. 76). Gras teria, então, cometido o crime na ausência de razão, diz a defesa, possuído por uma paixão irresistível. Na narrativa construída pelo advogado e defendida no tribunal, Gras era um viúvo solitário, a quem Lefèvre “ofereceu-se aos seus desejos que apenas pediam para se estabelecer” (1827, p. 78); Gras foi tomado por um amor arrebatador, que o levou a sacrifícios financeiros e planos de casamento. Era tratado pelos amigos – que se opunham à ligação “indigna” – como “pobre homem”, honesto, enganado e apaixonado. Lefèvre, por outro lado, é descrita como uma mulher de vida desonrada, objeto de boatos por parte dos vizinhos por sua conduta escandalosa. Bellart a chama de mulher licenciosa, não merecedora das atenções de Gras.

FIGURA 2. primeira página da peça de defesa de Gras publicada por Bellart.



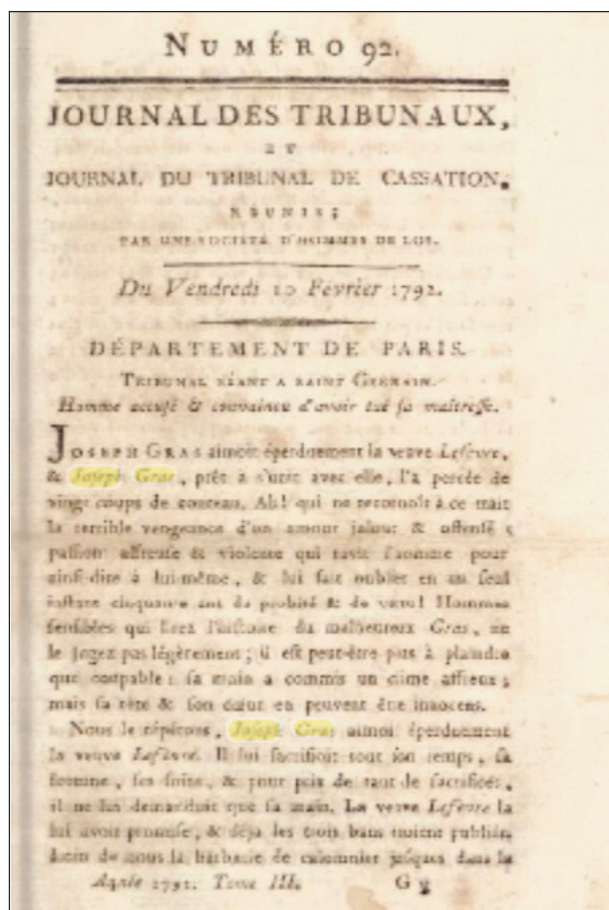
Fonte: Google Books

Segundo o advogado, a história foi a seguinte: Gras era um homem solitário, sem filhos, que havia perdido a mulher há algum tempo, de vida pacata até conhecer se apaixonar por Lefèvre, também viúva. Enamorado, chegou a se endividar para bancar luxos à viúva. O casamento foi marcado e remarcado, os proclamas já haviam corrido. Vinha sendo avisado por amigos sobre a inadequação dessa ligação, até que uma mulher, velha conhecida, o alertou (na Pont-Neuf) sobre o adultério que ocorria naquele momento. Ele corre, então, para o apartamento da viúva e vê um homem subindo. Perturbado, perambula e volta para casa. Isso foi no dia 19 de setembro. Na manhã seguinte, acorda disposto a ir trabalhar e a dissipar suas suspeitas infundadas, mas não consegue. Bebe muito, vai a cabarés com os amigos, à casa de um e outro, até que por volta das nove da noite chega à porta da mulher. Espia por uma janela de onde se tem a visão do quarto dela, no terceiro andar, e escuta. Por mais de uma hora anda da porta à janela e de volta. Penaliza-se, rememora tudo que fez por ela, sente-se já como marido com direitos sobre ela (pois já haviam feito sexo). De repente, a porta se abre e ela dá um adeus carinhoso ao rival. Ele se lança sobre a mulher e desfere 22 facadas contra ela, com uma faca que carregava consigo (de acordo com Bellart, por motivos profissionais, não como indício de premeditação do crime). É agarrado e contido por populares enquanto perseguiu o homem.

Foi condenado à morte no primeiro julgamento, e é contra essa sentença que Bellart recorre – e vence. Gras foi condenado, então, a 20 anos de prisão, tendo sido a premeditação desconsiderada (há, aqui, uma contradição entre os arquivos dos jornais e as memórias de Bellart, que afirma que o cliente foi condenado à prisão perpétua). Morreu nos massacres da revolução francesa de setembro de 1792, no que a nota posterior de Bellart classifica como exemplo de justiça divina. Nas páginas do *Journal des Tribunaux et Journal du Tribunal de Cassation de 10 de fevereiro de 1792* (Figura 3), o crime é descrito assim: “[...] esfaqueada com 20 facadas, doze das quais foram desferidas pelas costas, uma mulher viúva com quem ele havia se envolvido três meses antes, facadas das quais a dita mulher morreu pouco depois,

crime que Joseph Gras cometeu quando um homem fortuito adentrou o quarto da mulher” (1792, p. 482). A abertura do texto indica que ele é claramente a fonte primordial para a cobertura jornalística dos dias seguintes. A abertura do texto diz: “Joseph Gras amou perdidamente a viúva Lefèvre [...] ah, quem não reconhece nesse caso a terrível vingança de um amor ciumento e ofendido, paixão segura e violência que encanta o homem, e o faz esquecer em um momento 50 anos de probidade e virtude!” (1792, p. 469). Diz ainda o texto que a mão cometeu um crime horrível, mas a razão e seu coração são inocentes. Em seguida, a peça se ancora quase integralmente na defesa de Bellart.

FIGURA 3. primeira página da transcrição do feminicídio de Ghislaine Lefèvre no *Journal des Tribunaux* de 10 de fevereiro de 1792.



Fonte: Biblioteca Nacional da França

Ao longo de toda a peça jurídica de Bellart (bastante extensa), a mulher assassinada por Joseph Gras numa noite de setembro não é delineada como personagem na narrativa construída pelo advogado; é como um fantasma que assombra o texto/o presente como a primeira vítima de feminicídio cuja vida foi destruída no tribunal a fim de livrar o homem que a matou da degola. O primeiro crime reivindicado como passional pelo patriarcado. Ainda que não se trate de texto jornalístico ou literário, o saber jurídico enunciado pelo texto da defesa nega à vítima qualquer possibilidade de humanização. Não sabemos o primeiro nome dela, referenciada apenas como viúva Lefèvre; sua idade, “entre trinta e quatro e trinta e seis anos” (Bellart, 1827, p. 78). Seu endereço, rue des Arcis, em Paris, é revelado apenas na medida em que é o local do crime. A razão de sua viuvez é igualmente desconhecida.

Quem era, na narrativa construída por Bellart, a “viúva Lefèvre”? Uma mulher infeliz, licenciosa, de desordem moral, que havia se prostituído e era, portanto, indigna do amor professado por Gras. Sua má conduta era libertina, um escândalo. Ainda usurpou do pobre Gras suas economias e penhorou os móveis dele, incluindo prataria, um relógio e um móvel ao qual ele tinha apego. Diz Bellart que “a viúva se comportou da pior maneira possível, e recebeu outro homem em sua casa à noite” (1827, p. 83). Nesse e em outros textos, é tratada como amante de Gras. Nos registros de Foucault sobre o caso, sequer é mencionada – um crime sem vítima. Para além de desarquivar esse texto, exerço, já aqui, um movimento de explodi-lo em sua lógica patriarcal e convoco o fantasma da mulher à minha frente: diante de uma identidade apagada pelos homens, esquecida nos documentos, restituirei um nome. Chamarei a vítima de Ghislaine Lefèvre, jovem viúva parisiense de cerca de 34 anos, noiva de Joseph Gras, tendo em vista que os proclamas do casamento já haviam corrido e que promessas haviam sido trocadas.

Dos arquivos extraio, então, que Ghislaine Lefèvre traía seu noivo com pelo menos um homem, comprovadamente – o que

Gras viu no quarto), escandalizava os vizinhos com sua conduta, extraía dinheiro de Gras, adiava o casamento repetidamente. Para além disso, nada. Sua presença na narrativa de Bellart sobre o crime ganha mais materialidade, contraditoriamente, quando Ghislaine é um corpo morto, sem vida:

No mesmo momento, ele é confrontado pelo policial, com o cadáver, em uma sala onde ainda corre o sangue que acabou de derramar. Diante desse espetáculo horrível, as paixões que o haviam arrebatado são despertadas. Amor e fúria seguem e se fundem. Ele dirige a este cadáver ora imprecações, ora tocantes repreensões, ora até, que mistura horrível!, carícias. Ele quer correr para o corpo e beijá-lo, e é só puxando-o para longe que ele finalmente consegue recuperar sua paz de espírito. (Bellart, 1827, p. 104)

Elisabeth Bronfen (1992, p. 3, trad. minha) aponta algo que salta aos olhos no trecho acima: que “representações da morte feminina operam no princípio de serem tão excessivamente óbvias que escapam à observação. [...] tão familiares, tão evidentes, estamos culturalmente cegos à ubiquidade das representações da morte feminina”. É nesse contexto que o corpo feminino de Lefèvre deixa sua condição de presença etérea, impalpável, que permeia o texto, e assume uma forma estética perfeita, imaculada – justamente por ser um corpo morto, “solidificado em um objeto de arte” (199, p. 5) como nesse caso, um *tableau* de dita paixão trágica. O corpo morto de Ghislaine materializado no texto, demarcado como cadáver, também assegura (a Gras, a Bellart, à masculinidade, ao patriarcado) um afastamento seguro em relação à insegurança que a ameaça da sexualidade feminina representa – ameaça que, por sua vez, levou justamente ao feminicídio da mulher. Na leitura do quadro *Der Anatom*, de Gabriel von Max, Bronfen (1992) aponta que a contemplação do cadáver feminino pelo homem afirma o status dele como sujeito. Algo similar ocorre nessa narrativa, em que o trecho é sobre o cadáver, mas é também sobre a contemplação, a masculinidade e a sobrevivência de Gras.

Culpada

Ao mesmo tempo enunciada como motivo para o crime e justificativa para seu parcial excludente de ilicitude, a conduta de Ghislaine Lefèvre é o que legitima e permite ainda, segundo Bellart, o fato de Gras se sentir na posse desse corpo-território, como um marido teria direito, pois – especula o defensor – as horas em que Gras a visitava fazem supor que os dois mantinham relações sexuais. Logo, a posse – demarcada pela penetração sexual do corpo da mulher – explicaria e justificaria o comportamento irracional, louco, desculpável, que levou Gras a esfaqueá-la 22 vezes, visto ter sido essa posse invadida/ usurpada e desrespeitada por outro homem. “Gras, em meio às mesmas circunstâncias de um marido, deve, portanto, ter sido acessível às mesmas paixões” (Bellart, 1827, p. 106).

Na circunstância do feminicídio, Gras estava, diz Bellart, “violentamente pressionado por uma névoa de sentimentos confusos que, nesses momentos cruéis, transtorna todo o seu ser, pelo ciúme [...], pela raiva que queria explodir, [...] levado pelo amor, fracamente contido pela razão, finalmente determinado pela embriaguez” (Bellart, 1827, p. 85). Era uma tempestade de paixões, que se apossou de um homem, de resto, profundamente probo, inculto, simplório e honesto. A persuasão do advogado pelo espírito puro de Gras é tamanha que, antes relutante em defendê-lo no recurso, ele acaba por aceitar o pleito dos amigos dele: “Meus olhos finalmente se abriram, apesar do meu preconceito. Compreendi que este não podia ser um monstro, a quem tantos pobres mas honestos haviam jurado sentimentos tão ternos e quase heróicos” (1827, p. 89). O que Bellart defende é que, tomado por fúria, exaltação, amor e desespero, não poderia ter havido premeditação da parte de Gras, visto que esta requereria o uso racional da mente: “excessos escapados à mais furiosa, à mais desordenada de todas as paixões, àquela que nos deixa o menor poder de nós mesmos, quando nos agita?” (1827, p. 92). A paixão violenta obnubilaria qualquer cálculo e impediria a premeditação, visto que

emerge no instante, é fruto do presente e irrompe inesperadamente, rasgando a temporalidade. Anula também a culpa, pois o apaixonado não sabia o que fazia. Assim, a primeira sentença capital, proferida contra um louco, foi cruel.

O defensor usa adjetivos como delírio, loucura, cegueira, tormento, fúria, e aproxima o acesso que teria tomado conta de Gras à embriaguez (o feminicida estava, de fato, bêbado no momento do crime). Mas qual o motor do momento de loucura que suscita o cometimento de um assassinato? Nos motivos dados por Ghislaine Lefèvre, a verdadeira culpada de toda essa tragédia: nos cálculos falsos sobre a felicidade aos quais o induziu, no engodo, na lascívia, na traição, no excesso de direitos obtidos por Gras pela natureza da relação deles, mesmo antes do casamento. Ao discutir o feminicídio de Ângela Diniz por Doca Street, em 1976, Carla Rodrigues (2020, s/p) aponta como a defesa do feminicida construiu, para a vítima, o tropo da mulher fatal: “sintagma importante nesse contexto porque joga com a ambiguidade entre ser fatal como objeto de amor e ser fatal para si mesma, uma mulher capaz de provocar sua própria morte”. Historicamente, diz Rodrigues, o feminicídio tem sido autorizado pela lei ou pelo comportamento da vítima – às vezes, como no caso de Gras, por ambos.

O gesto que desarquiva a defesa de Gras e anarquiva este texto sob o contexto de uma leitura feminista, que o coloca em diálogo com outras fontes históricas mas também com textos que não compartilham da mesma temporalidade, me permite perceber algumas estratégias narrativas pelas quais a defesa do feminicida Joseph Gras, efetuada por Bellart na corte parisiense, opera. A primeira delas é um obscurecimento de Ghislaine Lefèvre como sujeito, sem direito a história de vida ou qualquer elemento que lhe dê contornos humanos e palpáveis como vítima de feminicídio. Ela é um fantasma que assombra o texto, uma presença quase indetectável, imaterial, e cujo corpo, em vida, ameaça a masculinidade de Joseph Gras (e dos homens, de modo geral, em uma sociedade patriarcal): uma mulher que não respeita os limites da posse de seu corpo estabelecida pela penetração sexual não pode sair impune, sob risco de desestabilizar a ordem sexual. Deve, portanto,

morrer/ser morta. Seu corpo apenas ganha materialidade como cadáver, fixado na morte e contido em sua ameaça.

A esse espectro corresponde uma segunda estratégia, um apagamento civil, em que Ghislaine perde direito até ao nome próprio. Trata-se de um borrão, uma mancha, uma mulher demarcada triplamente no texto apenas por sua relação com os homens: viúva (de um marido anterior, o Lefèvre que carrega a despeito de seus desejos); adúltera, porque trai o homem a quem pertence; morta, assassinada pelo noivo.

A terceira estratégia constitui-se de colocar o feminicídio em segundo plano, e o suposto caráter da vítima em primeiro, a partir de adjetivações reiteradas ao longo da narrativa; trata-se, assim, de um deslizamento quádruplo, um re-enquadramento contínuo: do crime à vítima, da vítima como sujeito; à vítima como um conjunto de defeitos; da mulher como culpada pela própria morte. Eva Blay (2003, p. 90, grifos da autora) anota sobre Lins e Silva, advogado de Doca Street, mas poderia ser sobre Gras ou sobre todos os feminicidas que vieram depois e cujos crimes passaram a ganhar nome (mas já detinham legitimidade há muito, na história): “O hábil defensor ensina, passo a passo, a construção desta imagem. São duas as principais estratégias. Primeiro era necessário demonstrar o *bom caráter do assassino*. Segundo, era importante denegrir a vítima, mostrar como *ela o levava ao ato criminoso*”.

Narrativas de consenso

A defesa de Joseph Gras empreendida por Nicolas-François Bellart pode de algum modo justificar as estratégias utilizadas: ele atuava em favor de seu cliente, a quem desejava livrar da morte; ou seja, buscava obter o melhor resultado para o homem. Importante notar que não pleiteava a absolvição, como mais tarde os tribunais se acostumaram a assistir nas eloquentes defesas de feminicidas como Doca Street. Mas, para atingir seus objetivos, Bellart operou uma limpeza de reputação

como foi feito, posteriormente, com outros homens envolvidos em supostos crimes passionais. Foi o caso de Euclides da Cunha. Morto por Dilermando de Assis no que a Justiça considerou legítima defesa, tornou-se símbolo do homem digno e honesto traído por uma mulher pérfida e um amante desonrado. “No confronto entre os dois, ocorrido na Piedade, subúrbio do Rio de Janeiro, o escritor terminou sendo morto, passando, a partir daí, a ser santificado pela sociedade por ter morrido em nome de um princípio tão caro a todos – a honra. [...] Euclides fora canonizado, e o casal adúltero, hostilizado”, comentam Arno Vogel e Regiane Ferreira (2015, p. 166).

A questão do interesse se torna mais difícil de justificar quando se observa a cobertura jornalística que o caso Gras recebeu na imprensa francesa oitocentista. Foi uma cobertura ampla para o contexto histórico, rastreada em oito notícias de sete veículos no RetroNews, site da Biblioteca Nacional francesa que oferece acesso gratuito a mais de 2000 mil títulos jornalísticos publicados entre 1631 e 1950 (RETRONEWS, 2022a). O segundo julgamento e a revisão da sentença foram noticiadas no início de 1792 nos jornais *Le Courier des LXXXIII départements* (13 de fevereiro, sem título); *Mercure Universel* (14 de fevereiro): “Homem acusado e condenado por matar sua amante”; *La Feuille du Jour* (15 de fevereiro): “Homem acusado e condenado por matar sua amante”; *Le Logographe* (16 de fevereiro): “Homem acusado e condenado de matar sua amante”; *Courrier Extraordinaire ou Le Premier Arrivé* (17 de fevereiro, sem título); *Affiches du Maine* (20 de fevereiro): “Condenação de um comerciante de guarda-chuvas, que matou a amante”; e *Thermomètre du jour* (3 e 4 de março, sem títulos).

A matéria do *Mercure Universel* inicia afirmando que se existe um crime capaz de despertar a comiseração e indulgência dos juízes são aqueles cometidos sob uma paixão que domina um homem ao ponto de “privá-lo absolutamente do uso da razão” (1792, p. 217), emulando o *Journal des tribunaux*. O texto segue indicando que Gras “amou loucamente” Ghislaine Lefevre (grafada sem acento). Aponta que a ligação era reprovada pelos amigos dele, que a viúva scandalizou os vizinhos com sua devassidão e era indigna do parceiro. “Gras, mesmo

admitindo sua cegueira, continuou a acalentar o objeto indigno”, continua o texto (1792, p. 217), ao destacar que a paixão o atormentava diuturnamente. A narrativa é recontada em absoluta concordância com aquela estabelecida por Bellart (a quem o jornal chama de Bellard) na corte: o pedido de casamento para satisfazê-la, o encontro com a conhecida na ponte, o alerta sobre a traição, o homem na porta, o desespero ao longo do dia seguinte, a passagem pelo cabaré, a visão da traição pela janela, as facadas, a primeira condenação à morte. Não havia, afinal, outra perspectiva narrativa. O segundo julgamento entra em cena do seguinte modo: “Um homem de uma eloquência tão tocante quanto sublime, M. Bellart empreende sua defesa. Penetrando nos segredos do coração humano, ele considera a morte, não como um crime real, mas como um horrível fruto de uma perplexidade inevitável” (1792, p. 217).

O jornal ressalta como a defesa buscou demonstrar outros fatos da mesma natureza, que, antes de crimes, são infortúnios, resultado de muitas lágrimas e sofrimento. A notícia, que ocupa quase duas páginas do jornal, traz ao final detalhes da sentença, incluindo a informação de que, além da sentença de 20 anos de prisão, Gras foi condenado a permanecer exposto ao público durante seis horas preso a um poste, na praça de Grève, com uma inscrição que indica seu nome, profissão, residência, a causa da condenação e sua pena. Ao final, há a indicação de que o texto foi extraído de outra publicação. Essa mesma publicação foi a fonte da matéria do *La Feuille du Jour*, que em praticamente nada difere da anterior, mas insere um adjetivo para a vítima, “pérfida” (1792, p. 362). No dia seguinte, a notícia foi publicada no jornal *Le Logographe*. A abertura é exatamente a mesma do *Mercur*e e a narrativa que segue traz texto praticamente idêntico, salvo mudanças discretas na construção frasal.

Dias depois o assunto saiu no *Courrier Extraordinaire ou Le Premier Arrivé*, em um texto que alterna múltiplos formatos narrativos. Com um tom mais distanciado, a notícia informa a condenação de Gras e parte para explicar a estratégia de Bellart. Apresenta o artigo legal utilizado por ele e o argumento de que, se o assassino se portou com

excesso de ódio contra a mulher, o fez porque testemunhou a traição dela. A notícia chama a vítima de “dama Lefèvre”. A sentença, diz o texto, foi aplaudida por toda a imprensa, em tom diverso da primeira parte. “Quanto a mim, digo que este julgamento é monstruoso; que o assassino deveria ter sido condenado à morte, porque se a primeira facada não foi premeditada, ninguém me contestará que a vigésima foi” (1792, p. 7) – aqui, a voz que emerge é de Joseph-Benoît Duplain, o “M. Duplain” da primeira página do jornal. Em seguida, há um relato dos fatos à moda de um boletim de ocorrência. Essa seção do texto afirma que a premeditação não foi provada, não diz o nome da vítima e afirma que o cartaz com a condenação deveria ser pregado no rosto de Gras.

No dia 20 de fevereiro, a notícia do *Affiches do Maine* apresenta Joseph Gras, comerciante de guarda-chuvas em Paris, que amou perdidamente a viúva Lefèvre, por quem sacrificou seu tempo, sua fortuna e seus cuidados. Em troca de tantos sacrifícios, Gras pediu apenas a mão dela. “Longe de nós a barbárie de caluniar mesmo na sepultura uma mulher infeliz que expiou cruelmente a licença de sua moral”, mas deve ser dito que a viúva Lefèvre era indigna da ligação, diz o texto (1792, p. 31), ao apontar que ela levava uma vida escandalosa, e que os vizinhos se indignavam com suas frequentes prostituições.

A notícia fabula a voz de Gras, na resposta aos amigos que condenavam o romance, como o *Journal*: “Sim, meus amigos, eu sei que vocês têm razão; cem vezes me foi dito tudo que dizem; cem vezes tomei a resolução de deixá-la, mas é mais forte que eu; me enjoa não vê-la [...] acredito que ela me enfeitiçou; posso dizer a mim mesmo que ela não é jovem nem bonita, não posso renunciar a ela, prefiro morrer” (1792, p. 31). Após isso, o jornal relata o encontro com a amiga na ponte, o alerta da traição, a visão do homem na porta, os tormentos, a ida ao cabaré, o rival nos braços da noiva. Fúria, cólera, ódio são os sentimentos descritos diante do flagra. O defensor, Bellart (novamente grafado como Bellard), é descrito como homem de imaginação brilhante, de sensibilidade, energia, estilo e profundo conhecimento do coração humano em uma ordem advocatícia ameaçada pela decadência geral.

A condenação é apresentada em termos telegráficos, com destaque para a premeditação não provada.

A notícia do *Le Courrier des LXXXIII départements* do dia 13 de fevereiro é praticamente idêntica. Nela, Gras surge como comerciante estimado e é informado que Ghislaine se dedicou a todos os gêneros de prostituição. As facadas, aqui, são descritas como furiosas. “A visão do sangue da mulher que ele adora logo o traz de volta a si mesmo; aterrorizado com sua ação, ele beija o cadáver de sua amante criminosa; ele a sufoca com lágrimas” (1792, p. 199), narra o veículo. Ao relatar o recurso e o novo julgamento, a imaginação brilhante do advogado – não nominado – é evocada, assim como a reflexão sobre sua eloquência em relação à decadência da ordem.

O último jornal a publicar sobre o assunto foi o *Thermomètre du jour*, em duas ocasiões. Na edição de 3 de março, o veículo afirma que alguns jornais já noticiaram o crime e o julgamento, mas que o veículo acredita ser útil “dar a maior publicidade a tudo que traz à tona o caráter sábio e humano de nossa nova jurisprudência criminal”. Na sequência, promete relatar com “perfeita exatidão” os fatos (1792, p. 513). Joseph Gras é apresentado como “negociante de guarda-chuvas do mercado de pulgas”, de 55 anos, original de Gévaudan, e Ghislaine Lefèvre como “comerciante de tecidos”. Informa-se que os proclamas de casamento correram com três meses. Afirma que, após o flagra da noiva com outro homem, Gras estava resolvido a machucar a mulher, o rival e a si mesmo.

Segundo a publicação, após ser esfaqueada 20 vezes, 12 das quais nas costas, Ghislaine gritou “Estou morta, me assassinaram!”. Gras foi preso pelos vizinhos e pela guarda nacional. Acreditando que Ghislaine ainda estava viva, quis lançar-se sobre ela e abraçá-la. Disse que ela seria a causa de sua perdição e insinua o primeiro nome da mulher, “G...”. Em seguida a notícia relata o julgamento, a pena, o recurso e a segunda condenação, com destaque para o fato de que a premeditação não ficou provada. Na sequência, o texto muda de tom narrativo: “Essa sentença satisfaz a justiça e a humanidade. Pensamos que a pena substituta à morte não deve parecer muito severa para quem acredita

que, com palavras, *paixão, ciúme, raiva*, se pode desculpar os crimes mais atrozes” (1792, p. 514). O texto termina informando que Gras demandou, em seu interrogatório, ser enterrado no mesmo lugar que Ghislaine. A exposição pública a que Joseph Gras foi condenado ganhou menção em nota do dia seguinte, um domingo. Na quinta-feira anterior, Gras esteve acompanhado, segundo o jornal, de Bernard Credel, durante as seis horas que ficou exposto preso a um poste. E referência à questão da premeditação do crime, o jornal informa que o público, pouco instruído sobre as disposições da lei, pensou que Gras merecia a morte, tendo havido moções a respeito.

Anarquivar

O contexto do jornalismo francês aqui em vista se dá no bojo da fundação de inúmeros jornais durante a revolução francesa, poucos anos após os eventos de 1789, durante os quais houve uma abertura à imprensa na França, antes abastecida majoritariamente por veículos editados no exterior e pelo jornal único do Antigo Regime, conforme Jeremy D. Popkin (1996). Popkin ressalta que, apesar de uma variedade de jornais criados por jornalistas revolucionários, não se constituiu naquele momento um meio de comunicação de massas, por conta de limitações como o nível de alfabetização, entraves tecnológicos, preço dos exemplares, vácuo institucional, perseguições políticas; mas, ainda assim, foi nos jornais que, prioritariamente, se manifestou a luta revolucionária. Havia, em 1791, salas de leituras de jornais, clubes jacobinos, leituras de jornais em voz alta. “A imprensa revolucionária foi uma das principais instituições que ajudaram a estruturar o novo mundo da cultura política francesa” (*idem*), continua o autor. O estilo dos jornais já se diferenciava, então, dos livros (como é possível ver nas imagens): fios, cabeçalhos, diagramação distinta entre diferentes textos, títulos, rubricas como Variedades (sob as quais muitas notícias sobre o caso Gras foram veiculadas), sumários na primeira página. O

formato in-quarto passa a predominar, com textos diagramados em duas colunas, o que passa a distinguir jornais que prezavam mais pelo conteúdo informativo que pelas posições ideológicas. *Le Logographe*, por exemplo, estava em um extremo de se abster de qualquer papel próprio, dedicando-se à transcrição, e foi um dos mais importantes dessa vertente, aponta Popkin (1996). Para cumprir sua promessa de que nada seria omitido, o editor Saultchevreuil desenvolveu um método estenográfico primitivo. Não era, porém, o tipo de jornal preferido do público nem o que se tornou dominante: os que editavam os conteúdos dos debates da Assembleia Nacional, construindo algum tipo de discurso racional e inteligível para o público.

Para além dessas contextualizações, é importante ter em mente que o jornalismo praticado na virada do século XVIII para o século XIX tratava-se ainda de um estágio pré-industrial, e ainda incipiente em relação aos fundamentos da atividade jornalística. O que hoje são considerados canonicamente como pilares do jornalismo (não sem tensionamento) não constituíam o cerne da práxis jornalística, nem eram levados em conta nas decisões editoriais, ainda que estas pudessem incluir discussões sobre a verdade dos fatos, opinião ou isenção no relato. O próprio formato da notícia e de outros gêneros informativos como a nota não estava consolidado, pelo contrário; esse aspecto, inclusive, ajuda a explicar as formas narrativas cambiantes e alternadas no mesmo texto, que encontrei em diversos relatos do feminicídio de Ghislaine Lefèvre: em uma mesma matéria combinavam-se relato noticioso, transcrição, opinião.

Ainda que guardem divergências, todas as notícias se referem não ao feminicídio, mas ao julgamento do feminicida. Desse modo, quem emerge como protagonista de todas as notícias é indiscutivelmente Joseph Gras. Ghislaine se esgueira nas brechas, uma visão fantasmática que ecoa o texto jurídico e só vem à tona funcionalmente nas narrativas noticiosas: ela só é importante na medida em que opera para justificar e explicar sua morte. É, portanto, coadjuvante da própria morte e motivo da mesma. Para além disso, os fatos acerca da mulher são praticamente todos os que Bellart evoca na peça de defesa, eventualmente

realçados pelo jornalismo em um processo de transcrição que não é neutro: Ghislaine é caracterizada como prostituta em algumas fontes. Novamente, o excesso surge das frestas e permite dar algum contorno a essa mulher apagada: o fato de que ela era vendedora de tecidos, seu grito, a inicial de seu nome.

A semelhança entre os textos permite perceber que o processo de obtenção das informações se concentra praticamente todo na mesma fonte: a peça de defesa de Bellart (ou a subsequente publicação das transcrições pelas gazetas jurídicas) – que não se tratou, em sua origem, de uma fonte neutra, posto que tinha interesse específico. A veiculação em dias subsequentes nos diferentes jornais sugere que um veículo puxou a notícia do outro, sem autoria, direitos autorais e atribuição claros – afinal, tratam-se de processos que começam a ser estabelecidos ao longo do século XIX. Mas não se trata apenas do recurso à mesma fonte. Os trechos de abertura reproduzidos implicam uma quase unânime adesão à tese de Bellart: o comportamento escandaloso, indigno, de Ghislaine deixou Joseph em estado de loucura, irracional, incapaz de premeditar um crime. A implicação é que a premeditação demanda controle das atividades mentais, enquanto a fúria apaixonada e descontrolada impede qualquer ato racional, e assim o ato dele foi um crime menor, fruto das consequências de uma paixão socialmente errada. Como crime menor, a pena mais branda se justifica. Ghislaine foi culpada por levar o noivo a um estado de loucura que só podia resultar em sua morte, um infeliz acidente. Trata-se de uma cobertura que interpela os leitores, homens, acerca de sua violência e das formas legítimas de contenção à ameaça representada pelos corpos femininos.

De todo modo, três estratégias na produção das narrativas são perceptíveis no processo jornalístico: a fonte das informações, o que é noticiável e a angulação dos relatos. Cada uma delas evidencia que o que é considerado narrável não é o homicídio de uma mulher, mas o destino do homem que a assassina. Inscrevem, assim, a possibilidade da violência masculina contra a mulher no campo do visível e do imaginável, fabulando também um campo de expectativas em relação às consequências desse ato. O fato de Ghislaine ser uma presença

fantasmática nessas narrativas ajuda também a fazer desaparecer o crime: contra quem ele foi cometido? Sem uma vítima claramente enunciada, ou esboçada de modo unidimensional, pelo discurso jornalístico, desaparece também a materialidade do crime, assim como desaparece, completamente outrizada e apagada, a vítima, o corpo contra quem essa violência atroz foi cometida.

Finalmente, o realce e exacerbação das supostas características de Ghislaine por parte dos jornais promove uma violência midiática contra essa mulher, que tem sua reputação assassinada após a morte. Cynthia Miranda, tratando do contexto contemporâneo, afirma que a violência simbólica e midiática habita o ecossistema comunicacional e incide “nos processos de socialização que perpetuam as violências contra as mulheres no mundo” (2020, p. 141). O cenário que nos interpela hoje tem suas bases lançadas no jornalismo pré-industrial do século XVIII, no qual a perspectiva masculina norteia o processo noticioso, ainda que em um ecossistema midiático muito distinto, o que nos indica o quão arraigadas estão nossas opressões. Portanto, é imprescindível compreendermos e desnudarmos/denunciarmos as origens dos discursos misóginos que integram o rol de violências contra as mulheres, no processo de anarquivamento a que me dedico aqui.

A textualidade urdida entre a peça jurídica e os relatos jornalísticos instaura o crime passional como possibilidade dentro da existência social, assim como constrói os limites de sua materialização. Elenca as características de uma ficção do poder masculino que ainda hoje ecoa nos feminicídios e na produção de sentidos efetuada pela cobertura jornalística: alguns homens são capturados por paixões incontrolláveis por mulheres indignas desse amor devido a comportamentos que fogem das expectativas patriarcais. Esses comportamentos desviantes, desautorizados, levam o homem à loucura e, sem o pleno domínio da racionalidade, ele disciplina esse corpo por meio da violência homicida, que não é criminosa tendo em vista que seus direitos masculinos e sua honra foram atingidos; tendo em vista que a culpa é da mulher; tendo em vista que o apagamento produzido acerca da vítima faz desaparecer o crime. Nem todos os aspectos do que

se consolidou nos séculos XIX e XX como crime passional estão claramente delineados neste caso inaugural, mas certamente estão já apresentadas as bases que viriam a permitir o enquadramento de Angela Diniz como “pantera” e a absolvição do feminicida Doca Street; de Eliza Samúdio como “maria chuteira”, e que contribuem para legitimar a violência patriarcal contra mulheres.

Anarquizar esses textos, portanto, muda o eixo da história, pois conforme Saidiya Hartman, “o arquivo dita o que pode ser dito sobre o passado e os tipos de histórias que podem ser contadas sobre pessoas catalogadas, embalsamadas e lavradas numa caixa de pastas e fólios. Ler o arquivo é adentrar um necrotério [...]” (2021, p. 26). A autora discute o contexto dos escravizados trazidos para a América, mas do arquivo estão ausentes todos os corpos subalternizados pelo regime patriarcal capitalista racista, outrizados tão radicalmente que suas identidades são o espelho do pânico e da fantasia branca e masculina, sem nenhum direito à propriedade: de suas subjetividades, de seus corpos, das próprias vidas; nem mesmo dos relatos de suas mortes.

Coda

O anarquivamento dá a ver quão entranhadas são as raízes das opressões e ameaças que espreitam as vidas das mulheres, na Paris de 1791, no Brasil de 2022, quando uma comissão do Senado precisa vetar, legalmente, o recurso à tese de defesa da honra e da forte emoção como argumento para a absolvição de acusados de feminicídio. Nessa perspectiva, passado, presente e futuro estão entremeados numa teia, em vez de conectados linearmente pela flecha patriarcal do tempo. Logo, o gesto de anarquivamento precisa remexer os arquivos, mas também operar como ato político e ético de interpelar o passado em busca de reescrever histórias supostamente assentadas na fixidez (inexistente) do tempo. Deve, enfim, restituir, ainda que minimamente, alguma substância corpórea a vidas extirpadas do mundo e apagadas

dos arquivos, outrizadas por redes de poder-saber assentadas no patriarcado, sujeitas à violência masculina por seu desvio, dissidência, desobediência, inadequação, desejo por liberdade.

Como gesto político radical, escrevo/inscrevo a pequena nota que desapareceu dos arquivos do jornalismo:

“O comerciante de guarda-chuvas Joseph Gras, 52 anos, assassinou a noiva, a vendedora de tecidos Ghislaine Lefèvre, na noite de ontem, no apartamento dela na Rue des Arcis, em Paris. Gras desferiu 22 facadas contra a mulher, 12 das quais pelas costas. Gras carregava a faca no bolso quando chegou à casa da companheira e ficou vigiando-a pela janela por cerca de uma hora, escondido. Ghislaine morreu no local. Segundo testemunhas, antes de morrer, gritou: ‘Estou morta, me assassinaram!’ Gras foi contido pelos vizinhos, alertados pelos gritos, e preso. Vai a julgamento pelo novo código penal. Ghislaine tinha entre 34 e 36 anos e era viúva.”

Referências

- BELLART, N.-F. *Oeuvres de N.-F. Bellart*, procureur-général, a la cour royale de Paris. Mémoires et plaidoyers. Tome premier. Paris: J.-L.-J. Brière, 1827.
- BENJAMIN, W. *Sobre o conceito de história*. Edição crítica. São Paulo: Alameda, 2020.
- BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.
- BRONFEN, E. *Over her dead body: death, femininity and the aesthetic*. Nova York: Routledge, 1992.
- CALLAHAM, V. Introduction: reclaiming the archive: archeological explorations towards a feminism 3.0. In: CALLAHAM, V. (org.) *Reclaiming the archive*. Feminism and film history. Detroit: Wayne State University Press, 2010.
- DESPENTES, V. *Teoria King Kong*. São Paulo: n-1 edições, 2016.
- FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: 2017.

- FOUCAULT, M. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 42a ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.
- GOMES BARBOSA, K.; MENDONÇA, C. M. C. “I am done”: violência sexual, testemunho e reparação em ‘Hysterical Girl’. *Logos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, 2021.
- HARTMAN, S. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.
- LE GUIN, U. K. *A ficção como cesta: uma teoria*. Trad. Priscilla Mello. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3IqyExZ>.
- LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses “sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MIRANDA, C. M. Reflexões conceituais sobre vulnerabilidade: violência simbólica e midiática a partir do enfoque de gênero. In: MIRANDA, C. M. et al. (orgs.). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFGM, 2020.
- POPKIN, J. D. Jornais: a nova face das notícias. In: DARNTON, R.; ROCHE, D. (orgs.). *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- RETRONEWS (França). *Qui sommes-nous?* 2022a. Disponível em: <https://bit.ly/3yxRDlp>. Acesso em: 09 jul. 2022.
- RETRONEWS (França). *Le Courrier des LXXXIII départements*. 2022b. Disponível em: <https://bit.ly/3uDPEuL>. Acesso em: 09 jul. 2022.
- RETRONEWS (França). *Mercure Universel*. 2022c. Disponível em: <https://bit.ly/3Iq4cUJ>. Acesso em: 09 jul. 2022.
- RETRONEWS (França). *La Feuille du Jour*. 2022d. Disponível em: <https://bit.ly/3NV64pt>. Acesso em: 09 jul. 2022.
- RETRONEWS (França). *Le Logographe*. 2022e. Disponível em: <https://bit.ly/3IvQoYU>. Acesso em: 09 jul. 2022.
- RETRONEWS (França). *Courrier Extraordinaire ou Le Premier Arrivé*. 2022f. Disponível em: <https://bit.ly/3NYhWH8>. Acesso em: 09 jul. 2022.

- RETRONEWS (França). *Affiches du Maine*. 2022g. Disponível em: <https://bit.ly/3yVn3nt>. Acesso em: 09 jul. 2022.
- RETRONEWS (França). *Thermomètre du jour*: par une société de gens de lettres. 2022h. Disponível em: <https://bit.ly/3c6wwzm>. Acesso em: 09 jul. 2022.
- RICH, A. Quando da morte acordamos: a escrita como revisão. In: BRANDÃO, I. et. al. (orgs.) *Traduções da cultura*: Perspectivas críticas feministas. Florianópolis: Edufal/Editora da UFSC, 2017.
- RODRIGUES, C. Misoginia, feminicídio, racismo, punitivismo: Alguns significantes da violência contra as mulheres. *Calibán* (La Habana), v. 1, p. 150-155, 2020.
- SEGATO, R. L. *Las estructuras elementales de la violencia*. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.
- SELIGMANN-SILVA, M. Da iconoclastia à política das imagens: as aventuras da negatividade. *Concinnitas*, Rio de Janeiro, v. 222, n. 42, 2021.
- VOGEL, A.; FERREIRA, R. A tragédia da Piedade: o grande drama da República. *Anuário Antropológico*, v. 40 n. 1. 2015.

Sobre os autores e autoras

Adriana Pierre Coca

Doutora em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de pesquisa Cultura e Significação (2017), Porto Alegre/RS, Brasil. Mestra em Comunicação e Linguagens, Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Curitiba/PR, Brasil. Pesquisadora de Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Agnes de Sousa Arruda

Mestra e Doutora em Comunicação pela Universidade Paulista. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pelo Centro Universitário Teresa D’Ávila. Professora dos cursos de graduação, pós-graduação (*lato sensu*) e ex- tensão da Universidade de Mogi das Cruzes, onde também atuou como coordenadora dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Design Gráfico (2013-2018).

Alda Cristina Costa

Doutora em Ciências Sociais (UFPA) e Pós-Doutora em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Professora da Faculdade de Comunicação (Jornalismo e Publicidade e Propaganda) e do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA) – Linha 01 – Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia.

Ana Cláudia Peres

Doutora e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM-UFF). Formada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Jornalista.

Arthur Breccio Marchetto

Defendeu seu mestrado sobre Booktubers e crítica literária jornalística na área de Comunicação e se especializou em Português – Língua e Literatura na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Doutorando em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo com um projeto de pesquisa sobre gêneros narrativos na obra da escritora e jornalista Svetlana Aleksievitch.

Cláudia Thomé

Doutora em Ciência da Literatura pela Faculdade de Letras da UFRJ. Jornalista graduada pela Escola de Comunicação da UFRJ e mestre em Comunicação e Cultura também pela ECO/UFRJ. Professora do PPGCOM da UFJF, líder do Grupo de Pesquisa “Narrativas midiáticas e dialogias” e docente dos cursos de Jornalismo e de RTVI da Facom/UFJF. Autora do livro *Literatura de ouvido: crônicas do cotidiano pelas ondas do rádio*.

Demétrio de Azeredo Soster

Doutor em Comunicação pela Unisinos. Professor do departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). É autor, em literatura, de 13 livros, geneticamente divididos em narrativas de viagem, poesia e crônica. Organizou, ao lado de outros autores, 15 livros nas áreas de comunicação, jornalismo e literatura.

Denise Tavares

Doutora em Integração Latino-americana pela Universidade de São Paulo. Professora e pesquisadora da Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano e do Depto. de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense.

Érica R. Gonçalves

Jornalista graduada pela UNIBAN e mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Doutoranda em Comunicação social pela mesma instituição.

Fábio Alves Silveira

Doutor em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), com pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor do Departamento de Comunicação Social da UEL.

Gabriel Aírto Domingos

Jornalista graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cultura Ciber.

Igor Oliveira Neves

Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Graduado em Jornalismo pela UMESp. Desenvolve pesquisas sobre a biologização do conceito de raça na comunicação pública da ciência. Membro do Grupo de Pesquisa CENA – Comunicação, Enunciação e Narrativas (UMESP).

Jamile Santana

Pós-graduanda em Jornalismo de Dados, Automação e Storytelling pelo Insper. Escola de Dados/Open Knowledge Brasil.

José Carlos Fernandes

Doutor e mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em História da Arte do século 20. Graduado em Filosofia, Belas Artes e em Jornalismo. Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cultura Ciber.

Karina Gomes Barbosa

Doutora e mestre em Comunicação Social pela Universidade de Brasília. Professora do Curso de Jornalismo e pesquisadora do Programa de

Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Líder do grupo de pesquisa Ponto – afetos, gênero, narrativas. Fez estágio de pós-doutoramento no PPGCOM da Fafich/UFMG entre 2020 e 2021. Pesquisadora feminista, com foco nos estudos de gênero e mídia, em interface com infância e violência e com ênfase no audiovisual e no jornalismo.

Leo Cunha

Doutor em Artes/Cinema (UFMG, 2011). Professor do programa de pós-graduação *lato sensu* em Comunicação na PUC-Minas.

Luiz Henrique Zart

Especialista em Comunicação e Jornalismo pela Universidade de Araraquara (Uniará) e graduado em Jornalismo pela Uniplac. Mestrando pelo PPGJOR/UFSC.

Maíra Gioia de Brito

Mestre em Estudos de Linguagens pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Jornalista. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cultura Ciber.

Mara Rovida

Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero e doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso).

Marco Aurélio Reis

Jornalista graduado pela Escola de Comunicação da UFRJ. Mestre e Doutor em Ciência da Literatura pela Faculdade de Letras da UFRJ. Professor dos cursos de Jornalismo e Produção Audiovisual da Unesa-RJ. Vice-líder do grupo de pesquisa “Narrativas Midiáticas e Dialogias”. É autor dos livros *Arquitetura da informação* e *Narrativas midiáticas*.

Mateus Yuri Passos

Doutor em Teoria e História Literária pela Unicamp. Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. Líder do grupo de pesquisa CENA (Comunicação, Enunciação e Narrativas).

Maurício Guilherme Silva Jr.

Doutor em Estudos Literários (UFMG, 2012), com pós-doutorado em Comunicação Social (UFMG, 2015). Professor do UniBH, da UNA e do programa de pós-graduação *lato sensu* em Comunicação na PUC Minas.

Mauro de Souza Ventura

Livre-docente em Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNESP.

Myrian Regina Del Vecchio-Lima

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com estágio de pós-doutoramento em Ciências da Comunicação e da Informação pela Université Lyon 3, na França. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cultura Ciber.

Paulo Henrique Soares de Almeida

Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília. Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em Leitura e Produção de Texto pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Tem Pós-Graduação em Gestão de Mídias Sociais pela Anhembi Morumbi e Pós-Graduação em Formação e Gestão em Educação a Distância pela UNIP.

Pedro H. M. Mendonça

Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGCOM-UFOP). Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP (2016). Membro do grupo de pesquisa Ponto – afetos, gêneros, narrativas.

Renata de Paula dos Santos

Mestra em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Bauru).

Renato Essenfelder

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Possui bacharelado em Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná e especialização em Direção de Cinema e TV pela ESAP (Escola Superior Artística do Porto). É colunista do Portal Estadão desde 2014 e docente nos níveis de licenciatura, mestrado e doutoramento em Comunicação na Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal).

Romer Mottinha Santos

Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Pesquisador do Centro Universitário Internacional - Uninter.

Sebastião Clovis Brito do Nascimento Júnior

Graduado em Jornalismo pela Uniplac. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC).

Tássia Aguiar de Souza

Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo e jornalista graduada na Universidade Federal do Maranhão.

Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo.

Thiago Perez Bernardes de Moraes

Doutor em Psicologia Social pela Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy - UAJFK. Professor do Centro Universitário Campos de Andrade (Uniandrade).

Thífani Postali

Doutora em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Possui mestrado em Comunicação e Cultura pela Universidade de Sorocaba (Uniso). É professora titular no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, coordenadora do curso de Jogos Digitais e professora nos cursos de comunicação e jogos digitais (Uniso).

Vanessa Krunfli Haddad

Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo e graduada em Jornalismo na mesma instituição.

Vânia Maria Torres Costa

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) - Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada em Comunicação - Jornalismo (UFPA). Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) e da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará.

Vinícius Pedreira Barbosa da Silva

Doutorando em Poder e Processos Comunicacionais (UnB) – com bolsa Capes. Mestre em Comunicação Social (UnB). Foi pesquisador visitante na City University of London, pelo PDSE/Capes.

Este livro foi editado
em coedição entre
Editora da SBPJor
e Editora Insular
em novembro de 2023.